

FERNANDO OLIVEIRA
UM HUMANISTA GENIAL

(V Centenário do seu nascimento)

TÍTULO	FERNANDO OLIVEIRA: UM HUMANISTA GENIAL
EDITOR	Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas
COORDENADOR	Carlos Morais (cmorais@ua.pt)
DATA DE EDIÇÃO	2009
CAPA	Mariana Pita. Na ilustração, excertos do frontispício da <i>Grammatica</i> e do início da <i>Hestórea de Portugal</i> , bem como uma nau virtual de Fernando Oliveira, da autoria de Audrey Wells (2008), pretendem evidenciar o carácter multifacetado da vida e obra do autor (filólogo, marinho e historiador).
DEPÓSITO LEGAL	301824/09
ISBN	978-972-789-300-3
TIRAGEM	500 exemplares
EXECUÇÃO GRÁFICA	Oficinas da APPACDM de Braga - Secção de Artes Gráficas Quinta do Amorim – Gualtar Tel. 253 603 270 – Fax 253 603 277 4710-053 BRAGA e-mail: artesgraficas@appacdm-braga.pt
FINANCIAMENTO:	Câmara Municipal de Aveiro Marinha Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)



CARLOS MORAIS . coordenador

FERNANDO OLIVEIRA UM HUMANISTA GENIAL

(V Centenário do seu nascimento)

Autores

Adolfo António da Silveira Martins . Amadeu Torres . Ana María Sánchez Tarrío
António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro . António Manuel Lopes Andrade
António Nuno Figueira de Campos Teixeira . Belmiro Fernandes Pereira
Carlos da Costa Assunção . Carlos Morais . Fernando Jorge dos Santos Martinho
Filipe Vieira de Castro . Francisco Contente Domingues . Graça Rio-Torto
Henrique Barroso . João Gonçalves Gaspar . João Paulo Silvestre
José Eduardo Franco . José Manuel Malhão Pereira . Luís Machado de Abreu
Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete . Maria Helena Paiva
Maria Helena Pessoa Santos . Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista
Rogelio Ponce de León Romeo . Rosa Lúcia Coimbra . Saul António Gomes
Teresa Margarida Jorge . Tiago Miguel Fraga

Universidade de Aveiro

2009

ÍNDICE

IN LIMINE

- A Fernando Oliveira, aveirense ilustre e polígrafo genial*
Carlos Morais 11

OS AUTORES 17

I – O HOMEM

- Fernão de Oliveira: Humanista insubmisso e precursor*
Mons. João Gonçalves Gaspar 31
- Ambiente dominicano na formação intelectual de Fernão de Oliveira*
Saul António Gomes 83
- A religião flutuante do padre Fernando Oliveira*
Luís Machado de Abreu 91

II – O FILÓLOGO

2.1. Da Gramática da Linguagem Portuguesa

- Gramáticas Portuguesas de Quinhentos no quadro do Humanismo europeu*
Carlos Assunção e Maria Helena Santos 115
- Oliveira perante Nebrija: uma visão da Grammatica da linguagem portuguesa à luz da Gramatica castellana*
Rogelio Ponce de León Romeo 131
- Contributos linguísticos e pioneirismo teorizante em Fernão de Oliveira*
Amadeu Torres 155
- A língua da Gramática à luz dos outros textos*
Maria Helena Paiva 163
- A questão da heterogeneidade e da mudança linguísticas: da sensibilidade precursora de Fernão de Oliveira*
Maria Helena Santos e Carlos Assunção 215
- A autoridade heterodoxa da Grammatica de Fernão de Oliveira*
João Paulo Silvestre 233

<i>Fonética e fonologia (segmental e prosódica) em Fernão de Oliveira (1536)</i>	
Henrique Barroso	243
<i>Actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira: léxico e morfologia</i>	
Graça Rio-Torto	261
<i>O estatuto do adjetivo na Grammatica da linguagem portuguesa: herança ou inovação?</i>	
Fernando Martinho	287
<i>Sapateiros e ovelhas: a metáfora em Fernão de Oliveira</i>	
Rosa Lídia Coimbra	299
2.2. Da tradução do <i>De Re Rustica</i> de Columela	
<i>O tratado De Re Rustica de Columela na versão portuguesa de Fernando Oliveira</i>	
António Manuel Lopes Andrade e Carlos Morais	315
<i>Fernando Oliveira, Columela e a crise da agricultura no século XVI</i>	
Ana María S. Tarrío	329
III – O MARINHEIRO	
3.1. Da <i>Arte da Guerra e do Mar</i>	
<i>Uma visão estratégica da Arte da Guerra do Mar</i>	
António Silva Ribeiro	353
<i>A Retórica do aptum na Arte da Guerra do Mar</i>	
Belmiro Fernandes Pereira	371
<i>Fernando Oliveira: a guerra como o menor dos males e a escravatura como o maior dos pecados</i>	
Maria Manuel Baptista	387
3.2. Da <i>Ars Nautica</i>	
<i>A enciclopédia do mar: o manuscrito da Ars Nautica e a sua história</i>	
Francisco Contente Domingues	405
<i>O padre Fernando Oliveira, um marinheiro português do século XVI</i>	
José Manuel Malhão Pereira	431
3.3. Do <i>Livro da Fábrica das Naus</i>	
<i>O Livro da Fábrica das Naus no contexto da construção naval oceânica do século XVI</i>	
Filipe Vieira de Castro	461

<i>A Arte da Fábrica das Naus</i>	
Tiago Fraga, António Teixeira e Adolfo Silveira Martins	491
3.4. Da Viagem de Fernão de Magalhães	
<i>Sobre o relato da Viagem de Fernão de Magalhães</i>	
Maria Fernanda Brasete	517
IV – O HISTORIADOR	
<i>Fernando Oliveira: uma voz da História de Portugal</i>	
Teresa Margarida Jorge	527
<i>Fernando Oliveira, ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa</i>	
José Eduardo Franco	547
BIBLIOGRAFIA	581

IN LIMINE

A Fernando Oliveira, aveirense ilustre e polígrafo genial

A convite do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, formulado em finais de 2007, cerca de três dezenas de especialistas de diferentes áreas de conhecimento aceitaram escrever um ensaio cada, para integrar este volume que se destina a assinalar os 500 anos do nascimento de Fernando Oliveira, também conhecido por Fernão de Oliveira (c. 1507–c. 1582), um Humanista genial cujo nome está intimamente associado a Aveiro. A escolha do adjectivo “genial” que figura no título e que serve para qualificar a extraordinária e multifacetada produção oliveiriana, espelho dos seus múltiplos interesses, não sendo consensual, foi intencional. Com ele pretende-se homenagear também Luís de Albuquerque, outro grande vulto da cultura e da ciência portuguesas, que, não receando as palavras, escreveu um ensaio sobre o autor intitulado «Fernando Oliveira. Um Português genial, aventureiro e insubmisso»¹. Também a escolha da grafia do nome do autor foi devidamente ponderada. Seguindo as mais recentes práticas, já muito discutidas e fundamentadas², decidimo-nos por *Fernando Oliveira*, por ser a forma onomástica mais moderna, inscrita no frontispício da *Arte da Guerra do Mar* e em todas as outras obras, com excepção da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, onde aparece *Fernão doliveyra*. Respeitámos, no entanto, as opções dos autores, sobretudo dos que se dedicaram ao estudo do tratado gramatical, que ora escreveram *Fernão de Oliveira*, ora *Fernão d’Oliveira*, consentindo assim que a oscilação da grafia do nome fosse aflorando ao longo deste volume, à semelhança do que acontece no conjunto de escritos do autor.

Justificado o título, passemos ao corpo da obra. Distribuídos por quatro partes, os estudos deste livro de homenagem, preenchendo os diferentes

¹ Albuquerque (1987a: 128-142).

² Sobre este assunto, *vide*, entre outros, Franco (2000: 40-41) e Domingues (2000: 92-94).

pontos de um plano previamente traçado, pretendem proporcionar uma visão actualizada e global da vida e da obra, em muitos aspectos pioneira, deste polígrafo do século XVI, notável enquanto filólogo, nautógrafo e historiador³.

Na primeira parte, dedicada ao Homem, Monsenhor João Gonçalves Gaspar, em extenso texto, traça a biobibliografia desta personalidade multifacetada, não se furtando a discutir e a apresentar soluções para a controversa questão do local de nascimento. Saul Gomes centra-se em particular no estudo do contexto monástico em que decorreu a formação intelectual e espiritual do Autor e avalia os reflexos que essa formação na Ordem dos Pregadores teve no seu pensamento, mormente em algumas das suas ideias quanto à expansão portuguesa no Mundo. Por último, Luís Machado de Abreu analisa as flutuações da consciência religiosa do egresso dominicano, que oscilou entre a fidelidade à fé católica tradicional e a simpatia pelo movimento da Reforma anglicana.

Nas mais de duas centenas de páginas da segunda parte, dedicadas a Fernando Oliveira enquanto filólogo, além de estudos sobre diversos aspectos da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, faz-se igualmente a análise de dois manuscritos seus, incluídos num códice, registado, com a cota n.º 12, no *Fond Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris: a cópia incompleta da *Arte de Grammatica de Lengua Castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta* e a tradução parcial do tratado *De Re Rustica* de Columela.

No que ao epítome gramatical diz respeito, Carlos Assunção e Maria Helena Santos encarregam-se da contextualização, no quadro humanista europeu, do aparecimento das primeiras gramáticas da língua portuguesa, da autoria de Fernando Oliveira e de João de Barros, descrevendo sucintamente os seus aspectos mais importantes. Rogelio Ponce León Romeo escrutina o impacto que teve a *Grammatica Castellana* de Antonio de Nebrija (Salamanca, 1492) no pensamento gramatical do autor, procedendo, para o efeito, a uma análise, quer da Gramática, classificada como “a primeyra anotação da língua portuguesa” (Oliveira, 2000 [1536]: 242), quer da já referida cópia incompleta do tratado nebrissense. Não obstante todas estas influências, Amadeu Torres destaca o extraordinário valor das teorizações linguísticas de Fernando Oliveira, muitas delas pioneiras na România do Renascimento. Numa abordagem que abrange a totalidade da obra oliveiriana, Maria Helena

³ A multifacetada produção de Oliveira é evidenciada pela ilustração da capa que apresenta excertos do frontispício da *Grammatica* e do início da *Hestórea de Portugal*, bem como uma nau virtual de Fernando Oliveira, da autoria de Audrey Wells (2008).

Paiva analisa a língua da gramática à luz dos outros textos, seja ao nível da grafia, na sua componente fonológica, seja ao nível da variação lexical, numa multifacetada produção, manuscrita e impressa, que se situa entre 1536 e *circa* de 1581-1582. E é precisamente a este domínio da variação que se dedica o estudo de Maria Helena Santos e de Carlos Assunção. Depois de, num primeiro momento, evidenciarem a sensibilidade e a conseqüente pré-teorização de Oliveira relativamente às questões da heterogeneidade e da variação da língua portuguesa, quer ao nível diacrónico quer ao nível sincrónico, estes autores sublinham o carácter precursor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* face ao tratamento que os textos metalinguísticos dos séculos XVII, XVIII e XIX dão a estes mesmos assuntos. Em alguns destes escritos, porém, mormente nos tratados de ortografia, as referências à *Grammatica* de Fernando Oliveira são escassas. É que, como sustenta João Paulo Silvestre, num contexto de orientação teórica etimologizante, a descrição da língua apresentada por Fernando Oliveira divergia em aspectos fulcrais como a terminologia gramatical e a codificação ortográfica. Assim, o seu texto gramatical foi utilizado, nos tratados ortográficos dos séculos XVII e XVIII, apenas como testemunho lexical da primeira metade do século XVI. Detendo-se nos domínios da fonética e da fonologia, Henrique Barroso destaca o carácter inovador e actual do autor que considera ser o “primeiro fonólogo funcionalista” português, muitos séculos antes de o Funcionalismo se constituir como modelo de análise e de descrição linguísticas. A actualidade do pensamento de Oliveira mantém-se nos capítulos da teorização morfológica e lexical, como demonstra Graça Rio-Torto num ensaio que põe em relevo a forma como o autor discorre sobre análise morfológica, sobre composição interna das palavras e sua semântica e ainda sobre a origem, arcaicidade, inovação e uso das unidades lexicais. Em sentido inverso, Fernando Martinho sustenta que a teoria gramatical de Oliveira, no que respeita às categorias lexicais em geral e ao adjectivo em particular, representa um caso de reprodução fiel do discurso clássico. A encerrar, Rosa Lúcia Coimbra, enquadrando o seu ensaio no campo da Linguística Cognitiva, examina o uso de linguagem metafórica na *Grammatica*, incluindo no seu estudo as considerações do autor sobre «dições mudadas», bem como a utilização que faz de diversas analogias explicativas.

Ainda na segunda parte, no capítulo dedicado à tradução parcial do *De Re Rustica* de Columela, são apresentados dois estudos. No primeiro, António Andrade e Carlos Morais, depois de fazerem o enquadramento geral da versão portuguesa do tratado latino (a primeira na Península Ibérica), detêm-se na análise das interessantes anotações que o humanista vai intercalando ao longo

da tradução, reveladoras do seu grande cuidado com a exactidão e a clareza da matéria exposta. Tal preocupação, na opinião dos autores deste estudo, evidencia que Oliveira estava «ciente de que o seu trabalho, com esclarecimentos práticos e utilitários, seria de enorme proveito para a agricultura nacional, votada ao abandono, em consequência do recrudescimento do comércio marítimo» (*infra*, p. 328). No segundo ensaio, Ana María Sánchez Tarrío radica igualmente o apelo sentido por Oliveira para traduzir o texto columeliano nas graves consequências provocadas pelo abandono das terras no Portugal de Quinhentos. E conclui que Oliveira, com este seu exercício de tradução, procura soluções técnicas que contrastam quer com o mito quinhentista, de longa tradição, da prodigiosa fertilidade do Ocidente Hispânico, quer com as leituras e recreações do autor latino realizadas por Francisco de Sá de Miranda e outros autores seus contemporâneos.

Na terceira parte, dedicada a outra das facetas de Oliveira — a de Marinheiro —, estuda-se o conjunto da sua obra náutica (a *Arte da Guerra do Mar*, a *Ars Nautica* e o *Livro da Fábrica das Naus*) e ainda o relato da *Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi em sua companhia*. Sobre a primeira destas obras, saída do prelo em 1555, três são os investigadores que abordam aspectos diversificados. António Silva Ribeiro, depois de uma análise diacrónica a este primeiro tratado de estratégia naval português, destaca as principais ideias do pensamento estratégico de Fernando Oliveira, interpretando-as à luz da moderna teoria geral da estratégia, de forma a evidenciar a sua primazia e relevância neste domínio. Belmiro Fernandes Pereira, analisando o recurso do autor a Quintiliano, na *captatio benevolentiae* do exórdio, parte para o estudo de conceitos e procedimentos retóricos usados neste tratado *de re militari*, escrito num contexto de grande incremento da arte retórica. E, por fim, Maria Manuel Baptista examina as considerações de Oliveira em torno do escravagismo, que condena de forma veemente, e das temáticas da guerra justa, em relação à qual entende que devem ser estabelecidos limites éticos e políticos.

Sobre a *Ars Nautica* escrevem Francisco Contente Domingues e José Manuel Malhão Pereira. O primeiro traça a história do manuscrito, desde o seu conhecimento na historiografia estrangeira e portuguesa até às sucessivas tentativas falhadas de tradução e de publicação. Discute ainda a problemática da datação, advogando que se mantenha c. 1570 como a melhor aproximação à data da escrita. No núcleo do seu texto, depois de uma breve apresentação sucinta dos conteúdos, centra-se na discussão das razões que terão motivado o autor a escrever este tratado. O segundo investigador, através de comentários

sucintos, tenta proporcionar ao leitor uma visão clara deste tratado, fruto não só da vasta cultura teórica de Oliveira (que adquiriu decerto nos contactos com os eruditos da área da ciência náutica), mas também da sua enorme experiência de mar, a bordo de navios, que lhe proporcionou a oportunidade de observar e de testar métodos e instrumentos.

Marinheiro atento e observador erudito de tudo o que à náutica dizia respeito, Oliveira escreve, c. 1580, o *Livro da Fábrica das Naus*, imprescindível para a compreensão da história da construção naval do século XVI. No primeiro dos dois estudos dedicados a este tratado, Filipe Vieira de Castro discute a nau deste livro de Oliveira, desenvolvendo um modelo virtual que assenta na descrição que é feita de uma nau da Índia, típica da segunda metade do século XVI, e nos restos arqueológicos que se julga serem da nau *Nossa Senhora dos Mártires*, naufragada em S. Julião da Barra em 1606. Na mesma linha de investigação, Tiago Fraga, António Teixeira e Adolfo Silveira Martins reflectem sobre os processos de construção naval, descritos neste tratado, e sobre a sua validade para o conhecimento das técnicas de construção no século XVI.

Fora do âmbito da ciência náutica, mas ainda no capítulo dedicado a Oliveira enquanto homem de mar, o texto sobre a *Viagem de Fernão de Magalhães, escrita por um homem que foi em sua companhia* é estudado por Maria Fernanda Brasete. Depois de uma sucinta descrição da história da transmissão, fixação e estudo deste singular relato da expedição de Fernão de Magalhães à região das Molucas, esta investigadora passa à discussão das controversas questões da autoria, autenticidade e fontes deste texto, «cujas características genológicas o incluem na produção histórico-literária ligada à gesta das descobertas e da expansão nacional que marcou os séculos XV e XVI» (*infra*, p. 520).

Na quarta e última parte, dedicada ao Historiador, dois são os ensaios que abordam as duas obras escritas pelo autor já perto da sua morte: o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* (c. 1579-1580) e, na sequência deste esboço historiográfico inacabado, a primeira *História de Portugal* (c. 1581-1582). No primeiro estudo, Teresa Margarida Jorge, depois de interligar a vida e a obra polifacetada do autor, enquadrando-a no contexto de uma época de desenvolvimento e de grandes descobertas, procede à descrição da estrutura e do processo de transmissão e de divulgação dos dois textos historiográficos, que, em sua opinião, reflectem o olhar perspicaz de um homem experimentado e a voz singular de um patriota assumido «que vê as rédeas do seu país a passarem para as mãos de Filipe II» (*infra*, p. 533).

No mesmo sentido, José Eduardo Franco, no último ensaio deste volume de homenagem, sustenta que o autor, nos seus escritos historiográficos, se afirma como um ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa. Fiel a uma linha de pensamento, já presente nas suas outras obras, Oliveira exalta os feitos dos portugueses e faz a apologia da singularidade dos traços identitários do reino de Portugal, com o objectivo de intervir politicamente na questão da crise sucessória de 1580, lançando as bases míticas da afirmação da nacionalidade portuguesa.

Patriota convicto e insubmisso, este aveirense ilustre e polígrafo genial tem, com esta publicação, uma justa homenagem prestada pelo Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e por todos os 28 co-autores que, há dois anos atrás, se associaram convictamente a este projecto comemorativo dos 500 anos do seu nascimento. A todos manifestamos a mais profunda gratidão.

Por feliz coincidência, a obra sai do prelo no ano em que Aveiro comemora os 250 anos de elevação a cidade e os 1050 da primeira referência escrita ao nome desta terra de onde Fernando Oliveira, perante o tribunal do Santo Ofício, disse ser natural.

Aveiro, 8 de Novembro de 2009

Carlos Morais

Os Autores

ADOLFO ANTÓNIO DA SILVEIRA MARTINS

Doutor em História Moderna pela Universidade de Sevilha (equivalência pela Universidade do Porto, na especialidade de Arqueologia Naval), com a tese *A Arqueologia Naval em Portugal (Século XIII a XVI), uma aproximação ao seu estudo ibérico*. Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa, Director do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Mar da UAL e coordenador da UAL para o Mestrado em História da Náutica e Arqueologia Naval e Pós-graduação em Arqueologia Subaquática, tem leccionado disciplinas nas áreas de Técnicas de Investigação Arqueológica e Arqueologia Naval e tem dedicado a sua investigação ao estudo da Construção naval antiga. Publicou, entre outros estudos, *Fontes para o estudo da Arqueologia Naval em Portugal do século XIII a meados do século XVI* (Lisboa, 1996); «Património subaquático: “Quando o mar se torna transparente”», *Revista Janus* 98 (Lisboa, 1998); e *A Arqueologia Naval em Portugal (Século XIII a XVI)* (Lisboa, 2001).

AMADEU TORRES

Doutor em Filologia Clássica pela Universidade de Lisboa, com Agregação em Linguística pela Universidade Católica Portuguesa. Professor Catedrático jubilado desta Universidade e da Universidade do Minho, onde regeu as cadeiras de Sintaxe e Semântica do Português e de História da Língua Portuguesa, assim como a de Ecdótica e Crítica Textual. Publicou várias centenas de trabalhos, entre os quais, *Noese e Crise na Epistolografia Goisiana* (Paris, 1982), tese doutoral; *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (Lisboa, 1^a2000), em co-autoria com Carlos Assunção; *Gramática Filológica da Língua Portuguesa*, de Jerónimo Soares Barbosa (Lisboa, 2004; reed.: Braga, 2005), edição e fac-símile da *princeps* de 1822; e *Caramuru, Os Lusíadas do Brasil* (Viana do Castelo, 2009), edição crítico-anastática do poema épico de J. de Santa Rita Durão (1781), nos 500 anos da chegada do vianense Diogo Álvares Caramuru à Baía.

ANA MARÍA SÁNCHEZ TARRÍO

Doutora em Filologia Clássica pela Universidade de Santiago de Compostela, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *Formación humanística y poesía romance en el 'Cancioneiro Geral de Garcia de Resende'*. Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Directora da Cátedra de Estudos Galegos da mesma Faculdade, tem leccionado disciplinas nas áreas de Língua Latina, Cultura Clássica, Renascimento Português e Cultura Europeia e tem dedicado a sua investigação ao estudo da produção latina e romance de diversas figuras do Humanismo Português: João Rodrigues de Sá de Meneses, João Rodrigues de Lucena, Martim de Figueiredo, João de Barros, Pedro Nunes, Fernando Oliveira. Entre outros estudos, publicou «Pedro Nunes e os humanistas do seu tempo», *Oceanos* 49 (2002) 96-108; «O *Commentum* de Martinho de Figueiredo (1529) e as lições plinianas de Poliziano (*Naturalis Historia*, Bodleian Library Auct.Q.1.2)», in Aires A. Nascimento (coord.), *Os clássicos no tempo: Plínio o Velho e o Humanismo Português* (Lisboa, 2007) 95-110; e *Paisagem e Erudição no Humanismo Português* (Lisboa, 2009).

ANTÓNIO MANUEL FERNANDES DA SILVA RIBEIRO

Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), na especialidade de Ciência Política, com a tese *Elaboração da Estratégia de Defesa Militar: contributos para um novo modelo*. Desempenha o cargo de Subchefe do Estado-Maior da Armada. É professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, professor da Escola Naval e do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração de Aveiro. É membro do Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica de Marinha, da Academia de Marinha, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Centro de Estudos do Mar, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, da Liga dos Combatentes, da Associação de Amizade Portugal/EUA, do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, do Centro Português de Geopolítica, do Grémio Literário, da Comissão Portuguesa de História Militar, da Revista Militar, da Revista Nação e Defesa, da Revista Segurança e Defesa. Tem leccionado disciplinas nas áreas de Gestão Estratégica, Estratégia Nacional, Relações Internacionais, Políticas Públicas de Segurança, Planeamento Estratégico, Avaliação do Potencial Estratégico. A sua principal área de investigação científica é o planeamento estratégico, embora se interesse igualmente pela estratégia militar, política internacional, relações internacionais, história militar, hidrografia e sociologia militar. Tem

publicados nove livros, destacando-se três: *Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses* (Mem Martins, 1994); *Organização Superior de Defesa Nacional, 1640 – 2004* (Lisboa, 2004); e *Teoria Geral da Estratégia – o essencial ao processo estratégico* (Coimbra, 2009).

ANTÓNIO MANUEL LOPES ANDRADE

Doutor em Literatura pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *O Cato Minor de Diogo Pires e a Poesia Didáctica do Século XVI*. Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem leccionado disciplinas de Língua Portuguesa e de Língua e Literatura Latinas e tem desenvolvido a sua investigação nas áreas do Humanismo Renascentista Português, da Literatura Novilatina e da História dos Judeus Portugueses, sendo actualmente responsável pelo Projecto de Investigação *Dioscórides e o Humanismo Português: os Comentários de Amato Lusitano*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Entre os seus trabalhos mais recentes, destacam-se *Os Senhores do Desterro de Portugal: Judeus Portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI* (Porto Alegre, 2006); *Daniel Rodrigo, um dos Grandes Protagonistas das Nações Portuguesas do Mediterrâneo* (Coimbra, 2006); e *De Ferrara a Lisboa: Tribulações do Cristão-novo Alexandre Reinel, preso no Cárcere do Santo Ofício* (Lisboa, 2007).

ANTÓNIO NUNO FIGUEIRA DE CAMPOS TEIXEIRA

Mestrando em História da Náutica e Arqueologia Naval pela Universidade Autónoma de Lisboa. Professor nos Cursos Livres de Arqueologia Naval e História da Náutica da UAL. Investigador na área da “Arqueologia Naval – Tratados de Construção Naval dos séculos XV-XVII”. Para além de publicações de apoio aos cursos, participou, com Adolfo Silveira Martins e Tiago Fraga, na comunicação «Um século na construção naval em madeira (1580-1680). Apontamento e reflexão», apresentada na *XIV Reunião Internacional da História da Náutica* (Coimbra, 2008), no prelo.

BELMIRO FERNANDES PEREIRA

Doutor em Estudos Clássicos, na especialidade de Literatura Neolatina, pela Universidade de Coimbra, com a tese *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento* (em curso de publicação, na Imprensa Nacional—Casa da Moeda). É Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde tem leccionado disciplinas das áreas de língua e literatura latinas,

cultura romana, terminologia e retórica. Publicou *As orações de obediência de Aquiles Estaço* (Coimbra, 1991); «António Pinheiro y sus *In tertium M. Fabii Quintiliani librum Commentarii*», in T. Albaladejo (ed.), *Quintiliano: Historia y actualidad de la retórica* (Logroño, 1998) 1241-1252; «A Retórica clássica e a formação de novas elites na Europa do Renascimento», in Nair Soares (ed.), *LatinEuropa* (Coimbra, 2008) 253-268, além de vários artigos sobre literatura latina e sobre retórica e humanismo nos sécs. XV e XVI.

CARLOS DA COSTA ASSUNÇÃO

Doutor em Linguística pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na especialidade de Linguística Portuguesa, com a tese *Para uma Gramatologia, Portuguesa – Edição Crítica da Arte da Grammatica da Lingua Portugeza, de Reis Lobato*; 2.º Vol.: *António José dos Reis Lobato – Gramático Iluminista*; 3.º Vol.: *Manuscritos e outros textos subsidiários*. Professor Catedrático da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Director do Centro de Estudos em Letras, tem leccionado disciplinas nas áreas da Linguística e tem dedicado a sua investigação à Historiografia Linguística. Publicou, entre outras, as seguintes obras: *Para uma Gramatologia Portuguesa – Dos Primórdios a Reis Lobato* (Vila Real, 1997); *A Arte da Grammatica da Lingua Portugeza de António José dos Reis Lobato – Estudo, Edição Crítica, Manuscritos e Textos Subsidiários* (Lisboa, 2000); e, em co-autoria com Amadeu Torres, *Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira – edição crítica, semidiplomática e anastática* (Lisboa, 2000).

CARLOS MORAIS

Doutor em Literatura pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Literatura Grega, com a tese *O Trímetro Sofocliano: variações sobre um esquema*. Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, coordenador dos cursos de Português como Língua Estrangeira e responsável pela área de Língua Portuguesa nos Projectos PmatE e Pensas@MOZ, tem leccionado disciplinas de Língua Portuguesa, de Língua Latina e de Língua e Literatura Gregas e é nestes domínios científicos que tem desenvolvido a sua principal investigação. No próximo triénio, vai dedicar-se ao estudo, tradução e recepção de Dioscórides, no âmbito do projecto *Dioscórides e o Humanismo Português: os Comentários de Amato Lusitano*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado por António Manuel Lopes Andrade. Entre outros estudos, publicou *A gramática*

de Grego de João Jacinto de Magalhães no Contexto da Reforma Pombalina (*A primeira gramática de Grego em língua portuguesa*) (Aveiro, 2000); *Máscaras Portuguesas de Antígona* (Aveiro, 2001); e *O Trímetro Sofocliano: variações sobre um esquema* (Lisboa, 2010).

FERNANDO JORGE DOS SANTOS MARTINHO

Doutor em Linguística pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Linguística portuguesa, com a tese *Sintaxe e Semântica dos Adjectivos Graduáveis em Português*. Leitor do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem leccionado disciplinas nas áreas de Linguística e de Língua Francesa e tem dedicado a sua investigação à descrição da sintaxe do adjectivo nas línguas românicas. Publicou, entre outros estudos, «Nomes nulos e adjectivos discretos: condições de legitimação e identificação», *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 2 (Aveiro, 1998) 149-167; «Gramática, vazío e subentendido: sobre algumas construções elípticas em Português», *Revista da Universidade de Aveiro—Letras*, 16 (1999) 7-47; e «Principe d'économie et mouvement de constituants. La question de la finalité en linguistique», *Revista da Universidade de Aveiro—Letras*, 21-22 (2004-2005) 175-185.

FILIPE VIEIRA DE CASTRO

Doutor em Antropologia pela Texas A&M University, na especialidade de Arqueologia Náutica, com a tese *The Pepper Wreck, A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*, é o Frederic R. Mayer Associate Professor of Nautical Archaeology no Departamento de Antropologia da Texas A&M University. Tem leccionado disciplinas nas áreas da história da construção naval em madeira e da interpretação e reconstrução de navios antigos. É autor dos livros *A nau de Portugal* (Lisboa, 2003); *The Pepper Wreck* (College Station, 2005); e *Edge of Empire, Proceedings of the Symposium held at the 2006 Annual Meeting of the Society for Historical Archaeology* (Lisboa, 2008, em co-autoria com Katie Custer).

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES

Doutor em História pela Universidade de Lisboa, na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão, com a tese *Os Navios da Expansão* (Lisboa, 2000). Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Adjunct Professor da Texas A&M University, Presidente da Comissão Internacional de História da Náutica e Vice-

-Presidente da Academia de Marinha, tem leccionado disciplinas nas áreas de História dos Descobrimentos e da Expansão, portuguesa e europeia, e História Marítima, e tem dedicado a sua investigação aos aspectos técnicos das navegações (sobretudo Arqueologia Naval), bem como à História da Ilustração Ibérica. Publicou recentemente: *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII* (Lisboa, 2004); *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI* (Vila do Conde, 2007); e *Navios e Viagens. A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII* (Lisboa, 2008).

GRAÇA RIO-TORTO

Doutora em Letras pela Universidade de Coimbra, na especialidade de Linguística Portuguesa, com a tese *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tem leccionado disciplinas nas áreas de Morfologia, Léxico, Gramática, Português como Língua Estrangeira, e tem dedicado a sua investigação a Morfologia e semântica, formação de palavras e léxico. Publicou, entre outros estudos, *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português* (Porto, 1998); *Verbos e nomes* (Coimbra, 2004); e, em co-autoria com Ana C. Macário Lopes, *O essencial sobre semântica* (Lisboa, 2007).

HENRIQUE BARROSO

Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Minho, na área de conhecimento de Linguística Portuguesa, com a tese *Para uma Gramática do Aspecto no Verbo Português* (2007). Professor Auxiliar do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho e Co-coordenador dos Cursos Anuais e de Verão de Português para Estrangeiros (PLE), tem leccionado disciplinas nas áreas de Fonética, Fonologia, Morfologia, Português Língua Estrangeira e Português Língua Materna, e tem dedicado a sua investigação à Semântica do Aspecto em Português e também à Fonética e Fonologia. Entre outros estudos, publicou *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo. Visão Funcional/Sincrónica* (Porto, 1994); *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa* (Coimbra, 1999); e «'Aspecto' e 'Aspectualidade': coordenadas descritivas», *Revista Portuguesa de Humanidades/Estudos Linguísticos*, 12-1 (Braga, 2008) 91-122.

JOÃO GONÇALVES GASPAR

Licenciado em Teologia. Vigário geral da Diocese de Aveiro. Prelado honorífico do Papa (Monsenhor). Membro da Academia Portuguesa da História. Lecionou a disciplina de História de Aveiro no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (Aveiro), para professores e educadores de Infância. Tem-se dedicado à investigação sobre a história de Aveiro e sobre a biografia de aveirenses ilustres. Entre diversas obras, publicou *A Diocese de Aveiro – Subsídios para a sua História* (Aveiro, 1964); *Lima Vidal no seu Tempo* (Aveiro, 1974); *a Princesa Santa Joana e a sua Época* (Aveiro, 1988); e *Aveiro na História* (Aveiro, 1997).

JOÃO PAULO SILVESTRE

Doutor em Linguística Portuguesa pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Lexicografia, com a tese *O Vocabulário Português e Latino de Rafael Bluteau: fontes, teoria metalexigráfica e recepção*. Tem dedicado a sua investigação à história da lexicografia portuguesa e à edição de textos dicionarísticos. Publicou, entre outros estudos, *Dicionarística Portuguesa* (Aveiro, 2007) e *Bluteau e as origens da lexicografia moderna* (Lisboa, 2008).

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Doutor em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, na especialidade de História Moderna e Contemporânea, com a tese sobre *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*. Investigador Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Presidente da Direcção do Instituto Europeu de Ciências da Cultura P. Manuel Antunes, tem leccionado disciplinas nas áreas de Cultura Portuguesa e tem dedicado a sua investigação à História da Cultura e à Mitocrítica. Entre outros estudos, publicou *O Mito de Portugal* (Lisboa, 2000); *O Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX, 2 Vols.* (Lisboa, 2006-2007); e, em co-autoria com Isabel Morán Cabanas, *O Padre António Vieira e as Mulheres: Uma visão barroca do Universo feminino* (Porto, 2008).

JOSÉ MANUEL MALHÃO PEREIRA

Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *Norte dos Pilotos, Guia dos Curiosos. Um Livro de Marinharia do século XVIII. Estudo Crítico*. Doutorando em História

e Filosofia das Ciências, na Faculdade de Ciências, tem leccionado disciplinas nas áreas da História da Náutica. Tem dedicado a sua investigação à evolução da náutica portuguesa, europeia e mundial, à Roteirística associada a estas navegações, à Carreira da Índia e às rotas marítimas duma maneira geral. Publicou a sua tese de Mestrado em 2009, na Mar de Letras, e ainda *Navegações Chinesas do Século XV. Realidade e Ficção* (Lisboa, 2006) e *O Cabo da Boa Esperança e o Espólio Náutico Submerso* (Lisboa, 2005), ambos pela Academia de Marinha, além de outras obras e de dezenas de monografias em publicações nacionais e estrangeiras.

LUÍS MACHADO DE ABREU

Doutor em Filosofia pela Universidade de Aveiro, na especialidade de História da Filosofia e da Cultura Portuguesa, com a tese *Spinoza – A Utopia da Razão*. Professor Catedrático Aposentado da Universidade de Aveiro, leccionou disciplinas nas áreas de Cultura Portuguesa e de Análise do Discurso. Tem dedicado a sua investigação ao pensamento filosófico de Spinoza, História das Ideias, História e Discurso do Anticlericalismo Português. Publicou, entre outros estudos, *Spinoza – A Utopia da Razão* (Lisboa, 1993); *Percursos do Oitocentismo Português* (Aveiro, 1998); e *Ensaios Anticlericais* (Lisboa, 2004).

MARIA FERNANDA AMARO DE MATOS BRASETE

Doutora em Literatura pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Literatura Grega, com a tese *O Prólogo na Tragédia Euripidiana*. Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem leccionado disciplinas nas áreas da Língua e Literatura Gregas, Cultura Clássica, Terminologia e Língua Portuguesa e tem dedicado a sua investigação à Literatura Grega arcaica e clássica e à recepção da Tragédia Grega. No próximo triénio, vai dedicar-se ao estudo, tradução e recepção de Dioscórides, no âmbito do projecto *Dioscórides e o Humanismo Português: os Comentários de Amato Lusitano*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado por António Manuel Lopes Andrade. Publicou, entre outros estudos, «O fluir do doce canto: Nemeia V», in Frederico Lourenço (org.), *Ensaios sobre Píndaro* (Lisboa, 2006) 149-163; «Epimeteu, ou o Homem que Pensava Depois: uma «fantasia mitológica» de Jorge de Sena», in António Manuel Ferreira (coord.), *Forma Breve 5* (Aveiro, 2007) 11-21; e «Homoterotismo Feminino na Lírica Grega Arcaica: A Poesia de Safo», in J. Augusto Ramos,

M. Céu Fialho, N. Simões Rodrigues (coord.), *A Sexualidade no Mundo Antigo* (Lisboa, 2008) 289-303.

MARIA HELENA PAIVA

Doutora em Linguística Portuguesa pela Universidade do Porto, Faculdade de Letras, com a tese *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, 4 vols. (2002). Professora auxiliar jubilada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Leccionou *Introdução aos Estudos Linguísticos, Fonética Geral, Linguística Românica* (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), *Português Língua Estrangeira* (Paris–Nanterre, Paris–Sorbonne, Paris–Sorbonne Nouvelle), *Linguística Portuguesa* (Faculdades de Letras de Lisboa, do Porto, de Paris–Sorbonne e de Paris Sorbonne Nouvelle), *Técnicas de Expressão do Português, História da Língua Portuguesa* (Faculdade de Letras do Porto). Tem dedicado a sua investigação a Estilística, Linguística Histórica, Português Quinhentista, Relações entre variação e mudança, História da Norma, História da Gramática, Linguística Computacional. Principais publicações: *Contribuição para uma Estilística da Ironia* (Lisboa, 1961); «Unidades monoverbais e pluriverbais, diacronia e tratamento informático no corpus metalinguístico do português quinhentista», *Linguística (Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto)*, 1. 1 (2006) 107-142; «Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos», *Linguística (Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto)*, 4. 1 (2009) 85-110.

MARIA HELENA PESSOA SANTOS

Doutora em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na especialidade de Linguística Portuguesa, com a tese *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*. Professora Auxiliar do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem leccionado disciplinas na área da Linguística Portuguesa e tem dedicado a sua investigação à historiologia/historiografia linguística geral e portuguesa. Publicou vários artigos, de entre os quais destaca «Coordenadas do pensamento linguístico de A. Epiphânio Dias», in Maria Lobo & Maria Antónia Coutinho (org.), *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos seleccionados* (Lisboa, 2007) 561-577; «Relações linguísticas intra-ibéricas na centúria de Oitocentos», in Ángel

Marcos de Dios (coord.), *Aula ibérica: Actas de los congresos de Évora y Salamanca* (Salamanca, 2007) 733-741; e «Acerca da pré-história e história da historiografia linguística», *Estudios Portugueses* 7 (Salamanca, 2008) 9-36.

MARIA MANUEL ROCHA TEIXEIRA BAPTISTA

Doutora em Cultura, pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Cultura Portuguesa, com a tese *A Paixão de Compreender em Eduardo Lourenço*. Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e Coordenadora da Comissão Científica do Departamento de Línguas e Culturas, tem leccionado disciplinas nas áreas de Cultura Portuguesa e Turismo Cultural e tem dedicado a sua investigação à área dos Estudos Culturais. Publicou, entre outros trabalhos, *Tempos de Eduardo Lourenço* (Porto, 2003), em co-autoria com Manuela Cruzeiro; *Padre António Vieira – Imperador da Língua Portuguesa* (Lisboa, 2008), em co-autoria com J. Eduardo Franco; e *Cultura: Metodologias e Investigação* (Aveiro, 2009).

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO

Doutor em Filologia pela Universidade Complutense de Madrid, na especialidade de Filologia Latina, com a tese *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador da Secção de Estudos Ibéricos Comparados do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, tem leccionado disciplinas nas áreas de Didáctica do Espanhol, Lingüística Espanhola, Crítica Textual e Historiografia Gramatical e tem dedicado a sua investigação à Gramaticografia do Latim, do Português e do Espanhol (Sécs. XVI-XIX), à História do Ensino das Línguas (Sécs. XVI-XIX), à Crítica Textual e à Linguística Contrastiva. Publicou, entre outros estudos, «Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)», *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, 22. 1 (Madrid, 2002) 211-253; «Notas sobre la presencia de la gramática y de los gramáticos españoles en la gramaticografía portuguesa (siglos XVI-XVIII)», *Romanistik in Geschichte und Gegenwart*, 12. 2 (Hamburg, 2006) 147-165; «O tratamento do infinitivo flexionado na gramaticografia portuguesa setecentista: descrição e uso», in Annette Endruschat, Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Priess (orgs.), *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch* (Tübingen, 2006) 167-198.

ROSA LÍDIA COIMBRA

Doutora em Linguística pela Universidade de Aveiro, na especialidade de Linguística Portuguesa, com a tese *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica*. Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem leccionado disciplinas nas áreas da linguística textual, semântica e linguística do discurso e tem dedicado a sua investigação à linguística textual, linguística cognitiva e fonética aplicada. Com o enquadramento teórico da linguística cognitiva usado no artigo do presente volume, publicou: «Explorando as palavras e... o mercado. A silepse no discurso publicitário», *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 17 (2000) 119-130; «Jogos polissémicos no discurso publicitário», in A. M. Ferreira (org.), *Presenças de Régio. Actas do 8.º Encontro de Estudos Portugueses* (Aveiro, 2002) 145-151; e «O quiasmo na publicidade escrita portuguesa. Uma abordagem cognitiva», in M. Lobo e M. A. Coutinho (orgs.), *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados* (Lisboa, 2007) 251-260.

SAUL ANTÓNIO GOMES

Doutor em Letras pela Universidade de Coimbra, na especialidade de História Medieval, com a tese *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII a XIV*. Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, colaborador do Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e sócio correspondente da Academia Portuguesa da História, tem leccionado disciplinas nas áreas de Paleografia Moderna, História dos Descobrimentos, Património Histórico, Artístico e Museologia, Codicologia e Sigilografia. Tem dedicado a sua investigação a Diplomática, Sigilografia, História Monástica, História Medieval de Portugal e História Local (Região de Leiria). Publicou, entre outros estudos, *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte* (Leiria, 1997), *D. Afonso V, o Africano* (Mem Martins, 2008); e *O Foral Manuelino de Ílhavo* (Ílhavo, 2009).

TERESA MARGARIDA JORGE

Mestre em Estudos Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na especialidade de Literatura Portuguesa Moderna. Prepara uma tese de doutoramento em Estudos

Portugueses, na especialidade de Crítica Textual, sobre o estudo e a edição da correspondência autógrafa de Alexandre Herculano. Docente de Língua Portuguesa no Ensino Oficial, tem dedicado a sua investigação à Crítica Textual de autores portugueses, tendo apresentado algumas comunicações e artigos sobre Fernando Oliveira e Alexandre Herculano.

TIAGO MIGUEL FRAGA

Mestre em Antropologia pela Universidade Texas A&M, na especialidade de Arqueologia Náutica, com a tese *Santo Antonio de Tanná: Story and Reconstruction*. Professor Convidado do Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, tem leccionado disciplinas nas áreas de Arqueologia Náutica e Subaquática e tem dedicado a sua investigação a construção naval moderna, fragatas e tratados de construção. Publicou «A Proposed Model for the Reconstruction of Shipwrecks: Case Study, a Late Seventeenth Century Portuguese Frigate», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7. 2 (Lisboa, 2004) 585-605; e «*Santo Antonio de Tanná: Story, Excavation and Reconstruction*», in Filipe Vieira de Castro e Katie Custer (eds.), *Edge of Empire, Proceedings of the Symposium held at the 2006 Annual Meeting of the Society for Historical Archaeology* (Lisboa, 2008) 201-213.

I
O HOMEM

Fernão de Oliveira: Humanista insubmisso e precursor

MONS. JOÃO GONÇALVES GASPAR

Fernão de Oliveira — ou Fernando Oliveira, como também assinou nos últimos anos da sua vida — foi um insigne aveirense de aura internacional que se evidenciou pela sua obra assinalável, apesar de lamentavelmente esquecido durante séculos. Figura fascinante, expoente avançado e autor multifacetado do Humanismo português do Renascimento, destacou-se como pioneiro na sistematização dos princípios gramáticos da nossa linguagem, na descrição da táctica militar marítima, na divulgação da arquitectura náutica e na história portuguesa. Se a sua vida de sacerdote dominicano, de escritor, de filólogo, de cartógrafo, de historiador, de diplomata, de marinheiro, de soldado, de aventureiro e de perseguido é tão cheia de episódios díspares e de aventuras diversificadas, os seus conhecimentos surgem-nos multiformes e manifestam uma invulgar sabedoria, com base tanto em conhecimentos humanistas e cristãos como na experiência vivencial, colhida de muitas maneiras. Por isso, ele também tem de ser considerado, com muita justeza e sem qualquer dúvida, como uma glória da terra onde nasceu e da família a que pertenceu. Torna-se, pois, pertinente a dupla pergunta: de onde é efectivamente natural e quais os seus parentes?¹

1. Aveirense insubmisso e aventureiro

O padre Fernão de Oliveira nasceu provavelmente em 1507. Pelo que se diz, foi seu pai Heitor de Oliveira, juiz de órfãos de Pedrógão, e sua mãe D. Branca da Costa. A modéstia social e económica da vida do casal e do filho e as próprias palavras deste na dedicatória da *Gramática*, dirigidas a D. Fernando

¹ Os textos antigos aqui transcritos são reproduzidos com a actualização ortográfica.

de Almada — o qual «não se contentando com os altos princípios de Almada, ajuntou consigo a glória imortal e vitória de Abranches» — denunciam a humildade da sua origem e da sua vida: «Estas coisas me obrigam e fazem julgar que ele abasta não só para meu intento que sou um homem baixo; e estendesse a pouco meu ânimo.» A sua biografia pode ser reconstituída, graças à documentação existente, como auto-informações, processos da Inquisição, cartas e testemunhos coevos.

Reinava em Portugal D. Manuel I e o nome do nosso país, tendo ultrapassado há muito as fronteiras nacionais, era conhecido quer na Europa quer em diversas partes do mundo. Decorria a gesta heróica de um povo, cujas caravelas cruzavam os mares e cuja acção já se fazia sentir no remoto Oriente e na longínqua América do Sul. Graças a Portugal, tornara-se possível promover uma nova rota para as trocas comerciais entre os continentes, estabelecer-se um relacionamento inter-cultural das civilizações e dilatar-se a fé cristã em remotas paragens. Os portugueses, abrindo as grandes vias da comunicação, davam o primeiro salto no futuro da universalidade e da transnacionalização do mundo. *A aldeia global* começara a ser uma realidade.

A partir de 1898, quando Henrique Lopes de Mendonça publicou o processo do Tribunal da Inquisição em que Fernão de Oliveira foi réu pela primeira vez, tem-se repetido, sem mais, que ele nasceu em Aveiro. De facto, o arguido, no depoimento que fez em 21 de Novembro de 1547 (Mendonça, 1898: 108), «perguntado como se chamava e donde era natural, disse que se chamava Fernão de Oliveira e que era natural do bispado de Coimbra, da vila de Aveiro.» Porém, dias depois, em 29 de Novembro (Mendonça, 1898: 101), respondendo à barra do mesmo Tribunal, diria que «era cristão e por tal se tinha e que recebera água do santo baptismo e que fora baptizado na igreja do Couto do Mosteiro, couto do bispado de Coimbra.»

Numa primeira abordagem, dando o significado vulgar à palavra *natural*, os dois depoimentos são discordantes, senão mesmo contraditórios. De facto, não era plausível, nessa altura, que o nascimento de Fernão de Oliveira fosse na vila de Aveiro e o baptismo se realizasse na distante freguesia do Couto do Mosteiro, do actual concelho de Santa Comba Dão. E isto pelo simples motivo de que esse sacramento se administrava, por costume secular e pela legislação eclesiástica em vigor, num dos primeiros oito dias de idade do recém-nascido, na igreja matriz da paróquia onde residiam os pais e se dera o respectivo parto; ademais, as deslocações, além de serem morosas e difíceis, eram assaz incómodas e prejudiciais à saúde das crianças. Mantinha-se também a tradição, conservada ainda nos meados do século XX, de que,

antes de se celebrar o baptismo, a mãe não devia sair de casa nem sequer ir à igreja e, porque ausente da cerimónia religiosa, recebia alegremente a criança à porta da sua casa. Por tais motivos, não é viável a hipótese de que Fernão de Oliveira haja nascido em Aveiro e tenha sido baptizado na freguesia do Couto do Mosteiro. Mas... como conciliar as duas afirmações no exigente Tribunal?

Posteriormente, decorridos mais de vinte anos após o processo inquisitorial, Fernão de Oliveira redigiu em latim a *Ars Nautica*; o texto, manuscrito e inédito, foi conhecido em 1960, como adiante se dirá. Duas das suas páginas são de extrema importância para esclarecer a dúvida que nos ocupa aqui e agora. De facto, o autor no título do prefácio (fl. 2r) declarou sucintamente a sua proveniência:

Præfatio in artem nauticam Ferdignandi Oliuerij de Sancta Columba.
Prefácio para a Ars Nautica de Fernando Oliveira, de Santa Columba.

Mais ainda. Metade da folha 7v é ocupada por uma esclarecedora nota autobiográfica, também escrita pelo seu punho, numa sextilha em hexâmetros latinos, sob a epígrafe «Auctoris de patria, parentibus et nominibus suis, exametrum» (*Hexâmetro sobre a terra natal do autor, seus pais e nomes*). Assim se lê:

Auiger est locus, in quo me genuere parentes.
Ordine equestres, mores modesti, et re mediocres.
At primos vagitus Gestosæ edidit ortus.
Baptismum Fidei dedit ecclesia alma Columbæ.
Ferdignandus Oliuerius postum est mihi nomen.
Sicut oliua ferax dignos nautæ affero fructus.

Aveiro é a localidade onde me geraram os pais.
Da classe equestre, condição modesta e diminutos haveres.
Mas o recém-nascido soltou os primeiros vagidos na Gestosa.
A igreja matriz de [S.ta] Columba deu o baptismo da fé.
Fernando Oliveira foi-me posto como nome.
Como oliveira produtiva dou frutos dignos ao navegante.

Já com mais de 60 anos de idade e liberto do ambiente de pressão que o teria levado a exprimir-se sinteticamente no Tribunal — e até poderá ter sucedido que o escrivão António Roiz haja abreviado os depoimentos — quis ser claro nos elementos que desejou fornecer aos vindouros, apesar de limitado ou constrangido pela métrica a que se tinha sujeitado.

Então, terá acontecido o seguinte: em certa altura, os pais, nascidos, casados e moradores em Aveiro, emigraram para o lugar da Gestosa, da freguesia do Couto do Mosteiro. O menino, já concebido antes da deslocação e vivendo no seio materno, acabou por vir à luz nessa povoação, onde o casal passara a residir; com o nome de Fernando, foi baptizado na igreja matriz, dedicada à mártir Santa Columba.

A mencionada anotação autobiográfica proporciona-nos, neste momento, algumas considerações:

1.^a *Auiger*, segundo o pensamento do autor, quer significar Aveiro. De facto, em 1536, ao escrever a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, referiu-se especialmente a Aveiro (XXXI), dizendo que a vila tinha esta designação «porque dantes nessa terra morava um caçador de aves ao qual como de alcunha chamavam o ‘aveiro’.» Convencido de tal etimologia, Fernão de Oliveira não poderia logicamente traduzir de outro modo, para latim, o nome de Aveiro, senão por *Auiger* — palavra por ele composta com radicais do mesmo idioma para significar, à letra, caçador ou criador de aves. É evidente que, desde há muito tempo, tal etimologia para o topónimo *Aveiro* se encontra plenamente posta de lado, mercê dos recursos documentais que hoje se possuem, sobretudo a partir do conhecimento e do estudo do testamento-doação da condessa Mumadona Dias, datado de 26 de Janeiro de 997 da era de César (959 da era de Cristo), onde se referem as «terras in Aluario et salinas quæ ibidem comparauimus», doadas ao Mosteiro de Guimarães.

2.^a Ao afirmar em 1547, perante o Tribunal, que era natural de Aveiro mas que fora baptizado no Couto do Mosteiro, o depoente teria sido levado a isso por um dos dois seguintes motivos, ou conjuntamente por ambos: ou porque, segundo um certo entendimento comum na época, considerasse como terra natal a dos pais e antepassados, mesmo nascendo noutra qualquer por razão de viagem, estadia casual ou trabalho fortuito; ou porque, com a precisão dos conceitos de um humanista, quisesse dizer que Aveiro seria, com verdade, a sua terra natal, pois, para ele, *genuere* (gerar) ou *genus* (geração) — fundamento pelo qual uma nova pessoa se inseria numa determinada *gens* (família consanguínea ou estirpe natural) — significava a sua conceição, o mesmo é dizer, o princípio da sua vida.

3.^a Efectivamente, pelo menos desde os princípios do século XIV, tem sido constante em Aveiro a presença de pessoas com o apelido *Oliveira*. O meirinho-mor de el-rei D. Dinis, após a morte do monarca em 1325, viria a casar-se com a aveirense D. Constança de Oliveira; na sua descendência, além dos Oliveiras, irão aparecer os Vasconcelos, os Mendes, os Roiz, os Rangéis, os Ribeiros e os Barretos — alguns com situação de relevo na sociedade, já no século XVI. Quanto ao apelido materno *Costa*, também este era aqui usado nos anos de quinhentos por destacados indivíduos.

4.^a Fernão de Oliveira decerto sentiria satisfação em declarar-se natural de Aveiro, pátria dos seus pais e antepassados paternos e maternos, onde, aliás, tinha sido gerado; outrossim, não ocultaria que havia visto a luz do dia na Gestosa — terra que fora do domínio de vários dos seus avoengos e por onde terá vivido durante alguns dos seus primeiros anos. Semelhante conclusão parece confirmar-se com as recordações que ele próprio nos deixou por escrito, tanto na *Gramática da Linguagem Portuguesa* (XLVII) como na *Arte da Guerra do Mar* (I, VIII e XIV), e que confirmam que o ambiente natural e social da Beira também o moldou. Contudo, por outro lado, é de admitir que tenha passado parte do tempo de criança ou de adolescente nas terras alavarienses, uma vez que na *Gramática*, ao discorrer sobre a etimologia de três topónimos, não esquece o de Aveiro, sendo os outros dois os de Lisboa e de Santarém. O mesmo tencionaria dizer quando, na *História de Portugal* (I, II), teve o cuidado de aludir a Aveiro, «povoada por mandado do infante D. Pedro», aproveitando a ocasião para, logo a seguir, pôr a claro o erro de os nossos naturais cuidarem que os romanos ou os mouros edificaram e enobreceram as povoações, quando a sua feitura se ficou a dever às «gentes naturais antigas destas terras que viviam nelas em paz e faziam suas moradas para si e para seus filhos, sem cuidar que haviam de vir os romanos nem mouros a tomar-lhas.»

Volvido bastante tempo, já com cerca de quarenta e sete anos de idade, cansado das turbulências da vida, dos desassossegos da sorte e das aventuras sem parança, voltaria às terras da Beira, passando algum tempo no meio calmo da sua infância, talvez na residência dos Cunhas, em Santar.

Na adolescência, aí por 1516, no caso de residir em Aveiro, Fernão de Oliveira talvez começasse a ser educado no convento dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia, que existia na localidade. Depois, contando os seus treze ou catorze anos, seria transferido para o convento de Évora, onde adquiriu cultura humanista e cursou estudos teológicos, como ele próprio havia de afirmar na *Gramática* (XLVII):

Sendo eu moço pequeno fui criado em São Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra porque o eu assim pronunciava segundo que o aprendera na Beira.

Neste cenóbio, em que o saber era cultivado e transmitido por homens eminentes, depois da necessária formação intelectual, moral, religiosa e sacerdotal e do competente noviciado preparatório, envergando o respectivo hábito da Ordem dos Pregadores, fez a profissão dos votos religiosos e recebeu o sacramento do Presbiterado, em data que se desconhece. Como tradicionalmente se sustenta embora sem fundamento certo, aí terá sido discípulo, especialmente em lições de Gramática Latina, do mestre André de Resende, um dos célebres eruditos portugueses do século XVI, «de geração nobre e filho de hábito do convento e que nele foi noviço» (Sousa, 1937: I, V, XI), cujas capacidades o aluno subestimou na sua *História de Portugal* (I, II), afirmando pejorativamente, a propósito da sua curiosidade «de ler pedras romanas», que «tinha o entendimento duro como as mesmas pedras». Provavelmente este juízo teve como fundamento primordial o facto de André de Resende, em 1547, não ter concordado com ele e de o ter recriminado pelas ideias pró-heréticas que o levaram ao Tribunal do Santo Ofício.

No mesmo convento encontrava-se então o seu e nosso patrício frei Pedro de Aveiro que foi «de vida ilustre por santidade e profecia», conforme regista o epitáfio da lápide evocativa, exposta no Museu de Évora, cujo texto completo em latim é o seguinte:

Frater Petrus huius domus cænobita laicus in hoc sacello sepultus est in incerto loco: cuius vita sanctimonia et prophetia clara literis proditur. D. A. M.DC.I.

Frei Pedro, religioso leigo deste convento, foi sepultado nesta capela, em lugar incerto; tem-se escrito sobre a sua vida, ilustre por santidade e profecia. Ano do Senhor de 1601.

Este religioso, sendo irmão leigo, exerceu o cargo de porteiro; dele ficou a memória de que muito carinhosamente sempre atendia os pobres, os velhinhos e os doentes e de que, com igual caridade, aceitava os pedidos de orações da parte das pessoas que se lhe dirigiam, entre as quais se menciona a rainha D. Maria de Castela, mulher de D. Manuel I, a qual morreu em 1517. Cansado pelos anos e pela penitência, acabou por falecer em 8 de Janeiro de 1528, com cerca de setenta anos de idade. O dito André de Resende escreveu

a sua biografia, publicada em 1570 — mas escrita antes de 1535 — sob o título *Da santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, porteiro do mosteiro de São Domingos de Évora*.

Entretanto, aos vinte e cinco anos de idade, não dominando o seu temperamento rebelde e insubmisso, frei Fernão de Oliveira não suportou o rigor da disciplina monástica e, perante qualquer incidente ocasional, enveredou pelos caminhos largos da liberdade e do saber em terras estrangeiras. Consequentemente, desertou do claustro e refugiou-se no país vizinho, talvez em Toledo, tendo obtido do papa Paulo III o breve de secularização, decerto com o valimento de algum dos seus amigos. Porém, o problema do documento pontifício nunca foi completamente esclarecido, apesar de ele ter dito, em 1547, no decorrer do processo da Inquisição (Mendonça, 1898: 108):

Perguntado como se saíra da Ordem, disse que fugira e que depois houve uma letra apostólica para se fazer clérigo secular e que esta letra deixou aqui em esta cidade e que agora que a não acha e porém que foi juiz dela o provisor e escrivão João Lopes.

A ausência em Espanha foi pouco demorada, de cerca de três anos, que ele aproveitou para desenvolver as suas aptidões de filólogo e para talvez começar a redigir uma gramática da língua portuguesa. A isso o incentivaram os contactos com humanistas espanhóis e especificamente o exemplo inspirador e mobilizador de Élio António de Nebrija (1444-1522), espírito dotado de uma curiosidade universal, pois era aberto aos estudos de filosofia, de teologia, de direito e de cosmografia. Sabendo grego e hebraico como qualquer humanista de então, trouxera da Itália para Espanha o domínio de um método filológico rigoroso. Fernão de Oliveira leu e em parte copiou a sua *Grammatica de la Lengua Castellana*, impressa em 1492, mas apenas para uso pessoal e para lhe servir de modelo; todavia, foi em Lisboa que finalizou a redacção da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1536.

Além disso, continuou no exercício do ministério sacerdotal como clérigo secular e, segundo recordou com assomos de orgulho, dedicou-se ao ensino das primeiras letras. De facto, dada a sua formação humanista, foi escolhido como professor particular dos «filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra» (Mendonça, 1898: 20, Proc. Inq.), como João de Barros, cronista e feitor das Casas da Índia e da Mina, D. Fernando de Almada, alcaide-mor de Lisboa e capitão-mor do Mar, e D. João Fernandes da Silveira, primeiro barão do Alvito, em cuja casa residiu. Nesta altura, em virtude dos réditos

que usufruía pelo seu mister, alcançou certa estabilidade económica, que nunca mais reencontraria. Por coincidência, nesse ano de 1536, aconteceu que a Inquisição foi oficialmente instituída para Portugal pelo papa Paulo III e o aveirense Aires Barbosa publicou o poema *Antimoria*, verdadeiro libelo contra o *Encomium Moriaë*, de Erasmo de Roterdão — este falecido também no mesmo ano.

Num dos primeiros anos da década de 1540, o padre Fernão de Oliveira, de carácter dinâmico e propenso para a acção, voltou a sair de Portugal para Espanha; uma vez em Barcelona, fascinado pelo mar e pelas artes de navegar, embarcou para Génova nos finais de 1541 ou nos princípios de 1542. Na viagem, o navio com os seus homens foi capturado pelas galés de França; ele manifestou logo os seus conhecimentos náuticos, o que lhe proporcionou a escolha para piloto de um dos barcos gauleses, os quais provavelmente atracaram no porto de Marselha.

Depois de uma breve permanência pelo sul de França, onde continuavam acesas as discussões e lutas entre católicos tradicionalistas e cristãos reformados, talvez tivesse ido até Roma, aqui se demorando durante pouco tempo. Discutia-se então aí o problema da concretização do estabelecimento efectivo da Inquisição em Portugal, em nada do agrado do papa e da Cúria Pontifícia. Regressou a Lisboa em Março de 1543, na companhia do bispo de Modena, mons. Luigi Lippomano, que em Maio do ano anterior havia sido nomeado núncio apostólico junto da corte de el-rei D. João III. O padre Fernão de Oliveira, durante a longa viagem, teria ocasião de trocar impressões particulares com o bispo-diplomata, chegando ambos à conclusão de que a Inquisição era para temer e não para amar. Admitida a conjectura de se ter deslocado a Roma e de ter permanecido aí por um breve período, desconhece-se a finalidade que o terá levado lá, havendo embora quem assevere ter lá ido em missão de espionagem ao serviço de el-rei D. João III. Seja como for, uma vez chegado a Portugal, logo criou conflitos pelo seu carácter arrebatado e irrequieto, pela sua linguagem inconveniente e pelas suas ideias pouco ortodoxas para a política de então, sendo mal visto pelos dominicanos e abandonado pelos amigos de outrora, que começaram a tê-lo sob suspeita. Por tudo isto — e talvez por vocação para outros estudos ou por inimizades com quem o tinha protegido — perdeu a fonte das suas receitas, qual era o ensino de Humanidades.

Deve ainda referir-se que, nesta altura, surgiram graves inimizades com o livreiro João de Borgonha, a que ele aludiu no processo inquisitorial (Mendonça, 1898: 99-105). Desta dissidência surgiu, da parte do vingativo

livreiro, um ódio intenso contra o clérigo, cujas influências se iriam reflectir no futuro da sua vida, nomeadamente com as acusações à barra do Tribunal do Santo Ofício.

Na continuação da vida, «constrangido por muita necessidade de pobreza que tinha e fome que padecia por os anos serem muito apertados nesta terra» (Mendonça, 1898: 102, Proc. Inq.) por motivo de escassas colheitas, em Junho de 1545, indo consigo o padre egresso dominicano frei Miguel Lobo, Fernão de Oliveira alistou-se com o nome de capitão Martinho na armada de vinte e cinco galés francesas sob a capitania-mor de Antoine Escalin, barão de La Garde, vindas de Marselha e então de passagem pela barra do Tejo a caminho do canal da Mancha. Dados os conhecimentos que adquirira com o barão de Saint-Blancard, ofereceu-se como piloto do seu navio, alcançando tal notoriedade como técnico naval que alguns dos seus conselhos foram tidos em consideração. Tais barcos juntar-se-iam à armada com que Francisco I de França iria tentar defender os interesses do país contra as pretensões de Henrique VIII de Inglaterra. Na realidade, em Maio de 1546, a frota, sob o comando do almirante Anebault, saiu da foz do rio Sena para perseguir a dos ingleses; contudo, por hábeis estratégias e pela ajuda dos ventos favoráveis, estes capturaram os gauleses. Fernão de Oliveira, que à barra do Tribunal da Inquisição havia de declarar que às vezes se tinha confessado ao sacerdote companheiro e, durante a Quaresma desse ano, no convento de S. Domingos de Rouen, também caiu nas mãos dos bretões e por eles foi aprisionado e levado para a Inglaterra. Por coincidência, começara naquele ano de 1545 o Concílio Ecuménico de Trento, apostado em promover uma séria reforma na vida e nas estruturas da Igreja Católica, o qual viria a encerrar-se em 1563.

Decorrido breve tempo, já em liberdade, Fernão de Oliveira identificou-se como português, conseguiu assinalado prestígio em Londres e — não se sabe como, mas decerto pela sua atracção às ideias reformistas do Anglicanismo — ganhou a confiança e a simpatia de Henrique VIII, rei da Inglaterra entre Abril de 1509 e Janeiro de 1547, o qual o protegeu e lhe estabeleceu uma tença. Após a morte do soberano, continuou a gozar da mesma protecção junto do sucessor, Eduardo VI. Resolvendo regressar a Portugal, embora duvidoso do acolhimento que o esperava, o jovem rei britânico passou-lhe uma carta credencial para D. João III, de que foi portador. Mais tarde, declarar-se-ia afeiçoado ao soberano inglês, dizendo mesmo (Mendonça, 1898: 109 e 113, Proc. Inq.) «que ele era criado de el-rei da Inglaterra e que comia seu pão.»

Efectivamente, na sequência de o papa Clemente VII não ter permitido segundas núpcias a Henrique VIII, em 11 de Fevereiro de 1531 o Parlamento

da Inglaterra, sob pressão de el-rei, reconheceu-o «como único protector da Igreja, seu único e supremo senhor e também seu chefe máximo, quanto a lei de Cristo o permita». A mesma Assembleia, em Novembro de 1534, confirmaria a decisão anterior, declarando o monarca — e seus sucessores — como único chefe temporal da Igreja Anglicana, munido de plenos poderes para reprimir e eliminar erros, heresias, abusos e escândalos. Na sucessão dos acontecimentos, se o cisma religioso não encontrara grande resistência entre o povo, já não acontecera assim entre o clero e sobretudo nos mosteiros e nos conventos. Por isso é que os cristãos que se mantinham fiéis a Roma, recusando-se a proferir o juramento imposto pelo soberano, foram lançados nas masmorras ou foram condenados à morte; além disso, os cenóbios foram encerrados e confiscados os seus bens que, por munificência do rei, caíram nas mãos de apaniguados.

Foi este o ambiente que encontrou Fernão de Oliveira na Inglaterra: uma sociedade em feroz luta fratricida entre os cristãos tradicionais e os cristãos anglicanos — estes manifestamente favorecidos pelo monarca. Decerto que, em semelhante atmosfera de disputa continuada, ao espírito revoltadiço e céptico do antigo dominicano não foi indiferente a hostilidade marcante contra o domínio do poder espiritual e temporal do pontífice romano, que considerava exagerado. Mais tarde, ele mesmo haveria de se manifestar desfavorável ao culto excessivo das imagens dos santos, de verberar a exagerada veneração das relíquias e de condenar os inúmeros milagres sem provas, que julgava uma exploração do povo simples!... A tal propósito, já ultrapassadas as controvérsias desses tempos e dos tempos subsequentes, pode-se hoje perguntar: não haveria alguma razão?!... A resposta seria certamente positiva.

De nada lhe valeu aquela carta abonatória. Retornado a Lisboa no começo do Outono daquele ano de 1547 e acomodado no bairro dos mareantes 'Cata-que-Farás', o egresso da Ordem dos Pregadores foi réu num processo no Tribunal da Inquisição, há pouco definitivamente radicada em Portugal segundo os estilos estabelecidos pela bula *Meditatio Cordis* do papa Paulo III, após tantas insistências do nosso rei, extremamente preocupado com a unidade nacional. Havia sido acusado de ter proferido afirmações consideradas heterodoxas no ponto de vista da fé cristã, de ter elogiado certos aspectos da política anti-católica de Henrique VIII e de escandalizar com o traje e espada de piloto, em nada condizente com a qualidade de sacerdote, que aliás nunca renegou.

Aconteceu que no dia 18 de Novembro, durante uma das visitas à livraria de João Fernandes, na Rua Nova de Lisboa, manifestou livremente os seus juízos acerca da hipocrisia camuflada de muitos membros da vida monástica e conventual e acerca das práticas abusivas dos responsáveis da Igreja Católica, sobre as quais ele ouvira disputar com exaltação e vivacidade na dissidente Inglaterra; com tal bate-papo, indignou os ouvintes. Estas conversas não teriam sido fortuitas, mas provocadas por qualquer maquinação contra a descuidada vítima.

Todavia, o pior passou-se numa livraria próxima, pertencente ao dito João de Borgonha, onde casualmente assomou o seu antigo mestre André de Resende, que pôs novas achas na fogueira e acirrou os ânimos cada vez mais exaltados. Fernão de Oliveira, exacerbado, defendeu alguns pontos eclesiológicos e doutrinários do Anglicanismo nascente, expressou teorias sobre o «livre exame» e elogiou o defunto rei Henrique VIII, louvando-lhe as arremetidas contra a supremacia papal, considerada inatacável.

Instaurado o processo em 21 de Novembro de 1547, logo se seguiram com celeridade os depoimentos acusatórios do livreiro João de Borgonha, do seu colega Francisco Fernandes e de outras testemunhas, bem como as réplicas e declarações de defesa do arguido, respondendo ao interrogatório do inquisidor João de Melo. Logo nesse dia, depois de um cerrado interrogatório, foi «admoestado, se tinha alguma coisa em que ofendesse a Nosso Senhor e a sua santa fé católica, que pedisse perdão a Deus e à santa Madre Igreja; disse que não tinha nada de que pedir perdão, senão parecer-lhe mal os vícios dos prelados das Igrejas e assim dos clérigos» (Mendonça, 1898: 108-109).

Nos prós e nos contras dos autos, são de destacar as palavras duras e sinceras que o réu, no decurso das suas alegações, dirigiu aos «padres prudentíssimos» que estavam a julgá-lo, das quais se extraem as seguintes, proferidas no dia 23 de Dezembro daquele ano (Mendonça, 1898: 48 e 119):

Não sirvais de embaraço à salvação da fragilidade humana, vós, a quem incumbe curar os estropiados, guiar os transviados, dar alento aos mortificados; vós, a quem com razão se diz 'Pastoreai as minhas ovelhas', vós sois os próprios que as afugentais do pascigo. Padres, evitai a nímia observação do rigor da vindicta, a fim de que não vos possam aplicar com justiça aquelas palavras do Salvador: – 'Porque cerrais aos homens o reino dos céus, e – disse Ele – não entraís nem deixais que os outros entrem?'

A sentença foi-lhe intimada no dia 4 de Agosto seguinte. Fernão de Oliveira, já com sete meses de cadeia, era condenado ao cárcere por tempo indeterminado. Decorria nitidamente uma época de degradação moral na sociedade civil e religiosa, a que muitos responsáveis tentavam dar remédio, sem grandes resultados. O frade, com firmeza e sem subserviência, tinha tido a ousadia de declarar abertamente o que pensava sobre os excessos e os abusos na prática da religião e sobre os procedimentos e as condutas do clero. Entretanto, em 9 de Setembro de 1548, enclausurado nas masmorras, perante os inquisidores pronunciou — ou viu-se forçado a pronunciar — a abjuração com juramento (Mendonça, 1898: 126):

– Juro aos santos Evangelhos, em que tenho minha mãos, que de minha própria e livre vontade renuncio e aparto de mim todos e quaisquer erros de heresia, em especial as conclusões que disse e afirmei dizendo que os ingleses eram bons cristãos e se podiam salvar ainda que negassem a obediência ao santo Padre e a sujeição que se lhe deve como cabeça única da Igreja Universal; e assim em dar escusas da destruição dos mosteiros e religiosos do reino da Inglaterra e da ofensa que se fez ao bem-aventurado santo Tomás, arcebispo cantuariense.

Cumprida a pena durante três anos, Fernão de Oliveira, pelos motivos de pobreza e de doença, por sentença de 3 de Setembro de 1550 foi misericordiosamente transferido em reclusão para o mosteiro dos Jerónimos, em Belém, onde retomaria o hábito de S. Domingos e a tonsura clerical e de onde não poderia afastar-se sem autorização especial e enquanto se entendesse necessário, para o sossego da sua consciência e salvação da sua alma. Em 22 de Agosto de 1551, quiçá por intervenção de algum amigo junto do inquisidor-mor — que era o cardeal-infante D. Henrique — ser-lhe-ia concedido o perdão da penitência de enclausuramento e a liberdade total, com as únicas cláusulas de futuramente se ocupar do ministério espiritual em «alguns exercícios virtuosos» e de não se ausentar do reino sem licença (Mendonça, 1898: 127-128).

Infelizmente, porém, nem os cristãos-velhos nem os cristãos-novos simpatizavam com ele. Aqueles consideravam-no um ímpio e um rebelde às leis da Igreja Católica; e estes chamavam-lhe traidor, supondo que tinha ido a Roma para, a pedido do monarca, conseguir a bula em ordem ao estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal.

No entanto, a índole aventureira de Fernão de Oliveira iria levá-lo a novas proezas e a outras paragens. Pelos finais de Julho ou princípios de Agosto de 1552, embarcou como capelão religioso de uma pequena armada portuguesa, cujo destino era auxiliar o destronado Mulei Buharon a recuperar o reino de Velez, em Marrocos. Contudo, os intentos desta campanha goraram-se; a expedição resultou em desastrosa derrota, com umas galés assaltadas e outras afundadas.

Os mais de duzentos sobreviventes, aprisionados e levados para Argel, escolheram o padre Fernão de Oliveira e Gaspar Fernandes Tassalho com o fim de negociarem os resgates, como seus intermediários. Em 24 de Novembro, os dois emissários chegaram a Ceuta e aqui logo iniciaram as conversações com o governador D. Pedro de Meneses; porém, o imoderado procedimento do ex-dominicano não o recomendou para as ulteriores conversações com o rei de Argel em ordem à efectiva alforria, sendo substituído por Francisco Figueira de Azevedo. O cariz da sua personalidade irrequieta reflecte-se na carta que, em 29 de Novembro, o governador escreveu e enviou a D. João III (Mendonça, 1898: 134-135; Domingues, 2008: 155), onde ele é classificado nos seguintes termos:

É homem muito desassossegado e segundo o que passei com ele e sinto de seu juízo é homem aparelhado para fazer mais mal que bem.

Não se sabe qual o motivo para semelhante apreciação; pode ter acontecido que ele haja expressado claramente a sua censura à incompetência no comando da empresa – o que viria a exarar por escrito, como à frente se anotar.

Após a libertação e o regresso a Portugal, Fernão de Oliveira apareceu-nos a exercer a função de revisor ou corrector da imprensa da Universidade de Coimbra e simultaneamente a de professor de Retórica ou Humanidades, referindo-se como tendo tirado do esquecimento e ensinado Fábio as teorias de Quintiliano no ano lectivo de 1554-1555. Acerca disto, anotou o comandante Quirino da Fonseca (1983: XX):

No alvará que o nomeia para o dito cargo [de revisor], assim como no começo do Livro da Fábrica das Naus, ele se inculca como licenciado, apesar de haver a certeza de que não frequentou a Universidade. Supõe-se que tomasse a licenciatura entre 1551 e 1554, sendo para isso válidos os estudos que fizera na Ordem de S. Domingos, em Évora.

E desta ocasião a carta que Jerónimo Cardoso (?-1569), mestre autorizado e figura invulgar em assuntos humanistas, escreveu em latim e enviou «ao seu Fernando Oliveira, [...] varão realmente não sei se superior em doutrina se em benignidade», depois de persuadido «com frequentes instâncias e até com importunidade quotidiana» por «alguns jovens sobremaneira eruditos e bastante zelosos da tua reputação». Transcrita por Henrique Lopes de Mendonça (1898: 143-144) e por ele traduzida (71-72), aqui se reproduz algo das referências sobre a sua erudição e sobre a sua actividade cooperante em favor do movimento renascentista, arrancando do esquecimento os textos de muitos clássicos e dando vida nova à ciência retórica:

Dessa erudição tens admiradores não só em mim, homem inteiramente rude e desprovido de saber, mas ainda dos mais doutos. [...] De facto, enriquecido de tão variada erudição, ninguém, a não ser porventura algum invejoso ou temerário, ousa avantajá-lo a ti; nem contudo me atreveria a declará-lo temerário e levianamente, se tu não só confirmasses mas também não intentasses exceder esta opinião recente e justamente concebida a teu respeito pelos teus comentários sobre Fábio Quintiliano, que presentemente interpretas em público; [...] até agora escondido às nossas vistas, tu o livraste do bafio e da carcoma, para que, daqui para o futuro, se insinue no espírito de todos, tanto dos eruditos como também dos ignorantes.

É também por este tempo que Fernão de Oliveira nos surge a aceitar a hospitalidade de D. António (ou Antão) da Cunha, na Beira Alta; no remanso sereno da província, havendo fugido aos receios da perseguição, teria agora oportunidade de se aplicar mais despreocupadamente a trabalhos literários.

Outra vez — e agora no seu novo livro *A Arte da Guerra do Mar* — o autor, infringindo a ordem que o obrigava a dedicar-se somente a «exercícios virtuosos», manifestava com clareza o seu pensamento. Numa sociedade desatenta aos valores humanos, sempre atreito a observar, comentava e zurzia com frontalidade os erros e os vícios que campeavam nas relações entre as pessoas. Como já vimos, demonstrando ser um homem de convicções próprias e vivendo independente das instituições, sempre com a consciência atribulada pelas violações da dignidade humana, condenou energicamente as guerras injustas movidas pelos cristãos contra os não-cristãos que queriam viver em paz e não prejudicar ninguém e ainda considerou nefando o escravagismo mesmo que se afiançasse ser por motivo da catequese cristã e da salvação das almas, como então se dizia hipocritamente sem escrúpulos nem reservas com

o pensamento de se sossegarem os corações, até por povos tidos na vanguarda da civilização ocidental. Ao contrário — repetia ele — o anúncio de Cristo deveria ser feito não através do recurso da força das armas, da intimidação impiedosa ou da punição cruel, mas pelo poder persuasivo do magistério da palavra.

O padre Fernão de Oliveira, sem temer possíveis ameaças ou perseguições, não se calava e continuava a posicionar-se de forma inovadora com a têmpera de um aveirense que não transigia perante o cercear das liberdades fundamentais e que aspirava por uma sociedade onde todos se respeitassem, sem explorações, tiranias ou atropelos, tantas vezes sob a ordem e o império dos reis cristãos. Semelhante atitude de crítica, arrojada para o ambiente do século XVI, não deixou de irritar as autoridades e as pessoas dominantes, de que também foram vítimas, nessa ocasião, os célebres humanistas João da Costa, Diogo de Teive e George Buchanan. A acrescentar ao rol das acusações, tenham-se também em conta, além da depreciação do “milagre de Ourique” (II, IX), os comentários depreciativos que produziu sobre o fiasco de Velez, para ele fruto da imperícia culpável dos responsáveis (II, XII).

Em face disto, pressentia-se fatal que não gozasse de liberdade durante muito tempo; urgia fazer calar uma voz tão incómoda. Com efeito, em Outubro de 1555, permanecendo em casa de D. António da Cunha, feriu a susceptibilidade fidalga do anfitrião, que desabafou com o seu concunhado Manuel de Sampaio, camarista de el-rei; denunciado como cismático ao cardeal-infante D. Henrique, este promoveu a sua detenção. Sendo tido como alguém que constantemente ameaçava a ordem conservadora da sociedade, tornava-se imprescindível marginalizá-lo. Em 26 daquele mês, Fernão de Oliveira era novamente levado para os calabouços da Inquisição, em Lisboa, onde esteve preso durante cerca de dois anos.

É que ele, dotado de um espírito pouco conforme à mentalidade dominante na época, sempre se revelava incorrigível; se encontrava motivo para verberar, não se retraía em expor opiniões controversas mesmo no domínio da religião, colocando-se assim à margem do poder vigente, ou mesmo contra ele. Pela defesa dos direitos da pessoa humana à vida, à emancipação, à igualdade e à dignidade poderia sofrer e ir até ao martírio, mas jamais se demitiria do que julgava ser sua obrigação. Afinal, sempre nos picos de suprema afirmação, não se calava, porque sentia o imperioso dever de exprimir a voz da sua consciência e o pensamento da sua mente, na linha da formação dominicana e humanista em que fora moldado na juventude. A luta que travava poderia ser uma utopia; mas a utopia não é o que não existe, mas aquilo que ainda

não existe e que se deseja que exista. Talvez ele próprio conjecturasse que o tempo presente que estava a viver, se o fizesse mesquinho no seu dia-a-dia, amesquinharia sem dúvida o tempo futuro.

Debruçando-nos sobre o percurso biográfico do padre Fernão de Oliveira – provavelmente uma das vidas mais atribuladas do seu tempo – é fácil concluir que nele subsistem certas zonas de penumbra e muitas sombras de dúvida. Além das vezes que viajou pelos mares, diz-se que, por volta de 1560, lhe foi proposto o lugar de piloto numa expedição à Guiné, na qual ele não terá chegado a participar, e que, em 1564, presumivelmente participou no capítulo geral da Ordem de S. Tiago, realizado em Lisboa por convocação régia. Depois, por alvará de 22 de Julho de 1565, el-rei D. Sebastião concedeu ao licenciado Fernão de Oliveira (Mendonça, 1898: 144), «clérigo de missa que leu casos de consciência» na escola conventual dos freires da Ordem de S. Tiago, em Palmela, a tença anual de vinte mil réis, «enquanto o não prover de algum benefício eclesiástico que valha de renda para ele mais que os ditos vinte mil réis.» Tratar-se-á da mesma pessoa... daquela que, anos antes, fora condenada como herética? Se é a mesma, ela em muito se terá modificado!...

Por 1567, Fernão de Oliveira ainda foi convidado para ocupar um lugar de destacado serviço numa viagem marítima francesa com intuítos comerciais, que então se estava a preparar para o ano de 1568; seria recompensado com uma boa remuneração. De facto, o comerciante italiano Francesco d'Albagno, promotor da iniciativa, enviou-lhe uma carta em que o notificava de que o rei de França já tinha sido informado da sua competência nesta área. Entrementes, tendo ele próprio comunicado o convite ao embaixador Hernandez Carrillo, este procurou convencê-lo em ir para Espanha; parece que efectivamente acabou por aceder, mas terá retardado a partida por indisposição, por necessidades particulares ou por falta de autorização superior para sair de Portugal. Nada mais se conhece sobre esta solicitação; mas, segundo o seu próprio testemunho registado na *Ars Nautica*, sabe-se que, na altura, estava ocupado com muitos afazeres.

Fernão de Oliveira, cujo rasto biográfico se tornaria mais incerto e nebuloso a partir de 1570, já de idade algo avançada ainda vivia em 1582, pois calcula-se que é deste ano a redacção final das suas últimas obras. Onde estaria a residir? Apodicticamente não se sabe, como também se desconhece tudo o que fez nos últimos anos, como viveu e quando faleceu; para nós é uma fase obscura e enigmática da sua existência. Terá convictamente enfileirado com os partidários de D. António, prior do Crato, nas lutas pela sua sucessão ao trono português; vencido este em Agosto de 1581, ver-se-ia obrigado a emigrar com

ele e com outros, acabando por residir na capital francesa, onde terminaria os seus dias. A afirmativa é uma mera hipótese, embora com o fundamento de o seu espólio manuscrito ter ficado em Paris.

2. No ambiente do Humanismo

Nesta altura, registada a biografia do padre Fernão de Oliveira e antes de anotar a sua obra literária, intercala-se um brevíssimo apontamento, de forma sucinta e muito pela rama, sobre o Humanismo literário para nos situarmos no contexto cultural em que decorreram os seus anos. Também assim se poderá concluir que ele, como qualquer pessoa, vivendo envolvido nos problemas do tempo e no desenrolar dos factos, recebeu profundamente a marca da época que foi a sua.

O Humanismo, atingindo o âmago da sociedade nos seus hábitos, nos seus gostos e na sua mentalidade, foi um impulso de simpatia, de imitação e de estudo, que teve como objecto o ressurgimento das formas de arte, literatura e filosofia da Antiguidade Greco-Latina (*studia humanitatis*). Deste modo, o homem, pela análise da herança dos autores clássicos, considerados como os máximos representantes das *artes humanitatis* ou *litteræ humaniores*, julgou tornar-se mais humano ou mais plenamente homem, desenvolvendo as capacidades físicas, intelectuais e morais, à imagem dos mestres da sabedoria e da ciência, da arte e da virtude, que Atenas e Roma tinham encarnado e revelado e que o Cristianismo tinha prolongado com outro espírito. No seu significado ideal, o Humanismo designa uma concepção do mundo e da existência que tem por centro o homem, fundamento, sujeito e fim de quaisquer instituições e movimentos. Da perspectiva em que se encare esse centro é que deriva o carácter das diversas noções e tendências do Humanismo. Desta forma se compreende que o Humanismo não tivesse sido apenas uma orientação literária mas também uma direcção de vida; assim como se depreende que a cada concepção de vida correspondesse um conceito de Humanismo.

Porém, não se havendo extinguido ao longo da Idade Média o prestígio dessa cultura ancestral, mercê do cuidado perseverante dos monges em recolher nos mosteiros os velhos documentos e livros, para os preservar dos malefícios das invasões dos povos bárbaros e para pacientemente os copiar, foi no século XIV que tal fenómeno histórico irrompeu mais vivo na Itália com Francesco Petrarca (1304-1374) e Giovanni Boccaccio (1317-1375) e que depois continuou, no século seguinte, com Poggio Bracciolini (1380-1459), Ângelo Poliziano (1454-1494), Pico della Mirandola (1463-1494), e Lourenço

Valla (1407-1457), acabando por triunfar plenamente durante o século XVI nas cidades-estados (Florença, Milão, Veneza, Roma e Nápoles) e logo em toda a Europa culta. Dera-lhe um poderoso incentivo a emigração para o Ocidente dos filósofos e pensadores gregos de Constantinopla, quando da conquista desta em 1453 pelos turcos otomanos. Anote-se que a isso não foi alheia a invenção da imprensa tipográfica em 1450/1455 pelo alemão Johannes Guttemberg (c.1390-1468), introduzida em Portugal uns trinta anos depois; quase naturalmente esta deu prioridade à difusão dos livros modernos e dos da Antiguidade, pondo de lado os textos medievais, à excepção da *Bíblia* e da *Imitação de Cristo*.

Por seu turno, Portugal, torrão à beira do Oceano Atlântico, desde os alvares do século XV apresentou-se como um país inovador da globalização alargada, mais ampla do que a dos fenícios, gregos ou romanos, dos genoveses ou venezianos, dos chineses ou mongóis; os portugueses deixaram-se vencer por uma mentalidade generalizada cuja tendência era a liberdade dos mares, por uma vontade nacional cujas fronteiras eram os espaços ampliados e por uma identidade pátria cuja medida era a do império. Ia-se concretizando o propósito de uma nação cuja influência alcançava distintos mundos, graças a uma forte determinação colectiva, não obstante o diminuto índice populacional, a debilidade dos meios humanos e a fraqueza das capacidades técnicas. Naturalmente, devido ao encontro de civilizações, também chegavam até nós os contributos de outros povos trazidos pelos marinheiros, comerciantes e missionários, que igualmente influenciaram o mencionado movimento humanista. A cultura portuguesa sentiu intensamente o ideal da expansão, fazendo vibrar cronistas, escritores, poetas e dramaturgos, a ponto de cada um deixar nas suas obras o testemunho e o reflexo da relevante viragem mental que se operara no reino. Uma nova mentalidade intercultural irrompeu, agora também com base na explosão informativa que as navegações ultramarinas proporcionavam.

Na verdade, o interesse pelo saber marcou a Dinastia de Avis, o que denota um magnífico ambiente de cultura, iniciado com D. João I, no trono entre 1385 e 1433, e da rainha D. Filipa de Lencastre, que estes transmitiram aos filhos; a corte transformara-se num centro de estudo e de formação intelectual e moral e o erário régio protegia as letras e as artes. Se o monarca se identificou com os brios da nação que procurava o seu destino, deixando uma grata recordação aos portugueses — «Rei de Boa Memória» — a rainha, por seu lado, transplantou para o nosso país as formas de vida da Inglaterra, sua pátria, as quais moldariam a conduta da corte e dos vários príncipes da

«Ínclita Geração». Poucos anos transcorridos, já circulavam traduções de Cícero, como a do *De Officiis* feita pelo infante D. Pedro, a do *De Amicitia* devida ao prior de S. Jorge de Coimbra e a do *De Senectute Dialogus* efectivada por Vasco Fernandes de Lucena; não faltaram também alguns livros vertidos de obras latinas, cujos autores eram italianos.

Por sua vez, D. Afonso V (1446-1481), nascido em 1432, teve por preceptor um homem bem conhecido, vindo da Itália, além de Estêvão de Nápoles: Mateus de Pisa (1385-1466), poeta laureado e cultor de filosofia, que, por convite do infante D. Pedro, seu tio, já estaria em Portugal à volta de 1440 e que, para divulgação na Europa, no ano de 1460 compôs em latim *De Bello Septensi* («Sobre a Guerra de Ceuta»), baseado na *Crónica de el-rei D. João I de Boa Memória, e dos reis de Portugal o décimo; terceira parte, em que se contém a tomada de Ceuta*, escrita por Gomes Eanes de Azurara. Não desmerecendo de tal mestre, o «Rei Africano» foi um amante das letras e das artes e encontrou na cultura humanista de Quatrocentos um palco privilegiado de realização, concedendo numerosas bolsas para estudos superiores, apoiando a encomenda artística dentro e além fronteiras, levando a que humanistas italianos se tivessem fixado entre nós e fomentando a entrada do livro impresso no país.

É contemporâneo de D. Afonso V o bispo de Évora D. Garcia de Meneses que em Roma, na basílica de S. Paulo e perante o papa Sisto IV, no dia 31 de Agosto de 1481 (três dias após a morte do nosso soberano) pronunciou um tão douto e elegante discurso, em latim, dissertando sobre a repreensível inércia dos príncipes católicos e a escandalosa vida que levavam alguns prelados. As suas palavras foram aplaudidas de tal forma que um dos presentes, o notável filósofo, humanista e orador Pompónio Letto (1462-1525), terá perguntado ao pontífice (Ramalho, 1994: 2-25):

Pater Sancte, quis est iste barbarus, qui tam disertè loquitur?

Santo Padre, quem é este estrangeiro que fala tão eloquentemente?

Nesse período, muitos dos humanistas, servindo-se da língua universal do tempo, foram secretários latinos dos reis, diplomatas na qualidade de *oratores* em cerimónias públicas, panegiristas dos governantes e do país, tanto em prosa como em verso.

Todavia, foi Giovanni Cataldo Parísio Sículo (1455-1517) — siciliano convidado por D. João II, por indicação de D. Fernando Coutinho, futuro bispo de Lamego — quem introduziu definitivamente em Portugal o Humanismo

iniciado em Itália e que, por isso, deixou uma recordação profunda e duradoura; se tivesse permanecido na sua pátria, seria possivelmente um humanista menor, perdido na pluralidade da vida cultural das suas cidades. Aqui chegado à volta de 1485, manteve-se em Aveiro como professor de D. Jorge, filho bastardo de el-rei, entregue aos cuidados da sua tia, a princesa Santa Joana, até à morte desta em Maio de 1490. Seguidamente, na corte foi preceptor de príncipes, princesas e membros da aristocracia e desenvolveu uma actividade intensa, contando-se entre os destinatários dos seus poemas e das suas epístolas senhores e senhoras da mais alta nobreza, alguns dos quais haviam sido seus alunos e alunas, ao lado dos pequenos deste mundo, como os criados e os escravos que o acompanhavam e serviam. Os seus textos em prosa e em verso na língua de Roma desvendam-nos um quadro valiosíssimo do interesse pelo latim humanista em Portugal nos derradeiros anos de Quatrocentos e nos começos da centúria seguinte, quiçá mesmo um retrato do Portugal seu contemporâneo. O mestre e os discípulos liam e comentavam Plauto, Lucrécio, Cícero, Virgílio, Horácio, Ovídio e outros autores clássicos ou italianos, conforme se pode concluir dos dois volumes das suas *Epistolæ*, o primeiro dos quais foi impresso em 1500. A Cataldo Sículo ainda pertence a primeira defesa em latim das Humanidades Clássicas, feita em Portugal, assim como a exposição dos ideais do homem nobre, apto física e intelectualmente.

No primeiro quartel de Quinhentos e nos anos subsequentes, a própria corte nacional porfiava em ser um lugar especial de abertura às correntes de pensamento mais inovadoras. Principalmente durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), as viagens de navegação que levaram a paragens ignotas do mundo desconhecido, as riquezas da Índia que fizeram afluir especiarias, tecidos e produtos exóticos... tudo isso, se causava espanto, também inspirava os letrados. E isto não apenas em Portugal, mas também além fronteiras. Por sua vez, o monarca, em 1513, preparou e enviou ao papa Leão X uma faustosa embaixada, chefiada por D. Tristão da Cunha, que a todos espantou pela sua expressão de exotismo e riqueza. A Europa culta ia tendo a percepção do importante papel das nossas navegações atlânticas e transatlânticas no despontar de um novo e multiforme mundo científico. Então como hoje, a civilização, para se actualizar ou valorizar, sofre constantemente os fenómenos e os impactos das mudanças.

Dessa forma, dois factores principais condicionaram e determinaram as manifestações da cultura portuguesa. Os valores do Humanismo e do Classicismo articulavam-se com uma receptividade relativa à dimensão evangélica do Humanismo cristão, ganhando subtilmente alguns sectores

das elites letradas. Na sequência do tempo, os descobrimentos marítimos, se potenciaram o alargamento do mundo e reduziram as distâncias e as soberanias, outrossim motivaram uma alteração nas concepções relativas à natureza e ao cosmos; implicando uma alteração radical na vida portuguesa, eles significaram um motor que renovou a nossa história e singularizou a nossa cultura.

Os humanistas, que eram homens de acção ao serviço da comunidade, se tornaram acessível a toda a Europa a sua mensagem, cultivaram as relações internacionais facilitadas pela língua comum, sendo frequentes os seus contactos com as figuras cimeiras de então. Está neste caso o bem conhecido Desidério Erasmo de Roterdão (1466-1536), autor do bem conhecido *Encomium Moriae* («Elogio da Loucura»), que D. João III, rei entre 1521 e 1557, teria mesmo pensado em convidar para o ensino na Universidade de Coimbra, embora ele já fosse de idade avançada. Este teólogo e humanista contou entre nós com alguns correspondentes, admiradores e simpatizantes... mas também com detractores. Oscilante nas suas opiniões sobre Erasmo foi o aveirense e salmanticense Aires de Figueiredo Barbosa (c.1470-1540), formado em Florença como muitos outros portugueses, unanimemente considerado o introdutor dos estudos gregos em Espanha e o maior sábio helenista da sua época, brilhando entre os melhores nomes europeus; inicialmente admirador do mestre, tornou-se seu crítico com a *Antimoria*, publicada em 1536 – ano da morte de Erasmo.

Seria fastidioso enumerar os nomes dos numerosos representantes do Humanismo português, muitos deles incentivados e subsidiados pelos monarcas. Mais ou menos, todos possuíram uma mundivisão humanista, dispuseram de uma amplíssima erudição, fruíram de uma sólida formação e revelaram conhecer os textos quer de pensadores gregos e romanos (como Platão, Aristóteles, Xenofonte, Cícero, Virgílio, Tito Lívio e Salústio, entre outros), quer de autores seus contemporâneos (como Desidério Erasmo e S. Tomás More), sem deixarem de lado os livros bíblicos e os autores cristãos. Seria injusto não referir alguns deles: Duarte Pacheco Pereira (c.1460-1533), verdadeiro cientista para quem a experiência é a «madre de todas as ciências», que nos deixou, embora incompleto, o *Esmeraldo de Situ Orbis*, a primeira grande síntese das navegações quatrocentistas, escrita entre 1505 e 1508; Gil Vicente (1465-1536), talentoso dramaturgo de grande reputação, que também escreveu em castelhano; Garcia de Resende (c.1470-1536), poeta, cronista, músico, arquitecto e moço de escrivania de D. João II, que em 1516 publicou o *Cancioneiro Geral*, repositório da maior parte da produção poética

portuguesa, em 1545 a *Crónica de D. João II* e em 1554 a *Miscelânea e Variedade de Histórias*; Francisco de Sá de Miranda (1481-1558), que, introduzindo novos géneros poéticos, nos legou uma importante obra epistolográfica e uma série de élogas, entre outros textos; João de Barros (1496-1570), escritor, moralista, historiador e renascentista de fama europeia, que em 1540 escreveu a *Gramática da Língua Portuguesa* e posteriormente, entre outros livros, o intitulado *Décadas da Ásia*; André de Resende (c.1500-1573), professor dos infantes irmãos de el-rei D. João III, que pela primeira vez usou a palavra «lusíadas» para denominar os portugueses e que ordenou a biografia do dominicano frei Pedro de Aveiro; Lopo Serrão (séc. XVI), eborense de nascimento, médico e poeta, que redigiu um poema publicado em 1579 e intitulado *De Senectute et aliis utriusque sexus, ætatibus et moribus*, obra de ampla arquitectura, embora com partes de valor desigual; Pedro Sanches (séc. XVI), conhecido pela epístola latina que, em 1579 ou 1580, endereçou ao seu amigo Inácio de Moraes, cujas obras publicou a expensas suas; Damião de Góis (1502-1574), filho do almoxarife Rui Dias de Góis, valido do primeiro duque de Aveiro D. João de Lencastre e figura cosmopolita de diplomata e relevante apreciador das artes, cujas obras latinas o tornaram conhecido no estrangeiro e a quem se ficou a dever a *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel* e a *Crónica do Príncipe Dom João o Segundo de Nome*, publicadas respectivamente em 1566 e 1567; Pedro Nunes (1502-1578), que contribuiu decididamente para o desenvolvimento da arte de navegar e que, além de outros volumes, escreveu o *Tratado em defesa da Carta de Marear*, publicado em 1537; D. Jerónimo Osório (1506-1580), bispo do Algarve, lente da Universidade de Coimbra, encarregado da educação de D. António, prior do Crato, e apelidado de «Cícero Português» pela propriedade e elegância com que se exprimia em latim; George Buchanan (1506-1582), escocês, lente da Universidade de Coimbra, teimosamente perseguido pela Inquisição em virtude das suas ideias heterodoxas sobre a doutrina e a disciplina católicas; e sobretudo Luís Vaz de Camões (c.1524-1580), cuja obra-prima, para além de sonetos, élogas, odes e canções, é o inesquecível poema épico *Os Lusíadas*, saído do prelo lisbonense de António Gonçalves em 12 de Março de 1572.

Um dos traços caracterizadores do Humanismo renascentista também foi a promoção, a valorização e a dignificação das línguas vulgares, apesar de os idiomas clássicos ainda imperarem como meios veiculares na escola e na cultura. Estava destinada ao fracasso a causa de quem se agarrava teimosamente à velha tradição humanista, defendendo obstinadamente a omnipresença do inflexível latim. Na verdade, as diferentes falas modernas,

mesmo nele alicerçadas, tinham aberto definitivamente o seu percurso; e isto começara a acontecer durante o século XV, em progressivo e dinâmico movimento até à sua definitiva codificação nos finais da centúria seguinte. O aparecimento das gramáticas nacionais veio legitimar a dignidade das línguas vernáculas sobretudo perante a supremacia do latim. Pelo que nos diz respeito, os primeiros gramáticos portugueses, observadores atentos e clarividentes da realidade, desprendendo-se da terminologia tradicional, lançaram as bases das ciências modernas na nossa linguagem, ao mesmo tempo que exaltavam as excelências do idioma pátrio.

Caindo na ousadia temerária de resumir todo um período histórico nas suas expressões culminantes, poderá dizer-se que, se o século XIII fora dominado pelos teólogos e o XIV pelos legistas, no século XV sobressaíram os humanistas, como no século XVI os artistas do Renascimento. Foi no final desta etapa do Humanismo e do Renascimento, enriquecida com as campanhas das descobertas e das conquistas que abriram Portugal e a Europa a uma nova visão transnacional e intercontinental, que viveu, trabalhou e sofreu o padre Fernão de Oliveira.

3. Humanista e precursor

Ousamos novamente repetir que, para se compreender algo da personalidade de uma pessoa, não se pode olvidar o contexto da sua época que, com grandezas e misérias, necessariamente a marca e que, tantas vezes, define o seu projecto de vida. Assim aconteceu com Fernão de Oliveira.

Homem invulgar do tempo do Humanismo renascentista e aberto a ideias avançadas, eminente representante de uma geração dourada de eruditos, conhecedor de fontes do mundo antigo, sem olvidar o bíblico, e do saber medieval, que soube confrontar com os dados hauridos na experiência e nos autores da modernidade, igualmente aceitou as achegas provenientes das navegações planetárias portuguesas e espanholas. Dentro do processo bem típico do Humanismo, também soube destacar a importância do recurso ao suporte fundamental da razão, capaz de suprir a falta de documentação escrita, conforme deixou transparecer claramente no início do *Livro da Fábrica das Naus* (I):

Posto que não tenhamos escrituras que disto façam menção, como não fazem de outras muitas coisas, que sem dúvida entendemos que foram antigamente, todavia, esta arte de fazer naus, a razão obriga a crer que é tão antiga como a

arte da navegação, para que elas servem, pois sem elas por nenhum modo se pode navegar; e os homens sempre navegaram desde o começo do mundo; [...] porque desde então lhes foi necessário passar rios e águas, que sem navios ou barcos, de qualquer maneira que fossem, não podiam passar, e passá-los era necessário para irem habitar as terras que Deus dava para habitarem.

Assombrosamente dotado de conhecimentos que abarcavam inúmeras áreas do saber, outrossim ambicionou contribuir para a melhoria do bem comum em condições concretas, desmascarou abusos de poder e aproveitamentos para benefício individual, denunciou situações opressivas ou duvidosas, desvendou o tráfico de influências a favor de incompetentes e colaborou em prol de uma sociedade mais justa. Isto pode concluir-se do testemunho da sua pena, quando se folheiam os livros que nos legou, quais pedras no charco que movimentaram as águas paradas e pantanosas.

Gramática da Linguagem Portuguesa

Regressando de Espanha, para onde havia emigrado quando deixou o convento de S. Domingos de Évora, o padre Fernão de Oliveira passou a residir em Lisboa. Foi aqui que ele redigiu ou, conforme se deduz do capítulo XLIV, concluiu a redacção da *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Finalmente, em 27 de Janeiro de 1536, o livro saíria do prelo da Off. Germam Galharde, de Lisboa, com o brasão dos Almadás no frontispício e com a dedicatória ao «mui magnífico senhor e nobre fidalgo o senhor Dom Fernando de Almada, filho herdeiro do mui prudente e animoso senhor Dom Antão, capitão geral de Portugal.»²

O autor denominou a sua *Gramática* (Dedicatória e Cólófon) como a «primeira anotação da língua portuguesa»; dessa forma, chamou para si a prioridade no tratamento do tema e reconheceu implicitamente a ausência de uma feição planificada no trabalho, sem o cunho rigoroso e disciplinado de uma codificação gramatical; todavia, apoiado num traquejo pedagógico,

² A *Gramática da Linguagem Portuguesa* seria publicada posteriormente, em ocasiões sucessivas: 1871 (por Visconde de Azevedo e Tito de Noronha: Porto, Imprensa Portuguesa); 1936 (por Rodrigo Sá Nogueira e Aníbal Ferreira Henriques: Lisboa); 1975 (por Maria Leonor Carvalho Buescu: Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda); 1981 e 1988 (Fac-simile da 1ª edição: Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda); e 2000 (Edição crítica, semi-diplomática e anastática, de Amadeu Torres e Carlos Assunção, com texto introdutório de Eugénio Coseriu: Lisboa, Academia das Ciências).

manifestou ser exímio conhecedor da língua pátria, das suas raízes filológicas e da sua evolução semântica. Quase caderno, o livro teria sido fruto da sua experiência como clarividente professor dos adolescentes que lhe haviam sido confiados e, na sua mente, pretenderia ser um registo anunciador de uma obra de maior fôlego, que não chegaria a concretizar.

Na verdade, trata-se do primeiro ensaio conhecido de compilação gramatical da língua portuguesa. A este propósito escreveu Maria Leonor Carvalhão Buescu (1975: 19-20):

A obra de Oliveira, notável a vários títulos quanto à originalidade e clara antevisão de muitos problemas linguísticos, nomeadamente pela aguda percepção manifestada na descrição dos sons, não pode, de modo algum, considerar-se uma 'arte', no sentido em que Barros a entende, isto é, um compêndio gramatical sistemático e segundo o esquema tradicional, transmitido pelos gramáticos latinos. A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural.

Por esta publicação — a segunda de uma língua moderna europeia — Fernão de Oliveira, marcado fortemente pelo Humanismo, antecipou-se em quatro anos à *Gramática* de João de Barros, a qual efectivamente é um texto normativo e sistemático do nosso idioma. Com apenas vinte e nove anos de idade, colocara-se num lugar cimeiro na codificação das letras portuguesas, mercê de trabalho aturado e de estudos filológicos. «Escrevi sem ter outro exemplo antes de mim», confessou o padre Fernão de Oliveira (L) que, por isso, teve de se socorrer dos latinos Varrão, Cícero, Quintiliano, etc., para o guiarem nas conjecturas, no esclarecimento das dúvidas e na evolução dos vocábulos. Em certo passo, extravasando todo o patriotismo que lhe ia na alma, ousava apologeticamente responder a quantos arguíam a rudeza e a imperfeição do falar materno e apelava à sua consciência cívica para que se abandonasse o grego e o latim nas comunicações entre as pessoas (IV):

Tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores porque melhor é que ensinemos a Guiné a que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço.

E, em jeito de íntima reflexão, acrescentava:

Não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens; e é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm.

Como objectivo do seu labor e em modo de conselho, ainda deixou escrito (V):

Apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente, e ficará com maior eternidade a memória dele; e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor e mais em as línguas.

Suspeitava-se, assim, que a hegemonia da gramática latina estaria prestes a terminar, abrindo-se a porta à definitiva consagração da gramática vulgar. Por conseguinte, o idioma português, a alastrar-se pelo mundo nas viagens transoceânicas, necessitava de ser uniformizado e regulamentado; não se devia esperar mais tempo. Neste entrecho, o padre Fernão de Oliveira, influenciado ou mesmo dominado por um pendor intensamente nacionalista perante o presunçosa língua castelhana, desejou unificar e automatizar a nosso idioma vernáculo, colaborando para que ele ascendesse ao patamar humanista da modernidade, com o perfil de ser universalizado e servir de veículo, por excelência, para a dilatação e para a consolidação da cultura europeia e da fé cristã e para estabilizar a unidade política das terras do império português, já de dimensão planetária. Desta forma, os portugueses conseguiriam mais facilmente corresponder ao desiderato subjacente no início do seu trabalho (I):

A linguagem é figura do entendimento; e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa.

Arte da Guerra do Mar

Em finais de 1552 ou princípios do ano seguinte, tendo regressado do norte de África após a libertação dos nossos militares, feitos prisioneiros em consequência do desaire da armada portuguesa em Velez, de que fora capelão religioso, o padre Fernão de Oliveira – como já se referiu – aceitou

a hospitalidade de D. António (ou Antão) da Cunha, na Beira Alta. Num ambiente sossegado, aqui ultimou um novo livro que lhe andava nas mãos — *Arte da Guerra do Mar* —, obra inovadora sobre o tema no panorama europeu, embora não tivesse alcançado grande projecção internacional. Dedicou-o ao «senhor Dom Nuno da Cunha, capitão das galés do muito poderoso rei de Portugal Dom João o terceiro», filho do referido protector e amigo (Rosto). Com a data de 28 de Outubro de 1554, foi impresso em Coimbra, na oficina de João Álvares Imprimidor, estando pronto em 4 de Julho de 1555.³

Depois da *Gramática* e após a vivência de quase uma década ao serviço de diferentes frotas militares e paramilitares, Fernão de Oliveira voltava-se agora decididamente para a redacção de livros náuticos, afirmando categoricamente que não lhe estava vedado tratar de semelhante questão, apesar da sua qualidade de clérigo e da obrigação de apenas se ocupar do ministério espiritual, como lhe impusera a Inquisição; assim, de acordo com o que pensava, discorreu (Prólogo):

Por ser eu sacerdote não pareça a matéria incompetente à minha pessoa, porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar dela; podem – digo – e devem ir à guerra os sacerdotes, não para pelejar com ferro, porque suas armas são lágrimas e orações – diz Santo Ambrósio – mas para ministrar os sacramentos e obras de misericórdia aos feridos, confessando-os e comungando-os, curando deles e consolando-os, e enterrando os mortos, e rogando a Deus por suas almas, que são coisas todas estas piedosas e mui necessárias na guerra.

E continuava:

E não somente para isto, mas também para admoestar e animar os que pelejam, devem ir os sacerdotes à guerra, porque assim lemos que Deus mandava na lei velha, e assim o fizeram alguns santos homens da nova.

Tal como na *Gramática*, o padre Fernão de Oliveira voltou a testemunhar vastos e elevados conhecimentos e registou uma cuidada reflexão até ao ponto de, muitas vezes, ajustar à guerra do mar as regras seguidas na guerra terrestre, adiantando-se assim aos que mais tarde se iriam ocupar da beligerância

³ A *Arte da Guerra do Mar* conheceu novas edições: 1937 (Com comentários preliminares de Henrique Quirino da Fonseca e de Alfredo Botelho de Sousa: Lisboa), 1969 (Reprodução da anterior: Lisboa, Ministério da Marinha), 1983 (Idem e com fac-simile da 1.^a edição: Lisboa, Edições Culturais da Marinha) e 1991.

marítima e da ciência militar. Como em todas as suas produções, o autor socorreu-se de conceitos de escritores antigos, mas deu-lhes actualidade, adaptando-os e desenvolvendo-os; de facto, são-lhe familiares os textos e os ensinamentos quer dos grandes vultos da Antiguidade Greco-Romana, quer da Bíblia, de luminares da patrística cristã e da literatura medieval. Como homem do Humanismo, ele jamais se demarcou da formação recebida na juventude.

A Arte da Guerra do Mar divide-se em duas partes – além do prólogo, onde se salienta a importância do assunto especialmente para os portugueses, pelo muito que tiram do mar em poder, grandeza e lucro. Na primeira parte, o autor tratou da estratégia, da política e da orgânica da guerra marítima; depois, na segunda parte, ocupou-se da náutica e da tática. Ao longo das numerosas páginas deste verdadeiro tratado da guerra militar com aspectos teóricos e práticos, há muitos princípios que ainda hoje são aplicáveis. Logo de início, Fernão de Oliveira desejou provar «que é necessário fazer guerra», ou seja, que é preciso que o Estado providencie pela defesa da nação (I, I), afirmando:

É necessário estar apercebidos para nos defendermos de quem quiser ofender, porque a presteza – diz Egécio – aproveita às vezes mais que a força nas coisas da guerra; [...] sem dificuldade a presteza dá vitória aos diligentes, e a negligência desbarata os descuidados.

Além disso, uma paz firme e durável consegue-se ganhando a guerra. Assim, escreveu:

Para adquirir paz se faz a guerra – diz Santo Agostinho conforme ao provérbio que dizemos; a boa guerra faz boa paz.

O estado de defesa de um país é um dever ininterrupto, por causa dos propósitos agressivos de outros povos; «não se podem escusar armas defensivas, enquanto houver insultos de contrários.»

Tendo referido (I, II) que «a guerra, posto que justa, não se pode fazer, senão por mandado de rei ou príncipe, ou pessoa encarregada da governança e defesa de algum povo sem ter outro superior», o autor advertiu (I, III) que é uma necessidade possuir uma armada sempre bem equipada e pronta, para proteger a pesca e as viagens marítimas de comércio e outras, indispensáveis à vida do país, e para proteger o nosso litoral, porque «não somente salteiam o mar os corsários, mas se os deixam ir avante, atrevem-se sair em terra e

inquieta-la; portanto cumpre acossá-los e quebrar-lhe o ímpeto que trazem, antes que cobrem ânimo sobre nós, e nos tenham em pouco.»

Dissertando sobre «qual é guerra justa», o dominicano egresso deixou extravasar a sua consciência cristã (I, IV). «Malfeito é fazer guerra sem justiça, e nós os cristãos a não podemos fazer a nenhuns homens que sejam, de qualquer condição nem estado» — eis o princípio geral que abre o capítulo quarto, onde se lê, logo abaixo:

Este nome cristão é nome de paz e modéstia, e quem se nomeia cristão apregoa-se por imitador destas virtudes, e se não usa delas é mentiroso e hipócrita, e quem faz guerra injusta não usa delas.

Fernão de Oliveira, usando afirmações enérgicas e radicais sem quaisquer inibições, não passou em silêncio os abusos ou as injustiças, defendeu as liberdades fundamentais, lutou pelo respeito mútuo entre as pessoas, condenou as guerras injustas, denunciou o horror das novas armas militares de morte, mais infernais do que humanas, estigmatizou a opressão do homem pelo homem e, de forma inovadora, refutou a prática da escravatura, torpe flagelo social reintroduzido na Europa. Escreveu ele:

Não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram cristãos, como são mouros, e judeus, e gentios que conosco querem ter paz, e não tomaram nossas terras, nem por alguma via prejudicam a cristandade.

E prosseguiu:

Porque com todos é bem que tenhamos paz, se for possível; [...] os quais melhor converteremos à fé, e mais edificaremos nela com exemplo de paz e justiça, que com guerra nem tirania. Tomar as terras, impedir a franqueza delas, cativar as pessoas daqueles que não blasfemam de Jesus Cristo nem resistem à pregação de sua fé, quando com modéstia lha pregam, é manifesta tirania.

Imbuído de princípios de justiça natural, bem arredios ao tempo e ao país, conquanto bem expressos na lei bíblica do Deuteronomio, o padre Fernão de Oliveira lembrou a propósito da acção dos vencedores na guerra (I, V):

Se Deus te der [alguma cidade] nas mãos não matarás mulheres nem moços, nem alimárias, nem cortarás árvores de fruto, nem queimarás messes, nem estragarás as coisas de que se os homens acostumam manter.

E acrescentou:

O nobre é de grandes ânimos, não quer mais que vitória. Mas de quem será senhor, ou de quem se gloriará o vilão que mata o vencido? Não quer o tal carniceiro mais, que sua condição de besta selvagem e feroz.

Mais à frente, o autor até não duvida em elogiar aqueles que tratam os inimigos com piedosa humanidade (II, IX). E, quase à maneira de código militar marítimo, o livro continua (I, VI-VII):

Para prover a guerra do mar, e as coisas para ela necessárias é costume nos reinos marítimos haver almirantes, homens prudentes e diligentes.

Nas palavras relativas ao ofício destes homens, há normas sobre a orgânica do pessoal da armada; cabe-lhe preparar e organizar as forças e tudo o que lhes é preciso; especificando, «proverá o almirante, ou quem seu carrego tiver, que nas tercenas haja navios feitos e prestes, que em breve possam acudir aos sobressaltos súbitos, conformes ao mar e guerra.» Também pertence ao almirante o recrutamento e a instrução dos homens para marinhar os navios, que sejam peritos, hábeis e desembaraçados (I, XII).

Convencido de que o fracasso de Marrocos se ficara a dever à inépcia de Inácio Nunes, escolhido para comandante da campanha por tráfico de influências da parte de alguns poderosos, lembrou (I, XIII) que à frente da gente de armas haverá um capitão, o qual deve ser «esperto no entender, acautelado no fazer, magnânimo em sofrer, animoso para acometer, destro e constante no combater; deve ser bem instruto e habituado ao exercício das armas, e avisado nos ardis e manhas da guerra.» E vem um conselho final:

Seja o capitão muito amigo da sua gente, e sinta tanto o trabalho de qualquer soldado como o seu próprio, e estime muito as vidas dos homens e assim não usará mal o seu poder, nem os escrupulosos porão obstáculos a lhe ser cometido.

Ainda na primeira parte do seu trabalho, Fernão de Oliveira expôs diversos temas, cheios de interesse (I, X-XI): madeira para as naus e quando se deve cortar, provimento dos armazéns com armas e munições, vitualhas necessárias para o sustento dos homens, boas e abundantes. Além disso, não se devem esquecer candeias, lanternas, ferramentas, enxadas, alviões, alavancas,

padiolas, escadas e outros engenhos e máquinas. Mas ainda aproveitou a ocasião para, no último capítulo desta secção (I, XV), deixar umas palavras duras contra os vícios dos soldados e contra os capitães que transigiam com tais prevaricadores; como mero retrato, transcrevem-se estas linhas:

Com a ociosidade [os soldados] se fazem ronzeiros, e daí vem a jogar e depois a furtar, e outros vícios. [...] Que mais não fosse que por evitar os insultos que cometem contra os moradores e contra a honra de suas mulheres e filhas era bem que nunca saíssem em terra os soldados do mar. [...] Por certo que hei vergonha, quando cuido nas dissoluções dos soldados de agora que, sendo cristãos, tomam excessiva liberdade para fazer o que não devem, sem temor de Deus nem acatamento dos homens. Não somente nos contrários, mas também nos seus vizinhos e naturais, que eles deviam defender, cometem grandes insultos, e feios. Roubam-lhes as fazendas, desacatam a suas pessoas e ofendem suas honras. Nem é isto o mais que fazem. Nos templos de Deus e seus ministros metem mão violenta e sacrílega, e no mesmo Deus santíssimo põe boca sem temor blasfemando e jurando muitas mentiras. Isto com tanta devassidade que o tem por virtude soldadesca, e quem não blasfema e arrenega não é valente, zombam dele e não o estimam.

Na segunda parte da *Arte da Guerra do Mar* deparamos com o desenvolvimento de várias rubricas, sempre com minúcia: classificação dos navios para as armadas, número de tripulantes para cada navio, quantidade de mantimentos, equipamento de armas e munições, épocas propícias para navegar, sinais anunciadores de tempestades, regras de navegação, marés, correntes e aguagens do mar, importância de se conservar a formatura da armada durante a navegação, lugares favoráveis aos combates, ordenança da guerra do mar, etc.

A propósito do chamado “milagre de Ourique”, parece que Fernão de Oliveira, na perplexidade analítica dos seus quarenta e cinco anos de idade, quase o subalternizou ao escrever (II, IX):

Não estava tão devagar o bom cavaleiro cristão, Dom Afonso Henriques, quando no campo de Ourique disse a Jesus Cristo que não era então tempo de rezar, porque também o servia em pelejar. Todas as coisas têm o seu tempo e pessoas aplicadas para se ocuparem nelas e os cavaleiros não são aplicados à oração, em especial no tempo de pelejar. Então é tempo de se defender, em combater e desbaratar os inimigos por todas as vias, por indústria e astúcia, cuidando e fazendo tudo o que para isso cumprir.

Mais tarde, passados mais de vinte e cinco anos, faria uma nova leitura do “milagre”, dando-lhe peculiar importância na *História de Portugal* (III, V).

No início do capítulo sobre as batalhas marítimas e alguns ardis necessários, Fernão de Oliveira deixou-nos palavras perpassadas de horrenda experiência sofrida algures, ou em 1542 nas águas mediterrânicas de França, ou em 1546 no canal da Mancha, ou em 1552 no mar marroquino (II, X):

Terrível coisa é a batalha do mar ante os olhos humanos, e os sentidos a refusam e aborrecem, porque nela se lhes oferece a morte sem nenhum refúgio entre muitas confusões e angústias. Qualquer destas duas coisas abasta para aterrar a humanidade, quanto mais ambas juntas, guerra e mar. As carnes se arrepiam, os sentidos arreceiam, o entendimento se confunde, e os espíritos do homem se afligem, vendo que não somente há-de pelejar com seus inimigos, mas também lhes cumpre resguardar o mar e vento, elementos caducos e de pouca constância mal dignos para neles confiar. Não aproveitam ânimos, nem força, nem destreza, quando estes faltam ou enganam; portanto é terrível a guerra do mar.

Todavia, escreveu ele, movido pela sua fé na protecção divina:

– Verdade é que eles [os inimigos] confiam em suas armas e navios, e nós chamamos o nome e ajuda do nosso Deus, o qual sem dúvida nos ajudará e alevantará; mas todavia é necessário que façamos nós também o que podemos, que não é tempo de rezar quando o inimigo está sobre nós.

A *Arte da Guerra do Mar*, no parecer do Comandante Botelho de Sousa (1983: XXXI), é uma obra não só «cheia de ensinamentos e altamente proveitosa, como é consoladora e nos dá satisfação por vermos como um português, que não era um profissional das armas, se adiantou à sua época, escrevendo um tratado em que são esboçados princípios que só mais tarde começaram a ser reconhecidos.»

Com justificada certeza, Fernão de Oliveira, logo no prólogo, não hesitara em reclamar para si o primado na análise da estratégia militar nos oceanos, «da qual nenhum autor, que eu saiba, escreveu antes de agora, arte nem documentos, ou se alguém dela escreveu confesso que não veio a minha notícia sua escritura, somente de Vegécio coisa pouca; Eliano prometeu escrever das ordenanças desta guerra, mas não creio que o fez.»

Por seu turno, confirmaria Henrique Lopes de Mendonça (1898: 67):

Dera-se à luz a primeira obra que sobre táctica naval aparecia nos modernos tempos e porventura nos antigos, facto de que o autor com razão se desvanecia no seu prólogo-dedicatória; a actividade e a inteligência do ex-domínico acentuavam-se frisantemente de novo, em obra bem diversa, depois de terem tomado também a dianteira a todos os seus compatriotas na elaboração de um código gramatical da língua pátria.

Como considerou Domingues (2002: 88), também se pode concluir da exposição do autor que «os portugueses não venceram o mar graças a qualquer indefinível qualidade atávica, como essa “vocaçãõ marítima” de que tanto se fala mas nada explica, nem criaram escolas para os mareantes; foram as circunstâncias concretas que forjaram situações concretas, naturalmente dentro das condições e possibilidades do tempo.»

Ars Nautica

Sem hiatos de tempo, a pena do padre Fernão de Oliveira continuou a desenvolver títulos de obras; como humanista que era, ele tinha a preocupação de consignar por escrito as suas congeminacões, hipóteses e conclusões, com o sentido de colaborar na dilataçãõ e na perenidade do conhecimento. Com o novo livro *Ars Nautica*, redigido em latim de forma sintética, quase um rico repertório de carácter enciclopédico sobre assuntos de navegaçãõ que não um tratado, pretendeu difundir no contexto europeu as matérias referentes à marinharia, à guerra naval e à construcão de embarcações. Embora mais tarde referenciado por ele próprio em dois passos do futuro *Livro da Fábrica das Naus* e usado em estudos sobre a higiene a bordo das naus no século XVI, nunca este trabalho foi impresso.⁴ Conforme indicou o autor, foi redigido de afogadilho c. 1570 (III: 106):

Com a ajuda de Deus, ordenámos de uma maneira ou de outra este apanhado de ensinamentos da arte naval, sob todos os seus aspectos, ainda que nem tudo com toda a perfeiçãõ; estes ensinamentos, depois de os termos

⁴ O manuscrito da *Ars Nautica* ainda se encontra inédito, apesar de ter sido traduzido para português e dactilografado em 1971 por Rodrigues Esteves e Manuel Figueiredo, de Lisboa. Foi adquirido pelo humanista e bibliófilo flamengo Isaac Vos (ou Vossius), ficando a fazer parte da sua livraria. Guardado no espólio da Biblioteca da Universidade de Leiden, na Holanda (Ms. Voss. Lat. F. 41: fls. 1-283v), e averbado no seu catálogo de 1716, andou alheado da historiografia portuguesa, sendo apenas dado a conhecer, em 1960, por Matos (1960: 239-251).

reunido à pressa e precipitadamente, devido às nossas muitas ocupações na terra e no mar, expusemo-los aqui concisamente e a seguir entregámo-los aos peritos para serem aperfeiçoados.

A obra, de difícil leitura mas de excelente qualidade científica, divide-se em três partes, além do prefácio e do apêndice. Fernão de Oliveira resumiu especialmente a *Arte da Guerra do Mar*. Aliás, ele disse-o com clareza (II cad.: 97):

Tal trabalho já o publicámos na língua materna; e, por vermos que esse trabalho foi aprovado por muitos homens peritos, nem, que saibamos, se escreveu sobre tal assunto noutras partes, aqui o tratamos de novo, para que também comuniquemos às outras nações as nossas coisas úteis.

Capítulo a capítulo, a primeira parte vai discorrendo sobre a arte náutica, os círculos, o equador, os meridianos, os paralelos, o desenho e uso das cartas marítimas, o quadrante, o astrolábio, a agulha de marear, a balista, o modo de observar o sol e as estrelas, os ventos, as tempestades, etc.; a segunda parte é dedicada à construção naval e instrui sobre as boas regras a cumprir para se evitarem imperfeições; e a terceira parte fala dos deveres da vida dos tripulantes a bordo, particularizando a deontologia do marinheiro, a disciplina e a alimentação.

Também aqui, o padre Fernão de Oliveira reclamou para si a primazia na análise e no estudo destas coisas (II cad.: 107):

Tirando o que mendigámos de livros que tratavam de outros assuntos e de um modo muito disperso, o resto é colheita da nossa pobreza; esta colheita é fruto da experiência e de pedidos muito cuidadosos, feitos aos marinheiros peritos, aos construtores navais e a outros homens desta arte das diversas regiões do mundo.

Outrossim, logo no prefácio se depara com uma passagem muito elucidativa, a enaltecer o conhecimento vivencial sobre a teoria especulativa:

Raras vezes, com efeito, se encontrará quem saiba ensinar o que pessoalmente não aprendeu. Agiria, aliás, com excessiva impertinência quem tentasse ensinar esta disciplina vastíssima sem dispor de longa experiência.

Considerando-a como a mais importante das obras escritas em Portugal no século XVI acerca do mar e das navegações, assim escreveu sobre ela Domingues (2002a):

A extensão e profundidade de tratamento das matérias não têm igual na literatura europeia do seu tempo, mas não é um livro técnico. O facto de [a Ars Nautica] ter sido escrita em latim indicia o que o leitor confirma na leitura: o público alvo eram os humanistas que, como Fernando Oliveira, se interessavam por aqueles assuntos, e não os homens do mar, que aí encontrariam preceitos por vezes muito distintos daqueles que se praticavam na navegação de alto mar.

Livro da Fábrica das Naus

O dominicano egresso, apesar de outras tarefas, continuou a escrever; compôs então um novo livro subordinado a assuntos náuticos como os dois anteriores, que terminou em 1580 ou pouco antes, dando-lhe o nome de *Livro da Fábrica das Naus*. O manuscrito apenas foi impresso em 1898, aquando do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por iniciativa do capitão-de-mar-e-guerra Henrique Lopes de Mendonça, ilustre escritor, professor e académico (1856-1931), e com o patrocínio da Academia Real das Ciências (Lisboa).⁵

Desde 1415 até 1578 que Portugal se deixara profundamente conduzir pelo estímulo da descoberta de novos mundos, desenvolvendo as navegações oceânicas e consequentemente as caracterizações tecnológicas dos navios; em vista disso, assistia-se então a uma estafante actividade de construções de barcos sem par em diversas localidades do litoral. Em semelhante conjuntura, a ocasião era propícia para se organizar um livro destes, com a finalidade de dar ao empirismo tradicional dos mestres dos estaleiros uma teorização das formas dos navios em ordem a uma real acreditação científica.

Fernão de Oliveira, logo no prólogo, deu aos leitores a razão do seu trabalho, precioso repositório e um autêntico tratado metódico sobre a construção naval:

⁵ O manuscrito do *Livro da Fábrica das Naus* conserva-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. Cod. 3702: fls. 1-164). Duas novas edições foram publicadas, ambas com introdução de Francisco Contente Domingues e de R. A. Barker: a primeira em 1991 (Lisboa, Academia da Marinha) e a segunda em 1995 (Edição em português, inglês e chinês: Macau, Museu Marítimo).

Considerando eu quanto releva a este reino ter bons navios, e carpinteiros que os façam, determinei escrever este 'Livro da Fábrica das Naus', no qual ponho esta arte em regras, e preceitos ordenados, e claros, de maneira que os possa entender, e usar toda pessoa; porque até agora andou isto escondido em poder de homens avarentos, que o não queriam ensinar e, se ensinavam alguém, era imperfeitamente, porque ensinavam somente algumas coisas poucas por palavra e prática muito vulgar.

Com o fim de conseguir elementos para organizar os capítulos da sua obra, não só cuidadosamente viu e reviu os trabalhos nos estaleiros da Ribeira de Lisboa, mas ainda os de outras partes, como escreveu:

Desta maneira, andava esta arte às escondidas e não vinha a lume para se emendar e acrescentar pelos juízos dos homens de bons entendimentos, que o acostumam fazer nas outras artes, como eu desejo que se faça nesta daqui por diante, e que as pessoas, que isto entenderem melhor que eu, escrevam e emendem o que me a mim falta; porque nisso me farão honra e não afronta, porquanto eu pretendo aproveitar aos que desejam saber e não pretendo próprio louvor nem interesse, mas antes para mim será glória e gosto dar eu causa a se apurar esta arte; porque para isso tomei muito trabalho andando por muitos portos de mar da Espanha, e França, Itália, Inglaterra, e alguns de terras de mouros, vendo suas tercenas, e praticando com seus carpinteiros, e aprendendo seus estilos, e modos desta carpintaria, e fábrica. Da qual ninguém escreveu até agora em nossa língua, nem grega, nem latina, nem outra alguma que eu saiba.

Em poucas linhas, resumiu o programa que pretendia desenvolver:

A ordem que leva este livro, é tratar primeiro das madeiras acomodadas para a fábrica naval, e de suas qualidades: e do tempo em que devem ser colhidas, e por que modo. Depois, trata dos achegos que com a madeira são necessários: que são pregadura, estopa, breu, e outros semelhantes. Depois das medidas, e simetria das naus, e suas partes, em cada género, e espécie delas; e de seus aparelhos, que são governalhos, mastros, vergas, velas, remos, enxárcias, cábreas, âncoras, bombas, e outras máquinas, e instrumentos necessários para o serviço das ditas naus, e das tercenas, e varadouros. Dos quais também por derradeiro se dirá alguma coisa: e do modo, e engenhos, de varar, e lançar as naus. Nisto acabará o presente livro, com o favor, e ajuda do Senhor Deus, para proveito dos sisudos, e diligentes.

Antes de entrar no tema, Fernão de Oliveira ainda falou da antiguidade dos meios de navegar e do seu aperfeiçoamento, exemplificando (I): almadias, canoas, barcos e naus cada vez maiores e melhores, a tal ponto que os navios portugueses «agora são capazes também do oceano todo por todo o mundo, ou maior parte dele – o qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram.»

Neste momento, como bom patriota, o autor não pôde deixar de manifestar o seu brio nacional (I):

Poucas vezes se lê que os gregos nem latinos navegassem fora do seu Mar Mediterrâneo, de que somente eram capazes os seus navios; os nossos agora são capazes também do oceano todo por todo o mundo, ou maior parte dele. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos, que aos gregos, nem latinos; porque mais têm feito pela navegação em oitenta anos, do que eles fizeram em dois mil que reinaram. E mais perfeições têm acrescentado a esta arte, do que eles nunca fizeram.

Fruto de cuidadosa observação e de muita experiência, o *Livro da Fábrica das Naus* é uma obra proeminente e extraordinária no cômputo europeu, «já que é o único texto sobre a matéria, escrito nesta época, no qual os preceitos técnicos são escorados em princípios gerais legitimadores do conhecimento, cujo enunciado revela o horizonte gnosiológico do autor» — diz Francisco Contente Domingues (2002a). As suas páginas vão-se desenrolando em exposições minuciosas, em pormenores práticos, em ensinamentos prestimosos e em conselhos úteis. Muitas vezes, ao longo da leitura, somos advertidos para ter em conta os exemplos da natureza, dos peixes, das aves e dos animais, para aprendermos as diversas artes e depois as aperfeiçoarmos.

Entre os vários aparelhos, é o governalho ou leme que ocupa mais espaço no texto (IX); e com razão. Na verdade, ele é essencial no navio, «com o qual o piloto, ou quem o governa, faz guiar o mesmo navio pelo caminho que deve levar.»

E para não haver indecisões sobre a sua imprescindível utilização, elucidou Fernão de Oliveira:

O navio sem governalho não faz caminho que aproveite, nem vai ter aos lugares limitados, mas anda desvairando de cá para lá, aos empuxões do mar e dos ventos, até se perder, sem lhe poder valer diligência, nem indústria, nem saber humano.

Também aqui — lembrou ele — o exemplo vem-nos da natureza, onde os peixes e as aves se guiam, socorrendo-se da própria cauda.

O livro — o mais antigo texto escrito sobre arquitectura naval, que veio preencher um vazio no seu campo de conhecimento — termina de modo abrupto e inacabado, sem que fossem referidas e tratadas as derradeiras alíneas do esquema inicial. Qual o motivo desta falha? Ou o autor não teve oportunidade de finalizar a obra; ou perderam-se as últimas páginas do manuscrito.

Viagem de Fernão de Magalhães, escrita por um homem que foi na companhia

Também se encontra um outro manuscrito na Biblioteca da Universidade de Leiden,⁶ na Holanda, além do *Ars Nautica*, designado com o título *Viagem de Fernão de Magalhães, escrita por um homem que foi na companhia* e atribuído ao padre Fernão de Oliveira. Foi basicamente redigido ou esboçado por um marinheiro que acompanhou o navegador português e, a ser verdade, o texto, por volta de 1570 ou pouco depois, serviu a Fernão de Oliveira para uma redacção mais completa. Trata da primeira viagem de circum-navegação marítima, comandada por Fernão de Magalhães entre 1519 e 1521 e terminada no ano seguinte por Juan Sebastian d'Elcano.⁷

Efectivamente, o padre Fernão de Oliveira, na sua composição, seguiu o relato anterior, mas não o fez sem interpolações muito suas. A compilação final, sendo um trabalho definitivo, foi melhorada com observações, reflexões e análises próprias que parece não respeitarem a fidelidade a uma mera cópia, mas que se enquadram perfeitamente no estilo e no pensamento do aveirense, ao enveredar agora pela defesa de Portugal na sua história. Ao longo das páginas deste livro a crítica social junta-se ao arreigado sentimento patriótico, que faz parte de sua personalidade. No que a isto se concerne, escreveu Franco (2000: 63):

⁶ Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda), Ms. Voss. Lat. F. 41: fls. 239-254.

⁷ Em 1987, Neves Águas publicou uma edição deste livro (Mem Martins, Europa-América), sob a denominação «Fernão de Magalhães – A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram». Também Domingues (1989: 99-126), o transcreveu no livro *Grandes Viagens Marítimas*, com o título «Relato da Viagem de Fernão de Magalhães».

A marca ideológica do patriotismo está bem patente, por exemplo, ao recordar a partilha do mundo a descobrir pela coroa portuguesa e espanhola no tratado de Tordesilhas. Esta divisão é comparada com a partilha bíblica feita entre Abraão e o seu sobrinho Lot, exaltando a supremacia e qualidade naval dos portugueses: «Os portugueses, porque são mais marinheiros e têm mais indústria na arte da navegação, foram mais por diante e passaram os limites do seu hemisfério, onde acharam muitas terras boas, como são Moluco, China, Japão e outras de muito proveito» (fl. 239v).

Na pena de Fernão de Oliveira estava bem límpida a visão optimista de Portugal, que, a nível internacional, detinha uma língua excelente, uma superioridade científica, uma táctica bélica modelar e uma gesta prenhe de heroísmos. A ocasião principiava a ser assaz oportuna para que se levantasse uma voz a estimular a alma nacional, no meio do desalento e da prostração provocados pela decadência dinástica e alimentados por nobres envilecidos. Na verdade, após a morte de D. João III em 1557, sucedera-lhe o seu neto D. Sebastião, de frágil constituição física e com apenas três anos de idade porque nascido em Janeiro de 1554; na sua menoridade, a regência fora assegurada até Janeiro de 1568 pela avó D. Catarina de Áustria — que, por ser irmã de Carlos I de Espanha, era contestada nos ambientes nacionalistas — e, desde 1562, pelo tio-avô o cardeal D. Henrique.

Mas, se por uma parte Fernão de Oliveira se serviu da *Viagem* para, com liberdade e ousadia, começar a patentear as suas próprias considerações sobre o seu arreigado portuguesismo, também aí se depara com a reprimenda ao compadrio que corroía a corte portuguesa, a ponto de tolher o apoio ao projecto da circum-navegação, bem expressa nestes termos (fls. 240-240v):

Depois de Fernão de Magalhães ter servido a el-rei de Portugal naquelas partes [Índia e África] alguns anos, veio a Portugal e pediu, como é costume dos portugueses, que lhe fizesse el-rei ofício naquelas terras; e, porque não tinha quem falasse por ele, não lhe deram nada. Por derradeiro pediu que o acrescentassem a escudeiro fidalgo no foro de seus parentes; e nem isso lhe quiseram fazer, porque não tinha por si os oficiais de el-rei que tudo querem para seus parentes e criados, e com isso dão muita perda a el-rei, como nisto fizeram.

Nestas circunstâncias, Fernão de Magalhães, decerto com a angústia de um português marginalizado por D. Manuel I, ofereceu os seus préstimos

a Carlos V, monarca de Espanha, que o apoiou, subvencionou e lhe confiou uma frota de cinco caravelas. Com semelhante arrimo e com tal protecção, o navegador pôs-se ao serviço de uma nação estrangeira para levar avante um propósito que seria utilíssimo para o conhecimento do globo.

Para o aveirense, a *Viagem de Fernão de Magalhães* serviria de preparativo para novos escritos, de cariz histórico, cujo intuito seria enaltecer Portugal.

Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do Reino de Portugal

A produção do padre Fernão de Oliveira, nos derradeiros anos de vida, manifestou um singular interesse pela história, pela independência e pelo fortalecimento do reino de Portugal, justificando o direito de o nosso país permanecer livre com um discurso marcadamente anti-espanhol. Por outra parte, enquadrando-se na ambiência do seu tempo, ele seguiu o pendor do Humanismo renascentista; colheu dados dos modelos clássicos e medievais, reformulando-os em função do presente, enriquecendo-os com adições oriundas dos mundos descobertos e deduzindo daí a vertente providencialista da história do nosso país. Na realidade, ele aparece-nos como alguém que ainda hoje nos interpela, através do seu pensamento e do seu trabalho, para a defesa do desígnio de Portugal e dos portugueses.

Após a desastrosa batalha de Alcácer-Quibir, no norte de África, travada em 4 de Agosto de 1578, durante a qual foi morto o malfadado monarca D. Sebastião, sentou-se no trono o cardeal-infante D. Henrique, seu tio-avô, que nessa altura contava sessenta e seis anos de idade. Em 1 de Novembro seguinte, foi publicamente aclamado como rei na igreja do Hospital de Todos-os-Santos, no Rossio, sem grandes festejos. Caber-lhe-ia, com prioridade, resolver o resgate dos muitos cativos de Marrocos. Apesar de governado na continuidade da dinastia de Avis, o reino, que sonhara grandezas surpreendentes com a juventude de D. Sebastião, não só perdeu o ânimo e caiu numa vil tristeza, como ainda porfiou em exigir ao cardeal vingança justiceira contra os responsáveis do desaire nacional.

Mesmo com o sério problema da sucessão em mãos, D. Henrique nunca aceitou a hipótese de nomear ou considerar o sobrinho D. António, prior do Crato, como seu herdeiro; não lhe reconhecia legitimidade para tal, por ser filho bastardo de D. Luís — este irmão de D. João III. Consequentemente, quando o monarca faleceu em 31 de Janeiro de 1580, o país entrou numa fase de

turbulência social, com lutas políticas e contendas bélicas à mistura. Por fim, os partidários de D. António teimaram em aclamá-lo como rei no dia 19 de Junho seguinte, em Santarém, o que provocou a invasão das tropas espanholas pelo Alentejo, comandadas pelo duque de Alba. D. António acabaria por perder o trono em favor do seu primo Filipe II de Espanha, como resultado da derrota que sofreu na batalha junto à ponte de Alcântara, em Lisboa, na noite de 24-25 de Agosto de 1580. Depois de alguns meses de insucessos militares e de angústias dolorosas, D. António acabou finalmente por fugir de Portugal em Maio de 1581 e refugiar-se na cidade de Paris.

Fernão de Oliveira, de consciência preocupadamente amargurada, viveu com intensidade o drama da crise dinástica, sob a ameaça da absorção estrangeira. Não permanecendo à margem dos acontecimentos, deu voz ao sentir colectivo da nação, mal servida pelos nobres e dirigentes, e procurou sustentar a pretensão do prior do Crato como candidato ao trono português. O amor da Pátria impeliu-o naturalmente para a solução que julgava mais patriótica, mesmo colocando-se numa situação desprivilegiada para efeitos redactoriais dos seus possíveis trabalhos.

Semelhante sentimento encontra-se palpavelmente no sumário de alguns dos capítulos do livro denominado *Primeira parte do Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do Reino de Portugal*, onde o autor demonstrou que Portugal deve gozar de liberdade e de imunidade: «que os portugueses não perderam sua liberdade e reino com os leoneses» (VIII); que «Portugal não deve coisa alguma a Castela» (IX); «que o reino de Portugal nunca foi condado» (X); e que «o povo português fez D. Afonso Henriques rei de Portugal» (XI). Assim se infere que o texto, agora referido, teria sido composto em 1578-1579; o manuscrito encontra-se no espólio da Biblioteca Nacional de Paris.⁸

Logo no início, Fernão de Oliveira indicou a finalidade do novo trabalho, que não acabou e que foi truncado, faltando-lhe os primeiros sete capítulos. Numa construção ideográfica — quiçá mítica — deixou transbordar a ambição de que ele servisse para animar os leitores portugueses a prosseguirem na luta pelo seu ideal de nação independente, com muitos séculos de existência. No último capítulo (XII) ainda acabaria por anotar:

⁸ Biblioteca Nacional de Paris, Fonds Portugais, Ms. n.º 12: fls. 157-176. Paul Teyssier (1959: 359-379) referiu este trabalho em «L' 'História de Portugal' de Fernão de Oliveira après le manuscrit de la Bibliothèque National de Paris», (separata das «Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros»). No ano 2000, numa edição crítica, José Eduardo Franco publicou-o juntamente com a *História de Portugal*, sob o título «O Mito de Portugal – A Primeira História de Portugal e a sua Função Política» (Lisboa, Roma Editora), e em 2006, com coordenação, introdução e fixação do texto (Lisboa, Roma Editora).

Uma parte da proposição ou tenção deste livro é mostrar como o reino de Portugal é antigo e foi sempre livre, e nunca vassalo de outra nação.

Na verdade, para o egresso dominicano a identidade essencial de uma nação e a constituição metafísica de um reino perduram sempre, mesmo que haja ruptura na sequência dinástica. O que ele reconhecia fundamental era a existência continuada de um povo que vive num território, testemunhando ao longo dos séculos o seu ideal de autonomia, quase convencido do carácter sagrado da sua fundação e missão, à semelhança do que acontecera com o Israel bíblico.

Na previsão do que proximamente poderia advir a Portugal com a interrupção da dinastia de Avis após a morte do cardeal-rei, Fernão de Oliveira insistia em afirmar que, se tal viesse a ocorrer, o reino iria continuar enquanto instituição social, política e nacional. São palavras suas (XI):

Posto que a linha de sucessão daqueles reis antigos quebrasse, morrendo eles sem herdeiros, ou tirando-os o povo por seus excessos e tirania, como fez em Roma, não se perdeu, por isso, a república portuguesa, como se não perdeu em Roma a romana. Não se acabou a gente portuguesa, nem perdeu a posse desta sua terra de Portugal, nem a liberdade e reino.

Uma determinada concepção de autonomia do território e a capacidade de o seu povo escolher e garantir um governo capaz de intervir em todas e quaisquer condições foram os elementos com que o aveirense definiu o reino (XI):

Ainda que não haja rei na terra, se a gente é livre e governa-se por suas próprias leis, não se deixa de chamar reino, como não se deixou de chamar reino dos romanos a terra que eles governavam, posto que não tinham reis, porque reino diz que é governação livre e justa.

Em seguida, ele não deixou de rememorar o que se passara ao longo da história de Portugal, desde o início. Com facilidade se descortina que a ideologia da superioridade da nação lusitana é uma constante na obra de Fernão de Oliveira. A própria antiguidade e a ininterrupta perenidade do nome do reino num território específico testemunhavam a existência concreta e a independência peculiar do povo português, gozando de soberania na sua própria terra (XI):

Da gente portuguesa se lê [...] que foi sempre senhora desta terra desde a primeira povoação dela; e mais, sempre foi livre e não foi jamais senhoreada por gente alguma estrangeira, segundo mostra este nome Portugal que lhe puseram os galeses, ditos primeiros povoadores dela, o qual dura até agora e não podia durar se ela fora senhoreada por estrangeiros. Como não duraram os nomes de outras terras da Espanha, que se mudaram assim todos, e alguns deles muitas vezes.

Assim sendo, ao reflectir sobre a nossa história, concluiu Fernão de Oliveira que Portugal, apesar das tentativas de dominação estrangeira de outro reino — algumas mesmo de ocupação e de administração — resistiu a tais contratempos e subsistiu mesmo numa parcela de território com um resto de portugueses. Escreveu (VIII):

Se alguns eram mortos não era morta a nação e república portuguesa, a que principalmente o direito e senhorio delas pertencia.

Se tivessem sido publicadas e conhecidas, estas palavras entusiasmassem certamente as gentes lusas de então a pugnam pela continuidade da sua independência, porque Portugal existirá enquanto existirem portugueses nas terras onde habitam. Transmitindo o seu raciocínio, Fernão de Oliveira proclamava categoricamente que a nossa Pátria, partindo do seu passado, jamais poderia ser ontologicamente subjugada ou violada na sua imunidade. De tal maneira a nação emergira singularmente no âmbito da Península Ibérica e persistira na sua liberdade que, como demonstraria mais tarde na *História de Portugal*, não havia gente na Espanha que assim continuasse a posse da sua terra, como os portugueses. Qualquer forma possível de domínio estrangeiro, sem a legitimação do povo livre, era considerada pelo autor como ilegítima e tirânica (XI):

Os que se fazem reis por força, contra a vontade do povo livre, são propriamente tiranos e não reis, segundo Aristóteles diz no décimo capítulo do quinto livro da Política. Onde diz que o reino é governação espontânea e não constrangida. E diz que é manifesta tirania quando alguém senhoreia por força ou engano.

Analisando o estilo e o intuito deste livro e do que a seguir se vai referir, concluiu Franco (2006: 12):

Mais do que um mero programa de relato da história portuguesa, estas duas obras de historiografia encerram uma intervenção ideológica no quadro político da crise dinástica, propondo uma releitura do destino histórico-temporal da nação portuguesa e da natureza do seu reino numa perspectiva que assume contornos de configuração mítica e utópica.

História de Portugal

O escrito anterior serviu a Fernão de Oliveira como esboço ou ensaio de uma história, propriamente dita, do nosso povo e do nosso país, cujo manuscrito se encontra na Biblioteca Nacional de Paris.⁹ O trabalho, composto por quatro livros e cognominado *História de Portugal*, é uma obra incompleta, porque finda no reinado do monarca D. Sancho I, mas inovadora no rótulo e no assunto; na verdade, ela significa a primeira tentativa de escrever uma história de Portugal, propriamente dita, despegando-se das tradicionais crónicas e relatos. Se, nessa altura, a partir de Maio de 1581, o autor estava refugiado em Paris, então as páginas do livro foram aqui elaboradas e ordenadas. Parece que esta produção obedeceu ao pensamento em se defender a legitimidade de D. António, prior do Crato, como candidato português ao trono nacional e de contestar a solução da monarquia dual na Península Ibérica, aprovada em Abril daquele ano de 1581 nas cortes de Tomar, embora Filipe II de Espanha, logo após a sua solene aclamação e entronização como Filipe I de Portugal, aí tenha ratificado a autonomia do nosso país (II, V), jurando guardar os bons costumes, privilégios, graças, mercês, liberdades e franquezas que pelos reis passados houvessem sido dadas, outorgadas e confirmadas. Encerrara-se oficialmente o pleito sucessório mais disputado do século XVI, iniciando-se um período crítico e penoso de sessenta anos na vida nacional.

É interessante a achega autobiográfica do título completo da *História de Portugal*:

Começa a História de Portugal, recolhida de escritores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernão de Oliveira, capelão dos Reis de Portugal de seu tempo.

⁹ Biblioteca Nacional de Paris, Fonds Portugais, Ms. nº 12: fls. 1-152. O manuscrito, fixado e apresentado, em 1975, por Pierre Valière na Universidade de Nantes, França, foi publicado em 2000 por José Eduardo Franco.

Tal achega foi depois repetida no final da terceira parte (III, XIV), com as seguintes particularidades:

Acabou-se a história da vida e feitos heróicos de el-rei Dom Afonso Henriques, tirada dos cartórios do reino pelo licenciado Fernão de Oliveira, capelão dos reis de Portugal que reinaram em seu tempo: Dom João, o terceiro, e Dom Sebastião, o primeiro, e Dom Henrique, o primeiro, e Dom...

O padre Fernão de Oliveira desenvolveu o seu antigo e patriótico pensamento, que resumidamente tinha manifestado há mais de quarenta anos na *Gramática* (II):

A antiga nobreza e saber da nossa gente e terra de Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal, ainda que agora não é a maior depois do dilúvio geral, que é o mais antigo tempo de que se os homens lembram.

Na obra historiográfica, o seu autor enveredou por um discurso mitificante acerca dos primórdios bíblico-sacrais de Portugal, recuando as raízes da pátria aos tempos proximoamente subsequentes ao dilúvio que, considerado universal, apagara totalmente a memória da chamada primeira idade do mundo. Posteriormente — assim se julgava — teve início a segunda idade do mundo, quando recomeçou o povoamento da terra. Tubal, um dos filhos de Jafet (ou Lapeto) e neto de Noé, fora predestinado para as ilhas e para os territórios mais ocidentais da Europa (Génesis, 10, 2-5). Desembarcando num sítio que designou por Tubália, junto da foz do rio Sado depois de ter passado por Cabo Verde e pelas Canárias, teria iniciado uma povoação, «onde estava de assento», que chamou Setúbal, com o desejo de o topónimo evocar o seu próprio nome; e «daí mandou ele às outras terras seus filhos e companheiros a povoá-las» (I, I).

Prossequindo nas mesmas considerações laudatórias ao descrever a longa enumeração dos diversos povos que invadiram a Hispânia e cá viveram e se estabeleceram, o padre Fernão de Oliveira indigitou o território português como o berço do primeiro povo e reino hispânico, ininterruptamente conservando a sua identidade; assim se opôs à versão pró-castelhana, defendida por Esteban Garibay y Zamalloa no seu *Compendio Historial*, publicado no dealbar da década de 1570, e outrossim propugnada por outros historiadores das monarquias vizinhas. O intento de semelhante arrazoado apologético, que atravessa transversalmente a obra historiográfica do aveirense e constitui a

sua coluna ideológica estruturante, era justificar para Portugal a primazia sobre qualquer outro reino da Cristandade, já desde as suas origens étnicas e históricas, acabando por ser igualmente o pólo primitivo da difusão da fé cristã nos tempos modernos.

Daqui o autor, quase instrumentalizando politicamente a história, tentou demonstrar que, por fundação, eleição e mandato de Deus, o reino de Portugal tinha uma missão específica, qual era de ordem ontológica e teológica. Ele gozara no passado e gozaria sempre, no presente e no futuro, de uma especial protecção do Céu; por isso, o serviço da pátria implicava o serviço a Deus e ao rei. Dando como exemplo do auxílio divino, mencionou concretamente o que foi patente nos tempos da Reconquista Cristã (II, IV):

Fez o conde D. Henrique muita guerra aos mouros que tinham as terras de Portugal, dos quais houve muitas vitórias e tomou-lhes algumas das que nos tinham na Beira, Riba de Côa e Terra de Goronho até Astorga, sobre as quais teve contenda com os leoneses, que lhas queriam tomar, dizendo que lhe pertenciam, mas ele lhas defendeu e fez conhecer que lhe não deviam coisa alguma. E neste as deixou a seu filho. O qual no mesmo estado de liberdade as defendeu e conservou e as deixou também a seu filho Dom Sancho. Isto fizeram pai e filho e neto e os mais descendentes com os portugueses sem ajuda, nem favor de leoneses, nem castelhanos, que nunca jamais favoreceram a liberdade de Portugal, mas antes sempre a impugnaram. Porém, Deus sempre a conservou e conservará, como em nossos dias a confirmou el-rei Dom Filipe, que viva muitos anos. Amen.

Fernão de Oliveira, ao contrário do que escrevera na *Arte da Guerra do Mar*, narrou encomiasticamente o chamado “milagre de Ourique”, porque isso interessava ao tema laudativo do reino. Escreveu ele, depois de informar sobre a maneira como os soldados passaram a noite anterior à batalha de Ourique, travada em 25 de Julho de 1139 (III, V):

Dom Afonso Henriques, a maior parte dela, esteve em oração, como nos tais tempos acostumava. Por todos geralmente se diz que, então, lhe apareceu Cristo crucificado e lhe deu firme esperança da vitória que logo houve. E dizem que ele para animar os seus lhes contou publicamente como Cristo lhe aparecera e lhe prometera vitória. Portanto, que se esforçassem e confiassem em Deus, porque seriam por ele ajudados, como foram outros muitos a que Deus em semelhantes casos apareceu.

Em consequência, o autor não passou em claro o sinal permanente no estandarte nacional, que lembraria aos portugueses o surpreendente apoio e o prodigioso amparo de Deus, patenteados na dita batalha em favor de el-rei e das suas milícias contra os mouros; escreveu ele (III, VI):

Mandou Dom Afonso Henriques pintar nos seus escudos o sinal da vitória do campo de Ourique, a qual foi notável e honrosa; e foi remate do desejo dos portugueses, que desejavam ter rei por si seu natural. A pintura daquela vitória são cinco escudos de cinco reis mouros que ele ali venceu. E porque os venceu com ajuda de Jesus Cristo crucificado, que lhe ali apareceu, mandou pintar aqueles cinco escudos sobre uma cruz de cor azul, a qual dizem que era a insígnia antiga deste reino. Mandou mais pintar em cada um daqueles escudos cinco pontos que fazem número de vinte e cinco, e com os cinco escudos fazem trinta. Estes números quis ele que significassem os cinco escudos cinco chagas principais de Jesus Cristo, e o número de trinta significasse os trinta dinheiros por que Ele foi vendido, dando a entender que receava ser este reino vendido por aqueles que comem o seu pão, como diz o profeta [Salmo 40, 10]. São estas armas fundadas sobre a cruz de Cristo e mistérios de nossa redenção e são as melhor fundadas e mais seguras e honradas que podem ser outras. Estas duram em Portugal até agora.

Contudo, se Portugal desfrutava radicalmente da predilecção celeste, ele outrossim desfrutaria da liberdade total e perene. Esta imunidade a qualquer tentativa de dominação estrangeira, sendo garantida pela vontade dos portugueses, era sobretudo assistida divinamente. O povo, na sua soberania, tinha capacidade para eleger e depor reis e governantes e manter a continuidade da essência do reino, mesmo quando condicionada, temporária e parcialmente, por algum poder externo. O inimigo jamais revogaria a totalidade da autonomia portuguesa, que permaneceria intacta numa porção do território nacional e defendida por um resto do povo. Rememorando a própria bula *Manifestis probatum* que o papa Alexandre III enviou a D. Afonso Henriques, com data de 23 de Maio de 1179, Fernão de Oliveira houve por bem informar (III, XII) que o pontífice no documento confirmativo não se arrogara do direito feudal ou temporal nem se serviu da prerrogativa de erigir ou criar o reino, porque este já existia com a sua independência e D. Afonso Henriques já usufruía do poder régio; e anotou:

O papa chama-lhe constituição, porque não lhe podia dar essoutros nomes de erecção e criação nova. Constituição lhe chama, porque quanto ao principal

lhe deu ser e constituiu por autoridade divina, como antigamente os profetas e sacerdotes faziam quando ungiam os reis, e agora fazem quando ungem os imperadores. Os quais, depois de serem eleitos secularmente, são ungidos em significação que sacramentalmente recebem de Deus o poder que têm sobre o povo, por meio dos sumos pontífices que os constituem.

Entretanto, Fernão de Oliveira, continuando a sofrer atrozmente a crise política nacional — quiçá a falta de um rei português no trono — julgou conveniente lembrar que qualquer ruptura da plena concretização do nosso destino tem somente um carácter transitório; semelhante interrupção — interpretava ele — seria uma simples prova para acordar as pessoas no sentido de fazerem reviver a consciência patriótica. Vem a propósito deste entendimento e deste sonho do aveirense o que escreveu Franco (2000: 303):

A utopia da perenidade histórica de Portugal, concebida em vista da realização de uma missão transcendente que assenta na mitificação do passado de Portugal, apresenta-se como uma utopia fortemente crítica do processo e da união efectiva da coroa portuguesa à coroa castelhana. Esta utopia avulta como o primeiro sinal conhecido de inconformismo e de resistência ao novo statu quo político, consignada na reescrita desta História de Portugal.

E, noutra ocasião (2006: 13), afirmou o mesmo autor:

Ao defender a perenidade da história da autonomia do reino de Portugal, ao advogar a impossibilidade da sua dominação efectiva por potências estrangeiras e ao submeter a legitimidade da esperança num rei restaurador sempre que o reino sofre uma experiência de tentativa de subjugação externa, a História de Portugal de Fernando Oliveira delinea a matriz ideológica da corrente messiânico-nacionalista do Sebastianismo e configura-se como a precursora da filosofia sebastianista. [...] Este pendor mítico-utopista faz de Fernão de Oliveira precursor das obras utópico-proféticas dos séculos seguintes e das doutrinas quinto-imperialistas a elas inerentes, que procuraram definir e redefinir o papel de Portugal no mundo.

De Re Rustica

Fernão de Oliveira, talvez no ambiente rural da Beira Alta, demonstrando que os trabalhos intelectuais e eruditos não o arredavam das realidades sociais, traduziu para português o *De Re Rustica*. Este livro, redigido por volta

do ano 60 da era cristã, deve-se à pena do destacado escritor latino Lúcio Júnio Moderato Columela, nascido em Cádiz, na Hispânia, no século I, que exerceu as funções de tribuno militar na Síria e na Cilícia antes de se fixar em Roma. Santo Isidoro (c. 562-636), arcebispo de Sevilha, nas suas *Etimologias* (XII, 1, 1), definiu o trabalho como «um estudo completo sobre todos os aspectos desta disciplina [agricultura]». A tradução encontra-se interrompida no capítulo terceiro da terceira parte.¹⁰

Tal obra agrónoma, dividida em doze livros, num estilo simples e preciso trata dos seguintes temas, com preciosas informações sobre a vida rural dos romanos: Preceitos gerais para o lavrador (I); terra e colheitas (II); vinha e árvores de fruto (III-V); animais bravos e abelhas (VI-IX); poema didáctico sobre a jardinagem (X); deveres do caseiro (XI); e actividades do caseiro (XII). O seu intuito foi estimular o regresso ao campo e a dignificação da agricultura como a actividade mais importante para a sobrevivência da espécie humana.

Pensa-se que, com semelhante trabalho, Fernão de Oliveira, preocupado pelo estado do trabalho dos campos no seu tempo, queria fornecer um meio útil e incentivador para a fixação das pessoas nas aldeias do interior e para o melhoramento da actividade agrícola no país, uma vez que esta se encontraria desprestigiada pela actividade comercial marítima possibilitada com os Descobrimentos. Os lavradores achavam-se então arredados à margem da grei social, explorados pelos senhores das terras que sem trabalhar viviam das rendas e injustamente desprovidos de qualquer dignificação. Como escreveu Franco (2000: 61-62), «esta tradução pode ser indício do interesse de Oliveira pela situação agrícola e económica do país; algumas passagens do tratado sobre agricultura de Columela identificam-se com o seu modo pedagógico, crítico e pragmático de abordar os problemas.»

É elucidativo o seguinte extracto do prólogo do agrónomo latino, que, como censura adequada à mentalidade predominante, teria utilidade para o tempo de Fernão de Oliveira... e para o nosso tempo:

Muitas vezes ouço queixar os príncipes da nossa cidade contra a lavoura e agricultura, dizendo que não responde como soía. E a causa disso, uns dizem que é a esterilidade dos campos, e outros a destemperança do ar, que pelo espaço dos tempos muda. Outros, querendo com alguma razão moderar estes

¹⁰ O manuscrito da tradução de *De Re Rustica* guarda-se no arquivo da Biblioteca Nacional de Paris (Fonds Portugais, Ms. n^o 12: fls. 177-272). Permaneceu inédito até que foi publicado nos tomos IV a XII dos «Anais das Ciências, das Artes e das Letras», de 1819 a 1821.

queixumes, dizem que a terra, cansada e esvaída pela muita frutificação que fez antigamente, não pode já manter os homens como dantes fazia. [...] Mas juntamente com isso pelo descuido e negligência dos homens de agora que se desprezam de ser lavradores e não tratam a lavoura por si como faziam os antigos, mas entregam-na aos que não podem nem sabem usar dela. [...] A agricultura veio em tanto desprezo entre nós que é havida pelo mais baixo e vil ofício de todos, e tanto que parece aos homens que não tem necessidade de ser aprendida.

A cópia da Gramática de Nebrija

Na Biblioteca Nacional de Paris também se conserva mais outro manuscrito do padre Fernão de Oliveira.¹¹ Como os demais, depois de ter pertencido ao espólio do cardeal Júlio Mazarino, primeiro-ministro dos reis Luís XIII e Luís XIV, talvez haja ficado na capital francesa pela simples razão plausível de o aveirense ter acompanhado D. António, prior do Crato, no seu desterro da pátria, e aí ter falecido. Neste como nos outros manuscritos são evidentes a similitude, senão mesmo a identidade, dos traços claros e carregados da grafia, numa letra cursiva, elegante e ordenada – o que leva a concluir pelo único autor de todos. Menciona-se aqui a cópia de parte da *Arte de Grammatica de Lengua Castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. Fernão de Oliveira tê-la-á feito, quando esteve em Espanha, depois de haver deixado o convento de Évora; decerto que — como já atrás se disse — a sua finalidade seria apenas a utilização particular para lhe servir de paradigma.

4. Conclusão

Ao evocar a vida e ao ler os trabalhos do padre Fernão de Oliveira, concluímos que ele, apesar do seu temperamento insubordinado de aventureiro, foi mormente um incontestável pioneiro nos temas que versou... e que os redigiu com fundamento, certeza e profundidade. Ele próprio, logo na *Gramática* (L), lançara um desafio a críticos eventuais das suas obras:

Alguns que escrevem livros acostumam fazer nos princípios prólogos de sua defesa, o que eu não fiz. E tenho esta razão, que me não quero queixar

¹¹ Biblioteca Nacional de Paris, Fonds Portugais, Ms. n.º 12: fls. 273-339.

antes de ser ofendido. E mais: quem pode dizer mal de mim, que bom seja, pois aos maus não posso fugir, mas por qualquer parte sempre me hão-de maltratar. E, contudo, eu não dou licença que alguém possa ser meu juiz, senão quem ler os livros que eu li; e com tanto trabalho e tão bem ou melhor entendidos; e, ainda assim, a sentença há-de ser que para emendar meus erros escrevam da mesma matéria outras obras melhores: nas quais mostrem saber mais que eu disto de que falámos.

Não obstante a sua longevidade, «manteve-se sempre activo, produzindo uma obra polifacetada, perfeitamente característica desse Humanismo que representou tão bem, tanto na gramática e na história como na ciência e na técnica aplicada, voltado para os conhecimentos actuaes sobre a realidade cultural e material do tempo, herdeiro de um saber clássico que recuperou e revalorizou, a par da perfeita consciência da novidade da época que então se vivia» — escreveu Francisco Contente Domingues, que dele também afirmou (2002a):

Figura ímpar do Renascimento português, na vida da qual se cruzaram uma sólida formação erudita e a experiência que ganhou como piloto e homem do mar (um saber feito também da prática que reclama continuamente), chegou a ver os seus serviços disputados por franceses e espanhóis em meandros diplomáticos de alto nível.

Podemos caracterizar o padre Fernão de Oliveira como um dos autores da ciência multiforme e universalista. Sobre esta sua faceta, disse Franco (2006: 10):

Na esteira dos melhores homens do saber da época dos Descobrimentos e do Renascimento, Fernando Oliveira construiu um conhecimento avançado à luz de um experiencialismo que assenta no conforto crítico entre teoria e prática, entre doutrina e técnica, entre as heranças epistemológicas e culturais e os novos dados objectivos colhidos no processo de planetarização das relações entre os povos e os continentes. Este processo revolucionou a mundividência greco-romana e medieval e inaugurou a época da proto-globalização.

Porque representa em Portugal uma das mais brilhantes, desassombradas e destemidas personificações do espírito crítico, estigmatizante e condenatório dos exageros de pessoas e da sociedade em pleno século XVI, mesmo ao arrepio dos seus coetâneos, é de justiça que este aveirense, invulgar e genial,

irrequieto e insubmisso, seja lembrado com justeza e verdade... e que a sua obra seja atentamente estudada nos diversos aspectos.

Para terminar, sirvo-me de Henrique Lopes de Mendonça (1898: 2), a cuja profunda investigação se deve a maioria das informações biográficas sobre o padre Fernão de Oliveira, dizendo que ele, exímio expoente da era de Camões, foi «filólogo como João de Barros, aventureiro como Fernão Mendes Pinto, perseguido pela Inquisição como Damião de Góis, navegador como D. João de Castro, porventura o único dos escritores de arquitectura naval do seu tempo e do seu país». E continua o mesmo autor:

Foi clérigo e foi soldado, foi marinheiro e diplomata, esteve prisioneiro em mãos de ingleses e em mãos de turcos, gemeu nos cárceres do Santo Ofício, teve relações com homens eminentes do seu século.

Sendo o mais antigo gramático português como Élio António de Nebrija o fora para o idioma castelhano, tem igualmente a prioridade, entre os escritores de qualquer país, na elaboração de tratados de táctica militar marítima e na divulgação das artes náuticas. E, como todos os homens do seu tempo — tempo que é caldeado de vários tempos — ao longo da sua vida e da sua obra descobrem-se e estão patentes muitos factores de permanência e de continuidade, a par de elementos de ruptura e de descontinuidade. Foi pelos seus actos, que não pela sua condição, que este aveirense granjeou a cintilante auréola de intenso fulgor e de notável prestígio. Tal como hoje.

Ambiente dominicano na formação intelectual de Fernão de Oliveira

SAUL ANTÓNIO GOMES
Universidade de Coimbra

1 — Gramático e tradutor, nautógrafo e historiador, o Padre Fernão de Oliveira testemunha um percurso biográfico singular no intenso século português de Quinhentos. Nasceu em Aveiro, por 1507 ou pouco antes, momento em que a urbe da Ria atravessava um período de expansão urbanística e de crescimento demográfico, destacando-se entre as principais vilas portuárias e alfandegárias nacionais que serviam o comércio marítimo ultramarino lusitano.

Por 1516¹, o jovem Fernão de Oliveira começou a frequentar o claustro natal de S. Domingos, recebendo dos frades pregadores uma formação escolar sólida, a qual, seguramente, lhe permitiu, em 1520, a transferência para o insigne Convento de S. Domingos de Évora, cidade de referência no Renascimento em pátria lusíada e alfofre intelectual em que pontificava o celebrado humanista André de Resende².

Permaneceu Fernão de Oliveira ligado aos claustros dominicanos portugueses bom período de anos, egressando para Espanha, em 1532, sem que se lembrem com exactidão as razões exactas de tal afastamento. O desejo de aproximação à Corte de D. João III, decerto facilitado pelo hábito de S. Domingos que formalmente mantinha, bem como pela protecção do culto

¹ De notar que, salvo excepção, os dominicanos, já em tempos tardo-medievais, não admitiam o postulando a menores de 15 anos de idade. Mas a recepção de pupilos ou alunos nos seus claustros podia antecipar essa idade, pelo que o ano apontado para o ingresso de Fernão de Oliveira na *schola* conventual aveirense não será impossível.

² Vide Resende (1981 [1545]), Pereira (1983) e Ferreira (1909-1914).

Barão de Alvito, sem que nisso tenham deixado de pesar as qualidades intelectuais invulgares que não se esqueceria de evidenciar, leva-o ao convívio com João de Barros.

Em 27 de Janeiro de 1536, em Lisboa, os prelos de Germão Galharde, em cuja oficina era boa ciência o mote de que *“Todas cousas tem seu tempo e os ociosos o perdem”*, como lemos no cólofon da obra, concluíam a impressão da sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, *“primeyra anotação (...) da lingua portuguesa”*, que Fernão de Oliveira dirige a D. Fernando de Almada, *“filho herdeyro do muy prudente e animoso Senhor Dom Antão, Capitão geral de Portugal”*³.

Nesse e nos anos mais imediatos permaneceu Fernão de Oliveira como preceptor dos filhos do Barão de Alvito, para, na década de 1540, dar começo a uma série de viagens e de aventuras dentro e fora da Europa. Sabe-se que passou a Quaresma de 1546 entre os dominicanos de S. Domingos de Rouen, para, pouco depois, lobrigar o convívio da Corte de Henrique VIII, de onde regressa sob suspeita de simpatias protestantes que lhe valerão a denúncia, nesse mesmo ano de 1546, do livreiro João de Borgonha ao tribunal olisiponense do Santo Ofício.

Entre suspeições de heresia e convicções de ortodoxia católica romana, não pode ter deixado de valer ao encarcerado o seu currículo de antigo domínico e as ordens sacras que nesse meio lhe foram impostas. O Cardeal D. Henrique consegue-lhe, em 22 de Agosto de 1551, a conversão da sentença inquisitorial em perdão de penitência de clausura⁴. Mas logo no ano seguinte, Fernão de Oliveira embarcará para o Norte de África, experimentado em navegações e em desventuras que o motivam, entre 1553-1554, à redacção da *Arte da Guerra e do Mar*, obra que João Álvares lhe imprimirá em 1555.

Conheceu novas provações nas prisões do Santo Ofício, de que se libertou em 1557. Mantinha Fernão de Oliveira, no entanto, a protecção de alguns poderosos na Casa Real que lhe valeu, pouco depois, a libertação e a garantia do convívio com os freires santiaguistas. Surgirá efectivamente ligado à

³ D. Antão de Almada, dos Almadás e Abranches, era filho de D. Fernando de Almada e de D. Constança, filha de Rui Vaz Pereira, o Velho. Casou D. Antão com D. Maria de Meneses, sendo seu filho D. Manuel de Meneses, que foi reitor da Universidade de Coimbra, deão da Capela Real, governador de Lisboa, presidente do Santo Ofício, bispo de Lamego (1570-1575) e depois de Coimbra (1573-1578). Vide *Livro de Linhagens do Século XVI* (Introdução de António Machado de Faria). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956, p. 350).

⁴ Direcção Geral de Arquivos – Torre do Tombo (doravante citada por TT) – Inquirição de Lisboa, Processo 12099.

Ordem de Santiago, em 1564, para, no ano seguinte, se ver recompensado por tença régia de 20 mil reais anuais. No meio de sucessos, de múltiplos afazeres e de requestos por parte de outras Coroas, mormente a francesa e a espanhola, Fernão de Oliveira escreverá, em 1570, a sua *Ars Nautica* e, por 1580, o *Livro da Fábrica das Naus*, associando-lhes uma apaixonada (re)escrita da *História de Portugal*, num momento em que a independência nacional sucumbia na sequência do desastre de Alcácer Quibir de 4 de Agosto de 1578⁵.

Desconhecemos a data exacta do seu falecimento, mas isso não obsta a considerarmos que Fernão de Oliveira foi uma testemunha altamente privilegiada de um período histórico de ouro no passado português, não lhe sendo estranho o palco da grande política internacional dessa Centúria.

2 — Nos alvares do Século XVI, quando os descendentes de S. Domingos recordavam ainda as cinzas quentes e a palavra inquietante do domínico italiano Savanarola, senão a acção em Castela do que veio a ser o Cardeal Torquemada, o mapa dominicano português caracterizava-se por uma rede conventual masculina em que pontificavam as casas sediadas em grandes centros urbanos e portuários, como sucedia com os claustros de Lisboa (S. Domingos e Benfica), Aveiro e Porto, junto de urbes ilustres e sedes frequentes da Casa Real ou de outros grandes senhorios nobiliárquicos e eclesiásticos (Guimarães, Vila Real, Coimbra, Santarém, Évora e Elvas) ou em espaços de elevado sentido cultural e simbólico tanto para a Coroa como para a própria Ordem (Batalha e Azeitão).

Por 1500, na viragem de um século em que a própria Ordem de S. Domingos denunciava necessidade de reforma religiosa⁶, priorava o Convento de S. Domingos da Misericórdia de Aveiro, Fr. João de Guimarães, sendo mestre do claustro Fr. Álvaro da Mota. Aí residia, ainda, Fr. João de Braga, o qual, em 1513, viria a ser eleito provincial da Ordem em Portugal⁷. A essas gerações de frades pertence, também, Fr. Sebastião de Aveiro, que virá a ser prior do insigne Mosteiro da Batalha nos anos de 1516-1518 e, no triénio seguinte, de S. Domingos de Lisboa⁸.

⁵ Socorremo-nos, para os elementos biográficos aqui expostos, da resenha cronológica sobre a vida de Fernão de Oliveira devida a Franco (2006: 21-46).

⁶ Vide Rolo (1977: 58-64).

⁷ Rosário (1991: 237).

⁸ Rosário (1991: 251-253, 260-262).

Conterrâneo e contemporâneo de Fernão de Oliveira foi Fr. Gonçalo de Aveiro, dominicano como ele, estudante em Paris por um septénio, desde 1512, recebendo de esmola real, em 1518, a quantia de 15 cruzados, pagos pelo feitor português na Flandres⁹. Será este mesmo licenciado que, em 1520, virá a assumir o governo prioral do Mosteiro de Santarém¹⁰.

A assistência que os frades dominicanos prestavam ao vizinho convento feminino de Jesus, do mesmo hábito, no qual florescia pública devoção à princesa e futura Santa Joana, para além da própria posição geográfica de Aveiro, ajuda a compreender a passagem pela então vila de alguns frades pregadores de consideração. Em 1509, acolheu-se aos seus muros Fr. Duarte Nunes, oriundo da Diocese de Segóvia e mestre em Sacra Teologia, aí se encontrando, também, Fr. Pêro Dias, doutor e prior do claustro¹¹.

O recrutamento de vocações dominicanas entre os naturais de Aveiro mostrou-se, nesse Século XVI, consideravelmente elevado, sinal tanto da atracção conseguida pelos dominicanos junto da população, quanto a capacidade do convento em suscitar tais profissões religiosas¹².

A recepção do pequeno Fernão de Oliveira neste claustro, por 1516, presidindo à comunidade Fr. Brás¹³, oferecia boas condições de formação intelectual. O próprio pupilo deve ter dado mostras da sua inteligência superior, impondo-se no seio de uma comunidade religiosa que fazia do domínio e da pregação da “palavra” o fulcro essencial da sua preparação e sucesso pastorais. Não faltaram, seguramente, os estudos gramaticais e de eloquência retórica na formação de Fernão de Oliveira.

Em Dezembro de 1519, preparando-se Fernão de Oliveira para a transferência para o Convento de Évora, presidia à comunidade de Aveiro o licenciado Fr. Pedro de Abreu, tendo por subprior a Fr. Álvaro de Montemor, destacando-se, ainda, a presença de Fr. Pêro de Sevilha, sinal que denuncia uma presença habitual, em Quinhentos, posto que não em grande número, de frades espanhóis nos claustros portugueses de S. Domingos¹⁴.

Faltam estudos acerca da comunidade dominicana eboracense por 1520, data em que, como se referiu, Fernão de Oliveira aí deve ter chegado.

⁹ TT — Corpo Cronológico, Parte 2, M^o 74, Doc. 26.

¹⁰ Rosário (1991: 259, 262).

¹¹ Rosário (1991: 241-242).

¹² Rosário (1991: 2-3, 242 *et passim*).

¹³ Rosário (1991: 247).

¹⁴ Rosário (1991: 257).

As qualidades de ensino nesse convento não desmereceriam das que eram então oferecidas noutros claustros como os de Lisboa e da Batalha. Os anos de 1520-1540, aliás, foram o tempo de Fr. Amador Henriques, doutor em Teologia, e de Fr. Jerónimo da Azambuja, o *Oleastro*, à frente da escola batalhense, pouco depois enriquecida com a chegada de Fr. Bartolomeu dos Mártires. Nesses anos, contudo, já Fr. Fernão de Oliveira encetava a sua maioridade intelectual. De qualquer modo, devemos ter presente que se conhecem ainda muito poucos indícios que individualizem Fr. Fernão de Oliveira na ecúmena dominicana portuguesa de 1520-1530.

Não poderemos deixar de propor a identificação, relativa ao ano de 1527, de um Fr. Fernão de Oliveira, doutor, residente em S. Domingos de Santarém, como sendo o nosso Aveirense¹⁵. A estar correcta esta identificação, reconheceremos que Fr. Fernão de Oliveira cumpria a regularidade de vida claustral dominicana, a qual se caracterizava, nesse tempo, entre outras características, por um elevado índice de mobilidade dos seus professos entre as casas da Ordem.

3 — Na vizinha Congregação de S. Domingos de Castela sopravam ventos de pietismo observante e somavam-se casos de vidas religiosas exemplares na ascese e surpreendentes pelas suas místicas capacidades visionárias. Debaixo da influência carismática de Fr. Juan Furtado, os dominicanos castelhanos acordavam para um espírito missionário que parecia adormecido de há muito¹⁶.

No Portugal de D. Manuel I, a vida dominicana, bipartida sem trauma divisionário de maior entre claustrais e observantes, não se revelava tão visionária como a castelhana, mas interessava à Coroa a disponibilidade de frades e missionários para as conquistas ultramarinas, aparentando a Ordem de S. Domingos, aos olhos do soberano, notório défice nesta matéria¹⁷. O encargo sopesava especialmente sobre os Conventos de Lisboa e da Batalha, mais resistentes a reformas endógenas, posto que, em 1512, o Geral da Ordem, Fr. Tomás Caetano, tenha promulgado o decreto que os integrava na linha

¹⁵ Rosário (1991: 92, n.º 599; 274-275). Era, então, prior do convento escalabitano Fr. Gonçalo de Oliveira, bacharel, subprior Fr. Fernando de Oliveira, nele vivendo, ainda, o doutor Fr. Simão de Oliveira, apelidos comuns ao nosso biografado.

¹⁶ Vide Silva Dias (1960: 156-157).

¹⁷ Sobre o assunto, cf. Silva Dias (1960: 158-159), bem como o que deixamos referido em Gomes (1994: 59-224).

reformista que se impunha, enviando ao Reino, com intuitos de reformador, o citado Fr. Juan Furtado.

Cometeu-se a Fr. João de Braga a autoridade de cerzir a reforma na Congregação lusitana¹⁸. De Castela, seguramente com o empenho do Geral e reiterados interesses do novo monarca português, continuarão a emergir iniciativas que procuram interferir na vida claustral domínica nacional. O Capítulo Geral de Valhadolid, de 1523, nomeará Fr. Gregório Pardo, o tradutor do epistolário de Catarina de Sena, para vigário dos claustros lusitanos de 1523 a 1527. Neste ano foi eleito provincial Fr. Manuel Estaco, o que contribuiu para trazer alguma quietação aos ânimos de resistência patenteados pelos claustrais portugueses.

No início da década de 1530, D. João III mantinha o interesse na vinda para Portugal de dominicanos castelhanos reformadores. Chegará, deste modo, ao País, em Janeiro de 1538, o rigoroso e prestigiado Fr. Jerónimo Padilha, depois sucedido por Fr. Cristóvão de Valbuena e Fr. Francisco de Bobadilha¹⁹.

Nesse tempo, como observámos, já Fr. Fernão de Oliveira se distanciara da vida regular dominicana portuguesa. Os impulsos reformadores dos espanhóis no tecido dominicano português algum efeito terão tido, se bem que a Província contasse — nesse tempo e em testemunho de que a sua pedagogia espiritual e claustral não seria tão relaxada quanto a posição régia, sobretudo do Piedoso, parece apontar — com um notável escol de frades e intelectuais dentre os quais avultava o afamado exegeta bíblico e prior batalhense Fr. Jerónimo da Azambuja, elevado a provincial português no Capítulo Geral de Lisboa de 1551, ao mesmo tempo em que se afirmava a notoriedade do futuro arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. D. João III, por seu lado, insistiria na continuidade do projecto reformador dos pietistas espanhóis, conseguindo a nomeação de Fr. Juan de Salinas para o provincialato e, depois deste, do conhecido Fr. Luís de Granada²⁰.

4 - Na formação de Fr. Fernão de Oliveira, noviço do hábito domínico, terão estado presentes os autores patrísticos, como sobretudo os novos teólogos do pensamento “realista” e aristotélico com destaque para S. Boaventura, Alberto Magno, Escoto, Alexandre de Hales e os mais modernos Vicente

¹⁸ Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Parte 3ª, pp. 3-6.

¹⁹ Silva Dias (1960: 161-163).

²⁰ Silva Dias (1960: 165-167).

Ferrer, Gerson e Gerardo Groot. A corrente nominalista gerou afinidades com o protestantismo emergente de Lutero, tornando-a suspeita à ortodoxia católica e afectando, de algum modo, a via tomista²¹.

Fernão de Oliveira, pela sua própria obra, foi um intelectual da História, da Filologia, da Gramática, da Retórica, das Ciências Náuticas. O seu “biblismo” é moderado e o teologismo, como referimos, não ultrapassa o conhecimento enunciado. Homem mais de prática e de aplicação concreta do saber do que das audácias evangelistas do tempo, posto que, como bem sabemos, não as ignorasse ou sequer deixasse de testemunhar.

Na sua formação, de algum modo reflectir-se-á o ambiente intelectual corrente nos claustros dominicanos de Aveiro e de Évora, comuns, decerto, às demais escolas conventuais da Província, muito mais dedicadas à arte da palavra, à gramática e à retórica do que à Filosofia e à inovação teológica ou metafísica²².

Não foi Fernão de Oliveira, contudo, um dogmatista, ao contrário, por exemplo, de Fr. Jerónimo de Azambuja, seu contemporâneo, que, em Trento, averbava a pureza firme da Fé no Reino:

“Raros são os pontos do orbe em que os embusteiros não vomitem veneno sobre os dogmas; em Portugal porém, graças à divina providência e aos cuidados do nosso cristianíssimo Rei, não há sequer uma faúlha da heresia luterana que enche o mundo”²³.

Importa sublinhar, neste ponto, que Fernão de Oliveira se confina muito mais ao pensamento político de Fr. Francisco de Vitória, em matéria de modernidade teórica em torno do *Direito das Gentes*, alinhando no trilho de Fr. Bartolomeu de las Casas e na sua luta pela defesa da liberdade e da dignidade dos gentios. Isso é muito claro, por exemplo, nos seus judiciosos pensamentos éditos na *Arte da Guerra e do Mar* (Coimbra, 1555), entre os quais encontramos, no Cap^o IV do Livro I, uma veemente condenação da guerra injusta contra mouros, judeus e gentios:

²¹ O programa educativo dos claustros dominicanos portugueses, à época, foi já bem identificado por Rolo (1977: 51 e ss.)

²² Rolo (1977: 87).

²³ Citado por Silva Dias (1960: 166).

“Não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram cristãos, como são os mouros e judeus e gentios que connosco querem ter paz e não tomaram nossas terras por alguma via, prejudicam à Cristandade. Porque com todos hé bem que tenhamos paz se for possível, como diz o apóstolo S. Paulo, e pera isso de nossa parte façamos quanto em nós for, qua de nós se espera exemplo de paz e paciencia fundada em fee que Deus nos vingará e fará justiça. (...) Os quaes melhor converteremos à Fé e mais edificaremos nella com exemplo de paz e justiça, que com guerra nem tyrania. Tomar as terras, impedir a franqueza dellas, cativar as pessoas daquelles que nam blasfemão de Jesus Cristo, nem resistem aa pregação de sua Fé, quando com modéstia lha pregão, hé manifesta tyrania.”(Oliveira, 1969[1555: 23-24])

Esta apologia do “Direito das Gentes” de Fernão de Oliveira bebe, como escrevemos, de um sector, ainda que sociologicamente minoritário, da cultura dominicana, em especial a ibérica, de Quinhentos, tal qual a enformara Fr. Francisco Vitória e a prosseguiram, de diversos modos, outros pedagogos do hábito de S. Domingos, entre eles Fr. Bartolomeu de las Casas mas também, em Portugal, o inquieto dominicano aveirense.

A religião flutuante do padre Fernando Oliveira

LUÍS MACHADO DE ABREU
CLC — Universidade de Aveiro

[...] quand, nous plaçant bien en face d'un homme du XVI^e siècle, l'interrogeant, lui et ses contemporains, nous essayons de définir sa foi, jamais nous ne sommes vraiment sûrs de lui – ni de nous.

Lucien Febvre (1968 [1942]: 15)

Na memória sobre o *Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica*, Henrique Lopes de Mendonça faz a avaliação de uma vida e de uma obra para dela extrair importantes conclusões. Pode assim afirmar que Fernando Oliveira se apresenta como “uma das mais brilhantes personificações do espírito do livre exame” no século XVI; alguém sensível às “doutrinas revolucionárias” suscitadas pela Reforma protestante; homem a quem falta “a crença dominadora e exclusiva” e que, por isso, manifesta “um cepticismo amargo”; escritor aguerrido que usa a pena de “um panfletário” e de “um satirista”. E acrescenta: “o vulto do padre Fernando Oliveira é digno de ser estudado sob todos os seus aspectos.”¹

Se durante muito tempo este autor quinhentista foi estudado em exclusivo como gramático e como autor de trabalhos náuticos, desde há cerca de um decénio começou a suscitar merecido interesse na qualidade de historiógrafo². Sendo certo que muito haverá ainda a aprofundar em qualquer destes traços

¹ Mendonça (1898: 81).

² A obra que mais realça e desenvolvidamente analisa os escritos historiográficos de Fernando Oliveira e o seu significado político é o estudo de Franco (2000). Em anexo, o autor transcreve, actualiza e anota criticamente a *História de Portugal* (pp. 349-494) e o *Livro da Antiguidade, Nobreza e Imunidade do Reino de Portugal* (pp. 495-522) de Fernando de Oliveira.

da sua produção escrita, não será de nenhuma delas que vamos tratar aqui. Pretendemos abordá-lo antes como figura singular do humanismo português de Quinhentos em que se revelam marcas de uma curiosa e pouco ortodoxa aventura religiosa.

Um estranho percurso religioso

Como se situou este homem multifacetado e irrequieto em relação à fé católica que professou e de cuja hierarquia fez parte como membro do clero, na qualidade de “clérigo de missa”?! Como conviveu com as críticas feitas ao catolicismo romano pelos muitos dissidentes influenciados pelo coro de protestos desencadeado pelos promotores do movimento reformador?! Como terá conciliado o ofício de homem do mar que exerceu com as práticas religiosas a que o obrigava a sua condição clerical?! Estas e outras interrogações tornam-se inevitáveis por aquilo que sabemos da sua biografia de humanista audacioso e aventureiro, exposto a toda a espécie de atribulações. Acontece, porém, que dele sabemos o bastante para aguçar a nossa curiosidade, mas desconhecemos quase tudo o que nos poderia fornecer informação e fundamento para avaliarmos com algum rigor e segurança o seu estranho percurso de homem religioso.

Se, apesar das limitações documentais, não desistirmos de lhe investigar o perfil espiritual, teremos de nos contentar com os dois instrumentos disponíveis, a saber, as peças do processo inquisitorial de 1547-1551 e as breves referências autobiográficas que entrecortam a sequência expositiva das suas obras. Sem serem bastante completas para podermos traçar solidamente o retrato de uma vida, a braços com uma experiência religiosa algo incoerente e confusa, permite no entanto esboçar as grandes linhas do que aqui se designa “religião flutuante”³.

³ A adopção desta classificação do comportamento religioso não remete tanto para a ausência de genuíno enraizamento na fé cristã quanto para o pragmatismo e maleabilidade com que a crença foi vivida através das apertadas curvas da história pessoal e de que podem fazer parte momentos de oscilação e até de desequilíbrio interior. A expressão “catolicismo ondulante” apresenta alguma proximidade de natureza semântica, embora daquela se distancie radicalmente pelo contexto teológico e social. O “catolicismo ondulante” foi objecto de um ensaio de Mounier (1950: 27-64). Encontramos aqui uma visão plurifacetada do credo católico que tanto se aplica a posições politicamente conservadoras como revolucionárias. Debaixo do mesmo nome católico tentam afirmar-se leituras de facto inconciliáveis da presença da Igreja na sociedade, que podem ir desde o nacionalismo católico da *Action Française* e suas convergências, quando não verdadeiras conviências, com o fascismo e o nazismo, até ao catolicismo social e aos católicos pelo socialismo. Sem deixar de ter enraizamento mais ou menos profundo na interioridade das consciências, este catolicismo ondulante vive de manifestações de grupo cuja identidade se diferencia e frequen-

Aplicada ao padre Fernando Oliveira, a expressão “religião flutuante” começa por evocar a contaminação induzida pelos reflexos na vida espiritual decorrentes do ofício de homem do mar e das peripécias com ele relacionadas. Do piloto e mestre de construção naval, bom conhecedor do comportamento das naus sujeitas às correntes e ao ritmo das ondas, pode compreender-se que, metaforicamente, se mostre disponível para integrar com facilidade as variações, mudanças e sobressaltos causados pela agitação das águas, aplicando tudo isso aos balanços do credo tradicional.

A história religiosa do século XVI mostra-nos a barca de Pedro fustigada no mar alto por um vendaval tão violento que ameaçava pô-la em risco de naufrágio. E se ela acabou por resistir, vencendo a intempérie, não o fez sem ver naufragar na heterodoxia e no cisma muitos fiéis cristãos que até então tinham feito parte da sua tripulação ou se contavam no número dos seus membros.

Fernando Oliveira não só conheceu bem as vagas tempestuosas que sacudiram a barca de Pedro como parece ter-lhe sofrido os efeitos na vida pessoal de crente e de homem de Igreja. Os golpes rudes de mar a que a sua vida religiosa esteve sujeita puseram em risco a pureza da fidelidade católica. Talvez tenha, por momentos, sucumbido à hesitação e à dúvida na fé, e cedido à sedução da heterodoxia, levado por um ambiente mental permeável ao princípio do livre exame. Qualificar a religião de Fernando Oliveira como flutuante significa então reconhecer-lhe oscilações entre a ortodoxia da fé católica tradicional e as fronteiras heterodoxas do reformismo protestante e, em particular, da nacionalização anglicana da Igreja empreendida por Henrique VIII.

Analisemos agora a forma que foram tomando as flutuações religiosas, tais como as podemos ler e interpretar a partir das peças do processo inquisitorial e dos incisos autobiográficos contidos nos escritos de Fernando Oliveira.

São três as marcas caracterológicas em que os leitores e estudiosos da obra deste autor são praticamente unânimes. Ele revela uma personalidade

temente opõe à identidade de outros grupos. Na conflitualidade interpretativa assim suscitada existe um misto de boa fé e de ignorância que a propaganda política sabe explorar em benefício próprio. Aqui não está tanto em jogo a oscilação possível das convicções ou conveniências de uma subjectividade crente, como ocorre na religião flutuante, quanto o acantonamento em diferentes grupos de opinião e de prática católicas que reagem aos grandes desafios políticos do século XX. Afastado qualquer ressaibo de anacronismo, deve registar-se que na “religião flutuante” como no “catolicismo ondulante” existe o mesmo ímpeto do devir histórico a abrir brechas na solidez da unidade e da ortodoxia da existência religiosa.

desassossegada, irrequieta, e mesmo rebelde; tem perfil de homem de acção afeiçoado às coisas práticas; goza de apuradíssimo espírito crítico. Estes traços de personalidade desenvolveram-se ao longo dos anos em inclinações, atitudes e práticas comportamentais que conferem ao percurso espiritual e religioso de Fernando Oliveira alguns indícios típicos do que designamos religião flutuante.

Aventura e rebeldia

O carácter *aventureiro e rebelde* está patente em momentos registados na sua biografia nos quais se verifica a mudança mais ou menos brusca sinal da necessidade imperiosa de experimentar novos caminhos e situações. Tanto quanto podemos saber, é o que sucede ao deixar a vida conventual de religioso dominicano, partindo à aventura para Espanha. Nada sabemos acerca das motivações que o determinaram a empreender essa ruptura com a ordem dominicana estabelecida em Évora. Apenas ficou registado o desentendimento com André de Resende (1500-1573)⁴, seu antigo mestre de gramática, desentendimento que ficou documentado nos acontecimentos que levaram ao seu primeiro processo na Inquisição de Lisboa.

Desconhecem-se as precisas razões que originaram a frieza de relacionamento entre os dois ilustres homens de letras. Henrique Lopes de Mendonça (1898: 31), reconhecendo embora integridade de carácter a André de Resende, envolve este na suspeita de que possa ter cedido a “um mesquinho sentimento de inveja” por o seu antigo discípulo se ter antecipado na publicação de uma gramática e, mais ainda, por nela faltar qualquer referência ao mestre que lhe ensinou essas matérias. Mas poderiam também existir questões mais antigas, como querelas de vida conventual, quando ambos viviam no convento dominicano de Évora, ou mesmo circunstâncias relativas à fuga de Oliveira para Espanha. O que se sabe ao certo é que foi André de Resende quem, em 1547, assinalou ao livreiro João de Borgonha a presença de Fernando Oliveira na Rua Nova, recentemente chegado de Inglaterra, e que se apresentava com maneiras nada próprias de um clérigo e antigo religioso. A alteração que imediatamente se travou entre o livreiro e o egresso dominicano sobre

⁴ André de Resende figura entre os mais notáveis humanistas portugueses e distinguiu-se pela entusiástica adesão às ideias erasmianas, celebrando no *Erasmii Encomium* (1531) o seu fervor militante por Erasmo de Roterdão. Sobre o erasmismo de André de Resende, ver, entre outros, Sauvage (1971), e Pina Martins (1973). Fernando Oliveira deve ter sido discípulo de André de Resende no período compreendido entre 1521, ano em que este regressa de Alcalá e de Salamanca, e 1528, altura em que parte para Paris e, depois, para Lovaina.

a recente política religiosa de Henrique VIII, aplaudida por Oliveira sem reservas, serviu de ponto de partida para a denúncia levada de imediato ao Tribunal do Santo Ofício por João de Borgonha.

Estas últimas peripécias derivavam de decisões algo repentinas que foram tomadas cerca de dois anos antes, quando o espírito de aventura o levou a embarcar em Lisboa, no Verão de 1545, como piloto de uma galé da frota francesa comandada pelo barão de la Garde. O destino era o canal da Mancha onde o rei Francisco I, de França, devia travar batalha naval contra Henrique VIII. A mesma atitude de súbita decisão surge, alguns anos mais tarde, já depois de ter amargado os duros tratos dos cárceres da Inquisição quando, em 1552, resolveu embarcar de novo, desta vez a caminho de Marrocos. Nestes dois casos terão pesado sobretudo dificuldades económicas a que não encontrava maneira de fazer face, por falta de patrocínios ou de actividades úteis condignamente retribuídas. A instabilidade e insegurança de vida deve ter contribuído para, na primeira ocasião favorável, apostar na possibilidade de auferir alguns rendimentos, ao mesmo tempo que podia exercitar-se em trabalhos de navegação pelos quais manifestava particular afeição e em que se impunha por respeitada competência.

Como facilmente compreendemos, a natureza das actividades seculares exercidas, os relacionamentos por elas gerados, bem como os sobressaltos e aventuras, com prisões à mistura, não propiciavam o indispensável ambiente de tranquilidade em que a vida religiosa de um clérigo de missa se devia desenvolver. Não deixa aliás de ser bastante surpreendente que Fernando Oliveira, pelo menos em dois momentos importantes da sua existência, no ano de 1545 e no de 1552, tivesse preferido dedicar-se ao ofício de piloto e homem do mar, em vez de se entregar a tarefas mais consentâneas com o seu estatuto clerical e, no segundo caso, desrespeitando mesmo a obrigação decorrente da sentença inquisitorial que o intimava a consagrar-se a práticas religiosas, zelando pela sua própria salvação.

Experiência e acção

O gosto do concreto e o temperamento de *homem de acção* fizeram de Fernando Oliveira uma figura interessante e original do humanismo português de Quinhentos. Da sólida formação na língua e cultura latinas e dos conhecimentos no campo da retórica e da filologia testemunham abundantemente todos os seus escritos, nomeadamente os que versam matéria

náutica, escritos que estão repletos de referências à experiência de gregos e romanos e em que se patenteia consistente recurso à explicação etimológica. É verdade que em matéria de conhecimentos marítimos e de geografia os clássicos gregos e latinos foram entretanto amplamente ultrapassados pelos navegadores portugueses que, através do vasto oceano, descobriram as diferentes regiões do mundo. Por isso, “mais louvor se deve nisto aos nossos, que aos gregos nem latinos, porque mais foi feito pela navegação em oitenta anos do que eles fizeram em dois mil que reinaram.”⁵ Nada disto, no entanto, impede Oliveira de continuar a recorrer ao abono da *auctoritas* dos autores clássicos em praticamente todas as outras matérias, como resulta das frequentes referências em que os cita a propósito dos mais variados assuntos.

A erudição e competência retórica de Fernando Oliveira foi mesmo encomiasticamente saudada por Jerónimo Cardoso em carta que lhe endereçou e se encontra publicada no *Epistolarium* deste, em 1556. Aí se declara que foi Oliveira quem, como grande erudito e rigoroso intérprete dos princípios retóricos de Fábio Quintiliano, os restaurou e ensinou entre nós.⁶

Não falta sequer ao humanista português a itinerância por diferentes países e povos que foi bastante comum no humanismo inquieto da época. Mas ao contrário da inquietude de outros que foram movidos principalmente pelo cuidado de conciliar os valores da cultura greco-latina com o absoluto da fé em Cristo e com a pureza da lição contida na palavra de Deus, ou então pela preocupação de responder com equilíbrio às urgências do momento, Fernando Oliveira parece sensível sobretudo a inquietações doutra natureza. Não sendo sempre transparentes as motivações que o impelem, até por serem muito restritas e lacunares as fontes onde as podemos investigar, restam no entanto alguns indicadores a ter em conta. O seu perfil de humanista teve de ser construído na resistência a três adversidades maiores, a saber, a falta de estabilidade material que o obrigava a recorrer a expedientes e aventuras, a consciência de ter de negociar a liberdade por esta nunca lhe parecer bastante garantida, a forte propensão para as coisas práticas e para a experiência da acção mais do que para a vida reflexiva e contemplativa. Se Erasmo perspectiva a vida cristã como combate, também Oliveira a assumiu como luta. Mas ao contrário das armas erasmianas destinadas a servir a realização

⁵ Fernando Oliveira, “Livro da Fábrica das Naus”, in Mendonça (1898: 154). Nesta citação, como em todas as outras, de obras de Fernando Oliveira, a ortografia foi actualizada.

⁶ “Itaque rhetorices praecepta quae ante hac immersa fuerant, te peritissimo, atque absolutissimo interprete nunc demum nobis restituuntur.” Vide “Carta XXX do *Epistolarium* de Jeronymo Cardoso”, in Mendonça (1898: 144).

do homem interior, o combate travado por Oliveira foi sobretudo da ordem do *struggle for life*, aparentemente mais empenhado em garantir subsistência e sobrevivência do que em garantir o crescimento do homem cristão pela fidelidade à *Philosophia Christi*.

No prólogo de *Arte da Guerra do Mar* faz a apologia do trabalho *versus* ociosidade e da acção *versus* repouso inútil ou quietação, e disserta, com S. Paulo a servir de testemunha, sobre dois modos de viver na inquietação. Um é o modo da inquietação ociosa, outro o da inquietação ocupada e útil. Referindo-se às palavras de S. Paulo na segunda carta aos Tessalonicenses (3,11), onde se lê: “Ouvi que alguns andam entre vós inquietos, os quais não trabalham”, escreve: “Aos ociosos chama inquietos, porque os tais não sendo aplicados a algum exercício vivem distraídos e incertos. Assim que não é, segundo se de seu dito pode entender, a ociosidade quietação. E, por conseguinte, ao contrário, não são inquietos os que discorrem pelo mundo ocupados em alguma coisa proveitosa, para si ou para outrem.”⁷

Fernando Oliveira pertence ao número dos homens activos que gostam de se ocupar em coisas que sejam úteis para si e para os outros. Embora se conheça a solidez e erudição do seu saber clássico e a merecida reputação que ela lhe granjeou, tudo inclina este homem para o desenvolvimento de actividades de campo onde possa exercitar o sentido prático de que parece especialmente dotado. Está muito mais fadado para o bulício dos estaleiros navais ou para as manobras de pilotagem do que para a paciente leitura meditativa e o cotejo dos textos antigos.

A doutrina sobre o lugar da experiência na teoria da ciência tal como ele a elaborou no capítulo sexto do *Livro da Fábrica das Naus*, confirma o perfil de homem prático e inscreve-o no movimento experientialista que partilha com outros portugueses de Quinhentos, como Duarte Pacheco Pereira, Tomé Pires, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta. É um experientialismo em que a superação do saber livresco e tradicional já não se satisfaz com o claramente visto. Insinua-se nele o saber que não quer viver da repetição e do hábito herdado de quem o ensinou, porque prefere ir mais além, ensaiando e experimentando novas soluções para velhos problemas, à espera de conseguir formular novos problemas para os quais deverá inventar as respostas adequadas. Vejamos o que ele mesmo nos diz: “O que entendemos ou imaginamos sem o experimentar nem pôr por obra chama-se ciência, que quanto aos homens não é saber acabado porque o remate do saber humano

⁷ Oliveira (1983[1555]: 4).

é a experiência. Claro está que as coisas que imaginamos, ainda que nos pareçam certas e o sejam no entendimento, se as não experimentamos sempre estaremos suspensos no efeito delas.”⁸ Esta mesma concepção vem trabalhada em *Arte da Guerra do Mar* numa clara demarcação entre o que sejam teoria e prática. Escreve ele “que é muito diferente a prática das coisas disso que chamam teórica delas, tanto que por mui claros entendimentos que tenham os homens, nem doutrina mui expressa das coisas, nunca têm delas certeza senão depois que as experimentam por prática e execução.”⁹ Baseado nesta doutrina epistemológica, pode formular em termos de operacionalidade experimental a hierarquia do saber fazer. Tomando como quadro de referência a organização corporativa dos ofícios, pode mostrar como a valorização hierárquica do saber e o seu cume pressupõem uma escala de experiência crescente. Segundo ele, “arte é doutrina tirada do uso e prática dos bons oficiais. E se o nosso oficial tiver muita e bem entendida prática dos outros bons oficiais, terá arte; e se tiver bom entendimento para saber usar dela e usar bem dela será artista e poderá ser mestre. E a este tal se pode cometer que supra de sua suficiência onde as regras faltam.”¹⁰

São tão importantes a experiência e a prática do ofício que delas se pode até esperar que inventem soluções para resolver todas aquelas situações que, por serem imprevistas, ainda não há na rotina da experiência regras que se lhe apliquem. Ser mestre em casos destes é próprio de quem com entendimento e imaginação descobre os procedimentos adequados e os põe em prática.

No prólogo do *Livro da Fábrica das Naus* encontramos um autor com perfil de homem de acção que, apoiado em experiência internacional, pretende inovar, pôr o seu conhecimento ao alcance dos outros, contribuir para o engrandecimento de Portugal cujo povo e situação territorial em muito depende da navegação marítima. Revela-se neste prólogo uma lúcida consciência de quanto convém que o conhecimento possa servir a utilidade geral mas igualmente como essa utilidade pode beneficiar quando o que aprendemos por experiência própria for enriquecido com a experiência dos outros. Estão aqui claramente defendidas as vantagens da comunidade de homens experientes nas mesmas artes, prenúncio das ideias sobre o trabalho em equipa e a constituição da comunidade científica. Reconhece-se que o saber não só é perfectível mas também que a troca de experiências faz progredir a arte.

⁸ F. Oliveira, “Livro da Fábrica das Naus”, in Mendonça (1898: 172).

⁹ F. Oliveira (1983[1955]: 16).

¹⁰ F. Oliveira, “Livro da Fábrica das Naus”, in Mendonça (1898: 171).

Fernando Oliveira elabora trabalho sistemático sobre as regras e preceitos da arte da construção de naus para que esta possa ser compreendida e posta à disposição de todos. A certificação do valor desta arte assenta numa prática comparativa entre o que se fez e continua a fazer em diferentes lugares, mas de tal modo que, para ele, o modelo é a Ribeira de Lisboa “que agora precede a todas as que eu vi.”¹¹

O prestígio atribuído ao papel da experiência na vida cognitiva e na existência prática confere ao percurso religioso de Fernando Oliveira marcas muito peculiares que devem ser estudadas com atenção. Não terá sido Oliveira um espírito curioso a quem os diferentes contextos em que fez a experiência possível da vivência religiosa não foi coroada pela dita ou sorte que noutras circunstâncias, segundo ele, supre as limitações e deficiências de entendimento e saber profundo das regras?

O seu aturado apego à experiência cismática de Henrique VIII, de que faz ostensivamente a apologia, parece dever-se ao relacionamento gratificante que teve com o monarca inglês. O conhecimento prático que terá tido acerca da situação política e religiosa em Inglaterra funcionou como uma prova de experiência feita, cujo valor de verdade vem a prevalecer sobre a tradição católica de submissão total ao Papa, Bispo de Roma com jurisdição sobre a cristandade universal. É ainda o critério da experiência que determina a orientação religiosa adoptada em cada momento.

Espírito crítico

O *espírito crítico* de Fernando Oliveira manifesta-se nos escritos que nos deixou, pelo modo claro e firme como adopta posições próprias que ousam contrariar a opinião mais comum a propósito de matérias diversas, sustentando-as com razões convincentes. Embora nos interesse sobretudo o modo como se organiza e afirma esse sentido crítico em questões do campo religioso, deve registar-se também a sua incidência noutras áreas de saber, de maneira a deixar bem claro que a atitude de exame racional das coisas e das situações era conatural à sua visão geral da natureza e da sociedade.

Formado no convívio com os textos de autores clássicos, gregos e latinos, a eles recorre com assiduidade, valendo-se da correspondente *auctoritas* acerca dos mais variados assuntos. Tal recurso e o reconhecimento inegável

¹¹ Mendonça (1898: 150).

dos contributos fundamentais provenientes das obras desses autores não o inibem de lhes contrapor frequentemente o que a razão e a experiência adquirida pelos descobridores portugueses ajudou a conhecer com mais rigor e pormenor, sobretudo em matéria de navegação e de conhecimento de terras e povos. Critica, por isso, os que cuidam “que todo o saber nasceu em Grécia; nem inventaram os gregos todas as boas artes, e menos esta da navegação e fábrica das naus.”¹² Pois não é verdade que a experiência adquirida pelos descobridores portugueses que ousaram cruzar os oceanos lhes deu conhecimentos de navegação e geografia muito superiores aos de gregos e romanos?! Oliveira pode assim afirmar com brio que não foi preciso aos portugueses um século para fazerem muito mais do que os antigos fizeram em dois mil anos.

As referências aos clássicos acompanhadas de observações e juízos que contrapõem à sabedoria deles as aquisições recentes da experiência dos navegadores portugueses colocam Fernando Oliveira no número dos humanistas interventivos e práticos.¹³ A sólida formação obtida na cultura das *litterae humaniores* habilitavam-no para a percepção da riqueza e complexidade do humano, completando o trato criterioso dos velhos textos com a aceitação exaltante das muitas novidades entretanto descobertas, graças à prática da navegação oceânica e ao encontro de novas terras e novas gentes.

Compreende-se então que, sem nunca pôr verdadeiramente em causa os alicerces da educação humanística recebida, e procurando antes valorizá-los criticamente, os interesses de Fernando Oliveira se orientassem predominantemente para o melhor conhecimento e desempenho das técnicas do mar.

As incursões críticas no âmbito de costumes ou comportamentos sociais geralmente aceites levaram à defesa corajosa de posições fundamentadas nos grandes princípios do humanismo cristão olhadas frequentemente com reserva e indignação pelos agentes dos poderosos interesses materiais. Assim sucede ao condenar a escravatura, a injustiça das guerras e os abusos de

¹² Mendonça (1898: 153).

¹³ No panorama do humanismo português do século XVI, Albuquerque (1984: 430) distingue vários tipos de humanismo que se distribuem entre dois extremos: “l’humanisme de la plus pure origine historique, qui se manifeste de façon très claire contre les innovations scientifiques et celui qui, au contraire, les désire ardemment et qui se dirige vers elles. La distance qui sépare un Sá de Miranda d’un D. João de Castro illustrera peut-être ces deux extrêmes, et cependant tous deux se formèrent culturellement dans la même ambiance humaniste et tous deux sont, à leur manière, humanistes; la réalité, cependant, conduirait Castro à une attitude d’intervention, tandis que Miranda en restait à une vision contemplative de notre monde...”.

poder levados a cabo pela cobiça e a coberto de torpe oportunismo e ambição. Quanto à escravatura, não se limita a refutar argumentos habituais como o argumento da existência dessa prática entre os próprios povos com os quais os portugueses traficam escravos. Vai mais longe, ao sentenciar enfaticamente que “nós fomos inventores de tão mau trato, nunca usado nem ouvido entre humanos” (Oliveira, 1983[1555]: 24). Acusa de tirania e comportamento hipócrita aqueles que, a pretexto de evangelização dos gentios se apoderavam das terras, bens e pessoas. Segundo Oliveira (1983[1555]: 24), “tomar as terras, impedir a franqueza delas, cativar as pessoas daqueles que não blasfemam de Jesus Cristo, nem resistem à pregação da sua fé, quando com modéstia lha pregam, é manifesta tirania. [...] Torno a dizer da cor piedosa que damos ao cativo desta gente, que a mim parece cor e não razão suficiente para nos escusar de culpa.”

Igual condenação é a que faz do carácter gratuito da guerra ou da falta de justa causa para ela. Com palavras claras e vigorosas denuncia o espírito belicista e predador que aceita recorrer às armas para impor pretensões que não se fundam na justa razão mas tão só na pura ganância e ambição. E lembra que não são justa causa para fazer guerra a conquista de terras alheias e o aumento do número de escravos. Mesmo que os outros povos cometam erros, nem por isso temos mandato para assumir o papel de justiceiros ou vingadores em nome de Deus, pois “se o eles merecem, nós não somos juízes disso, nem Deus nos fez verdugos da sua justiça” (Oliveira, 1983[1555]: 25).

A violência assim denunciada não se exerce apenas sobre povos recentemente descobertos. Dela são vítimas também aqueles que vivem no interior do país. Os criminosos estão em todo o lado e, às vezes, dissimulados sob funções às quais compete o combate ao crime. Veja-se o roubo praticado por ladrões destemidos “que roubam as casas que temos fechadas, no meio das cidades, e estando nós dentro nelas, e tiram as bolsas das algibeiras e do seio, [...] E aos próprios alcaides que os andam buscando para os prender e não nos podem descobrir todos, andando de mistura com eles, e das portas adentro...” (Oliveira, 1983[1555]: 17). Sem identificar situações concretas, traça um retrato impiedoso da corrupção que se agarra como parasita ao funcionamento da máquina social.

O mesmo olhar crítico sobre práticas sociais da época levam-no a censurar a educação frequentemente efeminada que se dá aos filhos de casas nobres e a desejar que se fomente a recompensa pelo trabalho e pelo mérito, chegando

mesmo a sugerir que não seja permitido o regime de morgadio patrimonial (Oliveira, 1983[1955]: 50).

Se passarmos à esfera do comportamento religioso, não podem passar despercebidas as críticas frontais e irónicas com que Fernando Oliveira se dissocia de atitudes profundamente arreigadas que relevam do domínio da superstição e que ele ousa pôr a ridículo. São referências feitas a correr, mas repetidas com insistência e que aparecem em várias obras. A síntese delas é assumida pelo padre Fernando Oliveira que quer deixar bem clara, diante do inquisidor João de Melo, a verdadeira intenção com que as proferiu em diferentes circunstâncias. Entende que as imagens dos santos merecem reverência enquanto avivam a lembrança daqueles que nelas estão representados, mas não devem ser objecto de adoração. E ensina a não acreditar “que a imagem de Santa Maria de Guadalupe desaparecia e ia a terra de mouros tirar os cativos e vinha de lá suando, nem ao crucifixo de Burgos e outros que há pelo mundo lhe crescem as unhas e os cabelos, porque tudo são abusões do povo ignorante”¹⁴.

Escarnece dos devotos que, bem intencionados mas inoportunos, se deixam cair em atitudes ridículas como a daqueles “que havendo de escaramuçar se desciam dos cavalos a dizer em joelhos senhas ave-marias” (Oliveira, 1983[1955]: 112). E aplica o princípio da urgência na entrega total ao combate, a propósito do procedimento seguido por D. Afonso Henriques aquando da batalha de Ourique, pondo em causa a prática orante que a tradição lhe atribui. São engenhosos os termos em que manifesta a sua reserva. Em vez de assumir em nome próprio a posição que adopta acerca desse assunto, prefere pôr na boca do rei a defesa da inoportunidade do momento: “Não estava tão de vagar o bom cavaleiro cristão, Dom Afonso Henriques, quando no campo de Ourique disse a Jesus Cristo que não era então tempo de rezar, porque também o servia em pelejar. Todas as cousas têm seu tempo e pessoas aplicadas para se ocuparem nelas, e os cavaleiros não são aplicados à oração, em especial no tempo do pelejar” (Oliveira, 1983[1955]: 112). Muito anos mais tarde, na *História de Portugal*, o autor vai mudar de opinião, integrando na sua fundamentação apologética e providencialista da autonomia da nação portuguesa o chamado milagre de Ourique. Ainda assim, deve ser devidamente valorizada a orientação pragmática que atribui à intervenção providencial ao sublinhar e escrever “quanto mais que maior milagre fez

¹⁴ “Processo Inquisitorial de Fernando Oliveira”, in Mendonça (1898: 110).

Deus por Dom Afonso Henriques em lhe dar vitória que em lhe aparecer”¹⁵. Além disso, a introdução da referência ao aparecimento de Cristo é feita mais em termos de cedência a uma opinião comum – “Por todos geralmente se diz...” – muito conveniente ao propósito argumentativo da narrativa, do que como investimento assertivo seu na defesa da objectividade do evento.

Entre os alvos da crítica de Fernando Oliveira estão os monges e alguns procedimentos do clero. Na linha de comentários depreciativos acerca da vida conventual em que se contam as declarações demolidoras presentes em escritos de Erasmo, aparecem referências nada abonatórias a respeito da ociosidade, ignorância e imoralidade no interior dos conventos. Também não são poupados certos pregadores e membros do clero, a propósito dos quais a linguagem usada chega a ser truculenta e humilhante. De alguns pregadores diz que fazem “mais escândalo na cristandade que proveito e os tais pregadores mereciam ser lançados do púlpito abaixo e não ouvidos”. Quanto aos clérigos, entende que muitos se acomodam a um modo de vida em que nada fazem de útil e, por isso, “seria mais serviço de Deus cavarem e lavrarem”¹⁶. Nestas censuras, as observações do crítico andam sempre impregnadas de sensibilidade prática e apelos de utilidade social.

Perfil religioso de um humanista

Até aqui, apresentamos vários aspectos da experiência religiosa observados e criticados na vida dos outros. E a religião do próprio Fernando Oliveira? Como se deixa ela ver através da sua obra e do pouco que lhe conhecemos da biografia?

Se percorrermos os juízos emitidos pelos eruditos sobre Fernando Oliveira e o percurso pessoal e social a que nunca é estranho o respectivo estatuto religioso, encontramos uma interessante convergência de traços na caracterização do seu perfil. Luís de Albuquerque (1987: 128-142), historiador da ciência da época dos Descobrimentos, chama-lhe “um português genial aventureiro e insubmisso”. Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000: 12) dizem-nos que “Fernão de Oliveira assumiu atitudes de diferença, às vezes com grave prejuízo da própria liberdade”. E António Baião (1936: 22) escreve que “em 1551, era posto em liberdade, não se sabe se sinceramente convertido à fé católica, se saudosos do tempo em que, vestido de capa e pelote curto,

¹⁵ Fernando Oliveira, “História de Portugal”, in Franco (2000: 442).

¹⁶ “Processo Inquisitorial de Fernando Oliveira”, in Mendonça (1898: 110).

armado de espada, com chapéu e barba comprida, fizera de marinheiro e piloto por França e Inglaterra...” Homem insubmisso, corajoso na defesa da sua diferença, de conversão imprecisa à fé católica, assim se deixa adivinhar a fisionomia deste humanista do século XVI que, fazendo jus a Lucien Febvre (1968: 15), sempre que lhe tentamos definir a fé, “nunca estamos verdadeiramente seguros dele, – nem de nós”.

Os dados documentais sobre a religião de Fernando Oliveira, por serem escassos e muito marcados contextualmente, não nos habilitam ao conhecimento suficientemente completo e fundado do seu perfil religioso. Deixam ao nosso dispor alguns traços comportamentais mais ou menos avulsos que nos permitem delinear o esboço de uma figura singular cujo carácter se torna mais nítido ao ser inserido nas coordenadas culturais e religiosas da época. Ele mesmo tem consciência de não pertencer ao padrão comum de religioso e de clérigo cujas vidas são consagradas ao serviço e glória de Deus, e à missão pastoral da Igreja.

Subjacente às acusações que deram origem ao processo inquisitorial iniciado em 1547 estão os comportamentos, atitudes e o próprio modo de vestir e de estar em público que pareciam não se adequar à condição clerical da personagem por serem escandalosamente mundanos.

Além dos pontos específicos de doutrina teológica e de moral em torno dos quais se desenvolve a acusação, paira sempre no horizonte processual o teor de vida considerado pouco consentâneo com o estatuto clerical do réu. Quando, finalmente, em Agosto de 1551, o Cardeal D. Henrique lhe concede o perdão, após três anos de prisão e um ano de internamento no Mosteiro dos Jerónimos, determina que fique proibido de sair do reino sem licença e que se há-de ocupar “em alguns exercícios piedosos, e se disporá de maneira que possa celebrar e se encomendar a Nosso Senhor”¹⁷. Com estas exigências pretendia o Inquisidor que o padre Fernando Oliveira retomasse o estilo de vida de que nunca deveria ter-se afastado.

Nas páginas iniciais da *Arte da Guerra do Mar*, publicada quatro anos mais tarde, em 1555, o autor assume declaradamente a defesa *pro domo sua*, ao mostrar que não existe incompatibilidade entre ir à guerra e ser sacerdote. Tem consciência dos reparos e estranheza que o seu comportamento provoca e não podia ter esquecido as asperezas do recente processo inquisitorial e as exigências que, por força dele, acabaram por lhe ser criadas. Sente, por isso, necessidade de se explicar e fá-lo em termos de irrepreensível coerência

¹⁷ “Processo Inquisitorial de Fernando Oliveira”, in Mendonça (1898: 127).

pastoral, mostrando o papel que no teatro de guerra o sacerdote tem o dever de desempenhar como ministro do culto e cura de almas. Faz questão de explicitar a total ortodoxia da sua posição nesta matéria, ao escrever que “por ser eu sacerdote não pareça a matéria incompetente a minha pessoa, porque aos sacerdotes convém ir à guerra quanto mais falar dela. Podem, digo, e devem ir à guerra os sacerdotes, não para pelejar com ferro [...] mas para ministrar os sacramentos e obras de misericórdia aos feridos [...], para admoestar e animar os que pelejam... Pois escrever eu da tal matéria, e ensinar meios por onde os bons saibam resistir aos maus, não mo estranharão os que entendem quanto isto releva nesta vida...” (Oliveira, 1983[1555]: 6-7). Ao carácter irrepreensível da doutrina assim exposta parece não haver correspondido a prática a que com saber e algum proveito continuava a entregar-se como marinheiro e entendido no fabrico de naus e nas artes de pilotagem.

Se o regresso à liberdade lhe proporcionava novas oportunidades, também o deixava entregue a si mesmo no plano material, com obrigação de diligenciar o sustento e pôr a render os seus talentos. Sabia, por outro lado, que havia de continuar sob especial vigilância dos servidores do Santo Ofício. A oportunidade de regressar á vida no mar deve ter-lhe sorrido entre todas as demais ocupações possíveis. E como eram muitas as expedições que então saíam de Lisboa para diferentes destinos, aproveitou para se alistar numa delas que devia dirigir-se ao Norte de África para proteger as praças portuguesas contra a expansão do domínio muçulmano na zona.

Desta vez, tudo sugere que o embarque numa caravela se tenha feito na qualidade de capelão que vai prestar assistência espiritual, e não como piloto ou marinheiro. E de facto, perante o revés sofrido pela expedição, de que resultou o aprisionamento dos barcos portugueses, Fernando Oliveira, juntamente com outro companheiro, será escolhido para negociar, na corte de D. João III, o apoio necessário ao resgate dos cativos. Até aqui, tudo parecia correr com a normalidade possível e sem atropelos.

Aconteceu, porém, que Inácio Nunes, comandante da expedição, em carta dirigida ao rei falava de Fernando Oliveira em termos bastante enigmáticos: “Ao padre Fernão de Oliveira que lá vai, sobre nós faça V. A. mercê, que se me Deus desta fortuna tira eu direi quanto serviço de Deus e seu foi mandá-lo desta terra” (Mendonça, 1898: 61). O que exactamente se terá passado não no-lo dizem os documentos que se conhecem. Sabemos que logo a seguir ao aprisionamento dos portugueses, o governador ou rei de Argel escolheu, de entre os cativos, os que tinham mais experiência de mar, nomeadamente

pilotos e capitães, com o objectivo de os mandar para a Turquia, onde os seus serviços poderiam ser mais oportunamente aproveitados pelo sultão. É por isso que, com forte verosimilhança, Henrique Lopes de Mendonça (1898: 61) pode afirmar que “conhecidos os antecedentes e o carácter do clérigo, não me repugna a hipótese de que ele fosse já inclinado para uma apostasia escandalosa, movido pelas instâncias a que da parte dos turcos daria lugar o seu profundo conhecimento de assuntos marítimos”. Dessa tentação tê-lo-á livrado a escolha que dele fizeram os companheiros de infortúnio para negociar o resgate, como vimos atrás.

Na viagem para Lisboa, os dois emissários dos prisioneiros aportaram a Ceuta onde foram bem acolhidos e permaneceram durante alguns breves dias. Mas Fernando Oliveira logo deu nas vistas por razões que, segundo parece, se devem procurar na *Arte da Guerra do Mar*. Entre as várias referências que faz nesta obra à experiência vivida durante a expedição às praças do Norte de África, deparamos com críticas severas à negligência e descuido no que toca à segurança de Ceuta. D. Pedro de Meneses, capitão desta praça, que ouviu as críticas antes de poder lê-las, escreveu a D. João III nestes termos: “Um padre que veio em sua companhia (de Gaspar Fernandes Tassalho, o outro emissário) que se chama frei Fernando Oliveira lembro a V. A. que é homem muito desassossegado e segundo o que passei com ele e sinto do seu juízo é homem aparelhado para fazer mais mal que bem, o mais dirá Gaspar Fernandes” (Mendonça, 1898: 134-135). Acerca do efeito produzido por todas estas reservas relativas ao padre Fernando Oliveira, podemos percebê-lo pelo facto deste ter deixado de fazer parte da missão que foi ultimar com o rei de Argel o resgate dos cativos portugueses.

Outra vez em Portugal, no final de 1552, vamos encontrá-lo hospedado em terras da Beira, na casa de familiares de D. Nuno da Cunha, capitão das galés do reino de Portugal. Aproveita agora a relativa tranquilidade encontrada para redigir a *Arte da Guerra do Mar*, tarefa em que se vai ocupar durante os anos de 1553 e 1554. A obra foi impressa em Coimbra, no ano de 1555. Traz uma dedicatória ao referido D. Nuno da Cunha, com data de 28 de Outubro de 1554. O que Fernando Oliveira terá visto como acolhimento generoso pode não ter passado de armadilha destinada a mantê-lo sob a vigilância do Santo Ofício, através do seu anfitrião, D. António da Cunha.

No dia 8 de Janeiro de 1554, uma carta régia dirigida a D. António da Cunha diz que “por algumas razões do meu serviço ordeno ao licenciado Diogo Gastão, ouvidor da cidade de Viseu, que por virtude de uma comissão

do cardeal meu irmão vá a vossa casa e prenda nela ao dito Fernando Oliveira, vos encomendo muito que o deixeis prender nela e favoreçais ao dito ouvidor no que para isso lhe cumprir” (Mendonça, 1898: 142). Desconhecemos as razões de pormenor que a tal determinam o rei. Uma coisa, no entanto, se afigura certa: o irrequieto clérigo continua na mira da Inquisição e esta entende que ele não deixou de lhe dar motivos para se manter vigilante e intervir.

Os elementos documentais sobre o que poderá ter sido o regresso de Oliveira aos calaboiços da Inquisição são praticamente inexistentes, a começar pelas peças do que poderá ter sido o segundo processo inquisitorial cujo paradeiro continua desconhecido até hoje. Existem conjecturas sobre o que poderia ter motivado a nova perseguição. Para ela terão contribuído atitudes e palavras entendidas como coisa contrária aos “exercícios piedosos” a que o obrigou a provisão de 1551, em que o cardeal D. Henrique lhe concedia a liberdade. Os reparos aos seus procedimentos feitos por Inácio Nunes e D. Pedro de Meneses, em correspondência enviada ao rei, nada tinham de cartas de recomendação. Após a publicação, em 1555, da *Arte da Guerra do Mar* ficou ainda mais patente o carácter profano dos interesses que moviam o clérigo e tornaram-se palavra escrita as críticas e sarcasmos com que flagelava sem piedade algumas figuras e grupos da sociedade portuguesa e os respectivos costumes.

Qualquer que tenha sido o peso relativo destes dados no desencadear da nova perseguição, não os devemos isolar do novo contexto religioso em que o espírito do Concílio de Trento, iniciado em 1545, se começa a fazer sentir em Portugal. É precisamente em 1555 que o Colégio das Artes de Coimbra, até então confiado ao magistério de humanistas recrutados em prestigiadas escolas francesas, passa a ser dirigido pela Companhia de Jesus. Sabemos que, durante algum tempo, o padre Fernando Oliveira ensinou a retórica de Fábio Quintiliano em Coimbra, segundo consta da carta panegírica de Jerónimo Cardoso já mencionada. Ganha assim grande verosimilhança a conclusão que tira Henrique Lopes de Mendonça. É natural que Oliveira “se opusesse às manobras subreptícias dos jesuítas, tendentes a apossarem-se dos institutos oficiais de instrução secundária. Daí o verdadeiro motivo, provavelmente mascarado com pretextos mais ou menos artificiosos para a acção inquisitorial...” (Mendonça, 1898: 73).

Já ficou dito que, a partir deste ano de 1555, se perde quase totalmente o rasto documental dos movimentos do padre Fernando Oliveira. Os ecos que, apesar disso, nos chegam confirmam-no como homem apegado profunda-

mente à liberdade, competente nas artes do mar, desassossegado e descontente com a falta de reconhecimento por parte dos senhores que dominam o reino. Cerca de dez anos mais tarde, parece ter chegado o reconhecimento dos seus méritos. Por alvará¹⁸ de 22 de Julho de 1565, D. Sebastião concede-lhe uma tença enquanto não for provido em algum benefício eclesiástico.

Segundo informações de D. Hernando Carrillo de Mendoza, embaixador de Espanha em Lisboa, os serviços de Fernando Oliveira como piloto e pessoa experiente em assuntos marítimos eram disputados por franceses e espanhóis com alguma intriga na corte portuguesa. Em nota de Hernando Carrillo de Mendoza sobre Fernando Oliveira, datada de Lisboa, em 19 de Setembro de 1567, lê-se: “El dicho doctor Olivera es clerigo de missa y hombre de mas de cinquenta y cinco años. Esta descontento en este reyno por la poca merced que dize que le hazen y la estrechexa que le parece que ay” (*apud Bourdon*, 1951: 19). Para ele, Portugal continuava a ter horizontes demasiado acanhados, sobretudo nos planos mental, social e religioso.

No sinuoso percurso religioso de Fernando Oliveira, ao lado de procedimentos pouco convencionais, avultam momentos em que alguma doutrina por ele sustentada toca as raias da heterodoxia. Pelo modo como defende a política religiosa de Henrique VIII, pelo desassombro com que punha em causa a supremacia do Papa no catolicismo romano, pelo pouco respeito com que tratava a submissão que se lhe deve e a unidade da Igreja, pela obstinação com que a princípio defendia, perante os inquisidores, a sua causa, parecia alinhar com os impugnadores da doutrina e da disciplina tradicional da Igreja. A dureza do cárcere e a irredutibilidade do juízo dos que o censuravam e condenavam amaciaram-lhe a firmeza das posições iniciais. Após cerca de um ano de acusações e interrogatórios, foi finalmente admitido à reconciliação, sendo obrigado a fazer a abjuração em forma e a permanecer no cárcere a arbítrio dos inquisidores. Na abjuração que fez a 9 de Setembro de 1548, declarou e confessou ter por “heréticas, temerárias e escandalosas” as afirmações e conclusões de que vinha acusado.

Como vimos, só aparentemente se terá fechado então o livro das flutuações da consciência religiosa. Mas não consta que alguma vez tenha verdadeiramente cedido ao cisma ou à apostasia.

Pertencem ao seu perfil de humanista cristão alguns traços que definem a singularidade do seu cristianismo. Aos sinais de pouca robustez em matéria

¹⁸ O alvará pode ler-se em Mendonça (1898: 144-145).

de ortodoxia católica juntam-se a desafeição pelos formalismos da prática religiosa e a ausência de mostras significativas de devoção e interioridade espiritual. Em contrapartida, estamos em presença de um cristianismo muito sensível à tradução social da essência da mensagem evangélica como amor de Deus e do próximo. Existe também na religião de Fernando Oliveira um vinco regalista e nacionalista, bem patente no modo como aplaude o procedimento de Henrique VIII, como regista que o rei de Portugal chegou a estar perto de fazer como o de Inglaterra, e, sobretudo, pela feição providencialista que imprime à escrita da *História de Portugal*.

II
O FILÓLOGO

2.1

DA GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA

Gramáticas Portuguesas de Quinhentos no quadro do Humanismo europeu

CARLOS ASSUNÇÃO

MARIA HELENA SANTOS

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro de Estudos em Letras

1. Conjuntamente com a Reforma, o Renascimento pode ser perspectivado como sendo o alicerce em que assenta o complexo edifício intelectual moderno. Com efeito, a Reforma, associada ao Renascimento, concorreu para realçar a importância do humanismo intelectual, uma vez que o homem passou a estar no centro do universo, centralizando também o interesse científico e artístico.

O movimento renascentista também coincidiu com a expansão da Europa para os vários continentes, iniciada pelos países ibéricos e alargada, posteriormente, aos nórdicos, o que deu origem ao conhecimento de novos povos, novas culturas e, decorrentemente, novas línguas. Foi este contacto com idiomas novos que despertou no homem europeu o instinto de investigação linguística, o que resultou na afirmação das línguas vernáculas frente às clássicas e no estudo comparativo entre os sistemas gramaticais daquelas e das recém descobertas.

O conhecimento de novas línguas, decorrente da expansão dos povos europeus, colocou, por um lado, problemas de comunicabilidade, mas, por outro, acelerou o estudo interlinguístico, resultando na proliferação de dicionários e de sistematizações gramaticais, destinadas a aprender a ler e a escrever.

Apesar de o conhecimento europeu do árabe e do hebreu remontar aos séculos VII e VIII, devido à expansão do poderio árabe, o seu aprofundamento

ocorreu na época renascentista. Como consequência deste interesse dedicado à língua do Antigo Testamento, surgiram algumas gramáticas hebraicas, destacando-se a de Reuchlin. O conhecimento europeu do árabe e do hebreu, conjuntamente com a descoberta das línguas exóticas, abriu caminho para que a ênfase dos estudos linguísticos se deslocasse das línguas clássicas para as vernáculas, as quais foram objecto de um estudo científico pormenorizado.

Não será, contudo, demais insistir na ideia de que os Gramáticos quincentistas aspiram a dar à sua língua a regularidade e a sistematização que os Alexandrinos tinham conferido ao Grego e os gramáticos da época imperial ao Latim. Com isto visavam atribuir às línguas vulgares a dignidade e o prestígio proclamados nas «apologias», nos «louvores» e nas «defesas».

Esse prestígio e essa dignidade são directamente proporcionais ao rigor e exactidão da codificação das realidades gramaticais e daqui deriva a preocupação primordial dos gramáticos renascentistas com a fonética, a fonologia e a ortografia. O objectivo é estabelecer princípios gerais de ordem prática, rejeitando as subtilezas da especulação medieval já que tinham no horizonte a tarefa de regularizar a anarquia que dominava o uso da língua e da ortografia.

Portanto, regular o uso da língua vulgar era, no início do século XVI, a grande finalidade da gramática. É que a língua é vista como a ‘alma’ de cada povo e, neste sentido, a consciência linguística anda a par da consciência nacional ou imperial.

Com o Renascimento, ressurgindo na Europa Ocidental o gosto pelas coisas da Hélade, também os humanistas começaram a imitar a atitude mental dos gregos (cf. Assunção, 1997b: 66). Assim, entre a gramática concebida durante a Idade Média como disciplina do *Trivium*, e a gramática renascentista, disciplina que já fazia parte dos estudos menores¹, verifica-se

¹ Os jesuítas engendraram, ao longo da segunda metade do século XVI, um sistema didáctico que visava formar o aluno/mestre em língua latina. Na verdade, a versão definitiva da *Ratio Studiorum* é promulgada em 1599 pelo padre Aquaviva mas é o resultado de experiências pedagógicas levadas a cabo, durante cerca de cinquenta anos, nos colégios que os Jesuítas tinham espalhados pelo mundo. Este método pedagógico orientará a organização e actividade dos colégios da Companhia durante os séculos XVII e XVIII, exercerá grande influência sobre outros colégios e sistemas educativos, e grande parte da aristocracia intelectual europeia destes dois séculos acha-se ligada a esta obra educativa, como Descartes, Molière, Lamartine, Cervantes, Calderon, Lope de Veja, Tasso, Prospero Lambertini (Bento XIV), António Vieira e João Lucena. Ora, o curriculum humanista da *Ratio* preconizava a obtenção de níveis de excelência nas cinco classes em que estava estruturado: expressão bela e elegante na Gramática (Inferior, Média e Superior); expressão clara e correcta nas Humanidades, e expressão enérgica e persuasiva na Retórica. Como se vê, a competência gramatical obtida nas primeiras três classes capacitava os

uma diferença muito importante: na Idade Média, a disciplina omnipresente, ligada à retórica e subsidiária da lógica e da dialéctica, era a gramática latina; pelo contrário, no Renascimento, a gramática, como observação da linguagem, deixa de ser necessariamente latina e passa a incidir sobre as realidades das línguas vernaculares (cf. Buescu, 1978: 14).

Os humanistas, em geral, consideram, em relação às línguas românicas, da mesma forma que em relação ao latim corrompido, que não há meio de fundar uma gramática sobre a língua vulgar, demasiado incerta e demasiado pesada; eles não crêem que seja possível regulá-la e estudá-la metodicamente. Mas, por outro lado, um pequeno número de estudiosos admite a possibilidade de constituir um código da linguagem vulgar, a qual, para eles, tem regras próprias.

A este último grupo, podemos ligar já Flavio Biondo (1388-1463) que teve o mérito de ser o primeiro a reconhecer a possibilidade de uma gramática do vulgar. Também Landino, Francesco Filelfo e Alberti partilham logo depois as suas ideias (cf. Trabalza, 1908: 19 e 44). Trabalza afirma que o célebre tratado de Dante *De Vulgari Eloquentia*, do qual não nos resta mais que um fragmento, deve ter dado já algumas regras gramaticais. Considera que, embora este tratado seja sobretudo uma arte poética, que visa ensinar o uso artístico da língua, possui, ao mesmo tempo, elementos que provam que Dante tinha presente no espírito uma gramática regular da língua vulgar e, por isso, Trabalza aponta o autor da *Divina Comédia* como o fundador da gramática italiana². Mas Kukenheim (1974 : 88) não concorda com a posição de Trabalza, argumentando da seguinte forma:

Il y a de sérieuses raisons pour mettre en doute cette assertion: Dante prétend qu'en dehors du latin qui s'apprenait par les règles, il existait une infinité de langues qui s'apprenaient sans règles, mais qui se fondaient uniquement sur l'imitation instinctive des pères par les enfants; il définit même la langue vulgaire par opposition à la grammaire, c'est-à-dire au latin, qui a des règles fixes.

alunos para a leitura dos bons autores. Nas classes da gramática, aprendiam-se todas as regras da gramática do padre Manuel Álvares que se dividia em três partes e, daí, a existência de três classes (cf. Franca, 1952: 53-56).

A gramática de Manuel Álvares foi publicada em 1572 e é uma obra basilar da história da gramática, em Portugal. Estudaram o latim por ela milhares ou talvez milhões de jovens em todo o mundo, incluindo nomes ilustres das letras portuguesas e estrangeiras como, por exemplo, James Joyce (1882-1941). Vide Assunção (1997a: 46-47).

² «Sicché l'Alighieri... ci si presenta, anche a stare a quel poco che ne scrisse, come il fondatore della grammatica italiana.» (Trabalza, 1908 : 30).

A primeira gramática italiana que chegou até nós é anterior a 1495 e é de um autor anónimo segundo vários investigadores, segundo outros a autoria é atribuída a Lourenço de Médicis. Intitula-se *Regole della lingua fiorentina* e baseia-se na língua falada em Florença. No entanto, este método empírico encontrou poucos seguidores pois constata-se que as gramáticas italianas, que entretanto foram surgindo, não têm por base a língua falada mas a língua escrita de Dante, Petrarca e Boccaccio, que usaram o toscano nas suas obras.

Em 1525, Pietro Bembo escreveu em Veneza *Prose della volgar lingua*, onde propõe a fala de Florença como língua comum de toda a Itália. Mas Bembo formula o princípio de que uma língua que não tenha autor não pode chamar-se língua³.

No final do século XVI (1584), este método da crença dogmática na autoridade dos autores clássicos italianos é suavizado por Leonardo Salviati que preconiza que é preciso tirar as regras dos escritores antigos, mas, para a prática da língua, é preciso tentar seguir a voz do povo⁴.

Em França, no princípio do século XVI, não havia obras gramaticais de grande autoridade. Assim, o primeiro que tentou fixar as regras gramaticais da língua francesa foi um estrangeiro, Jean Palsgrave, que publicou, em 1530, *Lesclaircissement de la Langue françoise*. Dubois seguiu-o pouco tempo depois, em 1531, com a obra *In linguam Gallicam Isagoge*, na qual escreve em latim sobre gramática francesa.

Em Inglaterra, a primeira gramática impressa só aparece em 1586. No entanto a gramática manuscrita escrita por W. Lily foi homenageada pelo rei Henrique VIII, em 1540, e recomendada para as escolas, em função de sobrevalorizar a vertente prático-didáctica, seguindo a tradição gramatical representada por Prisciano e descurar a especulação filosófica.

O Renascimento incutiu nos povos da Europa a ideia de que os Gregos, tendo regulamentado bem a sua língua, a tinham introduzido em Roma, e que os Romanos, por seu turno, tinham imposto o seu idioma aos povos vencidos. Por isso mesmo os gramáticos renascentistas admitiam que uma

³ «Ma questa ragionare per avventura, e questo favellare tuttavia non è lingua: perciocchè non si può dire, che sai veramente lingua alcuna favella, che non ha scrittore.» (Bembo, 1927: 159).

⁴ «... l'antichità, per nostro avviso, sarà quasi sempre più sicura. Ned è però questo, che ora affermiamo, a ciò che dianzi affermammo, della pratica del favellare, punto contrario, o distante: cioè, che chi può farlo, cerchi d'apprender (la lingua) dalla voce del Popolo». Cf. Salviati (1809, II: 148).

língua bem codificada é um excelente meio de expansão nacional e estavam convencidos que o povo que melhor tivesse fixado a sua língua teria uma vantagem considerável sobre os povos vizinhos. Assim se explica que as obras gramaticais desta época estejam imbuídas de sentimentos imperialistas e que os príncipes da Renascença tenham encorajado decisivamente a codificação definitiva da língua nacional. Não podemos esquecer que a ciência política, cujo expoente máximo é *O Príncipe* de Maquiavel, dedicado a Lourenço de Médicis, acaba de renascer por volta de 1500. A questão da língua vulgar mereceu a atenção dos diplomatas pois eles admitem que o poder absoluto do príncipe, a unidade da religião e a unidade da língua são as condições essenciais para que o povo seja um.

Deste ideário renascentista, comunga António de Nebrija, fervoroso patriota, que empreendeu a codificação do vulgar espanhol, com a sua *Gramática de la lengua castellana* (1492), concluindo esta tarefa de forma notável. Graças ao génio gramatical de Nebrija, a Espanha é o primeiro país a ter a sua gramática nacional⁵. Aliás, o próprio autor toma consciência do carácter inovador desta sua empresa, quando no prólogo dedicado à rainha D. Isabel diz o seguinte:

...io quise echar la primera piedra, e hazer en nuestra lengua lo que Zenodoto en la griega e Crates en la latina; los cuales, aun que fueron vencidos de los que después dellos escrivieron, a lo menos fue aquella su gloria, e será nuestra, que fuemos los primeros inventores de obra tan necessaria (Nebrija, 1992: 97)⁶.

Ora, os gramáticos portugueses do Renascimento inserem-se no movimento cultural europeu do século XVI e basta reparar nas datas em que foram publicadas as suas obras gramaticais para concluir que elas se situam precisamente no momento do florescimento linguístico-filológico da época renascentista. Significa isto que elas andam a par das tentativas dos gramáticos italianos, castelhanos e franceses.

⁵ A este propósito, registamos a seguinte objecção de Kukenheim (1974: 214): «il convient cependant de faire trois restrictions: d'abord que les Regole grammaticali della lingua fiorentina peuvent être d'une date antérieure à Nebrija; ensuite que les grammaires espagnoles qui ont suivi celle de Nebrija datent d'après 1535, enfin que l'auteur de la Gramática de la Lengua Castellana a étudié en Italie et que ce pays lui a révélé tout ce qui était à faire dans sa patrie».

⁶ Todas as citações que fazemos da *Gramática Castellana* são retiradas da edição de 1992, da Fundación António de Nebrija, com introdução e notas de Miguel Ángel Esparza e Ramón Sarmiento.

2. A sensibilização, no sentido de estudar a conexão existente entre a escrita de uma palavra e a respectiva pronúncia, partiu dos gramáticos italianos, já que foram os primeiros a utilizar novas letras para distinguir as vogais abertas das fechadas. Nesta linha, os autores das gramáticas das línguas vernáculas reflectiram sobre as transformações fonéticas que, partindo do latim, deram origem às línguas novilatinas e as causas que lhe preexistem. Todo este trabalho investigativo resultou numa reabilitação das línguas romances, pois comprovou-se que estas não equivaliam, como durante o período medieval se pensava, a uma degeneração do latim, mas eram descendentes ilustres que mereciam o reconhecimento da comunidade linguística internacional.

Paralelamente a esta intensa investigação desenvolvida no continente europeu, verifica-se, no chamado «Novo Mundo», a publicação das primeiras gramáticas. Com efeito, a primeira gramática ameríndia, o tarascano, editou-se em 1558, inaugurando uma crescente produção gramatical.

É digno de registo o trabalho levado a cabo pelos missionários, uma vez que, ao se radicarem nos territórios recém descobertos e monopolizarem a instrução escolar, contribuíram para o desenvolvimento da ciência linguística. Acresce referir que também viajaram pela Ásia Meridional e pelo Médio Oriente, onde contactaram com línguas que acusavam diferenças significativas em relação às clássicas, o que favoreceu a análise interlinguística e, simultaneamente, propiciou um conhecimento mais profundo dos idiomas existentes à escala mundial. É esta actividade missionária, associada ao alargamento das rotas comerciais, que preexiste ao estudo comparativo entre as línguas da China e as da Europa Ocidental, que culminou com a descoberta de diferenças significativas entre ambos os idiomas. O conhecimento europeu do sistema de escrita chinesa e das línguas exóticas abriu novos horizontes à investigação linguística, na medida em que revelou um conjunto de línguas que diferia significativamente das estudadas pela tradição ocidental. A este respeito, Amadeu Torres (1998: 77) observa o seguinte:

A troca mútua de experiências redundava sempre em prol do comum, quando criteriosamente conduzida. A língua portuguesa é disso o mais cabal testemunho. Subsidiária de contributos variadíssimos de tantas línguas do mundo que se lhe depararam nas rotas da expansão e da actividade missionária, ela mudou muito e não mudou nada, pois é a mesma de D. Dinis, de Camões, de Eça ou de Pessoa; a mesma na Europa, na América, na África, na Ásia e na Oceânia.

O sentimento crescente de consciência patriótica, que irradiava um pouco por toda a Europa, motivou uma dignificação das línguas nacionais, as quais ganharam o estatuto de instrumento apropriado para o processo de codificação dos estudos eruditos, arrefecendo, deste modo, o interesse veicular das línguas clássicas. Esta tendência é acompanhada pelos gramáticos portugueses, pois dotaram «a língua portuguesa de um estatuto que até então não possuía, tornando-se numa língua da comunicação num espaço privilegiado de expressão.» (Assunção, 1997b: 83).

O exacerbado sentimento patriótico que caracteriza o espírito renascentista repercute-se no plano linguístico, culminando na apologia da língua nacional. Neste âmbito, os textos de natureza encomiástica, como o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, procuram responder a este crescente patriotismo linguístico, já antecipado pelo rei D. Duarte, por forma a combater um certo bilinguismo que se encontrava enraizado no seio da comunidade culta.

Com efeito, devido a circunstancialismos vários, como o casamento entre reis portugueses e princesas castelhanas ou o intercâmbio entre humanistas peninsulares, a língua castelhana concorria com a portuguesa nos escritos literários, disso são exemplo alguns textos de Gil Vicente e de Camões. No universo erudito quinhentista, ao lado dos que exaltavam a língua nacional, coexistiam os que a marginalizavam, considerando-a imprópria para transmitir todas as formas de pensamento. Por este motivo, os textos encomiásticos⁷, ao apresentarem a língua portuguesa como meio privilegiado de expressão do sentimento patriótico, destinavam-se à sua exaltação e defesa frente ao castelhano. Aliás, esta apologia da língua nacional em relação às estrangeiras não é uma característica inédita dos homens renascentistas: já os antigos gregos, ao rotularem as outras línguas de «bárbaras», exaltavam o seu meio de comunicação verbal.

Claro está que também a gramática portuguesa renascentista tem como fontes principais Prisciano e Donato, os *grammatici antiqui* (como acontece, por exemplo, com a *Gramática Castellana* de Nebrija) e Villedieu. Aliás, não podia ser de outra forma pois, a fazer fé em estudos de diversos investigadores, de Carolina Michaelis, passando por José Mattoso e, mais recentemente, Telmo Verdelho, a produção gramatical portuguesa anterior a meados do século XIV é bastante reduzida.

⁷ Estes textos podem ser considerados para-gramaticais, uma vez que, não integrando a gramática propriamente dita, servem de suporte teórico à criação da gramática das línguas vulgares. Cf. Buescu (1978: 50).

Sendo assim, a consciência de língua (que começa a ser utilizada pelo povo), que a língua portuguesa foi ganhando, cresceu alicerçada sobretudo na *Ars Grammatica* de Donato, nas *Institutiones Grammaticae* de Prisciano e, mais tarde, no *Doctrinale* de Villedieu. A este propósito, deve dizer-se que, para se saber quais os gramáticos latinos mais conhecidos dos mestres portugueses, muito contribuiu a publicação do Catálogo dos Códices Alcobacenses, pela Biblioteca Nacional, e o conhecimento dos manuscritos de Digby.

Keit Percival (1975) acrescenta que certas correntes na tradição gramatical na Europa meridional (Provença e norte de Itália), que coexistiram em parte com o desenvolvimento da gramática modista na Alemanha e no norte de França, são relevantes para a teoria gramatical renascentista. Segundo ele, esta versão meridional da tradição gramatical ocidental, ao florescer nos séculos XIII e XIV, proporcionou fundamentação teórica às produções gramaticais humanistas do século XV. Este autor acaba por afirmar que a teoria linguística renascentista tem as suas origens numa tradição escrita gramatical e lexicográfica que emerge na Itália e na Provença do século XI e se desenvolveu até um determinado grau, independentemente da tradição setentrional representada pelos tratados modistas e pelas gramáticas em verso (o *Doctrinale* de Villedieu e o *Graecismo* de Evenrardo de Betúnia).

A gramática portuguesa renascentista surge como ponto de chegada de todo este processo evolutivo como uma tomada de consciência da necessidade e da urgência de que a aprendizagem do Português se fizesse por uma gramática portuguesa. Para que isso acontecesse, muito contribuíram as cópias manuscritas, que apareceram no final do século XV, das *Regulae Grammaticales* (1414) de Guarino Verona e os *Rudimenta Grammatices* de Nicolau Perotti que são, a nosso ver, os grandes motores da renovação gramatical portuguesa. Ao mesmo tempo, vão surgindo também na literatura algumas manifestações contra o predomínio da cultura latina como, por exemplo, D. Duarte que, no *Leal Conselheiro*, recomenda «grande cuidado e parcimónia na adopção de palavras da língua latina», contendo esta obra um capítulo intitulado «Da maneira pera bem tornar algũa leytura em nossa lynguagem» onde resume algumas regras de tradução, destacando-se entre elas a recomendação expressa à fidelidade do texto, a utilização de palavras estritamente portuguesas, não *latinadas*, o respeito ao decoro, além das exigências de clareza, elegância e concisão (cf. Vasconcelos, 1929: 863).

É neste contexto que surgem as obras gramaticais dos quatro gramáticos portugueses quinhentistas: a *Gramática da linguagem portuguesa* (1536) de

Fernão de Oliveira; a *Gramática da língua portuguesa* (1540) de João de Barros; as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* (1574) de Pêro de Magalhães de Gândavo e a *Ortografia e origem da língua portuguesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão. Faremos breves considerações sobre os dois primeiros.

Em 1536 vem a lume a primeira edição da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, da lavra de Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da lusofonia, que se adianta, assim, a Pierre la Ramée (Petrus Ramus), autor de *Gramere* (1562): «A gramática de Fernão de Oliveira (1536) ⁸ foi a primeira que se publicou em português; foi a primeira que se publicou do português e de um português; foi a primeira que se publicou do Português e em Portugal» (Nogueira, 1933: 7).

Não pode reputar-se adversa a fortuna em relação a esta obra. As suas seis edições colocam-na à frente das de João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão para só nos restringirmos ao quadrunvirato de gramáticos vernáculos quinhentistas. De facto, se a Gândavo honestam sobremaneira as três edições do século XVI (1574, 1590, 1592), esperou delongadamente até meados do século XX pelas outras três, uma das quais na Alemanha. Quanto a João de Barros, cuja *Gramática*, como se sabe, abrange quatro secções, repare-se: a *Cartinha* conta três edições, além da separata em 1539; a *Gramática*, secção nuclear do conjunto, quatro; o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, cinco; o *Diálogo da viciosa vergonha*, três, o que tudo somado não equivale sequer a quatro edições completas. De Duarte Nunes de Leão as edições cifram-se em três para a *Ortografia* e quatro para a *Origem*. Sem insinuar confrontação de méritos reservada para outro trabalho, desta muda acareação ressalta a posição dianteira para a *Gramática da linguagem portuguesa* em face de Barros e de Duarte Nunes, posição essa que no concernente à distribuição mais regular das edições (1536, 1871, 1936, 1954, 1975, 1981 e 2000) se mantém diante da de Magalhães de Gândavo.

Diferentemente das gramáticas do Renascimento e das de Nebrija e João de Barros, a de Fernão de Oliveira omite a quarta parte dedicada à retórica, embora aluda de passagem a qualquer coisa com ela relacionada, como a prosódia e as dicções figuradas. As outras três são constituídas pela fonética/fonologia e ortografia, com observações interessantíssimas; pela morfologia, na qual das oito categorias tradicionais são tratados o artigo, o nome, certos pronomes e advérbios, e os verbos; e pela sintaxe ou construção.

⁸ As breves considerações aportadas nas duas páginas seguintes encontram-se no estudo introdutório de Torres e Assunção à *Grammatica* de Oliveira (2000: 18-20).

A articulação das vogais e consoantes, precisada com aproximações eventuais ao castelhano, latim, grego, hebraico e árabe; divergência entre a prolação dos sons e a sua imagem grafémica; centro silábico e ditongos; acentos e suas normas; ortografia e evolução; cuidado na intromissão de estrangeirismos e sua mais capaz adaptação — são informações argutas «que se não podem desprezar», como acentua Sá Nogueira.

As palavras ou dicções primitivas, compostas, derivadas; os arcaísmos e neologismos; o valor semântico dos prefixos; as declinações ou flexões nominais e verbais; a evolução semântica dos vocábulos — eis os principais temas morfológicos.

A sintaxe resume-se a página e meia, menos cinco páginas do que em João de Barros. Mas nada de admirar. A sintaxe foi desde sempre a secção menor das gramáticas. A de Prisciano consagrou-lhe tão-somente os três últimos livros, de entre 18; a de Port-Royal tão afamada, vinda a lume em 1660, 124 anos depois da de Oliveira, três páginas, porque as duas seguintes já dizem respeito às figuras. Tal metodologia, vulgar durante tantos séculos, resultante da aceitação pacífica da prioridade da palavra sobre a frase, radica no *Crátilo* de Platão e na análise proposicional aristotélica. Nas gramáticas modernas, a prioridade cabe geralmente à frase, no que aliás já Humboldt, Cassirer e os modernos matemáticos lógicos haviam reparado, ponto de vista agora em discussão e reanálise pelo gramaticalismo transfrástico ou teoria do texto.

Claro que em Fernão de Oliveira se desejariam naturalmente maior desenvolvimento dos temas, melhor distribuição, sistematização mais apurada. O próprio autor estava absolutamente cónscio das deficiências, tanto que por cinco vezes se descontenta e roga desculpa delas prometendo e reprometendo falar mais largamente em outra obra (cf. Oliveira 2000, 133[54]), porque nesta não fazemos mais que apontar os princípios da gramática que temos na nossa língua (cf. Oliveira 2000, 152[73]); e quanto à sintaxe e ao estilo e suas particularidades — insiste — se tratará a seu tempo, em outra obra maior que desta matéria espero fazer (cf. Oliveira 2000, 113[34]). Promessas e nada mais, na aparência; mas no fundo uma situação de lucidez perante a complexidade de um objecto que, afora o mais que intelectualmente julgamos lhe não minguava, requeria disponibilidade e calma, requisitos com que nessa ou em ocasiões próximas a vida certamente o não favorecia.

Fernão de Oliveira é o criador da filologia portuguesa e, na opinião de Coseriu, «merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e na da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos

gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama ‘sociolinguística’ são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor» (Coseriu, 2000: 60).

O valor de Oliveira está precisamente na área da fonética e o impulso para a descrição do português lhe veio certamente da *Gramática Castellana* de António de Nebrija, para além das diversas obras sobre ortografia espanhola que apareceram na época em que se encontrava em Espanha, mas adianta:

Oliveira supera, contudo, todos, mesmo Nebrija, pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses. (Coseriu, 2000: 34)

Veja-se, por exemplo, o que diz, no capítulo VI, sobre a articulação das vogais e consoantes, a identificação que faz da divergência entre a prolação (pronunção, unidade fónica) dos sons e a sua imagem grafémica (representação gráfica correspondente):

Letra é figura de voz. Estas dividimos em consoantes e vogaes. As vogaes têm em si voz; e as consoantes não, senão junto com as vogaes (...).

As figuras destas letras chamam os gregos caracteres; e os latinos notas. E nós lhe podemos chamar sinaes. Os quaes hão de ser tantos como as pronunçiações e que os latinos chamam elementos; e nós as podemos interpretar fundamentos das vozes e escritura.

Diz Antonio de Nebrissa que temos na Espanha somente as letras latinas. Mas porque é verdade que são tantas e taes as letras como as vozes, nós diremos que de nós aos latinos há hi muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes (Oliveira, 2000: 89-90[10-11]).

E, no capítulo VII, precisando com aproximação a outras línguas, refere:

E assi é verdade que os gregos com os latinos, e os hebraicos com os arabigos, e nós com os castelhanos que somos mais vezinhos concorreremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras.

E contudo não tanto que não fique alghũa particularidade a cada hum por si: hũa só voz e com as mesmas letras, e a nós e aos castelhanos guerra e papel. E,

no pronunciar, quem não sentirá a diferença que temos, porque elles escondem-se e nós abrimos mais a boca? (Oliveira, 2000: 91[12]).

A obra talvez mais representativa do espírito renascentista que Barros nos transmitiu é de cariz pedagógico-didático: a *Gramática da Língua Portuguesa* (1540). Aliás, o humanismo de pendor linguístico, que pode observar-se também nas suas *Décadas*, percorre quatro obras diversas que, unidas pela finalidade pedagógica, se aglutinam numa mesma obra. Na verdade, a *Cartinha para aprender a ler* (1539), o *Diálogo da Viciosa Vergonha* (1540), a *Gramática da Língua Portuguesa*, que inclui o *Diálogo em Louvor da nossa linguagem* (1540), formam um conjunto pedagógico-didático em busca da necessidade de um método.

Pode deduzir-se que a *Gramática da Língua Portuguesa* era para João de Barros fundamental mas não há dúvida de que o seu projecto gramatical estava cimentado em materiais que o autor achava necessários à consecução do seu programa pedagógico de aprendizagem da Língua Portuguesa: a *Cartinha* como primeiro livro, a *Gramática* seria um segundo livro, o *Diálogo da Viciosa Vergonha* funciona na perspectiva de que o educador deve ensinar não só as letras mas também as normas da boa conduta, o *Diálogo em Louvor da nossa linguagem* contém um conjunto de reflexões que ajudam a esclarecer as ideias linguísticas e gramaticais do autor, especulações que o propositado carácter marcadamente normativo da *Gramática* não podia contemplar.

O contacto entre o Português e as línguas do Oriente Asiático, motivado pela mundividência epocal, resultou na interinfluência linguística. Perante esta nova realidade, João de Barros, contrariando o espírito da «grammatica speculativa» medieval, não resiste ao impulso de comparar alguns fenómenos linguísticos orientais com os das línguas que fazem parte da tradição ocidental. Este esboço rudimentar de uma atitude comparativista, impregnada de pioneirismo, que se desenvolve no século XVII, antecipa o Comparativismo Linguístico do século XIX, apresentando-se como uma consequência prática do encontro de novos povos e novas culturas.

Portanto, o estudo de lexemas e expressões idiomáticas diferenciadas constitui uma prova palpável de que os nossos gramáticos quinhentistas, diferentemente dos autores clássicos gregos, embora sobrevalorizando o seu instrumento de verbalização, se interessaram por outras línguas. Este interesse por outras formas linguísticas não obstou a que Barros se enquadrasse no movimento europeu de reabilitação das línguas vernaculares, ou seja, da

mesma forma que os seus congéneres românicos, procurou sistematizar o idioma materno, investindo-o de um maior prestígio e dignificação. É claro que esse prestígio linguístico, tão reclamado pelos gramáticos quinhentistas, se enraíza no processo de normatização e codificação das realidades gramaticais. É à luz deste primado linguístico, que se compreende a vertente prática omnipresente na teoria gramatical de João de Barros.

No entanto, apesar de manter uma certa equidistância entre o português e o latim, resultante da apologia da língua materna, não rejeita a filiação gramatical do idioma pátrio, isto é, a língua-mãe é perspectivada como «ponto de referência, como modelo de codificação gramatical e como fonte de empréstimos vocabulares» (Barros, 1971: XLIII), pois exorta os seus contemporâneos a subsidiarem a língua materna com importações vocabulares latinas.

Em conformidade com o exposto, a doutrina gramatical de Barros evidencia fenómenos linguísticos que constituem paralelos aproximativos do latim, mas realça, sobretudo, as assimetrias que individualizam o Português em relação à língua do Lácio. Com efeito, o uso alternado do pronome pessoal *nós*, equivalente aos portugueses, e *eles*, correspondente aos latinos, traduz a dicotomia entre os fenómenos linguísticos latinos e as formas «aportuguesadas»: «Nós não temos estes verbos (que os latinos têm). [...] Temos máis este verbo (h)ei (h)ás [...]» (Barros, 1971: 93).

A reflexão sobre as línguas «exóticas» reveste-se de grande importância, pois indicia uma atitude que podemos classificar como comparativista (cf. Barros, 1971: 71). De facto, Barros, ao confrontar o português com as novas línguas, avalia positivamente a permuta vocabular e admite uma reciprocidade enriquecedora da língua nacional (cf. Barros, 1971: 71).

Na obra de Barros, também se insinuam informações relativas ao bilinguismo literário, entre o português e o castelhano, que marca o panorama linguístico quinhentista. Nesta linha, *O Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ao veicular uma apologia da língua portuguesa, assume-se, conjuntamente com a sua gramática, como uma resposta concreta que visa ultrapassar essa rivalidade linguística, com privilégio, como é óbvio, para o idioma materno, a fim de possibilitar a sua afirmação no quadro de bilinguismo apontado.

Os gramáticos renascentistas das línguas vulgares usaram o método contrastivo com uma quase permanente referência à língua latina. No entanto, parece-nos abusivo considerar que as suas gramáticas sejam gramáticas

latinas. Pelo contrário, o método fundamentado na comparação linguística é utilizado para constatar aspectos comuns e específicos a cada uma das línguas consideradas (latim-português). Acresce, ainda, que o fervor patriótico da época da Renascença, que é possível apreciar nos dois gramáticos, explica a preocupação de emancipar as línguas nacionais a partir da ortografia, na ânsia de fixar os sons próprios de cada língua.

E, se é verdade que Nebrija, genericamente, considera que as letras próprias do castelhano são as que mantêm a originária pronúncia latina, Fernão de Oliveira representa um caso à parte, pois descreve um sistema fonético/fonológico, para o português, autónomo, que lhe confere, neste aspecto, na opinião autorizada de Coseriu (2000: 60), o estatuto de gramático renascentista mais original de toda a România.

Não é por acaso que os aspectos relativos à fonética e à ortografia constituem o conteúdo fulcral da primeira gramática do português, ocupando vinte e quatro dos cinquenta parágrafos que a integram, ao contrário de João de Barros, que, seguindo a tradição dos gramáticos latinos, assente no legado das *Institutiones Grammaticae* de Prisciano, dá primazia à descrição das *partes orationis*.

Na verdade, Barros apresenta a classificação das oito partes da oração de Prisciano, acrescentando o artigo que não existia em latim, e divergindo, claramente, de Nebrija, neste ponto, pois, o mestre salmantino estabelece um esquema de dez classes de palavras para o castelhano, identificando o gerúndio e o nome participial infinito como classes autónomas, e integrando a interjeição no advérbio, seguindo Dionísio da Trácia.

Barros coloca no topo da hierarquia das classes de palavras o nome e o verbo, os dois reis da linguagem, mas não explica a posição ocupada pelas outras dicções na escala hierárquica até porque não se refere explicitamente à divisão das dicções em flexionadas e não flexionadas, critério que permitiu a Prisciano estabelecer a sequência do seu sistema classificatório.

Esta sequência das partes da oração resulta igualmente distinta da apresentada por Nebrija na *Gramática Castellana*. Isto leva-nos a concluir que, se é incontornável que, em alguns passos da *Gramática da língua portuguesa*, João de Barros segue quase à risca Nebrija, nos parece igualmente irrefutável que, no que concerne à Etimologia, esta divergência resulta fundamental pois é por demais evidente que cada um dos autores enveredou por um esquema classificatório das partes da oração bem diferenciado.

Outra ilação que nos ocorre mencionar é o imperativo pedagógico que os dois gramáticos ibéricos abraçam na elaboração dos seus estudos gramaticais. No entanto, enquanto Nebrija foi capaz de unir na sua obra, com notável equilíbrio, as componentes filológica e especulativa, na *Gramática da língua portuguesa* há uma quase completa ausência de reflexão teórica que nos permita identificar as ideias do autor sobre a linguagem. Na verdade, Barros contempla apenas a componente filológica, resumindo-se o seu compêndio a um conjunto de preceitos, que não tem em linha de conta a consideração da gramática como ciência mas apenas como arte (*ars*), destinado aos meninos do Reino que têm a língua portuguesa como mãe e às pessoas dos povos conquistados que percorrem milhares de léguas para a aprenderem.

Aqui está uma possível explicação para o carácter pouco discursivo do estilo usado na descrição das partes da oração por parte de João de Barros. Aliás parece que o gramático tinha precisamente a preocupação de ser pouco exaustivo nas suas exposições, ou seja, tendo em conta aqueles a quem destina a gramática, o seu objectivo seria o de apresentar apenas os preceitos e exemplos essenciais, relativos a cada uma das classes de palavras. Isto mesmo pode verificar-se na forma repetitiva com termina diversos segmentos da sua descrição morfológica: «*estes bástem pera exemplo deles*» (Barros, 1971: 306); «*Éstas bástem por exemplo*» (Barros, 1971: 308); «*estes bástem pera exemplo*» (Barros, 1971: 311); «*ante sejamos bréve que prolixo*» (Barros, 1971: 345).

No entanto, esta intenção premeditada não pode servir para explicar incompreensíveis omissões na sistematização das partes da oração, como é o caso do participípio e da conjunção, embora esta seja tratada sumariamente na sintaxe. De qualquer forma, pese embora a justeza de algumas das críticas que permitiram identificar aspectos menos conseguidos na gramática de João de Barros, não pode deixar de referir-se a preocupação demonstrada em captar a realidade linguística e idiomática da língua por parte de um homem entregue à constante preocupação com o seu ensino, bem patente no conjunto formado pela *Gramática*, pela *Cartinha* e pelos dois *Diálogos*, e que transparece até na obra *Ásia*, que o notabilizou como historiador⁹. Além de que a gramática de João de Barros representa um significativo impulso para o desenvolvimento da perspectiva filológica do humanismo em Portugal e não podemos esquecer-

⁹ Baseando-se em diversas passagens das *Décadas*, Buescu (1971: XIII) afirma: «Afigura-se notável que, no decorrer das *Décadas*, Barros muitas vezes se «esqueça» da História para se embrenhar em reflexões gramaticais e linguísticas de muito interesse e que, num estudo sistemático e exaustivo, poderiam ser vistas como um conjunto de nótulas de uma *gramática comparativa* nascente».

-nos de que esta perspectiva irá ser dominante nos estudos linguísticos dos gramáticos vindouros, pelo menos até ao século XVIII.

3. Os gramáticos que abordámos mas também os ortógrafos portugueses renascentistas colocaram a língua portuguesa, à semelhança do que fizera Nebrija para a língua castelhana, no centro da história do homem português e da sua cultura. Colocaram todo o seu empenho em aumentar a glória e a honra do povo português ao fazerem a apologia da sua língua e em aumentarem o prestígio internacional da língua portuguesa através de um programa de acção baseado num conjunto amplo de publicações, e em exigir a tentativa de padronização, de normalização da língua. Vão utilizar *avant la lettre* parâmetros da mais moderna planificação linguística, que, hoje, a nosso ver, ainda está por fazer. Juntamente com os conquistadores e sobretudo com os missionários impõem a língua portuguesa aos povos conquistados, que falavam línguas exóticas, e usam-na como instrumento de evangelização e ao conseguiram elevá-la a língua internacional de cultura, na aceção de que os novos povos conquistados e as relações que se criaram com os povos vizinhos implicaram não só o seu uso como o seu conhecimento.

Para concluir diremos que os gramáticos portugueses do renascimento ajudaram à formação de conceitos fundamentais para a linguística moderna, factos que Coseriu, Woll e outros estudiosos valorizam mas que muitos investigadores da historiografia linguística europeia ainda não reconheceram.

Oliveira perante Nebrija:
*Uma visão da Grammatica da linguagem
portuguesa à luz da Grammatica castellana*

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

*Para a Daniela, bem presente
na elaboração deste trabalho*

1. Considerações iniciais

Numa passagem – de resto, sobejamente conhecida – do *Diálogo de la lengua* de Juan de Valdés, o autor, a propósito da acentuação no Castelhana, nega qualquer utilidade na redução da língua vulgar às regras gramaticais:

Marcio. *¿Tenéis alguna regla cierta para esto de los acentos?*

Valdés. *Ninguna tengo que salga siempre verdadera; es bien verdad que por la mayor parte los verbos que tienen el acento en la última son terceras personas o de pretérito, como amó, o de futuro, como enseñará.*

M. *¿Avéis notado alguna otra regla que pertenezca al acento?*

V. *Ninguna, porque ya sabéis que las lenguas vulgares de ninguna manera se pueden reducir a reglas de tal suerte que por ellas se puedan aprender; y siendo la castellana mezclada de tantas otras, podéis pensar si puede ninguno ser bastante a reducirla a reglas (Valdés, 1987: 153).*

Ao longo da referida obra de Valdés, não subjaz outra coisa senão, como bem sublinhou Barbolani (1987: 76), uma crítica a Antonio de Nebrija, especialmente ao *Vocabulario* e à *Grammatica castellana* (Barbolani, 1987: 78).

A editora do *Diálogo de la lengua* põe em relevo as posições em que, como pólos, se situam Nebrija e Valdés:

Para Nebrija la reducción a arte, a reglas, era el mayor honor que podía hacerse a la lengua, equiparándola al latín, considerando que había llegado a la cumbre, a su grado más alto de perfección [...].

El gran descubrimiento de Valdés es el uso, contrapuesto a arte, término que no está en los libros, sino en su experiencia [...]. Se busca ante todo la comprensión inicial: cuando «dizen algunos» o «unos dizen» se podrá discutir un término, siendo siempre el uso el criterio de aceptación o de rechazo, trátase de arcaísmos o de neologismos (Barbolani, 1987: 79-80).

As posturas do gramático andaluz e do humanista castelhano revelam-se, na Península Ibérica, elucidativas no panorama linguisticográfico quinhentista. A respeito do contexto a que se acaba de fazer referência, interessará, para os objetivos do presente trabalho, enquadrar o labor gramatical de Fernão de Oliveira, autor coevo de Juan de Valdés¹ e profundo conhecedor da gramática castelhana de Antonio de Nebrija, no contexto gramaticográfico ibérico.

No atinente às fontes castelhanas na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, vários foram os autores (Asensio, 1960: 410; Neto, 1992: 71-136; Coseriu, 2000: 33-34) que sublinharam, pese embora a original abordagem de Oliveira na fundamentação da sua obra gramatical, a pegada dos autores castelhanos na primeira gramática sobre o Português em Português, muito particularmente de Antonio de Nebrija, cuja *Grammatica castellana* Oliveira copiou parcialmente (Franco, 2000: 33-36). Nas seguintes linhas, na esteira de um trabalho anterior nosso (Ponce de León, 2006), trataremos de analisar de forma pormenorizada as divergências e as convergências entre a *Grammatica da lingoagem portuguesa* e a *Grammatica castellana*.

¹ Não dispomos, porém, de provas que demonstrem que Oliveira leu ou mesmo teve conhecimento do diálogo acima referido de Valdés.

2. Oliveira, copista da *Gramatica castellana nebrissense*

Que Fernando Oliveira era profundo conhecedor da gramática castelhana de Antonio de Nebrija fica evidenciado pelo facto de o próprio autor ter copiado parcialmente a Arte do humanista andaluz (Asensio, 1951: xlvii; Asensio, 1960: 410). A cópia, juntamente com duas outras obras – *Historia de Portugal e Columella traduzido*² –, integra um manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de França³ e intitula-se *Arte de grammatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de nebrissa compuesta*. José Eduardo Franco (2000: 34, n. 48) levou a cabo um índice dos capítulos da autoria de Fernão de Oliveira⁴.

Do confronto realizado entre o manuscrito de Oliveira e a gramática castelhana de Nebrija⁵, pode concluir-se que o gramático português não se assume apenas como um simples copista da obra nebrissense. Afóra os erros característicos decorrentes do processo da cópia – aos quais não se fará referência por serem irrelevantes para observar os critérios e a atitude de Oliveira na elaboração daquela –, o autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa* procede – em nossa opinião, de forma consciente –, em diversas passagens, à alteração – por omissão, por substituição ou por adição – do texto. Assim acontece no prólogo, do qual Oliveira omite mais de metade, precisamente aquela parte em que Nebrija começa a desenvolver o tópico da unidade do reino:

² «Estas obras [inclusive a cópia da gramática castelhana nebrissense] integravam-se, primitivamente, em manuscritos independentes, pois ainda se nota os vestígios de uma paginação anterior de carácter autónomo, paginação que convive com a numeração das páginas que foi introduzida na fase da reunião de todos estes manuscritos no códice que acabou por resistir aos desvarios do tempo» (Franco, 2000: 35).

³ Fonds Portugais, cota Ms. 12. Foi descrito por M. Alfred Morel-Fatio (1892: 249). Há microfilme do manuscrito nos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (cota AV/RS-142). Agradecemos encarecidamente ao Prof. Carlos Morais o facto de nos ter facultado fotocópia do referido microfilme.

⁴ «Note-se que nem todos os capítulos copiados são da pena ortógrafa de Fernando Oliveira» (Franco, 2000: 34).

⁵ Em tal, tivemos em conta a questão suscitada por José Eduardo Franco sobre os capítulos que não foram da autoria de Oliveira, porquanto apenas considerámos, para o cotejo, os capítulos escritos por ele e que Franco apresenta na nota acima citada. Quanto à gramática nebrissense, servimo-nos da edição ao cuidado de Miguel Ángel Esparza e Ramón Sarmiento (1992), por se tratar de um fac-símile – aspecto que falta na edição de Antonio Quilis (1989), utilizada nos seguintes apartados do estudo – com edição crítica.

Nebrija	Oliveira
<p>[...] <i>I assi crecio hasta la monarchia τ paz e que gozamos primera mente por la bondad τ prouidencia diuina: despues por la industria trabajo τ diligencia de vuestra real majestad. Enla fortuna τ buena dicha dela cual los miembros τ pedaços de españa que estauan por muchas partes derramados: se reduxeron τ aiuntaron en un cuerpo τ unidad de reino. La forma τ travazon del cual assi esta ordenada que muchos siglos iniuria τ tiempos no la podran romper ni desatar [...]</i> (Nebrija 1992[1492]: 102-105).</p>	<p>[...] <i>y assi crecio hasta la monarchia, y paz de que gozamos, primeramēte por la bondad, y prouidencia diuina, despues por la industria, trabajo, y diligencia de vra. Alta magestad enla fortuna, y buena dicha</i> (f. 275r).</p>

Não nos parece, com efeito, que a eliminação de grande parte do prólogo nebrissense seja resultado da distração do copista; pelo contrário, a lacuna textual indicada revela parte da motivação de Oliveira, que, insistimos, não se limita a realizar uma cópia, *stricto sensu*, da Arte nebrissense: no caso concreto da mutilação acima reproduzida, a atitude do gramático luso ter-se-á pautado por um sentimento nacionalista – muito provavelmente – de rejeição à unificação política da *Hespanha*.

Contudo, não julgamos que a motivação ideológica esteja presente ao longo do acto da cópia realizada por Fernão de Oliveira, nem que tal seja um elemento relevante nesta. Noutros casos, com efeito, o autor da primeira anotação sobre o Português procede a profundas alterações do texto nebrissense, chegando, em certos casos, a reestruturar capítulos da *Gramatica castellana*; é o caso dos capítulos VI – *Del metaplasmo* (Nebrija, 1992[1492]: 289-293) – e VII – *De las otras figuras* (Nebrija, 1992[1492]: 293-311) –, que finalizam o livro IV. Na cópia escrita por Oliveira, pelo contrário, a matéria gramatical respeitante aparece estruturada em quatro capítulos: *Capitulo sexto, del methaplasmo* (ff. 332v-334r); *Capitulo septimo, de la schema* (ff. 334r-335v); *Capitulo octauo, de algunas figuras* (ff. 335v-336v); *Capitulo nono, de algunos vicios⁶ propinquos a las figuras*

⁶ Na fotocópia do manuscrito que utilizámos para levar a cabo o confronto, aparece riscada ou muito pouco legível a palavra que corresponderia a ‘vicios’; seja como for, parecem-nos congruente com o sentido do enunciado e com o conteúdo do capítulo a leitura que oferece Franco (2000: 35).

(ff. 338r-339v). Na verdade, o que faz Oliveira, além de dividir o capítulo VII nebrissense em três, é reordenar a matéria gramatical integrada nele; a saber: aparecem pospostos, integrando o capítulo nono, os *uitia*, que, no capítulo sétimo da *Gramatica castellana*, se situam de forma intercalar. A reordenação pode ser sintetizada do seguinte modo:

Nebrija	Oliveira
<p><i>Capitulo .vii. Delas otras figuras:</i></p> <p><i>Prolepsis; Zeugma; Hypozeusis; Sylepsis; Apposición; Synthesis; Antiptosis; Sinechdoche; Acirologia; Cacophaton; Pleonasmio; Perissologia; Macrologia; Tautologia; Eclipsi; Tapinosis; Cacosyntheton; Amphibologia; Anadiplosis; Anaphora; Epanalepsis; Epizeusis; Paranomasia; Schesisonomaton; Paromeon; Omeoteleuton; Omeoptoton; Polyphton; Hyrmos; Polysyntheton; Dialyton; Methaphora; Catachresis; Metonymia; Antonomasia; Epitheton; Periphrasis; Hysteron proteron o hystero-logia; Anastropha; Parenthesis; Temesis; Synchesis, Alegoria; Antiphrasis; Enigma; Calepos; Carientismos.</i></p>	<p><i>Capitulo septimo, de la schema:</i></p> <p><i>Prolepsis; Zeugma; Hypozeusis; Sylepsis; Synthesis; Apposicion; Antiptosis; Synedoché.</i></p> <p><i>Capitulo octauo, de algunas figuras:</i></p> <p><i>Anadiplosis; Anaphora; Epanalepsis; Epizeusis; Paranomasia; Schesis onomaton; Paromeon; Homeoteleuton.</i></p> <p><i>Capitulo nono, de algunos vicios propinquos a las figuras:</i></p> <p><i>Acyrologia; Cacophaton; Pleonasmio; Perissologia; Macrologia; Tautologia; Eclipsis; Tapinosis; Cacosyntheton; Amphibologia.</i></p>

Para além de se verificar uma redução das figuras que integram, na proposta de Fernão de Oliveira, o capítulo oitavo, a alteração dos conteúdos relativos à construção figurada poderá explicar-se como uma tentativa do gramático português para discriminar melhor os desvios da norma linguística considerados correctos daqueles que o não são.

Noutras passagens, Oliveira procede não só a reformular a matéria, mas também a introduzir nova informação; por exemplo, no capítulo sobre o artigo:

Nebrija	Oliveira
<p><i>E por que como diximos enel capitulo passado: el pronombre se pone en lugar de nombre proprio. tan bien quitamos el articulo al uno como al otro. assi que no diremos el io. el tu. Mas por que en los pronombres derivados siempre se entiende algun nombre comun: podemos les añadir articulo. como diziendo el mio. entiendese ombre. diziendo la mia. entiendese muger. lo mio. entiendese cosa mia. Mas como dios sea comun nombre: quitamos le el articulo cuando se pone por el verdadero que es uno. τ por que la sagrada escriptura haze mencion de muchos dioses no verdaderos: usamos deste nombre como de comun: diziendo el dios de abraham. El dios delos dioses. τ entonces assi le damos articulo como lo añadiríamos a los nombres propios: cuando los ponemos por comunes. como si dixiessemos: los pedros son mas que los antonios (1992[1492]: 243).</i></p>	<p><i>Y por q̃ diximos enel capitulo passado, q̃ el pronombre se pone en lugar de nombre proprio, por tanto tambien quitamos el articulo al mismo pronombre: y por esto no dezimos, el yo, el tu. Empero, por q̃ en los pronombres dirivados siempre se entiende algun nombre commun, podemosles annadir articulo: como diziendo, el myo; la tuya, lo tuyo: en los quales se entienden nombres cōmunes, como el my dinero, la tu hazienda, las sus cosas. Es tambien de notar, q̃ este nōbre dios algunas vezes recibe artigo, y otras no: la razon es, que el no es nombre proprio, por quãto a dios verdadero no hay nombre q̃ se le pueda apropiari: mas por q̃ huuo, y aun hay muchos falsos, q̃ se llamaron dioses, quando les applican este nōbre hazesse cōmun, y damosle articulo y mas numero plural: mas quando por el significamos a dios verdadero, ny tiene plural, por q̃ es uno solo, ni recibe articulo, por q̃ es entonces como nombre proprio: y ansi dezimos, dios es criador, dios hizo el hombre: mas quando dezimos, el dios del cielo, el dios eterno, aquella partezilla no es entonces articulo, si no pronombre demōstratiuo, q̃ demuestra, y distingue la cosa, y no el genero: digo q̃ distingue, y declara, qual es aquel dios, de que hablamos, y no demuestra solamēte el genero daquel nombre, q̃ es solamente el officio del artigo (ff. 319v-320r).</i></p>

No fragmento reproduzido, estamos perante a introdução de novas propostas gramaticais não existentes no passo correspondente da *Grammatica castellana* – a interpretação da forma ‘el’, anteposta a ‘dios’, não como artigo, mas como pronome –. Tal poderá dar-nos uma ideia da motivação de Oliveira para fazer a cópia da gramática nebrissense; a saber: aproveitar a matéria desenvolvida por Nebrija, introduzindo – quando julga oportuno – informação nova, a fim de a aplicar a um projecto de gramática portuguesa que não parece ter sido concretizado. Segundo a nossa interpretação, portanto, os apontamentos nebrissenses não terão servido a Oliveira para a realização da *Grammatica da lingoagem portuguesa*; seriam destinados para outra obra de maior extensão de que se nos informa em diversas passagens daquela que é a primeira anotação do Português⁷.

3. Motivações para a redacção da *Grammatica da lingoagem portuguesa*

Eugenio Asensio (1960: 408-410) pôs em relevo – em nosso entender, de forma acertada⁸ – que a ideia que Oliveira desenvolve, ao longo da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, sobre o Português como língua de prestígio e como veículo da cultura de uma nação e da evangelização dos povos bárbaros, é tomada do prólogo da gramática castelhana nebrissense, mas, por sua vez, reformulada por Oliveira. Antonio Quilis (1989: 90-92) enumera cinco pontos que se correspondem com as motivações para a redacção da *Grammatica castellana*:

1. Utilidad de la obra [...].
2. La lengua compañera del imperio [...].
3. La lengua al servicio de la unidad de la nación [...].

⁷ Note-se que não é seguro que a cópia seja anterior à redacção da *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Seja como for, concordamos com José Eduardo Franco ao sublinhar o profundo conhecimento de Oliveira sobre as abordagens gramaticais de Nebrija: «Nenhuma destas obras inclui qualquer indício que nos permita arriscar uma situação cronológica rigorosa da altura da sua composição. De qualquer modo, pensamos que o conhecimento e aprofundamento, por Oliveira, da *Gramática* de António de Nebrija, editada em Salamanca em 1492 e considerada como o primeiro ensaio de codificação gramatical da línguas modernas conhecido, dever ter influenciado o trabalho gramatical de Oliveira, publicado em 1536» (Franco, 2000: 35).

⁸ Não concordamos, porém, com a atitude pejorativa – como bem sublinhou Rodríguez (2005: 602) – que transparece das palavras deste investigador ao referir-se a Oliveira.

4. Fijar el uso del español, estabilizar la lengua vulgar de España, para que evitando posteriores cambios y variaciones pueda servir a la unidad nacional [...].

5. La lengua debe ser el vehículo fiel de transmisión a la posteridad de las hazañas y glorias culturales (Quilis, 1989: 90-92).

Com efeito, pode verificar-se que o *programa* contido no prólogo nebrissense, a que se refere Antonio Quilis, aparece na gramática de Oliveira. No que se refere à utilidade da composição de uma arte sobre o vernáculo, esta ideia parece-nos estar presente no prólogo dedicado a D. Fernando Dalmada, no qual o autor se refere à sua gramática como:

A notação em alghūas cousas do falar. Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensinar aos q̃ mayns sabem: mas notarey o seu bo costume para q̃ outros muitos aprendão τ saybão quanto prima e a natureza dos nossos homēs porq̃ ella por sua vōtade busca τ tem de seu a perfeção da arte q̃ outras nações aquirem com muyto trabalho (2000[1536]: 243).

No passo reproduzido, Oliveira parece enunciar os potenciais destinatários – «outros muitos» – por contraposição ao povo português, designado no fragmento pela sequência «nossos homēs». Se a nossa leitura for acertada, uma das motivações principais seria então a aprendizagem da língua portuguesa por parte daquelas pessoas que não a tivessem como língua materna, particularmente as populações das terras descobertas pelos portugueses, motivo este que já figura no prólogo da gramática castelhana nebrissense⁹ e que, na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, aparece desenvolvido no fim do capítulo quinto:

[...] apliquemos – defende Oliveira – nosso trabalho a nossa lingua τ gente τ ficara com mayor eternidade a memoria delle: τ nam trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com bōas doutrinas q̃ a possamos ensinar a muytas outras gentes τ sempre seremos dellas louuados τ amados porq̃

⁹ «Cuando en Salamanca di la muestra de aquesta obra a vuestra real Majestad, τ me preguntó que para qué podía aprovechar, el mui reverendo padre Obispo de Ávila me arrebató la respuesta; τ, respondiéndome por mí, dixo que después que vuestra Alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos bárbaros τ naciones de peregrinas lenguas, τ con el vencimiento aquellos ternían necesidad de recibir las leyes quel vencedor pone al vencido, τ con ellas nuestra lengua, entonces por esta mi *Arte*, podrían venir en el conocimiento della, como agora nos otros deprendemos el arte de la gramática latina para deprender el latín» (Nebrija, 1989[1492]: 113-114).

a semelhança e causa do amor τ mays em as linguas. E ao contrayro vemos em Africa, Guine, Brasil τ India não amarẽ muyto os Portugueses q̃ antreelles naçem so polla diferença da lingua: τ os de la nacidos querẽ bem aos seus portugueses τ chamanlhes seus porq̃ falão assi como elles.

Agora ja poys notemos o falar dos nossos homẽs τ da hi ajuntaremos preçeitos pera aprenderem os q̃ vierem τ tambem os ausentes (2000[1536]: 250).

Nesta passagem, podem ser detectados pontos de convergência com aspectos já aludidos do prólogo de Nebrija e referenciados por Quilis – se bem que também, convém sublinhá-lo, se registem certos pormenores, na motivação de Fernão de Oliveira, divergentes, ou pelo menos não coincidentes, com o propósito de Nebrija –; assim, o facto de ser a língua o veículo essencial da memória de um povo¹⁰ e a defesa que faz Nebrija do Castelhana como «*lingua compañera del imperio*»¹¹, aparece – devidamente reformulado – na gramática de Oliveira, no passo reproduzido e noutros – muito bem conhecidos pelos investigadores da história da linguística portuguesa – como o seguinte:

O estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes τ esses estudos fazẽ mais durar a gloria da terra em q̃ florecem. Porque Greçia τ Roma so

¹⁰ Atente-se também no seguinte passo, no qual Oliveira defende a pureza da língua portuguesa – perante o Castelhana –, enquanto veículo essencial da memória: «*Ja confessamos ser verdade o q̃ diz Marco varrão nos liuros da Etymologia q̃ se mudão as vozes τ com ellas e tambem neçessario q̃ se muem as letras: mas não com tão pouco respeito como agora alghũns fazẽ: os q̃es como chegão a Toledo: logo se não lêbrão de sua terra a q̃ muito deuem. E em vez de apurarẽ sua lingoa corrompẽna com emprestillos: nos quaes não podem ser perfeitos. Tenhamos poys muito resguardo nesta parte: porq̃ a lingua τ escritura e fiel tisoureyra do bem de nossa soçessão τ são diz Quintiliano as letras para êtregar aos que vierem as cousas passadas*» (Oliveira, 2000[1536]: 251). No que toca ao passo reproduzido, José António Neto sublinha que «*there is in Oliveira a marked preoccupation in the safeguarding of the language against all kinds of foreign influence and more specifically against the classical tradition; nothing of the kind is found in Nebrija's work*» (Neto, 1992: 79). Apesar da afirmação de Neto, pensamos que Oliveira reformula a noção da língua como elemento coesor da unidade nacional que aparece na gramática castelhana de Nebrija – e, portanto, serve-se dela –.

¹¹ É, de resto, o argumento que inicia o prólogo da *Gramatica castellana*: «*Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación τ memoria quedaron escriptas, una cosa hállo τ sáco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; τ de tal manera lo siguió, que junta mente començaron, crecieron τ florecieron, τ después junta fue la caída de entrambos*» (Nebrija, 1989[1492]: 109); ou mais abaixo: «*Lo que diximos de la lengua ebraica, griega τ latina, podemos mui más claramente mostrar en la castellana: que tuvo su niñez en el tiempo de los juezes τ reies de Castilla τ de León, τ començó a mostrar sus fuerças en tiempo del mui esclarecido τ digno de toda la eternidad el Rei don Alonso el Sabio [...]; [...] se estendió después hasta Aragón τ Navarra, τ de allí a Italia [...]. I assi creció hasta la monarchía τ paz de que gozamos [...]*» (Nebrija, 1989[1492]: 112).

por isto ainda viuẽ; porq̃ quando senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: τ em ellas escreuião muytas boas doutrinas τ não somẽte o que entendião escreuião nellas: mas tambem trasladauam parellas todo o bo que lião em outras. E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender τ apurar o seu esqueçendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo τ somos senhores porque milhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia τ preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua, τ não a lingua os homẽs (Oliveira, 2000[1536]: 247).

Vemos, com efeito, que Oliveira, como Nebrija a propósito do Castelhana, parece identificar, no mesmo plano, as civilizações grega e romana – e as suas respectivas línguas – com a lusitana e a sua língua, no quadro da expansão do reino português por América, África e Ásia. Seja como for, Oliveira vai – a partir da argumentação que, em nossa opinião, toma de Nebrija – mais longe, porquanto o que o humanista andaluz denomina de «caida de entrambos [império e língua]» deverá implicar inevitavelmente, no caso do povo português, a preeminência do Português sobre o Latim e o Grego. No que diz respeito à finalidade normativa subjacente à redacção de uma Arte gramatical, Oliveira tem perfeita consciência de que a elaboração de uma gramática devia ter repercussões no modo de falar – especialmente no caso da *Grammatica da lingoagem portuguesa* – ou de dizer dos portugueses; atente-se, a modo de exemplo, ao seguinte passo:

O propria [sic] de cada letra entendemos a particular pronunciação de cada hũa: τ o comũ chamamos aquela parte da pronunciação τ força em que se hũa parece cõ a outra. E isto nos manda quintiliano bem ver: porq̃ nisto cõsiste o saber ler: τ mais q̃ saber ler: τ he verdade q̃ se não teueramos çerta ley no pronũciar das letras não pode auer çerteza de preçeitos: nem arte na lingua: τ cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia: mas tâbẽ nos sinificados das vozes [...]: τ não imitemos os desuaios de tantas confusões q̃ assi lhe q̃ro chamar d'letras como se acostumão: mas sigamos hũa çerta regra d'screuer, τ a mais fácil (Oliveira, 2000[1536]: 255-256).

No que toca à consideração da língua como um dos elementos basilares na coesão nacional, muito provavelmente este motivo seja tomado também do

prólogo nebrissense¹², se bem que devidamente reformulado para o contexto português:

[...] *assi e verdade que os gregos com os latinos: τ os ebraycos cõ os arabigos: τ nos com os castellanos q̃ somos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes τ letras: τ cõ tudo não tanto q̃ não fique algũa particularidade a cada hũ por si hũa so voz τ com as mesmas letras e a nos τ aos castelhanos guerra τ papel: τ no pronunçiar quẽ não sintira a diferença q̃ temos porq̃ elles escondẽse τ nos abrimos mais a boca: τ quasi podemos dizer q̃ o que da a entender horaçio na arte poetica dos gregos τ latinos temos antres nos τ os castellanos: porq̃ a elles deu a natureza afeyçoar o que querem dizer: τ nos fallamos boquicheos com mays magestade τ firmeza (Oliveira, 2000[1536]: 252).*

A noção, invocada pelo humanista andaluz, da língua como factor essencial para o fortalecimento da unidade nacional, resultado da integração dos povos hispânicos, é habilmente transformada na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, porquanto, no discurso de Oliveira, o tópico se desenvolve não a partir da agregação de nações, como no caso de Nebrija, mas pelo reforço, por meio das divergências linguísticas, das diferenças entre os povos português e castelhano. No passo que acabamos de reproduzir, a dicotomia português / castelhano aparece enfatizada pela menção – dicotómica também –, de povos com forte identidade diferenciadora em termos culturais, políticos e linguísticos: latinos / gregos; hebraicos / árabes. É preciso notar, a respeito disto, que, na estratégia argumentativa de Oliveira, a identificação dos latinos com os portugueses e dos gregos com os castelhanos surge noutra ocasião no tratado gramatical; assim acontece, ao abordar, no capítulo dedicado à sílaba, os ditongos nasais e mais concretamente o til:

¹² «[...] por la industria, trabajo τ diligencia de vuestra real Majestad; en la fortuna τ buena dicha de la cual, los miembros τ pedaços de España, que estavan por muchas partes derramados, se reduxeron τ aiuntaron en un cuerpo τ unidad de Reino, la forma τ travazón del cual, assi está ordenada, que muchos siglos, injuria τ tiempos no la podrán romper ni desatar. Assi que, después de repurgada la cristiana religión, por la cual somos amigos de Dios, o reconciliados con Él; después de los enemigos de nuestra fe vencidos por guerra τ fuerça de armas, de donde los nuestros recibían tantos daños τ temían mucho maiores; despues de la justicia τ essecución de las leies que nos aiuntan τ hazen bivar igual mente en esta gran compañía, que llamamos reino τ república de Castilla; no queda ia otra cosa sino que florezcan las artes de la paz. Entre las primeras, es aquélla que nos enseña la lengua, la cual nos aparta de todos los otros animales τ es propria del ombre, τ en orden, la primera después de la contemplación, que es oficio proprio del entendimiento» (Nebrija, 1989[1492]: 112).

[...] *q̃remos aqui repetir q̃nto e neçessaria esta letra ou sinal til pera os ditōgos porq̃ se em çidadaõ τ escriuião τ outros desta voz τ outras escreuemos .m. ou .n. no meyo dira vilamo ou vilano: τ se no cabo fica sobre a letras o somēte q̃ e a derradeira: τ se fosse .m. morderia a voz τ apertalia antros beyços: τ o .n. não e nosso porq̃ a nossa lĩgua e mui chea τ .n. corta muito: somos contrairos aesta letre [sic] .n. como diz quintiliano dos latinos: τ e propria aos castelhanos como elle diz dos gregos (Oliveira, 2000[1536]: 266-267).*

De resto, o argumento da língua como componente unificador de uma nação – como é, com efeito, o Português a respeito do povo lusitano, por contraposição ao Castelhana como elemento coesor das terras que integram o reino de Castela – aparece, em certas passagens da obra, despojado do símile que acaba de ser referido (latinos = portugueses / gregos = castelhanos), a propósito de certas questões concretas, como é o caso do artigo:

Aqui quero lēbrar como em Portugal temos hũa cousa alhea τ com grande disonãcia onde menos se deuia fazer: aqual e esta. que a este nome rey damoslhe artigo castelhano chamando lhe el rey: não lhe hauíamos de chamar se nã: o rey: posto q̃ alghũs doçes dorelhas estranharão este meu parecer: se não quiserẽ bem olhar quanto nele vay: τ cõ tudo isto abasta para ser a minha melhor musica que ha destes: porque o nosso rey τ senhor pois tem terra τ mando: tenha tambem nome proprio τ destinto por si: τ a sua gente tenha fala ou linguagem não mal mesturada mas bem apartada: para que seja o rey mais nosso dizer que el rey: ajuda me muito o natural da nossa lĩgua o qual imitão os castelhanos quando nos querem arremedar dizēdo. Mãda o rey de portugal. τ não dizē mãda el rey de portugal: q̃ a elles era mais proprio dizer mas isto fazem cuidãdo q̃ assi falão mais protugues: τ de feito não se enganão (Oliveira, 2000[1536]: 303-304).

Fernando Oliveira parece ter plena consciência do papel desempenhado pela língua como elemento coesor da nação e das potenciais ameaças que advêm da expansão linguística do reino vizinho. O autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa* toma em consideração, em suma, motivos argumentativos do Nebrissense, adaptando-os ao contexto linguístico e geo-político português¹³.

¹³ Por esta razão, pensamos que aquela que M. Leonor Carvalhão Buescu designou de terceira fase da «questão da língua» em Portugal (Buescu, 1983: 234-235; Buescu, 1984: 133-135), em que a língua portuguesa se situa de forma clara e frontal perante o Castelhana, já aparece explícita e recorrentemente na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, facto que a citada investigadora parece ter mitigado.

4. Em torno da ortoépia e dos capítulos sobre questões léxicas

Num dos passos melhor conhecidos da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, que integra o capítulo sobre as letras, Oliveira introduz a única referência – bastante crítica – a Antonio de Nebrija:

Diz Antonio de nebrissa q̃ temos na espanha somēte as letras latinas: mas porq̃ e verdade q̃ são tantas τ taes as letras como as as [sic] vozes: nos diremos q̃ de nos aos latinos ha hi muita diferēça nas letras: porq̃ també a temos nas vozes: τ não he muyto poys somos bẽ apartados em tempos τ terras: τ não somēte isto: mas hũa mesma nação τ gente de hũ tempo a outro muda as vozes τ també as letras. Porq̃ doutra maneira pronunçiauão os nossos antigos este verbo tanger: τ doutra a pronunçiamos nos: τ os latinos não podem q̃ a mesma letras era .c. quando tinha sempre hũa so força com todas'as vogces [sic]: como diz Quintiliano. E agora quando a cada vogal quasi muda sua voz: não diremos logo que temos as mesmas letras: nem tantas como os latinos: mas temos tâtas figuras comelles: τ quasi as mesmas ou imitação dellas. E com tudo nam deixa dauer falta nesta parte porq̃ as nossas vozes requerem q̃ tenhamos trinta τ duas: ou trinta τ tres letras: como se mostrara a diante (Oliveira, 2000[1536]: 251)¹⁴.

Que Oliveira se mostre crítico com Antonio de Nebrija, num contexto linguístico-cultural de reivindicação da língua pátria perante o Latim e – segundo se teve ocasião de ver – perante o Castelhana, não deve admirar, porquanto pretende de forma pormenorizada descrever a pronúncia do Português e, desta forma, ressaltar as divergências com o Castelhana; seja como for, a leitura crítica é – ou deve ser – resultado de uma leitura atenta, que é o que levou a cabo Fernão de Oliveira a propósito da *Grammatica castellana*. Neste sentido, José Antônio Neto realçou as semelhanças, entre outras muitas, no que toca à definição de ‘letra’:

¹⁴ Talvez o autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, na redacção do fragmento reproduzido, tivesse em mente o seguinte passo da gramática castelhana nebrissense: «Lo que diximos en el capítulo passado de las letras latinas, podemos dezir en nuestra lengua: que de veinte τ tres figuras de letras que tenemos prestadas del latín para escribir el castellano, sola mente nos sirven por sí mesmas estas doce: a, b, d, e, f, m, o, p, r, s, t, z; por sí mesmas τ por otras, estas seis: c, g, i, l, n, u; por otras τ no por sí mesmas estas cinco: h, q, k, x, y» (Nebrija, 1989[1492]: 128). Também muito provavelmente, a referência que faz a Quintiliano tenha sido tomada não directamente do autor latino, mas do próprio Nebrija, que afirma que «de la k ninguno duda sino que es muerta; en cuio lugar, como dize Quintiliano, sucedió la c, la cual igual mente traspassa su fuerça a todas las vocales que se siguen» (Nebrija, 1989[1492]: 128).

Oliveira defines “letra” as being “figura de voz” [...], while Nebrija’s definition is “no es otra cosa la letra sino figura por la cual se representa la boz”¹⁵ [...]. Oliveira’s definition seems very similar to Nebrija’s although the latter’s is more complete, with a better explanation (Neto, 1992: 76-77).

Embora o autor não tire conclusões sobre este facto, a aproximação metalinguística entre as duas definições muito provavelmente se deva a uma leitura atenta, por parte de Oliveira, da gramática castelhana de Nebrija.

De resto, no que toca a questões de prosódia, José Antônio Neto (1992: 70-102) põe em relevo as concordâncias – e também as discordâncias – entre as definições e os critérios de classificação registados na *Grammatica da lingoagem portuguesa* e aqueles que aparecem na gramática castelhana de Nebrija, ao ponto de indicar também os exemplos, a propósito de certos factos de língua, que Oliveira poderá ter tomado de Nebrija¹⁶; em certos casos, porém, não parece haver grandes afinidades entre as propostas de ambos os gramáticos, como é o caso da definição de ditongo, acerca da qual, segundo Neto, «Oliveira proceeds with the definition of the diphthong wich is similar to Nebrija’s» (Neto, 1992: 90)... Não obstante, em nosso entender, os critérios de definição, a propósito do ditongo, serem «pouco semelhantes», segundo se pode observar do seguinte confronto:

Nebrija	Oliveira
<p><i>Diphthongo llaman los griegos cuando en una silaba se arrebatan dos vocales. τ llamasse asi por que como quiera que sea una silaba: haze enella dos heridas. I aunque según Quintiliano nunca en una silaba se pueden cuajar mas de dos vocales; en nuestra lengua ai algunas diciones en que se pueden coger tres vocales en cinco maneras, enla primera .iai. como diciendo aiais. vaiais. espaciais. [...]. Assi que sera proprio de nuestra lengua: lo cual otra ninguna tiene: que en una silaba se pueden cuajar tres vocales (Nebrija, 1992[1492]: 149).</i></p>	<p><i>Ditōgo dizer tambē ser dição grega τ q̄r dizer ou sinifica τ diz dobrado sō: aueis dētendenr ē hũa voz cō hũ so spirito ou e sillaba na ql são duas vogaes porq̄ isto q̄remos da syllaba q̄ seião ē ella todas as letras q̄ teuer vnidas cō hũ so espirito τ destes temos muitos na nossa lingua: mais cuido eu q̄ em qualq̄r outra pode auer ao menos das q̄ eu conheço. τ esta he hũa das particularides da nossa propria armonia (Oliveira, 2000[1536]: 266).</i></p>

¹⁵ Neto não apresenta a definição completa em Nebrija, que é a seguinte: «no es otra cosa la letra, sino figura por la cual se representa la boz τ pronunciación» (Nebrija, 1989: 128).

¹⁶ Por exemplo, no apartado relativo à sílaba: «Some of Nebrija’s examples also appear in Oliveira: e. g., “drago”, “franco”» (Neto, 1992: 92).

Seja como for, uma característica comum a ambas as propostas – não abordada na dissertação de doutoramento de José Antônio Neto – é constituída pela presença da estratégia argumentativa da invocação da exclusividade de certas características da língua correspondente, certificando, desta forma, a singularidade e a autonomia a respeito das restantes línguas – especialmente do Castelhana.

É claro, contudo, que podem ser detectadas marcadas divergências entre ambas as obras, na medida em que, como afirma Eugénio Coseriu (2000:31):

O impulso para a descrição do português [na Grammatica da lingoagem portuguesa] veio certamente da gramática espanhola de António de Nebrija, publicada quarenta e oito anos antes [...]. Isto, porém, não diminui a sua originalidade, pois ele não segue Nebrija como um simples imitador, como na maioria das vezes o fez João de Barros.

Não obstante não ser, com efeito, «um simples imitador» da obra gramatical do humanista andaluz, parece-nos, por outro lado, um facto evidente e incontestável que Oliveira é, como já o sublinhou José Antônio Neto, um profundo conhecedor – e copista, *stricto sensu*, como foi abordado no apartado 2 – da *Gramatica castellana*.

No atinente aos capítulos léxicos da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, José Antônio Neto (1992: 103) sublinha o facto de a definição de dicção oferecida por Nebrija ser mais «simples» do que aquela que apresenta Oliveira:

Nebrija	Oliveira
<p>[...] el tercero libro de la Gramática, que es de la dición, a la cual [...] responde la Etimología. Dición se llama así, por que se dice; como si más clara mente la quisiésemos llamar palabra; pues la palabra no es otra cosa sino parte de la oración (Nebrija, 1989[1492]: 175).</p>	<p>Dição vocabolo: ou palaura: tudo q̃r dizer hũa cousa: τ podemos assi dar sua defijnã. Palaura e voz que senifica cousa ou auto ou modo: cousa como artigo τ nome auto como verbo modo como qualq̃r outra parte da oração (Oliveira, 2000[1536]: 279).</p>

Não obstante o investigador pôr em relevo pontuais semelhanças – por exemplo, a definição das «dições juntas ou compostas» (Neto, 1992: 107) –, na verdade, realça, em termos gerais, as dessemelhanças entre as propostas de ambos os gramáticos; é o caso da metalinguagem de que se serve Oliveira para apresentar a tipologia da palavra¹⁷ (Neto, 1992: 103-104). Não deve admirar este afastamento, na medida em que o gramático português desenvolve com especial pormenor a classificação lexicológica (Oliveira, 1536: ff. [20r-31r]), por forma a fortalecer, em nossa opinião, o seu programa ideológico (linguístico-nacional)¹⁸; Nebrija, por seu turno, aborda esta questão de maneira, por assim dizer, propedêutica, no sentido de esclarecer o significado de dicção ou palavra, para passar, logo a seguir, a descrever as partes da oração.

5. Os capítulos morfossintáticos

No que toca aos capítulos que integram os breves apontamentos sobre a morfologia e a sintaxe do Português, é mister sublinhar que a proposta de Oliveira, se comparada com a de Nebrija, implica uma redução da descrição quanto à matéria morfológica, porquanto não são abordadas classes de palavra

¹⁷ «[...] as dições cuja etimologia aq buscamos ou são nossas proprias [...] ou alheas [...]: ou comũs [...]: τ cada hũa destas ou são apartadas [...] ou juntas [...]. ou são velhas [...] ou novas [...]. ou usadas [...]. Ou tabẽ sao proprias [...] ou mudadas [...] ou são premeiras [...]: ou tiradas» (Oliveira, 1536: f. [20r]).

¹⁸ Tal se torna explícito na defesa que faz Oliveira das «nossas dições», sublinhando a antiguidade das palavras propriamente portuguesas, anteriores inclusive àquelas que entraram com a língua latina: «Poys se alguem me dixer q̄ podemos dizer como temos muytos vocabolos latinos τ que isto alcanção os homens doutos q̄ sabem lingua latina [...]. E não so latinos mas gregos arabigos castelhanos.franceses: τ toda q̄nta outra immundiçia poderem ajuntar. Preguutarlhey [sic] então que nos fica a nos? ou se temos de nosso alghũa cousa? τ os nossos homens pois são mais antigos q̄ os latinos nessa conuersação q̄ teuerão cõ os latinos: porq̄ tãbem não ensinarião? porq̄ serião em tudo τ sempre ensinados? eu não quero ter tam bayxo espirito τ cuidar q̄ deuo tudo: mas sempre afirmarey q̄ poys Quintiliano no primeyro liuro confessa q̄ os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo lhos seus faltauão que tãbẽ da nossa lígua tomarão alghũs como nos tomamos da sua» (Oliveira, 2000[1536]: 281). Não parece haver dúvidas de que à referida afirmação subjaz a defesa do Português como língua, por assim dizer, primitiva no contexto ibérico, talvez como uma das 72 línguas originadas a partir da confusão babélica. Não fazemos, em todo o caso, uma apreciação negativa – contagiada pela nossa consciência linguística moderna – da proposta de Oliveira – como fez, com efeito, Eugénio Coseriu: «[...] Oliveira é, como acontece também com outros gramáticos sincronistas, um mau etimologista, e as suas ideias sobre a história da língua são, na maioria das vezes, ingénuas ou erradas» (2000: 32) –. Enquadrado no contexto histórico, linguístico e cultural, Oliveira não faz senão dignificar a sua língua nacional por via do argumento da língua primitiva – anterior às outras –, tal como, aliás, certos autores tinham defendido na Península Ibérica, para o Basco (Etxebarria, 1999: 260-269) e para o Castelhana (Banher, 1966: 101-117; Binotti, 1995).

habitualmente descritas nas gramáticas renascentistas das línguas vulgares, como o particípio, o advérbio ou a interjeição, diferentemente da *Gramatica castellana*, que estabelece dez partes da oração: «[...] serán por todas, diez partes de la oración en el castellano: nombre, pronombre, artículo, verbo, participio, gerundio, nombre participial infinito, preposición, adverbio, conjunción» (1989[1492]: 175); por outro lado, a ordenação dos capítulos morfológicos diverge daquela que é apresentada na Arte castelhana do humanista andaluz. Oliveira inicia a exposição sobre as partes da oração com o artigo, para continuar com o nome, o verbo e a conjunção; por sua vez, Nebrija, na esteira da gramática latina renascentista, começa a matéria morfológica com uma pormenorizada descrição sobre o nome (1989[1492]: 176-191). De facto, como indica José Antônio Neto a propósito da descrição do artigo na gramática de Oliveira (1992: 122), este autor não apresenta definições sobre as diferentes classes de palavra, limitando-se apenas a caracterizar certos traços delas. Veja-se, a respeito das partes da oração, a informação apresentada na *Grammatica da lingoagem portuguesa* com a correspondente da *Gramatica castellana*:

	Oliveira	Nebrija
Nome	<i>Os nomes se declinão em generos como moço.moça. τ em numeros como .moço τ moços. moça τ moças (2000[1536]: 304).</i>	<i>Nombre es una de las diez partes de la oración, que se declina por casos, sin tiempos, τ significa cuerpo o cosa (1989[1492]: 176).</i>
Substantivo e Adjectivo	<hr/> <i>[Os nomes ajetivos τ denotativos não tẽ certo genero por si (2000[1536]: 306).]</i>	<i>Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo; substantivo se llama por que está por sí mesmo, τ no se arrima a otro ninguno (1989[1492]: 177).</i>
Pronome	<hr/> <i>[Contudo nos tambẽ temos casos em três pronomes: os quaes são. eu. me. mi. tu. . te. ti. se. si (2000[1536]: 311).]</i>	<i>Pronombre es una de las diez partes de la oración, la cual se declina por casos, τ tiene personas determina-das. E llámase pronombre, por que se pone en lugar de nombre proprio (1989[1492]: 192).</i>

<p>Artigo</p>	<p>Os artigos na nossa língua diuersificação ou varião a forma desua voz em generos: numeros τ casos. em generos como .o. τ .a. τ ã numeros como .os. τ .as τ em casos como o. do. ω. o. α. da. a. α.: os. dos. ω. os. as. das. as. as (2000[1536]: 301-302).</p> <p>Este [concerto] he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declarão nelles tudo o que os casos Latinos τ antros Gregos os casos τ artigos juntamente (2000[1536]: 310-311).</p>	<p>[...] [Os artigos] añadimos al nombre para demostrar de qué género es (1989[1492]: 194).</p>
<p>Verbo</p>	<p>Avendo de falar da analogia dos verbos não dizemos que cousa e verbo nã quantos generos de verbos temos: porque não e desta parte a tal accupação: mas so mostraremos como são diuersas as vozes desses verbos em generos: cõgjuções. modos. tẽpos. numeros. τ pessoas. τ tambẽ com em cada genero. cõjugação. modo. τ tempo. numero τ pessoa desses verbos se proporcionão esas vozes τ medẽ hũas por outras (2000[1536]: 311).</p>	<p>Verbo es una de las diez partes de la oración, el cual se declina por modos τ tiempos, sin casos. E llámase verbo, que en castellano quiere dezir palabra, no por que las otras partes no lo sean palabras, mas por que las otras sin ésta no hazen sentencia alguna, ésta, por ezcelencia, llamóse palabra (1989[1492]: 196).</p>

Participio	<p>_____</p> <p>[Tãbê tẽ os nossos verbos gerũdios como sendo: amando: fazendo. τ participios como lido.amado: regido: lẽnte: regente: perseuerãte (2000[1536]: 313).]</p>	<p>Participio es una de las diez partes de la oración, que significa hazer τ padecer en tiempo como verbo, τ tiene casos como nombre; τ de aquí se llamó participio, por que toma parte del nombre τ parte del verbo (1989[1492]: 203).</p>
Gerúndio		<p>Gerundio en el castellano es una de las diez partes de la oración, la cual vale tanto como el presente de infinitivo del verbo de donde viene, τ esta preposición en (1989[1492]: 201).</p> <p>_____</p>
Nombre participial infinito ¹⁹		<p>Una otra parte de la oración tiene nuestra lengua, la cual no se puede reduzir a ninguna de las otras nueve, τ menos la tiene el griego, latín, ebraico τ arávigo. E por que aún entre nos otros no tiene nombre, osemos la llamar nombre participial infinito: nombre, por que significa substancia τ no tiene tiempos; participial , por que es semejante al participio del tiempo passado; infinito, por que no tiene géneros, ni números, ni casos, ni personas determinadas (1989[1492]: 205).</p> <p>_____</p>

¹⁹ O nombre participial infinito é, segundo afirma Antonio Quilis, «una creación de Nebrija para explicar la forma perifrástica auxiliar con *haber*; por eso, según Nebrija, la mujer no dirá *io e amada*, sino *io e amado*, ni se dirá: *Un grande tropel de cosas las cuales has hechas, sino las cuales has hecho*» (1989: 40).

Preposição		<i>Preposición es una de las diez partes de la oración, la cual se pone delante de las otras, por aiuntamiento, o por composición (1989[1492]: 207).</i>
Advérbio	_____	<i>Adverbio es una de las diez partes de la oración, la cual, añadida al verbo, hinche, o mengua, o muda la significación de aquél (1989[1492]: 209)²⁰.</i>
Conjunção	_____	<i>Conjunción es una de las diez partes de la oración, la cual aiunta τ ordena alguna sentencia (1989[1492]: 211).</i>

Do confronto apresentado, verifica-se que o objectivo de Oliveira não é senão caracterizar as partes da oração, por assim dizer, nucleares – o substantivo e as partes relacionadas com ele: o artigo e o pronome, e o verbo – para constituir a oração. De resto, já vimos, no passo reproduzido sobre o verbo, que Oliveira torna explícita a sua recusa em definir as classes de palavra «porque não e desta parte a tal accupação»; um comentário semelhante aparece no início do capítulo XLIII, dedicado ao artigo: «nam dizemos ainda agora neste lugar nê livro que cousa he artigo: nem tampouco mostramos q̄l oficio tem: porq̄ aqui não falamos se não das formas ou figuras das vozes ou dições (2000[1536]: 301). A abordagem «formal» de Oliveira talvez deva ser relacionada com uma análise dos factos de língua numa perspectiva sintagmática; assim parece acontecer, por exemplo, no desenvolvimento da matéria sobre os artigos, a respeito dos quais se realçam sobretudo as propriedades sintácticas, enquanto índices casuais que materializam as funções oracionais (Oliveira, 2000[1536]:

²⁰ Por sua vez, a interjeição é integrada, no plano gramatical de Nebrija, no advérbio: «Los latinos [...] pusieron la interjección por parte de la oración, distinta de las otras; pero nos otros, a imitación de los griegos, contamos la con los adverbios. Assí, que será interjección una de las significaciones del adverbio, la cual significa alguna pasión del ánima, con boz indeterminada (Nebrija, 1989[1492]: 210).

302-303). O caso de Nebrija é, pelo contrário, bem diferente, porquanto a abordagem se situa no plano predominantemente paradigmático²¹.

No que se refere à sintaxe, não se pode dizer com certeza que Oliveira se baseie na gramática castelhana de Nebrija:

	Oliveira	Nebrija
Sintaxe	<i>Agora vejamos da cõposição ou conçerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ antre si como em qualq̃r outra lingua: τ esta he a derradeira parte desta obra: a qual os grãmaticos chamão cõstruição (2000[1536]: 313).</i>	<i>En el libro passado diximos apartada mente de cada una de las diez partes de la oración. Agora, en este libro cuarto, diremos cómo estas diez partes se an de aiuntar τ concertar entre si. La cual consideración, como diximos en el comienço de aquesta obra, los griegos llamaron syntaxis; nos otros podemos dezir orden o aiuntamiento de partes (1989[1492]: 215).</i>

No entanto, Oliveira utiliza, na definição, um termo que já aparece em Nebrija ('conçerto' / 'concertar'). Por outro lado, o gramático português parece indicar que as regras sintáticas estão presentes em todas as línguas... Talvez esta afirmação tenha sido inspirada na reflexão que o humanista andaluz leva a cabo no fim do capítulo I do livro IV, no sentido de as regras sintáticas serem inerentes a qualquer língua:

Este concierto de las partes de la oración entre sí es natural a todas las naciones que hablan, porque todos conciertan el adjetivo con el sustantivo, τ el nominativo con el verbo, τ el relativo con el antecedente; mas, assí como aquestos preceptos son a todos naturales, assí la outra orden τ concordia de las partes de la oración es diversa en cada lenguaje (Nebrija, 1989[1492]: 216).

²¹ No caso referido da descrição do artigo, José Antônio Neto sublinha a divergente análise sobre os casos em Oliveira e em Nebrija: «Oliveira's approach in reference to the cases, it seems, differs from Nebrija's in the sense that Oliveira puts emphasis on the function of the article in front and in combination with nouns, while Nebrija focus is on the Latin declension, that is, the structure of the sentence depends on whether the noun shows the genitive, dative, or some other case» (1992: 128).

5. Conclusões

Ao longo dos apartados anteriores, verificámos que Oliveira é um profundo conhecedor dos saberes que Antonio de Nebrija transmitiu na sua *Gramatica castellana*; a tal deve ter ajudado a composição do manuscrito sobre a obra do Nebrissense. Vimos, no entanto, que Oliveira, na referida cópia, não se limita apenas a reproduzir de forma literal os conteúdos da gramática do humanista andaluz; pelo contrário, em certos trechos chega a reformular, suprimir, acrescentar ou mesmo redistribuir a matéria. Pode dizer-se que, partindo da gramática castelhana de Nebrija, em certos casos, suprime informações que – provavelmente – não eram do agrado do sentimento nacional do gramático português; introduz e desenvolve ideias exclusivas do autor português, reordena conteúdos, altera exemplos... Talvez, segundo ficou dito, toda essa tarefa tivesse como objectivo a utilização dos dados linguísticos sobre o Castelhana para a redacção de uma Arte – *stricto sensu* – da língua portuguesa, projecto este que não foi concretizado.

Pensamos que esta atitude, por assim dizer, crítica das ideias contidas na *Gramática castellana* se pode também detectar na *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Oliveira, leitor atento da Arte castelhana nebrissense, aproveita frequentemente motivos argumentativos e propostas gramaticais do humanista de Lebrija; no entanto, parece-nos igualmente evidente que não é infrequente a reformulação deles e mesmo a reacção, no plano discursivo, perante certos argumentos de tipo ideológico. É muito provável que uma das manifestações deste confronto argumentativo – em nosso entender, pouco estudada pelos investigadores – resulte ser a incipiente configuração daquilo que poderia designar-se de «teoria do Português primitivo» – aspecto que muito acertadamente salientou José Eduardo Franco²², num contexto cultural

²² «Atente-se ao facto de que se enquadrava no fito programático do projecto gramatical de Oliveira a defesa da tese de um desenvolvimento original da Língua Portuguesa, autónoma da Língua Latina, a partir de uma matriz primigénia, que remontaria aos míticos povoadores bíblicos do território português. Estes povoadores teriam fundado Portugal a partir de uma terra «erma» (Franco, 2000: 36). Seguindo Franco, não podemos, por isso, concordar com a interpretação – a nosso ver, errada – que José Luis Rodríguez faz de um passo bem conhecido da *Grammatica da lingoagem portuguesa* – «E pois a gramatica e arte q̄ ensina a bem ler τ falar: saybamos quem primeiro a ensinou τ onde τ como: porq̄ també agora a possamos vsar na nossa antigua τ nobre lingua» (Oliveira, 2000[1536]: 248) –: «Fernão de Oliveira – afirma o referido investigador – fala da “nossa antiga e nobre língua” [...], digna de ser posta em arte, mas como sintagma isolado, com objectivo intensificador» (Rodríguez, 2005: 611, n.º 45). À luz de outras passagens da obra gramatical de Oliveira (cf. *supra*, n.º 17), julgamos que não se pode justificar uma interpretação figurada das palavras do gramático renascentista.

em que se pretende dignificar a língua nacional, tratando de a identificar – tal como outros autores fizeram, durante os séculos XVI e XVII, a propósito do Basco e do Castelhana – com uma das 72 línguas originadas pela confusão babélica.

Contributos linguísticos e pioneirismo teorizante em Fernão de Oliveira

AMADEU TORRES

*Universidade Católica Portuguesa
e Universidade do Minho*

0. A temática que me foi sugerida apresentava intitulação diferente — «A teoria linguística em Fernão de Oliveira», com possibilidades de adaptação tida como conveniente, o que de facto sucedeu após breves reflexões. É que *teoria* remete para proposição ou conjunto proposicional explicativos de tractos experimentais em ordem a uma unificação generalizante, pressuposto este obviamente forçado atendendo não só à pluritopia de questões em que o autor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* emite opinião, mas outrossim ao seu gosto pelo raciocínio dedutivo simples ou agradadamente cumulativo.

Creio que na raiz das atitudes indagantes e fornidas conclusões que toma perante quanto o estudo e a observação lhe propinam está, em acréscimo à formação humanístico-filológica inicial, a filosófico-teológica em época do revigoreamento por intervenções de Tomás de Vio, Francisco de Silvestre denominado o Ferrariense, Conrado Koellin e Pedro Crokaert que em 1507, em Santiago da Sorbona, substituiu, como base da *lectio* e *disputatio*, o consabido *Livro das sentenças* de Pedro Lombardo pela *Summa Theologica* de alguém a quem Erasmo apelidava de *doctissimus* em contraste com os tais sorbonagros e oxoniagros da corrente, em recesso, de nominalistas e terministas (Torres, 1982: 13 e 29), aliás mestres em agudezas e piruetas de lógica.

1. Desde a edição, obtida por cópia da *princeps*, de Olmar Guterres da Silveira, grande amigo e notável filólogo carioca, em 1954, até à crítica, semi-diplomática e anastática de 2000 durante a espera da qual Fernão de Oliveira exercitou a paciência em 464 anos de gralhas e outros defeitos inclusive nas

facsimilações, pouco se escreveu acerca do ideário linguístico oliveiriano, além da dissertação de licenciatura de Augusto R. Medina da Silva, *Tentativa de interpretação das informações de Fernão de Oliveira sob a pronúncia portuguesa do séc. XVI*, existente desde o mesmo ano de 1954 em mimeografação na Universidade de Lisboa, e das obras de Buescu (1971, 1975, 1983), de especial representatividade. Isto, sem desdouro para apertações de I. S. Révah, Thomas Hart Jr. e Paul Teyssier.

Assim, em tese doutoral de 1994 defendida em Tubinga por Barbara Schäfer-Priess (2000), faz-se abordagem de 23 gramáticos desde 1540 a 1822, e não desde 1536 por Oliveira ter sido julgado como autor apenas de uma pequena miscelânea gramatical, mas não de uma gramática, de acordo com o juízo de Maria Leonor Carvalhão Buescu (1975: 18 ss.), em aberta divergência do nosso (Torres & Assunção, 2000: 20-23). Apetece-me aqui, a propósito, parafrasear livremente uma convicta frase¹ de Alexandre Herculano, no intuito de sublinhar que Fernão de Oliveira talvez não pudesse dizer: «Fui o homem que quis nas coisas linguístico-gramaticais», porquanto cinco vezes lamentou a falta de complementação sintáctica que tinha em mente, mas cuja escrita os azares e deslocações da vida dificultaram ou fizeram perigar. De resto, não obstante a hipótese de Dieter Woll a respeito de um editor, quiçá comercialmente interessado, a impor o título à obra, sobeja-nos um argumento *a pari*: João de Barros chamando *gramática* à sua *Cartinha*, na antevisão dos complementos que à mesma se agregariam.

Dois anos antes de Schäfer-Priess, José António Neto (1992), num trabalho que lhe outorgou o grau de «doctor of Philosophy» na Universidade de Washington, aproxima e contrasta, genético-comparativamente, Nebrija, Oliveira e Barros. Contudo, se queremos relevar sínteses luminosas e, por assim dizer, exaustivas teorizações do autor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, impõe-se-nos de imediato e com fruição de primazia, Eugenio Coseriu (1975) em «Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira»², seguido de José Lemos Monteiro (1998), das Universidades do Ceará e da de Fortaleza, o qual por diversas vezes se apoia naquele.

¹ «Fui um homem que quis nas coisas literárias». Vide Cunha (2003: 168, n. 50).

² Este ensaio, vindo a lume em 1975 em *The History of Linguistics*, Lisse/Netherlands, Peter de Ridder Press, e no mesmo ano e editor, sob a epígrafe de «Taal en functionaliteit bei Fernão de Oliveira», em *Ut Videam* homenageando P. Verburg no seu 70.º aniversário, foi traduzido no Brasil por Maria Cristina da Motta Maia para a EDUFF e aí publicado com o título de *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, Niteroi, Editora Universitária, 1991. Desde 2000 e com a devida autorização encontra-se inserto em Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*, ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 29-60, texto a que se reportam quaisquer excertos concernentes.

2. Lê-se num velho aforismo escolástico: «Non multiplicanda sunt entia sine necessitate». Por outras palavras: o pensamento linguístico-filológico oliveiriano dispensa, segundo comumente se aceita, novas pesquisas abrangentes em face das acima apontadas. Bastará, portanto, neste excurso de grande aniversário respigar-lhes os contributos mais salientes, o pioneirismo de há 500 anos quando estiver em causa e a importância global do nosso primeiro gramático.

2.1 Pouco feliz na diacronia por falhas nas incursões etimológicas que um indisfarçado pendor político-nacionalista, bem patente na sua *História de Portugal* relevantemente investigada por Franco (2000) imbuíu de embasamentos filológico-míticos, merece invulgar destaque no domínio sincrónico da fonética/fonologia. Embora a Espanha de Nebrija e de outros tradistas castelhanos o hajam influenciado, este, acentua Coseriu, opondo-o a João de Barros como simples imitador daquele,

supera contudo a todos, mesmo Nebrija, pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses (Coseriu, 2000: 34).

Na explicitação de tais sons, mormente dos vocálicos, vemo-lo discriminar claramente *letra, nome, sinal, character, figura* por um lado, e *voz, pronunção, força, virtude* por outro. Não se vislumbra, pois, «a confusão dos sons com letras» que Maria Leonor Buescu (1975: 23) haverá detectado, ao invés de Schlieben-Lange (1994: 17-28). Em Barros é que isto acontece; e Buescu (1971: 296 e 1983: 92) assinalou-lhe a incoerência em captar o significado de «letras em figura» e «letras em poder», baralhando as realizações ou actualizações gráfica e sonora, o que faz conjecturar-se um estado de consciencialização fonológica bastante acrítica e insegura muito aquém da perspicácia de Oliveira. Coseriu (2000: 36) concorda com as observações de Buescu e cita uma das frases tortas em que se nomeiam para o português 23 letras em poder e 34 em figura, resultado, por certo, de assimilação doutrinal imperfeita que se gostaria de atribuir a hipotético apressamento na leitura do Nebricense ou a traiçoeiras distrações na redacção textual.

Abrindo o capítulo I com a asserção de que «linguagem é figura do entendimento», só no VI se vota à tarefa da especificação alfabética simultaneamente ortográfica e fonético-fonológica, que se estende até ao XVII

e daí ao XXIX, e é iniciado mediante asserção paralela: «letra é figura de voz». São 12 capítulos centrais de descrições «surpreendentemente exactas» onde a fonémica aflora ainda inominadamente: identificação das vogais e sons vocálicos, da semivogal palatal, de algumas assimilações e de «quase todos os ditongos orais e nasais»; estabelecimento, entre as consoantes, de correlações funcionais articulatórias, conquanto interpretadas como oposição de tensão e não de sonoridade. Contudo, é

... a primeira vez que uma correlação é apresentada de um modo tão completo e, ao mesmo tempo, tão claro e preciso para um sistema consonântico românico (Coseriu, 2000: 41).

Em passagem anterior, ao recordar os gramáticos da época, segundo J. Herculano de Carvalho, nem serem foneticistas nem fonólogos, antes ortógrafos praticantes de uma fonética empírica, afirmara já peremptoriamente que Oliveira, no entanto,

através da sua clara intuição de funcionalidade linguística e da distinção aplicada frequentemente também na descrição concreta entre os esquemas funcionais da língua, esquemas às vezes só virtuais (“sistema da língua”) e sua realização (“norma da língua”), antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença (Coseriu, 2000: 31).

2.2 Perante um Fernão de Oliveira a preconizar uma teoria ortográfica regular e simples cuja prática se desabona por transgressão iterada, José Lemos Monteiro (1998) traz à colação a censura de vários autores como Rolando Morel Pinto (1962), Ludmila Freeman (1965) e Aníbal F. Henriques (1933). Convenha-se que ao fenómeno não escaparam Nebrija, Barros e outros. Carolina Michaelis de Vasconcelos, em *Lições de Filologia Portuguesa*, avulta com razão as dificuldades de escribas e copistas da nossa tradição manuscrita no seu empenho de adaptação de sons novos a entrarem no solo lusitano, para além das grafemáticas peculiares ou preferenciais de amanuenses dos *scriptoria*. Surgida a imprensa, quem imaginou que tais divergências e liberdades iriam acabar enganou-se. Juan de Valdés (³1987), nas apreciações críticas ao Nebricense, escreveu:

Quanto a la ortografia no digo nada, porque la culpa se puede atribuir a los impresores y no al autor del libro.

Eis uma fenoménica desenvolvidamente apurada por Paul Teyssier (1966) quando cotejou as variantes da escrita de João de Barros, quer nas *Décadas* quer na *Gramática*. Prossegue Buescu, em adesão a Teyssier:

...e a respectiva listagem mostra não só a oscilação existente como a resistência do tipógrafo em aderir a novos critérios (1983: 72-74).

Lemos Monteiro, senhor do assunto, não regateia atenuantes, relembando ainda a falta de revisões criteriosas, a míngua de caracteres nas oficinas impressoras, e não menos, por parte dos pioneiros da nossa sistematização ortográfica, certas concessões explícitas ao uso,

admitindo múltiplas grafias para um único vocábulo. E tais concessões persistiram por muito tempo (1998: 103-104).

Digna será igualmente de acatar-se, por não vir nada a despropósito esta intencional desculpabilização oliveiriana redigida perceptivelmente fora de qualquer motivação de autodefesa:

Das vogais antre u e o pequeno há tanta vezinhança que quasi nos confundimos, dizendo uns somir e outros sumir, e dormir ou dormir, e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes. E outro tanto entre i e e pequeno, como memoria ou memorea, gloria ou glorea. Ainda que eu diria que, quando escrevemos i na penultima, sempre ponhamos o acento nessa penultima, seguindo-se logo a ultima sem antreposição de consoante, como aravia; e se a tal penultima assi de vogais puras não tiver o acento, não na escreveremos com i, senão com e, como glorea e memorea (Torres & Assunção, 2000[1536]: 104).

3. Dos 20 capítulos restantes cuja denominação enquadra a moderna morfossintaxe (XXX-XLIX), e descontando o quinquagésimo da conclusão, 19 ocupam-se de descrições morfológicas, 13 dos quais razoam sobre a natureza da palavra, sua composição e derivação, 6 sobre as *partes do discurso* cujo enfoque somente deixa de lado três das oito tradicionais. Ao reparo, porém, de entendidos por causa do único capítulo sobre a *Sintaxe*, o quadragésimo nono

de uma página, e por omissão da *Rhetorica*, responder-se-á que na *Gramática* de Port-Royal, publicada 124 anos após, aquela confina-se ainda a três laudas, e esta, por exemplo na *Institutiones grammaticae latinae*, publicação bracarense de Clenardo em 1538, simplesmente inexistente.

Embora sem atingir nestas secções o nível anteriormente conseguido nem haver elaborado qualquer teoria relativa às partes do discurso como João de Barros fez, há aspectos e antecipações importantes que o tempo gramaticalmente normativizou, qual a recusa de purismos exacerbados no aporuguesamento de vocábulos alheios, inclusive dos mais recentes cujo uso, se necessário, facilitará a sua adaptação não impositiva, visto a língua funcionar «como um sistema aberto e em constante renovação» (Monteiro, 1998: 110-111). Na estruturação das palavras, distingue cabalmente prefixos, formas isoláveis e segmentações impossíveis; interessa-se pela derivação imprópria e sabe empregar a técnica da comutação para descobrir correlações semânticas. No que concerne à derivação, não sujeita a regras tão previsíveis como a flexão, frisa convictamente o teor assistemático daquelas

apontando lacunas e assimetrias na organização do léxico e quase formulando a hipótese do bloqueio, muito tempo antes de Aronoff (Monteiro, 1998: 112).

Por sua vez, Eugenio Coseriu, quanto à teoria da composição de palavras, elogia-lhe o critério de *analizabilidade* segmental por ele alcançado, sendo

evidente neste caso a analogia entre a interpretação de Oliveira e certas interpretações modernas particularmente em relação aos compostos, principalmente as de Bloomfield e da sua Escola; analogia que vai até ao conflito entre a análise formal e a análise semântica e às dificuldades que, por esse conflito, também o moderno estruturalismo tem em casos como o do inglês cranberry e ainda mais em outros como conceive-deceive-receive (2000: 49-50).

Coseriu (2000: 56-59), regista-lhe outrossim o esforço em se libertar dos esquemas da gramática latina e em compor, consoante a língua dos que melhor falam, que pode não ser a da Corte, uma gramática portuguesa por um lado baseada no *costume* ou *usus*, por outro bem atenta às diferenças diacrónicas, diafásicas e diatópicas, e simultaneamente à mudança linguística que, ao invés de tantos teóricos do Renascimento, Oliveira não considera como corrupção, mas como algo intrínseco a tudo o que é humano.

Finalmente a conclusão do renomadíssimo Mestre, ao jeito de epílogo consecratório:

Creio que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama sociolinguística são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor (Coseriu, 2000: 60).

Braga, 25 de Março de 2008

*A língua da gramática à luz dos outros textos*¹

MARIA HELENA PAIVA

Faculdade de Letras — Universidade do Porto

1. Introdução

As obras dos gramáticos quinhentistas devem ser interrogadas quanto à influência variável que exercem na fixação do padrão linguístico do português moderno, mas também enquanto testemunhos sobre a língua coeva. O modelo de língua que, com graus de explicitude variáveis, o discurso gramatical visa instituir, é delineado pelos juízos de valor expressos, pela selecção, de entre os diversos eixos diversificatórios, das variantes consideradas convenientes e pelo próprio texto autoral, que constitui a concretização exemplar dessa gama de avaliações subjectivas. Por isso, a comparação com textos de outro teor pode fornecer informação crucial sobre as questões formuladas a seguir, relativamente ao primeiro dos gramáticos portugueses:

1. De entre os traços linguísticos dominantes na *Gramática*, e em sintonia com as concepções do Autor, quais os que permanecem e os que deixam de o ser noutros escritos?

2. Quais as relações entre a variação interna ao texto gramatical e a existência de hábitos linguísticos subjacentes que outros escritos confirmam?

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no *Encontro de Homenagem a Lindley Cintra*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 30-31 de Maio de 1988, cujas actas não foram nunca publicadas. 20 anos de trabalho ininterrupto sobre a fixação do padrão linguístico no séc. XVI conduziram-me à reformulação parcial e ao desenvolvimento desse texto, o que me proporciona a ocasião de renovar a homenagem que o passar dos anos aprofunda e adensa, pela memória que mantém presente entre nós o homem, o cidadão, o professor, o cientista.

3. Qual a incidência do tema, do tipo de discurso, da especificidade do género didáctico e dos diferentes públicos a que as diferentes obras se dirigem, na diversificação da linguagem?

4. Em que grau a mudança linguística em curso, a evolução das mentalidades e eventualmente a própria modificação do Homem, sob a pressão de condicionalismos histórico-sociais, se repercutem em textos que vão de 1536 a cerca de 1581?

Nesta perspectiva, os escritos de Oliveira fornecem uma ampla área de indagação, uma vez que é possível o confronto da obra do gramático com a restante produção, manuscrita e impressa que, pelo seu carácter multifacetado, pode oferecer identidades e contrastes esclarecedores. Todas as observações seguintes, quando referentes a textos metalinguísticos, assentam no tratamento informático exaustivo da *Gramática* de Oliveira e, complementarmente, dos restantes gramáticos quinhentistas, que conduziu, com base em pré-edições elaboradas a partir das respectivas edições *princeps*, à elaboração de um *Índice Geral de Vocábulos* (Paiva 2002; ver, em anexo, pp. 208 ss., a descrição do *corpus metalinguístico quinhentista*, a partir de agora, CMQ).²

2. A grafia.

2.1. A representação do timbre das vogais

Partindo da *Gramática* para as restantes obras, começarei por atentar na grafia, não só porque é o mais constante e imediato dos dados observáveis mas porque, constituindo um dos grandes temas em debate no Renascimento, não pode ser ignorado pelos gramáticos e ortógrafos quinhentistas, se não na sua dimensão teórica, pelo menos na sua dimensão prática.

² Trancrevo todas as citações das obras constantes do CMQ, de acordo com as pré-edições, aligeirando os critérios então retidos (Paiva, 2002, I, p. 70-79). As principais alterações são as seguintes: 1) uso de <i> e <u>, <j> e <v> de acordo com as convenções gráficas actuais; 2) substituição de <ç> por <c> antes de <e> e <i>; 3) substituição de *s longo* por *s de dupla curva*, mas conservação da sua função de demarcação da palavra; 4) utilização de acentos gráficos (não existentes em Oliveira) apenas quanto estes são indispensáveis à inteligibilidade do texto, casos em que a vogal alterada aparece em itálico; 5) A abreviatura que pode ser desdobrada como *pera* ou *para* (Ver 5.1), variantes que alternam em Oliveira, é representada como p^a. De entre os traços originários conservados, destaque: 1) o uso do til, generalizadamente considerado explicitamente pelos vários gramáticos-ortógrafos como símbolo da nasalidade das vogais, mais adequado do que <m> e <n>, letras que representam propriamente consoantes; 2) a geral conservação da palavra gráfica, sendo a alteração das delimitações originárias assinalada pelas convenções seguintes: [] – reunião de formas separadas: *a[]proveitão*; [] - separação de formas reunidas: *o[]qual*; " - separação de formas reunidas quando há elisão ou crase: *d"agua*».

Restringimo-nos, de momento, à componente fonológica, dado que a componente etimológica da grafia se integra no movimento de relatinização e será por isso analisada mais tarde (ver 5.2.).

A representação do timbre das vogais é uma das questões candentes relativamente àquelas, de entre as línguas românicas, em que o número de letras do alfabeto herdado dos latinos é inferior ao número de fonemas vocálicos, como no italiano e no francês, mas não no castelhano (Kukenheim, 1932: 37-41; Buescu, 83: 97-106). Importa por isso observar qual o código gráfico preconizado na *Gramática* e em que medida ele é posto em prática nesta obra e nas restantes.

2.1.1. O inventário

O inventário dos fonemas vocálicos do português constitui a primeira unidade descritiva da *Gramática* (Cap. VIII) e precede portanto a discussão sobre os mais adequados processos de representação gráfica. Tendo observado anteriormente que «temos tantas figuras como os latinos» (Cap. V, 11 15), mas um número superior de «vozes» que exigiriam «trinta e duas : ou trinta e três letras» (11 18), Oliveira distingue, no português, vogais grandes ou seja, abertas, e vogais pequenas, ou seja, fechadas, em paralelismo explícito com o grego, que lhe fornece a matéria de identificação fonológica, e também os sinais gráficos: «é verdade que temos a grande & α pequeno: & ε grande & e pequeno: & também ω grãde e o pequeno. Mas nã temos assi diversidade ã .i. nem .u. Temos a grãde como almada & α pequeno como alemanha: temos e grande como festa & e pequeno como festo: & temos o grande como fermøsos & o pequeno como fermoso.» (12 20-26).

2.1.2. A rejeição das práticas correntes

A apresentação de um código adequado ao inventário dos fonemas vocálicos é precedida da referência aos factores determinantes da grafia: «o costume» e «a natureza que [...] nos faz conhecer esta diversidade de vozes» (12 32-13 1). Daí que sejam descritos os dois processos de representação mais correntes, e seja a seguir fundamentada a sua rejeição: «muitos em lugar destas vogaes grandes escrevem duas como quer que a voz não seja mais que hũa» (13 2-3) e estão por isso a falsear a realidade que representam, visto que a uma só «voz», ou seja a um único sinal audio-oral deve corresponder um único sinal visual, ou seja uma única letra. O segundo processo, que consiste no uso do <h>, é igualmente rejeitado, radicando agora a inaceitabilidade

do uso no seu carácter assistemático: «outros põelhe aspiração: mas também estes errão porque lha não podem pôr em todos lugares.» (13 4-5). Cingindo-nos, de momento, à análise da argumentação de Oliveira neste passo, tem de reconhecer-se que, de facto, no uso do <h> convergem não só critérios heterogéneos, como nenhum destes é universalmente adoptado; assim, pode tratar-se de um critério etimológico, presente em *ha*, 3ª pessoa do indicativo de *haver* (grafia constante na *Gramática*), que contudo permite a identificação do significante gráfico com vogal aberta; mas o uso do <h>, como meio de assinalar o hiato, designadamente em palavras com reduzido corpo gráfico, pode ter propiciado a sua extensão para a representação da 3ª pessoa do indicativo presente de *ser*; a grafia *he* tornou-se corrente, mas o uso de <h> não pode ser considerado geral como meio de assinalar a vogal aberta. Não obstante, esse uso está documentado na *Gramática*, o que exigirá um reexame, a nível da prática escritural (Ver, adiante, 2.1.4.1.2.).

2.1.3. O código preconizado

Segue-se a apresentação da solução para as deficiências que referiu: «O *remedio*³ que eu a isto posso dar he este que nas vogaes grandes dobremos as letras: mas de tal feyção que o dobrar dellas se faça em hũ mesmo lugar & figura o .a. nesta forma α ; & ϵ nesta ϵ & ω também nestoutra: ω & os pequenos nas formas acostumadas» (13 5-10).

2.1.3.1. Génese e progressão

Difícilmente não se reconhecerá no uso do termo «remédio» o rasto de Nebrija, que Oliveira indubitavelmente conhece bem e que tinha citado duas páginas antes (Cap. VI, 11 1): o gramático andaluz intitula o Cap. VI da *Gramática de la lengua castellana* «Dal *remedio* que se puede tener para escribir pura mente el castellano” e inicia a exposição retomando a palavra: “Vengamos agora al *remedio* que se puede tener para escribir las pronunciaciones que agora representamos por ageno oficio de letras: la *c* [...] tiene tres oficios [...] (Nebrija 1492 / Quilis 1989, p. 132 1-5). Mas, para lá da preocupação renascentista com uma grafia dependente de critérios explícitos, e do peso da tradição de iniciar a *Gramática* pela associação da fonética e da ortografia, a influência de Nebrija restringe-se ao uso do termo, visto que a representação das vogais não constitui problema no castelhano, como vimos,

³ Todos os itálicos que figuram em citações de textos quinhentistas são da minha responsabilidade, visto que o itálico como processo de destaque não ocorre nunca nestes textos.

e é do consonantismo, partindo das letras para aquilo que elas representam, que se trata predominantemente neste passo.

Mais do que o pormenor do termo comum, o que merece destaque na solução apresentada por Oliveira é, antes de mais, o escalonamento das fases que a ela conduzem: tudo parte de um primeiro estágio de observação, que deve determinar o número de sinais visuais necessários à representação de sinais acústicos, sendo que o conhecimento directo da realidade prevalece sobre opiniões ou práticas; daí o repúdio da adopção acrítica de concepções, hábitos e particularidades inerentes à língua ou à cultura latinas, associada à falta de espírito inventivo: «não queremos saber mays de nós que quanto nos ensinão os latinos: aos quaes diz Plinio que é pouco saber escoldrinhar as cousas alheas não nos entendendo a nós mesmos (12 28-31).

Considerando que a cada fonema deve corresponder um grafema e que, como às letras <a>, <e> e <o> podem corresponder tanto o fonema aberto, como o fonema fechado, Oliveira defende a conservação destas letras, mas sempre com um único e mesmo valor, pelo que é necessário encontrar um sinal que constitua o duplo do sinal único constante do alfabeto; a solução já anteriormente referida – «que [...] *dobremos* as letras» (13 6-7) – exige que seja ponderado o conteúdo de *dobrar*, visto que o conteúdo de ‘duplicar’, o mais corrente quando se trata de grafias (como o comprova o CMQ) implicaria que Oliveira preconizasse o uso que acaba de condenar: «muitos em lugar destas vogaes grandes escrevem duas» (13 2-3); *dobrar* só é compatível com o contexto no sentido de ‘substituir por’, ‘transformar em algo de equivalente’. Esse sentido não se encontra registado em dicionários unilingues do Português, embora o sentido de ‘fingido, dúplice’ atestado em *dobrado*, n’ *Os Lusíadas* – «Assi que ô Rei, se minha grão verdade / Tês por qual he, sincera, & não *dobrada*» (VIII, 75) – e que subsiste em *dobrez*, *dobreza* (Houaiss, 2007), legitime a hipótese da existência de conteúdo análogo no verbo, hipótese esta confirmada pela equivalência, estabelecida no «Dicionário de verbos» [de Alcobaça] (T. Verdelho 1995: 542), entre *dobrar* e *trico* (ou *trícor*) que tem, entre outros, os significados de ‘procurar desvios’ (Gaffiot 2000 s.v.) ou subterfúgios (Lewis e Short 1983, s.v.). Embora só no início do séc. XVIII, Bluteau (1712-1728, *Corpus Lexicográfico do Português*) fornece duas informações decisivas: primeiro, ao traduzir o verbo grego *trepein*, que tem o sentido de ‘desviar, mudar, transformar’ (Bailly 1950, s.v.) por «dobrar, mudar» e, segundo, pela sinonímia entre os dois verbos portugueses que a fórmula de equivalência com o grego estabelece.

Na substituição que preconiza, Oliveira é eventualmente influenciado pelo italiano Trissino que, em 1524 havia proposto « ω e ϵ para marcar a abertura» (na *Epístola delle lettere nuovamente aggiunte nella lingua italiana a papa Clemente VII*, (Kukenheim, 1932: 37; Buescu, 1983: 98), mas de qualquer modo ultrapassa essa proposta ou alarga-a, visto que inclui nela <a>.

Os sinais gráficos propostos coincidem com os usados na descrição anterior para « ϵ grande» (*feſta*) e «o grande» (*fermōſos*), mas não para «a grande» e «a pequeno», visto que o código proposto inverte a correspondência estabelecida anteriormente, em que <a> simboliza «a grande» (a vogal inicial e a vogal tónica de *almada*) e < α > representa « α pequeno» (a vogal final de *almada* e os três <aa> de *alemanha*). É ainda esta a correspondência que é retomada no capítulo XII, consagrado à descrição das «figuras» das letras vogais: « α . pequeno tẽ figura d'ovo cõ hũ escudete diãte & a põta do escudo em bayxo cãbada para cima» (16 3-5); «a grãde tẽ figura de dous oovos⁴ ou duas figuras d'ovo hũa pegada cõ a outra cõ hũ só escudo diãte: a pronũciação é cõ a mesma forma da boca se não quanto traz mais espirito.» (16 6-9). Finalmente, como referiremos mais em pormenor adiante, sempre que, ao longo da *Gramática*, estas três letras gregas são usadas em representação de fonemas, a equivalência posta em prática é a do inventário inicial e não a do código preconizado.

A equivalência «a grande» – < α >, estabelecida no código, é portanto sem qualquer dúvida um lapso que tem provavelmente a sua razão de ser no cruzamento de várias linhas discursivas; a primeira é a sistematicidade e a simplicidade que devem ser o apanágio de qualquer código, e de que este participa, na relação biunívoca, tanto na perspectiva da escrita, como na perspectiva da leitura: vogal aberta e portanto letra grega, letra grega e portanto vogal aberta. O segundo factor reside na diferença entre uma abordagem que é já predominantemente fonológica e uma abordagem fonética.

Efectivamente, quando Oliveira selecciona os pares *feſta* e *feſto*, *fermōſos* e *fermoſo* que não são, como se dirá mais tarde, pares mínimos (visto que em *feſta* \neq *feſto* e em *fermōſos* \neq *fermoſo* existem morfemas finais respectivamente de género e de número), está a pôr em prática o conceito de unidade fónica virtual distintiva de significantes que virá a desenvolver-se nos anos 30 do séc. XX no âmbito do Círculo Linguístico de Praga e será designado por «fonema»; a funcionalidade da diferença contribui sem dúvida para a consolidação da consciência de que é indispensável fixar essa diferença no código gráfico.

⁴ Sobre o símbolo representado por <oo> ver, adiante, 2.1.4.1.1.

A situação é totalmente diversa relativamente a «a grande» e a «a pequeno»: aí, o que a selecção de exemplos acusa é a redução da átona inicial e final (*alema α nh α* , *almada α*) ou o fechamento da tónica antes de nasal (*alema α nh α*). A observação é duma tão acentuada capacidade de captação da realidade que o passo é talvez o mais citado de entre os juízos dos gramáticos quinhentistas sobre a língua coeva; mas o traço não possui o carácter opositivo que pode tornar imperativa, na perspectiva do gramático-ortógrafo, a sua representação na escrita. Finalmente, se Oliveira intui (o que, sendo provável, dificilmente será provado) que «a pequeno» é um fonema derivado de regras que poderão ser estabelecidas, é admissível que lhe pareça congruente representar o fonema de base pela letra vogal habitual, que é ao mesmo tempo a letra de maior frequência, e representar o fonema secundário por um símbolo que foi apresentado como sucedâneo, substituto, «duplo» (Cf. 13 6-7) do símbolo primário que é <a>; a prática da equivalência «a pequeno» = < α >, que estabeleceu primeiro, no inventário de fonemas, revela-se assim mais coerente que a norma constante do código – «a aberto» = < α > – que explicitou depois.

O sector que deve ser interrogado a seguir é o da aplicação destas distinções divergentes do inventário e do código, primeiro na *Gramática* e depois nos outros textos; relacionaremos a indagação com a rejeição das práticas de dominante fonológica, ou seja do uso de letras vogais duplas (2.1.4.1.) e das práticas de dominante ideográfica, ou seja, do uso do <h> (2.1.4.1.2.).

2.1.4. As práticas escriturais

2.1.4.1. Inexistência, substituição ou permanência de letras vogais duplicadas

2.1.4.1.1. Na *Gramática*

Das três letras gregas referidas há, em toda a *Gramática*, 22 α , em representação de «a pequeno», 17 ϵ e 18 ω . Ao número dos ómegas deverão acrescentar-se três, produzidos por imitação artesanal, mediante a soldagem dos tipos de dois *oo*, após o corte da face direita e esquerda de cada um, de modo a ser eliminado o branco interliteral e a ficarem os sinais tipográficos juntos, como pode ver-se na reprodução abaixo, ligeiramente ampliada:

a grãde

tê figura de dous oovos ou duas figuras douo hũa pega
da cõ a outra cõ hũ fo escudo diãte:

E a figura de a grãde

pareçe duas faces cõ hũ nariz pello meyo ou e dous oos
juntos ambos

A primeira ocorrência — «a grãde tê figura de dous oovos» (16 6-7) — encontra-se, como acontece na segunda — «a figura de a grãde parece duas faces cõ hũ nariz pello meyo ou é dous oos juntos ambos» (16 24) — na descrição da forma das letras, o que pode ter estimulado o Autor a procurar um meio que acentuasse a semelhança de configuração. A terceira insere-se na enumeração das relações entre terminação e género, sendo neste caso a selecção do sinal sucedâneo do <ω> favorecida pelo contexto metalinguístico, que ilustra pertinentemente a carência de um sinal que represente especificamente / o /: «& em or. com . ω grãde como suoor» (64 32-65 1).

Efectivamente, dois anos antes da publicação da *Gramática*, Germão Galharde não possuía caracteres gregos, como o comprovam as referências de André de Resende no prólogo à versão impressa da *Oratio pro rostris* (Sá, 1956: 31) e a inscrição manual dos mesmos pelo próprio André de Resende em dois exemplares, em paralelo com os espaços em branco a eles destinados nos outros exemplares conhecidos (Sá, 1956: XVI e 65, N. 2).

Não seria de estranhar que os escassos caracteres gregos que ocorrem na *Gramática* ficassem a dever-se ao empenhamento de Oliveira, cujo interesse por actividades utilitárias virá a ser posteriormente comprovado; o facto teria encontrado expressão na frase-exemplo «fezerão nos bem as letras» (GR 30 29), dificilmente compreensível, se não associada a uma experiência pessoal desta natureza; o que pode parecer hoje aberrante, não o era na época: a frase-exemplo constitui uma área compatível com a expressão de conteúdos pessoais, recurso este raramente usado por Oliveira, mas que se tornará extremamente frequente na *Gramática* de Barros.

O mais provável terá sido que Oliveira tivesse pugnado pela execução tipográfica do esquema de equivalências estabelecido aquando do inventário de fonemas, sem ter em conta os condicionalismos materiais e socioculturais

que o condenavam e que determinaram que apenas um número muito escasso de tipos tivesse sido produzido. Na impossibilidade de adoptar o esquema ideal, Oliveira prescinde de qualquer processo de distinção de timbres, embora o gótico de Germão Galharde incluisse vogais acentuadas, usadas na *Rópica Pneuma*, de João de Barros, saída quatro anos antes (Cf. Barros / Révah, 1532 / 1983, I). A opção é tanto mais surpreendente quanto Oliveira é, de todos os gramáticos quinhentistas, aquele cujas observações fonéticas são mais numerosas, precisas e perspicazes.

Sendo assim, as letras gregas referidas constituem, na *Gramática*, o recurso único para a distinção dos fonemas vocálicos não discriminados no alfabeto latino, o que é praticado exclusiva ou predominantemente em ocorrências metalinguísticas. Por exemplo, o uso destas letras gregas permite-lhe comprovar, de uma forma muito clara e económica, que há vogais que «se trocã», ou seja, que se transformam noutras, como «*fermoso e fermosos*» (que uma vez mais ilustra a alternância vocálica) e «*amarão e amarrão*» (25 25-26), formas respectivamente do pretérito perfeito e do futuro, que só a posição do acento tónico e redução da vogal átona distinguem. Do modo de ocorrência metalinguístico, o uso das letras gregas alarga-se, não para <α>, que se manterá sempre um recurso mais escassamente explorado, mas para <ε> e para <ω>, a usos não metalinguísticos: «& esta.e. a causa», (33 10), «o qual nós dissemos que sempre ε grande » (33 31); contudo o processo ocorre só três vezes, sendo a terceira metalinguística: «como .ε. terceira pessoa do presente do indicativo do verbo sustativo» (45 8); passando a <ω>: «& ajudão a soar & ter vωz» (31 31), «dous çapateiros vezinhos abatẽ a vẽda hũ ω outro» (33 8) – o último dos quais ilustra a monotongação de *ao*, preposição e artigo, e antecipa o uso do ómega nas ocorrências metalinguísticas da declinação do artigo, «ω» no dativo do singular e «ωs» no dativo do plural (62 2-3).

O panorama geral da *Gramática*, que o tratamento informático exaustivo permitiu erguer, revela uma coerência quase absoluta entre a rejeição do uso de letras vogais duplicadas e a prática escritural. A única excepção – «tomandoo por si soo» (22 20) – merece ser observada de perto por três razões: primeiro, porque a aglutinação gráfica do pronome átono em *tomandoo* pode ter desencadeado a permeabilidade à grafia formalmente igual em *soo*; segundo, porque se insere na tendência a privilegiar, de entre as vogais abertas, a representação de /ɔ/; terceiro, porque, no âmbito desta, se manifesta a particular incidência em determinadas palavras, como é justamente *só*, como veremos a seguir.

2.4.1.2. Nos outros textos

A insatisfação que o esquema usado na *Gramática* pode ter provocado nele, eventualmente corroborada pela importância que a distinção do timbre das vogais assumia no código gráfico da *Gramática* de Barros, publicada quatro anos depois, fonologicamente pertinente, embora diverso, podem ter pesado no abandono do esquema. Mas a formulação de outras hipóteses exigirá a comparação da grafia praticada na *Gramática*, com a dos textos do especialista em matérias náuticas⁵, do tradutor⁶, do historiador⁷ e ainda com

⁵ *Viagē de fernão de magalhães, escripta p. hũ homē q. foy na cōpanhia*, manuscrito autógrafo existente na Biblioteca Universitária de Leida, de que utilizei a edição diplomática, confrontada com o fac-símile (Valière, 1976). Além de autor do prólogo, relativamente à narração da viagem, Oliveira não se limitou a copiar um manuscrito anterior, como o comprova Valière, que constata o largo predomínio das correcções «que revelam uma preocupação estilística» ou constituem «rectificações dum historiador», sobre as que «podem considerar-se resultantes de um erro de copista» (4-7). O mesmo Autor situa a produção do manuscrito posteriormente a 1542, data da descoberta marítima do Japão, referida no prólogo, e anteriormente a 1563, data da publicação do segundo volume da *Ásia* de Barros, para o que se baseia no facto de Oliveira não fazer nenhuma alusão àquela obra (149, N. 6), o que, tendo em conta o contexto, julgo pouco probante. Franco data a obra de c. 1570 (2000: 312, 2006:15).

Arte da guerra do mar. Coimbra, João Álvares, 1555; utilizei o fac-símile da edição *princeps*, inserto em: Padre Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1983.

Livro da fabrica das naos, manuscrito autógrafo incompleto existente na Biblioteca Nacional de Lisboa; utilizei a edição diplomática de Mendonça, 1898, 149-221. As referências que a obra contém à *Ars Nautica*, escrita em 1570, situam-na posteriormente a esta data (Matos, 1960: 240 e 245-246), que Franco retarda para c. 1580 (2000: 312, 2006: 15)

⁶ *Livro da Agricultura*, tradução de Columella, *De re rustica*, livros primeiro, segundo e terceiro, inacabado, com aditamentos do tradutor: manuscrito autógrafo existente na Biblioteca Nacional de Paris. Julgo que o único elemento informativo sobre a data de elaboração da obra é o facto de, no título, o nome de Fernando Oliveira aparecer precedido do qualificativo de «licenciado», que lhe é atribuído pela primeira vez no alvará datado de 18 de Dezembro de 1554, em que D. João III o nomeia «correitor da impressão» da Universidade (Cf. Mendonça 1898: 66-67 e Deslandes 1881, II:16-17).

⁷ *Livro da antiguidade, nobreza & immuniidade do reyno de Portugal*, truncado, e *Hestorea de Portugal*, incompleta. Os respectivos manuscritos, autógrafos, existentes na Biblioteca Nacional de Paris foram analisados por Teyssier (1959: 368-370), que provou a anterioridade da elaboração do *Livro da antiguidade [...]* sobre a *Hestorea de Portugal*, que amplifica a primeira obra e a reformula, incorporando os sete primeiros capítulos que faltam no *Livro da antiguidade [...]*. Baseado na interpretação de um passo do texto e no teor da obra (a defesa apologetica da autonomia portuguesa), Teyssier situa a elaboração da mesma entre a data das Cortes de Tomar (1581) e a morte de Filipe II (1598), concluindo: «Étant donné le grand âge de l'auteur (il était né [...] en 1507), le plus vraisemblable est évidemment que la date de composition du passage, et par là du livre tout entier, soit de peu postérieure à 1581» (1959: 371). Segundo Franco, o *Livro da Antiguidade [...]* dataria de c. 1579/80 e a *História de Portugal* seria posterior a 1580 (2000: 312, 2006: 15). A observação e as referências reportam-se aos manuscritos directamente observados, uma vez que os critérios praticados nas edições recentes destes textos, «tendo em perspectiva a sua acessibilização a um público mais alargado» «e a necessidade de proceder a uma certa actualização» (Franco 2000: 345, 2006: 199) satisfazem objectivos distintos daqueles que procurou alcançar neste estudo.

testemunhos autógrafos que constam do processo que lhe é movido pela Inquisição entre 1547 e 1551⁸. Destas obras foram integralmente analisadas as *Cartas* incluídas no *Processo Inquisitorial*, a *Arte da Guerra do Mar* e a *Viagem de Fernão de Magalhães*. As restantes foram objecto de consultas suficientemente amplas para legitimarem juízos gerais, mas fica-me vedada a determinação precisa da amplitude da variação.

Em todos os escritos que são portanto posteriores à *Gramática*⁹, de forma mais ou menos sistemática, Oliveira não prescinde de assinalar diferenças tímbricas, e fá-lo por recurso ao uso de vogais duplas e do ómega para representar /o/.

O processo mais geral e constante em todos os escritos é o uso de letras vogais duplas que, não atingindo a regularidade, apresenta convergências que elucidam sobre pontos julgados cruciais nas colisões homográficas ou na representação do contorno fonológico do significante. Assim /a/ tónico é representado por <aa> na contracção da preposição com o artigo: «reduzidas aa verdade» (CCI, 2), «aas vezes» (AGM 9v; AGR 201 r); «aa mão dereyta» (VFM 239r), «aas escondidas» (FAN 149), «aas outras» (HP, 3r); sendo /e/ final átono representado pela letra <a>, torna-se imperativo distinguir por <aa> a vogal final tónica aberta; daí os advérbios «caa» (FAN 156, ANI 157r, HP 2r), «jaa» (AGR 178r) e as formas verbais «estaa» (ANI 157r, HP 3r), «daa» (AGM 9r), «faraa» (AGR 178r), «haveraa», «cumpriraa» (AGM 9r) «saberaa» (AGM 16v), «mataraa» (AGM (17r).

/ε/ e /e/ tónicos finais são representados por <ee>: assim, à grafia «ate» da *Gramática*, corresponde agora «atee» (AGM 37r); a *de*, conjuntivo de *dar*, passa a corresponder «dee» (CCI 1, CCI 2, AGR 212 r), do mesmo modo que à 3.^a pessoa do conjuntivo de *estar*, representada na *Gramática* por *este* (14 7), passa a corresponder *estee* (AGR 186r) paralelamente a «vee» (HP 124r, AGR 212r) e a «mercee» (CCI 2, LA 175v, 176r).

É excepcional o uso da letra dobrada para representação de vogal tónica interna, como *deerão* (AGM 11v); mas é relativamente frequente a notação por esse meio do timbre aberto de vogais pretónicas provenientes de crase como *geeral* (AGM 47v, FAN 167, 168), *geeralmente* (FAN 156), o que deve ser relacionado com o processo então em curso de redução de vogais átonas, que preserva contudo este tipo de vogais.

⁸ Trata-se de um bilhete e de uma carta breve, esta de Dezembro de 1547, publicados em edição diplomática (Mendonça, 1898: 107)

⁹ Ver, no fim do estudo, *Tábua de abreviaturas*.

Em AGM, única obra impressa além da *Gramática*, /ɔ/ é representado por <oo>, quer no âmbito do contorno fonético estável de palavras, como *soo* (9v), *soos* (11r), *soomente* (37r), *poo* (22r), *auoos* (31r) ou *moorgados* (31r), caso simétrico do anteriormente assinalado *geeral*, quer para representar fenómenos próprios da oralidade, como a monotongação de *ao*, «duas esperas *oo* leme» (48r), «nadando *oo* lume dagoa» (53r), já assinalado anteriormente a propósito do uso de *ω*, ou ainda, na esteira dos fenómenos de sândi descritos na *Gramática* (30 13), «*comoos outros*» (31r bis [32r]).

Passando à representação de /ɔ/ nas obras manuscritas, na *Viagem de Fernão de Magalhães* (1542-?1563) predomina um sinal ambíguo, constituído por dois <oo> juntos, forma estritamente similar do carácter que anteriormente assinalámos na *Gramática*: *soomente* (235r 5), «como *oo* (= *ao*) de Borneo» (253r 21), *paroo* ‘embarcação’ (254r 24, 254v 2); mas há raras ocorrências de <ω> inequívoco, como em «*ω* outro dia» (242 v 24). A tradução do *Livro da Agricultura*, de Columella, cuja data de elaboração sabemos apenas ser posterior a 1554, apresenta traços que normalmente são próprios das obras de transição: /ɔ/ é representado por um sinal ambíguo, que tanto pode ser <oo> como <ω>: assim *poo*de / *pω*de (177r 2, 178r 17, 178r 22), por <oo> — «*comoos* trabalhadores» (187v), «*hũ soo*» (213r) e mais frequentemente por <ω> - *sω* (177r), *sω*mente (177r, 177v), *pω*de (177r, 177v).

A utilização de <ω> para a representação de /ɔ/ está documentada desde o processo inquisitorial (1547-1551) onde a assinatura, reproduzida em fac-símile por Mendonça (1898:2), sempre que ocorre ao longo do processo, apresenta <ω> no ponto em que se encontram o <o> final de *Fernando* e o <o> inicial de *Oliveira*, em consonância com a observação feita na *Gramática*: «Quando hũa dição acaba em vogal & outra dição logo começa também em vogal se são ambas dhũ mesmo genero mesturanse ambas & fazem hũa vogal: & às vezes grãde de seu genero de que elas erão como *descrever*: por *de escrever*: *estavassi* por *estava assi*: e *comos latinos* por *como os latinos*» (GR 30 9-14r).

Só na *Arte da Guerra do Mar* o nome aparece grafado na folha de rosto não com <ω>, mas como *Fernandooliveyra*, sem dúvida pelas restrições de ordem tipográfica que assinalámos e que foram parcialmente superadas na *Gramática*, mas que a natureza diferente desta obra não justificaria, apesar de Oliveira ser, à data de impressão, «correitor oficial da Universidade», de que o editor João Álvares é o impressor¹⁰.

¹⁰ Ver, adiante, N. 13.

Nas obras manuscritas, à excepção da *Viagem de Fernão de Magalhães*, em que não figura no texto o nome do autor, o Gramático autodenomina-se como *Fernandoliueyra*; as muito frequentes ocorrências do nome, no início e fim das obras e dos capítulos ou «livros», não podem deixar dúvidas sobre o carácter deliberado da opção; o certo é que entre *Fernão doliueyra*, nome por que é designado o autor da *Gramática* (2 1-2), coincidente com o nome que lhe é dado no processo inquisitorial, e *Fernandooliveyra* ou *Fernandoliueyra* existe provavelmente só a diferença entre um ditongo com a fechado nasal, grafado <ão> em *Fernão* e a fechado nasal, grafado <an> ou <ã> em *Fernando*; não há verosimilmente outra diferença, porque em *Fernão doliueyra* a vogal da preposição é elidida, como acontece frequentemente na época, e a vogal inicial de *oliueyra* admite com certeza diversos graus de abertura, incluindo /o/ como de resto acontece ainda hoje. Documentados desde os séculos X (*Fernando*) e XIII (*Fernão*, proveniente do primeiro, por apócope) (Machado, 1984), as duas variantes convivem no período quinhentista; a indubitável preferência de Oliveira por *Fernando* deve ser vista à luz de efeitos valorativos de cariz social, que explicam que *Fernão* caia em desuso e venha a ser eliminado por *Fernando*. De facto, chamam-se *Fernando* o último rei da primeira dinastia, o Infante Santo e esse é ainda, na época, o nome de um dos grandes do Reino, «dom Fernando Dalmada», a quem é dedicada a *Gramática*, por um quase homónimo, *Fernão*, que se declara, na própria dedicatória, «hum homẽ baixo» (2 22).

Em síntese, nas obras manuscritas, o <ω> é frequente, mas não sistemático, constituindo sobretudo um hábito de escrita associado a certos vocábulos como *agωra* (FAN 152 ter, LAN 165v, HP 1r, 2r), *sω* (LAN 177r, HP 1v), *sōmente* (LAN 117r, 177v) ou a fenómenos de sândi descritos na *Gramática* e cujo âmbito se alarga pela permanência do interesse e da acuidade da observação, servidos por uma concepção de escrita que privilegia o oral e a representação da plasticidade da língua.

Comparando agora, na totalidade da produção para além da *Gramática*, o código preconizado para a representação da abertura das vogais por recurso às letras gregas e a sua aplicação, confirma-se a constatação de que o uso do <α> para a representação de /a/ é um lapso: a letra grega que, como vimos, na *Gramática* assinala /v/ não só nunca ocorre, mas o que Oliveira assinala é a vogal aberta, por processo idêntico ao das outras vogais abertas; também <ε> está ausente; sendo assim, a única das letras gregas utilizada é <ω>, embora o seu uso não seja constante.

Em conclusão, o recurso generalizado para a representação das vogais abertas é a duplicação das «vogaes grandes» (GR 13 2), prática corrente mas rejeitada na *Gramática* onde, como vimos, a grafia *soo* constitui a única excepção (Ver 2.1.4.1.1.), numa relação de coerência extrema entre o que se condena e aquilo que se pratica. Em escritos de outro teor que não obrigam quem escreve a ater-se a uma norma cuja explicitação não é incluída na própria obra, o código usado é, respectivamente, para /a/: <aa>; para /ε/ e /e/: <ee>; e para /ɔ/: <oo> ou <ω>, única das letras gregas que vence a separação entre o discurso metalinguístico enquanto tipo e outros tipos de discurso, ainda que neles se acuse o metalinguista. Estas correspondências caracterizam-se pela estabilidade, mas não têm carácter regular e tendem a concentrar-se em determinadas palavras, o que revela que a incidência da função metalinguística, presente em textos não metalinguísticos, se exerce em direcções determinadas, tendendo a consolidar-se, mas não chegando a constituir um hábito constante, o que de resto se inscreve na dimensão variacional da grafia coeva.

2.1.4.1.2. O uso de <h>: a relação entre o preconizado e o praticado, na *Gramática* e nos outros textos

Passando ao outro dos processos considerados correntes para a representação da abertura rejeitados por Oliveira (Cf. 2.1.2) – «outros põelhe aspiração» (13 4) – e tendo em conta a análise anterior da argumentação pontual de Oliveira, convirá agora inserir a observação e posteriormente a norma no contexto teórico da *Gramática*. Em primeiro lugar, como dirá muito claramente quatro anos depois João de Barros «aspiração» é o nome do sinal gráfico («Esta figura, h, os latinos não lhe chamam letera mas aspiraçã» – 46v 9-10) e não a designação do traço articulatorio de cuja existência em latim Oliveira duvida e que em português nega ao longo de toda a *Gramática*, a não ser em algumas interjeições, o que não o impede de analisar o uso da letra: «antre nós eu não vejo alghũa vogal aspirada se não é nestas interjeições *uha* & *aha* & nestoutras de riso *ha.ha.he*. aĩda que não me parece este bom riso português posto que assi o escreva Gil vicente nos seus autos» (19 21-24). Sendo assim, quando se encontram «vogaes cõ sinal de aspiração» isso passa-se «na escrita & não na voz»; o levantamento dos casos em que tal acontece é precedido da observação «& me parece que se não faz mais que só p^a. mais certo conhecimento de que são» (entenda-se: *do que são*), o que revela, da parte de Oliveira, a capacidade de detectar na grafia em questão uma função facilitadora da depreensão do conteúdo: alguns casos, como *homem* e *haver*,

«segue[m] ainda a escritura latina», mas outros, como «*hũ & alghũ, hi & a[] hi averbios de lugar*», «*só de nosso costume os escrevemos sã mais outra necessidade.*» (19 25-30).

Sendo assim, a nível do código preconizado, a prática corrente não é satisfatória, primeiro, porque a função do <h> não é de natureza fonética (nesse caso tratar-se-ia de assinalar a aspiração, mas não há aspiração em português); segundo, porque o seu uso decorre do costume e, mesmo quando esse costume é herdado do latim, o código preconizado deve assentar, como foi anteriormente observado, na relação biunívoca entre fonema e grafema. Como, além disso, os que usam <h> não o usam de forma geral e sistemática — «não [o] podem pôr em todos lugares» — o processo de assinalar a abertura das vogais por recurso ao <h> possui todos os atributos que o tornam inaceitável no esquema de equivalências gerais, constantes e bidireccionais que um código de natureza fonológica constitui.

E contudo, na prática escritural, se não são usadas vogais duplicadas nem letras gregas para representar a abertura, faz falta um processo que permita a rápida identificação de significantes gráficos, principalmente de corpo mínimo, como é o caso da 3ª pessoa do indicativo de *ser*; é relativamente a essa dificuldade que o «costume» faculta o preenchimento duma lacuna a nível do código.

O panorama que a *Gramática* nos oferece confirma as reflexões que acabam de ser feitas: num total de 243 ocorrências da palavra que hoje representamos por <é>, além das 3, anteriormente referidas em que foi usada a letra grega <ε>, 179 são representadas simplesmente por «e» e 61 por «he», o que corresponde respectivamente às percentagens de 74,58 % e de 25,41 %. Não só esta última percentagem é muito elevada para um uso rejeitado, como a grafia *he* se encontra com bastante homogeneidade ao longo de todo o texto. Forçoso é reconhecer que a necessidade teve maior força do que a razão invocada, visto que o Gramático não pôde prescindir de um processo gráfico que identificasse a forma. Finalmente, nos restantes textos, em que o escrevente não teve que submeter-se a prescrições de que foi o próprio autor, a grafia *he* tornou-se largamente dominante, se não exclusiva: «sua A. *he* servido» (CCI, 2, 107), «*he* necessario» (AGM 10v), «*he* tão antiga» (FAN, 152), «como *he* costume» (VFM, prólogo, 27).

Um relance sobre o CMQ revela o carácter excepcional da opção dominante na *Gramática* oliveiriana, ou seja, a grafia *e*; a representação gráfica bifurca-se em duas linhas: a primeira consiste na utilização de um processo gráfico para assinalar a abertura da vogal; é o que faz João de Barros, que tenta, por esta

ordem, o ditongo latino <æ> (*Cartinha*, Dedicatória, 4 10: «que em Európa æ estimada»), a letra <e> com cedilha sotoposta, <ę> (*Cartinha*, 15 18: «o cecear que ę tam natural a todos»), e se desvia uma única vez dessa orientação quando escreve «he» (*Gramática*, Introdução, 1v 18: «na primeira he o princípio»), antes de se fixar na forma <ę>, que se torna exclusiva (208 ocorrências). A segunda linha consiste na adopção da grafia *he*, ou seja, generaliza-se a opção secundária de Oliveira, que se torna exclusiva em Gândavo e Duarte Nunes de Leão.

2.2 A reflexão metalinguística, factor simultâneo de homogeneidade e de heterogeneidade: <i> e <y>

Confrontadas as práticas escriturais nas suas relações com concepções de base de que o código preconizado deve ser a expressão, cabe formular uma questão sempre latente: há variações gráficas patentes na *Gramática* que se deixam interpretar, e em que medida podem elas ser esclarecidas pela comparação com os outros textos?

Uma das questões que mais se presta a esta indagação é a variação <i> ~ <y>, tanto mais que o uso de <y> foi largamente debatido pelos metalinguístas renascentistas (Kukenheim, 1932: 41-42). A observação das grafias da *Gramática* revela que, num quadro geral caracterizado por acentuada flutuação, a distribuição das variantes gráficas nem sempre é aleatória e que as diferenças de frequência podem decorrer de opções gráficas coerentes.

Que a legitimidade do uso de <y> não é incontroversa, e que o argumento usado pode ser a própria designação de *i grego* di-lo Oliveira, ao escrever: desta letra «alghūs poderão dizer que não é nossa: mas eu lhe darey officio na escriptura das nossas dições proprias» (18 32-19 1). Esta função não é a representação geral do iode, que Oliveira designa de «i vogal líquido» (20 31), visto que considera que «As letras liquidas não tem outras figuras nomes nem pronunciações diversas do que soyão quando não erão liquidas: mas são as mesmas cõ menos força» (22 2-5). O «officio» exclusivo que Oliveira lhe atribui «é este que *as mais das vezes* quando vem hũa vogal logo trás outra nós pronũciamos ãtr''ellã hũa letra como em *meyo. seyo.moyo.joyo* & outras muitas a qual letra a mi me parece ser .y. & não .i. vogal porque ella não faz syllaba por si: nẽ tã pouco . j. cõsoãte na força que lhe nós demos, mas ã outra quasi semelhante àquella muito ãxuta sã nenhũa mestura de cospinho & nestes taes lugares poderá servir esta figura de .y. & se nã he ociosa.» (19

1-8). A afirmação da especificidade deste fonema é retomada mais adiante: «pode aver alguém que diga aquele .y. ãtre duas vogaes de que falamos ser .i. vogal liquido: mas a mi me parece estoutro que digo: mayormente porque elle fere sobre a vogal seguinte com hũa certa força como letra consoante» (20 30 – 21 1).

Estes passos, em que a identificação de um iode medial em sequências vocálicas se projecta numa norma gráfica, são por isso de teor distinto de outros, em que, referindo-se à estrutura da sílaba, Oliveira descreve a tendência para a eliminação do hiato por interposição de um «y consoante», que pode ter expressão gráfica corrente ou não: «*nós pella mayor parte* lhe metemos no meio hũa .y. consoante como. *Mayo. seyo. saya. ayo. mas não sempre* » (29 15-17); «*não sempre* mas tãbẽ . u . i. ou .o. se teverẽ despoys de si outra vogal tãbẽ soa antr"ellas *muitas vezes* este .y. consoãte como *marroyo. tiyo. arguyo. tiya*» (29 22-24).

Nas observações de Oliveira há que destacar, em primeiro lugar, a percepção do fenómeno geral de superação de hiatos por ditongação na sua dimensão mais ampla, que incorpora evoluções históricas documentadas pelo menos desde o século XIII: como *moio*, *Maio* e *saia* (Machado, 1990 e Cunha, 1996) e fenómenos mais recentes de ditongação das terminações tónicas <eo> e <ea>, como em *meyo* e *seyo*, documentados «desde finais do século XIV» (Cardeira, 2005: 110), mas cujo grau de convergência no século XVI, não é ainda um ponto incontroverso, dado o carácter generalizadamente conservador da escrita (Cf. Teyssier, 1982: 45), motivo por que, dadas as concepções de Oliveira, o testemunho da grafia da *Gramática* é particularmente esclarecedor. Embora o fenómeno fonético em causa fique fora do âmbito deste trabalho, deverá ter-se em conta que, de todos os metalinguístas representados no CMQ, Oliveira é o mais informativo, visto que dá ampla representação ao ditongo, seguindo-se-lhe Gândavo; em Barros, a notação do ditongo é rara, e em Leão é geralmente inexistente; é o que pode ser ilustrado por *meio*: das 38 ocorrências do vocábulo, Oliveira usa <y> no total das 14 ocs, do mesmo modo que Gândavo (8 ocs), mas Barros escreve *meo*, *mea*, representando a semivogal uma única vez (*meyo*), num total de 9 ocorrências, e Leão não representa nunca o ditongo (LRT: 6 ocs, LRI: 1 oc.). Mas Oliveira escreve sempre *alheo* (12 ocorrências), *cheo* (4 ocs.), *feo* (1 oc.), o que pode significar que o fenómeno de ditongação não se encontrava ainda, nessa data, plenamente consumado. De resto, o facto de Oliveira estabelecer um nexos entre as ditongações referidas e as articulações *arguyo. tiyo. tiya*, que testemunham do seu interesse pela observação da língua oral, pode indiciar que está ainda em curso um

movimento de expansão. Pode ser esse o sentido das expressões ambíguas que figuram sublinhadas nos passos acima citados: «as mais das vezes», «nós pella mayor parte ... mas não sempre», «não sempre», «muitas vezes», que podem querer dizer, pelo menos: 1º que, no mesmo contexto, a ditongação se dá em certos vocábulos, enquanto noutros se conserva o hiato; 2º que nem sempre, no mesmo vocábulo, é articulado um ditongo; 3º que uns articulam o ditongo, outros não; 4º que o mesmo locutor, no mesmo vocábulo, umas vezes profere um ditongo, outras um hiato. Mesmo que não possa seleccionar-se um dos sentidos como o mais adequado, é fora de dúvida que Oliveira caracteriza a tendência como frequente, mas não como constante.

O destaque que, no plano descritivo, Oliveira confere a este tipo de sequências projecta-se numa coerência total das práticas escriturais: assim, além das ocorrências ilustrativas do facto descrito: *alfayate*, *caya* (verbo), *candeya*, *senhoreya* (verbo), etc. O tratamento informático da *Gramática* revela que, num total de 67 ocorrências, a grafia *vogal + <y> + vogal* é constante, ou, negativamente, que a grafia *vogal + <i> + vogal* não existe. O mais importante, contudo, é que estas grafias se encontram antes da formulação da norma gráfica, no fl. 19: *gaya* (topónimo), 6 11; *mayor*, 5 13, 10 15; *meyo*, 4 17, 13 29, 16 14, 16 24, 17 5, 18 14): a identificação de uma sequência vocálica considerada específica e a regularidade da sua representação gráfica apresentam a estabilidade que caracteriza o que é habitual, e é elevada a probabilidade de que esse hábito seja anterior à elaboração da *Gramática*.

Comprovada a aplicação da norma na sua dimensão positiva, importa avaliar o seu grau de aplicação na dimensão negativa.

O inventário exaustivo da combinação de <y> com todas as letras anteriores e seguintes, revelou que a combinação com consoantes é quase inexistente. De entre os 80 casos detectados, destaca-se o reflexo da etimologia (66 ocorrências), quando esta remonta ao grego, ainda que por via latina: assim, das 73 ocorrências do vocábulo *sílaba* (<lat. SYLLĀBA <gr. SYLLABĒ), só 10 não apresentam <y>, que é usado mesmo quando a palavra é adaptada à estrutura fonológica do Português, sob a forma *sylba* (8 ocs.), que alterna com *silba* (2 ocs). Ao mesmo grupo pertencem *monosyllabos* (1 oc.) e *etymologia* (1 oc.), que ilustra que mesmo nestes casos é geralmente praticada a adaptação gráfica, como o comprovam as restantes 8 ocorrências da palavra, com <i> (< lat. ETYMOLOGĪA < gr. ETYMOLOGÍA). É ainda a etimologia, mesmo que deturpada, que explica a grafia *lybio* (1 oc.) (< lat. LIBYU-, de LIBYA). As restantes 6 ocorrências têm carácter esporádico, relacionável com a tradição

gráfica e ocorrem todas na parte inicial da *Gramática*, revelando que o critério gráfico não se encontra ainda fixado: assim *sy*, pronome (3 ocs., 2 29, 5 4, 10 24, a par das restantes 59 ocs. do vocábulo), *assy* (1 oc., 7 26, face a 124 com <i>), *ymagem* (1 oc, 4 9, a par de 3 outras com <i>), *ytaíia* (1 oc., 6 21, num total de 6).

Nos 9 casos restantes <y> ocorre antes de consoante, em representação da vogal em hiato (*sayr*, 1 oc.), mas o uso só é regular em contextos com <z>, em que figura no total de ocorrências: *boyz* (1 oc.), *juyz*, *juyzes* (3 oc.), *juyzo* (3 oc.), *rayz* (1 oc.).

Finalmente, num único caso, a letra é usada num ditongo crescente, *ye* (20 11), uma das designações de *i grego*.

Podendo assim considerar-se descurável a representação da vogal /i/ por <y>, e não sendo os ditongos crescentes percebidos de forma a suscitarem uma grafia distintiva, isso significa que o número muito elevado de ocorrências da letra decorre de esta ser usada em representação da semivogal dos ditongos decrescentes, função partilhada com <i>, mas condenada como «ociosa», como temos vindo a comentar. A resposta cabal exigiria uma pesquisa mais ampla do que o teor deste estudo permite. Não obstante, a distribuição de variantes gráficas foi analisada com o intuito de determinar se se apresenta como não aleatória e, em caso afirmativo, se ela pode ser interpretada em conexão com a norma em questão.

É o que foi posto em prática relativamente à variação <muíto> ~ <muyto>, representada no Quadro I: num total de 142 ocorrências, *muíto* apresenta 116 (81,69 %) e *muyto* 26 (18,30 %), o que legitima apenas a interpretação de que a forma com <i> é mais frequente, de acordo com a opinião de Oliveira. Um olhar mais circunstanciado permite observar que, antes do fl. 19, a diferença na frequência das variantes é muito menor, visto que <ui> apresenta a percentagem de 53,84 % e <uy> de 46, 15 %. Com esta primeira área contrasta a segunda, em que <ui> ocorre 95 vezes, ou seja em 92,23 % dos casos, enquanto <uy> ocorre apenas 8 vezes ou seja, fica confinado a 7,76%. A fronteira entre as duas áreas é o passo citado: a partir daí, *muyto* rarefaz-se, para desaparecer completamente a partir do fl. 50, o que é provavelmente a consequência de se ter consolidado um hábito de escrita oposto aos hábitos genuínos, mas desencadeado pela reflexão do Gramático.

Mais apresenta um total de 199 ocorrências, das quais 174 são grafadas com <i>, o que corresponde a 87,43 %, e 25 são grafadas com <y>, o que corresponde a 12, 56 % do total. Mas se se constituírem dois conjuntos, separados pela

explicitação da norma, constata-se que no primeiro, do fólho 1 ao fólho 18, inclusive, num total de 41 ocorrências, as percentagens são significativamente alteradas: *mais* (28 ocorrências) desce para 68, 29 %, enquanto *mays* (13 ocorrências) sobe para 31,70 %; a relação inverte-se no segundo conjunto, do fl. 19 ao fl. 75, em que, num total de 158 ocorrências, *mais* sobe para 92,40 % (146 ocorrências) e *mays* desce para 7,59 % (12 ocorrências), percentagens muito semelhantes às registadas para as variantes de *muito*, nesta área do texto.

Primeiro, estudado mais adiante no âmbito da variação diastrático-diafásica, inclui variantes com <i> ou <y>, que foram reunidas com as variantes de *muito*, no Quadro II, que revela distribuições homólogas.

A diminuição do uso de <y> nos casos que acabam de ser analisados não pode senão ser a consequência de a reflexão metalinguística de Oliveira se ir processando à medida que o texto vai sendo elaborado e se repercutir nele, homogeneizando-o a partir do ponto em que se exerce, como revelam as percentagens representadas no Quadro III, antes e depois do fólho de fronteira.

Mas a incidência da reflexão não é universal.

Não obstante o caso de *mais*, os monossílabos são provavelmente mais resistentes à expansão da grafia preconizada. Assim, se se comparar a variação de *muito* ~ *muyto*, já analisada, com a da forma apocopada do advérbio, comparação esta representada no Quadro IV, e reduzida a percentagens no Quadro V, constata-se que as percentagens totais são, para o lema *muito*, de 81,69 % para a forma com <i> e de 18, 30 % para a forma com <y>, enquanto para o lema *mui* (33 ocs), as percentagens respectivas, de 51, 51 % e de 48,48% são quase equivalentes. Mas a principal diferença é a que afecta o texto a partir da formulação da norma enunciada no fl. 19: enquanto, como vimos, a distância para *muito* se estabelece entre 92,23 % (<i>) e 7,76 % (<y>), no caso de *mui* a diferença situa-se apenas entre 60 % e 40%, o que significa que, apesar dos nexos formais, funcionais e semânticos que ligam os dois vocábulos, a reflexão metalinguística incidente na grafia se projecta muito mais eficazmente no primeiro do que no segundo.

A frequência não é talvez alheia à maior ou menor permeabilidade à expansão do uso, ainda que puramente gráfico; de facto, um exame relativamente amplo dos monossílabos de baixa frequência configura um panorama que revela, em geral, percentagens mais elevadas de grafias com <y>; assim *rei* (23 ocs., todas com <y>), *lei* (11 ocs.: <i>=4, <y>= 7), *foi*, pretérito perfeito de *ser* (18 ocs.: <i>=4, <y> = 14), *pois* (34 ocs.: <i>= 16, <y>= 18).

Na avaliação geral da representação do iode em ditongos decrescentes configuram-se dois conjuntos. O primeiro caracteriza-se pela existência de numerosos casos que comprovam a rarefacção do uso de <y> após a formulação da norma «& se nã he ociosa», o que legitima a interpretação de «ocioso» no sentido de ‘não necessário’, portanto ‘indesejável’ no plano de um código que, enquanto tal, não admite o supérfluo que é necessariamente factor de variação, sentido este de que uma prática escritural constante, ou pelo menos tendendo para isso, constitui a concretização. Num segundo conjunto, de «ocioso», no sentido de ‘não necessário’, desliza-se, numa óptica menos exigente, ou num menor grau de exigência decorrente de ser outra a matéria versada, para o de ‘em última análise, admissível’, o que, acentuando a permissividade, se traduz na indiferença, patenteada na alternância, no mesmo contexto, designadamente metalinguístico, das duas grafias. Assim, na enumeração dos ditongos: «*ay.* como *mãy.* *ei.* como *tomei* [...] *oi.* como *caracois.* [...] *oi.* como *boi.* [...] *ui.* como *fuy.* (26 24-27). Ou na referência à evolução das formas verbais de 5ª pessoa: onde «agora mudamos o *.des.* em *.is.* [...] como *fazeys* por *fazedes:* & *amais* por *amades*» (31 4-7). Ou ainda na descrição da formação do plural: «*cabeçal, cabeçays.* real. *reais* (68 31), «*pichel. picheis.* burel. *bureys* (69 2), «*caracol. caracoys.* rouxinol. *rouxinoy.* ourinol. *ourinois.* [...] *taful. tafuys.* azul. *azuys.* (69 4-5).

O confronto com os restantes escritos permite estabelecer um contraste geral: onde existe na *Gramática* alternância entre <i> e <y>, é altamente provável que o que se encontra nos outros textos seja <y>. Assim, tomando como amostra, dada a sua frequência, o ditongo cuja grafia Oliveira corrige de <ey> para <ei>, constata-se em todos os textos o predomínio, se não a exclusividade da grafia rejeitada: *apontey, feyto* — CCI, 1; *maneyra, feyção* (9r), *oliveyra, castanheyros* (20v) — AGM; *jornaleyro* (178r), *terceyro* (187v) — AGR; *carpenteyros* (149), *cegueyra, madeyra* (155) — FAN; *marinheyros* (2), *proveyto* (2) — VFM; *seysto* (165 r), *dereyto* (166v) — ANI; *direy* (1v), *declarey* (13v), *effeyto* (50r) — HP.

Premeyro foi a forma única encontrada na generalidade dos textos. Grafias minoritárias na *Gramática* afiguram-se exclusivas: *muyto, mays*. E finalmente, grafias já maioritárias ou exclusivas, designadamente monossílabos, ocorrem de forma presumivelmente constante: *rey, ley, foy, poys*.

2.3. A grafia da *Gramática*, face à dos outros textos.

A observação da grafia que tem vindo a ser feita teve por objectivo dar resposta, nesse domínio, às três primeiras perguntas formuladas na *Introdução* a este estudo.

Não são conhecidos escritos anteriores à publicação da *Gramática*; mas, nessa data, em 1536, Fernão d'Oliveira, nascido em 1507, como consta do primeiro processo inquisitorial, tem 29 anos, e é inadmissível que não tenha hábitos de escrita consolidados, coincidentes ou não com as práticas escriturais coevas, algumas das quais refere, exercendo sobre elas o seu juízo crítico.

Primeira gramática da língua portuguesa, a obra publicada reflecte a responsabilidade consciente do Autor relativamente ao problema crucial que se põe na altura em que é conquistado para o vernáculo o estatuto de instrumento legítimo de cultura verbal até então privativo, ou quase, do latim. Daí o nível de exigência revelado nas qualidades intrínsecas que devem prevalecer na definição do código gráfico.

Dos critérios estabelecidos, só um é sistematicamente posto em prática na *Gramática*, o da rejeição de letras vogais duplicadas, que é com certeza um hábito de escrita prévio, que irrompe nos outros textos, onde a obrigação de coerência não o reprime. Por outro lado, o uso das letras gregas <α>, <ε>, <ω> é muito provavelmente um recurso encontrado para satisfazer os critérios de rigor próprios de uma gramática; o facto de apenas o <ω> continuar a ser usado indicia predominantemente a extensão de um uso ensaiado na *Gramática*, que se mantém associado a certas palavras, sem que possam adiantar-se razões objectivas para a sobrevivência desta letra grega e não das outras. O outro dos recursos enunciado e também rejeitado para a representação da abertura das vogais, o uso de <h>, que na realidade só é efectivo para é, 3ª pessoa do indicativo de *ser*, faz também parte, muito provavelmente, dos hábitos de escrita de Oliveira, visto que o filtro crítico a que o Autor submete a sua escrita não impede que ela ocorra minoritariamente na *Gramática*, para se tornar habitual nos restantes textos. Em todos estes casos, o que está em causa é a identificação dos fonemas vocálicos abertos e tem de reconhecer-se que, na *Gramática*, a exigência, relativamente aos princípios que devem configurar o código, tem como consequência que, o que se ganha em termos teóricos, se perca em eficácia prática e se torne factor de variação por interferência de hábitos de escrita anteriores.

Decorrendo da mesma preocupação de estabelecimento de relação biunívoca entre fonema e letra, mas não dispondo de um conceito de semivogal que sirva adequadamente esse propósito, a norma explicitada para o uso de <y> revela outro dos traços da personalidade de Oliveira: o aprofundamento da reflexão metalinguística à medida que ela própria vai sendo exercida, a constância do exame crítico, a interrogação permanente sobre a validade do que é habitualmente praticado, traço este que, caracterizando o gramático, é também a marca do pensador. A variação <i> ~ <y> faz sem dúvida parte da grafia anterior e posterior à *Gramática*, mas a definição da norma, quando cerca de um quarto do texto está escrito ou impresso, deixa pontos de fractura cuja exploração pode ser informativa.

A amplificação de observações deste teor pode conduzir quer à identificação de partes do manuscrito que Oliveira reviu, quando as zonas homogêneas são contínuas, quer de partes da obra impressa de que terá feito a revisão, quando alternam fólhos homogêneos e fólhos não homogêneos, de acordo com o formato da obra e a imposição de que foi objecto (Gaskell, 1972: 110-116; Paiva, 2002, I: 35-40), o que poderá trazer alguma luz sobre a projecção no texto impresso de outros intervenientes, designadamente dos compositores-tipógrafos.

3. A variação diastrático-diafásica

Do confronto entre a língua da *Gramática* e a da restante obra ressalta a essencial identidade; mas a constatação de um determinado número de diferenças e ao mesmo tempo de similitudes internas a vários textos no plano lexical dá apoio à hipótese de que Oliveira diversifique a sua prática linguística de acordo com a concepção manifestada na *Gramática*, de que a língua se especifica em função de diversos eixos diversificatórios, em que distingue ofícios e tratos, meios sociais, o espaço geográfico e o tempo; por isso, E. Coseriu (2000: 60) considerou que «As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama ‘sociolinguística’ são notáveis». Cabe por isso perguntar se na rede de associações e de conotações prévias à selecção de variantes, Oliveira retém umas e rejeita outras conforme o teor da obra e o público a que principalmente a obra se dirige.

Nesta óptica, desenham-se na obra de Oliveira dois conjuntos: o dos textos que, pelo conteúdo, se dirigem a um público culto e que, no plano da forma, são mais elaborados e em registo mais formal, a que pertencem os

textos publicados, ou seja, a *Gramática* e a *Arte da Guerra do Mar* e, de entre os manuscritos, o *Livro da antiguidade, nobreza & imunidade do reyno de Portugal* e a *Hestorea de Portugal*. O segundo conjunto é o das obras de carácter prático e eficácia imediata, cujo registo importará caracterizar, mas que se afigura como corrente, com fronteiras indecisas relativamente às variedades linguísticas menos marcadas pela acção da escola e de outros meios de difusão da variedade de prestígio. A este conjunto pertencem a *Viagem de Fernão de Magalhães*, o *Livro da fabrica das naos* e o *Livro da Agricultura*.¹¹

3.1. MUITO e ÁGUA.

Como variantes pertinentes para a questão em estudo, foram seleccionadas em primeiro lugar *muito* ~ *munto* e *agoa* ~ *aogua*. Das duas primeiras formas, originárias do lat. MŪLTU-, a primeira, *muito*, resulta da evolução fonética mais geral, enquanto na segunda, *munto*, se deu a nasalação da vogal tónica por acção assimilatória da consoante inicial e posteriormente a perda da semivogal, regular em contexto nasal (Williams, 1975: 94). As variantes que constituem o segundo par, provenientes do lat. ĀQUA-, estão documentadas desde o séc. XIII: além do fenómeno de sonorização, patente na forma semiculta *água*, *auga* resulta da atracção da semivogal posterior pela tónica (J. Nunes, 1956: 42); uma terceira variante está documentada desde o mesmo século, *augua* (Machado, 1990; Cunha, 1996). *Munto* é considerado popular (Williams, 1975: 99) e *auga*, arcaico e popular (J. Nunes, 1956: 42, 145). Leite de Vasconcelos regista, como formas dialectais generalizadas, *munto* e « *áuga* (partout), et mème quelquefois *áugoa* » (1970: 118 e 78). Estes juízos, formulados em época recente, podem ajustar-se mais ou menos adequadamente à época em que Oliveira escreve; esse é um dos aspectos que a comparação entre os diversos textos pode esclarecer.

¹¹ A diversificação de tipo diastrático-diafásico, ou melhor, a visão que dela tem Oliveira, levanta numerosas interrogações sobre o nível de alfabetização, o grau de cultura, os meios sociais dos receptores destas obras. Cingindo-nos, a título de ilustração dos problemas que não podem ser omitidos, ao *Livro da fabrica das naos*, em que Oliveira desenvolve assuntos já tatados na *Arte da Guerra do Mar*, com pormenores técnicos que só seriam objectivamente úteis para os intervenientes na construção naval, como os responsáveis pelos estaleiros, só o conhecimento da história social pode esclarecer quais os condicionalismos objectivos determinantes: mobilidade social no sector, nível de alfabetização que provavelmente seria elevado (Cf. F. Ribeiro da Silva, 1986: 29). Parece contudo pouco compatível com um público escassamente culto o aparato erudito da obra, com citações de Aristóteles, Vitruvius, Virgílio, Plínio e notações à margem das referências, a menos que admitamos que esse público era heterogéneo ou que Oliveira reforça a autoridade dos seus conselhos e os prestigia por recurso aos clássicos, e mantém o hábito de indicação precisa das fontes (que ainda não possuía, ou não exercia, na *Gramática*, mas que se revela estabilizado na *Arte da Guerra do Mar*).

Constatou-se a solidariedade que acusam, por um lado, *muíto* e *água*, próprias do primeiro conjunto, e por outro *munto* e *aogua*, próprias do segundo, e representou-se, no Quadro VI, a distribuição das variantes.

Nem todas as obras apresentam carácter uniforme. Na *Viagem de Fernão de Magalhães*, no prólogo, ocorre unicamente a variante *muíto*, e o vocábulo ÁGUA está ausente. No relato, em vez da variante que considerámos congénere de *muíto*, ou seja *água*, ocorre de forma constante *aogua*, e *muíto*, amplamente dominante (90% das ocorrências), não elimina *munto* (10%). A disparidade indicia que, adensando-se no pré-texto o autodomínio linguístico, Oliveira exclui do prólogo uma variante que julga inadequada, e a deixa aflorar no que é simplesmente o relato de uma viagem. Esta hipótese é corroborada por outra: a de que, enquanto o prólogo é inequivocamente da sua autoria, a «viagem», embora autógrafa (Valière, 1976:2), é apresentada como «escrita p. hũ homẽ que foy na cõpanhia», o que responsabiliza menos quem simplesmente transcreve um relato alheio e lhe deixa margem para utilizar a sua competência linguística plurifacetada, inclusivamente para representar a sua percepção da maneira de falar dessa testemunha presencial.

Não é também completamente homogénea a *Arte da Guerra do Mar*: *água* é a variante constante, mas a variante *muíto* não é exclusiva, visto que detectámos 5 ocorrências de *munto*, uma das quais no fl. 42r e as restantes no último caderno, fls. 74r, 75v, 76r e 76v. Examinando mais de perto esta concentração, verifica-se, em primeiro lugar, que a variante maioritária convive, no mesmo fólio, com a variante minoritária; em segundo lugar, que ocorre em contextos determinados, mais susceptíveis de desencadear a sua actualização no discurso, como unidades fixas (*quãdo mũto*), sequências habituais (*mũto mays*), incluindo as arcaizantes (*os mũtos*): «A cidade de Belez seraa *quãdo mũto* como Cezimbra» (74r); «os navios de diverso genero pelejẽ apartados [...] porque se podem embaraçar, & *mũto mays* se embaraçaram [futuro] andãdo hũs aa vela & outros oo remo» (76v); «os poucos ordenados fazẽ mays que *os mũtos* desarrãjados» (75v), «porque arrecea de se torvar & cegar antr' *os mũtos*» (76v). É de tipo diferente a ocorrência do fl. 42r, que se assemelha, pelo teor, às observações e juízos que consubstanciam a voz da experiência e que abundam no *Livro da Fábrica das Naus*: «[as caravelas] tem outro pior [defeito] que nam carregam nada, nem navegam à popa posto que entrem *munto* no vento.»

Pelo contrário, são homogéneas a *Gramática*, o *Livro da Antiguidade* [...] e a *Historia de Portugal*. Particularizando o testemunho da primeira, constata-se

que, relativamente a *água* ~ *augua*, há apenas uma ocorrência do vocábulo, sob a forma *agua*, o que restrições de ordem temática explicam. Efectivamente, num total de 9 ocorrências no CMQ, só não é de natureza metalinguística a que se documenta na *Gramática* de Oliveira, e a variante *agua* é constante. Uma única ocorrência de *agua* na *Gramática* é pouco significativa, embora a palavra se integre numa expressão sem dúvida familiar — «nisso [ou seja, no apontar de etimologias fantasistas] tanto pode fazer hũa mulher farta d' *agua* com"elles (43 12-13), o que favoreceria a opção contrária; *muito*, como vimos longamente, é a forma única, embora com grafia variável.

São também homogéneas, em sentido oposto, o *Livro da Agricultura* e o *Livro da Fábrica das Naos*, onde *munto* e *aogua*, ao nível da pesquisa ampla efectuada, são as únicas variantes encontradas, o que reflecte a estabilidade da associação entre estas formas e a variedade diastrático-diafásica que estas obras reflectem: «as veyas não *munto* humedas, nem secas», «poço não *munto* alto, de *aogua* doce», «he melhor *aogoa* corrente de rio ou ribeyro d' *aogoa* doce» (AGR. 187r, 192r, 192v); «prática *munto* vulgar», «o sôvaro he *mũto* ryjo, & não apodrece na *aogua*», «nem o longo [navio] navega seguro cõ *munta* vela» (FAN. 149 (Prólogo), 155, 167).

Do panorama de conjunto depreendem-se alguns traços gerais:

1.º Da competência linguística de Oliveira fazem parte, para o vocábulo MUITO, as variantes *muito* ~ *munto* e, para o vocábulo ÁGUA, as variantes *água* ~ *aogua*, que não se distribuem aleatoriamente ao longo da obra. A consciência da diversificação linguística inerente a diversos meios sociais é patente na distinção estabelecida na *Gramática*, no âmbito das «dições usadas» (52 7), entre as que «são gerais a todos como *deos*, *pão*, *vinho*, *ceo* e *terra*» (52 18-19) e as que «são particulares», sendo que «esta particularidade» pode fazer-se «ãtre officios & tratos», como «cavaleiros», «lavradores», «cortesãos», «religiosos», «mecanicos», «mercadores» (52 18-23). Mas o facto de os exemplos de dicções gerais que seleccionou terem referentes e conceitos constantes no universo cultural comum, não permite saber se a «particularidade» entre «officios e tratos» que Oliveira tem em mente vai além da que respeita ao léxico especializado exigido pelas diferentes actividades profissionais, embora o conteúdo de «trato», 'convívio, relação social', associado designadamente a «cortesãos», autorize o alargamento do sentido a qualquer meio social e a qualquer situação de comunicação caracterizáveis e identificáveis no plano da língua, por particularidades que incluam todos os tipos de variação e todas as variantes que, em termos labovianos (Labov, 1984: 160-162, 319-321; 2001:

444) tenham atingido o limiar da consciência colectiva, condição necessária para que sejam reconhecidas pela generalidade dos membros da comunidade linguística, mas de que o metalinguista pode ter um conhecimento mais claro e amplo.

Embora haja na *Gramática* referências não sistemáticas à diversificação linguística, não há nenhuma descrição, juízo ou simples referência em que se insira concretamente a variação *muito* ~ *munto*, *agua* ~ *aogua*, o que ilustra a distância que vai da competência linguística à capacidade de descrição linguística, servida por conceituação adequada e limitada pelos objectivos mais ou menos claramente definidos na época. Não é menos verdade, contudo, que a originalidade da concepção oliveiriana de língua, perspectivada na sua plasticidade, favorece a captação do que, para além da identidade que une as duas variantes de MUITO e de ÁGUA, as separa, pelas associações que cada uma desencadeia com circunstâncias «particulares» de uso (para usar a sua própria expressão), o que condiciona decisivamente a selecção de cada uma em função do teor do texto em elaboração.

2.º São diferentes os estatutos de *munto* e de *aogua*, dado que *aogua* está ausente das obras do primeiro conjunto (GR, AGM, VFM: prólogo, ANI, HP), mas a variante *munto*, que considerámos à partida congénere, ocorre esporadicamente em algumas destas obras (AGM, VFM: relato), o que significa que o processo de filtragem de variantes julgadas compatíveis não foi tão consciente ou tão rigoroso que a impedisse de aflorar. O próprio facto de esta variante minoritária ocorrer em textos em que *muito* é a variante correspondente à expectativa gerada pelo tipo de texto e por isso mesmo quase constante, indicia que *munto* não seja estranho aos hábitos de expressão de Oliveira, o que é corroborado pela concentração da variante numa parte do texto, a final, entre os fls. 74r e 76v, cuja revisão pode ter sido mais rápida. Será assim predominantemente no eixo de diversificação diafásica que a variante se insere, mais precisamente no pólo negativo da linha que define graus de contensão linguística.

Mas se, numa obra em que bastante se fala de ÁGUA, como é a *Arte da Guerra do Mar*, não foram detectadas ocorrências de *aogua*, isso significa que a variante *muito* provavelmente se situa no pólo negativo do eixo diastrático e não pertence ao sistema linguístico virtual activável de Oliveira, «ele próprio». Finalmente, o facto de *aogua* e *munto* serem, homogeneamente, as variantes que ocorrem no *Livro da Agricultura* e no *Livro da Fabrica das Naos*, concretiza a capacidade de quem escreve de se pôr no lugar de quem recebe a mensagem,

vencendo Oliveira a distância que vai da aptidão a perceber a mobilidade da língua à assunção da postura que desencadeia a activação destas variantes virtuais.

3.º Oliveira é inequivocamente o menos normativo dos metalinguístas quinhentistas, o que pode ser avaliado pela escassez de juízos peremptórios de rejeição ou aceitabilidade e pelo teor mitigado daqueles que formula. Se as variantes *munto* e *aogua* não são neutras, como o prova o facto de serem submetidas a processos de filtragem, que atingem mais fortemente *aogua* que *munto*, a conotação negativa que as afecta não é com certeza tão acentuada que elas desprestigiem quem as usa, em circunstâncias determinadas. Na história da norma em Portugal, será necessário esperar por Duarte Nunes de Leão (1576 e 1606), para que os juízos de valor sejam fortemente polarizados e mesmo esquematizados em listas, encontrando-se num dos extremos, as formas «erradas», de «gente vulgar» (LRT) ou de «plebeios» (LRI) e no outro, as formas «emendadas» (LRT) que são aquelas «que os homens polidos» (LRI) devem usar (Paiva, 2007: 2968). São as concepções de Leão, principalmente na segunda obra, que estão na origem de «um registo formal se ter tornado o molde obrigatório do discurso culto, privativo das camadas sociais mais altas, o que propicia a identificação entre a variedade diastrática do topo da pirâmide social e a variedade diafásica de âmbito mais restrito.» (Paiva, 2004: 291).

Contudo, apesar de, em 1536, ser implícito o valor evocativo antagónico de variantes e ser provavelmente menos acentuado o matiz negativo de algumas, a consciência da plasticidade da língua, diversamente configurada por usos cuja tipificação Oliveira conhece na sua dimensão virtual e põe em prática, projecta-se na selecção da variante adequada ao discurso então em acto: na *Gramática*, *muuto* com exclusão de *munto*, o que é fortemente probante, dado o número de ocorrências do vocábulo, e *agua* mas não *aogua*, o que sendo menos probante por haver uma única ocorrência do vocábulo, é compensado pelo testemunho de todas as restantes obras do primeiro conjunto.

4.º Por isso, uma outra linha de demarcação da língua da *Gramática* deverá ser tida em conta: a que decorre da dimensão tendencialmente exemplar de um uso que a autoridade do gramático legitima, e que designei por «norma latente» (Paiva, 2007: 2964).

3.2. MI, pronome

Os indícios de que se encontra em gestação o delineamento de um registo formal por selecção de variantes, suscita o exame da variação *mi* ~ *mim*. Proveniente do lat. MIHI, a forma *mi* mantém-se na época, mas existe paralelamente a forma modificada pela nasalação progressiva exercida pela consoante inicial. A variação *mi* ~ *mim* remonta ao período mais antigo da língua (C. Maia, 1986: 663, 666; R. Silva, 1989: 211-212; 229). Que essas formas apresentam matizes diversificados prova-o a sua distribuição no conjunto da obra oliveiriana e no CMQ.

Na *Gramatica*, das 15 ocorrências do vocábulo, 12 apresentam a forma *mi* e 3 a forma *mĩ*. Destas, uma é de carácter metalinguístico e dela diz Oliveira que «*mi*. alghũs o acabão co esta letra til. assi *mĩ*» (71 6-7), o que indicia que o uso da forma não é generalizado. Das outras duas ocorrências, uma pode ser interpretada à luz da relação entre emoção e espontaneidade do discurso, que as pesquisas e as técnicas de entrevista desenvolvidas por Labov comprovam largamente (1984: 86, 93-94); a ocorrência da variante pode ser legitimamente interpretada como tendo escapado ao autodomínio linguístico que a teria eliminado, se o locutor estivesse menos envolvido afectivamente no que relata: a troça que suscitava em Évora quando, «sendo moço pequeno» dizia *som*, 1.^a pessoa do indicativo presente de *ser*, enquanto os outros usavam *sou*, *são*, ou *so*: «faziam zombaria de *mĩ* os da terra porque o eu assi pronũciava segũdo que o aprendera na beira.» (71 32 – 72 2). A terceira ocorrência — «mas a *mĩ* o contrário me parece» (35 13) — suscita a hipótese de a enfatização do eu, que a formulação reflecte, favorecer a expressão de hábitos individuais.

A análise que acaba de ser feita não poderia ser mais do que uma tentativa de interpretação, se a forma *mim*, tão rara na *Gramática*, não fosse claramente dominante, ou talvez única, em todos os outros textos de Oliveira.

Assim, na *Arte da Guerra do Mar*, onde, sendo o uso da primeira pessoa excepcional, de acordo com a natureza da obra, a variante continua a ser associada a *parecer*, constituindo quase um fórmula de introdução de um juízo pessoal: «O que me a *mym* parece» (10r), «E a *mym* me parece que» (16v), «mas a *mĩ* me parece que» (23r bis), «A *mĩ* me pareceo sêpre que» (41v), «o que me a *mym* nam parece maõ conselho» (43r), «mas a *mim* me parece muyto» (48r). Na *Historia de Portugal*, citando a *Bíblia*: «Tornay vos para *mĩ*, & eu me tornarey para vós» (108r). No *Livro da Fabrica das Naos*: «emendem o que me a *mỹ* falta» (149), «antes pera *mỹ* seraa gloria» (150), «zombão de *mỹ*» (151), «mas a *mỹ* não me parece o seu conselho acertado» (170).

No *CMQ*, das 34 ocorrências do vocábulo, 30 apresentam a forma *mi*. Além das 3 ocorrências de *mim* em Oliveira, a forma só ocorre uma outra vez, na *Origem da Língua Portuguesa* (1606) de Duarte Nunes de Leão: «A passiva he quando a obra que eu fazia ma faz outrem a *mym* ou a outros» (117 18-19). O panorama geral revela idêntico juízo de valor relativamente a estas variáveis, não obstante diferenças essenciais nas atitudes face à língua, nas concepções do padrão linguístico e mesmo nos meios sociais e nas idades dos autores. O testemunho d’*Os Lusíadas* revela que *mim* é ainda rejeitado como não compatível com o estatuto da epopeia: das 17 ocorrências do vocábulo, 16 apresentam a forma *mi* e a única ocorrência de *mim* (Cunha, 1980: XXVII) insere-se no episódio quase picaresco de Fernão Veloso: «Mas eu pera ca vi tantos vir, / Daquelles caës, de pressa hum pouco vim/ Por me lembrar que estaveis cá sem *mim*.» (V, 35)

Regressando a Oliveira, parece claro que aos factores de variação que directamente se relacionam com a originalidade do seu conceito de língua, acresce, na *Gramática*, um outro factor específico de variação decorrente da componente metalinguística que marca o discurso, e da dimensão exemplar que a actividade linguística nela assume: aos hábitos que podemos julgar genuínos, sobrepõem-se variantes tidas por melhores, que contudo não se tornam exclusivas.

No plano da norma latente, o registo da *Gramática* define-se pela rejeição de uma forma ainda associada à expressão emocional, em situação de proximidade.

4. PRIMEIRO, uma encruzilhada de tendências

Analisado anteriormente no âmbito da variação <i> ~ <y> (Ver Quadro II), PRIMEIRO é afectado por outro traço variacional que é agora objecto de indagação. Proveniente do lat. PRĪMĀRĪŪS, o vocábulo apresenta a forma *primeiro*, de acordo com a evolução geral de *Ī*, mas também a forma *premeiro*, que se insere na frequente variação de <i> ~ <e> pretónicos (C. Maia, 1986: 531-532). Na *Gramática*, o vocábulo apresenta 80 ocorrências, das quais 49 com a forma *primeiro* e 31 com a forma *premeiro*. O confronto com João de Barros e Duarte Nunes de Leão revela que estes usam exclusivamente a forma com <i>, de acordo com a tendência a reaproximar da origem latina estas formas lexicais flutuantes, que se manifesta também em textos literários: só a forma com <i> ocorre em Garcia de Resende, *Vida e Feitos de D. João de D. João II* (1545)

(E. Verdelho, 1994), nas poesias de Sá de Miranda (C. Carvalho 1953) e n' *Os Lusíadas* (A.G. Cunha, 1980).

Em contraste com a *Gramática*, nos restantes textos oliveirianos, a forma *primeiro* torna-se tão largamente predominante que tende à exclusividade, o que convida ao reexame da distribuição das variantes na *Gramática*, representadas no Quadro VII. Aí constata-se a existência de duas zonas compactas: a primeira, do início ao fl. 30, em que ocorrem só formas com <i> (34 ocs); a segunda, do fl. 56 ao fim, em que só ocorrem formas com <e>, com uma única excepção, no fl. 59 (19 ocs), e uma terceira, do fl. 36 ao fl. 56 (27 ocs.), em que as duas variantes convivem, com predomínio variável de uma forma ou de outra.

Estes vinte fólhos constituem um terreno propício à determinação de factores susceptíveis de desencadear a selecção de uma das variantes; a integração em contexto conduziu à conclusão de que a identidade geral de conteúdo se matiza de diferenças que, não delimitando ainda a repartição semântica, são decisivas na opção por cada uma delas.

Primeiro é expectável quando o fulcro associativo é a cultura latina.

Pode tratar-se de instrumentos culturais de que o latim era o veículo linguístico; daí que *primeiro* surja em contexto com «livro», 'parte de obra' – «Quintiliano no *primeyro* livro» (41 22, 42 18)¹², associação esta suficientemente estável para romper a fronteira que separa esta área de variação da área seguinte, uniforme, em que esta ocorrência de *primeiro* constitui a única, e por isso significativa, excepção: «quintiliano no *primeiro* livro» (59 23).

A segunda grande área é aquela em que o tecido textual incorpora conceitos desenvolvidos no âmbito da tradição gramatical clássica, desde as designações das categorias gramaticais – «*primeira* pessoa do indicativo» (36 20) – à tipologia morfológica e semântica das «dições» – «Dições próprias chamamos aquellas que servê na sua *primeira* & principal sinificação» (53 18) – ou ainda ao debate sobre os mais importantes atributos da língua: «a *primeira* e principal virtude da lingua é ser clara» (53 10).

O sector em que é maior a densidade da variante é o da etimologia, quer em sentido estrito, quer em sentido lato, quando está em causa a origem ou a relação morfológica entre palavras, devendo ter-se em conta não apenas os casos em que *primeiro* é adjectivo ou adjectivo substantivado, em que a

¹² Em todo este parágrafo, a referenciação localiza apenas a ocorrência da variante em estudo e não a totalidade do passo onde ela figura.

relação pode ser a de equivalência de conteúdo directa, mas também aqueles em que *primeiro* é advérbio, valendo então, como factor de atracção, a homogeneidade de associações em que a variante se integra: «agora falemos das dições. *Primeyro* de seu nacimêto a que chamão os gregos etimologia» (39 4); «O que *primeiro* nestas avemos d'olhar é o seu fũdamêto & dõde vierão a que os gregos chamão como dissemos etimologia» (39 23); «& posto que se possão dividir [as «dições apartadas a que os latinos chamam simprezes ou singelas»] o seu *primeiro* & principal intento & seu significado não consintẽ a tal divisão» (45 19).

Daí a frequência da combinação com «nascimento» e com «fundamento», atestadas, anteriormente, em 39 4 e em 39 23 e ainda: «& donde tẽ seu *primeiro* & proprio nacimiento» (46 4), «As dições que chamamos *primeiras* chamão os latinos primitivas: estas são cujo nacimêto não procede doutra parte mais que da vontade livre daquele que as *primeiro* pôs como *roupa. mãta*» (54 5, 54 7); «o *primeiro* fundamento daquelas partes é serem diversas» (46 18).

A combinação com *principal* – «o seu *primeiro* & principal intento» (45 19), «a *primeira* & principal virtude da lingua» (53 8), «*primeira* & principal sinificação» (53 18) – relaciona-se com uma das características do discurso gramatical, decorrente do objectivo de visar o fundamental e daí que, hierarquizando-se os aspectos em análise, e começando-se pelo que se julga mais importante, entre *primeiro* e *principal* se estabeleça uma zona de sobreposição dos conteúdos semânticos respectivos, ou uma área semântica comum: o *primeiro* aspecto é simultaneamente o *principal*. A esta razão deverá acrescentar-se uma outra: introduzido por via culta e documentado desde o século XIV (Machado 1990, Cunha, 1996), *principal* mantém provavelmente ainda nesta época, o carácter de termo culto e de âmbito de emprego restrito que propicia a sua associação com *primeiro*.

Das 14 ocorrências de *primeiro* nestes fólhos, falta apenas referir aquela em que o conjunto de efeitos evocativos da variante a torna mais consentânea com o carácter culto do molde frásico: *os primeiros... os derradeiros*: «as partes dos *primeiros* não se achão apartadas. & as destes *derradeiros* si» (47 8).

Passando a *premeiro*, constata-se que a variante se integra em redes associativas fortemente contrastantes com aquelas que acabam de ser referidas: a evocação do tradicional constitui o núcleo central, em que podem distinguir-se dois sectores: o que corresponde a um passado muito antigo ou remoto – «os *premeiros* homens quando *premeiro* nomearão .toalha. & gardanapo.» (50 32, 50 32), «& porque nos não faltẽ vocabolos nas cousas: p.^a as quaes todas os

primeiros homens não poderão dar vozes» (54 19) — e o que constitui a herança histórica — «em tempo d'el rey dom Johão o *primeiro*» (40 12), «dom Johão da boa memorea o *primeiro* deste nome (49 8).

É ainda a associação com o que caracteriza a deriva linguística ancestral que está patente nas duas primeiras ocorrências de *primeiro*, em que a palavra surge em contexto com *silba*: «estes todos tẽ a *primeira* ou penultima grãde mas frangão [que] tem vogal pequena nessa *primeira silba* nem por isso deixa de entrar nesta eiceijam» (36 25, 36 26).

Referida anteriormente a etimologia de *sílaba* (Ver 2.2.), importa agora ter em conta que a forma trissilábica está documentada desde os séculos XIV-XV (Machado, 1990). Na *Gramática* o lema apresenta 73 ocs, das quais, omitindo a variação gráfica, 63 como *silaba* e 10 como *silba*. No *CMQ*, as restantes 99 ocs do lema apresentam a forma maioritária.

Antes da ocorrência em que surge em combinação com *primeiro*, o vocábulo fora usado várias vezes como *silaba*, ocorrendo a forma *silba* pela primeira vez quando, caracterizando as «semivogais» como podendo terminar sílaba, Oliveira parece aperceber-se de que a palavra *silaba*, uma vez modificada, pode ser integrada nessa regra, caindo-lhe do bico da pena a forma *silba* que usará várias vezes, mas que não elimina o trissílabo, que aparece pouco depois: «[as semivogais] gozão de seu officio em dar fim a dições ou *syllbas* como vogaes: pode acabar dição ou *syllaba* nesta letra .l. como peytoral» (28 6-7). É já num segundo momento que Oliveira dá a palavra como exemplo da tendência que considera típica dos portugueses: «Tambem somos amigos de cortar as vozes: [...] como *syllba* por *syllaba*: & fezerdes por fezeredes» (30 32 – 31 3). Não é por isso improvável que a criação da forma se deva a Oliveira, que adapta a forma introduzida por via culta à estrutura fonológica do português, suprimindo a vogal postónica que, neste contexto, caiu na deriva histórica tradicional. É assim por homogeneidade de evocações que *silba* desencadeia as duas primeiras ocorrências de *primeiro* na *Gramática*.

Não é por isso ocasional que a referência a, ou a associação com factos linguísticos correntes suscite a variante *primeiro*: «como *aquelloutro* onde a *primeira* parte perde hũa letra .e. do cabo» (48 6); «posto que se perca esta letra .a. do começo do *primeiro* verbo *acertar*. » (48 25). Afim dos passos anteriores é o seguinte, em que, usando uma das variantes vernáculas do vocábulo, de que há, além desta, duas outras formas atestadas na *Gramática*, cada uma com 1 ocorrência - *instrumento* (15 30) e *estormento* (54 1) - mesmo tratando-se da terminologia que noutros casos suscitou *primeiro* (Ver, acima 54 4), seja agora

a variante mais distante da forma latina que é usada: «Ou tãbẽ são proprias como livro por que lemos ou mudadas como livro estromêto de musica ou são *premeiras* como livro : ou tiradas como livreiro» (40 1).

Enquanto, como foi visto, a etimologia levada a sério congrega um número elevado de ocorrências de *primeiro*, a sátira da preocupação obsessiva com a origem das palavras envolve a selecção de *premeiro*: «Ora pois de tal nome com"este que nem é mais proprio nẽ mais antigo em outra terra que nesta se quizeremos saber a etimologia ou nacimiento delle há mester que saibamos onde *premeiro* naceo esta cousa a que chamamos *arcabuz* & quem no pario» (42 18)

Quando num contexto próximo ocorrem as duas variantes, a variação pode parecer caótica; mas, no passo seguinte, para além da polissemia do vocábulo, com as acepções actualizadas de *primeiro* e já analisadas, não coincide o conteúdo de *premeiro*, que exprime a ideia de uma anterioridade que desagua no presente habitual: «As dições juntas a que os latinos chamão cõpostas são cujas partes apartadas sinificão ou podem sinificar & sã dições por si ou partes doutras dições ã que *premeiro* servião: & donde tẽ seu *primeiro* & proprio nacimêto ao cõtrairo das apartadas» (46 4).

Finalmente, na única ocorrência de *premeiro* ainda não comentada, a variante sugere por evocação a proximidade da relação que autoriza o conselho: «o uso delles se fará com muitos resguardos o *premeyro* que desses vocabolos novos tomemos os mais velhos» (51 26).

Se, na zona intermédia do texto sobre que temos vindo a trabalhar, as diferenças entre *primeiro* e *premeiro* são consistentes, sem que seja contudo expressa a consciência dessas diferenças, é óbvio que, quando apenas uma das variantes ocorre numa área compacta do texto, ela carrega os conteúdos que se repartem pelas duas na área de convergência e os efeitos evocativos que distinguimos são obliterados.

Pode concluir-se que na competência linguística de Oliveira, enquanto locutor, existe bivalência de signos, no sentido de que cada elenco é activado em harmonia com as coordenadas que definem a situação de comunicação. Não é por isso irrelevante que, na *Introdução* e na *Dedicatória da Gramática*, o autor extraia do acervo linguístico comum os meios de expressão susceptíveis de promoverem a sua inserção simbólica no mundo dos cultos, que evocam por associação, e mediante os quais o utilizador se autoprestigia. É a este elenco que pertence *primeiro* que, uma vez usado no pré-texto, continua a sê-

-lo na parte inicial do texto, primordial pelo efeito que suscita no leitor, e daí em diante.

Mas existe um outro estrato que é activado em geral por associação com o que, remontando frequentemente a um passado distante, tem carácter tradicional e se insere no habitual, e cuja emergência é favorecida por situações de comunicação propícias a uma maior espontaneidade; esse estrato é provavelmente um estrato de base que, tendo aflorado em contextos especialmente favoráveis, se torna constante na *Gramática*, e posteriormente nos restantes textos. Não seria de estranhar que, desdobrando-se permanentemente em utente e metalinguista, Oliveira, a partir da zona do texto em que as duas variantes convivem, tivesse ultrapassado a simples intuição das diferenças que essa parte do texto comprova e assumisse a variante *premeiro*, mais em harmonia com a deriva tradicional ou a genuinidade do Português.

A distribuição das variantes comprova cabalmente o carácter não caótico da variação, o que só se torna possível a partir de inventários exaustivos, efectuados mediante tratamento informático dos textos. Conhecer a estrutura da variação é em grande parte conhecer o porquê da mudança linguística, e também definir as redes de associações que se projectam na sobrevivência da variante mais antiga ou na opção pela variante mais recente, questão esta decisiva no que se refere à relatinização e ao modo como se expandem os latinismos.

5. O tempo

No fluir constante que é a língua, variação e tempo configuram o futuro linguístico: o que se torna cada vez menos frequente coexiste com o que se torna cada vez mais frequente, e da dinâmica em que progressivamente o que uma variante perde em frequência é ganho pela outra, resulta a exclusividade de uma das formas por eliminação da concorrente. Numa época em que da acentuada mobilidade linguística emerge a norma, como se define a língua da *Gramática* relativamente aos usos que então são ainda simultâneos, tomando como termos comparativos os restantes textos oliveirianos e o *CMQ*?

5.1. O futuro anunciado

Sempre que não está em causa, directa e manifestamente, a relatinização, pode antecipar-se a resposta: a língua da *Gramática* caracteriza-se pela modernidade, ou seja, pela opção exclusiva ou predominante pelas formas

ou pelas variantes que prevalecerão na língua e cujas concorrentes são já, na época, provavelmente arcaizantes.

A comparação, estabelecida a partir de vocábulos-testemunho, com as fontes de informação acima referidas, permite que sejam estabelecidas diferenças ou identidades que suportam um primeiro juízo geral: a língua da *Gramática* privilegia os usos mais recentes.

É o caso das variantes de FLOR. Provenientes do lat. FLŌRE-, estão documentadas no CMQ duas variantes: *frol* (que resulta da evolução semiculta do grupo consonântico inicial FL > fr e da dissimilação da segunda vibrante) e *flor* (que resulta de uma reaproximação da forma latina originária). Passando ao exame da distribuição destas variantes no CMQ e, porque de tempo se trata, tendo em conta que as evoluções então em curso podem afectar os testemunhos em função da idade¹³, constata-se que Barros usa a variante *frol* (1 oc.: BDL 54r 10) que, na *Ortografia*, Leão condena como própria da «gente vulgar» (70v 24), em substituição da qual preconiza *flor* (70v 24). O vocábulo apresenta 4 ocorrências na *Gramática*, todas metalinguísticas, das quais 3 sob a forma *flor* e uma sob a forma *froles*, referida como antiga (21 26). O juízo de Leão, formulado em 1576, ou seja 40 anos após a publicação da *Gramática* de Oliveira, traduz o frequente trânsito do eixo diacrónico para o eixo diastrático, quando determinadas variantes, neste caso *frol*, ainda usada por Barros, deixa de o ser na variedade de prestígio, em que é a forma relatinizada *flor* que é preferida, passando a forma mais antiga a ser considerada desviante relativamente a um uso tido por melhor. Contudo, Oliveira usa *frol* na *Arte da Guerra do Mar* (25r) e no *Livro da Fábrica das Naos* (162).

Todolos, em que se documenta a assimilação da consoante final de *todos* pela consoante inicial do artigo *lo* e conseqüente conservação, facto este análogo a outros que foram correntes no português medieval, apresenta, no CMQ, 78 ocorrências, que englobam *todolos* propriamente dito («*todolos* infinitivos» (BGR 8v 17), «*todaldas* outras vogaes» (LRT 2v 16)) e a combinação de *todos* com unidades pluriverbais que incluem o artigo («*todolos seus* nomes» (BGR 8r 12), «*todaldas* outras vogaes» (LRT 24r 17)). A forma ocorre em Barros (69 ocs.), LRT (7) e LRI (2). Em todos estes textos a forma não aglutinada alterna com a forma aglutinada, que está ausente em Oliveira, em Gândavo

¹³ Em relação a Oliveira, nascido em 1507, Barros, nascido c. 1496, é aproximadamente 11 anos mais velho, Gândavo, cuja data de nascimento é desconhecida, mas que outros indícios levam a supor que pertença à geração de Camões (1524?; cf. E. Pereira Filho, 1961: 7-8), seria talvez entre 7 e 24 anos mais novo que Oliveira, e Duarte Nunes de Leão, nascido em 1530, tinha menos 23 anos.

e é rara na *Ortografia* e na *Origem da Língua Portuguesa* de Leão. O carácter fortemente arcaizante da língua de Barros explica a frequência da forma, e é ainda a tendência conservadora de Leão que se manifesta na sua sobrevivência. Oliveira usa *todolos* na *Arte da Guerra do Mar*, no *Livro da Fábrica das Naos* e na tradução de Columella; a inexistência dessa forma na *Gramática* é mais um traço que comprova a opção pela modernidade.

A conjunção *ca* (< lat. QUIA) é uma forma em perda de vitalidade, cujo panorama, no CMQ, nas suas linhas gerais, reproduz o de *todolos*, começando pela distribuição das ocorrências: num total de 54, a forma apresenta em Oliveira, 1 ocorrência; em Barros, 46; em LRT, 2; e em LRI, 1. Uma vez mais é Barros que usa mais frequentemente a conjunção: «A formaçam dos nomes no plurár da primeira declinaçam, e cousa muy facil: *ca* nam tem mais que acrecentar lhe esta letera, s» (13v 14-16). Nos restantes textos oliveirianos, constata-se que a conjunção irrompe com uma frequência surpreendente ao longo de toda a *Arte da Guerra do Mar*, para regressar, nos outros textos, ao quase nada que era na *Gramática*. Não é este o único dos enigmas que a *Arte da Guerra do Mar* encerra e que encontrarão talvez resposta adequada mediante o exame das obras saídas das oficinas dos dois impressores da universidade, um dos quais é João Álvares, que imprime a obra com data de 4 de Julho de 1555, ou seja no período efémero em que Fernão d'Oliveira desempenhou o cargo de «correitor da impressão» da Universidade¹⁴.

Nenhum dos usos dominantes na *Gramática* anuncia tão marcadamente o futuro como aquele que a variação *pera* ~ *para* revela. A par da forma mais antiga, *pera* < lat. PER AD, é usada também *para*, em que se manifesta a tendência para a evolução do fonema representado por <e>, antes da vibrante, para /a/ ou /v/, que não só está largamente documentada nas línguas românicas, como continua a exercer-se em formas como *amaricano*, por *americano* (Vasconcelos, 1970: 103) ou *númaro* por *número*. A opinião expressa por A. G. Cunha (1986, s.v.), de que «só a partir de meados do séc. XVII é que a forma actual *para* começa a suplantiar a antiga *pera*» merece por isso ser confrontada com a informação colhida no conjunto do CMQ e nos escritos de Oliveira. A observação dos manuscritos revela que Oliveira escreve com muita frequência o vocábulo abreviado, o que se repercute no texto impresso,

¹⁴ Oliveira é nomeado para esse cargo por alvará de D. João III, datado de 18 de Dezembro de 1554; mas menos de um ano depois, em Outubro de 1555, D. João III designa Cristóvão Nunes para o substituir «em quanto o dito Fernão d'Oliveira não for livre do caso por que he preso», em consequência do segundo processo que lhe é movido pela Inquisição (Deslandes, 1881, I: 16-17, II: 20-21)

onde <p> com a haste cortada por barra ondeada é usado também, embora raramente, para representar a sílaba *par*, por exemplo em *parte* (GR 53 26, 63 5), *participantes* (54 25), *particulares* (49 12), prática esta conforme aos usos manuscritos (E. B. Nunes, 1981: 20-21), que a tipografia primitiva tende a prolongar. Por outro lado, a inércia do gesto do compositor contribui para a conservação do símbolo, mesmo quando se encontra em curso a evolução fonética que determinará a vitória de *para*. Nas contagens estabelecidas a seguir não entram por isso em linha de conta todos os casos em que *pera*~*para* está abreviado.

Na *Gramática*, num total de 58 formas escritas por extenso, *para* ocorre 50 vezes, na percentagem de 86,20%, e *pera* nas restantes 8, o que corresponde à percentagem de 13,79%. Não só estes números falam por si, como o seu significado é corroborado pelo facto de, nas aglutinações gráficas praticadas por Oliveira e que sem dúvida reflectem o uso oral, ser a forma *para* que é usada e nunca *pera*; assim *parao* (correspondendo a *para* o – 3 ocs.), e ainda *par"ellas*, *par"elle*, *par"onde* (9 ocs.). Às ocorrências da forma simples deverão somar-se as da locução final, que apresenta exclusivamente a forma *para que* (10 ocs).

Em Barros, a par de 105 ocorrências de *pera*, há uma única ocorrência de *para*, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem* — «Nã sam todos *para* isso licenciados» (56v 10).

As obras tratadas por amostra merecem particular atenção, dada a distância cronológica a que se situam relativamente a Oliveira e a Barros.

Em Gândavo só está representada a variante *pera* (12 ocs). Se, como se supõe, Gândavo é originário de Braga, o facto confirmaria o carácter conservador da região de Entre Douro e Minho, reconhecido por Oliveira e Barros, e encontra-se em sintonia com outros traços gandavianos.

O testemunho das obras de Leão é coincidente, apesar dos trinta anos que as separam. Na *Ortografia* [...], há 2 ocs. de *pera*, uma das quais pode ser da responsabilidade do editor, visto que figura no rosto e constitui um aposto ao título: «Obra util, & necessaria, assi *pera* bem escrever a lingoa Hespanhol, como a Latina» (1- 4); a segunda encontra-se na lista de «palavras» que «a gente vulgar usa» (71r 21), devendo em sua substituição ser usada *para*, uma das 25 ocs. da variante. Na *Origem* [...], das 22 ocs. do vocábulo, 19 apresentam a forma *para*; das restantes 3, uma confirma o juízo expresso na obra anterior: «*Para* preposição que significa acerca dos latinos .ad. porque

os vulgares dizem *pera*» (60 26, 60 27). Só um inventário mais amplo poderia esclarecer se, não obstante o juízo de rejeição, *pera* escapa ainda à vigilância de Leão, como parece acontecer nas outras duas ocorrências da variante: «onde podiaõ escolher aa vontade, *para* apascentar seus gados, & *pera* sua lavoura» (8 6), «O que se causou por em Portugal haver Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manaõ *pera* os outros homẽs.» (32 15).

O confronto com os outros textos oliveirianos, à excepção da *Viagem de Fernão de Magalhães* e à tradução da *Re Rustica*, onde os manuscritos apresentam regularmente o vocábulo abreviado, confirma a existência da variação: com predomínio de *para* no *Livro da Antiguidade* [...] e na *Historia de Portugal* e de *pera* no *Livro da Fábrica das Naos*, o que indicia, em consonância com o juízo de Leão na *Origem*, que *pera* era ainda a forma mais frequente na linguagem do público menos letrado a que se dirigia Oliveira. Outra interpretação terá de ser dada relativamente ao predomínio de *pera* na *Arte da Guerra do Mar*, com cujo pendor arcaizante se harmoniza, uma vez que esta obra é sem dúvida destinada a um público culto com responsabilidades de chefia em actividades marítimas. Mas mesmo aqui, tal como na *Gramática*, quando a elisão é representada pela aglutinação gráfica, é quase sempre *para* a variante usada – *pareste* (48v), *paresta* (65r), *parele* (29v), *parella* (51r) – sendo esporádicas as ocorrências deste tipo com *pera*, como *peraa*s (20r) ou *peraly* (57r).

O conjunto da informação que acaba de ser analisada fundamenta as seguintes conclusões:

1.º Relativamente à datação da evolução estabelecida por A. G. Cunha (1986) – «só a partir de meados do séc. XVII é que a forma actual *para* começa a suplantar a antiga *pera*» – deverá precisar-se que, na variedade que os textos metalinguísticos atestam, o processo que conduzirá à eliminação de *pera* por *para* está claramente delineado desde 1536, na *Gramática* de Oliveira.

2.º O acentuado contraste entre Barros e Oliveira deve decorrer não apenas da diferença de idades: se admitíssemos que os cerca de 11 anos que Barros tem a mais que Oliveira são o principal factor de diferenciação, estaríamos a atribuir a uma mudança deste tipo um tempo de propagação demasiado curto, o que é negado, de resto, pela variação constatada nos metalinguístas em que predomina *para*: não apenas Oliveira, em que o processo se encontra em fase inicial, mas em Leão, onde há ainda vestígios de *pera*. Uma única ocorrência da forma inovadora em Barros (e saliente-se que no *Diálogo* [...] e não na *Gramática*), fazem dele o mais monolítico de todos, à excepção de

Gândavo em que a exclusividade da forma mais antiga, na amostra analisada, deve ter, como vimos, uma razão regional.

Mas enquanto João de Barros representa a grande nobreza, visto que viveu na corte desde a infância, foi moço de guarda-roupa do príncipe D. João, tesoureiro e posteriormente feitor da Casa da Índia (respectivamente desde 1525 e 1533), Fernão d'Oliveira, que se declara a si próprio, na dedicatória da *Gramática*, «hum homẽ bayxo» (2 22), foi educado no convento dos dominicanos de Évora, onde professou, e em Lisboa tornou-se preceptor de meninos da alta nobreza; os interesses e as actividades comprovados posteriormente ligam-no ao meio social envolvido nos descobrimentos com os quais está provavelmente em contacto muito antes.

O principal factor explicativo das diferenças que afectam a linguagem de cada um é com certeza de ordem social. Mas, se João de Barros está sem dúvida ligado ao paço, o facto de não serem os traços que caracterizam a sua linguagem aqueles que se expandem, nega o papel que Duarte Nunes de Leão atribui à «corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manaõ pera os outros homẽs.» (LRI 32 15). Pelo contrário, certos usos mais recentes patentes na *Gramática*, também presentes noutros textos, e que virão a implantar-se na língua, são usos pessoais de Oliveira e provavelmente do grupo social em que se integra: assim *flor* e não *frol*, *todos os* e não *todolos*, *pois* ou *porque* e não *ca*, *para* e não *pera*.

Pode aplicar-se a Oliveira aquilo que está patente na sua definição de «dições usadas»: homem do seu tempo e que se orgulha de sê-lo, ele assume as maneiras de dizer que, segundo as suas próprias palavras, «são proprias do nosso tẽpo & terra: & quẽ não usa dellas é desentoado, fora do tom & musica dos nossos homẽs dagora.» (52 9-11).

5.2. A relatinização

À data da publicação da *Gramática*, a nobilitação do idioma por reaproximação da língua-mãe está indubitavelmente em curso e, independentemente de testemunhos externos, só o conflito entre um uso tradicional e um uso novo, com dimensões não apenas linguísticas, mas também sociolinguísticas, explica a insistência e o vigor com que Oliveira defende a especificidade do vernáculo, indissociável da sua dignidade.

Em geral coerência com essa concepção, os latinismos evidentes constituem, na *Gramática*, excepções muito raras, geralmente devidas à

influência religiosa, como *drago* (28 20) ou, no plano da grafia, *escriptura* (1 ocorrência (19 1), a par de 9 com <it>) ou *spirito* (4 ocs., face às restantes 21 com <esp->). Há ainda que ter em conta os latinismos sub-reptícios, ou seja, aqueles em que a uma forma tradicional se sobrepôs outra mais próxima do latim, que contudo não apresenta marcas formais dessa origem, como é o caso anteriormente analisado de *primeiro*, usado na primeira zona textual da *Gramática*, mas eliminado na terceira, provavelmente porque, como vimos, após a zona intermédia em que são usadas as duas variantes, Oliveira toma consciência de que a forma mais genuína é *premeiro*.

A análise ampla do comportamento linguístico de Oliveira na *Gramática*, em matéria de relatinização e em confronto com os outros metalinguístas coevos, contraposta à observação das últimas obras, elaboradas, como se viu, numa fase adiantada da vida – *Livro da Antiguidade [...] e História de Portugal* – revela que a língua do Autor é sem dúvida menos relatinizada que a de Gândavo e de Leão. Mas, seguindo a marcha do tempo ao longo dos textos, vemo-los cada vez mais marcados pela tendência contra a qual com tanta veemência e constante coerência se insurgia na *Gramática*.

Exceptuando as cartas incluídas no processo inquisitorial, muito curtas, em que não se registam latinismos e, em larga medida, a *Viagem de Fernão de Magalhães*, onde os latinismos, escassos, ou são tecnicismos (como os termos originariamente gregos *emispherios*, *esphera*) ou pertencem à área de influência da Igreja (como *patriarcha*, de origem grega, ou *sancto*), na generalidade dos textos, a formas exclusivas na *Gramática*, como *dito*, *vitoria*, *doutrina*, *preceito*, *seitimo*, *sinificar*, sucedem *dicto* (presente em todos os escritos posteriores, excepto nas cartas), *victoria*, *doctrina*, *precepto* (AGR 178r, FAN 170, ANI 178r), *septimo* (AGR 221r, FAN 168, ANI 200r, 221r, HP 109r), *significar* (ainda ausente na AGM); outras palavras, que não se encontram na *Gramática*, exibem grupos consonânticos fortemente contrastantes com a estrutura fonológica que ao longo dos séculos se tinha consolidado em português, como *observancia* (AGM., 31 v), *subsídio* (HP., 95v), *sobjeyto* (FAN 156, 172), *adjacentes* (HP 2r).

De 1536 até cerca de 1581, que factores se terão conjugado para que um tão acentuado contraste se estabeleça entre o início e o termo da produção escrita oliveiriana? A meu ver, terão sido três os factores decisivos.

O primeiro, específico da *Gramática*, é o próprio propósito unificador da obra, que entronca na defesa da vernaculidade, em simbiose com a concepção da língua como património comum e com a defesa da acessibilidade a esse bem comum; por isso dizia, aos vinte e nove anos, referindo-se aos vocábulos

tomados do latim, que «como nossos os havemos de tratar & pronunciar & conformar ao som da nossa melodia & ao sentido das nossas orelhas (41 25-28); por isso também se insurgia contra aqueles que «cortam a perpetuidade» do reino porque «trazem nova lingua a terra», destruindo o símbolo de «unidade» e «irmandade dos vassalos» que a língua constitui (44 22-25). Daí a defesa de uma grafia não etimológica como condição para o alargamento da cultura: «As dições que trazemos doutras linguas escrevêlas emos co as nossas letras que nellas soão como ditõgo filosofo. gramatica: porque todo o mais é empedimento aos que não sabẽ essas linguas donde ellas vierão » (29 26-30). Daí também a atitude de não valorização das marcas que permitem a identificação dessas palavras como alheias e, conseqüentemente, o esforço para as integrar nas dominantes fonológicas do Português: «mas nós trabalhemos quanto podéremos de as amãsar & cõformar co a nossa [«melodia»]. (29 32-30 2).

O segundo dos factores consiste na viragem que, no plano do discurso metalinguístico, pode ser simbolizada pela formulação de João de Barros, 4 anos após a publicação da Gramática, de que a língua «melhór, e mais elegante» é «A que mais se confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia.» (BDL 54r 2-54r 4). A amplitude e a extensão dessa viragem pode avaliar-se ainda na *Ortografia* de Duarte Nunes de Leão, publicada em 1576, quando em vez da «melodia» ou da «musica» da língua em que devem ser integradas as importações ao latim, se fala de «corrupção» no sentido de evolução conducente ao afastamento da língua-mãe, afastamento que deverá ser minorado, como o ilustra o inventário de palavras «que a gente vulgar usa e screve mal» (69v 2-3) e que Leão corrige por formas relatinizadas: «auto, por conveniente – apto», «consinar – consignar», «escuro – obscuro, oscuro», «manifico- magnifico», «negrigente – negligente» (69v 28 – 71r 15).

O terceiro factor é a própria capacidade de adaptação de Oliveira, em conformidade com uma das concepções mais marcantes do seu pensamento, como veremos a seguir: se tudo se encontra em permanente devir, à medida que o século avança, vão sendo outras as imagens gráficas que os seus olhos colhem e vai sendo outro o som que impregna os seus ouvidos e que os seus escritos reflectem, em conformidade com a evolução das mentalidades.

6. Conclusões

À luz dos outros textos, e começando pelas diferenças, a língua da *Gramática* caracteriza-se, no plano da grafia, principalmente por dois aspectos:

primeiro, pelo grau de exigência, que se traduz na elaboração de um código teoricamente válido e muito provavelmente na filtragem de hábitos de escrita anteriores e documentados nos textos seguintes; segundo, pela reflexão crítica permanente, que se repercute, em pleno percurso, por fracturas ou alterações da distribuição das variantes gráficas. No plano da variação lexical, o confronto permite constatar a construção da variedade textual adequada, por restrições nos eixos diastrático e diafásico que difundem uma «norma latente» (em que se integram *muito* e *água*) e, no âmbito desta, desenham os contornos do discurso didáctico, excluindo variantes com marca emocional positiva (*mi*). Finalmente, é ainda a partir da comparação com os outros textos, que se percebe o sentido da variação de *premeiro* ~ *primeiro*, e assumem pleno significado, pelos nexos que os ligam a concepções gerais, dois aspectos de primeira importância: a intensificação da modernidade da língua da *Gramática* em tudo quanto não é hoje consequência da relatinização, e o vigor e a coerência da vernaculidade em detrimento da relatinização.

As identidades, no plano da língua em acto, constituem o pano de fundo sobre o qual se destacam as diferenças, e só em casos especiais importará especificá-las, o que não constitui o objectivo deste estudo.

Mas outro tipo de identidades, na atitude, nas concepções gerais, na forma como o Homem pensa a natureza, a vida e o saber, a nação, o poder e a sociedade, o tempo, configuram uma unidade de pensamento que engloba toda a obra.

Ao nível da *Gramática*, a concepção que julgo nuclear, no sentido de que nela entroncam numerosas outras, que se articulam entre si, é a de que «muy poucas são as cousas que durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas que sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos & tratos dos homẽs» (50 2-5): a língua, em permanente dinâmica de adaptação às necessidades comunicativas dos utentes, é por isso mesmo diversificada conforme os grandes eixos produtores de diferenças e, simultaneamente, ela própria é plasmada pelos actos de «fala» de que constitui o instrumento. Daí a aptidão de Oliveira para captar usos tipificados a ponto de os assumir, adaptando-se aos receptores dos seus textos, e ainda de apreender fenómenos de variação extremamente subtis, sendo a sua obra aquela que, no século XVI e por muito tempo ainda, melhor faculta a depreensão de nexos entre variação e mudança.

No movimento universal que tudo transforma, até as plantas se modificam por adaptação ao meio: «hũas mesmas arvores se as mudaes daqui

paraaly se mudam e fazem outras. E o trigo anafil d"Alentejo se o levays aa Beyra, muda a bondade, & corrompe a especia» (AGM, 20v). Daí os riscos de escolher aparentemente as mesmas madeiras, quando as árvores nascem em sítios diferentes, como adverte na *Arte da Guerra do Mar* e no *Livro da Fabrica das naos*: «não se fiem os carpenteyros na casta das arvores ser a mesma, se for criada em diversas terras»; «mas enformemse dos moradores das terras onde forem ter» (21r-21v). «E se nessas terras [...], não ouver carpenteyros de naos, [...] esprementem per uso as madeyras que ally acharem. E quando a brevidade do tempo não der lugar a poderem espremẽtar a virtude das madeyras per uso, escoldrinhemna per sinaes» (159).

Se tudo se encontra em perpétua transformação, ao saber prévio que emana da autoridade e que se ajustará eventualmente ao que é fixo e permanente, mas menos seguramente ao que se encontra em movimento, contrapõe-se como fonte de conhecimento a experiência, quer enquanto experimentação, como no último passo citado, quer como observação, quer como conclusão lógica alicerçada em factos observados ou observáveis. Assim, Oliveira partiu da observação da realidade fonética para a elaboração dum código gráfico e privilegiou, na descrição da língua, a dimensão fonética directamente observável, trabalhando-a em extensão e agudeza. Autoridade e experiência são postas à prova, sendo a experiência considerada o primeiro e o mais seguro meio de conhecimento: «se alghũ perfioso quiser p^a lâçar dãtre os latinos esta aspiração mais prova que a *esperiência*, damoslhe Quintiliano o qual diz [...] (23 19-21); «& com tudo cõtra estes & muitos mais & milhores val só a autoridade de Quintiliano & muito mais a *esperiencia* da nossa lĩgua» (24 14-16)

Bom conhecedor da cultura clássica, cujos autores cita frequentemente (Quintiliano e Varrão são citados respectivamente 22 e 8 vezes, enquanto Barros os cita apenas 5 e 1 vezes), Oliveira não deixa de exercer sobre o saber autorizado que expõe, o sentido crítico a que submete as ideias alheias e as próprias; o espírito de descoberta associa-se ao espírito de livre exame, que ajuíza da validade de ideias dominantes na época, incluindo as herdadas de gregos e principalmente latinos, cuja adopção servil é frequentemente satirizada: «Mas nós somos tão grãdes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias: & por nossa võtade damos nossas vantagẽs aos latinos & gregos que tão pouco sabẽ às vezes o que hão mester como os que antre nós pouco sintem.» (23 2- 6).

Mudam o tema, que é candente, e o tom, agora indignado e pungente, mas é o mesmo tipo de pensamento crítico que se manifesta 19 anos mais

tarde, na *Arte da Guerra do Mar*, quando procura despertar a consciência dos seus contemporâneos que admitem a escravatura: «Nam se acharaa, nem rezam humana cõsinte, que jamays ouvesse no mundo trato pubrico & livre de comprar & vender homens livres e pacificos, como quem compra & vende alimarias, boys ou cavallos, & semelhantes. Assi os tãgem, assi os constrangem, trazem, & levão, & provão, & escolhem com tanto desprezo & impeto, como faz o magarefe ao gado no curral» (15v). A argumentação prossegue eloquentemente, comprovando que o primeiro processo inquisitorial não teve os efeitos moderadores desejados, como o confirmam outros passos que, na obra, dificilmente não desencadeariam o segundo, como aquele em que se ergue contra a nobreza ociosa (30v) ou contra as «dissoluções dos soldados dagora» (39r).

A articulação entre a primeira parte da frase, que tem vindo a ser comentada, e a segunda — «as falas [...] sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juízos & tratos dos homẽs» exprime as concepções de Oliveira sobre a relação homem — língua, que ultrapassam de longe as funções de uma gramática, mas se projectam organicamente sobre ela.

O juízo de que «os homẽs fazem a lingua, & não a lingoa os homẽs» (7 31-32) constitui uma das traves mestras do seu pensamento como gramático e anuncia as suas posições como historiador. Só esta relação permite compreender qual a razão que leva Oliveira a consagrar a parte inicial da *Gramática* (caps. II a V, inclusive) a provar a grandeza da história de Portugal: «É tanta a nobreza de nossa terra e gente [...]» (6 20): relativamente ao passado, a excelência dos homens faz a excelência da língua, o que constitui uma premissa que se projecta no futuro: «é manifesto que as linguas Grega & Latina forão grosseiras: & os homẽs as poserão na perfeição que agora tem» (8 1-2). Daí, o apelo frequente a um nós colectivo em que se inclui e que torna os membros da comunidade responsáveis pelo progresso dos conhecimentos e consequente repercussão destes na língua: «apliquemos nosso trabalho à nossa lingua & gente & ficará com maior eternidade a memoria delle [D. João III, por ter favorecido os estudos liberais] & nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muytas outras gentes» (10 4-8).

Homem do presente, voltado para o futuro e assumindo a crença no progresso, essa «ideia-força da modernidade» (Godinho, 1984:349) e a responsabilidade simultânea pelo progresso e pelo futuro, Oliveira vê o passado clássico como inevitavelmente pretérito: em vez de «aprender & apurar o seu [legado cultural grego e romano] esquecendo nos do nosso, não

façamos assy mas tornemos sobre nós agora que he tempo & somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma» (7 25-29).

Em 1536, Oliveira vive o sentido da epopeia na presente. No fim da vida, o autor da primeira gramática do Português prossegue, à luz da glória passada, a luta pela preservação da identidade, sintetizando num título o prolongamento e a concretização de concepções que enformam a Gramática – *Livro da antiguidade, nobreza & immuidade do reyno de Portugal* – e transferindo essa demonstração para a *Historia de Portugal*, visto que, na «gente & terra de Espanha», «sempre [a] «melhor parte foi Portugal» (GR 5 13).

TÁBUA DE ABREVIATURAS

AGM	<i>Arte da Guerra do Mar</i>
AGR	<i>Livro da Agricultura</i>
ANI	<i>Livro da Antiguidade, Nobreza & Immuidade do Reyno de Portugal</i>
CCI	<i>Cartas contidas no Processo Inquisitorial</i>
FAN	<i>Livro da fabrica das naos</i>
GR	<i>Gramatica da lingoagem portuguesa</i>
HP	<i>Historia de Portugal</i>
VFM	<i>Viagẽ de fernão de magalhães</i>

DESCRIÇÃO DO CORPUS METALINGUÍSTICO QUINHENTISTA

Primeira sincronia

1. Fernão d'Oliveira

Grammatica da lingoagem portuguesa (1536) – (OGR)...23 538 oc...35,7 %

2. João de Barros

Texto contínuo da “*Cartinha*” (1539) – (BCA)

Grammatica da lingua portuguesa (1540) – (BGR)

Diálogo em louvor da nossa linguagem” (1540) – (BDL) ...24 549 oc...37,3 %

Total da primeira sincronia

48 087 oc...73,1%

Segunda sincronia

3. Pêro de Magalhães de Gândavo

Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguefa [...] (1574) – (GRE)

“*Dialogo em defenfaõ da lingua Portuguefa*” (1574) – (GDD)...2 097 oc...3,1 %

4. Duarte Nunes de Leão

Orthographia da Lingoa Portuguesa (1576) – (LRT)...8 698 oc...3,5 %

5. Duarte Nunes de Leão

Origem da Lingoa Portuguesa (1606) – (LRI)...6 684 oc...10,1 %

Total da segunda sincronia 17 679 oc...26,8%

Total do corpus 65 766 oc.

APÊNDICE

QUADRO I											
<i>muito ~ muyto</i>											
	muito	muyto		muito	muyto		muito	muyto		muito	muyto
1			21			41		3	61	1	
2		1	22			42			62		
3	3	4	23	5		43	1		63	1	
4	5		24	3		44	4		64	3	
5	2		25	3		45	2		65		
6	1	2	26	1		46			66		
7		3	27	2		47	2	1	67	3	
8			28			48	3		68	2	
9	2	2	29	1		49	2		69	1	
10		2	30	1		50	8	1	70	3	
11	3	1	31		1	51	2		71		
12	1		31			52	3		72		
13	2	1	33	4	1	53	3		73	2	
14		1	34			54	3		74	3	
15	2	1	35			55	3		75	1	
16			36	1		56	1				
17			37	1		57					
18			38			58	1				
19	3		39			59	7				
20	2		40	3	1	60					

QUADRO II														
MUITO e PRIMEIRO : variantes com <i> ou <y>														
	m- -ui-	m- -uy-	pr- -ei-	pr- -ey-		m- -ui-	m- -uy-	pr- -ei-	pr- -ey-		m- -ui-	m- -uy-	pr- -ei-	pr- -ey-
1					26	1		1		51	2			1
2		1		3	27	2		1		52	3			
3	3	4	2	1	28			1	2	53	3		2	
4	5			1	29	1		1		54	3		3	
5	2		1		30	1		2		55	3			
6	1	2			31		1			56	1		7	
7		3	1		32					57			1	
8			7	2	33	4	1			58	1			
9	2	2	3		34					59	7		2	
10		2			35					60				
11	3	1			36	1		3		61	1			
12	1				37	1				62			2	
13	2	1			38			1		63	1		1	
14		1			39			2	1	64	3			
15	2	1	1		40	3	1	2		65				
16					41		3		1	66				
17					42				1	67	3			
18					43	1				68	2			
19	3				44	4				69	1		1	
20	2				45	2		1		70	3		1	
21					46			3		71			2	
22					47	2	1	1		72			2	
23	5		1		48	3		2		73	2			
24	3		1		49	2		1		74	3			
25	3				50	8	1	2		75	1			

QUADRO III - MUITO e PRIMEIRO: <i> ~<y>						
PERCENTAGENS						
			Antes de 19		Depois de 19	
	Total	%	Total	%	Total	%
MUITO	142					
-ui-	116	81,69	21	53,84	95	92,23
-uy-	26	18,30	18	46,15	8	7,76
PRIMEIRO	80		24	30,00	56	70,00
-ei-	65	81,25	15	62,5	50	89,28
-ey-	15	18,75	9	37,5	6	10,71

QUADRO IV
muito ~ muyto e mui ~ muy

	muito	muyto	mui	muy		muito	muyto	mui	muy		muito	muyto	mui	muy
1					26	1				51	2		1	
2		1	1	2	27	2		1	1	52	3		1	
3	3	4			28					53	3			
4	5				29	1			1	54	3			
5	2				30	1				55	3			
6	1	2			31		1		1	56	1		1	1
7		3			32					57			1	
8					33	4	1			58	1		1	
9	2	2	1	1	34			1		59	7		1	
10		2			35					60				
11	3	1			36	1				61	1			
12	1				37	1				62				
13	2	1		1	38					63	1			
14		1		2	39					64	3		1	
15	2	1			40	3	1			65				
16					41		3			66				
17					42					67	3			
18					43	1				68	2			
19	3				44	4		1	1	69	1			1
20	2				45	2				70	3			1
21					46					71			1	
22					47	2	1			72			1	
23	5				48	3				73	2		1	
24	3				49	2		1		74	3			
25	3			1	50	8	1		1	75	1		1	1

QUADRO V – MUITO e MUI : <i> ~ <y>

			Antes de 19		Depois de 19	
	total	%	total	%	total	%
MUITO	142		39		103	
muito	116	81,69	21	53,84	95	92,23
muyto	26	18,30	18	46,15	8	7,76
MUI	33		8		15	
mui	17	51,51	2	25	15	60
muy	16	48,48	6	75	10	40

QUADRO VI				
MUITO e ÁGUA no conjunto da obra				
	muito	munto	agua	aogua
<i>Gramática da lingoagem portuguesa</i>	142	0	1	0
<i>Arte da Guerra do Mar</i>	+	- (a)	+	-
<i>Viagem de Fernão de Magalhães</i>				
Prólogo	3	0	X	X
Relato	27	3 (b)	0	11
<i>Livro da Fábrica das naos</i>	-	+	-	+
<i>Livro da Agricultura</i>	-	+	-	+
<i>Livro da Antiguidade [...]</i>	+	-	+	-
<i>Historea de Portugal</i>	+	-	+	-

Legenda

- + constante ou quase constante
- ausente ou extremamente raro

X não documentado

(a) 5 ocorrências: 42r, 74r, 75v, 76r e 76v.

(b) Números estabelecidos mediante correcção da leitura que Valière faz do fl. 253r l. 6, onde transcreve erroneamente *muyto* por *mũto*.

QUADRO VII VARIANTES DE PRIMEIRO					
1		26	primeiro	51	premeyro
2	primeyra primeyros primeyro	27	primeira	52	
3	primeyra primeira primeiro	28	primeyra primeira primeyra	53	primeira primeira
4	Primeyro	29	primeira	54	primeiras primeiro primeiro
5	primeira	30	primeira primeira	55	
6		31		56	premeira premeiro premeiro premeiro premeira premeiro premeiras
7	primeiro	32		57	premeiros
8	primeiro primeiro primeiro primeiro primeiro primeiro primeiro primeyro primeyros	33		58	
9	primeira primeiro primeiro primeyra	34		59	premeiras primeiro
10	primeyra	35		60	
11		36	primeira primeira premeira	61	
12		37		62	premeiro premeiro
13		38	primeiras	63	premeiras
14		39	Primeyro primeiro	64	
15	primeiro	40	premeiras premeiro	65	
16		41	primeyro	66	
17		42	premeiro primeyro	67	
18		43		68	
19		44		69	premeira
20		45	primeiro	70	premeiro
21		46	premeiro primeiro primeiro	71	premeiro premeira
22		47	premeiros	72	premeira premeiro
23	primeiro	48	premeira premeiro	73	
24	primeiro	49	premeiro	74	
25		50	premeiros premeiro	75	

A questão da heterogeneidade e da mudança linguísticas: da sensibilidade precursora de Fernão de Oliveira

MARIA HELENA SANTOS

CARLOS ASSUNÇÃO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro de Estudos em Letras

1. Em Portugal, só no século XVI¹ se cristaliza uma verdadeira consciência linguística – incipientemente emergente, porém, já no reinado de D. Dinis –, com a publicação, em 1536, da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, da autoria do polígrafo Fernão de Oliveira (1507-1581)², «um dos gramáticos

¹ Do século XIV português data, segundo se conhece, a única gramática do latim que, na Idade Média, foi, aparentemente de forma anónima, escrita em português e que constitui, assim, o primeiro texto escrito em português em que se reflecte sobre uma língua, nele se propondo, «pela primeira vez, o apontuguesamento sistemático de toda a terminologia gramatical» (Verdelho, 1995: 45). Sobre o século XV, diz José Leite de Vasconcelos: «No *Leal Conselheiro* de El-Rei D. Duarte (séc. XV) encontram-se já umas curiosas páginas acêrca *Da maneira para bem tornar algũa leytura em nossa lynguagem* (isto é, *para bem traduzir em português*). Diz-se aí: a) “Primeiro, conhecer bem a sentença do que há de tornar (isto é, *traduzir, verter*) e poella inteiramente, nom mudando, acrescentando, nem mynguando algũa cousa do que está escripto. b) *O segundo*, que nom ponha pallavras latinadas, nem doutra lynguagem, mas todo seja em nossa lynguagem escripto, mais achegadamente ao geeral boo costume de nosso fallar que se pode fazer. c) *O terceiro*, que sempre se ponham pallavras que sejam direita lynguagem, respondents ao latym, nom mudando hũas por outras, assy que onde el desser per latym scorregar, nom ponha afastar, e assy em outras semelhantes, entendendo que tanto monta hũa como a outra, porque grande deferença faz pera se bem entender seerem estas pallavras propriamente scriptas. d) *O quarto*, que nom ponha pallavras, que segundo o nosso costume de fallar sejam avydas por desonestas. e) *O quynto*, que guarde aquella ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra cousa que se escrever deva, scilicet, que screvam cousas de boa sustancia claramente pera se bem poder entender, e fremoso o mais que elle poder, e curtamente quando for necessario, e pera esto aproveita muyto paragrafar e apontar (isto é, “pontuar”, como dizemos hoje) bem. Se huũ razoar, tornando de latym em lynguagem, e outro screver, achara melhoria de todo juntamente per huũ seer feito” (ed. de Roquete, cap. 98).» (Vasconcelos, 1929: 863-864).

² De acordo com Amadeu Torres, Fernão de Oliveira aproveitou, pioneiramente, as

mais originais de toda a Renascença» (Coseriu, 2000: 31), que inaugura a produção gramatical em português e sobre o português³, evidenciando um esforço de libertação dos esquemas da gramática latina e de delimitação das categorias gramaticais funcionais do português (cf. Coseriu, 2000: 50). Como refere Henrique Monteagudo, «[a] precoce unidade política do país, o feito de que a metade meridional del fose un territorio de colonización lingüística relativamente uniforme, e a ausencia de centros culturais rexionais tiñanlle conferido unha unidade substancial de lingua, da que de feito só se destacaban as rexións septentrionais, onde o idioma era orixinario e polo tanto presentaba máis variación» (Monteagudo, 1999: 184). Aliás, o próprio Oliveira verbaliza a consciência da existência dessa «unidade substancial» da língua portuguesa, ao aduzir, no Capítulo XXXIII, “Das Dições Comuns”, da sua obra gramatical, que «a lingua e a unidade della é mui certo apellido do reino» (Oliveira, 2000 [1536]: 123[44])⁴.

Dois perigos ameaçavam, porém, o português, como continua a mostrar Henrique Monteagudo: o castelhano, em virtude de a língua e a literatura castelhanas dominarem os géneros do entretenimento, e o latim, uma vez que, «favorecido pola educación, aspiraba ser a lingua dos xéneros eruditos e dos ambientes cultos» (Monteagudo, 1999: 184).

Daí que, por um lado, Fernão de Oliveira, que havia elaborado essa sua obra para ensinar a gramática portuguesa aos filhos do Duque de Almada, tenha sentido necessidade de «argumentar a prol da sua língua em contraste co latín» (Monteagudo, 1999: 184), facto constatável no Capítulo IV da sua obra,

circunstâncias do seu tempo. «Concorreu para isso a sua formação humanística que, de envolto com a filosófica e teológica de uma escolástica revigorada, florescia nos currículos das escolas dominicanas de Portugal [...]» (Torres, 1998: 49.) Para além da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Fernão de Oliveira é autor de pelo menos sete outras obras, nomeadamente: *Arte da Guerra e do Mar*; *Ars Nautica*; *Viagem de Fernão de Magalhães Escrita por um Homem que Foi na sua Companhia*; *Livro da Fabrica das Naus*; *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*; *Historia de Portugal*; *De Re Rustica*. Cf. Torres & Assunção (2000 [1536]: 15-16).

³ Segundo Eugenio Coseriu, a elaboração desta obra teria sido motivada pelo conhecimento da gramática nebrissense do castelhano, a que Oliveira faz referência explícita, por exemplo, no capítulo VI, «Das letras e figuras» (cf. Oliveira, 2000[1536]: 90[11]), muito embora o gramático português «não [siga] Nebrija como um simples imitador» (Coseriu, 2000: 31) e demonstre originalidade. Assim, por exemplo, a nível do recurso à autoridade dos Antigos, para a veiculação e sanção de determinadas ideias, enquanto António de Nebrija parece preferir Prisciano, Donato e Diomedes, Fernão de Oliveira «mostra certa simpatia por Varrão» (Coseriu, 2000: 32, n. 7).

⁴ Eugenio Asensio socorre-se dessa passagem oliveiriana para observar que o gramático «[s]e da perfecta cuenta del valor político de la lengua, símbolo y cohesión del Imperio», pelo que «se esfuerza por alejarla de los riesgos de la cultura extranjerizada y convertirla en un instrumento político que ligue a la metrópoli con las colonias» (cf. Asensio, 1960: 399-413).

intitulado “Da Cultura e Gloria da Terra”: aí, depois de exortar os portugueses a que se não esquecessem do seu idioma, afirma: «tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço» (Oliveira, 2000 [1536]: 86[7]).

Por outro lado, o gramático sentiu, igualmente, a ameaça do castelhano, a ponto de, no supramencionado Capítulo XXXIII, afirmar: «Quanto de minha parte segundo eu entendo, eu juraria que quem folga d’ouvir lingua estrangeira na sua terra não he amigo da sua gente nem conforme à musica natural della» (Oliveira, 2000 [1536]: 123[44]-124[45]). Não significava isso, porém, que Oliveira não aceitasse a tomada de empréstimos de outras línguas. Com efeito, ele aceitava a possibilidade dessa realidade, mas, como faz questão de salientar no Capítulo XXXII, “Das Dições Alheas”, da obra em causa, apenas «por alghua necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghua novamente trazida à terra» (Oliveira, 2000 [1536]: 121[42]).

Na verdade, o polígrafo aveirense, que, segundo E. Coseriu, «antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e [se apresenta] como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença» (Coseriu, 2000: 31), no quadro da história da gramática românica, «aceitava com todo o pragmatismo os traços da língua portuguesa sua contemporânea» (Marquilhas, 1996: 565), facto comprovável a partir da análise dos capítulos XXX a XLII, em que o gramático apresenta «um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro – e em certo sentido único – esboço desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica» (Coseriu, 2000: 45). Com efeito, Fernão de Oliveira, recebendo influência de Varrão e de Nebrija, classifica categorialmente as «dições», isto é, as palavras, de acordo com cinco critérios (cf. Oliveira, 2000 [1536]: 118[39]-140[61]; cf. Coseriu, 2000: 45-47), sendo de destacar, precisamente, as chamadas «dições usadas» – que contrapõe às «novas» e às «velhas» –, ou seja, «estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra», pelo que «quem não usa dellas é desentoado, fora do tom e musica dos nossos homens d’agora» (Oliveira, 2000 [1536]: 131[52]). Reconhece, no entanto, haver «dições» «geraes a todos, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*», e «dições» «particulares: e esta particularidade ou se faz antre officios e tratos, como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm huas

falas e os d'Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos» (Oliveira, 2000 [1536]: 131[52]).

Poderíamos considerar, então, encontrar-se representada, no primeiro discurso metalinguístico sobre o português, uma incipiente noção pré-teorética não só de variação linguística diacrónica («os tempos [...] criam diversas condições e conceitos»), como também de variação linguística sincrónica, mais especificamente de carácter diatópico («os da Beira têm huas falas e os d'Alentejo outras»⁵ e «os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque [...] também as terras criam diversas condições e conceitos» (Oliveira, 2000 [1536]: 131[52])), parecendo que o gramático intui a ideia da existência de diferentes variedades linguísticas, determinadas por factores de carácter regional. Aliás, o gramático parece, ainda, antecipar a concepção de que, igualmente de forma variável, a língua seria susceptível de reflectir o carácter, a vida e a cultura dos indivíduos, conceito que levaria, séculos depois, o alemão Hugo Schuchardt a interessar-se pela história das formas de palavras particulares e pela história das coisas que aquelas representariam, fundando, assim, com o início da publicação de *Wörter und Sachen*, em 1909, a escola de «Palavras e Coisas», de que, segundo Paiva Boléo, Francisco Adolpho Coelho seria precursor, com a publicação, em 1902, de «Alfaia Agrícola Portuguesa – Exposição da Tapada da Ajuda em 1898» (Boléo, 1947: 683).

Não poderemos, ademais, desperceber-nos da percepção que teve Fernão de Oliveira da existência, no seio da comunidade linguística portuguesa, de variação sincrónica de carácter diastrático, ou seja, da existência do que Herculano de Carvalho designou de «variedades culturais ou sócio-culturais» (Carvalho, 1973: 299-300, 301), ao notar que, dependendo dos ofícios, factores então determinantes da vinculação a uma classe social específica, se utilizavam «dições» «particulares»; poderíamos, aliás, entrever, nessa passagem, uma espécie de protoconsciência da existência do binómio *linguagem comum – linguagens especiais*, tratado por Herculano

⁵ Note-se que, como salienta Serafim da Silva Neto (1992: 494), no Capítulo XLVII, “Dos verbos”, o gramático aponta, a propósito do «verbo substantivo, o qual huns pronunçiam em *om*, como *som* e outros em *ou*, como *sou*, e outros em *ão*, como *são*; e também outros, que eu mais favoreço, em *o* pequeno, como *so*», o seguinte: «No parecer da premeira pronunçiação com *o* e *m*, que diz *som*, é o mui nobre João de Barros; e a rezão que dá por si é esta: que de *som* mais perto vem a formação do seu plural, o qual diz *somos*. Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em são Domingos d'Evora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assi pronunçiaua segundo que o aprendera na Beira.» (Oliveira, 2000 [1536]: 150[71]-151[72]).

de Carvalho (Carvalho, 1973: 333-343), sobretudo na esteira de J. Vendryès, Charles Bally e, de forma mais crítica, na linha de W. Porzig⁶. À intuição da percepção da existência de variação linguística de carácter diastrático, inere, necessariamente, a intuição da existência de variação linguística diafásica, o que parece ser comprovável pela alusão ao facto de que o uso de «dições» «particulares» dependia, igualmente, dos «tratos», ou seja, das relações socialmente ou socioeconomicamente estabelecidas. Estava, empiricamente, aberto o caminho para o estudo, diatópico ou diastrático, dos lectos, no seu contexto social, uma vez que a asserção de Oliveira de que «os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte» (Oliveira, 2000 [1536]: 122[43]) implicaria a actualização diferenciada de variáveis linguísticas em correlação com variáveis socioculturais. Uma das variáveis não-linguísticas que é levada em linha de conta é, precisamente, a *idade*. Com efeito, no âmbito do Capítulo XXXVI da sua gramática, Oliveira, evocando Marco Varrão, afirma que «não é muito de maravilhar [...] que as vozes envelheçam e as velhas alghũa hora pareçam mal» (Oliveira, 2000 [1536]: 128 [49]), muito embora pareça ter a experiência pré-dialectológica de que «alghũas dições [...] agora muito avorrejidas, como *abém*, *ajuso*, *acajuso*, *assuso* e *hoganno*, *algorrém*, e outras muitas [...] [metidas] em mão d’hu homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal» (Oliveira, 2000 [1536]: 129 [50]). Considera, no entanto, que, «se essas dições antigas que usamos, as quaes sendo moderadas nos haviam d’afremosentar, forem sobejas, farão muito grande dissonança nas orelhas de nossos tempos e homens», defendendo – com a consciência metalinguística de que «não sempre isto é acertado» – uma espécie de «limitação ou regra» para o uso de dições antigas: «que das dições velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte» (Oliveira, 2000 [1536]: 129[50]). Lembra, ademais, no âmbito do Capítulo XLIX, “Da Construção”, que o «verbo *nego* servia em lugar de conjunção e valia antr’os velhos tanto como *senão* e aind’agora assi val na Beira» (Cf. Oliveira, 2000 [1536]: 153[74]). Parece, portanto, que o gramático a) pré-anuncia noções consubstanciáveis no facto de que «la transición entre estados de lengua sucesivos se consigue mediante estados intermedios, caracterizados por la distribución complicada, pero sistemática, dentro de la comunidad lingüística, de formas “viejas” e “nuevas”» (Bynon, 1981: 293);

⁶ Carvalho (1973: 333-343) observa que as *linguaens técnicas*, que constituem parte integrante das *linguaens especiais*, não são variedades apenas do dialecto social mais elevado, como queria Walter Porzig, mas constituem, também, variedades relativamente à linguagem comum de qualquer dialecto social ou local.

b) ao apresentar, directa ou indirectamente, como fonte de caracterização de uma determinada variedade linguística regional, o que, hoje, designaríamos como ‘informadores’ pertencentes a um determinado nível etário – «o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as do mancebo mais leves» (Oliveira, 2000 [1536]: 131[52]) –, deixa entrever a percepção da extrema importância de uma das componentes que viria a constituir parte integrante da metodologia (consubstanciada na geografia linguística, cuja prática pioneira se deve ao filólogo alemão Georg Wenker, muito embora se atribua a sua criação efectiva ao filólogo suíço Jules Gilliéron, que, na elaboração do seu *Atlas Linguístico de França*, não terá incorrido em algumas deficiências detectadas no trabalho por aquele realizado para a Alemanha) da dialectologia (cf. Boléo, 1974: 31); c) parece aperceber-se da importância do “estilo”, não na perspectiva tradicional da retórica, mas num sentido pré-teoreticamente antecipante da perspectiva da linguística, que concebe o “estilo” como «a property of all linguistic data, whether spoken or written, literary or non-literary, and approach it from the point of view of the speech event and its components» (Traugott & Romaine, 1985: 8); d) finalmente, indicia o reconhecimento – que, tendo sido atribuído por Pierre Swiggers a Antoine Meillet, nos parece existir já, seminalmente, em Oliveira – de que «[l]e changement linguistique apparaît ainsi comme la résultante d’une variation multistratale entre des usages linguistiques», estando, por conseguinte, «essentiellement inscrite dans la synchronie» (Swiggers, 1986: 28).

Não é despidendo, assim, o arrazoamento do gramático que passo a citar: «se as obras são prova do homem, [...], e as palavras são imagem das obras, [...], cada hum fala como quem é» (Oliveira, 2000 [1536]: 83[4]), passagem parcialmente citada por E. Coseriu para provar que Oliveira contribuíra, já na época renascentista, para o delineamento da tarefa da Sociolinguística, «guiado en esto sólo por su robusto sentido común y por sus extraordinarios dones de observador de los hechos lingüísticos» (Coseriu, 1981: 5). Aliás, Eugenio Coseriu ressalta o facto de que, na referência reiterada à «diversificação interna da língua histórica» (Coseriu, 2000: 59), Fernão de Oliveira supera não só a obra *De Vulgari Eloquentia*, avaliada como consubstanciando, entre o final do século XIII e o princípio do século XIV, a primeira tentativa de realização de um tratado de cariz científico da língua italiana levada a cabo por Dante Alighieri, como também o *Liber de Differentia Vulgarium Linguarum et Gallici Sermonis Varietate* de Bovillus (ou Ch. Bovelles), dado que aquele se limita a notar as «diferenciações espacial e temporal da língua» e este,

«apesar do título da sua obra, só se refere à variedade espacial e não separa a diferenciação interna da língua histórica da variedade das línguas em um dado espaço» (Coseriu, 2000: 59, n. 77). Com efeito, aduz Eugenio Coseriu, Oliveira «acentua também, expressamente, a diversidade social do falar e da língua e chega mesmo a assinalar, pelo menos no âmbito do vocabulário, a existência de ‘línguas especiais’» (Coseriu, 2000: 59). Naturalmente, aquele linguista baseia-se – de acordo com as suas próprias asserções (Coseriu, 2000: 59, n. 77) – em alguns destaques de Serafim da Silva Neto, que detectara, já em 1957, noções de «língua comum», de «língua padrão», de «línguas especiais» e de «falas regionais»⁷ no Capítulo XXXVIII, “Das Dições Usadas”, da gramática oliveiriana.

Na verdade, Fernão de Oliveira defende uma espécie de ‘dialecto social elevado’, correspondente ao que denominaríamos de idioma-padrão, tomado como o ideal da perfeição linguística e, portanto, como um modelo a imitar. Notemos as seguintes palavras do gramático: «Mas o que me espanta muito é que na lingua latina, na qual despois que os latinos acabaram não temos, nós que não somos latinos, licença de pôr nem tirar, nem mudar nada, nesta lingua latina, digo, vejo antre os letrados della, assi como são de diversas faculdades, haver diversos vocabolos e jeitos de falar; e dizendo todos hua mesma cousa, não s’entendem antre si.» (Oliveira, 2000 [1536]: 131[52]-132[53]). «E para que possamos fugir destas e doutras culpas em qualquer lingua e muito mais na nossa saibamos que a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possam todos entender. E pera ser bem entendida há de ser a mais acostuada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais leram e viram e viveram, continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança.» (Oliveira, 2000 [1536]: 132[53]).

É, ainda, digno de nota o facto interessante de que Oliveira se apercebe dos resultados de uma pretensa situação de contacto de línguas, quando, referindo que «nem os lavradores d’Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est’ano vieram de Tunez com suas gorras»⁸ (Oliveira, 2000 [1536]:

⁷ Cf. Neto (1992: 490-491). No mesmo ano em que vem a lume a obra deste linguista (1957), Boléo (1960: 1-11), apologizando um estudo faseado dos dialectos e falares de épocas anteriores ao século XX («em primeiro lugar, a pesquisa da diferenciação dialectológica no século XIX; a seguir, o estudo dos falares dos séculos XVII e XVIII; e, finalmente, a procura [...] de algumas características regionais no português dos séculos XII a XVI»), mencionava o facto de que Fernão de Oliveira «se [referia], embora de maneira vaga, às diferenças de classe social, de profissão para profissão, e ainda segundo as províncias».

⁸ Por vezes, o gramático parece utilizar o termo *voz* para se referir a *pronúncia*, como se nos afigura suceder num troço do Capítulo VI, “Das Letras e Figuras”, em que afirma que «hua mesma nação e gente de hum tempo a outro muda as vozes e também as letras» (Oliveira, 2000

122[43]), alude, segundo Amadeu Torres, «à aravia dos compatriotas que, no galeão *Botafogo* sob o comando do Infante D. Luís, participaram, em 1535, na conquista da cidade de Túnis por Carlos V, seu primo, a Khair Ed-din, o Barbarroxa» (Torres & Assunção, 2000 [1536]: 158, n. 37), como se tivesse havido necessidade de suscitação de uma qualquer espécie de *língua franca* ou *pidgin*⁹, certamente de extensão e intensidade reduzidas, entre conquistadores e conquistados.

Fernão de Oliveira tinha, certamente, consciência da novidade da sua obra, o que, aliás, frisa, no Capítulo L e último, “Da Novidade da Obra e Boa Escusa”: «Ser eu curto em meu escrever e não ser mui ornado com bos exemplos; e a falta d’alghuas cousas que devera escrever e não fiz; e a dissonancia d’alghuns termos novos nesta arte que pus, usando de vozes proprias da nossa lingua, tudo ante quem não folga de dizer mal terá escusa com olhar a novidade da obra e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mi» (Oliveira, 2000 [1536]: 154[75]).

2. Ora, não podemos deixar de constatar que a sensibilidade aos fenómenos de variação e mudança linguísticas se evidencia, ao longo dos séculos, no discurso metalinguístico português.

2.1. Amaro de Roboredo, no “Prologo” do seu *Methodo Grammatical para Todas as Lingvas*, vindo a lume no ano de 1619, refere-se a «irregularidades, & particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduzio: os quaes faõ

[1536]: 90[11]). «Porque doutra maneira pronunciavam os nossos antigos este verbo *tanger* e doutra o pronunciamos nós [...]» (Oliveira, 2000 [1536]: 90[11].) Assim sendo, colocamos a hipótese de, na passagem do Capítulo XXXII, “Das Dições Alheas”, referente às «novas vozes» vindas de Túnis (Oliveira, 2000 [1536]: 122[43]), Fernão de Oliveira aludir a aspectos fónicos, o que corroboraria a tese de que seria a forma da expressão da língua materna de um dado indivíduo em que se verificasse o contacto de línguas que se revelaria mais afectada pelos eventuais resultados dessa situação.

⁹ Alicerçamos as nossas asserções nas seguintes observações de Theodora Bynon (1981: 351): «Las *pidgins* se definen [...] sociolingüísticamente como códigos que actúan más *entre* los miembros de diferentes comunidades lingüísticas que dentro de una sola comunidad. Se supone que se ha originado en contextos típicamente multilingües, como los que pueden existir entre los marinos de origen diverso a bordo de un barco o en el curso del contacto entre tripulaciones y poblaciones locales a lo largo de las grandes rutas marítimas. En estas situaciones, puede suponerse que deben haberse desarrollado numerosas jergas improvisadas, con frecuencia de vida efímera y de estructura enormemente fluida. [...] En primer lugar, su universo de discurso se limita a áreas particulares de interacción social, notablemente la navegación y el comercio [...]. En segundo lugar, se diferencian de las lenguas naturales en que no son el primer código de nadie, sino que siempre se adquieren secundariamente para los fines específicos del contacto intercultural. Y, en tercer lugar, no representan el vehículo de una cultura particular, sino que son empleadas por miembros de comunidades totalmente diferentes».

certas quebras da arte, que *fendo* mui *arreigadas* devemos *ufar*» (Roboredo, 1619: “Prologo”, [s.p]). No seio do Capítulo III, “Do Verbo, & fuas Conjugações, em que *fe* Exercita a Cõcordia do Nominativo, com o Verbo *Pefffoal*», do Livro Primeiro, “Da Explicação Compositiva das Partes da Oraçam Portuguefa, & Latina”, o gramático português seiscentista afirma que a língua portuguesa incluía «hum Infinitivo que o *vfo* corrompendoo fez *pefffoal*» (Roboredo, 1619: 33), não surgindo, segundo o seu conhecimento, noutras línguas. Numa rubrica, “Do Solecifmo, Barbarifmo, Improprio”, do Capítulo V, “De Algumas propriedades da Frafte Latina, & Portuguefa entre *fi* repugnantes” de “Exemplo Latino da Frase, Terceira Parte do Methodo Grammatical para Todas as Linguas, Colhido dos Auctores *Clafficos*”, Amaro de Roboredo faz, uma vez mais, alusão ao *uso*, mais exactamente, ao uso «[i]mproprio» da frase, ocorrente «quando ajuntamos algua palavra com outra, com a qual *fe* não deve ajuntar, ou *lhe* damos *fítio* indecente, & não *ufado*: ou *fallamos* *frafte* de hua lingua com palavras de outra» (Roboredo, 1619: 30).

Por outro lado, no Capítulo III, “Da Compozição das Cinco Partes da Oração, que se Faz per Concordia, & Regencia”, do Livro Terceiro, “Da Vniversal Explicação Resolvtiva, & Compoftiva das Partes da Oração Exemplificada na Lingua Latina”, o autor afirma que «[c]omo o Genero *Mafculino* *feja* mais nobre, & *de*pois delle o *Feminino*, precedendo muitos *Suftantivos*, concordará o *feguinte* *Adjectivo* com o *Suftantivo* mais chegado, ou com o *Suftantivo* de Genero mais nobre, que fica mais *afaftado*» (Roboredo, 1619: 71). Da mesma forma, aponta o gramático, socorrendo-se do exemplo da língua latina, que «*fegue* o Verbo o *Nominativo* no *Numero* sômente em que se *pofer*: dando as primeiras *Pefffoas* a *Ego*, & as *fegundas* a *Tu*» (Roboredo, 1619: 72), uma vez que «*[e]go*, he mais nobre que *Tu*, & *Tu* mais nobre, que *Ille* para *efta* concordia: por *iffo* ficando dous *Nominativos* *fingulares*, & o Verbo no *Plural* per figura *Syllepfis* *refpeita* o *Nominativo* mais nobre» (Roboredo, 1619: 72).

Ora, parece possível extrairmos do supra-exposto, duas conclusões. Em primeiro lugar, o gramático da centúria de Seiscentos revela, em relação ao Português, uma consciência clara da existência de mecanismos susceptíveis de desencadear um processo de mudança no âmbito da língua, que entende ser decorrente da ‘*corrupção*’ de determinados tipos de uso linguístico pela emergência de outros – introduzidos pelo «*ignorante vulgo*» – que *à*queles se *deveriam* sobrepor apenas quando muito *arreigados*, pois, antes da sua difusão, ou generalização, seriam considerados *impróprios* ou *indecentes*. Torna, assim,

explícitas não só a noção de que uma qualquer fonte de inovação linguística¹⁰ irradiaria de um estrato sociocultural mais baixo, não obstante evidencie alguma preocupação com uma possível estigmatização, pela comunidade linguística, de tais mudanças, como também a ideia de que as atitudes, como acentua López Morales, «son factores esenciales en los procesos de cambio lingüístico»¹¹ (López Morales, 1993: 242). Em segundo lugar, Amaro de Roboredo indicia o reconhecimento da existência de uma inevitável correlação de factores não-linguísticos – designadamente, o prestígio social masculino – com factores de natureza linguística – nomeadamente, algumas regras sintácticas de concordância – que subjazeria à organização interna da língua.

2.2. No que concerne à *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, dada à luz, em 1770, por António José dos Reis Lobato, o autor manifesta a ideia, na “Introdução” dessa obra, de que a gramática tem, essencialmente, uma função normativa e, consequentemente, prescritiva, sendo, portanto, considerada indispensável «para se fallar sem erros» e «para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente», pelo que, segundo aduz, «para se fallar perfeitamente a lingua Portuguesa [, não] basta sómente o uso» (Assunção, 2000: 117). No entanto, no âmbito do § 1 da Lição III, “Da Declinação dos Nomes Substantivos”, do Livro I, “Do Artigo, Nome, Pronome, suas Diferenças, e Declinações”, da Parte I, “Da Etymologia”, o gramático aponta que os nomes próprios de montes, de mares, de rios e de algumas cidades «se declinão com artigos» «não porque necessitem delles para significarem cousa certa, e determinada, mas sim porque o uso os introduzio, attendendo á maior suavidade da pronunciação» (Assunção, 2000: 160 *nb*). Leva, ademais, em linha de conta, na Lição V, “Da Natureza do Participio, e sua Divisão”, do Livro IV, “Dos Preteritos, e Participios do Preterito dos Verbos”, da supramencionada Parte I, situações que, ultrapassando o uso que o gramático consideraria legitimado por uma dada norma linguística, revelariam o que designa por

¹⁰ «Por fuente de innovación se entiende cualquier mecanismo que sea capaz de hacer nacer una forma nueva: lapsus linguae, juegos verbales, [...], etc.» Cf. López Morales (1993: 242).

¹¹ Na esteira de Cedergren, López Morales aponta as três dimensões em que se processa a mudança linguística – fontes de inovação linguística, filtro de selecção e filtro de difusão – e os correspondentes produtos teóricos – inovações linguísticas, variantes linguísticas e mudança. Naturalmente, à noção de *mudança linguística* adjazem os conceitos de *crença linguística* e de *consciência linguística*, por um lado, integrando aquele uma componente afectiva e uma componente cognitiva decorrente deste, e, por outro lado, o conceito de *atitude linguística*, que, podendo ser ou positiva ou negativa, é sempre desencadeada por uma crença linguística, empiricamente motivada ou não, muito embora nem todas as crenças conduzam a tomadas de posição. Cf. López Morales (1993: 231 e ss.).

«abuso», susceptível de ser aceite, apesar de tudo, a partir de certo momento, pela comunidade linguística, conforme ele próprio, indirectamente, revela: «Entre os Participios passivos ha huns, a que por abuso damos tambem a significação activa, como v. gr. *Calado*, quando significa o que cala; *Agradecido* o que agradece; *Entendido* o que entende; *Lido* o que lê; *Desenganado* o que desengana; *Preferido* o que prefere.» (Assunção, 2000: 293, *na*.)

Por outro lado, contrariamente ao exposto, por exemplo, por Amaro de Roboredo, tende, no seio das Lições I, “Da Concordancia do Substantivo com Outros Substantivos [...]”, e II, “Das Concordancias do Verbo com o seu Nominativo”, do Livro I, “Da Syntaxe de Concordancia”, da Parte II, “Da Syntaxe”, a explicar determinados tipos de regras de concordância sintáctica a partir de um ponto de vista estritamente ‘linguístico’: «[a]lguns Grammaticos dizem, que concorrendo dous, ou mais substantivos de diverso genero, deve concordar o adjectivo no plural em genero com substantivo masculino, por ser o genero masculino mais nobre, que o feminino [...]; porém fallão assim, por não reflectirem, que nesta, e semelhantes orações faltão palavras, que se subentendem» (Assunção, 2000: 319, *na*); «[a]lguns Grammaticos por não reflectirem no uso da figura Syllepse accrescentão huma regra, dizendo, que no caso de concorrerem na oração dous, ou mais Nominativos pertencentes a diversas pessoas, deve o verbo concordar no plural em pessoa com o Nominativo da pessoa mais nobre [...]; porém certamente se enganão» (Assunção, 2000: 321, *na*.).

Interessante, ainda, é, no âmbito da Lição IV, “Do Accusativo”, do Livro II, “Da Syntaxe de Regencia”, da Parte II supra-referida, a verificação de que, relativamente ao que designa de «participios activos declinaveis», o autor estabelece, de forma implícita, uma importante distinção entre *linguagem comum* e *linguagem literária*. Rememorando o uso, pelo poeta Luís de Camões, na estância 102 do Canto X d’*Os Lusíadas*, do participio *imitantes*, do verbo *imitar*, «dando-lhe [...] Accusativo», alerta, parenteticamente, para o facto de que tal participio «se não acha recebido pelo uso» comum, sendo raríssimo na língua Portuguesa, «porque nella se tomão os ditos participios [activos declináveis] como huns meros adjectivos verbaes, que não regem caso» (Assunção, 2000: 334-335, *nb*).

Assinala, também, o gramático, na Lição VI, “Do Ablativo”, do Livro II da Parte II a que já aludimos, o facto de a preposição *a* apresentar «varios usos na lingua Portuguesa» (Assunção, 2000: 339, *na*), por servir «em lugar de outras preposições, significando o mesmo que estas significão» (Assunção, 2000:

339, na). Reis Lobato fornece o exemplo (1) «*Pedro morreo á fome*», indicando que «[n]esta oração o nome *Fome*, por significar a causa da morte de Pedro, está em ablativo regido pela preposição *A* posta em lugar da preposição *Por*, pois vale o mesmo que dizer: *Pedro morreo por fome*» (Assunção, 2000: 339). Curiosamente, na Lição que imediatamente se segue a essa, a VII, “Do Barbarismo, e Solecismo”, ao apresentar um exemplo de um de quatro tipos de solecismo, designadamente, o cometível «quando na oração sobra alguma palavra, como v. gr. *He justo de amar a Deos* por *he justo amar a Deos*» (Assunção, 2000: 351), o autor plasma o que considera ser uma «viciosa composição das partes da oração» (Assunção, 2000: 334-335, nb), retratando, provavelmente, um fenómeno de ultracorreção, que resultaria do facto de a unidade linguística *de* encerrar traços semânticos potenciadores da veiculação, em actos de fala efectivos, de diferentes sentidos.

Concluimos, então, que o autor da *Arte da Grammatica [...]*, por um lado, se apercebe, não obstante almeje fixar a estrutura da língua, de que esta evolui, tornando-se, a esse nível, interessante a entrevista dicotomia ‘uso linguístico/ abuso linguístico’, e, por outro lado, capta fenómenos de variação sincrónica, em relação aos quais manifesta atitudes linguísticas diferentes.

2.3. Já no início da centúria de Oitocentos, quando, na sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, publicada, pela primeira vez, postumamente, em 1822¹², pela Academia Real das Ciências, Jerónimo Soares Barboza se propõe tratar dos ‘nomes comuns’, alude, precisamente, a um fenómeno de variação linguística de cariz diafásico, adstrita, segundo sugere, implicitamente, o autor, a um fenómeno de variação de tipo diastrático, ao se referir ao «uso» de formas de «*Augmentativos*» e de «*Diminutivos*» quase exclusivamente «no estylo familiar e chulo» (Barboza, 1862: 92), uma vez que tais formas «raras vezes [se empregavam] nos discursos graves e serios» (Barboza, 1862: 92-93). Refere, ainda, o estudioso a existência, em co-variância, de dois «modos» de formação do plural de «*Benção, Cidadão*» e «*Villão*», a saber, «*Benções, ou Benções, Cidadões, ou Cidadãos, Villões, ou Villãos*» (Barboza, 1862: 103), muito embora não estabeleça qualquer relação entre a variável linguística em causa e uma qualquer variável extra-linguística. Assinala, também, não só usos

¹² Dado que a redacção da «Introdução» dessa primeira edição data de cerca de 1803, a obra terá sido escrita, como aponta Leonor Lopes Fávero e Amadeu Torres, cerca de vinte anos antes (cf. Fávero, 1996: 203; Torres, in Barbosa, 2004: 12).

ortográficos co-variantes representativos das formas verbais conjugadas no «futuro imperfeito do indicativo», em virtude de se «duvidar[] se por ventura [tais] Linguagens [eram] simples, como se represent[avam] na conjugação da voz activa, pronunciando-se[] e escrevendo-se de juncto[, como em] *Amaria*, *Amarei*[,] ou compostas do[] infinito[] *Amar*[, por exemplo,] [...] com o verbo auxiliar *Hia* contrahido de *Havia*[] e do presente *Hei*» (Barboza, 1862: 200), como também o uso, em co-variância, de diferentes construções perifrásticas com o *verbo* que, hoje, é tido por semiauxiliar aspectual, «começar» (Barboza, 1862: 312).

Entretanto, registando a intuição da existência de variação linguística sincrónica de carácter diastrático e diafásico, Moraes Silva assinala o uso 'simples' – «entre iguáes» ou «dos superiores com os seus subordinados» e a nível «familiar[]» – do «modo Mandativo» e do «subjunctivo», para pedir, e dá conta, a nível do que Herculano de Carvalho viria a designar por «língua ou idioma padrão»¹³ (Carvalho, 1973: 331), do uso comum – «[c]ommummente» –, do «modo subjunctivo», para proibir, dissuadir ou pedir que não, paralelamente ao uso técnico¹⁴, pelo «Legislador», do «futuro do Indicativo», para «manda[r] ou prohib[ir] predizendo» (Moraes Silva, 1806: livro I, cap. V, 53). A verdade é que Moraes Silva ora, tão-só, plasma factos de co-variância linguística (cf. Moraes Silva, 1806: 11, n*; 35, nb, 36, nc, 38, nd, 42, nc, 43, nd, 46 nh, 46-47, ni(46); 87, na; 137, n2 e n3, 143, n5), ora pretere, por condenáveis ou antiquados, determinados usos, a favor de outros, tidos por preferíveis a esses (cf. Moraes Silva, 1806: 10, n*; 45, nf; 69, nd88, *; 125, n8, 137, n1, 140, n5), legitimando as suas observações por reclamar ou o que se lhe afigura como características inerentes à própria língua portuguesa (cf. Moraes Silva, 1806: 54, nf, 57-58, n*(57); 67, nc; 87-88, na(87), 91, n***, 92, nb, 93-94, nc(93), 97, nf, 98, ng, 101, nk; 105, nf), ou a própria «tendência [dinâmica, conforme sugere,] da Língua» (cf. Moraes Silva, 1806: 38-39, nd(38)), ou a consagração, pelos «bons ingenhos» da Arcádia portuguesa (Moraes Silva, 1806: vii), de determinados usos, tidos por mais correctos (cf. Moraes Silva, 1806: 41, na, 41-42, nb(41); 77-78, nh(77)). Curiosamente, o gramático, ainda que registando

¹³ Trata-se de um *idioma* que apresenta as seguintes propriedades: «é talvez sempre língua literária (pelo menos como expressão de uma tradição poética meramente oral) e nacional [...], mas nem sempre é idioma comum», sendo «tomado pelos membros de[] [uma dada] comunidade como o ideal da perfeição linguística, como um modelo que se deve imitar» (Carvalho, 1973: 330).

¹⁴ Não podemos deixar de notar que Herculano de Carvalho considera que as *linguagens técnicas*, que constituem parte integrante das *linguagens especiais*, não são variedades apenas do dialecto social mais elevado, como queria Walter Porzig, a cuja obra – *Das Wunder der Sprache*, 2.^a ed., Bern, 1957 – não pudemos aceder, mas constituem, também, variedades relativamente à linguagem comum de qualquer dialecto social ou local (cf. Carvalho, 1973: 333-343).

o uso «absurdo» (Moraes Silva, 1806: 77, *nh*) de um dado item linguístico, originário do «vulgo», não deixa de assinalar o facto de que «até já [havia passado] assim para as Leis», isto é, para a linguagem jurídica (Moraes Silva, 1806: 77): «*Sobreestar no negocio, na execução, que o vulgo dis Substar, Sustar, e até já passou assim para as Leis.*» (Moraes Silva, 1806: 77.) «E com sentido absurdo, porque *Substar* é estar debaixo da Lei, ou execução [...]» (Moraes Silva, 1806: 77-78, *nh*(77).)

Por seu turno, Couto e Melo tende a adoptar uma atitude elitista de condenação da mudança, com motivação sociológica (cf. Marquilhas, 1996: 565), denunciando a ‘in correcção’ de variantes de determinadas variáveis linguísticas e, por consequência, legitimando as, correspondentemente, tidas por variantes linguísticas ‘mais correctas’ dessas mesmas variáveis, na linha, aliás, de Moraes Silva e em consonância com a ideia de que «"[l]'exposition des fautes dans une langue vivante est plus utile encore que les preceptes[,] car il importe moins d'indiquer le chemin qu'il faut suivre, que de signaler les écueils qu'il faut éviter"» (*Dic. Filosof.*, *apud* Melo, 1818: 199, n3(198)): «Conheço suficientemente os diversos êrros d'Ortoépia, d'Etimologia e de Sintasse próprios das diferentes Províncias de Portugal; e posso dizer e provar[] que em *Coimbra* se fala melhor, que em parte alguma do Reino, a Linguagem Nacional: é a[li] que tôdos os Estudantes se-purgam dos êrros pátrios.» (Melo, 1818: 77, n1.) Interessante, aliás, é uma observação condenatória feita a propósito da «pronunção» ‘defeituosa’, porque monotongada, pelo «pôvo de Lisbôa» e pelos «*Alem-Tejanos*», do «ditongo *ôu*» em sílaba final – «em tôdos os vocábulos terminados no ditongo *ôu*», tal como ocorre, por exemplo, na forma de verbo «*sôu*» –: tal «pronunção» remontava, segundo aponta o gramático, de acordo com a sua análise de um documento escrito, designadamente, «uma Carta d'ElRei o Sr. D. *Diniz*», pelo menos à segunda década do século XIV (Melo, 1818: 105, n1). Veja-se, ademais, o que o autor diz, do ponto de vista ortográfico e fonético, a propósito da forma de “1.^a pessoa” do «*Pretérito Perfeito*» do «Modo Indicativo» do verbo «*trazêr*», a saber, «*trousse*» (Melo, 1818: 193): «Escreve-se *trouxe*, antigamente escrevia-se *trouve*, e assim se-pronunciava; ôje pronuncia-se *trousse*, e tambem *trusse*, mas não por pessôas[] que tenham autoridade – as afeiçoadas de *trusse* são-no tambem de *sube*[.]» (Melo, 1818: 193, n2.) Em outro momento da sua gramática, diz Couto e Melo: «Tenho ouvido pronunciar *sube* por *soube*; e só posso atribuir a permanência d'êste êrro à inadvertência de *Fr. Luiz de Monte Carmelo*, Autôr do *Compêndio de Ortografia* impresso em *Lisbôa* no ano de 1767[...]. Admitir anomalias desta naturêza só porque na Linguagem Francêza á ditongos oculares taes como *ai*, e

contra os quaes tẽem escrito famosos Gramáticos, seria falta de conhecimento do *génio* e da *analogia* da linguagem Portuguêza, e uma pueril imitação [...]» (Melo, 1818: 180, n1.) Curioso é verificar que o gramático regista a existência de dois pares de formas de *verbos* que, na sincronia actual, ainda existem em co-variância, facto, aliás, digno de análise sociolinguística.

Mais tarde, Caldas Aulete, ao se referir à existência de *verbos* «defectivos», definidos como aqueles que «não t[ê]m todas as linguagens»¹⁵, aponta «o desuso e a significação» como duas «causas» – uma de cariz pragmático e outra de cariz axiológico – d’«essas defectividades» (Aulete, 1874: 54), então supríveis com «linguagens de outros verbos», desde que estes apresentassem, «proximamente», «a mesma significação» dos *verbos* cuja defectividade houvesse que suprir (Aulete, 1874: 55). Aponta, entretanto, por oposição a esses, «verbos que possu[íam] diferentes formas para a mesma linguagem»¹⁶ (Aulete, 1874: 55), ou seja, *verbos*, que, sob um ponto de vista que classificamos de morfológico, apresentavam algumas formas usáveis, em variação livre, no âmbito de um mesmo co-texto.

Quanto a Augusto Epiphany da Silva Dias, apresenta-se progressivamente atento à variação linguística de tipo diafásico. De facto, a propósito dos «pronomes interrogativos», que subdivide, classificatoriamente, numa perspectiva funcional (sintáctica) e morfológica, em «pronomes adjectivos» – (i) «*que*», sem «distincção de generos [e] de numeros», (ii) «*qual*», sem «distincção de generos», mas apresentando uma forma «plural, *quaes*», (iii) «*quanto*», que «tem a fôrma feminina *quanta* e faz o plural segundo as regras dos substantivos e adjectivos» – e em «pronomes substantivos» – (iv) «*que* (ou *o que*)» e (v) «*quem*», os quais «são do genero masculino e [se consideram] do numero singular» (Dias, 1881: 35, 36; 1884: 33; 1889: 33, 34; 1899: 33, 34), observa, a partir da oitava edição da sua *Grammatica portugueza elementar*, que, no «estilo de conversação», «tambem se emprega o pronome composto *que tal*, *que taes*, que funciona como adjectivo» (Dias, 1889: 34; 1899: 34).

¹⁵ Aponta, como exemplos, «*compellir, discernir, brandir*», que «só se empregam nas linguagens em que entra *i*, pois não se usa dizer *compello, compelles*, etc., *discerno, discernas*, etc.» (Aulete, 1874: 54). Caldas Aulete considera que os «verbos *ser, ir* tambem são verbos defectivos», por entender que «a sua conjugação é formada de diferentes verbos, representados pelos seus diversos radicaes» (Aulete, 1874: 55).

¹⁶ Apresenta os exemplos dos *verbos* «*ir*» e «*aprouver*»: «*ir* [...] no presente do indicativo póde ser conjugado por duas maneiras diferentes: *vou, vaes* ou *is, vae* ou *i, vamos* ou *imos, vades* ou *ides*»; «*Aprouver* [...] pode conjugar o preterito de duas maneiras diversas: *aprouve, aprouveste, aprouve, aprouvemos, aprouvestes, aprouveram*; – *aprazi, aprazeste, aprazeu, aprazemos, aprazestes, aprazeram*» (Aulete, 1874: 55).

Por sua vez, Francisco Adolpho Coelho introduz, na descrição das regras de concordância, no seio de uma oração, de uma forma de *verbo* com um «sujeito múltiplo», «formado de sujeitos simples de diferentes pessoas», uma componente referente à variabilidade sintáctica de raiz diafásica, já anunciada, aliás, por A. Epiphanyo da Silva Dias (cf. Dias, 1881: 115; 1884: 109; 1889: 111; 1899: 111). Com efeito, regista a existência, em co-variância, de duas construções sintácticas então em uso – uma no «sul do paiz» e outra no restante território português –, para a expressão da referida concordância: «Se, não havendo sujeito da primeira pessoa, ha um da segunda, o verbo vae para a segunda pessoa do plural ou para a terceira, como é d’uso no sul do paiz; ex.: *Tu e elle mereceis louvor* ou *Tu e elle merecem louvor*.» (Coelho, 1891: 114.) O glotólogo português detecta, adicionalmente, a existência de duas construções sintácticas co-variantes, entendidas, diríamos hoje, como sócio-sintácticas¹⁷, para a expressão da *voz passiva sintética*, condenando, porém, uma das variantes. Curiosamente, Jorge Morais Barbosa, que atesta a condenação desse uso em Moraes¹⁸ e em A. A. Cortesão¹⁹, assinala que, actualmente, «tais construções são cada vez mais comuns, mesmo em registos de falantes e escritores “cultos”» (Barbosa, 1999: 26), não considerando, porém, tratar-se de duas variantes sintácticas da *voz passiva sintética*²⁰. Em relação às «duas

¹⁷ No entanto, uma vez que «el punto de vista de la variación lingüística no es el mismo que el de la gramática» (Martín Butragueño, 1994: 67), a questão que fica por esclarecer é, partindo da perspectiva de William Labov, para quem as variantes sintácticas de uma variável, em conformidade com a Lógica Proposicional Clássica, devem encerrar um mesmo valor de verdade, se, por um lado, uma construção na voz activa e, por outro, uma construção na “voz passiva sintética”, em Português, apresentando muito embora valores de verdade idênticos, constituem, efectivamente, duas variantes de uma mesma variável, ou seja, se se tratará, efectivamente, de alternativas que *comunicam* ‘o mesmo’, o que traz à tona a necessidade de «an extension of variation analysis to the level of discourse, or even beyond syntax into semantics and pragmatics» (Romaine, 1984: 425). Como acentua Silva Corvalán, «[es] solamente cuando se hace una elección libre entre alternativas que comunican “lo mismo”, que no responden a intenciones diferentes del hablante ni son interpretadas diferentemente por el oyente, cuando podemos establecer correlaciones directas con factores sociales» (Silva Corvalán, 1997: 119), muito embora Labov e Weiner tenham defendido, em relação ao Inglês, de acordo com o exposto por Suzanne Romaine, que «the choice between the agentless passive and the active under certain conditions [has been] constrained entirely by syntactic factors», tornando-se a variação entre a voz activa e a “voz passiva” «meaningless in terms of three dimensions, referential (in the sense of ‘cognitive’ or ‘descriptive’), social and stylistic» (Romaine, 1984: 413).

¹⁸ Localizámos a expressão da atitude linguística de rejeição desse uso em Antonio Moraes Silva, numa nota ao § 25 do Capítulo V, “Do Verbo, e Seus Modos, Attributos, Tempos, e Pessoas”, do Livro I, “Das Palavras Por Si Sós, ou Partes da Sentença” de *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa* (cf. Moraes Silva: 1806: 58-59). Essa indicação data, no entanto, de 1802, como salienta Jorge Morais Barbosa (cf. Barbosa, 1999: 24).

¹⁹ Localizámos, igualmente, a manifestação atitudinal negativa de A.A. Cortesão, relativamente ao uso em causa. (Cf. Oliveira, 1904: 130, § 140).

²⁰ «Encontram-se, pois, em português, pelo menos desde princípios do século XV, dois

construções *começar de dizer* e *começar a dizer*» (Coelho, 1887: 176), usáveis então, F. Adolpho Coelho já havia referido, a propósito das alterações na sintaxe de uma língua, que a variante *começar a* + “infinitivo” se encontrava generalizada na sua época, sendo, então, «muito raramente» actualizada a variante *começar de* + “infinitivo” (Coelho, 1871: xxxiii, col. 1; 1887: 89). Quanto à variante *começar* + “infinitivo”, adoptada, juntamente com as mencionadas primeiramente, por escritores do século XVI, conforme atesta o glotólogo, não era em Oitocentos actualizável, «a não ser por affectação» (Coelho, 1871: xxxiii, col. 1; 1887: 89). O estudioso apresenta, adicionalmente, o resultado da evolução linguística no concernente ao uso da construção *em* + “gerúndio”: «o gerúndio d’um verbo precedido da preposição *em* equivalia no portuguez antigo a *logo que*, seguido do verbo no futuro do conjunctivo, e exprimia também a mesma relação que o simples gerúndio [...]; hoje porém só é empregado com preposição para exprimir a primeira relação, e só por affectação de archaismo o será para exprimir a segunda» (Coelho, 1887: 90; cf. 1871: xxxiii, col. 2). A propósito, entretentes, das regras de formação do “plural” dos *substantivos*, Francisco Adolpho Coelho distingue, ao que se nos afigura, pela primeira vez, «[r]egra *phonetica*» de «[r]egra *orthographica*» (Coelho, 1891: 73) e dá conta não só do carácter «não [...] inteiramente fixo» do «uso» das «fórmulas do plural em *ãos*» e «em *ães*» correspondentes a «fórmulas substantivas do singular em *ão* accentuado» (Coelho, 1891: 74), como também da co-variância, em termos de representação gráfica, de formas representativas de «nomes de povos», «como *portuguez, francez*», que «[se escrevem] tambem em *ês*» e a que «correspondem os pluraes escriptos *portuguêses, francêses, etc.*» (Coelho, 1891: 75). Entretanto, ao fornecer, no âmbito do exame, a partir de «fórmulas masculinas» de *substantivos*, de «[formas] femininas correspondentes que divergem só pela terminação» (Coelho, 1891: 77), o exemplo de «substantivos masculinos terminados em *or*» a que «correspond[iam] femininos em *ora*» – «pastor» / «pastora» –, assinala casos de co-variância de «duas fórmulas femininas, uma das quaes [...] em geral mais usada que a outra» – «*lavrador, lavradora e lavradeira, cantor, cantora e cantatriz*» (Coelho, 1891: 78).

É, aliás, interessante verificar que F. Adolpho Coelho, a respeito do que designara de período de sincretismo da história da língua portuguesa escrita, «characterizado essencialmente pelo emprego de duas ou mais fórmulas d’uma mesma palavra, de dois ou mais processos syntacticos de igual função,

se. Um é pronome e ocupa a posição de “complemento directo” em [...] *Vendem-se casas* [...]. O outro, sem dúvida derivado dele, é um monema alheio à sintaxe que manifesta um argumento semântico (agente, experimentador, beneficiário, paciente, etc.): é o de *Vende-se andares* [...].» (Barbosa, 1999: 25).

concorrentemente, ou por escriptores da mesma epocha ou pelo mesmo escriptor», referira que essas formas duplas eram, em geral, «ou fórmulas antigas, populares, ao lado de fórmulas eruditas, ou fórmulas novas alteradas das populares» (Coelho, 1887: 174). Ora, o glotólogo havia, precisamente, transcrito, na íntegra, o Capítulo XXXVI, “Das Dições Velhas”, da gramática de Oliveira, para sublinhar que «[o] auctor da mais antiga grammatica portugueza [...] observára já na lingua portugueza esse phenomeno» (Coelho, 1887: 59-60) da «lucta do archaismo e do neologismo, [d]a oscillação no uso ou desuso d’uma palavra», permitindo, assim, a compreensão de que a língua «não póde considerar-se nunca fixada» (Coelho, 1887: 59).

No que às produções de cariz gramatical oitocentistas concerne, digno de destaque é, portanto, o posicionamento de observação e pré-teorização tendencialmente descomprometida relativamente ao fenómeno da evolução da língua (cf. Marquilhas, 1996: 565), anunciado já pelo pioneiro da gramatologia portuguesa e manifesto, de forma significativa, por Francisco Adolpho Coelho, que, no ano de 1868, inaugura, em Portugal, a adopção do método científico no estudo da língua portuguesa, com a publicação do primeiro – e, afinal, único – fascículo de *A língua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, dedicado, precisamente, ao que designa, então, por ‘fonologia’ e informado por critérios de análise linguística hauridos no estudo de obras glotológicas alemãs que, vindas a lume ao longo do século XIX, aplicavam, sob a égide de um cientismo cada vez mais acentuado, o método histórico-comparativo ao estudo das línguas, já então encaradas em si mesmas.

A autoridade heterodoxa da Grammatica de Fernão de Oliveira

JOÃO PAULO SILVESTRE

Bolseiro FCT — Universidade de Aveiro

A proeminência que a história da gramática e da ortografia portuguesas hoje concede a Fernão de Oliveira não faria supor que, durante os séculos XVII e XVIII, a primeira gramática da linguagem tenha sido ignorada, quase desaparecendo da tessitura intertextual das obras metalinguísticas que lhe sucederam. A raridade dos exemplares ou a configuração do texto impresso são aspectos a considerar, mas certamente secundários. A explicação reside sobretudo no facto de esta obra instituidora se ter revelado pouco consentânea com a gramatização da língua portuguesa a partir de cânones terminológicos e de um sistema ortográfico plasmados na língua latina.

A originalidade de Oliveira é o fruto de uma fase episódica na evolução da reflexão linguística no Renascimento. Característico deste período é o desvio em relação à ambição medieval de um conhecimento universal, transcendente e espiritual. As viagens, o comércio, os contactos interlinguísticos e culturais despertam o interesse pelo particular, pelo material, em suma, pelo exercício da capacidade de observação (Law, 2003: 210). As línguas do mundo revelam-se surpreendentemente numerosas e diversas, e suscitam necessidades imediatas de comunicação, aprendizagem e ensino. Sem a preocupação — ou efectiva possibilidade — de uma sistematização total, missionários e exploradores compilam fraseologias e listas de vocabulário. As línguas são “capturadas” em funcionamento, sem suporte terminológico completo, sendo explicadas em paralelo com as estruturas das línguas europeias.

Oliveira apresenta o seu texto como uma primeira anotação, o que, se pode ser entendido como uma manifestação retórica de modéstia autoral,

é também indicativo de uma obra que oferece o resultado de observações e de experimentação. A língua, tal como a fábrica das naus, é uma realidade observável, com o mesmo espírito empírico que à época animou Thomas Linacre (c. 1460-1524), Júlio César Escalígero (1484-1158), Conrad Gesner (1516-1565) e Jerónimo Aquapendente (1537-1619). Como bem notou Vivien Law, o facto de estes quatro observadores de fenómenos linguísticos serem médicos não é obviamente coincidência (Law, 2003: 221-224).

1. Terminologia gramatical

A terminologia metalinguística de Oliveira é simultaneamente uma demonstração da originalidade e dos objectivos da gramática. O *corpus* terminológico que constitui representa um esforço de sistematização do que se observa na língua. A adopção e tradução de um termo latino para o português só interessa se a explicação que ele condensa for comum a ambas as línguas. O desejo de enobrecer o vernáculo conduziu Nunes de Leão e demais gramáticos-ortografistas dos séculos XVII e XVIII a aplicarem na máxima extensão possível o enquadramento teórico herdado da gramática latina, nomeadamente as terminologias. Fernão de Oliveira percebia as limitações dos esquemas latinos se aplicados à língua que efectivamente ele descrevia, e distingue-se dos sucessores por se satisfazer com a possibilidade de gramatizar o português, sem para isso o assemelhar artificialmente ao latim. As soluções ortográficas que propõe tentam contrariar uma obsessão latinizante, que entende como inútil e descaracterizadora: «escreveria, se me atrevesse, desta maneira: *lingoa, qoando*, porque assi me soa a mi nas minhas orelhas. E se outra cousa fazem por imitar aos latinos, não é nosso o que seguem» (Oliveira, 2000 [1536]: 99); ou, a propósito das consoantes aspiradas, «mas nós somos tão grandes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias» (*idem*: 102).

Os termos que emprega na descrição e análise lexicológica, por exemplo, decorrem inequivocamente da obra *De lingua latina* de Varrão, como bem demonstra a análise de Eugenio Coseriu (2000: 45-56). Tratava-se de uma fonte autorizadora, sem dúvida o gramático mais apreciado pelos filólogos renascentistas, comentado por Júlio Escalígero e Henri Estienne. Todavia, Oliveira opta por traduzir Varrão em termos vulgares — comuns, dir-se-ia — uma solução inadequada na perspectiva dos literatos do século XVI, que privilegiavam a transfusão terminológica por decalque e a consequente relatinização da língua portuguesa.

Na *Grammatica* propõem-se termos como *dições apartadas, juntas, primeiras, tiradas, e não simples, compostas, primitivas* ou *derivadas*, esclarecidos com observações que devemos considerar antológicas na história do pensamento linguístico português:

As nossas dições são aquellas que naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora.» (Oliveira, 2000 [1536]: 119)

As dições alheas são aquellas que doutras linguas trazemos à nossa por alghũa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghũa novamente trazida à terra. (idem: 121)

Dições comuns chamamos aquellas que me muitas linguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d'hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudaram. (idem: 123)

As dições apartadas a que os latinos chamam simprezes ou singelas são aquellas cujas partes não podem ser dições inteiras, mas dividem-se somente em sillabas e letras; ou também não se podem dividir quando não têm mais que hũa só letra. (idem: 124)

As dições juntas a que os latinos chamam compostas são cujas partes apartadas sinificam ou podem sinificar; e são dições por si ou partes doutras dições em que primeiro serviram e donde têm seu primeiro e proprio nascimento, ao contrario das apartadas. (idem: 125)

As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas. (idem: 128)

As dições novas são aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos. (idem: 129)

As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra. E quem não usa dellas é desentoado. (idem: 131)

Dições proprias chamamos aquellas que servem na sua primeira e principal sinificação. (idem: 132)

As dições mudadas, a que os latinos chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado. (ibidem)

As dições que chamamos primeiras chamam os latinos primitivas. Estas são cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiro pôs, como roupa, manta, esteira, cadeira [...] (idem: 133)

As dições tiradas, a que os latinos chamam dirivadas, são cujo nacimentos têm doutras alghũas dições donde estas são tiradas como tinteiro, velhice, honrrada. (ibidem)

Marco Varrão divide as declinações em naturaes e voluntareas. Voluntareas são as que cada hum faz à sua vontade, tirando hũa doutra, como de Portugal, português e de França, francês; mas de Frandes, framengo e de Galiza, galego. (idem: 136)

As declinações naturaes são mais sojeitas às regras e leis de cujo mando se rege esta arte. (idem: 139)

As originais, precisas e reflectidas traduções de Oliveira quebravam o continuum desejado entre a matriz gramatical latina e o modelo discursivo pedagógico indispensável a uma *arte* da língua portuguesa, composta na esteira dos métodos que há séculos asseguravam a transmissão da latinidade. O facto de propor nomes alternativos para os casos da língua portuguesa seria o bastante para essa incomunicação:

A diferença que têm os casos dos artigos é que no primeiro caso, a que os latinos chamam nominativo e nós lhe podemos chamar prepositivo, polla rezaõ que daremos quando faláremos da natureza dos casos e da composição da lingua, mas não nesta obra; neste premeiro caso os artigos masculinos acabam em o pequeno no singular; e os femeninos em a pequeno. E no segundo caso, a que os latinos chamam genitivo e nós assi lhe podemos chamar ou possessivo, também nesse acabam em vogaes pequenas os artigos, o masculino em o e o femenino em a. Mas no terceiro caso, a que nós e os latinos chamamos dativo, acabam os masculinos em o grande e os femeninos em a grande. E no derradeiro, a que os latinos chamam acusativo e nós pospositivo, acabam em o pequeno os masculinos, e os femeninos em a pequeno [...] (Oliveira, 2000 [1536]: 141)

No que respeita à terminologia, João de Barros seguiu o percurso esperado no processo de gramatização de uma língua vulgar. Seria mais perceptível a relação entre Barros e a tradição gramatonómica posterior, por estabelecer uma terminologia reconhecida e de uso generalizado, e por estar inserido num conjunto textual pedagógico.

Assim terá considerado Manuel Severim de Faria que, um século mais tarde, atribui a Barros, e não a Oliveira, a génese da primeira gramática do português. Na explanação das matérias de acordo com as letras do alfabeto e

no texto complementar dedicado à ilustração da língua pela comparação com o latim, Faria encontra os elementos que caracterizam uma *arte*:

[Barros] escreveu os preceitos da Gramática Portuguesa, e Ortografia, e foi o primeiro Autor que reduziu nossa língua a Arte, e com muita brevidade. À gramática ajuntou um Diálogo em louvor da língua Portuguesa, em que mostra a grande afinidade que tem com a Latina, e para prova disto traz uns versos Portugueses, e Latinos, que foram os primeiros deste género. (Faria, 1999[1624]:40)

A valorização de um autor como modelo linguístico não se fundamentava necessariamente nas reflexões que apresentasse sob a forma de um texto de cariz gramatical. O facto de ter composto em modelos literários prestigiados era bastante mais valorizado, condição essencial para ser considerado no cânone de autores a imitar, tanto no que respeita ao estilo, como na ortografia e sintaxe. De novo, Fernão de Oliveira perde na comparação com Barros, que empreendera uma obra historiográfica e patriótica, reconhecidamente modelar para quem tentasse o género narrativo. Álvaro Ferreira de Vera, nos *Breves louvores da lingua portuguesa*, prescreve um cânone de autores dos principais géneros literários, em que Barros surge ao lado de Camões, Frei Heitor Pinto e Frei Bernardo de Brito. A Fernão de Oliveira, precursor na gramática, nem uma referência (Vera, 1631: 86v.).

João Franco Barreto publica em 1671 uma *Ortografia da Lingua Portuguesa*, justificando as regras com uma colação meticulosa das autoridades ortográficas anteriores, recuando até à obra de Duarte Nunes de Leão (1576). É legítimo supor que nesta época fosse difícil o acesso aos textos dos primeiros gramáticos, já que Barreto não aproveita a autoridade de Oliveira para sustentar o seu intento de eliminar da escrita algumas consoantes etimologizantes (Barreto, 1671: 119). Aliás, a gramática não aparece sequer na lista de autores citados.

2. Ortografia

Nos finais do século XVII, as descrições de Barros e Oliveira são inequivocamente identificadas com um estádio antigo da língua. O texto era impresso em caracteres góticos, com uma configuração que o aproximava dos documentos manuscritos e dos incunábulo. A técnica de divisão dos capítulos era ainda incipiente, assinalados através de letras capitais ornamentadas. Os títulos geralmente indicam apenas a numeração do capítulo, explicitando raramente o assunto de que tratam. Os parágrafos são iniciados pela marca

tipográfica respectiva, e não pela mudança de linha. A ortografia, com abundantes abreviaturas e expurgada de caracteres ociosos, assemelhava-se à escrita dos indoutos, que por não terem conhecimentos de latim, reproduziam a pronúncia das palavras. Nos alvares do Iluminismo, os poucos leitores que tivessem o interesse e a oportunidade de consultar esta obra rara não podiam deixar de se congratular pela aparente perfeição que a língua portuguesa alcançara desde o tempo de Oliveira.

A ortografia e o léxico haviam evoluído na via etimologizante, prescrevendo-se uma aproximação à imagem gráfica do latim e o incremento do vocabulário a partir do fundo erudito que o latim oferecia. Nas obras de reflexão metalinguística defendem e apuram o princípio da fidelidade à imagem da matriz latina, com destaque para a *Prosodia* de Bento Pereira, o *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau e a *Orthographia* (1734) de Madureira Feijó.

O respeito pela etimologia era geralmente considerado como o critério de regularização menos problemático, já que a solução consistia em explorar e potenciar as semelhanças com um sistema ortográfico sobejamente conhecido e tido por coerente, com a vantagem acrescida de viabilizar a estabilidade e permanência do signo gráfico.

A aproximação ao latim concretiza-se sobretudo sob a forma de grafemas etimológicos latinizantes, em que, segundo o princípio de uma escrita ideovisual, as letras actuam como marcadores semânticos e facilitam o processo de reconhecimento das palavras e do respectivo significado, devido à criação de hábitos visuais por parte do leitor. A via das grafias etimologizantes já não era questionável, uma vez que as inversões a essa tendência, no sentido de uma aproximação à pronúncia efectiva, introduziriam mais perturbações que benefícios.

Nos debates académicos sobre a normalização ortográfica, realizados no início do século XVIII por iniciativa de Rafael Bluteau, invocam-se os nomes de Duarte Nunes de Leão, Ferreira de Vera, João Franco Barreto e Bento Pereira. Franco Barreto é largamente contestado por introduzir grafias com cedências ao critério da pronúncia. Oliveira e Barros estão definitivamente excluídos do cânone das autoridades em matéria ortográfica¹.

¹ O assento das conferências foi publicado com o título «Prosa Grammatonomica, Portugueza, ou regras, e leys, para o uso das letras do Alfabeto Portuguez, na escritura, e na pronunçiação» (Bluteau, 1727-1728: 186-228). No artigo do *Vocabulario* dedicado à palavra *ortografia*, Oliveira e Barros não constam entre os autores de textos metaortográficos: «Temos quatro Autores de Orthographia da lingua Portugueza, ou para dizer melhor, quatro Orthographias, porque todas quatro são diversas, a do Licenciado Duarte Nunes de Leão, impressa anno de 1576. a de Alvaro Ferreyra de Vera, anno de 1631. & as de Joaõ Franco Barreto, & do P. Bento Pereyra

3. Testemunho lexical

A *Grammatica* Oliveira será recuperada apenas na qualidade de testemunho autorizado do léxico da primeira metade do século XVI. O dicionário de Rafael Bluteau constitui um *corpus* de autoridades para a abonação do léxico português, e neste domínio específico as observações sobre léxico antigo servem de fonte informadora para a redacção de artigos. Por exemplo, o capítulo 36, sobre *dições velhas*, foi minuciosamente escrutinado, e de breves linhas obteve abonações e definições para cinco artigos. Cita-se a edição semidiplomática de Amadeu Torres e Carlos Assunção:

Poys ẽ fẽpo del rey dõ afonso anrriqz capa pelle era nome de hũa çerta vestidura e não somete de tão tempo mas tãbẽ antes de nos hũ pouco nossos pays tinhamo alghũas palauras q̃ ja não são agora ouuidas: como cõpẽgar que queria dizer comer o pão cõ a outra vianda e nemichalda o qual valia como agora nemigalha segundo se declarou poucos dias ha hũa velha q̃ por isto foy pergũtada dizẽdo ella esta palaura: e era a uelha a este fẽpo q̃ndo isto disse de çento e dezaseis ãos de sua idade. Estas diz çicero no terçeiro liuro a seu irmão quinto. as velhas digo nos diz elle q̃ guardão muito a antiguidade das linguas porq̃ falão com menos gente: acarão q̃ quer fizer jũto ou apar: e samicas que sinifica por ventura: e outras piores vozes ainda agora as ouuimos e zõbamos d'llas. (Oliveira, 2000 [1536]: 210)

Acaram. Palavra antiquada, que valia o mesmo, que Junto, ou A par. Faz della menção Fernão de Oliveira na sua Grammatica Portug. cap. 36. (Bluteau, 1712-1728, I: 62)

Capa-pelle. No tempo del-Rey D. Affonso Henriquez era o nome de hua certa vestidura. Oliveira, Grammat. Portug. cap. 36. (idem, II: 119)

Compegar. Palavra antiquada. Queria dizer comer o pão com a outra vianda. Oliveira, Grammatica Portug. cap. 36. (idem, II: 419)

Nemichalda, & Nemigalha. São palavras antiquissimas, das quaes faz menção Fernão de Oliveira, cap. 36. da sua Grammatica Portugueza, impressa ha mais de cento, & sessenta annos. No dito lugar diz este Author, que hũa velha daquelle tempo, que tinha cento, & dezaseis annos, fora perguntada pela significação desta palavra; mas não traz a repostada da velha. Só se colhe, que as

mais modernas. Com Orthographia diferente destas quatro escreve muytas dicções o P. Man. Fernandes no seu livro intitulado, Alma Instruida, &c. Desta maneyra, em Portugal, para o modo de escrever não ha moda, nem regra certa; quasi todos escrevem como querem; & com a continuação desta diversidade, só cada hum poderá entender a sua escritura.» (Bluteau, 1712-1728, VI: 125).

duas ditas palavras significavão o mesmo, com esta differença, que Nemichalda era palavra já antiquada, & Nemigalha era mais à moda. (idem, V: 707)

Samicas. Palavra antiquada, da qual faz menção Fernão d'Oliveyra na sua Grammatica Portugueza, cap. 36. quiz dizer, Por ventura. (idem, VII: 464)

Este fundo documental foi aproveitado com reservas, pois as soluções ortográficas eram inaceitáveis, devido a traços como a manutenção dos grupos grafemáticos *çe/çi*. Bluteau optou por parafrasear o texto de Oliveira nas definições e introduziu actualizações ortográficas, como é o caso dos dígrafos cultos *-gn-*, que no século XVIII ainda não se realizavam foneticamente, ou de palavras configuradas por processos de relatinização, como *instrumento*, forma que corrige o vulgar *estormento*.

As dições mudadas a ã os latinos chamão trasladadas são as ã por neçessidade ou melhoria d'sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado e ou estão ã lugar doutra dição ã não era tã bõa como nos ãriamos ãa nosso intêto ou estão õde não auia dição propria como liuro qndo ãr dizer estormento musico [...]» (Oliveira, 2000 [1536]: 214-215)

Trasladado, ou Transladado, Translaticio, ou metaphorico. (As dicçoens mudadas, a que os Latinos chamão Trasladas, são as que por neçessidade, ou melhoria da significação, ou voz, estão fora de seu proprio significado, ou estão em lugar de outra dicção, que não era tã boa, como nõs queriamos para nosso intento, ou estão onde não havia dicção propria, como livro, quando quer dizer Instrumento musico. Fernão d'Oliveyra, Grammat. Portug. cap. 39.) (Bluteau, 1712-1728, VIII: 255)

O número de abonações a partir de Oliveira é diminuto — menor do que de Barros — e ocorrem a propósito de notícias etimológicas ou derivações (cf. os artigos *Aveiro*, *candieiro*, *arcabuz*) ou informação linguística (*ageitivo*, *boquicheo*, *cicioso*, *líquido*, *melodia*, *pospositivo*).

No final do século XVIII, o único exemplar acessível da *Grammatica* seria o que ainda hoje se conserva na Biblioteca Nacional. Bluteau teve a oportunidade de consultar um exemplar, talvez pertencente ao espólio do convento dos teatinos, ou à biblioteca de Alcobaça. Seguramente restariam menos do que da *Grammatica* de Barros, que segundo notícia Inocêncio Silva era já bastante rara na primeira metade do século XVII².

² «Manuel de Faria e Sousa, nos seus *Commentarios aos Lusíadas* impressos em 1639, dá também testemunho da raridade da *Grammatica*, confessando que nunca a pudera vêr.» (Silva, 1858-1923, III: 320).

O autor do primeiro grande dicionário monolíngue do português, António Morais Silva, trabalhou a partir da recolha de Bluteau. O *Diccionario da lingua portugueza* (1789) foi um dicionário essencial para a configuração do português moderno e para a constituição de um elenco de autoridades e exemplos de uso literário da linguagem. Morais repetiu grande parte das abonações em que Oliveira era a fonte e tudo indica que citou em segunda mão, pois não altera as transcrições de Bluteau, no sentido da aproximação à edição de 1536. Na verdade, quando no *Vocabulario* há mais de uma autoridade no artigo, Morais prefere indicar o autor mais moderno, ou então substitui Oliveira por outra abonação que Bluteau desconsiderara ou que lhe era posterior. Quando recupera o texto de Oliveira, integra-o no enunciado lexicográfico, de forma que o leitor já não se apercebe da relação de intertextualidade, ou do facto de a *Grammatica* ser a fonte que documenta o significado da palavra³.

Até ao surgimento das edições modernas, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* foi pouco mais que um bibliónimo. O seu conteúdo desapareceu da memória textual e do intertexto metalinguístico, sobrevivendo como referência do léxico antigo através do dicionário de Morais. Conheceu novas edições tardiamente, muito após as reedições da ortografia de Nunes de Leão (1784) e da gramática de Barros (1785). Data de 1871 a intitulada «segunda edição, conforme a de 1536, publicada por diligencias e trabalho do Visconde d’Azevedo e Tito de Noronha». Rodrigo de Sá Nogueira editou a 3.^a edição «feita de harmonia com a primeira», acompanhada de estudo e glossário de Aníbal Ferreira Henriques (1936). Eram naturalmente leituras imperfeitas, com os limites que a tipografia impunham a uma edição semidiplomática de um original em caracteres góticos. Sá Nogueira reconhecia as dificuldades na transcrição: «Se esta edição tem faltas para o investigador erudito, certamente prestará serviços aos menos escrupulosos, mormente àqueles a quem não é dado consultar a 1.^a edição. Em boa verdade o que se devia fazer era uma edição facsimile, mas infelizmente nem todos pensam assim» (Oliveira, 1936 (1536): Prefácio). Salvaguardado pela reprodução fac-símile de 1981 e esclarecido pelo trabalho filológico de Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000), Fernão de Oliveira pode finalmente dar o seu pleno e indispensável contributo para a documentação de um dicionário histórico do português e para os estudos de historiografia linguística.

³ Por exemplo, e retomando um artigo de Bluteau acima citado, «Compegár, v. n. antiq. Comer o pão com o conduto. Oliveir. Gram. Port. c. 36.» (Morais Silva, 1789: s.v.). Outros artigos em que Morais refere Oliveira são *ageitivo*, *arcabuz*, *cápapêlle*, *el-rei*, *guadamecim*, *melodia*, *picote*, *polguêiras*, *pospositivo*, *ruão*, *samicas*, *sarapulha*.

Fonética e Fonologia (segmental e prosódica) em Fernão de Oliveira (1536)

HENRIQUE BARROSO
Universidade do Minho

0. Introdução

Tendo escrito sobre matérias muito distintas (neste volume de homenagem, que assinala o quingentésimo aniversário do seu nascimento: 1507, pode ver-se isso muito bem), é sobretudo na sua qualidade de foneticista/fonólogo¹ (trata-se de uma fonética essencialmente linguística) que Fernão de Oliveira é referido, recordado, mencionado, citado: é que, tanto na teorização linguística a propósito do Português quanto na descrição gramatical desta língua, se revelou um verdadeiro precursor, de renome internacional, como o realçou já – e muito justamente – Eugenio Coseriu (2000: 60):

[...] podemos afirmar, creio, que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e na da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. [...] e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor.

¹ Torres (1998: 68), por exemplo, salienta-o deste modo: «São [...] inegáveis os seus méritos na fonética e na minuciosa articulação dos fonemas, assim como na sua classificação e simbolização gráfica, no que mostra não só não ter ouvido rombo de marinheiro, como estar atento, naqueles, a valores distintivos.»

É óbvio que hoje é relativamente fácil perceber o funcionamento desta componente da gramática do Português ou de muitas outras línguas europeias e não-europeias: passaram-se muitíssimos anos (quase cinco séculos) e fizeram-se muitas descrições dos sistemas sonoros de praticamente todas aquelas línguas. Porém, há quinhentos anos, altura em que o Latim era uma língua científico-culturalmente muito forte (tinha um estatuto muito semelhante ao que o Inglês tem nos nossos dias), um português escrever uma Gramática do Português em português, pondo propositadamente de lado quer o Latim quer o Castelhana (também era frequente escrever-se nesta língua – Camões e Sá de Miranda, só para citar dois casos, fizeram-no) e, para além disso, afastando-se de modo original dos modelos greco-latinos, ou seja, teoriza sobre a descrição que vai fazendo recusando-se a ser um mero seguidista, é de facto algo de singular.

É meu propósito, nas páginas que se seguem, tentar objectivar isto que acabo de afirmar demonstrando, ao mesmo tempo, as suas capacidades de descrição e teorização linguísticas, apenas no que à componente fonético-fonológica do Português dos primeiros anos de quinhentos diz respeito, especificamente: da novidade terminológica oliveiriana nas áreas em epígrafe, já a seguir; depois, da identificação dos segmentos fonéticos típicos do Português daquela época e respectiva descrição articulatória e, por fim (como consequência natural), do inventário dos fonemas vocálicos e consonânticos (fonologia segmental) e do seu agrupamento em sílabas e destas em unidades acentuais, do acento e do seu lugar, do ritmo e entoação (fonologia prosódica), matérias que, conjuntamente com as questões ortográficas (de que não me ocuparei, mas aqui tratadas por outro colega), constituem o núcleo duro desta primeira gramática da língua portuguesa (de vi a xxix: 24 capítulos, ou seja, metade da obra).

1. Da terminologia fonética e fonológica oliveiriana

A perspectiva de Oliveira é quase exclusivamente sincrónica, ou seja, descreve o(s) modo(s) como falam os seus contemporâneos chegando, pelo seu levantamento, ao modelo ideal, único, para todos os falantes (o que assegura a intercompreensão): os sons organizados em sistema, isto é, os segmentos e respectivas propriedades fónicas, que são os responsáveis pela construção de todas as sílabas e, pela(s) associação(ões) destas, das, nos seus termos, *dições* ou, numa terminologia mais moderna, *unidades acentuais* (Barbosa, 1994: 133-134).

Evidentemente que, para o fazer, tem de se socorrer (e socorre-se) de um suporte teórico que se efectiva não só pelos raciocínios que vão conduzindo a sua descrição do Português do seu tempo, mas também – e de modo mais notório – pelos termos a que deita mão e que suportam aqueles.

Para começar, *letra*, que Oliveira define como «figura de voz» (Torres & Assunção, 2000: 89)², é um termo muito abrangente, pois compreende os nossos conceitos de *letra*, *grafema*, *som/fone* e *fonema*.³ Aliás, Coseriu (2000: 34, nota 17) diz que ao conceito antigo de *littera* corresponde (mas não a 100%) o hjelmsleviano de *cenema*⁴. Em todo o caso, ele preocupa-se em distinguir *figura*, *senal* (representação gráfica) de *pronunção*, *força*, *virtude* (unidade fónica correspondente). Por conseguinte, um aspecto marcadamente inovador.

As unidades fónicas que Oliveira identifica como segmentos em Português são, de uma maneira geral, *fonemas* (cf., *infra*, 2. e 3.). A ‘nasalidade’ (ele fala de ‘til’) é apenas um *traço distintivo* (Torres & Assunção, 2000: 101).

Em relação às *vogais*, Oliveira distingue as *orais* (oito ao todo) das *nasais* (cinco), isto é, considera estas últimas como unidades vocálicas simples. Aqui temos outro aspecto revolucionariamente inovador, «pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas como tais na România (e talvez seja a primeira vez em geral).» (Coseriu, 2000: 38)

Também não menos inovador é a diferença que Oliveira faz entre *vogal grande* (= aberta) e *vogal pequena* (= fechada), que ele interpreta mais como ‘longo’ vs ‘breve’, respectivamente.

No que respeita ao(s) *ditongo(s)*, que define como «hũa voz com hum só espirito» ou «sillaba na qual são duas vogaes porque isto queremos entender da sillaba, que sejam em ella todas as letras que tiver unidas com hum só espirito.» (Torres & Assunção, 2000: 105), diz que se encontram em maior número em Português do que em qualquer outra língua que ele conhece, que «esta é hũa das particularidades da nossa própria harmonia» (Torres & Assunção, 2000: 105), elencando-os (*oral* e *nasal* lado a lado) e informando-nos da sua estrutura, ou seja, da distribuição dos segmentos constituintes («[...] nos quaes a grande e α pequeno, e assi e grande e ω grande sempre

² Apesar de ter igualmente compulsado a edição de Buescu (1975), é pela de Torres & Assunção (2000) que faço todas as citações insertas neste artigo.

³ Sobre esta matéria, cf., por exemplo, Barroso (1999: 180 ss.)

⁴ Recorde-se porquê: «[...] un phonème [= cenema] a une valeur, c’est-à-dire une entité; un phonème a un *contenu*, une destination fonctionnelle dans l’économie phonématique du langage; un phonème a une *forme*, c’est-à-dire qu’il occupe une place dans un *système* phonématique, cela de nouveau selon sa *valeur* phonématique; et un phonème a une *expression*, une certaine symbolisation ou matérialisation.» (Léon et al., 1977: 113).

se prepoem; e todas as outras às vezes se poem antes e às vezes depois hūas das outras.») (Torres & Assunção, 2000: 105), sublinhando, por fim, que a ‘nasalidade’ afecta ambas as vogais que formam o(s) ditongo(s) (Torres & Assunção, 2000: 106) e não apenas a vogal-núcleo silábico.

Tudo isto, por um lado. Por outro, e para que o leitor menos familiarizado com esta terminologia (termos de quinhentos para designar as estruturas anatómicas e respectiva fisiologia implicadas na produção dos sons do Português) possa ler inequivocamente o que Oliveira diz a este respeito, disponibiliza-se a seguinte listagem (*em itálico*, a designação quinhentista e, no tipo normal, a actual: *beiços* – lábios; *bafo* – fluxo de ar pulmonar (egressivo); *queixaes* – maxilares; *papo* – faringe/ cavidade faringal; *gengibas* – alvéolos; *lombo da língua* – dorso da língua; *espírito* – emissão de voz; *canudo* – canal; *costas da língua* – lâmina da língua; *ilhargas da língua* – lados da língua.

2. Identificação e descrição articulatória dos sons do Português quinhentista

Coseriu (2000: 34) escreveu que Oliveira superou todos os seus modelos, mesmo Nebrija, particularmente «pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses.» Ora, vejamos (ou, se calhar, melhor: comecemos a ver) como esta afirmação é verdadeira em toda a sua extensão. Antes, porém, porque, naturalmente, Fernão de Oliveira não pôde usar símbolos próprios para representar os sons da fala, mas apenas símbolos da ortografia (vários, aliás, sugeridos por ele, em função da sua própria observação da componente da gramática do Português agora em análise), e para que nós os possamos reconhecer e usar de modo inequívoco, vou servir-me do Alfabeto Fonético Internacional (AFI ou, à inglesa, IPA), da International Phonetic Association (1999), que uso para transcrever os sons do Português actual (Barroso, 1999), disponibilizando, imediatamente a seguir, as descrições articulatórias efectuadas pelo nosso autor que, muito embora se trate de uma fonética empírica (não havia outras hipóteses) estão tão exactas e completas, que ainda hoje se podem ler, *mutatis mutandis*, com proveito.⁵

⁵ Cf., a este respeito, as palavras de Coseriu (2000: 38) que se seguem: «No que se refere ao sistema consonântico, Oliveira apresenta as descrições articulatórias, no essencial, completas, ainda que sucintas. Muitas dessas descrições são surpreendentemente exactas e, salvo a terminologia, aceitáveis ainda hoje.»

2.1. Sons vocálicos

Oliveira começa⁶ pelos orais:

- [ɐ]: som vocálico oral central semifechado (Barroso, 1999: 68)
Esta letra a pequeno [...]: a sua pronunção é com a boca mais aberta que das outras vogaes e toda a boca igual; (Torres & Assunção, 2000: 95).
- [a] som vocálico oral central aberto (Barroso, 1999: 69)
a grande [...]: a pronunção é com a mesma forma da boca, senão quanto traz mais espirito. (Torres & Assunção, 2000: 95).
- [e]: som vocálico oral anterior semifechado (Barroso, 1999: 65)
Esta letra e pequeno [...]: a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes. (Torres & Assunção, 2000: 95)
- [ɛ]: som vocálico oral anterior semiaberto (Barroso, 1999: 66)
ɛ grande [...]: e tão-pouco não tem outra diferença da força de e pequeno, senão quanto enforma mais seu espirito. (Torres & Assunção, 2000: 95).
- [i]: som vocálico oral anterior fechado (Barroso, 1999: 64)
Desta letra i vogal [...]: pronuncia-se com os dentes quasi fechados e os beiços assi abertos como no e, e a lingua apertada com as gengibas de baixo e o espirito lançado com mais impeto. (Torres & Assunção, 2000: 95)
- [o]: som vocálico oral posterior semifechado (Barroso, 1999: 71)
A [...] letra o pequeno [...]: a sua pronunção faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo. (Torres & Assunção, 2000: 95)

⁶ Em geral, a ordem de apresentação dos segmentos fonéticos típicos do Português de inícios de quinhentos e respectiva descrição articulatória de Oliveira é a que o autor segue no seu texto. Este procedimento pode facilitar a eventual consulta.

[ɔ]: som vocálico oral posterior semiaberto (Barroso, 1999: 72)
o grande [...]: tem a mesma pronúncia com mais força e espírito.
 (Torres & Assunção, 2000: 95)

[u]: som vocálico oral posterior fechado (Barroso, 1999: 70)
Esta letra u vogal apertada as queixadas e prega os beiços, não deixando antr'elles mais que só hum canudo por onde sae hum som escuro, o qual é a sua voz. (Torres & Assunção, 2000: 95)

Em relação aos sons vocálicos nasais, Oliveira só dá esta informação (Torres & Assunção, 2000: 101):

[...], assi como fazemos do til nas vogaes quando também mudam sua voz. Digo que mudam a voz porque não é a mesma voz vila e vilã; mas o til que lhe posemos muda a qualidade do a de clara voz em escura e mete-o mais pellos narizes. Outro tanto nas outras vogaes como e e ã, i e ã, o e õ, u e ã, onde o til faz alghũa cousa e tem poder alghum, o qual sintem as orelhas, mas a boca o acha tão sotil tomando-o por si só, que o não sabe formar;

Mesmo não se tendo feito uma descrição articulatória do tipo da precedente para cada um, da citação decorre serem, pois, estes os segmentos vocálicos nasais do Português do período em análise no texto de Oliveira:

[ẽ]: som vocálico nasal central semifechado (Barroso, 1999: 75)

[ẽ] som vocálico nasal anterior semifechado (Barroso, 1999: 74)

[ĩ] som vocálico nasal anterior fechado (Barroso, 1999: 73)

[õ] som vocálico nasal posterior semifechado (Barroso, 1999: 77)

[ũ] som vocálico nasal posterior fechado (Barroso, 1999: 76)

2.2. Sons consonânticos e semivocálicos

- [b]: som consonântico oclusivo oral bilabial sonoro (Barroso, 1999: 84)
*Pronuncia-se a letra **b** antr'os beiços apertados, lançando para fora o bafo com impeto e quasi com baba.* (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [k]: som consonântico oclusivo oral velar surdo (Barroso, 1999: 86)
c pronuncia-se dobrando a lingua sobre os dentes queixaes, fazendo hum certo lombo no meio della diante do papo, quasi chegando com esse lombo da lingua ò ceo da boca e empedindo o espirito, o qual por força faça apartar a lingua e faces e quebre nos beiços com impeto. (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [d]: som consonântico oclusivo oral alveodental sonoro (Barroso, 1999: 85)
*A pronuniação da letra **d** deita a lingua dos dentes de cima com hum pouco de espirito.* (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [f]: som consonântico fricativo labiodental surdo (Barroso, 1999: 89-90)
*A pronuniação do **f** fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo e não é tão inhumana antre nós como a Quintiliano pinta aos latinos; mas todavia assopra, como elle diz.* (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [g]: som consonântico oclusivo oral velar sonoro (Barroso, 1999: 86-87)
*A pronuniação do **g** é como a do **c**, com menos força do espirito.* (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [l]: som consonântico lateral alveolar (Barroso, 1999: 98)
*A pronuniação do **l** lambe as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della òs dentes queixaes.* (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [m]: som consonântico oclusivo nasal bilabial (Barroso, 1999: 87)
*A pronuniação do **m** muge antre os beiços apertados apanhando para dentro.* (Torres & Assunção, 2000: 96)

- [n]: som consonântico oclusivo nasal alveodental (Barroso, 1999: 88)
A pronúncia do n tine, diz Quintiliano, tocando com a ponta da língua as gengibas de cima. (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [p]: som consonântico oclusivo oral bilabial surdo (Barroso, 1999: 83)
A força ou virtude do p he a mesma que a do b, senão que traz mais espirito. (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [w]: som semivocálico labiovelar (Barroso, 1999: 79)
Mas, como quer que seja, no-la havemos mester na nossa língua, assi para em alghũas dições que de necessidade têm u liquido, como quasi, quando, quanto, qual e outras semelhantes, [...]. (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [r]: som consonântico vibrante alveolar simples (Barroso, 1999: 101)
Pronuncia-se o r singelo com a língua pegada nos dentes queixaes de cima e sae o bafo tremendo na ponta da língua. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [r]: som consonântico vibrante alveolar múltiplo (Barroso, 1999: 102)
Do rr dobrado a pronúnciação é a mesma que a do r singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengibas de cima e o singelo não treme tanto; (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [z]: som consonântico sibilante ápico-alveolar sonoro
O s singelo, diz Quintiliano, é letra mimosa e quando a pronunciamos alevantamos a ponta da língua pera o ceo da boca e o espirito assovia pellas ilhargas da língua. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [ʃ]: som consonântico sibilante ápico-alveolar surdo⁷
O ss dobrado pronuncia-se como o outro, pregando mais a língua no ceo da boca. (Torres & Assunção, 2000: 97)

⁷ Este segmento fonético e o anterior também se denominam fricativos sibilantes retroflexos surdo e sonoro, respectivamente.

Na época a que nos reportamos constituíam duas realizações de dois fonemas distintos. Actualmente, não fazem parte da variedade culta do PE: existem apenas como variantes de uso exclusivamente regional (norte e centro do país). Sobre esta matéria, cf., entre outros, Lindley Cintra (1983: 27-29, 143-145, 151-153 e 159-163), Teyssier (1984: 49-52) e Neto (1986: 484-487).

- [t]: som consonântico oclusivo oral alveodental surdo (Barroso, 1999: 84-85)
O t tem a mesma virtude do d com mais espirito; todavia tira o t para fora. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [ʃ]: som consonântico fricativo chiante surdo (Barroso, 1999: 93)
Ao x nós lhe chamamos cis, mas eu lhe chamaria antes xi, porque assi o pronunciamos na escritura: pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a lingua ancha dentro na boca e o espirito ferve na humidade da lingua. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [z]: som consonântico fricativo sibilante sonoro (Barroso, 1999: 92)
A pronunciação do z zine antr'os dentes cerrados, com a lingua chegada a elles e os beiços apartados hum do outro; (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [s]: som consonântico fricativo sibilante surdo (Barroso, 1999: 91)
Esta letra [...] ç tem a mesma pronunciação que z, senão que aperta mais a lingua nos dentes. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [ʒ]: som consonântico fricativo chiante sonoro (Barroso, 1999: 94)
j consoante [...]. A sua pronunciação é semelhante à do xi, com menos força. (Torres & Assunção, 2000: 97)
- [v]: som consonântico fricativo labiodental sonoro (Barroso, 1999: 90)
A força de v consoante é como a do f mas com menos espirito. (Torres & Assunção, 2000: 96)
- [j]: som semivocálico palatal (Barroso, 1999: 78)
A qual letra a mi me parece ser y e não i vogal, porque ella não faz sillaba por si; nem tão-pouco j consoante na força que lhe nós demos, mas em outra quasi semelhante àquella muito enxuta sem nenhũa mistura de cospinho. (Torres & Assunção, 2000: 98)

À semelhança do que faz para os segmentos vocálicos nasais, Oliveira, no capítulo xvi (Torres & Assunção, 2000: 101), trata, ainda de modo mais rápido,

de mais três tipos fonéticos de natureza consonântica, a que equivocadamente⁸ dá o nome de ‘consoantes aspiradas’, para os quais não apresenta qualquer descrição articulatória, mas apenas isto:

As letras consoantes aspiradas [...] são ch, lh, nh, [...]: os nomes dellas são chê, lhê, nhê, os quaes sabidos são sabidas as pronunciações.

Ei-los, pois, agora representados como todos os outros:

[tʃ]: som consonântico africado chiante pré-palatal surdo (Barroso, 1999: 59)

[ʎ] som consonântico lateral palatal (Barroso, 1999: 100)

[ɲ] som consonântico oclusivo nasal palatal (Barroso, 1999: 88-89)

2.3. Fenómenos de fonética combinatória

A Fernão de Oliveira também não escaparam as modificações sonoras resultantes dos sons em interacção mútua. E de tal maneira estava atento que, no seu texto, só no capítulo xxv (constituído por apenas um parágrafo), descreve três fenómenos fonéticos (mais rigorosamente, dois: ‘crase’ e ‘elisão; o terceiro consiste na manutenção do ‘hiato’, apesar de o Português tender a desfazê-lo), como a citação de todo aquele capítulo-parágrafo (Torres & Assunção, 2000: 109) claramente o documenta:

Quando hũa dição acaba em vogal e outra dição logo começa também em vogal, se são ambas d’hum mesmo genero, mesturam-se ambas e fazem hũa vogal [‘crase’]; e às vezes grande de seu genero de que ellas eram, como d’escrever por de escrever, estav’assi por estava assi, e com’os latinos por como os latinos [exemplos de ‘crase’]. E se são de diversos generos a primeira perde-se; e a segunda, em que começa a segunda dição, fica e muitas vezes em maior cantidade [‘elisão’], como mesturãs’ãbas por mesturam-se ambas, e com’este

⁸ Este (só aparente) equívoco é, todavia, imediatamente desfeito, nos parágrafos subsequentes, pelo próprio Oliveira (Torres & Assunção, 2000: 101-103).

por como este [exemplos de ‘elisão’]. Ainda porém que às vezes ficam ambas inteiras [‘hiato’], maiormente se são diversas, como acaba em a vogal e começa a segunda [exemplos de ‘hiato’].

Para além destes, fala desenvolvidamente de ‘assimilação’, descrevendo vários tipos nos capítulos xviii, xxvi e xxviii (Torres & Assunção, 2000: 104, 109-110 e 114). E, por fim, no capítulo xxiii (Torres & Assunção, 2000: 108), descreve casos do que se pode denominar de ‘iotização’. Por exemplo, e citando Oliveira,

Ainda que nós pella maior parte lhe metemos no meio hum y consoante, como Mayo, seyo, ayo, mas não sempre. [...] E contudo ainda aqui não sempre, mas também u, i ou o, se tiverem despois de si outra vogal, também soa antr’elles muitas vezes este y consoante, como marroyo, tiyo, arguyo, tiya.

3. Teoria fonológica e descrição do Português dos inícios do século XVI

No segundo parágrafo do capítulo xi (Torres & Assunção, 2000: 94), encontramos, no mínimo, um esboço de fonologia (mas, se calhar, já todo um programa de teoria fonológica) que orienta Oliveira na descrição do Português do seu tempo, concretamente: alusões aos seguintes conceitos:

(i) ‘oposição fonológica’, ‘base de comparação’ e ‘traço distintivo’, centrais na teoria fonológica de Trubetzkoy (1986: 33 ss.), em

O proprio [‘traço distintivo’] de cada letra entendemos a particular pronunciação de cada hũa; e o comum [‘base de comparação’] chamamos aquella parte da pronunciação e força em que se hũa parece com a outra. E isto nos manda Quintiliano bem ver, porque nisto consiste o saber ler e mais que saber ler [‘oposição fonológica’]. (Torres & Assunção, 2000: 94)

(ii) ‘sistema linguístico’ e, no caso concreto, ‘sistema fonológico’, em

E é verdade que, se não tevéremos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua [‘sistema linguístico’]; e cada

dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia, mas também nos significados das vozes ['sistema fonológico']. (Torres & Assunção, 2000: 94)

(iii) 'método comutativo' e 'técnica dos pares mínimos', em

Porque só mudar hũa letra, hum acento ou som ['comutação'], e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assi também de hũa consoante dobrada em singela ou, ao contrario, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no significado da língua ['técnica dos pares mínimos']. (Torres & Assunção, 2000: 94)

Este esboço de fonologia continua noutros locais, com alusão a outros conceitos:

(iv) 'correlação' e 'pares correlativos', em

Até aqui dissemos do proprio genero e particular de cada letra; agora vejamos da comunicação que alghũas têm, ou d'alghũa participação que todas têm antre si ['correlação']. Das vogaes antre u e o pequeno ['par correlativo'] ha tanta vezinhença que quasi nos confundimos dizendo huns somir e outros sumir, e dormir ou durmir, e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes. E outro tanto antre i e e pequeno ['par correlativo'], como memoria ou memorea, gloria ou glorea. [...]

Antre as consoantes, b e p são mui semelhantes, e c com g têm muita vezinhença, e d com t, f com v, l com r singelo, c com z e s ou ss, j e x ['pares correlativos']. Também as vogaes hũas com outras em ter voz; e as consoantes antre si em ferir sobre as vogaes.

E as letras semivogaes em seu officio, e as liquidas na sua valia todas têm hũas com outras alghum parecer; e contudo quaesquer que se parecem ainda que muito, consigo trazem alghũa certa maneira de mover a boca, lingua, dentes e beiços, ou formar o espirito por onde temos necessidade de as particularizar. (Torres & Assunção, 2000: 103-104)

3.1. Identificação dos segmentos por traços distintivos

Do exposto nos parágrafos precedentes (2. e 3.), que podem ser considerados as premissas, resulta nestoutro, como corolário, a relativamente fácil identificação dos segmentos fonológicos ou fonemas do Português

culto de quinhentos (recorde-se que a fonética oliveiriana é essencialmente linguística – daí haver uma coincidência em número e símbolos entre os segmentos fonéticos e fonológicos e, já agora, uma pouco perceptível não-coincidência com as unidades grafemáticas⁹).

Contudo, Oliveira não opera (nem podia) deste modo. Em todo o caso, é uma dedução lógica resultante, por um lado, da descrição articulatória sistemática que acabámos de averiguar e, por outro, da aplicação do ‘método comutativo’ por ‘pares mínimos’ e das ‘correlações’ baseadas em ‘pares opositivos’ (ou ‘oposições’), de que se falou há instantes. Ou seja, esta identificação faz-se tendo simultaneamente em consideração a ‘base de comparação’ (traço/s partilhado/s) e a ‘relação de oposição’ (traço/s distintivo/s).

3.1.1. Segmentos consonânticos e semivocálicos:

FONEMAS	BASE DE COMPARAÇÃO	RELAÇÃO DE OPOSIÇÃO
(i) /p/ e /b/	‘bilabiais não-nasais’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(ii) /t/ e /d/	‘alveodentais’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(iii) /k/ e /g/	‘dorsovelares’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(iv) /f/ e /v/	‘labiodentais’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(v) /s/ e /z/	‘sibilantes’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(vi) /ʃ/ e /ʒ/	‘apicoalveolares’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(vii) /tʃ/ e /dʒ/	‘chiantes’	‘não-sonoro’ vs ‘sonoro’
(viii) /r/ e /r̄/	‘vibrantes apicais’	‘simples’ vs ‘múltiplo’
(ix) /l/ e /r/ ¹⁰	‘apicais’	‘lateral’ vs ‘vibrante’
(x) /m/ e /n/	‘nasais’	‘bilabial’ vs ‘apical’
(xi) /tʃ/, /k/ e /ŋ/	‘palatais’	‘africado’ vs ‘lateral’ vs ‘nasal’
(xii) /j/ e /w/	‘semivocálicos’	‘palatal’ vs ‘labiovelar’

⁹ Coseriu (2000: 44) escreve a este propósito: «Em primeiro lugar, as suas ‘letras’ correspondem quase exactamente às unidades fonemáticas do português e, no caso das vogais nasais, até a uma análise funcional do tipo: V + nasalidade.»

¹⁰ Apesar de estar já identificado, usa-se de novo para se poder identificar /l/. O mesmo se passa com /i, e, v, o, u/, em 3.1.2., para se proceder à identificação dos segmentos vocálicos fonológicos nasais.

3.1.2. Segmentos vocálicos orais e nasais:

(i)	/i/, /e/ e /ɛ/	‘anteriores’ (ou ‘palatais’)	‘abertura mínima’ vs ‘abertura média’ vs ‘abertura máxima’
(ii)	/ɐ/ e /a/	‘centrais’	‘fechado’ vs ‘aberto’
(iii)	/u/, /o/ e /ɔ/	‘posteriores’ (ou ‘velares’)	‘abertura mínima’ vs ‘abertura média’ vs ‘abertura máxima’
(iv)	/i/ e /ĩ/	‘anteriores de abertura mínima’	‘não-nasal’ vs ‘nasal’
(v)	/e/ e /ẽ/	‘anteriores de abertura média’	‘não-nasal’ vs ‘nasal’
(vi)	/ɐ/ e /ẽ/	‘centrais fechados’	‘não-nasal’ vs ‘nasal’
(vii)	/o/ e /õ/	‘posteriores de abertura média’	‘não-nasal’ vs ‘nasal’
(viii)	/u/ e /ũ/	‘posteriores de abertura mínima’	‘não-nasal’ vs ‘nasal’

3.2. Inventários

Oliveira não fica por aqui. Bem pelo contrário. Avança um pouco mais na estrutura da língua. Nesta linha, descreve (capítulo xxi) a ordem de ocorrência das unidades fonemáticas (acabadas de reconhecer) na constituição de unidades linguísticas pertencentes a um nível hierarquicamente superior, ou seja, do seu agrupamento em *sílabas*, informando-nos da sua tipologia mono (a mais pequena), bi, tri e tetrassetimental (a maior) e quais as (unidades) que precedem o *núcleo silábico* (em Português, sempre constituído por uma vogal), as que o seguem e as que o precedem e seguem simultaneamente; e, em um outro momento, inventaria, distinguindo-os, os segmentos fonológicos que terminam sílaba (capítulo xx) e os que a iniciam (capítulo xxii).

Em relação ao primeiro aspecto, escreve o seguinte (Torres & Assunção, 2000: 107):

[i] *Antes de si todas as vogaes em ditongos e fora delles recebem qualquer letra consoante, como ba, ca, ça, da, das, dei; e dou, dous, dão e dões. [ii] Antes de letra liquida estará sempre letra muda, como bravo, drago, cranguejo, frangao, grosso. As mais letras que se ajuntam em hũa sillaba são quatro: a primeira, muda; e a segunda, liquida; e a terceira, vogal ou ditongo; e a quarta, semivogal ou til, como frasco ou franco: na primeira sillaba se contam f e r e a, s ou til.*

Também ha hi sillabas de três letras, como trazer; e outras de duas, como cana, e outras d'hũa só, como era, avarento. Contam-se em hũa mesma sillaba todas as letras que soam em hũa só voz, como em tardou: t e a e r se contam na primeira sillaba; e d e o e u na segunda.

Quanto ao segundo, podemos ler (Torres & Assunção, 2000: 107):

As letras consoantes em que as nossas dições ou suas sillabas podem acabar são estas: l, r, s e z [em termos de fonologia funcional: /L/, /R/ e /S/], as quaes já chamamos semivogaes ou quasi vogaes, porque nisto são soltas como vogaes e gozam de seu officio em dar fim a dições ou sillabas como vogaes.

E assi também as nossa sillabas nunca se começam em duas letras de diversas natureza, como speranza; [...]

4. Propriedades prosódicas do Português dos inícios do século XVI

4.1. Tendo em consideração o conteúdo do parágrafo precedente, vemos que a *sílaba* (e cito Oliveira)

é hũa só voz formada com letra ou letras, a qual pode sinificar por si ou ser parte de dição. E assi as vogaes, ainda que sejam em ditongo, podem fazer sillaba sem outra ajuda; e as consoantes não, senão misturadas com as vogaes. (Torres & Assunção, 2000: 105)

Desta definição decorre estarmos na presença (em termos actuais) de «uma unidade rítmica, constituída por uma sequência de segmentos que se agrupam em torno de um segmento a que está associado maior grau de proeminência» (Mateus *et ali.*, 1990: 211). Para além disso, também fica claro que só alguns segmentos (as *vogais*) podem ocupar o núcleo silábico e

constituir, por si sós, sílabas, quer já enquanto *dições* (palavras portadoras de significado) quer simplesmente como parte daquelas, e que as *consoantes* só podem ocupar as margens da sílaba, ou seja, funcionarem como *ataque* e/ou *coda* silábicos.

4.2. No capítulo xxvii (Torres & Assunção, 2000: 110-111), embora confundindo-o com o ‘grau de abertura bucal’, Oliveira apresenta o traço prosódico *quantidade*, que não tem qualquer estatuto linguístico. Em todo o caso, revela que Oliveira conseguia captar as diferenças entre sílabas e/ou segmentos produzidos durante mais (*longos*) ou menos (*breves*) tempo.

Ainda neste capítulo, e ao contrário de Quintiliano (que cita), propõe os cinco, em terminologia actual, *padrões silábicos* seguintes (Oliveira fala apenas de ‘numero das sillabas’): /V/ e /CV/, sílabas sem coda, portanto abertas; e /VC/, /CVC/ e /CCVC/, ao invés, com coda, logo sílabas fechadas (Barroso, 1999: 160-161), tal como se depreende das suas próprias palavras (Torres & Assunção, 2000: 113):

O numero das sillabas Quintiliano o não quer determinar. Mas nós podemos saber onde ellas podem chegar, desta feição; tomando cada vogal por si, ella pode fazer sillaba, e com letra semivogal trás si, e com muda antes, e mais com muda mesturada com letra liquida. Assi, a, as, ba, bas, bras; e, es: te, tes, tres; e com ditongo, como o, ou: do, dou, dous; e, eu: se, seu, seus; a, ao, ão: ga, grao, grão; e assi de todas as vogaes.

4.3. O *acento* é o traço prosódico de que Oliveira fala a seguir, e fá-lo definindo-o assim:

Acento quer dizer principal voz ou tom da dição, o qual acaba de dar sua forma e melodia às dições de qualquer lingua. (Torres & Assunção, 2000: 113)

acrescentando, contudo, logo:

Digo às dições somente, porque a linguagem ainda no ajuntamento das dições e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou propriedades, (Torres & Assunção, 2000: 113)

o que remete – assim me parece – para a *entoação* e *ritmo*, mais duas propriedades prosódicas com funções linguísticas claras, que resultam simultaneamente

da intensidade, duração, frequência fundamental e de outras características acústicas implicadas na produção/transmissão dos sons falados.

Segundo Oliveira, «nós falamos com grande repouso como homens assentados» (Torres & Assunção, 2000: 84), o que denota um 'ritmo lento' do Português falado no séc. XVI, por oposição ao de hoje, um 'ritmo acelerado', comprovado pela tendência consonântica do Português actual (Teyssier, 1984: 66), por exemplo.

4.4. Por fim, no capítulo xxix (Torres & Assunção, 2000: 115-118), Oliveira passa em revista um conjunto de propriedades que permitem reconhecer a sílaba acentuada de qualquer palavra do Português (*dição*, segundo ele), dizendo que o acento pode recair numa das três últimas sílabas (a contar do fim), tal como hoje, o que nos permite afirmar serem já estes os *esquemas acentuais* típicos do Português de quinhentos: (i) *oxítono* (última sílaba): /- -¹-/, (ii) *paroxítono* (penúltima sílaba): /-¹- -/ e (iii) *proparoxítono* (antepenúltima sílaba): /¹- - -/.

5. Em jeito de conclusão

Chegados ao termo deste ensaio, gostava de ressaltar um aspecto (o primeiro) e chamar a atenção para outro (o segundo).

Primeiro, confrontando o estado de língua descrito por Oliveira (Português culto dos inícios do séc. XVI) com o da actualidade (também variedade culta do PE dos inícios do séc. XXI), entre outras mudanças mais ou menos significativas (obviamente que há várias), verifica-se que os subsistemas consonânticos dos respectivos sistemas fonológicos têm muito em comum, mas também algo que lhes é próprio, a saber: o da actualidade não conta, entre os seus segmentos fonológicos, com /s/, /z/ e /tʃ/. Quer isto dizer que aquele era constituído, conforme vimos, por vinte e quatro fonemas e este, apenas por vinte e um.

Segundo, em função do exposto, julgo não constituir exagero nenhum concluir(mos) este trabalho com algumas das palavras escritas, a outro propósito¹¹, por Prado Coelho (1967: 67-68) que, para mim e neste momento, descrevem à perfeição o labor e o papel de Fernão de Oliveira, pelo menos

¹¹ Trata-se de uma recensão ao tomo I de *Teoria da Linguagem. Natureza do Fenómeno Linguístico e a Análise das Línguas*, da autoria de José Gonçalo Herculano de Carvalho, publicado em 1967.

nestes domínios (e ainda noutros) das Ciências da Linguagem. Estamos na presença de uma obra que revela

uma extraordinária capacidade reflexiva e um espírito crítico seguro, que ora integra ora rejeita afirmações alheias, tendo em vista não a originalidade efémera mas um conhecimento sempre mais exacto do real.

Noutros termos: por um lado, temos a evidência da ‘mudança linguística’, ou seja, as línguas porque produtos do Homem estão, tal como ele, sujeitas ao devir histórico e, por outro, o espanto da sua inteligência, isto é, a capacidade cognitiva do Homem, associada à sua paixão pela ciência, permite penetrar nos complexos meandros da ‘linguagem’, naturalmente através das línguas, de que o Português é uma mera manifestação.

Actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira: léxico e morfologia

GRAÇA RIO-TORTO
Universidade de Coimbra

0. Introdução

Nesta reflexão pretende-se sublinhar a actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira sobre teorização morfológica e lexical, aplicada à língua portuguesa pelo nosso primeiro gramático. Será dado relevo particular ao modo como Oliveira discorre sobre análise morfológica, sobre composição interna das palavras, sobre a semântica destas, e sobre léxico (procedência e usos das unidades lexicais).

Vários são os ângulos de enfoque a partir dos quais Oliveira observa as unidades do léxico, ou dicções ou vozes (cf. «*Dição*, vocabolo ou palavra, tudo quer dizer hũa cousa. E podemos assi dar sua definição: palavra é voz que significa cousa ou auto ou modo» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXX)¹.

No nosso ponto de vista, as dimensões mais relevantes — e que se revelam também as mais actuais — da teorização que Fernão de Oliveira faz sobre as palavras são:

- . procedência histórica e circulação interlinguística
- . grau de arcaicidade e de modernidade

¹ Neste estudo todas as citações da *Gramática da Linguagem Portuguesa* se reportam à edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000), a quem agradeço o apoio logístico prestado.

- . tipo de estrutura interna
- . leitura/significação literal e não literal

Em cada uma das secções deste estudo descreve-se o modo como estas dimensões foram trabalhadas pelo nosso primeiro gramático, e salienta-se a perenidade de algumas das concepções expostas, nomeadamente em estudos actuais sobre morfologia e léxico.

Eugenio Coseriu, no seu incisivo estudo sobre “Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira”, ressalta o carácter incisivo e criterioso da originalidade de concepções deste nosso primeiro gramático: «Para várias das suas idéias e teses, Oliveira cita as ‘autoridades’ entre os Antigos [...], mas isto também não diminui a originalidade do seu pensamento: a originalidade, no renascimento, também consiste em ‘quais’ idéias se adotam dos Antigos, ou para quais idéias se procura apoio nos Antigos» (Coseriu, 1991: 17, n. 7).

Com efeito, Fernão de Oliveira soube, há cinco séculos atrás, intuir e explicitar, ainda que naturalmente numa linguagem pouco técnica, à luz dos padrões actuais, alguns dos tópicos cruciais com que se debate, nas últimas décadas, a teoria morfológica e lexical. Deles se destacam, usando uma metalinguagem do nosso tempo, a relação entre a etimologia, a história e a competência morfo-lexical dos falantes nos diversos espaços sincrónicos em que se situam; a correlata metodologia de análise morfo-lexical, com diferenciação (i) das unidades construídas e não construídas numa língua, (ii) das palavras importadas e das herdadas, e (iii) das palavras complexas e não complexas; a problemática concepção em torno da identidade das unidades mínimas da análise morfo-lexical; a demarcação das unidades lexicais quanto ao seu grau de modernidade, de inovação, ou de arcaicidade; a relação existente entre composicionalidade morfológica, composicionalidade semântica, significação literal e não literal.

Dada a profusão de propostas teóricas no âmbito da morfologia e do léxico, optamos por tomar como marco de referência teórica o estudo de Booij (2007), *The Grammar of Words* e, no que à teoria da linguagem diz respeito, o de Jackendoff (2002), *Foundations of Language. Brain, Meaning, Grammar, Evolution*, por os considerarmos os mais relevantes e abrangentes em relação às temáticas abordadas, e os mais representativos do debate que sobre elas se pratica na actualidade.

1. Procedência histórica e circulação interlinguística

Quanto à sua etimologia (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXI), o autor diferencia as palavras em três grupos: as palavras “nossas”, ou seja, nascidas ou construídas dentro da língua portuguesa; as palavras “alheias”, ou importadas; e as palavras “comuns”, de circulação internacional, e por isso pertencentes a um património interlinguístico comum a várias línguas².

Por palavras “nossas” entende o autor palavras já nascidas no âmbito da língua portuguesa ou de tal modo antigas que se lhes desconhece a origem³. Em relação a elas — e menciona *castiçal*, *janela*, *panela* — recomenda o autor uma investigação séria, feita pelos homens doutos⁴, das circunstâncias e motivações da sua génese, sem se recorrer a especulações fantasiosas, como, por exemplo, correlacionar *alfaiate* com ‘o que faz alfaias’.

As dicções “alheias” são palavras importadas, integradas na língua por necessidade denominativa de novas realidades. Os exemplos que Oliveira dá são *picote*, nome de tecido que veio substituir o *burel*, *alquicé* e ainda *arcabuz*, denominação tão recente que o autor propõe seja simultaneamente considerada como “nova”⁵. Muito atento à dinâmica da língua, alude ainda a «novas vozes que est’ano vieram de Tunez com suas gorras» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII), mas não as explicita.

² Patentia-se aqui a influência de Marcus Terencius Varro, quando distingue em *De Lingua latina* V: 10 «verba nostra aut aliena aut obliuia».

³ «As nossas dições são aquellas que naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora. Nestas a grammatica manda saber donde, quando, porquê e como foram feitas: donde foram feitas, como pelote de pele, assi como também já foi, em tempo del-rei dom Afonso Anriquez, capa-pelle; quando foram feitas, como sisa em tempo del-rei dom João o primeiro; porque foram feitas, como Aveiro, nome de lugar, porque dantes nessa terra morava hum caçador d’aves ao qual, como d’algunha, chamavam o aveiro.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXI)

⁴ «Pois se alguém me dixer que podemos dizer como temos muitos vocabolos latinos e que isto alcançam os homens doutos que sabem lingua latina, como candeia que vem de candela, vocabolo latino, e mesa de mensa, que não somente é latino mas também tem ainda outro mais escondido nacimiento grego de meson, que quer dizer cousa que está no meio; assi outro tanto lume de lumen latino, e homem de homo, e molher de mulier; e livro e porta e casa e parede e quantos quisesdes, e não só latinos, mas gregos, arabigos, castelhanos, franceses e toda quanta outra immundicia poderem ajuntar» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXI)

⁵ «As dições alheas são aquellas que doutras linguas trazemos à nossa por alghũa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghũa novamente trazida à terra. O costume novo traz à terra novos vocabulos, como agora pouco ha trouxe este nome picote, que quer dizer burel, do qual, porque de fora trouxeram os malgalantes o costume, ou para melhor dizer o desdém de vestir o tal pano, trouxeram também o nome co’esse costume. E alquicé tão-pouco é vestido da nossa terra; por isso também traz o nome estrangeiro consigo. E arcabuz ha sete ou oit’annos pouco mais ou menos que veio ter a esta terra, com seu nome dantes nunca conhecido nella; e porém a este podemos chamar novo, mais que alheo, porque pode ser que tão-pouco dantes não era usado nessa terra donde o nós trouxemos ou tomamos.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII).

O autor tem consciência de que com o uso e a incorporação na língua, os estrangeirismos deixam de ser percebidos no léxico mental dos falantes como importações, e passam a ser sentidos como “nossas”, perfeitamente integradas na língua⁶.

Por fim, são dicções “comuns” as de circulação internacional, que estão presentes no património linguístico de vários idiomas. Os exemplos que Fernão de Oliveira faculta são *alfaiate*, *almoxarife*, *alguidar*, *almocreve*⁷, não sendo linear que sejam os melhores protótipos de palavras de circulação verdadeiramente transnacional. O grande acervo de arabisismos incorporados, nomeadamente pelas línguas ibéricas, terá levado o nosso gramático a valorizá-los como palavras com difusão supranacional e, nesse sentido, comum a várias línguas. Todavia, dado que a internacionalização do vocabulário não se pautava, no princípio do século XVI, por critérios de globalização idênticos aos dos nossos dias, o grau de avaliação do carácter “comum” de uma palavra terá que ser aferido em função dos parâmetros de difusão transnacional disponíveis e relevantes à época. Diversas palavras eruditas comuns a várias línguas da Europa ocidental poderiam ter sido invocadas pelo autor; mas a atitude de erosão da suposta supremacia do latim sobre as línguas vernáculas ter-se-á provavelmente sobreposto a tal consciência.

Já a menção a *mesa* e *çapato* exigiria que se distinguíssem — em consonância com o que Oliveira preconiza em outros momentos, quando sublinha aquilo a que chamaríamos actualmente ‘imotivação entre signo lexical e realidade denotada’ —, o plano dos objectos extralinguísticos e o das configurações com que cada língua verbaliza tais realidades.

Numa época de legitimação da língua vernácula relativamente sobretudo à latina e à espanhola, o nosso primeiro gramático não se poupa a argumentos — por vezes de modo algo excessivo — em favor da singularidade e da riqueza autóctone da nossa língua face às demais, nomeadamente em matéria

⁶ «a estas dições alheas com necessidade e não facilmente trazidas chamar-lhe-emos alheas em quanto forem muito novas, de tal feição que não possamos negar seu nascimento. E depois, pelo tempo adiante conformando-as connosco, chamar-lhe-emos nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII)

⁷ «Dições comuns chamamos aquellas que em muitas linguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudaram, porque assi as podiam tomar as outras linguas da nossa como a nossa dellas, como alfaiate, almoxarife, alguidar, almocreve. E muitas outras dições começadas nesta sillaba al, as quaes dizem que são mouriscas.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIII).

de léxico⁸, e da premência de fortalecer a implantação da língua-pátria, uma vez que se trata de um factor de unidade e de identidade do reino. Importa mencionar que a existência de legados pré- e pós-romanos, sejam os contributos celta, germânico, árabe, longe de diminuírem a identidade da nossa língua, representam antes um valioso factor de diversidade e de enriquecimento lexical, que nenhum gramático noutra conjuntura subestimaria.

Como assinala Piel (1989[1976]: 9), «O léxico de uma língua de civilização como a língua portuguesa é um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de selecção [...]. Como sucede com o léxico das demais línguas de cultura, nunca será possível reconstituir todas as fases por ele percorridas e destrinçar a contribuição das muitas gerações que nele colaboraram até se constituir o magno edifício que hoje se nos depara [...] Ao caudal vocabular do primitivo património afluuiu, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extra-europeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os Portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, directa ou indirectamente, em contacto.

1.1. Léxico herdado e léxico de empréstimo

A necessidade de distinguir as unidades lexicais em função da sua procedência linguística, sobretudo quando o contacto interlinguístico determinou ou determina interferências lexicais relevantes, é um imperativo que filólogos e linguistas sempre sentiram como premente.

Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos considerava fundamental diferenciar o chamado vocabulário popular (em fr. *mots populaires*) ou léxico herdado, do chamado léxico literário, também conhecido por culto ou erudito (em fr. *mots savants*).

Nas palavras da autora, «São *populares* todos os termos do léxico primitivo, provenientes do latim vulgar, isto é, os que entraram na língua dos Lusitano-romanos por contacto directo, e foram transmitidos oralmente de geração

⁸ «E assi também dizem ser não somente latinas as nossas palavras e castelhanas e doutras nações nossas vezinhas; mas de Grecia e doutras gentes mais apartadas de nós e com quem nunca conversamos dizem estes curiosos ser muitas dições das nossas. E de tal feição se alevantam contra a nossa língua e a fazem pobre e toda emprestada, que lhe não deixam nada proprio, como se não houvera homens na nossa terra antigos e nobres e sabedores. [...] Quanto de minha parte segundo eu entendo, eu juraria que quem folga d'ouvir lingua estrangeira na sua terra não he amigo da sua gente nem conforme à musica natural della.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIII).

em geração, sofrendo sucessivas modificações, com grandes intervalos de tempo, segundo leis então vigentes. [...] *Eruditos, literários, cultos*, de origem artificial, são, pelo contrário, os vocábulos de proveniência latina (e grega), que entraram no léxico português, por intervenção de escritores, que os tiraram directamente de obras clássicas ou do dicionário» (Vasconcelos, s/d: 30)⁹.

A distinção entre léxico patrimonial herdado (al. *Erbgut*), proveniente do latim vulgar e reconfigurado de acordo com os padrões da língua portuguesa, e léxico de empréstimo (al. *Lehngut*), seja erudito ou não, tem importância vital em termos de teoria histórica, morfológica e lexical, na medida em que permite clarificar as relações entre património histórico e estrutura morfológica das unidades lexicais (vejam-se as considerações que a este respeito se tecem em 1.2.) e, simultaneamente, também em termos de delimitação tipológica de dados empíricos alienígenas (herdados, empréstimos ou estrangeirismos), em função do grau de adaptação das unidades lexicais à nova realidade linguística de acolhimento.

Reportando-nos à realidade hodierna, os estrangeirismos mais marcados são vocábulos de origem não autóctone que se mantêm inalterados ou escassamente modificados na sua configuração matricial, como *tsunami, ioga, Kitsch, pin, pizza, quorum, zoom*. Muitos dos anglicismos que hoje em dia as línguas incorporam, e que se tornaram verdadeiros vocábulos de circulação internacional (*airbag, bit, check in, cocktail, jeans, lobby, net, piercing, slogan, stand, whisky*) mantêm a sua identidade formal inalterada, em muitas línguas.

Mas também em português palavras importadas há que acusam um assinalável grau de adaptação formal, sejam os arabismos *alcatifa, álcool, azeite, fulano, oxalá*, os galicismos *blusa, boné, chique, creme, croquete, douche, envelope, piquenique*, os anglicismos *bife, clube, futebol, lanche*.

O estudo do vocabulário internacional, que constitui um património interlinguístico comum a várias famílias de línguas, tem sido objecto de diversos projectos de investigação, um dos mais promissores dos quais, “The International Vocabulary”, é coordenado por Hartmut Traummüller, do Departamento de Linguística da Universidade de Estocolmo, e incorpora léxico de trinta e duas línguas, entre as quais a portuguesa, representativas dos

⁹ A estas acrescem as palavras semi-populares ou semi-eruditas que, tendo origem latina e tendo sido introduzidas bastante cedo (no período arcaico) «não sofreram as transformações impostas por leis fonéticas, ou as sofreram apenas parcialmente. ...entraram por via eclesiástica ou judicial» (Vasconcelos, s/d: 31).

grandes universos culturais deste século¹⁰. No presente momento ainda não está disponível o livro que consubstancia os resultados centrais deste projecto, e que elencará as entradas (com descrição da sua etimologia, semântica e configuração nas línguas em análise) das unidades lexicais seleccionadas.

Fernão de Oliveira, por falta de recursos teóricos, empíricos e logísticos, não podia ter ido tão longe na descrição dos estrangeirismos ou das palavras importadas, mas teve consciência da importância destes em termos patrimoniais, do enriquecimento lexical que aduzem à língua, da relevância descritiva da distinção entre palavras “nossas” e “alheias” e, como bom renascentista, não se coibiu de recomendar moderação na adopção de estrangeirismos, que considerava aceitáveis na condição de virem suprir lacunas em aberto.

1.2. História e reanálise de palavras compostas

Com os avanços mais recentes das ciências da linguagem, a distinção entre unidades lexicais “nossas” e “alheias” tem-se revelado um tópico de indagação muito frutífero em termos teóricos e aplicados, obrigando a recentrar, em termos de continuidade, a tradicional dicotomia entre o domínio do (léxico) patrimonial e do (léxico) vernáculo.

Continua a ser fundamental conhecer a matriz etimológica e linguística das unidades lexicais, nomeadamente quando estas se configuram em paradigmas que requerem um processamento específico sob o ponto de vista cognitivo.

A este propósito, mencionaremos duas situações em que a composicionalidade de uma palavra não anula o seu carácter importado, mas também não impede a sua reanálise à luz dos padrões de genolexia da língua portuguesa,

¹⁰ Segundo o resumo disponível em linha (<http://www.ling.su.se/staff/hartmut/intervok.htm>), «The aim of this project is to document and study those ‘international words’ that can be said to be international in a global sense. To qualify for consideration, a word has to be similar in form and meaning in languages whose total number of speakers is considerably larger than the number of members in any single one of the four major cultural regions (Western, Islamic, Indian, Chinese). In most instances, these words have been diffused as loans, but inheritance is also a contributing factor [...] The study is based on the vocabularies of the 32 most popular languages. [...] Languages considered regularly: Portuguese, Spanish, Italian, French, (Romanian) - English, Dutch, German - Polish, Russian, (Ukrainian, Serbo-Croatian) - Swahili - Hausa - Amharic, Arabic - Turkish - Persian - Hindi & Urdu, Punjabi, Marathi, Bengali, (Gujarati) - Tamil, Telugu, (Kannada) - Burmese - Thai - Indonesian, Javanese, Tagalog - Vietnamese - Cantonese, Chinese - Korean - Japanese.»

fazendo jus à comunhão e à continuidade de paradigmas construcionais entre a língua latina e a nossa.

(i) Tenham-se em conta palavras de estrutura complexa como *Cetóbriga*, *Conímbriga*, *Lacóbriga*, *Longóbriga*, *Miróbriga*, *Talábriga*, *Tameóbriga*, *Tongóbriga*, em que ocorre um constituinte de origem celta, *-briga* ‘castelo’, actualmente não activado, mas presente em diversos topónimos que, por via da sua sobrevivência em latim, a língua portuguesa herdou e incorporou. Sendo parcialmente opacas, mormente para quem não tem um razoável conhecimento da história do léxico, estas palavras oferecem, contudo, ao falante comum, uma composicionalidade formal cujo reconhecimento não requer uma descodificação muito dificultosa, uma vez identificado o constituinte *-briga*. Ao invés, o processamento da composicionalidade semântica destas palavras complexas, mas não construídas dentro do português, já pode ficar comprometido se o falante não possuir conhecimento sobre o semantismo de *-briga* e dos constituintes toponímicos que com ele se combinam à sua esquerda.

No pressuposto de que estas duas últimas condições não estão reunidas na competência lexical dos falantes comuns, o mais provável é que estruturas deste tipo estejam armazenadas no domínio das idiossincrasias da memória de longo prazo, e estejam codificadas no léxico mental como blocos formal e semanticamente cristalizados, ainda que internamente complexos.

A história da palavra não obsta, portanto, à sua reanálise contemporânea como palavra complexa, construída por padrões comuns à língua de origem e à de recepção.

Um padrão deste tipo, em que à esquerda figura um radical onomástico (toponímico ou antroponímico) e à direita um nome comum, também ele importado, ocorre em português contemporâneo com *-lândia*, aplicado fundamentalmente a denominações toponímicas, no Brasil (*Crucilândia* (Belo Horizonte), *Majorlândia* (Ceará), *Materlândia* (Minas Gerais), *Uberlândia*) e a nomes de empresas portuguesas e europeias (cf. *Assequinlândia*, *Bracalândia*, *Chinolândia*, *Eurolândia*, *Disneylândia*), de redes ou de espaços interpessoais que giram em torno do denotado pela base (*Ronaldolândia*). A produtividade deste padrão explica que a base esquerda tenha podido vir a ser preenchida com um nome comum (cf. *cargolândia*, *legolândia*, *sexolândia*), ainda que importado (*weblândia*).

Tenha-se em conta que, como nos exemplos toponímicos acima mencionados em *-briga*, também em todos os topónimos brasileiros a base esquerda (Crucilândia, Majorlândia, Materlândia, Uberlândia) é marcada como [+erudita], e *-lândia* é uma versão aportuguesada de *-land*. E o facto de ambos os constituintes poderem ser importados não invalida que as palavras em apreço sejam construídas na nossa contemporaneidade.

(ii) Palavras portadoras de radicais eruditos *-ceb-* (*conceber*, *perceber*, *receber*), *-ced-* (*aceder*, *conceder*, *preceder*), *-duz-* (*aduzir*, *conduzir*, *induzir*, *produzir*, *reduzir*), *-fer-* (*aferir*, *conferir*, *deferir*, *inferir*, *referir*, *transferir*), *-mit-* (*admitir*, *demitir*, *permitir*, *transmitir*) são decomponíveis (por comparação contrastiva) em prefixos e radicais verbais, sendo portanto encaráveis como palavras de estrutura morfológica complexa, mas não construídas dentro da língua portuguesa. Oliveira também tem uma percepção desta realidade coincidente com a que modernamente é dominante entre os especialistas em morfologia, de Aronoff a Booij. Ademais, os radicais verbais não têm autonomia nem estão disponíveis para servir de base a novas palavras da nossa língua, e a sua significação não é transparente para um falante comum.

Palavras deste tipo constituem um desafio para as teorias morfológicas e lexicais, uma vez que numa “lexeme-based morphology” estes radicais eruditos não têm entrada lexical autónoma, porque integram uma lista fechada de palavras complexas; já numa “morpheme-based morphology” (defendida por Rochele Lieber, Elisabeth Selkirk, entre outros), a cada um destes radicais presos corresponde uma entrada lexical autónoma, ainda que não disponível para a produção de novas palavras, como se comprova pela agramaticalidade de **perduzir*, **transduzir*, **co(n)mitir*, **inceder*, **transceder*.

Em relação a estas estruturas, também comuns ao inglês (*-ceive*, *-duce*, *-mit*), Booij (2007: 31) considera que «Although these bound roots have no identifiable meaning, they should be recognized as morphemes since they determine the form of corresponding noun: all verbs in *-ceive* have a corresponding noun in *-ception*, those in *-duce* one in *-duction*, and verbs in *-mit* one in *-mission*».

Ora, em nada se afasta desta a concepção que Oliveira teria dos equivalentes portugueses *-ceb-*, *-ced-*, *-duz-*, *-mit-*, quando considera (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV) que em algumas palavras complexas há constituintes de cujo semantismo os falantes têm consciência, mas que este é difícil de descrever ou de discriminar (cf. citações das notas 20 e 21).

O reconhecimento lexical ('word recognition') de estruturas das de tipo (i) e (ii) pode fazer-se com maior ou menor sucesso em função do grau de exposição prévio a estes tipos de *input* linguísticos.

Por via de um mecanismo de computação, decompomos a palavra complexa nos seus constituintes morfológicos e tentamos associar a cada um um significado que tenhamos armazenado no nosso léxico mental. Segundo Booij (2007: 236), este cenário «is the only possible one for complex words that we never came across before». Este mecanismo, porque envolve computação e resgate de informação memorizada, é complexo e lento, implicando um tempo de processamento directamente relacionado com a (não) exposição prévia à estrutura em jogo, e com a iconicidade desta.

Em caso de activação de um mecanismo de reconhecimento de material lexical já conhecido e armazenado, o processamento é substancialmente mais linear: «In the storage scenario, the complex word as such is stored in our mental lexicon, and word recognition is performed by matching the perceived word with its corresponding entry in our mental lexicon.[...] For words that we already know, there are two routes: retrieval from memory or computation» (Booij, 2007: 236).

1.3. Léxico mental, competência morfológica e génese histórica

Estas reflexões do modo como se faz o processamento da informação morfo-lexical conduzem-nos a uma ponderação renovada sobre as relações entre o conhecimento que temos sobre a história e a estrutura das/de algumas palavras.

Os dados históricos são relevantes para a decomposição e a identificação mórficas, não podendo ser ignorados na análise das unidades lexicais. Mas a percepção da estrutura destas assenta também em parâmetros de natureza léxico-mental, que porventura pesam tanto ou mais que o conhecimento — quando existente — da génese e/ou da história da palavra.

O *continuum* entre a língua latina e a portuguesa não permite rasurar a coexistência de padrões, de recursos e de produtos genolexicais comuns, antes o potencia.

Assim, o facto de em relação a nomes do tipo *declaração* (Rodrigues, 2008: cap. IV.1), *pescador*, ou *aldeão*, existirem os correlatos latinos que lhes podem

ter servido de étimos não invalida que, face à existência, em português, dos radicais verbais de *declarar* e de *pescar* e do radical nominal de *aldeia* se possam formar, de acordo com os paradigmas genolexicais da nossa língua, o nome agentivo *pescador* (como *administrador*, *cobrador*, *lavrador*), o nome de ‘acção’ *declaração* (como *arrumação*, *organização*, *preparação*), e o adjectivo denominal *aldeão* (como *barrosão*, *beirão*, *coimbrão*).

Uma visão da gramática e do léxico mental dos falantes tal como a que é proposta por Jackendoff (2002: cap. 2, *Language as a Mental Phenomenon*)¹¹, considera que «a organização da linguagem em termos mentais labora com eixos de correlação lexical sincrónica e não diacrónica. A continuidade histórica entre duas línguas enfatiza, e não destrói, a manutenção dessa correlação lexical sincrónica, ao revelar que ao longo das diversas sincronias se preservou na mente-f uma correlação derivacional (no sentido de genolexical e não evolutivo) entre um verbo e um substantivo» (Rodrigues, 2008: 385).

Assim, «Speakers are able to use their native language without any knowledge of its history. Therefore, the historical perspective on language seem to be superfluous when we want to understand how language works» (Booij, 2007: 255).

Na verdade, há dois níveis em que se deve situar a abordagem desta problemática: o do uso não reflexivo da linguagem; e o da descrição, análise e compreensão do modo como funcionam as estruturas duma língua. Neste caso, as aporções da história e das alterações que as línguas acusam ao longo dos tempos podem ajudar de forma decisiva a explicar o funcionamento destas.

Hoje mais do que nunca, quando se sabe que, na combinatória de estruturas morfo-lexicais, há co-restrições preferenciais em função das marcas etimológicas, impõe-se não negligenciar a origem, a procedência, o estrato idiomático e a história das unidades em análise, e ao mesmo tempo compaginar esses vectores com o estatuto que os dados herdados e importados têm quando incorporados e coexistentes com os vernáculos e autóctones. O conhecimento da história ajuda a explicar muitos factos da contemporaneidade.

¹¹ «One of the most striking features of langues is the fact that speakers can understand and construct an indefinitely large number of sentences [e ‘words’, acrescentamos nós] that they have never experienced before. This leads to the conclusion that speaker’s knowledge is instantiated as a set of generative principles (or rules) for constructing and recognizing sentences [ou ‘words’, diremos nós]; these principles constitute the speaker’s mental grammar» (Jackendoff, 2002: xiv).

Há condicionamentos de natureza etimológica ou histórica que, em diversas línguas, superintendem à combinação preferencial entre constituintes marcados com o traço [-autóctone] (ou [+erudito] ou [+latino]), por contraste com outras combinatórias também preferenciais entre constituintes marcados com o traço [+autóctone] (ou [-erudito] ou [-latino]).

Em português algumas bases e alguns afixos são marcados como [+eruditos], por apresentarem uma configuração próxima da latina ou grega que lhes está na origem. Assim acontece com *arbóreo*, *dulcificar*, *rizóide*, *vinicultor*, *vitricificar*, em que a base (*arbor-*, *dulc-*, *riz-*, *vin-*, *vit-*) tem uma configuração erudita, por contraste com a que ocorre em *arvoredo*, *adoçar*, *raizame*, *vinhedo*, *vidrar*, cujas bases autóctones são *arvor-*, *doç-*, *raiz-*, *vinh-*, *vidr-*. Também o sufixo átono *-e-*, presente em *arbóreo*, *marmóreo*, *róseo*, é marcado como [+erudito].

Ora, o sufixo [-erudito] *-ão*, que forma nomes de agente e de acção deverbais, agrega-se a bases [-eruditas], como se verifica em *aldrabão*, *chorão* (do radical de *aldrabar*, *chorar*) e em *escaldão*, do radical de *escaldar*, não sendo portanto compatível com radicais eruditos (*hibernar* > **hibernão*, *ludibriar* > **ludibrião*). Ester sufixo *-ão* não selecciona bases portadoras de sufixos eruditos, como *-iz-* (*latinizar* > **latinizão*, *ruborizar* > **ruborizão*) ou *-ific-* (*solidificar* > **solidificação*). A estes sufixos [+eruditos] acopla-se antes *-ção* (*latinização*, *fertilização*, *panificação*, *ruborização*, *solidificação*, *unificação*).

Esta compatibilidade preferencial entre bases eruditas e afixos eruditos, por um lado, e bases não-eruditas/autóctones e afixos não-eruditos/autóctones, por outro, é mais patente em línguas como a inglesa ou a neerlandesa em que coexistem um fundo latino com um fundo germânico, que se posicionam tendencialmente em disjunção (ainda que não absoluta) no que a este aspecto da genolexia diz respeito. É sabido que em inglês e em neerlandês (Aronoff, 1976: cap. 3, e 4.2.1., especialmente pp. 52-53; Booij, 2007: 66) os equivalentes do sufixo latino *-ITATE-* (neerl. *-iteit* e ingl. *-ity*) se acoplam a bases adjectivais não nativas, ou eruditas (neerl. *absurd-iteit*, *stabil-iteit*; ingl. *absurd-ity*, *stability*), mas não a bases autóctones, que rejeitam a combinatória com estes sufixos (neerl. **groen-iteit*, **zeker-iteit*, ingl. **greenity*). Os sufixos nativos (neerl. *-heid*, ingl. *-ness*) seleccionam base autóctones (*groen-heid*, *zeker-heid*, *green-ness*), mas também em alguns casos bases não vernáculas (*absurdheid*, *groenheid*).

2. Grau de arcaicidade e de modernidade

Quanto ao seu grau de arcaicidade/modernidade as palavras são categorizadas em “velhas”, “novas” e “usadas”.

As palavras “velhas” são as mais antigas, por vezes caídas em desuso. O autor cita os nomes próprios *Egas*, *Sancho*, *Dinis*, e os nomes *ruão*, equivalendo a cidadão, *capa-pelle*, nome do tempo de D. Afonso Henriques, de um tipo de vestuário¹², ou palavras já não ouvidas no seu tempo histórico como «*compengar*, que queria dizer *comer o pão com a outra vianda*, e *nemichalda*, o qual tanto valia como agora *nemigalha*», segundo informação de uma idosa, de cento e dezasseis anos de idade, expressamente questionada sobre esta palavra. Em outros momentos da gramática menciona *pã*, *cã* (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLV), *castelão*, *nego* (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLIX), *prestestamente* (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII) como palavras antigas e desusadas.

Apercebe-se o autor de que as palavras ou expressões antigas são objecto de desprestígio, por terem caído em desuso, como *a carão*, que quer dizer ‘junto, a par’ ou *samicas*, que significa ‘porventura’, ou *abém*, *ajuso*, *acajuso*, *assuso*, *hoganno*, *algorrém*¹³, palavras que Oliveira admite ainda reconhecíveis e usáveis por um idoso da Beira ou por um aldeão; mas o certo é que elas são um património a preservar, testemunho da vetustez e, portanto, da consolidação da língua, uma mais-valia que o gramático valoriza. No seu entender, e em consonância com os ideais da época, o uso destas deve ser moderado e não excessivo¹⁴:

«*Mas também não sejam muitas nem queiramos vangloriar-nos por dizerem que vimos muitas anteguidades, porque se essas dições antigas que usamos, as quaes sendo moderadas nos haviam d’afremosentar, forem sobejas, farão muito grande dissonância nas orelhas de nossos tempos e homens.*» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVI)

¹² «As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas, como *Egas*, *Sancho*, *Dinis*, nomes proprios, e *ruão*, que quis dizer cidadão, segundo que eu julguei em hum livro antigo, o qual foi trasladado em tempo do mui esforçado rei dom João da Boa Memorea.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVI).

¹³ Segundo Torres & Assunção (2000: 158, n. 39), «*Abém* é tanto como «amém [...] *Ajuso* significa «em baixo», «abaixo», *assuso*, «acima»; *acajuso*, de *aca* e *juso*, «cá em baixo». *Hoganno* quer dizer «este ano»; *algorrém*, «alguma coisa»».

¹⁴ «O uso destas dições antigas, diz Quintiliano, traz e dá muita graça ao falar, quando é temperado e em seus lugares e tempos. A limitação ou regra será esta pella maior parte: que das dições velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVI)

A censura ao recurso intenso de palavras caídas em desuso assenta em critérios pouco unívocos, de uma certa “dissonância”, mas a verdade é que o autor, não obstante o tom prescritivo que impõe a este segmento do texto, não propõe critérios de outra natureza para regular o recurso a tais antiguidades linguísticas. Presentemente, seriam critérios plausíveis a coexistência de duas unidades lexicais equivalentes, uma mais moderna e outra menos, ou uma mais comum ao diassistema e/ou mais internacional e outra menos.

As palavras novas são entendidas como denominações mais recentes para realidades também elas mais coevas, como as *moendas*, de que no tempo de Fernão de Oliveira se começa a falar (tendo por propriedade moer com pouca ou nenhuma ajuda), mas cujo referente ainda é desconhecido, segundo o testemunho do autor, ou *bombarda*, realidade nova a que corresponde vocábulo novo, e da qual se cria *esbombardear*.¹⁵ Não havendo liberdade absoluta para criar palavras novas — as motivações para a sua configuração lexical podem residir em alguma propriedade do referente, como em *bombarda*, ou podemos estar perante configurações de motivação inexistente ou desconhecida —, recomenda o autor que o recurso a estas « seja aprovado por aquelles que mais sabem » (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVII) e que cada uma seja marcada por um traço do tipo «*como dizem, porque assi diga ou fale, porque use deste vocabolo; ou dizer: como dizem lá, como diz foão*, quasi dando a entender que não usamos acinte da tal novidade, ou também velhice se for cousa velha». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVII)

As dicções usadas (*renda, sisa, casa, corda*) são as usuais num dado momento histórico da língua, podendo algumas ser já muito antigas, e outras nem tanto¹⁶. Algumas são do conhecimento geral dos falantes, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*, outras são vocábulos de significação e de circulação mais restrita, porque se trata de regionalismos, ou de vocábulos típicos de

¹⁵ «As dições novas são aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos. «De todo» chamo quando não olhamos a nenhum respeito senão ao que nos ensina a natureza; para o que tiveram licença os premeiros homens quando premeiro nomearam toalha e gardanapo, e quando dixeram chorar, cheirar, espantar e outros muitos que não são tirados de nenhũa parte. [...] Achar dições novas «em parte» e não de todo é quando, para fazer a voz nova que nos é necessaria, nos fundamos em alghũa cousa, como em *bombarda*, que é cousa nova e tem vocabolo novo, o qual vocabolo chamaram assi por amor do som que ella lança, que é quasi semelhante a este nome *bombarda* ou o nome a elle, e daqui também tiramos estoutro isso mesmo novo, *esbombardear*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVII).

¹⁶ «As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra. E quem não usa dellas é desentoado, fora do tom e musica dos nossos homens d’agora». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII).

determinados tecnolectos¹⁷. No que diz respeito à variação dialectal, Fernão de Oliveira várias vezes revela ter uma sensibilidade aguda às diferenças diatópicas das regiões de Entre Douro e Minho, da Beira, da Estremadura, do Alentejo: «os da Beira têm hūas falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII)

Quanto à variação sócio-cultural/profissional, relacionada com as áreas de actividade a que a língua faz referência, o autor destaca as diferenças existentes na língua de cavaleiros, cortesão, religiosos, lavradores, marinheiros, alfaiates, sapateiros, armeiros, mecânicos (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII).

3. Estrutura interna das unidades lexicais

No âmbito da reflexão sobre a estrutura interna das palavras destacam-se três áreas maiores: a que se reporta à composicionalidade das palavras (3.1.); a que diz respeito ao carácter derivado ou primitivo destas e aos paradigmas de formação que estão na sua génese (3.3.); e o âmbito e natureza dos produtos das declinações “natural” e “voluntária” (3.2.).

3.1. Palavras simples vs complexas ou compósitas

Quanto à sua composicionalidade interna, as palavras podem ser “simples” (ou também “singelas” ou “apartadas”) isto é, indecomponíveis em componentes mínimos de significado¹⁸, e “juntas” ou “compostas”, isto é, decomponíveis em componentes portadores de signifição.

¹⁷ Já em trecho anterior se referira o autor à heterogeneidade diatópica e diastrática/sócio-profissional que, conjugadamente, determinam a variedade lexical de uma língua: «tornemos a falar das dições alheas, as quaes também com alghum trato vêm ter a nós, como de Guiné e da India onde tratamos e com arte, não somente quando a arte vem novamente à terra [...], mas também nas artes já usadas quando de novo usam alghum costume: os alfaiates em vestidos e os sapateiros em calçado e os armeiros em armas de novas feições e assi os outros, porque os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte do marear, nem os lavradores d’Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est’ano vieram de Tunez com suas gorras. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII).

¹⁸ «As dições apartadas a que os latinos chamam simprezes ou singelas são aquellas cujas partes não podem ser dições inteiras, mas dividem-se somente em sillabas e letras; ou também não se podem dividir quando não têm mais que hūa só letra, como *e*, terceira pessoa do presente do indicativo no verbo substantivo, e como *i* por *ide*, imperativo deste verbo *ir*, e como muitas conjunções e preposições e averbios» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIV).

Um dos exemplos lapidares de palavra indecomponível é o infinitivo do verbo *fazer*, divisível em sílabas, mas não em constituintes morfológicos portadores de significado pois, como diz Fernão de Oliveira, «*fa* por si não diz nada, e *zer* tão-pouco». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIV)

As palavras compósitas, a que chama dicções “juntas” ou compostas”, envolvem a adunção de dois ou mais constituintes lexicais aos quais se pode atribuir significação¹⁹, como *aquelloutro*, *contrafazer*, *refazer*, *desfazer*, que resultam da combinação de *fazer* com os prefixos *contra-*, *re-* e *des-*, ou ainda *desempedir* e *desencolher*, que resultam da adunção de *des-* a *empedir* e *encolher*.

O autor tem consciência de que há partes de palavras “juntas” que não funcionam isoladamente com significado autónomo, se bem que este seja descortinável, como os prefixos *re-* e *des-*, e ainda partes de palavras cuja identidade signica é difícil de identificar como em *desde*, *também*, *nelhures*, *algures* e *tamalaxês* (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV)²⁰. Assim acontece nomeadamente quando a sua génese envolve processos de aglutinação e/ou de ‘blending’ que, cristalizados pelo tempo, são marcados por graus diversos de opacidade formal e até de indecomposição.

Embora não tendo uma concepção formada de constituinte morfológico, tal como este é encarado actualmente, em relação a certas formas prefixais possui o autor uma consciência pré-científica de que se trata de partes constitutivas de produtos compósitos, identificáveis por um processo de comutação. Assim se verifica quando assevera que *a-* comuta com *com-*, em *acertar* e *concertar* «E composição não ha hi que duvidar della, posto que se perca esta letra *a* do começo do premeiro verbo *acertar* quando lhe ajuntamos esta parte *com* no começo, dizendo *concertar*, porque assi se faz em outras partes que se mudam e tiram e acrescentam letras.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

A razão pela qual considera os segmentos *re-* (*revender*), *es-* (*estorvar*) e *des-* (*desconcertar*) como constituintes — diríamos hoje ‘presos’ — de palavras

¹⁹ «As dições juntas a que os latinos chamam compostas são cujas partes apartadas sinificam ou podem sinificar; e são dições por si ou partes doutras dições em que primeiro serviram e donde têm seu primeiro e proprio nacimiento, ao contrairo das apartadas. Ou as dições juntas são aquellas em que se ajuntam diversas dições ou suas partes, fazendo hũa só dição, como *contrafazer*, *refazer*, *desfazer*, nas quaes dições se ajuntam diversas outras dições em cada hũa dellas. Em *contrafazer* se ajuntam *contra* e mais *fazer*; e em *refazer* se ajuntam *re* e mais *fazer*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

²⁰ «Alghũas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si mas não sinificam cousa alghũa» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV)

compósitas²¹ assenta no seguinte: «fazem ajuntamento ou composição, porque de seu nascimento ellas são apartadas, mas têm por officio servir sempre em ajuntamento e nunca as achamos fora d'elle.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

Fernão de Oliveira revela uma acuidade particular em relação à singularidade de comportamento e de estatuto dos segmentos prefixais, como *a(d)-* e *es-*, pois ora se apresentam como facultativos ora como impositivos e, ainda que não funcionando como segmentos autónomos, são portadores de significação quando acoplados a bases verbais.

Depreende-se da exposição de Oliveira que a presença de *a-* pode corresponder a duas situações distintas: (i) uma em que o verbo resulta de um mecanismo de prefixação, em que se reconhece claramente o contributo do prefixo (*a(d)-*) para a significação diferenciada do novo verbo (*acorrer, aparecer, aconselhar vs correr, parecer, conselhar*); (ii) uma outra em que a presença de */a/* não traduz necessariamente um processo de ajuntamento, isto é, de construção morfo-lexical, como em *apanhar, arranhar, açoutar, abertura*, mas decorre de «costume bem ameadado antre nós» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV). Neste segundo caso teria de haver investigação etimológica em relação a cada palavra, para averiguar até que ponto há ou não presença de um prefixo, se dele os falantes terão consciência ou não, ou se */a/* inicial tem outra origem e explicação genéticas.

O mesmo se aplica a ** e *<es>* em início de palavra, pois uma vez mais pode tratar-se de “ajuntamento” por prefixação (*encarregar, esguardar, espedaçar*) ou não (*ensino, ensinar, escuitar, esperar*).

Num outro capítulo, quando se refere a *arcabuz*, nome de uma *arca* de cano maior que a *espingarda*, afirma que aquela se forma «não por composição ou ajuntamento, mas acrescentando aquella sillaba *buz*, a qual quasi é sinal de aumento ou grandeza da cousa» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII) parecendo assim introduzir uma diferença entre ‘ajuntamento’ (de acordo com os exemplos antes dados incluiria composição e prefixação) e ‘acrescentamento’ (por derivação). Mas o autor não retoma esta diferença, nestes termos, em outras secções da gramática.

²¹ «E posto que cada hũa destas partes não sinifique apartada por si, como *re* e *des*, que apartadas não dizem cousa alghũa, abasta que hũa qualquer das partes da composição possa sinificar, como aqui sinifica *fazer*. E contudo para mais abastança, se se achar alghũa dição junta cujas partes apartadas nenhũa dellas por si sinifique, como *desde, também e então e nelhures e algures* e *tamalavês*, ainda assi lhe chamaremos dição junta, porque o primeiro fundamento daquellas partes é serem diversas e estar cada hũa por si, as quaes aqui se ajuntam e fazem hũa só dição». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV).

A semântica das palavras “juntas”, ou melhor, o grau de composicionalidade semântica do todo em relação às partes constituintes também merece reflexão por parte do nosso primeiro gramático.

Neste âmbito, e tomando por referência os prefixos *a-*, *des-*, *es-* e *re-*, o pensamento do autor permite-nos considerar três situações:

(i) uma em que a presença ou ausência de prefixo (ou de segmento com uma configuração análoga) tem valor distintivo sob o ponto de vista semântico. No caso de *fazer* e *desfazer*, *andar* e *desandar* as significações não só são diferentes mas contrárias. Mas nos exemplos *podar* ‘cortar ramos’, *apodar* ‘escarnecer, zombar’, *pedir* ‘solicitar’ e *empedir* ‘obstar a, obstruir’, os verbos pertencem a áreas temático-conceptuais completamente diversas, tendo origens etimológicas em nada correlacionáveis (Cunha, 1997: 58, 427, 590 e 616). Aliás, em *apodar* e em *empedir* os segmentos iniciais /a/ e não têm estatuto prefixal;

(ii) outra em que a significação aportada pelo prefixo tem um valor semântico próprio, sendo os produtos dele portadores aparentados dos que dele estão privados (*guardar* ‘arrecadar, conservar, estar de guarda, vigiar para proteger ou defender’ e *resguardar* ‘guardar com cuidado, abrigar, proteger’), podendo apresentar uma significação por vezes, mas nem sempre, equivalente, como em *chegar* ‘vir, aproximar-se, dar entrada em’ e *achegar* ‘aproximar-se de’;

(iii) e uma outra em que o produto tem, segundo o autor, a mesma significação que a base (*torvar* e *estorvar*), sendo portanto o prefixo irrelevante ou, quando muito, expletivo sob o ponto de vista semântico: assim poderá acontecer se os verbos *torvar* ‘perturbar, inquietar’ e *estorvar* ‘embaraçar, dificultar’ à época pudessem comutar como equivalentes, o que não foi possível confirmar.

Intenta o autor atribuir significações específicas aos prefixos que analisa, sendo neste caso relativamente bem sucedido.

Tendo consciência de que a prefixação operante sobre bases verbais não altera substancialmente a categoria léxico-conceitual destas, ou seja, que bases e produtos «ficam na mesma sinificação» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV), considera Fernão de Oliveira que *re-* tem valor “acrescentador”, ou intensificador, como *vender* e *revender*, que *des-* pode significar «desfazer ou

diminuir, ou fazer o contrario» (cf. *desmontar, desligar*), que *com-* tem valor comitativo («significa muitas vezes companhia, cujo exemplo seja, *conchegar e conjuntar*»).

Em relação a *a-*, diz o autor que diminui a significação «como *acertar e concertar*, porque mais chegado é ao fim *acertar* que *concertar* e traz consigo mais perfeição desse auto» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXV), numa referência indirecta ao que chamaríamos actualmente telicidade da semântica do verbo assim prefixado.

Os dois capítulos seguintes (XL e XLI) são consagrados aos princípios que presidem à formação de palavras derivadas, e à apresentação de alguns paradigmas.

3.2. Declinações natural e voluntária

Os princípios da analogia e da anomalia, ou da semelhança e da diferença, como diz, são os que o autor invoca para explicar as regularidades e irregularidades verificadas em diferentes sectores da língua, seja ao nível da constituição silábica, da configuração morfológica, das declinações (em género, número, pessoa, tempo, modo)²², ou do significado.

Escudando-se em Marco Varrão²³, subcategoriza as declinações em naturais e em voluntárias. As dicções naturais são as padronizadas, organizadas paradigmaticamente, e portanto dotadas de menor irregularidade²⁴. Por seu

²² «Declinação é diversidade de vozes tiradas de hum premeiro e firme principio por respeito de diversos estados das cousas, a qual assi é necessarea como nas gentes o conhecimento dos desvairados officos e estados. E chama-se declinação porque daquelle premeiro principio firme que dissemos, o qual não se move nem muda da sua premeira voz, se declinam, caem ou decendem, quasi como abaixando-se por graos, porque não têm a primoria que fica no premeiro principio as vozes declinadas cada hũa por seu jeito. [...]. As vozes hũas se declinam e outras se não declinam: não se declinam nem se trazem doutros principios as dições que chamamos premeiras; mas declinam-se todas as tiradas ou dirivadas. E não somente os generos das dições têm seus principios firmes de que outras se tiram; mas as que em si particularmente se declinam, como são nomes e verbos, também têm seus premeiros e firmes principios em que se fundam e afirmam.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XL).

²³ Para Varrão, «Declinationum genera sunt duo, voluntarium et naturale; voluntarium est, quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit» *De lingua Latina*, VIII.21); «Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu» (idem, VIII: 22).

²⁴ «E assi diz Marco Varrão que a declinação natural é aquella que não obedece à vontade particular de cada hum, mas que é conforme ao comum parecer de todos; e mais não se muda tão asinha, posto que o uso do falar tenha seu movimento, como elle diz, e não persevere hum mesmo antre os homens de todas as idades» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

turno, «Voluntareas são as que cada hum faz à sua vontade, tirando hũa doutra, como de *Portugal, português* e de *França, francês*; mas de *Frandes, framengo* e de *Galiza, galego*» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XL).

A derivação é um dos sectores da formação de palavras onde é possível identificar paradigmas dotados de sensíveis graus de regularidade, quer morfológica, quer semântica. Por isso o autor explicita que «a formação destas vozes que se tiram hũas das outras em alghũas partes ou nas mais requiere ser julgada ou tratada na parte e pellas regras de proporção ou semelhança a que os gregos chamam analogia» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

Ao dissertar sobre esta realidade, o autor adverte que a formação de dicções está sujeita a regras²⁵, nomeadamente — diríamos hoje — de configuracionalidade fonológico-silábico-morfológica da própria língua, e por isso não deve deixar de ser tratada por especialistas que conhecem a norma culta²⁶, as boas práticas da e sobre a língua²⁷, os padrões de conformidade com a identidade/singularidade da própria língua²⁸.

A flexão, pela sua impositividade e pela irredutibilidade das formas envolvidas, inscreve-se tipicamente no âmbito das declinações naturais; a derivação, porque não impositiva, uma vez que há outros recursos lexicais disponíveis para a substituírem, inscreve-se no âmbito da declinação voluntária. Mas sectores da derivação há que comungam propriedades de padrões mais ‘naturais’, como a formação de avaliativos, de advérbios em *-mente*, e deles Fernão de Oliveira tem consciência, como se verá em 3.3.²⁹

²⁵ «E contudo não é mui franca ou, para melhor dizer, solta a liberdade de todos nesta parte porque, posto que se não podem dar aqui mais limitadas regras, esta que em toda a parte se deve guardar servirá também aqui: que neste tirar das dições [...] seja conforme à melodia da nossa língua e seja entregue não a qualquer pessoa mas àquelles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar com rezão, porque não será fiel na nossa língua quem lhe quiser mal». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

²⁶ «a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possam todos entender. E pera ser bem entendida ha de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais leram e viram e viveram, continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXVIII).

²⁷ «Em cada lingua notemos o proprio do costume della; ca esta arte de grammatica em todas as suas partes e muito mais nesta da analogia é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar e não lei posta que os tire da boa liberdade quando é bem regida e ordenada por seu saber.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

²⁸ «As declinações naturaes são mais sujeitas às regras e leis de cujo mandado se reger esta arte. As regras ou leis que digo são, como disse, anotações do bo costume. As quaes, porque assi são mais gerais e comprehendem mais, chamamos-lhe naturaes; e de feito parecem ser mais proprias e consoantes à natureza da lingua, pois lhe [a] ella mais obedecem.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

²⁹ Sobre as simetrias e assimetrias entre flexão e derivação veja-se (Rio-Torto 2002: 264-288).

3.3. Palavras primitivas, derivadas e paradigmas de formação

As dicções podem ser “tiradas” ou “derivadas” (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI)³⁰, no sentido de produzidas por afixação, e primitivas, ou “primeiras” (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX.)³¹, ou seja, as não derivadas.

A produção de palavras derivadas corresponde a uma necessidade das línguas de encontrar denominações para as realidades que aquelas verbalizam. Um dos princípios fundamentais que preside à sua formação é o da analogia, seja entre base e derivado, seja entre este e o denotado, como entre *tinta* e *tinteiro* ou *açúcar* e *açucareiro*³².

Como exemplos de dicções “tiradas” ou “derivadas” arrola o autor as seguintes classes:

1. diminutivos (*mocinho, mocinha*) e aumentativos (*arcabuz, rapagão, molherão, beberraz, velhacaz*) (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXII);
2. adjectivos denominais (*sarnoso, sarapulhento, pedregoso, areento*);
3. nomes de ofício em *-eiro* (*pedreiro, carpenteiro, sapateiro*), em *-dor* (*ferrador, surrador, pescador, regedor, governador*), em *-deira* (*pescadeira*), em *-airo* [*-ário*] (*boticairo*);
4. nomes de oficinas e lugares de ofício em *-aria* (*orivesaria, sapataria, carpentaria*);

³⁰ «As dições tiradas, a que os latinos chamam dirivadas, são cujo nacimentos vêm doutras alghúas dições donde estas são tiradas, como *tinteiro, velhiçe, honrrada*» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

³¹ «As dições que chamamos primeiras chamam os latinos primitivas. Estas são cujo nacimiento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiro pôs, como *roupa, manta, esteira, cadeira* [...]» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

³² «Tiramos ou formamos hūas dições doutras para abasteçer e fazer copiosa a nossa lingua e porque nos não falem vocabolos nas cousas [...] assi isso mesmo fazemos hūas dições quasi como especeas participantes doutras; e em outras fazemos as formas semelhantes e chegadas em voz, como *tinteiro*: pella vezinhença e trato que tem com *tinta*, lhe poseram esse nome: e *velhiçe* de *velho*, porque é sua propria, e *honrrada* ou *honrrado* de *honrrar* têm muita parte assi na cousa como na voz. E a meu ver não digamos que foi isto defeito de não acharem vocabolos. Mas é conforme à boa razão que haja e se guarde a semelhança das cousas nas vozes; e assi são mais claras e dizem milhor seus sinificados, porque a diversidade das vozes mostra haver diversidade nas cousas, e também a semelhança, por consequente, das vozes faz entender que as cousas não são diferentes. E porque a formação destas vozes que se tiram hūas das outras em alghúas partes ou nas mais requiere ser julgada ou tratada na parte e pellas regras de proporção ou semelhança a que os gregos chamam analogia». (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX).

5. nomes deverbais em *-mento* (*afeiçoamento; comprimento*);
6. nomes denominais em *-ice* (*velhice*);
7. advérbios em *-mente* (*compridamente, abastadamente, chammente; raramente*).

A par com estes produtos regularizados de paradigmas genolexicais, existem muitos outros produtos marcados pela irregularidade ou pela imprevisibilidade, assinalada pelo gramático quando se refere aos numerosos pátrios, gentílicos ou étnicos que não obedecem a padrões uniformes: «E assi como são os nomes das nações e outros muitos cujos exemplos logo daremos das nações, como de Grecia, que fez grego. Mas de *Gocia*, nome não mui diferente destoutro *Grecia*, fizemos *godo* e não *gogo*, como *grego*; e d' *Arabia*, *arabigo*, mas de *Persia*, *persio*, e de *Asia*, *asião*, e da *India*, *indio*. E também dizemos *sarnoso* e não *sarmento*; mas ao contraíro chamamos ao cheo de *sarapulhas*, *sarapulhento* e não *sarapulhoso*. E de *pedras* dizemos *pedregoso*, mas d' *area* *areento*, e de *pó*, nem *poento* nem *pooso*, mas em outra figura e sinificação, *empoado*. [...] E os nomes verbaes assi também são diferentes, porque de *ler* dizemos *lição*, e de *orar*, *oração*. Mas de *amar* e *honrrar* dizemos *amor* e *honrra*, ainda que não são tirados estes derradeiros.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

Como acabamos de observar, vários são os exemplos que o autor dá de não regularização padronizada entre a base e o derivado regular expectável ou possível (*sarapulhento* mas não *sarapulhoso*). Assim acontece com: os adjectivos denominais mencionados (a que se poderia acrescentar *areento* e *arenoso*); com nomes deverbais, muitos dos quais não são derivados em *-ção*³³, o sufixo mais representativo, na percepção do autor, à época; e com nomes de lugar de actividade, muitos dos quais também não derivam em *-aria* (os nomes correspondentes a *taverneiro*, *boticairo* e *mercador* são *taverna*, *botica* e *logea* (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

Um sector à parte do das declinações naturais é o que diz respeito à formação de diminutivos, aumentativos e participios. Segundo Fernão de Oliveira, não se trata de derivados³⁴, mas de produtos marcados por um grau

³³ «Também podemos dizer que é regra geral que os nomes verbaes femeninos acabem todos em *ão*, como *lição*, *oração*. Mas porém dos verbaes acabados em *ão* tiraremos isto: que não de todos os verbos se podem formar, mas têm outros nomes não tirados que servem por elles, como de *amar*, *amor*; e de *honrrar*, *honrra*. E dos acabados em *or* tiraremos que tão-pouco se podem tirar de todos; e os que se tiram, poucos têm femeninos em *a*.» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLII).

³⁴ «E mais saberemos que não todas as especeas das dições tiradas são assi livres para

de regularidade e de previsibilidade que os torna próximos das manifestações de flexão de número, por exemplo. De facto, a todos os verbos corresponde uma forma participial, do mesmo modo que de quase todos os nomes se pode formar um diminutivo, ainda que recorrendo a uma formulação z-avaliativa. Com efeito, a regularidade que afecta a formação de avaliativos aproxima-os dos processos flexivos; paralelamente, a perifericidade em que os avaliativos ocorrem (figurando na fronteira direita de outros sufixos: gentileza+zinha, condecoração+zinha) e o facto de a formação z-avaliativa ser compatível com flexão interna da sua base (leão: leõezinhos; papel: papeizinhos) situa este processo de formação de palavras na fronteira com a composição (cf. Rio-Torto 1999, 2006).

4. Literal/não literal

Um ultimo critério (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX) diz respeito à leitura literal ou não literal das palavras.

Às palavras usadas no seu sentido literal chama o autor “dições próprias”, isto é, «aquellas que servem na sua primeira e principal sinificação, como *livro*, que desd’o seu principio e principal intento sempre quis e agora quer dizer este de papel escrito porque *lemos*. E assi, *homem e mulher, terra, pedra* e muitos infindos outros das dições próprias» (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XXXIX); às que são usadas em sentido não literal, tendo sofrido uma translação de sentido, chama “dicções mudadas”:

As dições mudadas a que os latinos chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado; e ou estão em lugar doutra dição que não era tão boa como nós queriamos para nosso intento, ou estão onde não havia dição propria, como livro quando quer dizer estormento musico, o qual por ser novo e não ter nome ou voz propria e ser semelhante ao livro de papel, que é o proprio, lhe chamaram assi. (Oliveira, 2000, ibidem).

Estamos, pois, em presença de uma consciência aguda de que as palavras podem ter significações literais e figurais, resultando estas de processos de

poderem andar par’onde quiserem, porque os participios e os nomes demenutivos e aumentativos e alguns outros, ainda que não em tudo, não se tiram [sublinhado nosso] mas formam-se guardando certas regras, das quaes diremos na declinação natural, porque nesta tratamos só das dições que não têm certa lei de formação. (Oliveira, 2000 [1536]: cap. XLI).

metonimização, de metaforização ou de metaftonimização, encarados pela linguística cognitiva como comuns a toda a linguagem humana.

Este é mais um dos tópicos intensamente explorados na reflexão linguística hodierna, ao qual o nosso primeiro gramático foi também sensível.

5. Conclusões

Não obstante o conhecimento que Oliveira tem da gramaticografia latina, cujos autores emblemáticos cita com frequência, e das gramáticas coevas, nomeadamente da de Nebrija, cujas linhas-mestras se reflectem no pensamento deste ilustre gramático do Renascimento, conscientemente apostado na defesa e legitimação da língua portuguesa, não pode deixar de ser sublinhada a actualidade de algumas das considerações que faz quando se pronuncia sobre a morfologia e o léxico da língua pátria.

Continuam hoje em dia totalmente válidos os parâmetros invocados por Oliveira para a análise do léxico quanto à vernaculidade ou ao carácter importado ou herdado das unidades lexicais. Estão na ordem do dia as discussões em torno do grau de globalização de certas unidades lexicais, nomeadamente de algumas oriundas de tecnolectos e/ou construídas com base em constituintes eruditos. São intemporais as disputas entre puristas, conservadores e especialistas mais inovadores relativamente à (in)conveniência em incorporar neologismos (des)necessários, sendo portanto uma área de reflexão tão actual e perene quanto no tempo de Oliveira.

No que diz respeito à visão que o nosso primeiro gramático tem da estrutura morfológica das palavras, sobressaem (i) a consciência da assimetria entre a percepção da composicionalidade formal da palavra (v.g. *referir*, *transferir*) e a dificuldade em a segmentar em constituintes morfológicos de significação identificável (v.g. *acertar*, *concertar*, *acorrer*, *correr*), assimetria que a teoria morfológica actual soluciona nos termos referidos em 1.2.; (ii) a distinção entre palavras complexas ou compósitas *vs* palavras simples (3.1.) e entre palavras derivadas e palavras não derivadas ou primitivas (3.3.); (iii) a diferenciação entre palavras vernáculas ('nossas') e palavras herdadas ('alheias') (1.), com conseqüente abertura à reflexão sobre o que hoje em dia chamamos de 'reanálise' de palavras herdadas (*declaração*, *pescador*), mas passíveis de serem igualmente encaradas como produzidas à luz das regras de construção de palavras do português (1.1.-1.4.); (iv) a sensibilidade ao grau

de arcaicidade, de inovação (2.), de marca diatópica ou diastrática de algumas palavras; (v) a identificação de alguns dos paradigmas derivacionais mais representativos da língua (3.3.), bem como dos processos (v.g. avaliação e adverbialização afixais) que se situam na fronteira entre a ‘declinação natural’ e a ‘declinação voluntária’, a derivação e a composição.

Pelo que explicita e pelo que convoca, permitindo trazer para o centro do debate actual da teoria morfológica e lexical alguns dos tópicos mais florescentes desta, o pensamento gramatical de Oliveira não deve deixar de ter um lugar de relevo na moderna investigação sobre léxico e morfologia da língua portuguesa.

O estatuto do adjectivo na Grammatica da lingoagem portuguesa: herança ou inovação?

FERNANDO MARTINHO
CLC – Universidade de Aveiro

A existência autónoma da categoria lexical ‘adjectivo’ não é atestada na gramática senão numa fase tardia da elaboração da sua terminologia. O vocábulo ‘adjectivo’ existe desde o início da tradição gramatical como adjectivo, mas não como nome. Desacreditado como termo redundante, remetido para o plano do acidente, afastado do plano da essência, incapaz de constituir oração só por si, o adjectivo não é objecto de comentários muito extensos na história da gramática, desde a sua presença apagada no discurso gramatical inicial até ao seu reconhecimento tardio como categoria plena. A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* —doravante *GLP*—, de Fernão de Oliveira, marco na história da língua portuguesa, constitui, nesse percurso de afirmação, uma etapa obrigatória. Neste trabalho, depois de lembrar brevemente o quadro conceptual em que o adjectivo nasceu, tentaremos perscrutar os seus reflexos na gramática renascentista portuguesa, de que a *GLP* representa uma primeira versão.

1. Do *epítheton* ao *adiectivum*

Os primeiros esboços de ordenação das partes do discurso aparecem não por iniciativa dos gramáticos mas daqueles para quem a linguagem era um instrumento de persuasão. A especulação retórica pode de facto ser considerada como ponto de partida de uma vasta reflexão sobre a constituição da gramática em moldes filosófico-gramaticais. No caso concreto do *nascimento* do adjectivo, a dívida dos gramáticos é grande para com Aristóteles, pois foi

o filósofo Estagirita quem primeiro mencionou o termo *epíteto*, e ele também quem estabeleceu a distinção primordial entre qualidade e substância.¹ O termo *epitheton* aparece no livro II da *Retórica*, nos capítulos dedicados às qualidades e defeitos do estilo. Os exemplos dados atestam uma dupla extensão: por um lado, a de ‘termo acrescentado’, e, por outro, na medida em que é um termo em rigor desnecessário à denotação, a de redundância da expressão: são casos de *epitheton* toda e qualquer espécie de ampliação do significante ou denominação alternativa, como em ‘leite branco’, sendo por isso encarados como adornos estilísticos, de uso cauteloso, sob pena de sobrecarregar a prosa, nota Aristóteles, de “traços poéticos”.²

Outra fonte preciosa da gênese da categoria adjectival é o tratado das *Categorias*. Duas das *categorias* apontadas por Aristóteles são a ‘substância’ (*ousía*), de que são exemplos *ánthrôpos* ‘homem’ ou *híppos* ‘cavalo’, e a ‘qualidade’ (*poiôn*), exemplificada por *leukón* ‘branco’ ou *grammatikón* ‘competente em gramática’. Quando transposta para a teoria da gramática, no período alexandrino, esta classificação ontológica é submetida a um processo de ‘especação’ linguística: assim, Dionísio de Trácia e Apolónio Díscolo referem a categoria ‘substância’ como sendo denotada por *nomes apelativos* (ou comuns)³ e apontam as ‘qualidades’ como casos de *nomes adjectivos*.⁴

A etimologia do conceito em análise não se limita contudo ao estrito paralelismo logico-gramatical, como aponta também para considerações estritamente formais e posicionais. A categoria adjectival, conceito de natureza estética e retórica no discurso filosófico, é de ordem configuracional no discurso gramatical dele extraído: o adjectivo aparece na gramática como o reflexo de um fenómeno de adjunção, caracterizado pela proximidade sintáctica da substância. Apolónio resume claramente, na sua *Sintaxe*, a evolução da noção, da sua origem filosófico-retórica ao estatuto semântico-sintáctico de ‘*nome adjectivo*’. O adjectivo é, nos termos de Apolónio, um acidente da substância, um “acidente secundário que afecta a qualidade” da substância. Dedicado à expressão dos acidentes, o adjectivo desempenha pois na gramática um papel óbvio: é por natureza um desambiguador referencial, isto é, funciona

¹ Não é aqui lugar para abordar a vasta questão da origem das categorias gramaticais, nem do papel da especulação filosófica nessa gênese. Sobre o papel geral de Aristóteles na gênese das categorias gramaticais, cf. Lallot (1992).

² O *epitheton* deve ainda estar em harmonia com o tema denotado, sendo por exemplo cuidadosamente escolhido no registo moral.

³ Caso de ‘homem’ e ‘cavalo’, exemplos de nomes apelativos.

⁴ Nesta expressão, “adjectivo” deve ser entendido como um adjectivo atributivo.

como um factor discriminante da referência nominal. Embora incluído na classe dos nomes, deixa de ser um ‘*nome por acréscimo*’, para revestir uma denominação complementar destinada a desempenhar as funções de corrector da ambiguidade própria da substância. Embora deva ser acompanhado pelo substantivo para obter sentido, o adjectivo é portador exclusivo de uma extensão do significado.⁵

Os gramáticos da época latina, dominados por uma orientação pragmática e pedagógica que os leva a reduzir a especulação grega a modelos sistemáticos, elaboram um discurso gramatical essencialmente virado para as artes do discurso. O termo ‘adjectivo’ é atestado no latim gramatical com a forma *adiectivum*, supino de *adjacere*, consagrada na expressão *adiectivum nomen*, “nome que se acrescenta”, induzida de Dionísio. Macróbio, nas suas *Saturnalia*, relembra assim: « *adiectivum quod Graeci ἐπίθετον vocant* ». De Donato a Prisciano, a tradição mantém a divisão em classes lógico-semânticas. Os gramáticos, reconhecendo a autoridade de Aristóteles, retomam o modelo helénico baseado num conjunto de classes de palavras, sendo ponto comum a permanência do adjectivo na classe dos nomes (o ‘*nomen adiectivum*’ continua a ser, na tradição latina, uma mera subdivisão do nome).

O discurso gramatical latino não é, no entanto, no que diz respeito ao adjectivo, uma mera cópia da gramática alexandrina, mas reconhece a necessidade de uma espécie adjectival, que, embora ainda inserida na classe nominal, adquire autonomia acrescida num quadro morfo-sintáctico renovado. Define-se o adjectivo formalmente, distinguindo-o nitidamente do substantivo, reconhecendo-lhe por exemplo capacidades gradativas⁶ e uma relativa mobilidade sintáctica, permitindo assim que cristalizem as oposições fundamentais entre a categoria gramatical e a categoria retórica, que se construam os conjuntos de distinções e hierarquizações dentro da categoria nominal e que se formalizem as relações da categoria adjectival com a flexão

⁵ A filiação ficou assim traçada entre categorias ontológicas e espécies gramaticais. A existência desta continuidade entre ontologia e gramática terá sido mais ou menos inevitável, se considerarmos que os gramáticos alexandrinos — e os seus herdeiros —, nutridos de doutrina peripatética, terão naturalmente considerado o aparato conceptual das *Categorias* como um quadro ideal para a elaboração da sua teoria das partes do discurso (Cf. Ildefonse (1997)). Terão assim transposto a linguagem filosófica aristotélica em metalinguagem gramatical para formular as suas definições e justificar os seus exemplos, sendo essa continuidade particularmente óbvia e inevitável em casos fortemente analógicos como ‘relação’ / ‘relativo’ ou ‘substância’ / ‘substantivo’. Essa transposição, que consiste em moldar classes mentais em classes linguísticas, baseia-se no pressuposto de um justo paralelismo entre o filosófico e o linguístico.

⁶ Prisciano considera como fazendo parte da definição do adjectivo a “comparação”.

(caso, grau, número e género). Prisciano sintetiza, no séc. VI, nas *Institutiones*, a tradição greco-latina, deixando do adjectivo a seguinte definição:

Os adjectivos são assim chamados porque se acrescentam habitualmente a outros apelativos (nomes comuns) que designam a substância, ou até a nomes próprios para lhes manifestar a qualidade ou a quantidade, as quais podem ser aumentadas ou diminuídas sem que diga respeito à substância, como bom animal, grande homem, gramático sábio, grande Homero.⁷

O par ‘nome adjectivo’ / ‘nome substantivo’ constitui um domínio de aplicação exigente dos mecanismos gramaticais. O conteúdo semântico veiculado pelo nome adjectivo (‘*acidente da substância*’) destina-o naturalmente a entrar em composições sintácticas denotadoras de uma relação entre acidente e substância, isto é, as construções predicativas: casos em que o adjectivo pode estar numa posição adjacente à substância ou separado dela por um verbo copulativo. Essa relação entre substância e acidente manifesta-se sob forma de flexão, já que existem regras de acordo morfológico e casual entre os constituintes envolvidos. A permanência do adjectivo na classe dos nomes é, aliás, baseada em argumentos de ordem didáctica, sendo que, como nota Varrão, o mesmo representa o melhor exemplo da regularidade e estabilidade das declinações nominais. Por outro lado, a distinção adjectivo / substantivo fica bem vincada no facto de o ‘nome substantivo’ ser incompatível com a posição de predicado adjectival, ao passo que o ‘nome adjectivo’ é caracterizado pela sua ausência de autonomia sintáctica, sendo obrigatoriamente predicativo de um nome.

O adjectivo é pois declarado uma ‘variedade’ do nome, não parecendo existir necessidade descritiva para o isolar. Essa variedade assenta em algumas propriedades básicas, reconhecidas por toda a tradição gramatical ocidental: (i) o adjectivo tem uma função sintáctica, a de ser “acrescentado” ao nome, e uma definição semântica de “acidente da substância”; (ii) o adjectivo é um termo morfológicamente rico, caracterizado em particular pela sua capacidade em manifestar diversos tipos de graus e pela partilha de informação casual et flexional com o substantivo; (iii) o adjectivo é um termo distribucionalmente dependente do substantivo, elemento com o qual mantém uma relação de adjacência.⁸

⁷ Prisciano, *Instituições gramaticais*, GL II & III [v.525], citado por Colombat, Julien & Rosier (1992a: 19).

⁸ Cf. Martinho (2007).

2. O adjectivo renascentista

A eclosão das gramáticas renascentistas em pouco alterou o estatuto categorial do adjectivo, tal como definido no ponto anterior. Os moldes greco-latinos das partes do discurso, cristalizados pelas obras de Dionísio, Apolónio, Donato, Prisciano, são entusiasticamente retomados pelos gramáticos humanistas e fielmente reproduzidos e adaptados, com mais ou menos felicidade, às novas línguas.

A gramática renascentista retoma a tradição greco-latina, com toda a sua elaboração categorial e organizacional, de forma a que as línguas vernáculas possam legitimamente, como nota Verdelho (2001: 76), “instituir-se como línguas escritas”:

[O português] tomou do latim as letras do alfabeto, e depois toda a elaboração metalinguística, as abstracções, as categorias, a concepção e o conhecimento das unidades e do funcionamento da língua.

A reflexão gramatical sobre a classe adjectival alimenta-se obviamente desse conhecimento metalinguístico latinizante. A gramática humanista europeia (João de Barros, Nebrija, Manuce, Sanctius, Sylvius, Meigret, Etienne, etc.) aborda o adjectivo em função de considerações especulativas fiéis aos cânones e de necessidades descritivas e prescritivas novas. Do ponto de vista da normalização e da fixação das línguas vernáculas são os critérios morfológicos assim como as considerações distribucionais fixadas pelos latinos que delimitam a categoria adjectival: o adjectivo depende da proximidade de um nome, ao qual se arrima obrigatoriamente e com o qual flexiona.⁹ Será nesta perspectiva que convém analisar o modelo adjectival da *GLP*.

⁹ Em Castelhana, é António de Nebrija que, em 1492, na *Gramática castellana* introduz e redefine, primeiro posicionalmente, depois morfológicamente, o termo ‘*adjectivo*’:

“Calidad, esso mesmo en el nombre, se puede llamar aquello por lo cual el adjectivo se distingue del substantivo. Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo, como si le quisiésemos llamar arrimado; substantivo se llama, por que está por sí mesmo, et no se arrima a otro ninguno; como diciendo, ombre bueno, ombre es substantivo, por que puede estar por sí mesmo; bueno, adjectivo, por que no puede estar por sí sin que se arrime al substantivo. El nombre substantivo es aquél con que se aiunta un artículo, como el ombre, la muger, lo bueno; o a lo más dos, como el infante, la infante, segund el uso cortesano. Adjectivo es aquél con que se pueden aiuntar tres artículos, como el fuerte, la fuerte, lo fuerte” (Nebrija, 1946[1492]).

Para apreciar a posição de Fernão de Oliveira, primeiro a redigir uma gramática da língua portuguesa, justamente considerada em muitos aspectos como inovadora e original, parece-nos produtivo começar por observar a sua reflexão sobre o estatuto das novas línguas. Singular é a sua postura em relação à questão da legitimidade do Português. Para Fernão de Oliveira, não restam dúvidas de que são o Latim e o Grego os mananciais da língua portuguesa. Contudo, apela na sua gramática a que a língua portuguesa se liberte do peso da tradição, crie a sua própria legitimidade linguística e histórica e se torne num idioma digno de ser difundido pelo império português e imposto aos povos conquistados pelos seus novos senhores:

Tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejam ensinados de Roma” (2000[1536]: 86).

A distância prudente afixada relativamente a “Roma” leva o humanista português a condenar a precipitação de aqueles que são “tão grandes bogios dos latinos que tomam suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias” (2000[1536]: 102). Pelo contrário, às “dições velhas”, “fora de seu tempo e costume”, o humanista diz preferir as línguas da modernidade:

é verdade que a fremosa menenice despois de velha não é para ver. E assi como os olhos se ofendem vendo as figuras que a elles não contentam, assi as orelhas não consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume. E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens. (2000[1536]: 128)

Na verdade, pela sua clareza e perfeição superior — “temos menos eiceições que os latinos e gregos”, diz o autor—, o Português, língua dos novos senhores do mundo, nada fica a dever ao Latim e Grego, que rotula de “linguas mui gabadas”:

“E assi como a nossa língua faz tudo quanto essoutras com mais brevidade e facilidade e clareza, assi também é mais de louvar sua perfeição” (2000[1536]: 150)

Este desejo de renovação, de sangue novo, anima toda a GLP e representa, na verdade, por sentenciar a língua clássica ao mesmo tempo que a celebra,

uma reflexão original no âmbito do espírito renascentista. Alguma da importância histórica da *GLP* advém presumivelmente deste espírito de rebelião e distanciação em relação à herança greco-latina, que permitiu ao seu autor libertar-se parcialmente das dificuldades e incoerências inerentes aos projectos gramaticais renascentistas. De facto, as gramáticas quinhentistas — de Nebrija a Etienne — ilustram pela primeira vez as dificuldades encontradas pelos humanistas quando tentam forçar as novas línguas a entrar em moldes latinos, a despeito das diferenças evidentes que as separam do seu modelo, caso, por exemplo, da morfo-sintaxe do artigo ou da morfologia nominal.

Ora, no caso do Português, língua moderna com “menos excepções” e “mais conveniência” que as línguas clássicas, o projecto de redacção de uma gramática não levanta, segundo Fernão de Oliveira, dificuldades teóricas ou descritivas apreciáveis. Apesar de se distanciar das línguas clássicas, aproveitáveis contudo sem hesitar o aparato terminológico e descritivo. Longe de inovar, pois, a sua teoria gramatical — nomeadamente a do adjectivo — reproduz e adapta fielmente o discurso clássico.

A *GLP* aborda o adjectivo em função de necessidades descritivas simples. São os critérios morfológicos e as considerações metalexicais fixadas pelos latinos que localizam a categoria adjectival: o adjectivo depende da sua proximidade com o nome, com o qual flexiona obrigatoriamente. Fernão de Oliveira, ao referir o termo ‘*adjectivo*’, não lhe reconhece de facto qualquer distinção com o nome, retomando exclusivamente os critérios morfosemânticos canónicos. A sua teoria das partes do discurso é essencialmente a mesma que a de Apolónio, Prisciano ou Donato, incluindo no texto a habitual classificação metalexical herdada das *categorias*. Assim, no capítulo XL, intitulado “Da analogia”, relembra o autor que o adjectivo é um nome — embora lhe sejam reconhecidas circunstâncias “meudas e particulares” —, o que faz dele uma variedade menor de uma das partes do discurso. Essa “parte” chamada “nome” abrange a clássica distinção entre “nome próprio”, “nome substantivo” ou “nome adjectivo”:

os nomes se conhecem dos verbos e os verbos com os nomes das outras partes, porque são diferentes huns dos outros, e os nomes se conhecem por outros nomes, e os verbos por outros verbos, porque são em aghũa cousa e voz semelhantes cada parte destas com as outras do seu genero; e contudo não tanto que não tenham alghũas meudezas diferentes ou diferencias mais meudas e particulares, como o nome ser comum ou proprio, ajectivo e sustantivo, e o verbo pessoal e impessoal. (2000[1936]: 134).

No capítulo XLIV, dedicado à morfologia e intitulado “Dos nomes e seu genero”, Fernão de Oliveira, discursando sobre a distinção nome substantivo/ /nome adjectivo, adianta que, dadas as irregularidades da sua grafia, o adjectivo nem sempre é portador de género — sendo, então, invariável. Esse caso aponta, por exemplo, para as finais em *-um* dos adjectivos epicenos:

Til com i faz os nomes masculinos, como patim e jardim; e com o também, como som e tom; com u também são masculinos, como hum, alghum, nenhum, e mais jejum e debrum. Este nome ajectivo comum serve a masculinos e femininos, porque não digamos nos femininos comãa. Huns certos nomes ajectivos acostumamos nós falar em um, como ovelhum, cabrum, porcum, e outros, os quaes damos genero masculino. (2000[1536]: 144-145).

Do ponto de vista conceptual, a *GLP* retoma, de modo geral, a observação de Varrão segundo a qual o nome adjectivo não tem género intrínseco, ao contrário do nome substantivo, cujo género é definido a nível do léxico:

Mas porém em seu lugar e tempo diremos que os nomes ajectivos e denotativos não têm certo genero por si.” (2000[1536]: 145)

Não beneficiando de autonomia sintáctica, desprovidos de género lexical autónomo, os adjectivos precisam de um nome para sobreviverem no discurso. Como tinha notado Carísio, o adjectivo aparece como uma classe necessariamente adjunta ao substantivo, para dele extrair a sua significação e a sua flexão. A permanência do adjectivo na classe dos nomes é, neste caso, baseada em argumentos de ordem morfológica, sendo que o adjectivo representa um caso particular das declinações nominais.

Ainda relativamente à morfologia do adjectivo, a *GLP*, referindo o caso da flexão de número, volta a destacar a classe adjectival:

Os nomes acabados em letra consoante têm suas formações no plural de duas maneiras: os acabados em l mudam essa letra l em i e acrecentam s, que é proprio do plural, como cabeçal, cabeçais, real, reais. Assi quando é sustantivo como ajectivo. (2000[1536]: 147)

De novo, a permanência do adjectivo como uma variedade da classe dos nomes assenta em argumentos de ordem morfológica, sendo que o

adjectivo exhibe, em Português, exemplos de alternância flexional que são um subconjunto da morfologia flexional associada ao nome. A existência de flexão, ou mais precisamente de divisão de traços flexionais entre nome e adjectivo, é uma marca omnipresente, o que faz do adjectivo a segunda categoria mais flexionada —a seguir ao verbo—, e o destaca, aos olhos dos Clássicos, como um paradigma de regularidade. Essa divisão justifica-se por razões de ordem ontológica —qualidade e substância devem partilhar indícios—, mas também de ordem estrutural: quer como epíteto quer como predicado, o adjectivo é um satélite do nome e deve caracterizar-se pela sua adjacência à categoria nominal. O humanista português, fiel ao modelo clássico das partes do discurso, não levanta, pois, nenhuma objecção em incluir o adjectivo na classe dos nomes, sendo aliás a instabilidade gráfica do ‘adjectivo’ em Português um exemplo particularmente interessante de morfologia nominal.

Num dos capítulos finais dedicados à sintaxe (cap. XLIX intitulado “Da construção”), ao observar de novo que as “leis e regras” do Português são mais estáveis (que as do Latim), sendo a gramática portuguesa mais sistemática na classificação das partes do discurso, o gramático português não hesita em incluir de novo o adjectivo e o substantivo na classe hiperonímica dos nomes:

E nella [na derradeira parte da obra] mais que em alghũa outra guardamos nós certas leis e regras, posto que também nas outras partes da grammatica temos menos eiceições que os latinos e gregos, cujas linguas mui gabadas muitas vezes faltam na conveniencia dos nomes ajectivo e sustantivo, relativo e antecedente, e isso mesmo do nome com o verbo. (2000[1536]: 152)

Tendo em conta a importância histórica do texto da *GLP*, concluímos que o esforço pedagógico desenvolvido para vulgarizar as “leis e regras” da gramática portuguesa não surtiu, no caso do adjectivo, nenhuma inovação teórica ou descritiva: o adjectivo continua a ser uma variedade do nome, e é, tal como o nome, sujeito a variação flexional. O objectivo da gramática limita-se à organização e ordenação da ortografia e da lexicologia portuguesas, não levantando questões terminológicas ou conceptuais arriscadas.

Do ponto de vista histórico, as inúmeras “orthographias” portuguesas posteriores —dos séc. XVII e XVIII— retomam e prolongam a via grafo-fonética traçada pela *GLP* e mantêm o adjectivo como subespécie do nome. Ao longo dos exemplos com que ilustra as suas regras ortográficas, Nunes de

Leão (1606), por exemplo, classifica de ‘nomes’ termos como “afável, aflito, difícil, difuso, efeminado, eficaz, suficiente, belo, amarelo, singelo” (1606: 120), e “físico, simples, capaz, atroz” (1606: 136). Álvaro Ferreira Vera, na *Orthographia* (1631), outro tratado de ortografia latinizante da primeira metade do séc. XVII, estabelece uma classificação sistemática de palavras do Português na qual, como seria de esperar, o autor transpõe rigorosamente a distinção latina das partes do discurso, referindo a classe do “nome” exemplificada por ocorrências como “difícil, geral, afável, difuso, disforme, suficiente”. Relata precisamente, no capítulo dedicado à pontuação, a existência de ‘nomes adjectivos’, ilustrando a espécie através dos seguintes membros: “virtuoso, prudente, liberal, confiante”. Em 1666, outro tratado de ortografia, as *Regras*, de Bento Pereira, retoma os mesmos exemplos. Também aqui, a distinção clássica ‘nome apellativo / proprio / adjectivo’ é frequentemente encontrada, sendo rotulados de ‘nome adjectivo’ (Pereira, 1666: 14) os casos já referidos por Ferreira Vera.¹⁰

Contudo, consequência da vertente especulativa da gramática renascentista, a definição do adjectivo evolui, ainda em período quinhentista, para novas oposições categoriais e semânticas (abstracto/concreto, mobilidade, grau, regras de acordo com o substantivo, etc.), das quais emerge uma proposta inovadora (relativamente à tradição) de distinção entre os nomes adjectivo e substantivo. Ao contrário de Fernão de Oliveira, Francisco Sanctius (1587) levanta a questão da ambiguidade classificatória do adjectivo, ao propor regras específicas — distintas das do nome — para o acordo adjectival. O autor da *Minerua, seu de causis linguae latinae*, arrasa decisivamente o discurso retórico-gramatical clássico, que envolvia o adjectivo numa indefinição ético-semântica, quando invoca critérios formais e categoriais de identificação. Sobre o género, por exemplo, adianta:

Os nomes adjectivos não têm género, mas terminações segundo o género, ou, para falar como os gramáticos, “pessoas segundo o género”. [...] Por isso, o género só existe nos substantivos, e, uma vez o género conhecido, procura-se a terminação dos adjectivos. Assim, se não houvesse nomes adjectivos, ninguém

¹⁰ Bento Pereyra, (1666: 50). A nível da gramática do adjectivo, o séc. XVIII português é ainda dominado pela herança clássica. Citemos Luís Caetano de Lima, que retoma em 1736 a anterior análise ortográfica do Português. A terminologia usada para referir as grafias listadas inclui ainda o adjectivo na classe do nome, sendo que o autor classifica como ‘nomes’ termos como “Fatál, Atróz, Opáco, Estranho, Castanho, Affável, Admirável, Amável, Efficáz, Leál, Reál, Vermelho”, etc.

*levantaria a questão do género gramatical; e também não era o caso se os nomes adjectivos apenas tivessem uma terminação.*¹¹

Uma primeira diferença transparece, pois, entre nome e adjectivo: o género não é pertinente para definir a espécie adjectival, mas é uma marca contingente da espécie nominal.¹² Outro critério de definição é, para Sanctius, o grau. O adjectivo pode variar numa escala de comparação, o que não é o caso dos substantivos. O adjectivo é a única categoria portadora de grau, recusando o autor, contra a tradição, a existência de “nomes ou verbos comparativos”:

*À substância, diz Aristóteles, não se retira nem se acrescenta”, e ainda, falando da qualidade: “às palavras que designam uma qualidade, retira-se-lhes ou acrescenta-se-lhes”. Destas fórmulas concluíamos que os comparativos não podem ser extraídos dos nomes substantivos. Enganam-se aqueles que pensam que as palavras “velho”, “jovem”, “adolescente”, “criança” são substantivos, visto serem absolutamente adjectivos.*¹³

A categoria adjectival caracteriza-se por denotar não só a qualidade como também a quantidade da qualidade, permitindo, conseqüentemente, avaliar e comparar a sua extensão por meio de morfemas especializados. Na realidade, conclui Sanctius, “os nomes adjectivos nunca serão substantivos [...] Com efeito, o acidente não prevalece sobre a substância.” A categoria adjectival fica assim postulada.¹⁴

¹¹ Sanctius Franciscus (1587), citado por Colombat, Julien & Rosier (1992b: 59).

¹² A mesma observação é feita por Fernão de Oliveira, como vimos, embora sem o cariz sistemático aqui reconhecido.

¹³ *Apud* Colombat, Julien & Rosier (1992b: 60)

¹⁴ A renovação gramatical só chega a Portugal no início do séc. XIX, com Jerónimo Soares Barbosa. A sua ‘*gramática filosófica*’ representa de facto o momento de ruptura com a tradição latina, uma verdadeira pedrada no charco da terminologia em vigor, na medida em que Soares Barbosa inscreve explicitamente a sua reflexão no prolongamento de Port-Royal e na influência das *Luzes*. Cf. Martinho (2007).

Conclusão

Neste quadro, entende-se por que razão a *GLP* ficou em certa medida afastada do esforço de inovação da teoria gramatical lançada pelo pensamento humanista. De facto, dominada a nível operativo pela constituição da ortografia e da lexicologia modernas e a nível ideológico pela celebração das línguas da modernidade, a *GLP* não levanta questões terminológicas avultadas. Podemos verificar que a reflexão gramatical de Fernão de Oliveira permanece fiel ao quadro conceptual latino, rejeita a inovação e a especulação, para se concentrar na delimitação e definição da língua escrita e na constituição do texto histórico-literário.

Sapateiros e ovelhas: a metáfora em Fernão de Oliveira

ROSA LÍDIA COIMBRA
CLC – Universidade de Aveiro

1. Introdução

Fernão de Oliveira, nascido em 1507, ao que tudo indica em Aveiro (Quadros, 2000: 8-13), é considerado o primeiro gramático português e o maior foneticista na România renascentista (Woll, 2000). De facto, boa parte dos cinquenta capítulos da sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de 1536, são consagrados ao estudo do som, sílaba e acentuação. A obra inclui ainda capítulos sobre o que hoje designaríamos por morfologia derivacional e flexional, bem como considerações de âmbito histórico e dialectal. Também contém «uma tentativa parcialmente frustrada de reforma e unificação da grafia vernácula, inaugurando uma linhagem de ortógrafos» (Silva, 2006: 24). Já um estudo de tipo sintáctico, «da construção»¹, é anunciado pelo autor, mas, caso tenha sido elaborado, não chegou aos nossos dias.

O capítulo da Gramática que será aqui objecto de reflexão é, no entanto, o Capítulo XXXIX sobre as «dições próprias» e as «dições mudadas», bem como a utilização que o autor, ao longo da gramática, faz da linguagem figurada, metafórica, e as suas curiosas analogias explicativas, com as quais consegue fazer entender conceitos relacionados com teoria gramatical através do estabelecimento de mapeamentos conceptuais com realidades triviais, conhecidas e concretas do quotidiano dos leitores coevos.

¹ Todas as citações que aqui se apresentam da Gramática de Fernão de Oliveira referem-se à edição crítica organizada por Torres & Assunção (2000: 79-155).

2. O conceito de metáfora

Os primeiros estudos sistemáticos sobre metáfora datam do século IV a.C. e foram desenvolvidos pelo grande filósofo estagirita Aristóteles. Ele encarava a linguagem metafórica como abarcando simultaneamente os domínios da Retórica e da Poética, e definia-a, na sua obra *Arte Poética*, em termos muito gerais: «A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do género para a espécie, ou da espécie para o género, ou da espécie à espécie, ou por via da analogia» (XXI, 7). A retórica posterior reduz o âmbito da metáfora à figura aparentada à quarta espécie definida por Aristóteles – a via da analogia. É assim que, já no século XIX, Pierre Fontanier inclui as metáforas nos tropos por semelhança, definindo-as como as figuras que «consistent à présenter une idée sous le signe d’une autre idée plus frappante ou plus connue, qui, d’ailleurs, ne tient à la première par aucun autre lien que celui d’une certaine conformité ou analogie» (Fontanier, 1968: 99). Já no século XX, I. A. Richards, em trabalhos publicados a partir da década de 30, desenvolve a ideia, apontada por P. Fontanier, de que a metáfora apresenta uma ideia sob o signo de uma outra e propõe designar por teor a ideia em questão, que pode ou não estar expressa na superfície textual, e por veículo a ideia sob cujo signo a primeira é apreendida. O traço ou traços de sentido que estes dois termos apresentam em comum constituem o fundamento da figura. A metáfora não se resume ao veículo mas consiste no conjunto dos dois termos; engendra-se precisamente da sua percepção simultânea e da sua *interacção*. As noções de Richards sobre a estrutura intrínseca do enunciado metafórico são retomadas e desenvolvidas por Max Black (1988). A dualidade de referência dos dois sujeitos, literal e figurado, da metáfora – respectivamente sujeito principal e sujeito secundário – é marcada pela distinção entre as expressões que, no enunciado, são reconhecidas como metafóricas e as que, no mesmo enunciado, são tomadas literalmente. Max Black (1988) divide as teorias sobre a metáfora em três grupos: a teoria da substituição, na qual a metáfora é reduzida à substituição de um nome por outro; a teoria da comparação, que é um caso especial da categoria anterior, sendo a metáfora encarada como uma comparação abreviada; e a teoria da interacção, no âmbito da qual ele insere o seu ponto de vista. Critica o postulado da teoria da substituição segundo o qual a metáfora se resumiria a uma função de catácrese ou de ornamentação, sendo que qualquer substituição por um termo metafórico não resultaria numa alteração do conteúdo cognitivo do enunciado.

As recentes teorias cognitivas da metáfora criticam nas teorias clássicas o encarar desta figura como dizendo respeito à linguagem e não ao pensamento. Lakoff e Johnson (1980: 153), pelo contrário, salientam que a metáfora é em primeiro lugar uma questão de pensamento e só derivativamente uma questão de linguagem. Introduce-se a noção de mapeamento entre domínios conceptuais, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de um outro. A palavra metáfora passa, assim, a ser entendida, no sistema conceptual, como uma projecção (no sentido matemático do termo) entre um domínio origem, que serve como ponto de referência e onde se buscam conceitos e terminologia, e um domínio alvo, aquele que é explorado e expresso com os elementos fornecidos pelo primeiro. O termo expressão metafórica refere-se à expressão linguística (palavra, sintagma, frase) que realiza, na superfície textual, a projecção entre os domínios.

Num extenso artigo publicado em 1994, Gilles Fauconnier e Mark Turner alargam o alcance das teorias anteriores e consideram a projecção metafórica entre dois domínios como um caso especial de um processo cognitivo mais abrangente a que chamam o modelo dos espaços múltiplos. Ao pretenderem abarcar uma multiplicidade de fenómenos cognitivos, e não apenas a linguagem metafórica, os autores propõem a substituição do termo domínio conceptual por espaço mental. Neste novo modelo, a estrutura de dois ou mais espaços mentais é projectada num espaço de mesclagem, que herda parte da estrutura dos espaços de entrada e apresenta uma estrutura emergente própria. Os autores propõem, pois, para além dos dois espaços de partida – o domínio origem e o domínio alvo, no caso da metáfora – a consideração de dois espaços intermédios: um espaço genérico que contém a estrutura esquemática que se aplica aos dois espaços de entrada, e o espaço de mesclagem, que é um espaço fértil, integrando, de modo parcial, estruturas específicas de ambos os espaços de entrada e, eventualmente, incluindo outros elementos próprios (Turner & Fauconnier, 1995).

3. As «dições mudadas»

Por «dições», entende-se as palavras. No capítulo XXXIX da sua *Gramática*, Fernão de Oliveira explica deste modo a dicotomia próprias/mudadas, ou seja, palavras não metafóricas e metafóricas:

Dicões proprias chamamos aquellas que servem na sua primeira e principal sinificação, como livro, que desd' o seu principio e principal intento sempre quis

e agora quer dizer este de papel escrito porque lemos. E assi, homem e molher, terra, pedra e muitos infindos outros das dições proprias. E de suas especias e do uso dellas havemos de falar mais largamente em outra obra. Aqui só tratamos do nascimento das dições. E hũa parte desse nascimento é a propriedade de que aqui abasta o que apontamos. Todavia amoestamos que as dições proprias têm a principal parte de boa e clara linguagem, e destas usaremos mais ameude./ As dições mudadas, a que os latinosh² chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de significação ou voz estão fora de seu proprio sinificado; e ou estão em lugar doutra dição que não era tão boa como nós queriamos para nosso intento, ou estão onde não havia dição propria, como livro quando quer dizer estormento musico, o qual por ser novo e não ter nome ou voz propria e ser semelhante ao livro de papel, que é o próprio, lhe chamaram assi. Destas dições mudadas temos também mais que dizer em outra parte. (Oliveira, 2000[1536]: 132-133).

Neste excerto, Fernão de Oliveira ilustra um fenómeno muito comum nas línguas que é o da extensão metafórica no sentido de um lexema. Assim, o lexema *livro*, ao passar a designar, para além do objecto de leitura, um instrumento musical cuja forma àquele se assemelha, vê a sua polissemia aumentada com uma nova acepção. Estamos aqui perante o fenómeno da catacrese, ou seja, da utilização em sentido figurado, por analogia, de uma expressão linguística para designar uma ideia para a qual não existia um termo específico. Com o uso, a utilização catacrética do vocábulo deixa de ser sentida como metafórica, operando-se uma expansão semântica na sua polissemia. É o caso recente da palavra *vírus* que, do domínio origem da medicina viu a sua polissemia expandida para o domínio alvo da informática. Ao aceitar e utilizar a nova acepção do lexema, a comunidade linguística gradualmente leva-a a um processo de convencionalização, em que a força figurativa acaba por deixar de ser notada.

A polissemia tem sido definida como resultante da correspondência de várias acepções, de acordo com os diversos contextos, a uma mesma forma linguística sem que se perca, como acontece com a homonímia, a noção de que estamos perante o mesmo lexema. Sendo uma questão de grau, a distinção homonímia/polissemia não é nítida³. Considera-se, de um modo geral, que

² Torres & Assunção (2000: 159) remetem aqui para Cícero em *De Oratore* III, 149-150 ss. De facto, em 149 lê-se: «Tria sunt igitur in verbo simplici, quae orator adferat ad inlustrandam atque exornandam orationem: aut inusitatum verbum aut novatum aut translatum.»

³ Têm sido propostos alguns critérios para distinguir polissemia de homonímia, como os critérios da distribuição, da derivação e da substituição por sinónimos (Picoche, 1995), mas, na prática, o problema é muito complexo, como se prova pelas diferentes abordagens nas entradas

estamos perante um caso de polissemia quando é um único item lexical, com uma única entrada no dicionário (dicionário teórico), o detentor de várias acepções que, embora diferentes, se encontram relacionadas entre si. Ao contrário, a homonímia resultaria da coincidência formal, em determinada língua, entre itens lexicais diferentes, com sentidos não óbvia e necessariamente relacionados. Sobre este problema, no âmbito da Semântica Cognitiva, a Semântica do Protótipo tomou o conceito wittgensteiniano de «pareceza de família» para explicar a ligação entre os diversos significados de um termo polissémico. George Lakoff (1990) apresenta o interessante exemplo (a que alude no título da sua obra *Women, Fire and Dangerous Things*) da palavra *balan* (do Diyabal, língua aborígine australiana) que significa coisas tão díspares como as mulheres, o fogo e coisas perigosas (serpentes, escorpiões...). Lakoff considera que esta pluralidade não é arbitrária e demonstra que, no domínio da vivência experiencial e mítica da comunidade linguística em questão, cada uma daquelas entidades se encontra ligada a pelo menos uma das outras da mesma categoria, numa série de interligações partindo da entidade primária ou central que é a mulher. Assim, ao contrário dos defensores, como Picoche, da existência de um núcleo comum de significação partilhado por todos os significados, Lakoff defende a ideia de uma relação de família, em que cada um deles partilha pelo menos uma propriedade com um outro: AB-BC-CD-DE-etc. Todos os significados pertencerão, deste modo, a uma mesma categoria polissémica, agrupados, não por algo em comum, mas a partir de associações e encadeamentos sucessivos sobre um significado básico, primeiro, mais representativo ou central, que é o protótipo.

Esta noção de sentido prototípico está de alguma forma subjacente às palavras de Fernão de Oliveira quando, no excerto supra, afirma que as «dições próprias» são as que «servem na sua primeira e principal sinificação» e que «têm a principal parte de boa e clara linguagem, e dela usaremos mais ameude». Estas palavras vêm de encontro à actual noção de protopicidade, em que a frequência de citação é um dos critérios de identificação do protótipo (Vilela, 2002: 2).

As associações entre acepções prototípicas e não prototípicas são frequentemente estabelecidas por processos metafóricos, metonímicos ou de implicação.

No caso ilustrado por Oliveira, o autor identifica o processo metafórico da extensão de sentido ao utilizar a expressão «por ser semelhante», em que fica claro o tipo de relação entre a acepção mais prototípica de livro e a sua nova acepção «mudada». Já Cícero referira a relação de semelhança entre os termos da metáfora e o movimento entre eles ao nível do pensamento:

quibus sic abundabit ut uerbum ex ore nullum nisi aut elegans aut graue exeat ex omniq̄ue genere frequentissimae tralationes erunt, quod eae propter similitudinem transferunt animos et referunt ac mouent huc et illuc, qui motus cogitationis celeriter agitatus per se ipse delectat. (De Oratore III, 134)

Em 1540, na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, João de Barros inclui uma definição do termo metáfora em que salienta o processo de transferência de traços conceptuais entre os termos da figura: «Metáfora quer dizer transformaçám. Désta usamos quando, per àlgũa conveniênc̄ia ou espeçialidade que ãa cousa tem, atribuímos a outra» (Barros, 2005[1540]: 30). Nesta definição, fica clara a ideia de que a figura opera uma mudança ao nível semântico. Esta característica explica o termo «dição mudada» na Gramática de Fernão de Oliveira.

O termo «mudada» utilizado por Oliveira para se referir ao fenómeno metafórico, aliás, vem ao encontro da etimologia do termo metáfora, que em grego significa precisamente transferência, mudança. Transferência, mudança, traslado ou transporte designam o processo que hoje em linguística cognitiva se refere por mapeamento, no sentido matemático do termo, de correspondência entre contrapartes numa projecção. Neste caso, a correspondência entre o livro de papel e o livro instrumento musical levou à mudança semasiológica⁴ da palavra, ou seja, ao desenvolvimento de novos sentidos. É do uso, da comunicação constante entre os falantes da comunidade linguística, que surge esta extensão semântica da palavra, o que significa que a mudança é motivada, como aponta Oliveira, «por necessidade». É pois numa questão de eficácia pragmática comunicativa que radica este fenómeno de mudança linguística.

⁴ Diacronicamente distingue-se a mudança semasiológica – novos sentidos – da mudança onomasiológica – novas palavras (Soares da Silva, 2006: 86-87).

4. As analogias científicas na *Gramática da Linguagem Portuguesa*

O percurso metafórico que opera pela analogia, transportando domínios do conhecimento mais concretos, conhecidos e acessíveis para explicar conceitos complexos, abstractos ou mais difíceis, tem sido utilizado em textos científicos e de divulgação científica em todas as áreas do saber.

Fernão de Oliveira não é excepção e, na sua *Gramática*, utiliza curiosas analogias de cariz metafórico para explicar conceitos linguísticos diversos. Curiosamente, o nosso primeiro gramático não se limita a fornecer, nestes casos, uma única analogia, mas antes se serve de uma pluralidade de translados conceptuais a fim de, com a sua particular destreza didáctica, melhor ilustrar os conceitos em questão. O primeiro exemplo que encontramos na obra está patente na seguinte passagem:

(...) mais soa e pequeno na penultima de escreveste que de memorea, porque em escreveste tem adiante na mesma sillaba hũa letra consoante s, e em memorea tem logo outra vogal em outra sillaba, a qual lhe tira parte da voz porque «dous sapateiros vezinhos abatem a venda hum ò outro», e os estados baixos junto com os poderosos parecem muito menos./ E esta é a causa por que ainda em memorea e outras semelhantes partes a penultima parece mais pequena, porque antes de si tem hũa sillaba grande com acento. Tão pequeno fica este e nestas partes, que muitos se enganam e escrevem em seu lugar i, o qual nós ahi não sentimos. E porque disse que o ajudava a ser pequeno a grande voz logo sua vezinha que fica atrás, não s'espantem, porque assi estimamos em muito mais pouco as cousas pequenas despois que vimos muitas grandezas; e os escudeiros da Beira em sua terra tinham em muito hum pelote frisado, o qual não têm em conta despois que fartam os olhos de ver sedas e ouro de cortesãos. (Oliveira, 2000[1536]: 112).

Aplicando ao excerto supracitado os instrumento de análise da linguística cognitiva que apresentámos acima no ponto 2, construímos o quadro 1, onde se apresenta o espaço genérico da projecção, ou seja, os elementos semânticos comuns aos diversos domínios entre os quais o mapeamento se estabelece; o domínio alvo, que engloba os conceitos do âmbito da fonética linguística que Fernão de Oliveira pretende explicar no trecho; e os quatro domínios origem utilizados para o explicar.

Espaços conceptuais	Mapeamento			
Espaço genérico	A realidade que é minimizada, diminuída.	A realidade maior, mais forte em relação à anterior.	O acto de minimizar, fazer diminuir.	O observador, agente.
Domínio alvo	<i>- e pequeno na penultima de [...] memorea</i>	<i>- tem logo outra vogal em outra sillaba - antes de si tem hũa sillaba grande com acento - a grande voz logo sua vezinha que fica atrás</i>	<i>- a qual lhe tira parte da voz - a penultima parece mais pequena - tão pequeno fica este e nestas partes, que muitos se enganam e escrevem em seu lugar i, o qual nós ahi não sentimos - o ajudava a ser pequeno</i>	<i>- muitos (se enganam)</i>
Domínio origem 1	<i>- dous sapateiros vezinhos</i>		<i>- abatem a venda um ò outro</i>	--
Domínio origem 2	<i>- os estados baixos</i>	<i>- junto com os poderosos</i>	<i>- parecem muito menos</i>	--
Domínio origem 3	<i>- as cousas pequenas</i>	<i>- depois que vimos muitas grandezas</i>	<i>- estimamos em muito mais pouco</i>	<i>- [nós]</i>
Domínio origem 4	<i>- um pelote frisado</i>	<i>- depois que fartam os olhos de ver sedas e ouro de cortesãos</i>	<i>- em sua terra tinham em muito (...) o qual não têm em conta depois</i>	<i>- os escudeiros da Beira</i>

Quadro 1 – Quatro analogias explicativas de um fenómeno fonético

No quadro 1, podemos observar como Fernão de Oliveira reflecte sobre um fenómeno do âmbito da fonética, a redução vocálica, e o explica em termos da experiência vivencial dos seus potenciais leitores. Assim, os domínios origem da projecção remetem para realidades do quotidiano da época, designadamente: os sapateiros que vendem as suas mercadorias, as relações entre as nações, as indumentárias coevas, caso do pelote, vestuário de abas grandes. Em todos os quatro domínios origem da projecção conceptual, verificamos que o autor escolhe uma realidade que, na experiência do seu leitor, será sentida como sofrendo uma minimização de qualquer tipo ao ser confrontada com uma realidade que, em comparação com ela, lhe é superior ou mais forte e que é a causa desse acto de minimização. É deste modo, através da evocação de diversas experiências familiares, que Oliveira leva o leitor a entender o fenómeno linguístico que pretende explicar.

Um outro exemplo, também com quatro domínios origem para um mesmo domínio alvo, encontra-se na seguinte passagem da *Gramática*:

E não somente os tirados de diversas partes são diferentes, mas também vindos d'hũa mesma parte, como de capitão dizemos molher capitoa e não capitaina; e de pescado ou pescar dizemos homem pescador e molher pescadeira e barca pescaresa. E tudo isto não é muito fazer-se assi, porque antr'os filhos d'hum só pai huns são mui feos e outros parecem milhor: e parece-se hum com seu pai e outro com sua mãe e outro com nenhum delles. E na lâ de hũa só ovelha se acha alghũa boa e outra não tanto; e na de muitas juntamente se tira hũa para bos panos e outra para não tão finos. E por conseguinte hũas terras e arvores so hũa mesma constelação dão fruto e outras não aproveitam para cousa alghũa. E hũas por si multiplicam; e outras, regadas e curadas, depois de muito trabalho não querem crescer ou se secam./ Outro tanto é nas vozes, porque hũas não formam de si nada e outras se podem multiplicar; e alghũas parecem a suas primitivas ou premeiras donde decendem, e outras não, e outras muito, e muitas menos. E alghũas formações têm milhor som ou musica que outras e são mais usadas. (Oliveira, 2000[1536]: 137-138)

Tal como no exemplo anterior, também neste caso construímos um quadro com a análise desta projecção. No quadro 2, podemos verificar como, também nesta passagem, Fernão de Oliveira vai escolher um total de quatro domínios origem diferentes, mas todos relacionados com a realidade do dia-a-dia da época, para ilustrar um domínio alvo que desta vez se insere no âmbito dos estudos morfológicos, da formação das palavras.

Espaços conceptuais	Mapeamento		
Espaço genérico	A origem de algo.	Realidades com uma relação positiva com a sua origem.	Realidades que se afastam da sua origem de modo negativo.
Domínio alvo	- <i>outras [vozes] se podem multiplicar</i> - <i>primitivas ou primeiras</i>	- <i>alghūas [vozes] parecem a suas primitivas ou primeiras de onde decendem</i> - <i>alghūas formações têm melhor som ou musica (...) e são mais usadas</i>	- <i>e outras [vozes] não [parecem a suas primitivas]</i> - <i>que outras</i>
Domínio origem 1	- <i>hum só pai</i> - <i>seu pai (...) sua mãe</i>	- <i>outros [filhos] parecem melhor</i> - <i>e parece-se hum com seu pai e outro com sua mãe</i>	- <i>huns [filhos] são muito feos</i> - <i>e outro [parece-se] com nenhum deles</i>
Domínio origem 2	- <i>na lã d'hūa só ovelha</i>	- <i>se acha alghūa [lã] boa</i>	- <i>e outra [lã] não tanto</i>
Domínio origem 3	- <i>na [lã] de muitas [ovelhas] juntamente</i>	- <i>se tira hūa [lã] para bos panos</i>	- <i>e outra para [panos] não tão finos</i>
Domínio origem 4	- <i>terras e arvores so hūa mesma constelação</i>	- <i>hūas (...) dão fruto</i> - <i>hūas por si multiplicam</i>	- <i>e outras não aproveitam para cousa alghūa</i> - <i>e outras, regadas e curadas, depois de muito trabalho não querem crescer ou se secam</i>

Quadro 2 – Quatro analogias explicativas de um fenómeno morfológico

Também neste exemplo, os domínios origem espelham o domínio alvo em realidades mais próximas e concretas já que «an analogy is a comparison between a poorly understood problem concept, and some more familiar but

distinct set of information. The noted similarity serves to generate useful predictions about that target» (O'Donoghue, 2004: 1-2). Assim, o conjunto de informação mais familiar inclui, neste caso, as relações de parentesco humano e certas actividades quotidianas, como a tosquia e a tecelagem da lã e os cuidados com os pomares.

Tanto o quadro 1 como o quadro 2 sintetizam passagens da Gramática nas quais Fernão de Oliveira utiliza quatro analogias diferentes para o mesmo domínio alvo. Nos dois casos se verifica que as relações analógicas são baseadas na simetria, ou seja, origem e alvo podem ser vistos como análogos um do outro. Duit *et al.* (2001: 284) representam esta característica no seguinte esquema (tradução nossa):

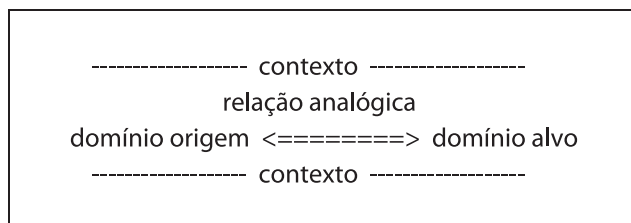


Figura 1 – A relação analógica segundo Duit *et al.* (2001)

Os autores acrescentam que aprender por analogia não é, portanto, um processo meramente unidireccional, mas inclui a alternância de perspectivas entre as duas partes da analogia. Daí a seta dupla⁵ no esquema da figura 1.

Nos exemplos de Oliveira que acabámos de apresentar, este esquema repetir-se-ia para cada um dos domínios origem. A questão que aqui podemos levantar, e que não é equacionada pelos autores, é a seguinte: existindo vários domínios origem diferentes a projectarem-se no mesmo domínio alvo, serão aqueles igualmente simétricos entre si? Os quadros 1 e 2 apresentados acima parecem indicar que sim. Numa leitura vertical dos mesmos, fica clara a relação semântica entre os elementos constituintes dos cinco domínios – quatro origem e um alvo – em cada uma das passagens consideradas. Aliás, será precisamente a existência desta relação de simetria que possibilitará a identificação de um único espaço genérico.

⁵ E também a justificação do subtítulo do artigo – «between Scylla and Charybdis» – que evoca os monstros Cila e Caríbdis, colocados em lados opostos do estreito de Messina.

As analogias de Oliveira, com o seu manifesto pendor didáctico, preenchem as características que Gentner (1982: 113-118) aponta como determinantes da estrutura interna das boas analogias científicas.

Em primeiro lugar, temos a clareza, ou seja, a precisão com que os mapeamentos são definidos, como os pontos da origem são projectados no alvo e que conjunto de predicados é transportado de um para o outro. Nas colunas dos quadros 1 e 2, encontramos as realidades e os respectivos predicados que, nos exemplos, são colocados em paralelo, como contrapartes uns dos outros. Numa leitura horizontal, podemos verificar como, dentro de cada domínio, o mesmo percurso conceptual é seguido.

Em segundo lugar, vem a riqueza, isto é, a densidade em termos de quantidade de predicados que é importada, mapeada da origem para o alvo. Ao aferir esta qualidade, podemos concluir que o primeiro excerto é mais rico do que o segundo. De facto, o primeiro quadro totaliza quatro colunas no mapeamento e o segundo apenas três.

Em terceiro lugar, Gentner fala da sistematicidade, o grau no qual os predicados importados pertencem a um sistema conceptual mutuamente delimitador. Mais uma vez os quadros nos mostram que os elementos dos vários domínios são escolhidos devido às relações que estabelecem entre si. Uma assunção analógica básica de uma relação que se constitua entre elementos de um domínio origem também se estabelece, ao mesmo nível, entre elementos dos outros domínios origem e do domínio alvo.

Estas características estruturais explicam por que razão apenas um número limitado de elementos é projectado da origem para o alvo. Em qualquer mapeamento metafórico, apenas uma parte da estrutura do domínio origem é tipicamente projectada no alvo. Lakoff e Johnson (1980: 52-55) designam-na a porção utilizada (*used portion*) da metáfora. Assim, por exemplo, o conjunto de correspondências ontológicas entre os dois sapateiros, com as suas vendas que se abatem uma à outra quando estes são vizinhos, e o fenómeno que Oliveira descreve da redução de uma vogal na vizinhança de uma mais forte faz entrar em jogo estes elementos mas não outros. Por exemplo, no primeiro excerto, o tipo de sapatos que é produzido, a localidade onde está situada a venda, os clientes, o nome dos sapateiros, o seu aspecto físico, etc. etc. são elementos completamente irrelevantes na analogia e, conseqüentemente, não são projectados no domínio alvo e o autor não os refere sequer. Do mesmo modo, no segundo excerto, é irrelevante, na projecção do domínio origem 3, a raça das ovelhas, a cor da sua lã, o número de cabeças do rebanho, etc.

etc. A semelhança entre os domínios verifica-se, pois, ao nível das respectivas estruturas e não da sua substância.

5. Conclusão

A *Gramática* de Fernão de Oliveira, apesar de não contemplar um estudo sistemático do uso metafórico da linguagem, fornece-nos, no capítulo XXXIX, algumas considerações sobre as “dições mudadas”. Tais reflexões centram-se exclusivamente no uso catacrético desta figura, ou seja, a adição de novas acepções a uma palavra já existente, com base numa relação de semelhança (a que Wittgenstein chamaria parecência de família), a fim de colmatar uma lacuna vocabular.

Oliveira não inclui, nesse capítulo, nenhum exemplo de metáfora não lexicalizada, viva ou literária. No entanto, ao longo da sua obra, ele próprio cria interessantes paralelos metafóricos sobre a forma de analogias explicativas. Vimos como, por duas vezes, o mesmo conceito gramatical é explicado em termos de quatro analogias diferentes, todas elas semanticamente simétricas entre si. Estas analogias exprimem similaridades altamente selectivas, no sentido em que se centram, como vimos, em certos elementos comuns e ignoram outros.

De um modo geral, podemos dizer que Fernão de Oliveira herda dos latinos, como ele próprio afirma, a concepção de que a metáfora implica uma mudança na palavra, no seu significado, transpondo-a para uma nova realidade com base na semelhança. A actual linguística cognitiva retoma estas noções de transposição e de semelhança, mas enquadra a metáfora não como um fenómeno de palavra, mas de pensamento, de projecção entre domínios conceptuais.

2.2

DA TRADUÇÃO DO *DE RE RVSTICA*
DE COLUMELA

O tratado De Re Rustica de Columela na versão portuguesa de Fernando Oliveira

ANTÓNIO MANUEL LOPES ANDRADE

CARLOS MORAIS

CLC – Universidade de Aveiro

Este estudo está centrado na análise da versão manuscrita para português do tratado latino *De re rustica* de Columela sobre a ciência agrária¹. Merecem a nossa particular atenção o enquadramento geral da versão portuguesa no contexto do movimento humanista europeu e da transmissão do próprio texto columeliano – seja em língua latina, seja em tradução –, bem como as interessantes anotações que o humanista aveirense foi intercalando ao longo da sua tradução parcial da obra de Columela. Este trabalho apresenta, convém dizê-lo, os primeiros frutos de uma investigação ainda em curso, cujo objectivo final pretende ser a publicação de uma edição moderna desta versão de Fernando Oliveira, acompanhada de um estudo introdutório.

Lúcio Júnio Moderato Columela (Lucius Iunius Moderatus Columella), natural de Cádiz, compôs, por volta de meados do século I d. C., o tratado latino *De re rustica* sobre a agricultura, que constituía, sem dúvida, a mais importante das disciplinas económicas da Antiguidade. Columela aborda a matéria com a reconhecida autoridade de quem possuía e administrava vastas propriedades agrícolas e pertencia a uma família da Hispânia com tradição firmada na exploração da terra. Escreve, por conseguinte, um amplo tratado

¹ Este trabalho, não obstante ter sido ampliado e enriquecido com novos dados, resulta de uma conferência, com o mesmo título, proferida no Colóquio «Fernão de Oliveira (c. 1507 – c. 1582): Modelo de Sábio Humanista», que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 14 de Dezembro de 2007.

com marcado entusiasmo e competência, não hesitando em recorrer, quer à sua experiência e prática na matéria, quer às inúmeras fontes gregas e latinas sobre a ciência agrária, onde pontuavam, desde logo, as obras que Catão, Varrão e o próprio Virgílio haviam dedicado às actividades agrícolas.

Columela é, simultaneamente, um homem de letras e de ciência. Era amigo pessoal de Galião, irmão do filósofo Séneca, a cujo círculo de alguma forma pertencia², e de Públio Silvino, a quem dedica todos os livros de *De re rustica*, a sua obra mais importante. Foi, aliás, a pedido expresso de Galião e de Silvino que Columela decidiu compor em verso (hexâmetro dactílico) o livro X do tratado³, sobre a cultura e arranjo dos jardins (*De cultu hortorum*), tomando assim a seu cargo o convite endereçado por Virgílio, nas *Geórgicas*, aos poetas vindouros que desejassem dar continuidade à sua obra⁴. O poeta gaditano não logra alcançar, a não ser em breves espaços, o vigor da criação poética do modelo virgiliano, mas revela, em contrapartida, um conhecimento bastante mais aprofundado da matéria tratada⁵.

Columela adopta uma perspectiva eminentemente didáctica na exposição clara e sistemática das técnicas e dos saberes da ciência agrária de que tem um domínio apurado. No entanto, o empenho e entusiasmo que coloca na redacção da obra não ficam a dever-se apenas à sua evidente intencionalidade didáctica ou à proximidade que tinha das matérias, porquanto «escribe como quien tiene un verdadero compromiso con la patria, en la idea de que acomete, como hicieron en su día Catón o Varrón o Virgilio, una empresa de interés nacional»⁶. De facto, o agrónomo latino estava perfeitamente consciente do estado calamitoso a que tinha chegado a agricultura do seu tempo, em grande medida devido ao desleixo, ao abandono e à má exploração das terras, como deixa perceber a leitura do início do prólogo geral do tratado agronómico, na versão de Fernando Oliveira (fls. 177-177v; 180v):

² Cf. Fontán (1997: 24). Embora seja difícil aferir o grau de adesão de Columela ao estoicismo, convém notar que algumas das suas posições ideológicas estão bastante próximas das doutrinas de Séneca. É disso exemplo o trato humanitário dos escravos que Columela defende e afirma praticar (Sen. *Ben.* 3.21.1). A este respeito, deve sublinhar-se a visão crítica que Fernando Oliveira (1969 [1555]: 24-25) manifesta sobre a escravatura no seu tempo.

³ Col. 9.16.2; 10, *Praef.* 3-4.

⁴ Verg. G. 4.147-148.

⁵ Sobre as manifestações da poesia didáctica no século I d. C., de que o livro X do tratado de Columela é um exemplo, cf. Andrade (2002: 25-32).

⁶ Cf. Luque Moreno (1997: 116).

Muntas vezes ouço queyxar os princepes da nossa cidade contra a lavoura e a agricultura, dizendo que não responde como soya. E a causa disso, huns dizem que he a esterelidade das terras, e outros a destemperança do ar, que pello espaço dos tempos se muda. Outros querendo com algũa rezão moderar estes queyxumes, dizem que a terra cansada e esvaecida pella munta fructificação que fez antigamente, não poode jaa manter os homens como dantes fazia (...). Mas vem juntamente co isso pello descuido e negligencia dos homens d'agora que se desprezão de ser lavradores e não tratão a lavoura per sy como fazião os antigos, mas entregamna aos que nem podem, nem sabem // usar della (...). // (...) a agricultura veo em tanto desprezo antre nos que he havida pello mays bayxo e vil officio de todos, e tanto que parece aos homens que não tem necessidade de ser aprendida.

Columela denuncia, por conseguinte, a situação lastimosa a que chegou a agricultura romana, com o objectivo declarado de procurar regenerar e dignificar a cultura dos campos, uma actividade vital para a existência humana, que constitui, na sua perspectiva, o caminho mais recto e honesto para alguém poder aumentar o seu património. Não resistimos a citar, de seguida, um segundo excerto do prólogo geral da obra (fls. 177v-178), na tradução de Fernando Oliveira, em que se defendem precisamente as vantagens da agricultura face a outras actividades humanas como, por exemplo, o comércio, a guerra, a advocacia ou a navegação marítima:

Eu me espanto por certo de como os homens, em todas as outras artes, buscão os melhores officiaes para se servirem delles, e nesta que mays releva, os piores. E de todas as outras, ainda que sejam vãas, inutiles, viciosas e apartadas do bo saber e virtude, ha hi mestres que as ensinem e discipolos que as aprendão: soo da agricultura não ha mestres nem discipolos, sendo ella muy conforme e favoravel aa boa sabedoria e sendo sem a qual se não poodem manter as respubricas, nem conservar a vida humana. As outras artes ou ajudão ou ornão a vida dos homens, e esta, mays que todas, a sustenta (...) Não soamente he necessaria para sustentar a vida, mas tambem he accommodada para com bo titolo conservar e accreentar a fazenda sem offensa de Deus. De muntas artes vivem os homens necessariamente, que // se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia e a guerra, a qual se não poode fazer sem crueldade e roubos e damno de muntos. Tambem são escrupulosas as mecanicas, se não tratão verdade, e algũas outras desnecessarias. Outras, ainda que necessarias, são todavia perigosas, como he a navegação sogetya ao furor do mar e impeto dos ventos e mesturada com

peregrinações. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

O tratado *De re rustica* inicia-se com um prefácio geral, em jeito de dedicatória, dirigido à pessoa de Públio Silvino, o culto e rico amigo do autor. A obra compreende doze livros, a que subjaz a seguinte divisão temática: 1.º generalidades, instalação e pessoal da exploração; 2.º cultura da terra: cereais e leguminosas; 3.º, 4.º e 5.º viticultura e arboricultura; 6.º criação de gado; 7.º gado miúdo; 8.º avicultura e piscicultura; 9.º apicultura; 10.º jardinagem; 11.º e 12.º deveres do intendente e da sua mulher⁷.

O afã com que os humanistas se entregaram à redescoberta de antigos manuscritos veio possibilitar o surgimento de edições e comentários de várias obras da literatura clássica que, graças à descoberta da imprensa, tiveram uma difusão ampla e rápida. Generalizam-se, igualmente, as traduções dos autores greco-latinos nas línguas vernáculas num movimento que ganha cada vez mais forma à medida que se avança no século XVI.

À semelhança do que aconteceu com muitas outras obras da literatura latina, coube ao humanista italiano Poggio Bracciolini, numa das viagens que fez à Alemanha, em 1417, a recuperação de um códice latino, donde muito provavelmente saiu a quase totalidade dos manuscritos de Columela que se conservam⁸. O advento da imprensa proporcionou à obra do agrónomo latino uma ampla divulgação, cujo início ficou marcado pela saída a lume da *editio princeps*, em Veneza, no ano de 1472. Nos anos subsequentes, a obra de Columela, quase sempre integrada em edições conjuntas do *corpus* de escritores romanos *de re rustica* (Catão, Varrão, Columela e Paládio), foi objecto de inúmeras edições e comentários, sobretudo até meados do século XVI (Regii, 1482; Bononiae, 1494; Regii, 1496; Regii, 1498; Regii, 1499; Bononiae, 1504; Parisiis, 1513; Venetiis, 1514; Florentiae, 1515; Florentiae, 1521; *Ad Aldinum exemplar*, 1528; Parisiis, 1529; Lutetiae, 1533; Venetiis, 1533; Basileae, 1535; Lugduni, 1535; Coloniae, 1536; Lugduni, 1537; Lugduni, 1541;

⁷ Servimo-nos da apresentação de Amzalak (1953: 10). Nesta mesma obra, encontra-se uma descrição pormenorizada do conteúdo dos vários capítulos de cada um dos livros do tratado. Cf. «Plano e conteúdo do livro “De re rustica” de Columela», (Amzalak, 1953: 41-50).

⁸ Para uma análise criteriosa da história dos manuscritos e das edições do tratado de Columela, cf. Maestre Maestre (1997: 263-309). Fizemos uso da listagem das edições do tratado que figura na página 267 do estudo supracitado, compreendendo o período que vai desde a *editio princeps*, em 1472, até finais do século XVIII.

Lugduni, 1542; Parisiis, 1543; Lugduni, 1548; Parisiis, 1553; Lugduni, 1557). Assiste-se, em particular a partir de meados de Quinhentos, a uma diminuição substancial do número de edições latinas do tratado de Columela, em grande parte justificada pelo recuo da língua latina face à crescente afirmação das línguas vernáculas europeias.

De facto, é sensivelmente a partir de meados de Quinhentos que são dadas à estampa as primeiras traduções conhecidas para as línguas alemã (Estrasburgo, 1538; Magdeburgo, 1610), francesa e italiana (a versão de Pietro Lauro de Módena publicou-se em Veneza, em 1544, 1559 e 1564). As traduções francesas foram, indiscutivelmente, as mais frequentes. A este propósito, convém mencionar a versão integral do tratado latino do cónego Claude Cotereau, publicada em Paris, em 1551 e 1552, a que se seguiram duas reedições, em 1555 e 1556, no mesmo local, mas enriquecidas com as revisões e anotações de Jean Thierry de Beauvaisis.⁹

No entanto, é importante notar que, cerca de onze anos antes, em 1540, o humanista francês Claude Meigret havia publicado, em Paris, uma primeira versão francesa parcial, apenas do terceiro e quarto livros do tratado de Columela¹⁰. Não podemos deixar de sublinhar a extraordinária coincidência de tanto Claude Meigret como Fernando Oliveira terem traduzido o tratado de Columela (um e outro apenas em parte), tanto mais que o humanista francês, natural de Lião, é o reputado autor da primeira gramática de língua francesa, saída a lume em 1550, na cidade de Paris¹¹. Não será de excluir, naturalmente, a hipótese de que Fernando Oliveira tivesse tido contacto com a obra de Meigret durante a sua passagem por França. O humanista lionês publicou ainda um tratado sobre o uso comum da língua francesa (Paris, 1542 e 1545), outras traduções de autores greco-latinos (Salústio, Políbio e Luciano) e uma versão francesa (Paris, 1555) do famoso tratado latino sobre a arte militar (*De re militari*) do italiano Roberto Valturio (1405-1475)¹².

⁹ Maestre Maestre (1997: 309-312) apresenta uma relação das principais traduções do tratado columeliano para as línguas modernas. Note-se, porém, que não refere as traduções parciais de Louis Meigret e de Fernando Oliveira.

¹⁰ *Le tiers & quatriesme liures de Lucius Moderatus Columella, touchant le labour, traduitz de langue latine en francoyse par Loys Megret*. Paris, Denis Ianot, [1542]. Veja-se a descrição bibliográfica pormenorizada desta obra, da qual se conhecem apenas dois exemplares à guarda da Biblioteca Municipal de Lyon e da British Library, publicada por Hausmann (1980b: 250-251).

¹¹ *Le tretté de la grammere françoeeze*. Paris, Chés Chrestian Wechel, 1550. A gramática teve uma edição moderna estabelecida por Hausmann (1980a).

¹² A obra de Hausmann (1980b) continua a ser o estudo de referência sobre a vida e obra do humanista de Lião.

A versão portuguesa de Fernando Oliveira, pese embora seja difícil precisar a data em que foi escrita, integra-se precisamente neste conjunto das primeiras traduções de Columela para as línguas vernáculas. Além disso, constitui a primeira das traduções conhecidas do Gaditano para qualquer uma das várias línguas faladas na Península Ibérica. Teriam ainda de decorrer mais de 200 anos para que a primeira tradução castelhana da autoria de Juan María Álvarez de Sotomayor fosse publicada, o que apenas viria a ocorrer em 1824¹³. No entanto, notava-se já, desde meados do século XVIII, um interesse renovado pela obra de Columela, a que não é alheio o papel preponderante que o postulado da fisiocracia concedeu à agricultura no progresso social e no desenvolvimento das nações. De facto, no último terço de Setecentos, assisteu-se em Espanha a um conjunto variado de iniciativas voltadas para o estudo, tradução e ilustração da obra de Columela. É este mesmo quadro ideológico, como bem assinalou Eduardo Franco (2000: 69-70), que parece motivar os responsáveis do periódico *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* (Paris, 1818-1822)¹⁴ a patrocinar a publicação da versão portuguesa de Fernando Oliveira do tratado de Columela, transcrita fielmente pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, a partir do único manuscrito conhecido, à guarda da então Biblioteca Imperial de Paris¹⁵.

Começando por ter existência autónoma, este manuscrito autógrafo, como comprovam a grafia isométrica e o estilo, acabaria incorporado numa miscelânea de outros manuscritos do autor, recebendo, por isso, uma nova paginação que convive com a primitiva. Este códice compósito, que pertenceu à biblioteca do cardeal Mazarino, entrou nos fundos da biblioteca parisiense em 1668. Registado, sob o n.º 5, no catálogo de Morel-Fatio, é actualmente o n.º 12 do *Fond Portugais*. Trata-se de um volume de 339 fólios que incorpora, sem qualquer preocupação temática ou cronológica, além da versão portuguesa do *De re rustica* de Columela (fls. 177-272), a *História de Portugal* (fls. 1-152), o *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal* (fls. 157-176) e a cópia incompleta da *Arte de gramática de lengua castellana d' Antonio de Nebrija* (fls. 273-339).¹⁶

¹³ Sobre a presença de Columela em Espanha, veja-se o importante trabalho de García Almendáriz (1995).

¹⁴ Os redactores desta revista de pendor científico, com periodicidade trimestral, do qual saíram ao todo 16 tomos, entre 1818 e 1822, foram Francisco Solano Constâncio, José Diogo de Mascarenhas Neto, Cândido José Xavier da Silva e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. Cf. Nunes (1987: 661-682).

¹⁵ A transcrição integral da versão portuguesa de Fernando Oliveira foi publicada, por partes, nos vols. IV-XII do periódico *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* (Brito, 1819-1821).

¹⁶ O códice foi descrito por Teyssier (1959: 360-362). Mais recentemente a história deste

A transcrição da versão portuguesa de Fernando Oliveira, publicada nos *Annaes* (tomos IV-XII), está precedida de uma nota introdutória de Cândido Xavier Dias da Silva («Sobre a Tradução dos Livros de *Re Rustica* de Columella, por Fernão d' Oliveira»), um dos redactores da publicação periódica, condenado à morte em Portugal e exilado em França desde o final das Guerras Napoleónicas, o qual assina os seus trabalhos apenas com duas iniciais do seu nome (C. X.). Segue-se-lhe uma breve «Notícia» sobre Fernando Oliveira da autoria do próprio transcritor, Francisco José Maria de Brito.

Cândido Xavier, mais tarde sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, é também autor de outros artigos dos *Annaes*, entre os quais destacamos, pela afinidade temática com o tratado de Columela, a extensa recensão que escreveu sobre uma obra de um outro ilustre redactor e colaborador do periódico: «Resenha Analytica – Georgicas Portuguezas por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque»¹⁷.

Fernando Oliveira, à semelhança de outros humanistas, estava perfeitamente consciente de que a língua materna era um factor essencial à unidade política, porquanto constituía um veículo privilegiado para a transmissão da cultura, da religião e do saber, formando uma comunidade nacional capaz de enfrentar o perigo externo que ameaçava a sua independência e, conseqüentemente, a sua própria existência. Assim se compreende, por exemplo, a opção inequívoca que toma em defesa da língua, ao compor a primeira gramática da Língua Portuguesa, dada à estampa em 1536¹⁸.

Há muito que se vivia em Portugal uma espécie de batalha linguística entre as línguas portuguesa e castelhana. As intensas e constantes relações entre os reinos ibéricos criaram em Portugal, durante décadas, uma corte bilingue, que potenciou naturalmente o uso do castelhano por alguns dos nossos maiores escritores dos séculos XV e XVI. O meio universitário constituiu um outro factor propiciador deste fenómeno, já que inúmeros alunos e professores portugueses frequentavam as mais reputadas universidades espanholas, das

códice, em particular no que concerne à versão do humanista português, foi objecto de um estudo de Tarrío (2008: 83-93).

¹⁷ Silva (1820: 3-25). Mousinho de Albuquerque publicou as *Geórgicas Portuguesas*, em Paris, no ano de 1820, dedicando-as à sua mulher, filha do próprio fundador dos *Annaes*, o desembargador José Diogo de Mascarenhas Neto, também exilado em Paris. Entre 1821 e 1822, Mousinho de Albuquerque publicou na revista vários artigos sobre agricultura portuguesa e indústria.

¹⁸ Oliveira (2000[1536]).

quais Salamanca era, à época, a mais conceituada. Do mesmo modo, eram também chamados a leccionar em Portugal mestres vindos de Espanha. O próprio Fernando Oliveira, convém recordá-lo, passou alguns anos da sua juventude em Espanha, sendo muito provável que tenha prosseguido os seus estudos no país vizinho.

Já vários poetas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516, haviam composto os seus poemas em português e castelhano, o mesmo acontecendo com nomes consagrados da literatura portuguesa como Gil Vicente, Sá de Miranda, Pêro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes, para não falar de Camões. Outros havia, todavia, que se revelaram defensores acérrimos da Língua Portuguesa como o próprio Fernando Oliveira, António Ferreira, Jerónimo Cardoso, João de Barros, Garcia de Orta ou Samuel Usque.

A versão da obra de Columela para português por Fernando Oliveira enquadra-se também, de certa forma, neste espírito de defesa da língua (e da nação portuguesa), porquanto o tradutor pretende facultar aos seus naturais o contacto directo, na sua própria língua, com uma obra da Antiguidade Clássica, de cuja enorme utilidade para o desenvolvimento da agricultura e da economia nacional parece estar convencido. A ajuizar pelo teor geral das anotações feitas à tradução, Fernando Oliveira não pretende apenas reabilitar as fontes clássicas, como é prática comum entre os humanistas. É que subjaz à sua decisão de verter o tratado agronómico latino a firme convicção de estar a praticar uma missão de grande utilidade para o interesse nacional, tal como tinha feito, no seu tempo, o próprio Columela¹⁹.

Ou porque Fernando Oliveira, entretanto, tivesse morrido, como tem sido proposto por alguns, ou porque, confirmando a inquietude típica do seu carácter, se tivesse dedicado a outra qualquer tarefa, a sua obra de tradução ficou inacabada. Para português, o autor só verteu o prólogo e o 1.º livro (um caderno de 34 fls.: 177-210), o 2.º livro (um caderno de 44 fls.: 211-254) e o 3.º livro, mas só até ao começo do capítulo IX (um caderno de 18 fls.: 255-272). Nesta versão, de importância inquestionável pela sua riqueza filológica, científica e cultural, são particularmente interessantes as anotações, por vezes com uma extensão significativa, que o autor vai intercalando, à guisa de comentário, ao texto de Columela.

¹⁹ Sobre as prováveis motivações que levaram Fernando Oliveira a traduzir o tratado de Columela, cf. Tarrío (2007-2008: 171-195).

O primeiro destes comentários situa-se no final do livro II, logo após o capítulo XXII que trata «das obras que se podem fazer nos dias das festas (...), conforme as leys dos sacerdotes gentios, pelos quaes se então governava a religião dos Romanos, tambem gentios» (fl. 250v). Trata-se de um excuro de âmbito catequético, onde o tradutor dá conta, em pormenor, das obrigações e licenças, diferentes das romanas, que deviam ser observadas, nos domingos e festas, pelos que professavam a religião cristã: não executar qualquer tipo de trabalho servil e «ouvir missa na sua freguesia, ou onde poderem, não desprezando o seu sacerdote» (fl. 251v). No sentido, talvez, de acautelar novos problemas com a Inquisição, aquando da publicação da obra, o tradutor contrapõe o que é dito em Columela ao preceituado pelos Mandamentos da Santa Madre Igreja, conforme rezam alguns manuais destinados a confessores e a penitentes²⁰.

Uma das obras mais significativas, neste género, é o *Manual de Confessores e Penitentes*, reformado e prefaciado pelo teólogo e canonista, Martín de Azpilcueta Navarro, em 1552, pouco antes de Fernando Oliveira ter sido nomeado corrector da imprensa da Universidade de Coimbra.²¹ Coube aos impressores João de Barreira e João Álvares²² a publicação da segunda edição do *Manual de Confessores e Penitentes*, que integrou, pela primeira vez, as correcções e acrescentos do Doutor Navarro e que viria a ter uma fortuna editorial assinalável.

Convém sublinhar que há uma relação de grande semelhança, em termos de forma e de conteúdo, entre a anotação de Fernando Oliveira e o que está preceituado em alguns capítulos do *Manual de Confessores e Penitentes* do Doutor Navarro, em particular no cap. XIII, subordinado ao título «Do terceyro mandamento [do Decálogo]. De guardar as festas...» (pp. 113-121), e no cap. XXI «Dos mandamentos da igreja: ouvir missa inteysa aos domingos e festas...» (pp. 332-336)²³

²⁰ Sobre a natureza e os objectivos deste tipo de literatura parenética, cf. Fernandes (1995: 47-65).

²¹ A primeira edição desta obra, atribuída comumente a Frei Rodrigo do Porto, foi publicada em Coimbra, em 1549, nos prelos de João Álvares. Sobre as sucessivas adaptações, traduções e edições deste manual, nomeadamente as da autoria de Martín Azpilcueta Navarro, vide Silva (1975: 355-403).

²² Note-se que foi o mesmo João Álvares que deu à estampa, em Coimbra, a segunda e última obra publicada em vida de Fernando Oliveira, ou seja, a *Arte da Guerra do Mar*, em 1555.

²³ Para fazer o cotejo com o texto de Fernando Oliveira, servimo-nos das edições conimbricenses de 1552 de 1560 (cf. Azpicuelta Navarro, 1552 e 1560). Citamos pela edição de 1560, da qual há duas reproduções digitais, uma na Biblioteca Nacional de Portugal, outra na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Na sequência deste comentário inicial de Fernando Oliveira, encontra-se uma outra anotação, desta feita de carácter eminentemente filológico, encabeçada pelo título «Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario» (fl. 252). Trata-se de uma advertência aos eventuais leitores da obra, cuja principal finalidade é aduzir os argumentos que, no juízo do tradutor, justificam a forma como verteu para português o nome de uma medida de sólidos (usada, em particular, para o trigo), «a que Columella e os outros Latinos, na sua lingua, chamão modio» (fl. 252). O «modio latino», nas palavras de Fernando Oliveira, «era medida tam pequena que se dava de reção para hum dia a hum boy ou besta» (fl. 252), ao passo que «os moyos portugueses são medidas grandes ou, para mais certo falar, são numero de medidas, tantas que abastão manter hum homem todo hum anno, e mays que anno» (fl. 252). O comentador demonstra, comparativamente, que o *modius* latino não corresponde, em termos de capacidade, ao moio português, apesar de a palavra portuguesa ter origem na latina. Por isso, decidiu adoptar o termo ‘almude’ para designar a medida original. Eis a forma como Fernando Oliveira justifica a sua opção (fl. 252v):

E, por tanto, não trasladey modio latino em moyo portugues, mas chamolhe almude, por que assy chamão em Aragão a hũa medida de cevada que dão a hum cavalo para comer hum dia, e assy chama Antonio de Nebrixa, bo grammatico, a duodecima parte da fanega castelhana, que he a nossa fanga, pouco mays ou menos. A qual duodecima parte de fanega, nem he alqueyre, nem meyalqueyre, nem quarta, nem ceromil, que são as nossas medidas (...) e nenhũa destas concorda com o modio latino, segundo a interpretação d’ Antonio de Nebrixa, homem douto na lingua latina, que diz que o modio latino he celamim ou almud castelhana, o qual he, como dixe, a duodecima parte da fanega.

Na verdade, a capacidade do moio português (780 a 840 litros) era muito superior à da medida latina da qual herdou a designação (*modius*: 8,7 a 9,3 litros). Por conseguinte, o uso da palavra ‘moio’ na tradução portuguesa poderia facilmente induzir os leitores em erro. Assim, o tradutor resolve usar o termo ‘almude’, cuja equivalência ao *modius* latino, não sendo propriamente exacta, já se aproxima pelo menos em termos de ordem de grandeza. De facto, o *modius* latino tem uma capacidade de 8,7 a 9,3 litros e o almude, na época de Fernando Oliveira, variava entre os 4,6 litros do almude castelhano, valor dado por Nebrija, e os 16,5 a 17,5 litros do almude português. É sensivelmente

a meio deste intervalo de variação dos almudes ibéricos que se situa a capacidade do *modius* romano²⁴.

É de sublinhar o respeito que Fernando Oliveira manifesta pelo mestre salmantino, Antonio de Nebrija, em cuja autoridade fundamenta a sua opção pelo uso de ‘almude’ como tradução mais adequada para o *modius* latino. O autor da primeira gramática castelhana, a primeira de uma língua vernácula, havia publicado, em 1510, um discurso proferido no Estudo de Salamanca sobre medidas latinas, ilustrado com inúmeras citações de autores greco-latinos²⁵. Julgamos ter sido esta a fonte privilegiada do tradutor português, porquanto Nebrija esclarece, nesse estudo, o sentido exacto do vocábulo latino *modius*, recorrendo, aliás, à citação de um passo do livro II do próprio tratado de Columela²⁶. Evidenciando um notável sentido prático, não repugnou a Fernando Oliveira adoptar um vocábulo, alegadamente da língua castelhana²⁷, por entender ser a solução mais adequada para resolver o problema, com a seguinte justificação (fl. 252v):

E poys não temos esta medida, nem o nome della, não he inconveniente, mas antes he necessario tomallo donde o ha e dos mays vezinhos, cuja linguagem he quasi como a nossa e communica muntos vocabolos com a nossa.

Segue-se uma terceira nota do tradutor, com o título «Outra addição do trasladador» (fl. 253), cujo objectivo é colmatar uma falha do tratado latino, «por quanto Columella, neste segundo livro, em que trata da sementeyra do pão e legumes, não faz menção de centeo, o qual em Portugal he munto acostumado» (fl. 253). Fernando Oliveira procura complementar os dados fornecidos pelo tratado latino sobre os cereais, em face das características específicas da realidade portuguesa, «por não deyxar os nossos lavradores sem a doutrina nesta parte necessarea» (fl. 253). No sentido de suprir esta lacuna,

²⁴ Segundo Antonio de Nebrija, nas palavras de Fernando Oliveira, 1 módio latino = 1 celamin castelhano = 1 almude castelhano = 1/12 fanega castelhana (= 4,6 litros). Estamos gratos a Luís Seabra Lopes pelo auxílio que nos prestou no esclarecimento das relações estabelecidas pelo tradutor entre a capacidade das medidas castelhanas e portuguesas. Remetemos os interessados nesta matéria para os estudos de Lopes (2003: 113-164) e (2005: 42-48).

²⁵ Nebrija (1981 [1510]).

²⁶ Sobre os ecos de Columela na obra de Nebrija, cf. Hinojo Andrés (1991: 333-342).

²⁷ A justificação apresentada por Fernando Oliveira é simplesmente inexplicável, dado que o ‘almude’ existiu em Portugal, desde época anterior à fundação da nacionalidade, e manteve-se em utilização constante ao longo dos séculos. Foi, aliás, umas das principais medidas em Portugal, a par do alqueire e do moio, e fazia parte do sistema legal português no tempo do tradutor.

segue uma metodologia que assenta em três planos complementares: pesquisa de outras fontes documentais («achey em Plinio hũa semente a que elle chama *secale*», fl. 253), contacto directo com agricultores portugueses conhecedores da matéria e recurso à sua própria experiência pessoal. Ouçamos, nas palavras do tradutor, a enunciação deste processo hermenêutico que configura uma postura verdadeiramente experientialista (fls. 253-253v):

Estas qualidades que põe Plinio do secale parecem ser as do centeo, e em nenhũa outra semente põe outras que tanto se pareção co elle. Mas, nem ainda assy nos ensina o que nos cumpre, pello que me foy necessario enformarme d'alguns lavradores da nossa terra, homens entendidos e de experiencia, dos quaes soube que o centeo quer terra solta e bem esterçada e a sua sementeyra he sempre // temporãa, no mes de Setembro, antes que venhão os frios, e se as terras são frias em Agosto (...). Eu o vy jaa nacido em oyto dias, por andar d'Agosto, na serra do Touro, perto de Lamego.

Como apêndice do capítulo terceiro do livro III, encontra-se a última anotação do gramático português, novamente de pendor filológico, sob o título «Declaração d'algũas palavras deste capitolo terceyro do terceyro livro» (fl. 265v). Desta vez, o tradutor justifica a razão pela qual decidiu preservar na sua versão algumas palavras latinas relativas a moedas e a medidas, começando por afirmar (fl. 265v):

Neste capitolo, ficão certos vocabolos de moedas e medidas, os quaes deyxe na forma da lingua latina, não por falta de vocabolos portugueses, mas por que não respondem precisamente as nossas aas dos Romanos.

Nesta ocasião, ao invés do que fizera em relação à tradução do *modius* latino, Fernando Oliveira decide manter na sua versão alguns vocábulos latinos relativos a moedas (*sestercio*, *numo*, *usura semissis*) e a medidas (*culeo*, *amphora* e *urna*), discorrendo largamente sobre o valor das moedas e a capacidade das medidas. Sem prejuízo de consultar outros autores clássicos, o filólogo português enuncia, por diversas vezes, a sua fonte principal, ou seja, Guillaume Budé, que era, à época, autor do mais famoso tratado sobre moedas, pesos e medidas latinos (*De asse et partibus eius*). Recorre, de novo, à sua experiência pessoal no comentário comparativo entre o valor das moedas romanas, francesas (o termo de comparação do humanista francês) e

portuguesas. É nesse sentido que volta a dirigir-se directamente aos leitores do seu trabalho (fls. 265v-266):

Por tanto saybão os leytores que sestercio era hũa moeda romana, a qual diz Guilhelme Budeu que valia tanto como dez dinheyros de França, os quais fazem quasi meo vintem de Portugal, por que cada hum dinheyro de França val quasi hum real de Portugal. Digo quasi, por que os reaes de Portugal são algum pouco mayores que os dinheyros de França, tanto que hum real de prata não // val mays que trinta e seys reaes e dous ceytis de Portugal, e dos dinheyros de França val mays de quorenta.

Jerónimo Cardoso, que teceu rasgados elogios a Fernando Oliveira, numa das suas epístolas latinas²⁸, é também autor de um pequeno tratado sobre moedas gregas e latinas, pesos e medidas, publicado em Coimbra, em 1561, nos prelos de João Álvares²⁹. Coubera a este mesmo impressor, como é sabido, dar à estampa a segunda e última obra publicada em vida de Fernando Oliveira, ou seja, a *Arte da Guerra do Mar*, em 1555, pouco depois de o egresso dominicano ter sido nomeado corrector da imprensa da Universidade de Coimbra, a 18 de Dezembro de 1554. Nas palavras de Justino Mendes de Almeida (1965: 7), a referida obra do humanista de Lamego, terra em que o nosso autor, curiosamente, confessa ter visto os campos de centeio, «é uma espécie de sumário, à maneira de anacefaleose, da matéria contida no tratado do grande humanista francês Guillaume Budé (Gulielmus Budaeus): *Libri V de asse et partibus eius* (1514)», tendo sido posteriormente incluído no *Dictionarium Latinolusitanicum*.

A extraordinária mundividência de Fernando Oliveira concedia-lhe, evidentemente, um conhecimento apurado que lhe permitia relacionar, com relativa facilidade, o valor das moedas latinas, francesas e portuguesas ou a capacidade das medidas de vários países. Convém não esquecer que o humanista aveirense é filho de um tempo novo em que a aritmética adquire uma importância cada vez maior na descrição do real³⁰. Não será demais recordar, por exemplo, que o cristão-novo João Fernandes, o livreiro mercador, em cuja

²⁸ Referimo-nos à epístola de «Hieron. Cardosus Ferdinando Oliuerio suo S. P. D.», publicada em Cardoso (1556: 29-30). A referida carta foi editada e traduzida, em primeiro lugar por Mendonça (1898: 71-72 e 143-144); e, mais recentemente, por Reis (2009: 178-181).

²⁹ Cardoso (1561). Esta obra acaba de ser reeditada e traduzida por Reis (2009: 82-105).

³⁰ Cf. Almeida (1994), 2 vols.

loja Fernando Oliveira foi interpelado pelo seu inimigo João de Borgonha³¹, patrocinou a segunda edição do primeiro e mais famoso tratado quinhentista português de aritmética (*Tratado da Prática d'Arismética*), publicado em Lisboa, em 1530, da autoria de Gaspar Nicolás.

Mesmo inacabado, este exercício de versão para português do tratado agrícola de Columela (o primeiro na Península Ibérica) revela-nos um autor ciente de que o seu trabalho, com esclarecimentos práticos e utilitários, seria de enorme proveito para a agricultura nacional, votada ao abandono, em consequência do recrudescimento do comércio marítimo. A sua preocupação com a exactidão e clareza da matéria, em que se cruzam, de modo fecundo, os dados fornecidos pelas fontes antigas e modernas e pela própria experiência pessoal, é disso prova evidente. E tal preocupação define uma nova atitude perante o saber, característica do humanismo português, de que o autor é, sem dúvida, um dos mais lídimos representantes.

³¹ No calor desta altercação com o também livreiro Luís de Borgonha, Fernando Oliveira veio a terreiro em defesa de Henrique VIII, o que lhe havia de valer um processo inquisitorial, na sequência do qual foi preso e sentenciado em auto-de-fé, em Setembro de 1548 (IAN-TT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 12099). Veja-se a transcrição integral do feito-crime de Fernando Oliveira publicada por Mendonça (1898: 99-128).

Fernando Oliveira, Columela e a crise da agricultura no século XVI

ANA MARÍA S. TARRÍO
Universidade de Lisboa

*... va en siete años
que no cojo pan ni nada
en mis heredades
con los inviernos tamaños
que todo asuela la helada
y tempestades.*

Gil Vicente¹

A crise agrícola descrita pelo ‘Lavrador’ da *Devisa de Coimbra* de Gil Vicente, representada para D. João III em 1527 em Coimbra, está longe de ser mera figuração teatral sem referente histórico ou até circunstância contextual episódica. Diversas fontes registam sucessivas crises da agricultura durante o século XVI. As populações do reino assistiram a uma sequência impressionante de carestias cerealíferas e de bens básicos de consumo, com consequentes fomes, epidemias e deslocações maciças para as cidades. A dependência da importação do estrangeiro, especialmente de cereais, estava sujeita por seu lado ao perigo de tempestades e naufrágios.

A Fernando Oliveira seguramente não escapou o drama destas recorrentes fomes colectivas no seu país, à frente de uma Expansão que abria novas rotas comerciais, potencialmente tão gananciosas. Paradoxo que enfrentou de diversas maneiras na sua obra e padeceu na própria carne. Será portanto

¹ Gil Vicente. *Devisa de Coimbra*, 2002, I, vv. 205-210: 457.

esta realidade histórica e os seus reflexos directos e indirectos na literatura um contexto que necessariamente deverá considerar-se no estudo da sua tradução da obra *Da Agricultura (De re rustica)* do autor romano Columela, uma tradução que obedeceu, no entanto, como apontámos em estudo anterior, a uma confluência de interesses diversos, entre eles, a construção naval (Tarrío, 2006).

A tradução de Columela, a primeira na Península Ibérica, antecede em dois séculos à primeira tradução castelhana, incompleta também e entendida pelo seu autor, Cándido María Trigueros (1736-1798), como prova e expressão da sua vontade cívica de ser útil à nação. Uma tradução concebida no espírito das Luzes e instigada pelo ministro e académico Gaspar Melchor de Jovellanos, por sua vez autor de vários opúsculos económicos e interessado particularmente na reforma da Agricultura².

Com a sua monográfica preferência por Columela, Fernando Oliveira destaca-se igualmente dentro da tradição agrónoma lusitana, antecipando as inquietações e tendências dos políticos e cientistas do período iluminado (concretizadas particularmente nas *Memórias de Agricultura* produzidas pela Academia das Ciências) e a prosa racionalista de António Sérgio, antes das sólidas investigações de Orlando Ribeiro, Oliveira Marques e Magalhães Godinho e a ciência agrónoma moderna³.

Os manuais tratadísticos medievais sobre Agricultura caracterizavam-se, com efeito, pelo hibridismo das fontes (árabes e cristãs) com clara preponderância de Paládio, mais sintético e pragmático, sobre Columela, o príncipe dos autores agrónomos romanos que foi recuperado pelos humanistas pela sua vontade de estilo e pela inserção da agricultura no conjunto dos problemas económicos e políticos imperiais. Não sabemos efectivamente a que tipo de obras latinas ou vernáculas correspondem as obras de 'Agricultura' que figuram no catálogo dos livros que possuía El-rei D. Duarte, catálogo conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, ms. 3.390, fol. 163 v. Entre as obras latinas figura uma 'Agricultura que foi de João Pereira' e, entre as portuguesas, uma 'Agricultura que foi del-Rei D. João' (Sá, 1960; 563, 565). Poderiam ser cópias manuscritas de algum dos autores rústicos

² Esta tradução conserva-se na Biblioteca Menéndez Pelayo, *Papeles de Trigueros*, documentos analisados com pormenor por García Armendáriz (1995: 145-157); cf. Aguilar Piñal (1987).

³ Considere-se o importante conjunto de ensaios sobre agricultura portuguesa promovidos e publicados pela Academia das Ciências no século XIX, agora editados por Cardoso (2002); cf. Salazar (1916); Sérgio (1941, 1974a, 1974b); Godinho (1959); Ribeiro (1941).

latinos ou bem obras medievais sobre agricultura (em grande medida, por seu lado, baseadas nos primeiros), como a obra de Pietro de Crescenzi (Petrus de Crescentiis), *Ruralium Commodorum Libri XII*, que se serve de Catão, Varrão e Paládio mas não de Columela⁴. Em todo caso, estas ocorrências bibliográficas revelam a consciência, nos primeiros decénios do século XV, da importância de um saber técnico de agricultura na esfera laica, por parte dos quadros dirigentes. Tal como sucedeu com a matéria política (as traduções de D. Duarte e do Infante D. Pedro), a dinastia letrada de Avis foi consciente da necessária formação técnica de agricultura, saber que tinha sido especialmente frutífero nas aplicações cistercienses (Duby, 1977: 248-49; 1979: 97 ss.; 1988: 127-28; Barbosa, 1992: 103; Armendáriz, 1995: 39-67).

A singularidade desta tradução ganha, por outro lado, dimensão se a confrontarmos com os tópicos relativos à célebre fertilidade portuguesa do Paraíso Ocidental, fortemente enraizados no século XVI, essa história de mitos inoperativos e de desconhecimento das verdadeiras condições económicas que determinaram e complicaram a evolução do país⁵.

1. A carestia cerealífera e o mito do *Elysium* ocidental

O ‘Lavrador’ de Gil Vicente poderia aproximar-se do tipo de público que Fernando Oliveira visava idealmente com a sua tradução: os proprietários das terras preocupados pela produtividade dos seus domínios: «Muntas vezes ouço queyxa os princepes da nossa cidade contra a lavoura de agricultura, dizendo que não responde como soya. E a causa disso huns dizem que he a esterelidade das terras e outros a destemperança do ar, que pello espaço dos tempos se muda. Outros querendo com alguma razão moderar estes queyxumes, dizem que a terra cansada e escurecida pella munta fructificação que fez antigamente, não pode jaa manter os homens como dantes fazia. As quaes causas, Publio Silvino, eu tenho por incertas, por que não devemos

⁴ A obra de Pietro de Crescenzi constitui fonte principal, por sua vez, para Alonso de Herrera (1480-1539), *Obra de Agricultura*, encomendada pelo Cardeal Cisneros. Sobre esta obra, compêndio de fontes medievais, árabes e clássicas (incluindo Columela), veja-se Armendáriz (1995: 10, 99-106).

⁵ «L’agriculture, cependant, était affectée non seulement par le climat, la pauvreté du sol et l’insuffisance de terres arables, mais surtout par l’indifférence de la classe dirigeante qui, pendant des siècles, avec l’exception de l’action de l’ordre de cister au Moyen Âge, ne l’a jamais considérée comme un secteur essentiel», Rosado Fernandes (2006c: 321). Cf. Oliveira Marques (1968: 12). Uma análise mais recente, numa perspectiva quantitativo-estatística, pode ver-se em Pereira (2003: 319-345).

cuydar que a terra envelhece como os homens...» (Fernando Oliveira, fol. 177). Esse 'Lavrador' vicentino de nobre estirpe que foge de perigos ou crimes não especificados⁶ depara-se com uma actividade agrícola que o conduz à total ruína financeira, com a destruição das colheitas por adversidades climatéricas:

*Estoy de hijos cargado
Lloran por mantenimiento
empós de mí.
La nieve mató el ganado
La fruta llevóla el viento
Por ahí.
Las yerbas secó el frío
Las legumbres no nacieron
Mal pecado
Ni lleva peces el río
Hasta las aves se fueron
Del montado⁷.*

Uma adversidade análoga relata, perante o mesmo rei D. João III em 1533, desta vez na cidade de Évora, João Mortinheira, personagem da *Romagem dos agravados*:

*Que chove quando não quero
e faz hum sol das estrelas
quando chuva algũa espero.
Ora alaga o semeado
Ora séca quant'í há,
Ora venta sem recado,
Ora neva e mata o gado
E ele tanto se lhe dá⁸.*

⁶ 'Yo soy hombre generoso/ de noble sangre nacido/ y por huir/ del estado peligroso/ mudé por no ser perdido/ mi vivir/ escogiendo por mejor/ para el ánima salvar/ de afrenta/ la vida del labrador/ que no tiene de que dar/ tanta cuenta', Gil Vicente, *Devisa de Coimbra*, 2002, vv. 169-180: 456.

⁷ Gil Vicente, *Devisa de Coimbra*, 2002, vv. 211-222: 457.

⁸ Gil Vicente, *Romagem de agravados*, 2002, II, vv. 78-85: 122.

Uma constelação de fontes de diverso carácter corrobora o substrato histórico das peças de Gil Vicente. Francisco de Andrada na sua *Crónica de D. João III* noticia ‘anos estéreis e dificultosos e muito diferentes do que antes eram principalmente o ano de 1521, no qual por falta de água e secura do tempo se danaram as produções...’, informações reiteradas por outros autores contemporâneos como Fr. Luís de Sousa, Rui Fernandes, Cristovam Rodrigues Acinheiro⁹.

Garcia de Resende na sua *Miscellanea* refere também estas esterilidades contemporâneas, os campos ermos, a carestia e os altos preços dos mantimentos. Até especifica que em Évora o ‘moyo’ de pão valia quinze e vinte mil reaes e que agora subia a setenta mil e mais. Recorda um ano não especificado em que se comprava o alqueire de pão por 8 ‘reaes’ e que posteriormente se viu que não se achava por um cruzado¹⁰.

Terríveis e recentes à elaboração da tradução de Fernando Oliveira tinham sido as crises cerealíferas de 1567 e 1568, agravadas pela maleita bubónica, crises que até a estilizada poesia bucólica de Diogo Bernardes integrou nos seus versos. Na Égloga XII, ‘Deploratória ao Senhor Dom Duarte, no tempo do mal’, aponta como principal problema, raiz da doença espalhada, a fome:

*Não ves que tal fogo entre nós arde[...]
Derramando-se foi por cada malha
e ora aqui, ora acolá se atea.
Se quem tudo governa não atalha [...]
Tem dó de quantos fica consumindo
não digo esta peçonha, a fome digo
que della muito mais estão caindo¹¹.*

⁹ Francisco de Andrada (1976: 28-31), Rui Fernandes (1926: 573). Também Cristovam Rodrigues Acinheiro (1926: 340ss.) indica o ano de 1535 como um ano espantoso de fomes. Sobre a fome de 1542 e as causas nas esterilidades passadas, veja-se Fr. Luís de Sousa (1951-54, II: 273); uma relação de fontes quinhentistas das oscilações climáticas e as suas consequências encontra-se em Oliveira (2006: 107-140).

¹⁰ ‘Viimos esterilidades [...], e viimos ja lavradores/ pagar seus dizimos bem,/ pagar bem a seus senhores/ darlhe Deus anos melhores/ dos que lhes agora veem/ trigo, ceuada, centeo/ furtam quasi de permeo/ e deitam terra no pam’; [...] ‘Vii grandes perdas no mar/ maas novidades na terra/ muitas mudanças no aar...?’ [...] ‘Vii muytos matos romper/grandes paules abertos/ muitas herdades fazer/em terras, matos desertos/ veemos ho pam mais valer/ veemos tudo levantar’; [...] ‘Vijmos em Evora valer/hos moyos de pam yguaes/quinze vijnte mil reaes/agora ho veemos vender/a septenta mil e maes/ anno vij tam abastado/ que a octo reaes comprado / foy o alqueire do pam/ outro vijmos em que nam/se achava por huo cruzado’, Garcia de Resende, 1994, estrofas 209, 211, 214, 232, 233: 575-76, 579-580.

¹¹ Diogo Bernardes, ‘Deploratoria ao Senhor Dom Duarte, no tempo do mal’, 1946, II,

Após a Grande Peste de 1559-60, seguida de maciça deslocação de populações, seguiram-se novas crises de mantimentos em 1574-1580, acompanhadas de chuvas e destruições¹², justamente nos anos em que Oliveira se ocupava do tratado latino. Contemporaneamente (1578-80), um autor italiano anónimo escrevia uma descrição de Portugal onde relata importantes faltas de pão e alude à pobreza da produção agrícola, descrevendo uma terra seca, arenosa, inculta e pobre, de maneira que ‘não tem o reino colheita própria com que possa sobreviver um mês’¹³. Outros estrangeiros corroboraram a impiedosa descrição deste autor anónimo, se bem que dum ponto de vista bem mais ponderado, como Sebastião Münster. A comparação de Portugal com a Gália resulta na superioridade agrícola desta última, devido à mais favorável regularidade pluviométrica desta região e à maior quantidade e qualidade dos solos aráveis (Sebastião Münster, 1540: fol. aa 3, 160ss.; Rosado Fernandes, 2006a: 263ss.). Por outro lado, compre recordar que o anónimo autor italiano, tal como Clenardo, refere-se sem dúvida ao território Sul do País, âmbito principal de localização da corte, onde eles residiam e onde se sitúa o ponto de vista dos seus relatos.

A tese de Columela (o principal problema não é a terra ou o clima mas a ignorância dos seus cultores) enfrentava a imperiosa verdade dos climas adversos e os solos pobres, tão amargamente exposta pelas personagens de Gil Vicente, com uma atitude diversa, obviamente cara a Oliveira, a da autoresponsabilização. Na referida peça *Romagem de Agravados*, a violência destruidora da Natureza lamentada por João Mortinheira encontra-se entre os imponderáveis da fortuna que Frei Paço aconselha esquecer: «Agravos que nam tem cura/ procurai de os esquecer/ que impossível é vencer/ batalha contra ventura/ quem ventura nam tiver» (Gil Vicente, 2002, II, vv. 1046-1050: 150). Os agricultores vicentinos, abatidos pela desolação, limitam-se a queixar-se perante idêntico destinatário: o Deus que governa uma Natureza enlouquecida que parece prefigurar as actualíssimas ‘mudanças climáticas’: ‘Vedes vós eu padre digo/ que tempere a invernada/ e leixe criar o trigo./ Mas

vv. 7: 11-13, 20-21: 86. Cf. o comentário de Oliveira (2006: 124-125). O poeta evidencia a consciência desta ruptura dos limites canónicos da poesia palaciana: ‘Quem isto vendo está, Alpino amigo/ como queres que cante, e viva lédo? Diogo Bernardes, ‘Egloga X. Sylvio. Alcido’, 1946, vv. 22-23: 86. Ainda no género elegíaco encontramos o tema das sequias e fomes também na *Égloga de Jano* de Bernardim Ribeiro.

¹² Estes deslocamentos de população, abandonando “os lares, derreados pela fome, fraqueza e doenças, a caminho dos centros urbanos” repetiram-se nos últimos anos do século XVI (Oliveira, 2006: 127-128).

¹³ A crise cerealífera desses anos motivou proibições de venda ao estrangeiro de cereais, como sublinha Oliveira Marques (1985: 112, 114, 115, n. 126, 118).

ele de tençoeiro/ sem ganhar nisso ceitil/ vai dar chuvas em Janeiro/ e geadas em Abril/ e calmas em Fevereiro./ E névoas no mês de Maio/ e meado Julho pedra./ Eu trabalho atás que caio/ pardeos ele que é meu aio/ cada vez mais me desmedra' (Gil Vicente, 2002, II, vv. 103-115: 122-123). João Mortinheira, como o nobre 'Lavrador' da *Devisa de Coimbra*, desesperam já da oração, remédio proposto por Frei Paço e o Ermitão respectivamente e que em nada os ajuda, roçando as suas recriminações os limites do desacato sacrílego: 'qu'eu sam pobre coma cão, / e cada dia lho digo/, e folga se vem à mão./ Não me presta nemigalha/ oferta nem oração/ ora dá palha sem grão,/ ora não dá grão nem palha,/ senão enfinda oppressão' (Gil Vicente, 2002, II, vv. 143-150: 123).

Neste contexto, a decisão de traduzir Columela ganha dimensão por contraste: significava divergir do argumento cristão da paciência, o imobilismo do expediente divino, da oração desesperada oscilando entre a súplica e a recriminação a Deus. A lição romana apelava a um princípio de racionalidade primordial que encontramos até na estilizada poesia bucólica de Diogo Bernardes ('Egloga X. Sylvio. Alcido', 1946: 73): «Perio, os campos do Tejo bem nacido./ Se tu os não cultivas, nem grangeas/, vejo o trigo em aveia convertido».

O verdadeiro diagnóstico das causas das sucessivas carestias agrícolas, reiterado nestas fontes quinhentistas (adversidades climatéricas e terras pouco férteis), é confirmado pela investigação historiográfica (Oliveira Marques, 1968; Feio, 1991) e contrasta com o tópico da prodigiosa fertilidade da terra portuguesa, que desde os autores antigos se vem repetindo por diversos escritores e analistas até o século XX.

Este tópico constitui o dado adquirido que sustém um segundo tópico de parecida celebridade: trata-se da tese clássica que explica a deficiência de cereais pelo abandono dos campos em prol das actividades comerciais e militares derivadas da Expansão Ultramarina (Oliveira Marques, 1985: 28), tese já magnificamente sintetizada por Francisco de Sá de Miranda nos célebres versos da carta a Antonio Pereira: «Mas temome de Lisboa/ que ao cheiro desta candela, o Reyno no[s] despovoa» (Sá de Miranda, 1994: 42).

A fertilidade natural da terra pátria e a absorvente empresa ultramarina constituem também os argumentos principais de Damião de Góis contra Sebastião Münster e a sua visão menos edénica da Hispânia, *Pro Hispania aduersus Munsterum defensio*¹⁴.

¹⁴ A réplica de Góis a Münster anexou-se ao seu opúsculo *Hispania*, publicado em Lovaina, em 1542, e reeditado na edição dos *Opuscula* de Lovaina (1544) com o título *Pro Hispania*

A falta de mão de obra derivada da Expansão constituiu porém, segundo Oliveira Marques, apenas um dos ingredientes da crise celearífera quinhentista, e esta compensava-se, por outro lado, com os notáveis contingentes de escravos procedentes das conquistas, população registada abundantemente em fontes contemporâneas (Oliveira Marques, 1985; Caldas, 1998: 127-184). O humanista flamengo Clenardo refere a importância do trabalho escravo numa carta em que precisamente sublinha o desprezo da nação portuguesa pela Agricultura, inserido numa característica preguiça perante todo o trabalho manual, compensada pela actividade de escravos e estrangeiros¹⁵.

Por outro lado, esta carestia de mão-de-obra está longe de ser especificidade do período quinhentista. Constitui antes situação crónica que deriva de problemas estruturais e que a documentação regista de maneira particularmente aguçada desde o século XIV. A permanente falta de cereais e as sucessivas crises de subsistências, com episódios particularmente dramáticos nas cidades, é uma constante na vida quotidiana portuguesa desde a Idade Média e foi motivada principalmente pelo desfavor das condições naturais que o citado historiador coloca em primeiro lugar, na teoria explicativa do *deficit* crónico do país em cereais para consumo. Às deficiências naturais do território, e às incidências climatéricas adversas, sumava-se, com efeito, a falta de mão de obra, motivada sobretudo por epidemias e pestes, por sua vez estritamente relacionadas com a deficiente alimentação, e pela conseqüente fuga para as cidades¹⁶.

A entrega do trabalho agrícola a escravos seguramente comportava, no entanto, importantes desvantagens para a produtividade, ao menos na primeira geração, pelo deficiente conhecimento técnico deste tipo de trabalhador, habituado a culturas notoriamente diversas. Neste caso, a intervenção formativa por parte de proprietários conscientes dos problemas concretos seria ainda mais decisiva.

aduersus Munsterum defensio. Veja-se a tradução portuguesa de Dias de Carvalho, in Damião de Góis (1945: 111-120).

¹⁵ Damião de Góis, 'Carta a Látomo', in Cerejeira (1947: 251-254). Cf. a análise desta carta no contexto da polémica de Góis com Munster, em Rosado Fernandes (2006a: 287-288). Cf. Hirsch (1967: 130-39) e Nascimento (2002: 55).

¹⁶ Um momento de crise de mão-de-obra derivou da peste negra de 1348 que afectou a toda Europa e diminuiu, nalguns casos, 50% da população em Portugal (Oliveira Marques, 1968: 33, 53, 150 e especialmente as conclusões: 283-285). Cf. Oliveira (2006: 107-140). Segundo Oliveira Marques (1968: 239-262), estas crises de subsistências seriam uma das motivações que impulsionaram as expedições na Costa Africana desde o séc. XV, ainda que afinal estas praças acabassem por ser parasitárias das reservas metropolitanas, assim como as da Madeira e das Ilhas dos Açores. A tese tinha sido avançada por Sérgio (1974) e foi matizada e completada por Godinho (1947).

Focando o problema da inatividade portuguesa e a sua relutância ao trabalho prático, Clenardo identifica o cerne da questão do ponto de vista de Fernando Oliveira, que, tanto no seu trabalho com Columela como na elaboração dos seus tratados técnicos, insistiu na necessidade de dirigentes formados, implicados e actuantes nas áreas específicas de que são responsáveis, na necessidade enfim de uma mudança das mentalidades.

Nos antípodas da resignação perante a ‘Ventura’ do Frei Paço vicentino, a proposta do tratado de agricultura traduzido por Oliveira é racionalizar o cultivo mediante o conhecimento e a prática de proprietários da terra que não tenham pejo em sujar as suas mãos no controlo directo das fazendas, à imitação do *uir republicanus* romano, por seu lado um arquétipo invocado por Columela com tanta mais premência na Roma Imperial quanto mais os patrícios romanos perdiam o vínculo real com a horta em favor do jardim (Grimal, 1969). A consciência dos problemas técnicos significa enfim uma forma de afastamento do tópico secular da prodigiosa fertilidade de Portugal, evocada estrategicamente por Damião de Góis em primeiro lugar na sua alegação contra Munster¹⁷.

O tópico vinha-se repetindo em diferentes tipos de prosa medieval como a lei das *Sesmarias* (1375) e a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara (1915: 20) e também é assumido como dado incontestado nos autores dedicados à descrição da terra pátria do século XVI, como João de Barros, na sua *Geographia de entre Douro e Minho* e Duarte Nunes de Leão na *Descrição do reino de Portugal* (2002, cap. 34: 203-208) actualizando as versões que encontramos no itinerário de meados do século XV escrito por Georg von Ehingen¹⁸ e no *Diario da Viagem e Jornada da Infanta Leonor, Emperatriz de Alemanha* de Nicolaus Lanckman von Valckenstein, de 1451¹⁹.

A localização do *Elysium* a Ocidente, concorrendo com a localização mítica das Ilhas Afortunadas, consolida-se durante a Idade Média e encontra concretização na etimologia lendária da fundação de Lisboa, seja a *Elisponia* da *Chronica Gothorum* ou *Olissipo*, lugar escolhido pelo herói homérico Ulisses

¹⁷ Damião de Góis, *Defesa da Espanha contra Muenster*, in Dias de Carvalho (1947: 93).

¹⁸ ‘darin wachsen die aller besten sussessten Frucht, von Wein, Korn, Oel, Zucher, Honig, Weinbeer, und hat vil Saltz’ (‘ai [Portugal] crescem os melhores e mais doces de todos os frutos, como vinho, trigo, azeirte, açúcar, mel, uvas, e tem muito sal’), Georg von Ehingen, 1600, fol. d. A tradução é de Oliveira Marques (1968: 26, n. 19).

¹⁹ ‘ibi est abundantia panis, uinis, et olei boni et multi fructus arborum...’ in Sousa (1949: 347).

pelas suas qualidades superiores, como já regista a *General Estoria* de Afonso X e recupera André de Resende²⁰.

A prestigiante gênese do motivo explica a sua provada resistência, pois ele constituiu ingrediente preceptivo do *topos* das *laudes Hispaniae*, tópico com raízes romanas e consolidado nos autores peninsulares, desde Isidoro de Sevilha. Tratava-se da reelaboração ocidental das *Laudes Italiae*, que identificam o esplendor imperial como consequência da riqueza natural da terra pátria, em cultivos e inteligências, um tópico repetido nos autores romanos e que Oliveira encontrou inclusivamente no prólogo de Columela: «E por tanto nesta terra Latina, que por outro nome chamão Saturnia, onde os deoses ensinarão semear, e ouve grande fartura, agora nos desbaratamos por que nos tragão mantimentos daalem do mar, por não perecermos aa fome. E da Grecia, Hespanha, e França recolhemos o vinho. Porém não he muito ser assy, pois a agricultura veo em tanto desprezo antre nos, que he havida pelo mays bayxo e vil officio de todos e tanto que parece aos homens, que não tem necessidade de ser aprendida» (Fernando Oliveira, fol. 180-180v).

Claro que o tópico secular da fertilidade da terra-mãe que lidera impérios assume no agrónomo romano uma funcionalidade diversa da mera apologia pátria. Aqui, o motivo utiliza-se como estratégia retórica para sublinhar o desleixo técnico dos contemporâneos, como uma forma de ingratidão à terra e à tradição pátrias. Desde o início da sua tradução, Oliveira sem dúvida notou o completo paralelismo com a situação de Portugal nesta referência à agricultura descurada e aos consequentes problemas da dependência da importação de bens do estrangeiro («agora nos desbaratamos por que nos tragão mantimentos daalem mar, por não perecermos aa fome» Fernando Oliveira, fol. 180v).

Com efeito, o seu século abriu-se com a permissão manuelina da importação de cereais, processo em absoluto desconhecido na Idade Média, mas constantemente refreado e até castigado pela Coroa²¹ até que os letrados manuelinos modificaram finalmente as leis, marcando o início de um novo período, precedido pelo comércio hanseático, para a agricultura portuguesa. Avançando o século, a importação de cereais, procedente há muito das

²⁰ Sousa (1949), Martins (1983: 85-94), Nascimento (2006: 17, 23), Rosado Fernandes (2006b: 421-443).

²¹ Oliveira Marques, 1968: 23ss., 150-171, assinala o clima irregular, agreste, a escassa fertilidade do solo, só inteiramente satisfatório em poucas regiões do país e francamente desfavorável para a cultura do trigo. Sobre os registos medievais de importação de cereais e as leis restritivas.

planuras bálticas, da Alemanha, França e Inglaterra, com a frequente mediação de Flandres, tinha-se intensificado como solução oficial fácil para as sucessivas carestias, em detrimento de métodos endógenos frequentes na Idade Média, como legislações para incentivar o cultivo de territórios baldios, proibir o abandono dos campos e penalizar o crescente desleixo dos proprietários.²² A documentação quinhentista abunda em provas do peso da importação: em datas próximas da tradução, considerem-se os assentos de Montemor o Novo, de 17 Outubro de 1569, e os de Évora, de 14 de Novembro do mesmo ano (em que se tratou o contrato de trigo que a cidade de Lisboa fez com os Ingleses, sem efeito), a ainda os de Évora, de 28 de Março de 1570, sobre a defesa dos mares e portos de Portugal²³.

Os problemas da nova solução quinhentista situavam-se assim em contextos familiares ao tradutor de Columela, autor de dois tratados de navegação: as contrariedades do tráfico marítimo derivados da pirataria e dos desastres naturais.

2. A Apologia da Agricultura e a Idade de Ouro

O polémico humanista não estava sozinho na sua preferência por Columela, autor bem conhecido dos seus contemporâneos, ainda que lido e utilizado de pontos de vista parcialmente diversos.

O elogio da Agricultura presente no Prólogo da *Res rustica* de Columela é antes de tudo uma apologia do *uir romanus* ideal, o patricio agricultor, orador e militar, o modelo de dirigente que Oliveira desejava para o seu reino. Apologia sustentada na noção de um vínculo sagrado entre o poder romano e o cultivo da terra, que contém uma advertência ou ameaça: a degradação e a perda do poder imperial acompanhariam a ruptura de tal vínculo.

²² 'Em 1502, o Portugal agrícola cede definitivamente o passo ao Portugal comerciante: por carta datada de 30 de Junho desse ano, D. Manuel decreta a abolição de toda a dízima sobre o trigo, cevada e biscoito que fossem importados do estrangeiro pelas cidades de Lisboa e Setúbal, durante a sua vida' (Oliveira Marques, 1968: 281; cfr. Freire de Oliveira, 1882-85: 392). Vejam-se as leis e cartas régias, assim como as denúncias de terras mortas nas Cortes, durante os séculos XIV e XV, em Oliveira Marques (1968: 50-60). Damião de Góis, em carta de 1546 a D. João III refere a necessária racionalização desta importação e controlo dos preços. Cf. Rosado Fernandes (2006a: 284-85).

²³ Santarém, 1863, Codice 940, Suplemento: 55. Um panorama conjunto das importações pode ver-se em Oliveira Marques (1959).

A consciência romana deste vínculo ancestral impressionou também o defensor do retiro aristocrático no campo, Francisco de Sá de Miranda, que também reformulou poeticamente a ideia do Prólogo de Columela:

*Os prudentes dos Romanos
Antes que o tino perdessem
Donde cuidaes que escolhessem
Cincinatos e Serranos
Que antes si em campo possessem*²⁴.

De maneira que existia entre as elites portuguesas quinhentistas um certo círculo de recepção propício a esta tradução. O primo de Sá de Meneses, o alcaide-mor do Porto, João Rodrigues de Sá de Meneses evoca no seu tratado *De platano*, onde Columela constitui uma das autoridades latinas invocadas, a memória do seu bisavô a plantar, com as suas próprias mãos, o velho plátano de Azurara²⁵. Na mesma obra recorda o idealizante retrato pliniano de Catão, que, por volta dos seus cinquenta anos, legitima a sua dedicação ao estudo dessa espécie arbórea, insistindo na ideia de que o romano modelar era excelente cidadão, militar e orador, e também, e primeiro que tudo, bom agricultor. Para Francisco de Sá de Miranda, como para Sá de Meneses, o elogio da agricultura de Columela e de Plínio proporcionava uma insuperável legitimação da sua própria defesa do universo aristocrático alicerçado na posse da terra, face à nova 'nobreza de toga' que crescia proporcionalmente à centralização da burocracia régia, e à qual claramente não se ajustava o retrato desse Catão, tão bom agricultor como político e militar²⁶. A nostalgia do mundo que se sente em extinção ou em perigo com a nova realidade comercial do Ultramar é um dos temas recorrentes da poesia de Sá de Miranda suficientemente analisado²⁷, que deve entender-se como manifestação lusitana de um tópico que se repete desde a literatura helenística até os nossos dias: a recuperação simbólico-estética da Natureza por parte da civilização urbana (Williams, 1990).

²⁴ «A Antonio Pereyra, Senhor do Basto, quando se partio para a Corte coa casa toda», Francisco de Sá de Miranda (1994: 47).

²⁵ Tarrío (2009: 80-94). Cf. Plin. *Nat.* 7. 100; 14. 44; 18.11; Wallace-Hadrill, (1998: 2-4); Beard (1998: 23-32, 26). Para Plínio-o-Moço o campo é lugar de estudo e prazer contra a cidade, o espaço da perda de tempo (*Ep.*1.12). Cf. Grimal (1969: 85).

²⁶ M. Magalhães Godinho (1963); J. Mattoso-A de Sousa e J. Romero Magalhães, em Mattoso (1993, Vol. 3: 441-476, e 62-63); A. Moreira de Sá (1983: 162); Lindeza Diogo (1995: 27ss.); e J. Aubin (1984).

²⁷ Sirva para todos (com síntese da principal bibliografia) Earle (1980).

O mesmo Prólogo columeliano permitia, no entanto, insistir especificamente, da mão do romano, no problema chave da formação técnica, tão decisivo para o tradutor português: «Eu me espanto por certo de como os homens em todas as outras artes buscão os milhores officiaes para se servirem delles, e nesta que mayns releva, os piores. E de todas as outras, ainda que sejam vãs, inútiles, viciosas, e apartadas do bo saber e virtude, ha hi mestres que as ensinem e discipolos que as aprendão; soo da agricultura não ha mestres, nem discipolos sendo ella mui conforme e favoravel aa boa sabedoria, e sendo sem a qual se não podem manter as respubricas nem conservar a vida humana» (Fernando Oliveira, fol. 177v).

Com Columela, Fernando Oliveira insistia na necessidade da presença e intervenção efectivas do proprietário nas terras, contrariando directamente a ociosidade aristocrática (*os mimozos dagora*). No Prólogo de Columela (fol. 178v-179) encontrou os argumentos mais sólidos e os *exempla* mais incisivos para esta convicção que dá unidade à toda a sua obra:

Por que o rendeyro pretende seu proveyto, posto que seja com perda das terras, e o jornaleyro não se doe do que não he seu. Mas agora os senhorios são tão honrados que se desdenhão de cultivar suas fazendas per si, e não soamente isso, mas entreganas a taes abegoens, que ou não sabem como as ham de concertar ou não podem porque são daquelles que jaa não podem servir em casa [...] E mayns quem não sabe trabalhar, não pode mandar: por que provoca muito os trabalhadores, quando vem que o seu abegão anda antrelles, e trabalhão como cada hum delles.

Cincinato abandonando as honras cidadinas após as vitórias militares para voltar às suas ‘quatro geiras de terra’, os heróis republicanos Caio Fabrício e Cúrio Dentato trabalhando com a sua própria mão sete ‘geyras’, argumentavam a favor do ‘bom costume de cultivar os senhorios suas herdades por si mesmos’, ideia reiterada por Columela em diferentes contextos²⁸.

Outros princípios da obra traduzida, como a insistência na importância do investimento e a procura de rentabilização da produção agrícola, ratificam a perspectiva prática do tradutor, e permitem incluir Fernando Oliveira no grupo dos pensadores económicos técnicos no século XVI (Mauro, 1984; Rosado Fernandes, 2006a: 268-69).

²⁸ Além de constituir argumento central do seu *Prólogo*, Columela regressa a esta ideia em III 21, 4; IV 18,1, reformulando a posição de Catão, *Agr.* 4. Por sua vez, Paládio (I 6,1) também a reitera. O próprio Plínio (XVIII 31, 35) reelabora igualmente este princípio.

A Apologia da Agricultura presente no Prólogo de Columela (fol. 177v-178) incorporava também o contraste com outras actividades moralmente perniciosas, como a navegação e o comércio, ofícios suspeitos do ponto de vista da moral católica e muito mais inseguros e belicosos:

Não soamente he necessaria para sustentar a vida, mas tambem he accomodada para com bo titulo conservar e accrecentar a fazenda sem offensa de Deos. De muitas artes vivem os homens necessariamente, que se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia, e a guerra, a qual se não poode fazer sem crueldade e roubos, e damno de muitos. Também são escrupulosas as mecanicas se não tratão verdade e e algumas outras desnecessarias. Outras ainda que necessarias são todavia perigozas, como he a navegação, sogeyta ao furor do mar, e impeto dos ventos, e mesturada com peregrinaçoens. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

Este passo de Columela constituiu, como era de esperar, peça argumentativa também chave para Sá de Miranda:

*Que não fara? Quem trocar
Nos fez a paz pella guerra?
Faz huns a outros matar,
Passou da vivenda ao mar
Homens naturais da terra.
Escravos mais que os escravos
Por razam e por justiça
Deixaivos de vossos gavos
que vos vendeo a cobiça
A mar bravo e a ventos bravos²⁹.*

A defesa da Agricultura beneficia no prólogo de Columela da incorporação do tópico da Idade de Ouro, idade mítica desprovida dos vícios associados com o lucro mercantil, a cobiça, a inveja e a violência. Manipulando *pro bono suo* este tópico (que na realidade incluía na mesma ruptura da pureza

²⁹ Francisco de Sá de Miranda, 'Carta a Pero Carvalho' (1994: 31-32). Na 'Carta ao seu irmão Mem de Sa', repete, em versão mais franciscana ou ascética, a apologia da pobreza sossegada: «estes medos á pobreza, vedes como a natureza/ veste ricamente as flores», *ibid.*: 53. Veja-se também o tema da corte corrupta e o sossego do campo na referida carta a Antonio Pereyra, *ibid.*: 41-49.

primitiva o arado que fere a mãe terra e o navio que violenta o mar tranquilo), o agrónomo romano situava a Agricultura do lado da inocência mítica originária, contraposta às actividades da Idade do Ferro: a navegação, o comércio e a guerra.

O tópico da Idade de Ouro foi bem conhecido dos poetas portugueses quinhentistas, na reelaboração augusteia de Ovídio e Virgílio, como evidencia por exemplo o poema de Diogo Bernardes:

*Escrevem os poetas que corrião
Fontes de puro mel no tempo antigo
E as plantas sem cultura produção
E dava a madre terra louro trigo
Sem a romper o lavrador mesquinho
Com duro ferro, à nossa vida amigo³⁰.*

Os dois últimos versos encerram uma contradição clarificadora: por um lado, esgrime-se o conceito de ‘lavrador mesquinho’ e o ‘duro fero’ do arado, de acordo com o tópico da Idade de Ouro; por outro lado, incorpora-se a ideia de que o trabalho do lavrador constitui o sustento da vida: «à nossa vida amigo». O mito de ascendência hesiódica sustentava-se efectivamente no conceito basilar da pureza moral primigénia dos homens e a interpretação do todo o trabalho como um castigo que traz consigo inevitavelmente vileza moral (competitividade, inveja, cobiza, lucro...). Do ponto de vista maximalista da utopia antiga, qualquer actividade, incluindo a agrícola, encerrava a potencialidade da corrupção moral. A contradição era inevitável naqueles que, defendendo a superioridade moral da Agricultura, apelavam ao paradigma da Idade de Ouro. Na realidade, como ilustra o tópico antigo e recorda Diogo Bernardes, nem a Agricultura está livre da mesquinhez, inveja e cobizas, inerente a toda propriedade e actividade humanas. Entendemos que esta contradição esconde a fusão entre dois modelos literários romanos diferentes: a defesa da agricultura nos autores rústicos, em especial Columela, e o mito hesiódico da Idade de Ouro que conheciam principalmente pelas reelaborações de Ovídio, Horácio e Virgílio.

³⁰ Diogo Bernardes, ‘Carta XXIV. A Dom Manuel Coutinho, estando na sua quinta da torre do Bispo’ (1946: 278).

Bernardes recolhe neste poema o espírito do seu tempo. O mito da Idade de Ouro desde inícios do século XVI tinha reactivado o seu potencial utópico à luz das novas sociedades indígenas abertas pelo *Mundus Novus*, com a *Utopia* de Thomas Morus como obra auroral³¹. É justamente o maximalismo utópico deste mito antigo, fundido com o pensamento cristão, que está na base da sociedade perfeita do autor inglês, impondo os seus limites críticos.

No prólogo de Columela, a crítica da corrupção moral tornava-se especialmente agressiva contra a navegação, com a sua dupla funcionalidade militar/expansionista e comercial. É sintomático que Diogo Bernardes omita a anterior ressalva aplicada ao trabalho agrícola, ‘a nossa vida amigo’, quando se refere à navegação:

*E que do monte não decia o pinho
Pera qu'em curva forma convertido
Caminho abrisse, onde não hà caminho
Porque nem odio então, nem amor fingido,
Consentião em si peitos humanos,
Nem contendas havia, nem roydo.
Nem spiritos avaros, nem tyrannos
Criava aquella boa antiguidade
Que tratassem de forças, e d'engannos.
Tudo era paz, amor, conformidade
Sem discrepar a obra da promessa
Nem menos a promessa da vontade ...³².*

O mito da Idade de Ouro servia efectivamente no tempo de Oliveira para polarizar a realidade comercial da Expansão, como transgressora da ordem moral tradicional, encontrando-se assim no próprio centro argumentativo de um dos principais paradoxos da cultura quinhentista portuguesa: a rejeição moral/simbólica da realidade económica da Expansão. Os poetas do período camoniano reflectem esta tensão, que já existia nos poetas do período augústeo,

³¹ Os *tria diuina instituta* de Thomas Moro, a tríade de preceitos definitórios dos utopianos é síntese do ideário moral e social do mito da Idade de Ouro: igualdade, amor e concórdia persistentes e desprezo da ganância: “igualdade entre cidadãos ricos e pobres, ou para quem preferir, cidadania completa em toda a sua escala, amor constante e firme de paz e harmonia, menosprezo de ouro e prata”. Seguimos a tradução de Aires A. Nascimento, *in* Thomas Morus (2006: 354-355). Cf. Pina Martins (2006: 9-121); Matos (1991: 383-422).

³² Diogo Bernardes, ‘A Dom Manuel Coutinho, estando na sua quinta da torre do Bispo’ (1946, vv. 1-13: 279).

em especial Horácio e os autores elegíacos. Todos eles activaram também o referido mito na sua legitimação da poesia do amor e da paz contra a épica, que no entanto reconhecem como dever cívico e como urgência. Autores que serão reescritos, na iminência de *Os Lusíadas*, por Diogo Bernardes e António Ferreira em particular. Em todas as suas articulações antigas e quinhentistas, o mito da Idade de Ouro concentrava, como dissemos, a ansiedade pelo mundo tradicional que se perdia, com a emergência do *Mundus Novus*³³.

Na Carta a Antonio Pereira de Francisco de Sá de Miranda, o modelo columeliano funde-se com esta tradição poética que reescreve o mito da Idade de Ouro para legitimar a sua resistência literária e moral de ordem utópica: ‘Deixais esta madre antiga,/ isvos buscar a madrastra’ (1994: 48), que não deixa de incorporar outras críticas mais concretas:

*Ao Reino cumpre e todo elle
Ter a quem o seu mal doa,
Não passar tudo a Lisboa,
Que he muito o peso e com elle
Mete o barco nauoa a proa.* (1994: 48)

A dependência absoluta da metrópole comercial, nomeadamente no assunto dramático da importação de cereais tinha desembocado nas dramáticas fomes relatadas pelas diversas fontes da época, já referidas. Neste último ponto, seguramente Fernando Oliveira subscreveria as críticas de Sá de Miranda. Não obstante, o autor dos tratados de navegação não podia ler o prólogo columeliano no mesmo sentido que Sá de Miranda, para quem o campo e as autoridades antigas que o tema convoca significam fuga ou retiro, recuperação da liberdade crítica contra a corte. Por seu lado, para Bernardes e a poesia bucólica, o mesmo motivo se utiliza como contexto da lírica amorosa, contraposto ao âmbito da poesia épica. No entanto, Oliveira retirou deste texto romano a lição da dignidade do trabalho real, concreto, sobre a terra cultivada, a acusação contra os proprietários alheios à competência técnica, complementar e integrada nas restantes actividades económicas da nação, como a arte de marear nos capitães ou as técnicas bélicas nos dirigentes militares.

³³ Diogo Bernardes, ‘Carta XXVI. Ao mesmo Rui Gomes da Gram, depois de partido para a Índia’, ‘A Dom Gonçalo Coutinho, estando em uma sua quinta que chama dos Vaqueiros’ (1946: 287-300, 301-309).

A matriz comum que une Fernando Oliveira aos autores do seu século é portanto o recurso às mesmas autoridades romanas como estratégia de distância ou profundidade de perspectiva relativamente à própria época. A divergência reside nos objectivos.

3. Columela e a ‘Respubrica’

Columela vinha enfim ao encontro das posições do tradutor sobre o tema central da legitimidade do domínio, ou antes sobre a necessária legitimação de um privilégio pela formação. Em toda a sua obra, Oliveira revela a sua integração deliberada na ‘aristocracia do espírito’ humanística, alicerçada na ideia da superioridade do mérito sobre a linhagem. Trata-se de um motivo central da *Respublica litterarum* humanística, com ascendente teórico no neorepublicanismo político italiano.

Com a confirmação da sua *História de Portugal*, não há dúvida de que Oliveira partilha a dimensão patriótica da formação, pertencendo assim à genealogia do humanismo europeu, sem o qual não seria possível a emergência da nação moderna (Smith, 2004). A sua vida e obra respondem à ideia de merecer a terra natal, trabalhando-a ou antes cultivando-a, no seu duplo sentido etimológico e metafórico (*cultura animi* e *cultura agri*)³⁴. Merece investigação específica a questão do influxo do pensamento político italiano sobre o polígrafo lusitano, influxo condicionado naturalmente pelo contexto monárquico, capitalizado pelos diferentes sentidos e instrumentalizações do termo *Respublica* nos autores quinhentistas portugueses: «soo da agricultura não ha mestres, nem discipolos sendo ella mui conforme e favoravel aa boa sabedoria, e sendo sem a qual se não podem manter as respubricas nem conservar a vida humana» (Fernando Oliveira, fol. 177v)³⁵.

³⁴ Os humanistas constituem antecedentes fundamentais na arqueologia do intelectual europeu clássico. Goethe explicita a sua filiação com o humanismo germânico de Ulrich von Hutten e W. Pirkheimer, como recorda Riemen (2007: 11), evocando o *Fausto*: «Aquilo que dos teus pais herdaste/ merece-o para que seja teu» («Was du ererbt con deinen Vatern hast/Erwirb es um es zu besitzen»).

³⁵ O vocábulo já tinha sido integrado na prosa portuguesa desde a primeira metade do século passado, a partir da tradução de Cícero no *Livro dos ofícios* do Infante D. Pedro, com as variantes ‘reprúvica’, ‘república’, ‘repubrica’. Desde o início o termo tinha tomado carta de natureza como integrante da linguagem ‘política’ portuguesa, devido à condição do agente desta tradução e o seu contexto. No tempo do tradutor este termo se tinha reaproximado ao seu valor antigo, intensificando-se os significados de ‘instituição’ ou ‘governança’. Cf. Infante D. Pedro (1948), ‘reprúvica (20.1), república (39.15), repubrica (191.9, 13); D. Garcia de Meneses, ‘Discurso ao Papa Sisto IV’, in Ramalho (1985: 2-3); Martinho de Figueiredo, ‘Carta a D. João’, in Ramalho (1985: 4-5). O termo aparece também na citada obra *De platano*: Tarrío (2009: 183).

Seria efectivamente estranho que este homem poliédrico ficasse alheio às polémicas do humanismo europeu em torno da natureza do poder e o entendimento da instituição monárquica, temas centrais na obra de contemporâneos seus como Jerónimo Osório, Jorge Buchanan ou a escola jesuítica (Luís da Cruz). O denominador comum de todas as tendências do seu século, desde as polémicas do maquiavelismo e a reacção da moralidade político-jurídica (Thomas Morus a escola jesuítica de Suárez), os críticos da monarquia absoluta (Buchanan) até os apologetas da soberania (Osório), foi justamente a necessidade de dar preenchimento teórico ao poder enquanto construção humana, sem contentar-se na prática com o argumento da sujeição ao desígnio divino. Ora este questionamento só por si já revela uma forma de assimilação do substrato republicano romano, que os autores renascentistas absorviam nas suas leituras de Tito Lívio ou de Cícero. Neste sentido condicionado, pode dizer-se que a obra de Oliveira dá uma resposta republicana à pergunta pela legitimidade ou a condição do poder, com a sua noção de que os dirigentes formados servem melhor à sua terra-mãe, à sua pátria. Oliveira neste ponto não se afastava do seu tempo: os autores escolásticos chamavam a atenção contemporaneamente para a noção da sociedade prévia ao Estado e os espelhos de príncipes insistiam na necessária competência e justiça do poder, abriam espaço enfim de diferentes maneiras e com diversos limites ao princípio de resistência ou crítica ao poder arbitrário, não sujeito à moral ou à razão³⁶, princípio que rege a obra de Oliveira.

O discurso de pertença e apropriação da terra, o vínculo entre terra e memória a partir de fins do século XVIII considera-se integrante essencial na emergência da nação moderna. A relação afectiva com a terra natal abrangue a racionalização do património económico da terra. Para o nacionalismo moderno, defender a agricultura era defender a nação e neste sentido a história da recepção de Columela traz dados significativos (Armendáriz, 1995). Tudo parece indicar que esta dimensão patriótica já está presente no interesse de Fernando Oliveira pela formação agrónoma. Esta constatação vem ao encontro da necessidade de entender melhor o sucesso do nacionalismo moderno mediante o estudo da sua filiação pré-moderna, da génese lenta,

³⁶ Maquiavelo, Bodin, Botero seriam neste sentido alguns pontos de chegada das diversas aproximações possíveis que permitia a leitura das fontes romanas onde estes princípios estavam implícitos ou explícitos. Cf. Ullmann (1980) e Azevedo Cruz, (1992: 206-208). Sobre a influência de Maquiavelo no pensamento político português, veja-se Albuquerque (1974b) e sobre Jerónimo Osório em particular, Albuquerque (1972b) e Calafate (2002). Sobre Jean Bodin no séc. XVI português, *vide* Albuquerque (1978) e ainda sobre o conceito renascentista da origem popular do poder, 1968, 1972a.

mais descurada pelos historiadores³⁷. O conjunto da obra de Oliveira proporciona argumentos evidentes a favor dessa necessária compreensão da nação moderna na sequência histórica das formas culturais da identidade, contra a excessiva radicalização das diferenças abertas pela emergência do Estado moderno³⁸. Frente ao mais célebre expediente mítico ou étnico-simbólico, explorado por André de Resende na sua figuração pátria de Viriato ou Luso, pai dos Lusíadas, Oliveira singulariza-se pela fundamentação da nacionalidade com o recurso à historiografia heróica (*História de Portugal*) e por propostas pragmáticas de qualificação do seu reino mediante a formação técnica dos seus dirigentes: no cultivo da terra, na arte da guerra, na arte da navegação. A aposta de Oliveira não se sustentava na imagética arqueológica resendiana, mas na emulação efectiva da mestria romana na sua vertente mais prática, com uma lógica da imitação criativa que é uma lógica de mudança e não de estatismo. Esta forma de imitação concretizava-se de maneira exemplar no heroísmo anónimo, quotidiano, do trabalho sobre a terra.

³⁷ Não abundam estudos que explorem as raízes do repertório identitário do nacionalismo português moderno: Albuquerque, 1974a; Leal, 1999. Sobre os autores humanísticos veja-se Rosado Fernandes (2006d: 295-315); Serrão (1991: 65-67). Relativamente a F. Oliveira, *vide* Franco (2000: 55ss.), (2005) e novamente a sua participação no presente volume.

³⁸ A obra de Oliveira permite assim contribuir para essa necessária genealogia das nações modernas, evitando a excessiva insistência na absoluta centralidade da componente étnico-mítica das formas nacionais pré-modernas defendida por Smith (2004: 43-52).

III
O MARINHEIRO

3.1

DA ARTE DA GUERRA DO MAR

Uma visão estratégica **da Arte da Guerra do Mar**

ANTÓNIO SILVA RIBEIRO
*Contra-Almirante*¹

A *Arte da Guerra do Mar* (Oliveira, 1555) foi publicada em Coimbra e revela com clareza o pioneirismo do padre Fernando Oliveira na conceptualização do emprego do poder naval ao serviço das finalidades políticas de Portugal nas relações internacionais. É composta por um prólogo e duas partes. Cada uma delas contém quinze capítulos, a generalidade dos quais possui um conteúdo eminentemente estratégico.

O tratado começa com um prólogo, onde Fernando de Oliveira, depois de justificar a razão que o levou a escrever sobre a guerra do mar, defende a importância do seu conteúdo, não só pelo facto de o comércio marítimo ser gerador de muito lucro, grandeza e poder, mas, também, pela necessidade de o país dispor de uma capacidade naval suficiente para defender, se necessário pelo uso da força, os seus interesses económicos. Também alude claramente à credibilidade e ao estatuto de poder do país, a que chama honra, decorrente da defesa eficaz dos interesses nacionais, através do emprego do poder naval.

É matéria esta proveitosa e necessária, em especial para os homens desta terra que agora mais tratam pelo mar que outros, de onde adquirem muito proveito e honra, e também correm venturas de perderem tudo isso, se o não conservarem

¹ Contra-Almirante, membro do Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica da Marinha. Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Membro efectivo da Academia de Marinha, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, do Centro de Estudos do Mar, da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Centro Português de Geopolítica.

com esta guerra, com que seus contrários lho podem tirar. Dando-se a esta guerra tem ganhado os nossos portugueses muitas riquezas e prosperidade, e senhorio de terras e reinos, e tem ganhado honra em poucos tempos quanta não ganhou outra nação em muitos (Oliveira, 1555: 5-6).

Logo de seguida Fernando de Oliveira atribuiu ao seu tratado a primazia de abordar a guerra no mar, dizendo:

Da qual nenhum autor, que eu saiba, escreveu antes de agora arte nem documentos, ou se alguém dela escreveu confesso que não veio a minha noticia sua escritura, somente de Vegécio coisa pouca.² (Oliveira, 1555: 5-6)

Depois de várias considerações sobre as tarefas do sacerdote na guerra³, Fernando Oliveira refere-se da seguinte forma à oportunidade de sobre ela se escrever:

...a guerra dos cristãos que temem a Deus não é má, antes é virtuosa, que se faz com desejo de paz sem cobiça nem crueldade, por castigo dos maus e desopressão dos bons. Pois escreverem da tal matéria, e ensinar meios por onde os bons saibam resistir aos maus, não mo estranharam os que entendem quanto isto releva nesta vida, e como não é disforme da dos céus, onde os bem aventurados tem, diz o salmista, espadas para castigar as nações das gentes pecadoras, em cujo sangue lavaram suas mãos.⁴ (Oliveira, 1555: 7)

Neste breve extracto do prólogo parece possível identificar, entre outros, três aspectos relevantes. O primeiro, relacionado com o objectivo da guerra, que considera ser a paz, susceptível de ser alcançada punindo os contrários,

² Relativamente a Flávio Renato Vegécio, convirá recordar que este tratadista romano do século IV se distinguiu no tempo do imperador Teodósio I, com a publicação de uma obra original e valiosa, intitulada *Epitoma rei militares, institutorum rei militaris*, cuja fama era grande na época de Fernando Oliveira. Muito lida e copiada na Idade Média, a obra de Vegécio influenciou os exércitos do Ocidente, que a partir da segunda metade do século XIII adoptaram os seus conceitos.

³ Considera Fernando Oliveira que deveriam ser o apoio moral, religioso e disciplinar às tropas.

⁴ Refere claramente que o objectivo da guerra é atingir a paz e restaurar a segurança dos bons.

através da anulação ou redução das suas formas de coacção. O segundo, relativo à necessidade de se conhecerem os modelos de acção estratégica para resistir aos contrários. Por fim, Fernando Oliveira estabelece um paralelo entre a vida terrena e nos céus, para justificar que os justos têm o direito divino de usar a força para castigar os pecadores. Nesta justificação revela uma atitude que hoje qualificaríamos de prioritariamente estratégica, quando coloca a religião ao serviço da acção militar do Estado.

A primeira parte da *Arte da Guerra do Mar*, intitulada «intenção e apercebimento da guerra do mar», trata de princípios doutrinários da estratégia nacional e naval, e de aspectos específicos das estratégias genética e estrutural.

No primeiro capítulo da primeira parte, «que é necessário fazer guerra», é demonstrada a necessidade de organizar a defesa nacional. Fernando Oliveira começa por dizer que Platão nos relembra as leis de Creta que:

...mandavam governar os homens e estar apercebidos como se estivessem em continua guerra» (Oliveira, 1555: 8)

e que a razão para tal preparação, residia no facto de

...todas as cidades e nações das gentes naturalmente têm entre si guerra e diferenças, posto que as não declarem sempre por alguns respetos que lhes convém. (Oliveira, 1555: 8)

Desta forma clara e simples explicita que cumpre ao governo dirigir a estratégia integral, que tem carácter permanente. Para além disso, ao afirmar que entre cidades e nações pode haver guerra e diferenças, permite inferir que as relações disjuntivas entre actores do sistema político internacional, podem assumir formas e graus de intensidade diferentes. Ao referir-se à conveniência de os países não declararem as respectivas diferenças, chama a atenção para a importância do factor tempo na estratégia, e para a necessidade de se estar atento às estratégias indirectas dos contrários, que costumam a perceber e provocam efeitos nefastos.

Para fazer face às acções contrárias, Fernando Oliveira considera importante estar preparado, «...porque a presteza, diz Vegécio, aproveita às vezes mais que a força nas coisas da guerra. E também diz ele, os inimigos

de má mente acometem aquele reino ou cidade, que sabem estar prestes para se defender» (Oliveira 1555: 11). Desta forma enfatiza a necessidade de os países estarem preparados para a guerra, porque, assim, dissuadem eventuais contrários.

Em seguida refere:

Para adquirir paz se faz a guerra, diz Santo Agostinho [...]. A boa guerra faz boa paz. E assim a paz que agora logramos guerra passada no-la ganhou, mas a paz descuidada porventura deixará guerra a seus sucessores. Não descensem os amigos da paz na que agora gozam se a querem perpetuar, porque os contrários dela se virem mansa levá-la-ão nas unhas. (Oliveira, 1555: 2)

Neste parágrafo considera que a boa paz, ou seja a segurança, se alcança com a guerra, mas que, mesmo com paz, é necessário cuidar da defesa, para que não se gerem desequilíbrios que estimulem os opositores a desferir ataques.

Sobre os armamentos Fernando Oliveira afirma que são o garante da paz e que não favorecem a guerra. Conceito notável para a época, que certamente faria inveja aos estrategas da dissuasão e da guerra-fria. Neste contexto afirma:

E para isso favoreçam armas, as quais não são tão contrárias da paz como parecem, antes elas defendem na paz como os cães defendem as ovelhas, posto que pareçam contrários delas. (...) para a paz ser segura, cumpre defende-la com guerra. Porque os reinos, com as artes com que se ganham, com essas se sustentam, segundo diz Salústio». (Oliveira, 1555: 12)

Assim ilustra o conceito de corrida aos armamentos, como forma de manter o equilíbrio necessário à paz. Em seguida, procura chamar a atenção para o facto de a defesa militar ser essencial contra os propósitos agressivos de outras potências.

No segundo capítulo da primeira parte, «De quem pode fazer a guerra», é definido e justificado quem tem autoridade para declarar e conduzir superiormente a guerra. Começa por dizer:

A guerra posto que justa, não se pode fazer, senão por mandado de Rei ou Príncipe, ou pessoa encarregada da governança e defesa de algum povo sem ter outro superior, porque a estes é cometida a defesa desse povo, e a guerra por defesa dele, ou conservação de sua justiça e da fé se deve fazer. (Oliveira, 1555: 15)

Neste parágrafo Fernando Oliveira considera que a defesa de um povo está a cargo do rei, do príncipe, ou de quem governa, e que tem como objectivo garantir a sobrevivência desse povo, a justiça e a fé, isto é, os interesses nacionais vitais a prosseguir pelo Estado. Apresenta duas razões para a defesa de um povo ser da responsabilidade do rei, do príncipe, ou do governo. Em primeiro lugar afirma que eles não têm superiores hierárquicos e são os protectores da comunidade. Desta forma estabelece firmes conceitos de independência (superior hierárquico) e de soberania (exerce autoridade num espaço definido, a comunidade). Depois refere que só eles podem recrutar o povo e lançar os impostos necessários para suportar a guerra.

No terceiro capítulo da primeira parte, «Que é necessário guerra no mar», é demonstrada a necessidade de defender os interesses nacionais no mar e de dispor, para esse efeito, de uma armada pronta. Fernando Oliveira refere que o comércio marítimo é uma actividade fundamental à vitalidade da economia das nações, que sempre necessitou de ser protegida:

...porque o mar é muito devasso, e os homens não podem escusar de negociar por eles suas fazendas, uns mercadeando, outros pescando, e outros como lhe vêm bem, e dali trazem mantimento e proveito para a terra, portanto cumpre que nele se ponha muito recado, porque com medo ou com severo castigo, seja retraída a ousadia dos corsários que por ele soltamente roubam, e cometem crimes grandes. (Oliveira, 1555: 19)

Neste parágrafo estão expressas duas missões fundamentais do poder naval: a dissuasão oceânica (medo) e a protecção das rotas marítimas (severo castigo).

Um pouco mais adiante refere-se ao emprego do poder naval na protecção das zonas litorais, porque «Não somente assaltam o mar os corsários, mas se os deixam ir avante, atrevem-se a sair em terra e inquieta-la» (Oliveira, 1555: 19). Para que tal não aconteça, Fernando Oliveira considera necessário que as forças navais tenham bons níveis de desempenho nas suas missões, o que se atinge com «...armadas no mar que guardem as nossas costas e pagagens e nos

asseguem dos sobressaltos que podem vir pelo mar, que são mais súbitos que os da terra» (Oliveira, 1555: 19). Já nessa época se reconhecia que as armadas devem estar sempre prontas a combater, sem necessidade e possibilidade de mobilizar, como acontece com as forças terrestres. Para fazer face às ameaças que podem vir pelo mar e que põem em perigo a segurança nacional, considera que:

Portanto estejamos providos de navios armados porque quando aventarem as nossas paragens sejam fustigados, e não desejem tornar a elas. (Oliveira, 1555: 20)

Fernando Oliveira apresenta ainda como missões do poder naval: o apoio à política externa e às alianças; a recolha de informações estratégicas; o controlo do mar a partir de pontos fixos estrategicamente localizados, de onde, com a mobilidade que lhe é característica, pode acorrer a qualquer ponto.

No quarto capítulo da primeira parte, «Qual é guerra justa», é demonstrado quando é correcto fazer a guerra. Fernando Oliveira considera que, para fazer a guerra, é necessário haver uma causa justa e seguir determinados comportamentos, caso contrário «Deus permitirá que pela guerra que injustamente fazemos a outros, nos sucedam à nação guerras de onde não cuidamos». Neste âmbito invoca Sto. Agostinho, quando afirma que guerra justa:

...é aquela que castiga as sem justiças que alguma gente fez e não quer emendar. Ou a que defende o bando dos que injustamente o querem ofender [...] [ou a] que castiga as ofensas de Deus contra aqueles que dele blasfemam, ou deixam sua fé, [...] ou impede [m] a pregação dela, e perseguem as pessoas... (Oliveira, 1555: 20)

Destas razões e em reforço do referido no segundo capítulo desta parte, é evidente que os interesses nacionais vitais de Portugal nesta época se centravam na sobrevivência do povo, na justiça e na defesa da fé. No entanto, Fernando Oliveira considera, com um espírito de grande tolerância e fraternidade para a época, que não se pode fazer guerra contra os infiéis que nunca foram cristãos⁵, porque querem ter paz, não tomaram terras, nem prejudicaram a cristandade. Defende que, para os converter, nada melhor do

⁵ Judeus, mouros e gentios.

que exemplos de paz e de justiça. Neste contexto efectua várias considerações sobre a escravatura, condenando-a e rebatendo os argumentos usados por aqueles que a defendem.

O quinto capítulo da primeira parte, «Da tenção e modo de guerra», apresenta os princípios a seguir na guerra justa. Para isso apoia-se na doutrina da Igreja Católica e tece interessantes considerações sobre os procedimentos éticos e legais a observar na condução da guerra. Começa por dizer que não basta que a guerra seja justa. Considera que tem de ser lícita e que, para isso, os procedimentos devem ser justos e os objectivos a atingir devem ser correctos e bons. Refere, com toda a clareza, que a guerra só deve ser feita com o objectivo de repor a justiça, conservar a paz e defender os bons, castigando os maus. Salienta, também, que há «...interesses, que nem por nós mesmos nem por outrem podemos fazer guerra com tal intenção» (Oliveira, 1555: 28). Em seguida afirma que, antes de iniciar a guerra, se deve negociar, dando oportunidade à diplomacia, de forma a atingir a paz por meios pacíficos. Se a guerra ocorrer «O nobre e de grandes ânimos, não quer mais que a vitoria» (Oliveira, 1555: 28). Defende, assim, que a guerra não deve visar a destruição contrária, mas, antes, o domínio do inimigo ou a desintegração das suas forças.

O sexto capítulo da primeira parte, «Do ofício de Almirante», apresenta um conjunto de conceitos relativos à organização e direcção superior da Armada. Afirma que em França, na Flandres, em Inglaterra e noutras partes, o almirante superintendia «inteiramente nas coisas do mar como príncipe dele» (Oliveira, 1555: 28). Em Portugal a situação era diferente desde que, no reinado de D. Afonso V, Álvaro Vaz de Almada exerceu, durante algum tempo, o cargo de Capitão-mór do mar. Com efeito, nessa época as funções do almirante foram repartidas pelo armador-mor, pelo provedor dos armazéns e pelo vedor da fazenda⁶ o que, na opinião de Fernando Oliveira, só trouxe perturbação, em virtude de nada se fazer melhor e a despesa ser maior. Mostra, assim, os inconvenientes da descentralização na direcção superior das empresas marítimas, quando refere que, pelo facto de não haver «um só entendimento unido» (Oliveira, 1555: 30), se verificavam atrasos e confusões muito perigosas na guerra e no mar.

⁶ Ao armador-mór competia construir e armar os navios; ao provedor dos armazéns competia aprestar e abastecer os navios; ao vedor da fazenda competia disponibilizar os recursos financeiros necessários à viagem.

O sétimo capítulo da primeira parte, «Das taracenas e seus provimentos», trata dos aspectos da cadeia logística do material necessário à construção dos navios. Revela um grande entendimento dos problemas logísticos das armadas e do papel das bases no apoio às operações navais, surpreendentemente avançado para a época.

O capítulo oitavo da primeira parte, «Da Madeira para as naus», trata da qualidade da madeira a usar na construção dos navios.

O capítulo nono da primeira parte, «De quando se cortará a madeira», indica os períodos mais apropriados ao corte das árvores, por forma a que a sua duração seja a maior possível.

O capítulo décimo da primeira parte, «Dos armazéns e seu provimento», inicia a abordagem à organização logística das armadas, tratando do tipo de armamento necessário aos navios. Apesar de considerar a artilharia uma arma prejudicial para a humanidade, Fernando Oliveira justifica o seu uso «...porque é necessário rebater nossos inimigos da feição que eles nos combatem e não lhes dar armas de vantagem nem diferentes se for possível...» (Oliveira, 1555: 41). Ainda sobre a necessidade de empregar armas adequadas ao combate com os inimigos, refere:

Assim, segundo com quem pelejamos havemos de usar as armas, e ser destros nelas com eles, porque por nenhum modo nos furtem a porrada. (Oliveira, 1555: 41)

Este princípio de adequar as armas ao tipo de conflito e ao inimigo é de uma clareza e perenidade extraordinárias, porque nos revela uma característica fundamental do poder – a inconvertibilidade – isto é, a impossibilidade de transformar a um padrão comum as forças que o consubstanciam, que permita a sua mensuração, troca ou compensação. Com efeito, de que servem na actualidade as sofisticadas e potentes armas nucleares contra o terrorismo?

O capítulo décimo primeiro da primeira parte, «Das victualhas», trata do abastecimento dos navios, dando o maior ênfase aos mantimentos. Na parte final, servindo-se de ensinamentos de Vegécio, Fernando Oliveira refere as ferramentas, os engenhos e as máquinas necessárias a bordo.

O capítulo décimo segundo da primeira parte, «Dos homens do mar», aborda o recrutamento e a instrução do pessoal de bordo. Começa por estabelecer a diferença entre o soldado e o marinheiro, apoiando-se na

«...de mais arte e [...] muito uso...» (Oliveira, 1555: 47) que devem ter os marinheiros nos assuntos de bordo. Diz Fernando Oliveira que os soldados se fazem depressa. Os marinheiros, por necessitarem de perícia, agilidade e desembaraço, tinham de ser «...criados de meninos entre as cordas e aparelhos» (Oliveira, 1555: 47), para que sejam «...velhos no saber [...], mancebos nas forças, e moços na ligeireza» (Oliveira, 1555: 47).

O capítulo décimo terceiro da primeira parte, «Dos capitães do mar e do seu poder», aborda com grande lucidez as questões relacionadas com o exercício do comando, nos aspectos relativos à autoridade, à competência e à função coordenadora. Fernando Oliveira refere-se, da seguinte forma, aos princípios da unidade de comando e de acção, e à hierarquia dos comandantes:

O exército dos Gregos enquanto teve uma só cabeça e rei conquistou e venceu o mundo, mas tanto que o dito rei faleceu e sucederam divisões, tudo logo se começou a desbaratar, indo de mal a pior até se acabarem uns aos outros de destruir⁷. Muitas vezes fazem mais os poucos concordantes que os muitos diferentes⁸, e para serem concordes é necessário que tenham [à] cabeça gente da guerra⁹, como fica dito e uma que mande sobre todos sem embargo que também haverá alguns outros inferiores que por partes governarão reduzidos porém todos ao arbítrio único do principal¹⁰... (Oliveira, 1555: 49-50)

Sobre as qualidades humanas e militares, e os conhecimentos que consubstanciam a competência necessária ao exercício da autoridade conferida ao chefe militar, refere Fernando Oliveira que:

...convêm que seja entre os outros como a cabeça entre os membros, e assim como em dignidade os precede a todos também os deve preceder em prudência, esforço e muitas qualidades [...]. Deve ser esperto no entender, acautelado no fazer, magnânimo em sofrer, animoso para acometer, destro e constante no combater. Deve ser bem instruído e habituado ao exercício das armas, e avisado nos ardis e manhas da guerra. (Oliveira, 1555: 50)

⁷ Refere-se aqui ao princípio da unidade de comando.

⁸ Refere-se agora ao princípio da unidade de acção.

⁹ Sejam comandados por militares.

¹⁰ Refere-se agora ao princípio da hierarquia.

Analisando com cuidado o texto de todo o capítulo, verifica-se que Fernando Oliveira enumera a maioria dos parâmetros que actualmente se usam nas avaliações de mérito dos marinheiros militares. Por isso, conclui-se que, apesar dos mais de 450 anos que nos separam, durante os quais ocorreram profundas mudanças sociais e tecnológicas, os marinheiros continuam a ter de possuir um conjunto de qualidades intelectuais, de carácter, sociais e morais, militares, de chefia, técnico-profissionais e de desempenho, imutáveis nos seus princípios fundamentais.

O capítulo décimo quarto da primeira parte, «De como devem ser escolhidos, e assentados os soldados», analisa de forma extensa os aspectos relativos ao recrutamento, selecção e treino dos soldados. Sobre a nobreza e necessidade da profissão de soldado, que alguns criticavam e discutiam, diz:

Saibam esses contrários dos soldados, que se eles têm honra e fazenda soldados lhas ganharam (...). Foi sempre e é honesto, proveitoso e necessário no mundo o estado dos soldados, pelas dissensões que nele há, e foi sempre estimado dos príncipes, porque eles são alicerce e fortaleza do ceptro e justiça. (Oliveira, 1555: 55)

Desta forma, Fernando Oliveira afirma que a segurança é essencial ao progresso (honra e fazenda). Em seguida considera que as forças militares são um dos factores do poder nacional (alicerce e fortaleza do poder e da justiça), necessário para resolver polémicas (dissensões) entre contrários.

O capítulo décimo quinto da primeira parte, «Do exercício dos soldados», ocupa-se das armas empregues e da necessidade de manter activos os soldados.

A segunda parte da *Arte da Guerra do Mar*, intitulada «Das frotas armadas, e das batalhas marítimas, e seus ardis», trata de assuntos de natureza náutica, das operações e da táctica.

O capítulo primeiro da segunda parte, «Dos navios para as armadas», aborda os aspectos relativos à organização das armadas, à classificação dos tipos de navios e ao papel das informações na formulação e na operacionalização da acção estratégica militar. Refere que compete aos comandantes cuidar da preparação da frota composta por «navios conformes ao mar, e guerra em especial, quantidade, e número» (Oliveira, 1555: 67). Distingue claramente a necessidade de uma frota possuir navios com características operacionais

ajustadas à missão que lhes é atribuída, e efectua várias considerações sobre a adequabilidade dos navios existentes para as diferentes missões que o país necessita. Sobre as informações salienta a necessidade de os capitães disporem de «...aviso das frotas dos contrários [...] porque não falem do necessário, nem excedam fazendo despesas demasiadas quando se podem escusar» (Oliveira, 1555: 68). Desta forma clara evidencia a importância das informações para se adequar os meios próprios à ameaça presente e futura.

O capítulo segundo da segunda parte, «Do número da gente para os navios», cuida das lotações e apresenta as regras para constituição das guarnições, em função da tonelagem e tipo de navio.

No capítulo terceiro da segunda parte, «Da esquipação dos mantimentos, munições e enxerças», podem distinguir-se três partes distintas, onde Fernando Oliveira aborda o abastecimento, o armamento e o aprestamento dos navios. Ao enumerar sistematicamente um conjunto de materiais, instrumentos e equipamentos necessários à operação do navio e à vida de bordo, Fernando Oliveira dá corpo a uma clara tentativa para definir aquilo a que hoje se designa por tabela de armamento de um navio. Este facto parece muito interessante, tanto mais que, logo a seguir, associa os materiais embarcados a responsáveis (oficiais e mestres), a paíóis e funções para «...que quando for necessário achem tudo prestes e desembaraçado...» (Oliveira, 1555: 80). Apresenta, assim, o que poderá ser a génese do conceito de organização dos serviços técnicos de bordo.

O capítulo quarto da segunda parte, «Do tempo de navegar as armadas, e mudança dos tempos», trata da meteorologia e da segurança das navegações.

O capítulo quinto da segunda parte, «Dos sinais das tempestades, e variação dos temporais», continua a incidir na meteorologia náutica.

O capítulo sexto da segunda parte, «Dos ventos e suas regiões, e nomes», apresenta as noções essenciais à compreensão, classificação e identificação dos tipos de ventos.

O capítulo sétimo da segunda parte, «De alguns avisos necessários para navegar», apresenta regras para condução da navegação.

O capítulo oitavo da segunda parte, «Das marés, correntes e aguagens do mar», explica a natureza destes fenómenos.

Nos capítulos quarto a oitavo desta segunda parte, Fernando Oliveira apresenta um conjunto de informações relativas ao factor de decisão estratégica meio, que considera dever ser bem entendido por quem manda, porque «em tudo há de suprir a seus tempos» (Oliveira, 1555: 80). É curioso notar que, quando trata dos aspectos náuticos, da meteorologia, das marés e das correntes, não procura, como D. João de Castro, seu contemporâneo, apresentar justificações científicas. Refere, antes, com bastante clareza, as noções essenciais à compreensão dos fenómenos, tendo em vista as operações navais. Efectua, portanto, considerações que se situam no domínio da estratégia operacional.

O capítulo nono da segunda parte, «De como as armadas faram vela», começa por apresentar um conjunto de procedimentos de cerimonial marítimo a observar pelas forças navais portuguesas, alguns dos quais ainda são válidos na actualidade. Ao tratar da navegação em tempo de guerra, refere que o chefe deve procurar:

...ter aviso de onde e como navegam os contrários [...] que força trazem. E assim para haver notícia dos inimigos como para se ocultar deles. (Oliveira, 1555: 109)

Reconhece, desta forma clara, a importância dos serviços de informações e das missões de reconhecimento, tanto para fins de exploração, isto é, para obter informações sobre o inimigo, como para fins de cobertura, ou seja, para vedar ao inimigo informações sobre as forças próprias. Em seguida refere-se à legalidade do emprego de ardis, ciladas ou estratagemas na guerra. Justifica-os dizendo que são necessários para atingir os objectivos da guerra, que reafirma como sendo: conservar a paz; garantir a segurança e a vitória, porque só esta permite observar a justiça e a paz. Continua o seu raciocínio apresentando uma justificação para a necessidade de se conceberem o que hoje se designam por modelos de acção estratégica:

Na arte do disputar todos os preceitos que ensinam arguir são lícitos, posto que pareçam ser importunos e que ensinam a enganar, porque sem eles será essa arte manca e imperfeita e não saberemos desfazer os empecilhos daqueles que com ela nos querem convencer. (Oliveira 1555: 112)

Diz que é arriscado fazer guerra sem usar cautelas, dissimulações, astúcias, manhas e ciladas, porque podem os inimigos levar a melhor e vencer. Em seguida sintetiza um vasto conjunto de ideias, afirmando que:

Na arte do disputar [estratégia] se deve tentar defender, combater e desbaratar [objectivos] os inimigos por todas as maneiras [modos], com acções [modo directo] e astúcia [modo indirecto], preparando [planos de fortalecimento] e fazendo [planos de operações] tudo o que para isso for necessário [modelos de acção estratégica]. (Oliveira, 1555: 112)

Desta forma singela, mas clara e notável, Fernando Oliveira apresenta a sua definição de estratégia militar.

No capítulo décimo da segunda parte, «Das batalhas do mar/ e alguns ardis necessários nelas», é apresentado um conjunto de recomendações que os comandantes dos navios devem ter em consideração antes de iniciar os combates. Refere que se devem evitar a todo o custo as batalhas decisivas, porque nelas se joga, numa só acção, o destino das partes:

Os bons capitães fazem a guerra por manha mais que por força, fazendo saltos ocultos, ou dando combates particulares/ nos quais afadigam/ cansam, e desfazem os contrários, e lhe dão em que cuidar, e fazem que não tenham lugar para fulminar contra nós o mesmo, porque em se guardar não fazem pouco quando sabem que tem contra si adversário solícito. (Oliveira, 1555: 116)

Defende a execução dessas acções tirando partido da surpresa, dividindo, desgastando e batendo parcelarmente as forças inimigas, retirando-lhe a iniciativa e protegendo as forças próprias. Tudo isto porque:

Os reencontros particulares se bem sucedem aproveitam muito/ e se mal, não trazem tanto dano. (Oliveira, 1555: 116)

Em seguida formula várias considerações sobre a guerra, concluindo que se deve esperar pelo tempo e lugar oportuno para combater. Isto é, devem ter-se em consideração os factores de decisão estratégica tempo e meio. Afirma, também, que nem todos os objectivos se conseguem alcançar pelo uso da força, mas sim por um correcto emprego de ardis¹¹, que permitem alcançar a

¹¹ Aqui são entendidos ardis como as modalidades de acção próprias da estratégia indirecta.

vitória. Entre vários exemplos que apresenta, refere-se à tomada da cidade de Safim¹², dizendo que:

As quais coisas se por força se houveram de fazer não bastavam as de Portugal, e onde faltam as forças é necessário que supra o saber, o qual vemos fazer melhores coisas com pouca gente do que faz muita força sem ele. Por saber e astúcia senhoriaram os nossos poucos muitas terras e reinos de nações barbaras...
(Oliveira, 1555: 117)

Neste parágrafo Fernando Oliveira refere que a acção estratégica requer força, saber e astúcia. As forças englobam os meios materiais e os meios morais. O saber e a astúcia relacionam-se com a qualidade, adequação e coerência da estratégia nacional. Mais adiante, sobre o factor de decisão estratégica tempo, afirma que não se devem perder as boas ocasiões para combater e que «É tempo para dar batalha...» (Oliveira, 1555: 118), quando há:

- Oportunidade;
- Vantagem;
- Mais homens;
- Melhor armamento;
- Melhor treino;
- Melhores navios para o mar;
- Melhor posição geográfica.

Sobre o factor de decisão estratégica meio, considera que, para navios à vela, é necessário mar aberto e profundo, ocupar barlavento e que o vento seja fresco¹³. Para navios a remo não se tornam necessários grandes espaços e o vento deve ser fraco.

No capítulo décimo primeiro da segunda parte, «Do lugar para pelejar», desenvolve mais as suas ideias sobre o factor de decisão estratégica meio, e afirma:

No mar assim como na terra há lugares... que dão e tiram oportunidade e favor aos navios no tempo do combater. (Oliveira, 1555: 121)

¹² Cidade Marroquina da costa atlântica situada a Sul do Cabo Cantim, ocupada pelos portugueses entre 1508 e 1541.

¹³ Velocidade actualmente considerada entre 17 a 21 nós.

O capítulo décimo segundo da segunda parte, «De como se perderam os navios que foram com el rei de Belez», relata um triste episódio ocorrido com uma pequena armada de 5 navios, enviada para transportar e repor nos seus antigos domínios o rei de Velez, em Marrocos, Mulei Buharon. Neste texto Fernando Oliveira condena o comportamento das guarnições dos navios portugueses, que organizadas ao acaso e sem preparação e espírito militar, debandaram com o inimigo à vista, sem oporem grande resistência. É um capítulo que reflecte as dificuldades que havia em recrutar pessoal qualificado para as missões, e de onde ressalta a necessidade de os marinheiros, para além da prática náutica, possuírem treino militar, disciplina, coesão e espírito de corpo.

O capítulo décimo terceiro da segunda parte, «Das ordenanças da guerra do mar», trata da importância de manter a formatura durante o combate, por forma a garantir a concentração táctica necessária ao apoio mútuo das diferentes unidades. Em seguida discute as vantagens de diferentes formaturas, conforme a situação táctica. Como nesse tempo havia uma grande dificuldade em transmitir as ordens do navio-chefe aos restantes, Fernando Oliveira confere grande importância à regra de seguir e imitar a capitânia.

No capítulo décimo quarto da segunda parte, «Dalgumas regras gerais da guerra», são apresentadas regras para «...quem se deste meu trabalho quiser aproveitar, [...] de [...] pronto possam lembrar...» (Oliveira, 1555: 133). Em primeiro lugar refere 6 regras relativas à instrução dos militares. Em seguida enuncia 21 regras relativas à estratégia militar:

- «Quando a nossa gente desconfiar, não acometamos batalha e se poucos desconfiarem esses não vão connosco porque os tais ou amotinarão ou desordenarão os outros;
- Poucas vezes demos batalhas públicas, nas quais tem mais parte ocasião que a valentia nem saber;
- Os sobressaltos súbitos aterram os inimigos e os encontros providos não abalam;
- Constranger os inimigos por fome ou necessidade, é de menos perigo e perda que pelejar com armas;
- Quem se não provê de mantimentos, e coisas, necessárias, será vencido sem ferro;
- Mais vale a ordenança que a multidão;

- O lugar muitas vezes vale mais que a força;
- O capitão prudente sempre está apercebido, o destro não deixa perder a boa ocasião quando se lhe oferece;
- O conselho sem segredo de ventura vem a efeito;
- Quando encobrimos nossas coisas, tanto fazamos por saber as dos contrários;
- Quem entende o seu e o dos contrários está perto da vitória;
- O que aproveita a nós dana os contrários, e o que aproveita para eles prejudica a nós;
- Não façamos o que fazem nossos contrários, nem vamos por onde eles vão, porque não sabemos o que cuidam, e todos os seus caminhos nos são suspeitos;
- Se entendermos seus conselhos / desfaçamos-lhos / ao menos evitando-os;
- Nem em tempo nem em lugar, nem noutra alguma coisa consintamos com eles;
- Quando quiserem não queiramos, e quando não quiserem então façamos;
- Se entenderem nossas intenções não façamos o que determinávamos;
- Tanto dissimulemos, que nos tenham por mentirosos;
- Quem diz verdade a seu inimigo, dá-lhe aviso contra si mesmo;
- Quem poupa seu inimigo, acrescenta em seu trabalho;
- Seguir o alcance desordenadamente é caminho de perder vitória (Oliveira, 1555: 134).

Termina este capítulo apresentando 11 regras relativas a assuntos náuticos.

No capítulo décimo quinto da segunda parte «Da conclusão da obra», Fernando Oliveira refere que os assuntos tratados no texto têm a maior importância, e que lhe parece, pelos factos conhecidos, que, no futuro, ainda terão mais valor. Chama a atenção para a ameaça que constitui o aumento de poder dos Turcos¹⁴. Refere que, para fazer face a essa ameaça:

¹⁴ Seriam derrotados quinze anos depois na batalha de Lepanto.

...cumpre aperceber para eles e prover nossas taracenas e armazéns, e exercitar os homens nas armas, para as tais batalhas convêm ter frotas prestes, e conhecer os tempos da navegação, andar alerta, e pelejar animosa e legitimamente...
(Oliveira,1555: 135-136)

Nesta frase Fernando Oliveira identifica os factores que julga necessário ter em conta na preparação e emprego de uma marinha militar: abastecimentos, estaleiros, armazéns, exercícios, prontidão, saber, informações, moral e legitimidade. É uma última recomendação de um homem que, revelando conhecer toda a problemática inerente às estratégias operacional, genética e estrutural necessárias para preparar e empregar o poder naval no cumprimento das suas missões, ao serviço das finalidades políticas do país nas relações internacionais, se adiantou profundamente ao seu tempo, e produziu uma obra de enorme valor, que continua a ser o único tratado português sobre estratégia naval!

A retórica do aptum **na Arte da Guerra do Mar**

BELMIRO FERNANDES PEREIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Em 1555, quando a *Arte da guerra do mar* sai dos prelos conimbricenses do impressor régio João Álvares, o ensino da retórica estava já firmemente estabelecido em Portugal. No entanto, o processo que conduziu à autonomização da arte oratória nos planos de estudos foi complexo e demorado.

Se a introdução do humanismo renascentista significou um crescente interesse pela *ars dicendi*, vindo a *eloquentia*, durante o último quartel do século XV, a conformar a aprendizagem da língua latina pela imitação dos melhores autores, também é verdade que não logrou a retórica fixar-se de imediato nos *curricula* escolares.

Só em 1536-1537 se altera, e poderíamos dizer, de modo dramático, o panorama pedagógico das *humaniores litterae* e do ensino da retórica em particular, quando aos velhos mestres formados em Itália se vem juntar uma nova elite de humanistas preparados nas melhores escolas de Paris e Lovaina. Abre-se, então, um novo ciclo de comentários aos tratados de Cícero e Quintiliano, sai a lume a *Rhetorica* de Ringelberg que em 1550 há-de ser editada em Coimbra, as classes de retórica no Mosteiro de Santa Cruz passam a estar a cargo do sevilhano João Fernandes, o flamengo João Vaseu publica a *Collectanea Rhetorices* e inicia o seu magistério retórico em Braga e Évora, Germão Galharde edita a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernando Oliveira. O humanismo norte-europeu torna-se a partir de agora a principal referência fazendo recuar, durante duas décadas, a influência italiana. Mas

este é também um momento de viragem cultural por outras ponderosas razões: Paulo III aprova o novo regimento escolar do mosteiro de Santa Cruz, a Fr. Diogo de Murça é confiada a direcção do recém-criado colégio de St^a Marinha da Costa em Guimarães, D. Henrique inaugura o colégio de S. Paulo em Braga, a Universidade é refundada em Coimbra, Erasmo morre, Aires Barbosa publica o poema *Antimoria*, D. João III obtém o estabelecimento da Inquisição em Portugal. Por paradoxal que pareça, é quando começa a ser mais apertada a vigilância em questões de doutrina e de observação dos preceitos da Igreja que a cultura nacional mais se abre às novidades do humanismo parisino e renano-flamengo, não isentas de implicações na ortodoxia religiosa. Esta orientação, que integra no ensino das artes da palavra as ideias de Agrícola, Melanchthon e Erasmo, modela o programa educativo e a organização das novas instituições, vindo depois a marcar, de forma ainda mais vincada, a criação do Colégio das Artes em 1548. As contradições latentes, porventura insanáveis, tornar-se-ão então claras, conduzindo aos processos inquisitoriais dos mestres bordaleses e à entrega do Colégio Real à Companhia de Jesus, preservando-se, no entanto, o essencial das práticas pedagógicas anteriores.

Por meados do século, as consequências da excessiva dependência do humanismo renano-flamengo levam a que de novo se passe a privilegiar o contacto com a Itália. A realização do Concílio e a influência da Companhia de Jesus favorecem a recepção do humanismo devoto que no plano retórico e literário acaba por estabelecer entre nós, de forma clara e extensa, o ciceronianismo moderado de mestres como Paolo Manuzio ou Marc-Antoine Muret. Em diferentes graus, as obras de Gaspar Barreiros, Jorge Coelho, Cipriano Soares, Pedro Perpinhão, Tomé Correia ou Jerónimo Osório significam um retorno à *ciceroniana imitatio*, agora regulada pelo *aptum*, princípio em que assentou a crítica erasmiana ao ciceronianismo de estrita observância¹.

Ora, tratando da *Arte da guerra do mar* de Fernando Oliveira, não podemos deixar de referir que as duas obras que saíram em letra de forma ainda em vida do autor balizam o período de maior predomínio do humanismo do Norte da Europa: entre 1536-1555 a circulação da retórica humanista foi extensa e profunda em Portugal. A vinda de mestres da área renano-flamenga, a formação parisina-lovaniense dos bolseiros régios, o acolhimento da obra de Erasmo contribuíram para reorientar os estudos retóricos; as obras de Trebizonda, Agrícola e Melanchthon, o acolhimento das suas doutrinas

¹ Vide Pereira (2005).

nos opúsculos de Vaseu e Ringelberg interferiram no modo de entender os retores clássicos, modificaram a relação entre as artes do discurso, alteraram equilíbrios na economia do sistema retórico.

Tanto a *Grammatica da linguagem portuguesa* (Lisboa, Germão Galharde, 1536) como a *Arte da guerra do mar* (Coimbra, João Álvares, 1555) testemunham esse influxo do humanismo parisino e renano-flamengo, sobretudo em dois pontos de que nos ocuparemos a partir de agora: a lição erasmiana da adesão dos *uerba à res*, da coerência entre fé e vida, reclama uma retórica do *ethos* assente no princípio do *aptum*²; o modo de entender as *artes sermocinales* que prevalece entre os humanistas do Norte da Europa, desde o *De inuentione dialectica* de Agrícola (1515) e dos *Elementa Rhetorices* de Melanchthon (1531) aos manuais da dupla Ramus-Talon (1545-1548), tende a reduzir a retórica à *elocutio* e à *actio* e a acolher uma concepção beletrística da *ars dicendi* que privilegia as doutrinas da *Institutio Oratoria* de Quintiliano³.

Na verdade, se já a relevância do *aptum* e o recurso a ideias do mestre calagurritano exigem o confronto dos dois manuais, um outro aspecto não pode ser descurado. O parentesco entre a *Grammatica* e a *Arte da guerra do mar* é também de género. Ambas as obras são tratados técnicos, os primeiros, aliás, em língua portuguesa na sua arte, e esse esforço precursor situa o autor aveirense na nobilíssima galeria dos humanistas do Renascimento que pugnaram pela defesa e ilustração das línguas vulgares, um movimento, que como se sabe, se gera e se desenvolve no âmbito das controvérsias do ciceronianismo. À formação intelectual recebida de André de Resende, à singular e riquíssima experiência de vida devem ser creditados os méritos de Fernando Oliveira enquanto pioneiro da reflexão metalinguística latino-portuguesa e do estudo das linguagens de especialidade⁴. Ambas as obras são artes, isto é, um saber

² Embora a *Moria*, os *Colloquia*, o *Miles christianus*, o *Enchiridion*, a *Lingua* e outros textos de conteúdo mais religioso fossem obras defesas, a *philosophia Christi* e as teorias retórico-literárias dela decorrentes estavam preciosamente expostas nos *Adagia*, no *De copia*, no *Ciceronianus*, no *De conscribendis epistolis* e, mais ainda, no *Ecclesiastes*, títulos que em geral passaram indemnes nos índices inquisitoriais.

³ A obra historiográfica que Oliveira compôs nos últimos anos de vida não sonegar este percurso. Vide Franco (2000).

⁴ Na década de 1530 André de Resende recorria ao método humanista no ensino da lógica. Na *Vida do Infante D. Duarte* recorda: «Líamos um tempo, em Lisboa, a Dialéctica e, depois de lhe ter lidos os princípios para a *Arte* de Joane Cesário, tornámo-nos a Aristóteles. Foi o infante D. Henrique visitá-lo uma sesta, estando nós em lição. [...] Cerrou o Infante o livro e em latim competente lhe resumiu o tratado de Porfírio [...] e as *Categorias* de Aristóteles e *Perihermenias* tão solta e despachadamente, que o Infante, seu irmão, ficou atónito. Líamos também o livro de Túlio – *De Officiis* –, e lêramos esse dia o capítulo *De Justitia*. Repetiu-o de cor, assi como jaz, e, des que acabou, disse: *Agora vo-lo quero dizer às avessas*. E começou da derradeira palavra, prosseguindo

teórico, racional, que abstrai e ordena princípios a partir da observação da experiência, um saber poiético, criativo, que procura possibilidades de aplicação dos preceitos, um saber prático que se aplica na exercitação e na acção que visa o fim pretendido. As duas artes têm um propósito e uma finalidade, *skopos* e *telos*, já que ambas supõem um conhecimento, *episteme*, que só alcança o seu fim quando realiza o bem que lhe é próprio, *agathon*. A validade de uma arte resulta, pois, da sua eficácia, ou, dito de outro modo, da sua utilidade. O saber técnico da *Arte da guerra do mar* avalia-se, portanto, pela aplicação que dele se possa fazer, e depende da credibilidade do seu autor. Ora *usus*, *aptum* e a *fides* que decorre do *ethos* são conceitos retóricos que reclamam a aderência dos preceitos à situação particular, a sua adequação às circunstâncias de pessoa, tempo e lugar. A *Grammatica da linguagem portuguesa* e a *Arte da guerra do mar* ilustram bem o labor humanista de reflexão sobre as linguagens específicas, de formação de metalinguagens técnicas e científicas, interesse que Oliveira partilha com o seu correspondente Jerónimo Cardoso, o nosso primeiro autor de vocabulários especializados⁵. A *Arte da guerra do mar* coloca-se assim na esteira do *Dell'arte della guerra* de Maquiavel (1521) que, embora com outro escopo, motiva a produção de manuais técnicos e a formação de saberes ainda mais especializados no âmbito da estratégia; a poliorcética, por exemplo, a arte de expugnar cidades fortificadas, desde os manuais de Leon Battista Alberti (*De re aedificatoria*, 1450) e Francesco di Giorgio Martini (*Trattato di architettura, ingegneria e arte militare*, c. 1501) à história romana de Justo Lúpsio (*Poliorceticon*, 1596), reactiva o interesse pelos tratados da antiguidade e moderniza-os depois da introdução das armas de fogo⁶. A *Arte da guerra do mar*, até pela sua novidade, constitui um sinal dessa tendência para a especialização imposta pela necessidade, que se reflecte não só na parte técnica mas também em domínios como a terminologia, a

até a primeira, sem titubear nem fazer intervalo». O estudo da *Isagoge* de Porfírio e dos tratados preliminares do *Organon* de Aristóteles, o uso da dialéctica de Johann Caesarius situam o magistério resendiando na corrente que ligava Trebizonda a Agrícola, Erasmo e Melanchthon; e nem sequer o *De officiis* ciceroniano foge ao modelo, pois a sua inclusão reitera o parentesco entre as *artes sermocinales*, como frisarà Ringelberg ao considerá-lo modelo de oração demonstrativa do subgénero *dialecticum*. Resende ensinava pelo manual de Caesarius e figuras influentes como Diogo de Murça possuíam a obra de Agrícola; o *De inuentione dialectica* é uma das autoridades mais referidas nos comentários de António Pinheiro a Quintiliano, nos opúsculos de Vasou e Ringelberg, nas notas de Diogo de Contreiras à dialéctica de Trebizonda, textos editados em Salamanca e Coimbra para alunos portugueses. Vide Resende (1963: 71-132), Ringelberg (1550: 6-7), Vasoli (1968: 249-277), Mack (1993), e Pereira (2004: 201-213).

⁵ Vide Verdelho (1987: 157-187); (1995); (1998); (2001: 74-102); (2002); Eisenstein (1979: 520-574).

⁶ Vide Parker (2005: 61-116), (2019).

etimologia e a latinização da língua ou a fixação de nomenclatura para a guerra naval⁷.

Mas por que motivo um tratado *de re militari* havia de abrir, logo na *captatio beneuolentiae* do exórdio, com uma paráfrase de Quintiliano? A *dispositio* do manual e a sua *res* justificariam tal remissão ou o recurso a uma autoridade em matéria retórica não seria mais do que uma digressão erudita?

Na verdade, embora use sobretudo autores como Vegécio, Vitruvius, Plínio, Columela e Varrão, visto tratar-se de um texto técnico, Fernando Oliveira na *Arte da guerra do mar* coloca o seu *prologo com exordio e excusa* sob a égide do retor latino:

Grande parte da discrição que se deue guardar nas praticas & escrituras, muyto manifico señor, he a que ensinão guardar os rhetoricos pera ganhar beniuolencia dos ouuintes. Esta he, que nos conformemos com os costumes & affeyções das pessoas com que falamos. Assy o diz Quintiliano, quasi per estas palauras. Quero, diz elle, se for possivel, que os oradores entendam as condições daquelles que ham de julgar seus dizeres: & atentem se sam asperas se massias, se leues ou graues, duras ou brandas: & conformem cõ ellas suas palauras: ou dessimulando temperem oportunamente a repugnancia, em tal modo que nam dem desgosto aos que ouuem. E defeyto bem importuno & sem sabor seraa, o que este auiso nam guardar, & falar impertinentes falas ou matereas ante pessoas a que nam conuem nem lhe pode dar gosto, nem por ventura ser per elles entendidas.

Na *Grammatica*, como é natural, Oliveira recorre sobretudo ao livro I da *Institutio Oratoria*, e menos ao II. No livro I Quintiliano tratava da instrução elementar, sublinhando a importância da gramática, da música e das restantes matérias da *enkyklios paideia* para a formação do orador, no livro II introduzia o estudo da retórica – ao *grammaticus* compete a *ars recte dicendi* e a *enarratio poetarum*, mas também os exercícios preparatórios, as *praexercitationes* já referidas em 1.9 –, nos livros III a VII ocupava-se da *inuentio* e da *dispositio*. No entanto, os livros IV a VI da *Institutio* combinam dois esquemas, pois

⁷ A linguagem técnica da marinharia pode servir, por exemplo, para esclarecer termos da metalinguagem retórica: o pinho tem tantas virtudes e vantagens na construção naval que «por elle ser a principal materea nesta fabrica os Gregos e Latinos per trasladaçam metonímica chamão aas naos pinhos, nomeando a materea polla cousa composta della [...] como também chamamos fustas as fragatas dos mouros, porque sam feytas de fuste, que quer dizer madeyra ou pao», *vide* Oliveira (1983 [1555]: I parte, cap. VIII). O espírito prático, a experiência de vida e a formação intelectual de Fernando Oliveira fazem dele um caso singular na literatura técnica de Quinhentos, *vide* Mendonça (1898), Domingues (1985), (1991).

conformam-se igualmente com o modelo dos manuais pré-aristotélicos, uma vez que versam longamente as partes do discurso: exórdio, narração, digressão, proposição/divisão são apresentadas no livro IV, a confirmação no livro V e a peroração no livro VI.

Ora é, precisamente, à teoria quintilianista do exórdio, exposta no livro IV, que Fernando Oliveira se atém no próêmio da *Arte da guerra do mar*. Se a razão de ser do exórdio não é outra senão a de preparar o ouvinte, tornando-o benévolo, atento e dócil ('interessado' seria porventura melhor tradução)⁸, de modo a que se mostre mais favorável nas restantes partes do discurso, parece-nos muito ajustada a paráfrase da *Institutio Oratoria*, 4.1.17, pois centra a *captatio benevolentiae* do exórdio no *ethos* do orador, na sua credibilidade, e na adequação do discurso à variedade das *circumstantiae*, cuidados a ter necessariamente num tratado técnico. O passo do autor latino, mais parafraseado do que citado, soa assim em versão portuguesa:

*Gostaria também que se conhecesse, se possível, o carácter do juiz, pois, consoante ele seja rude, delicado, amável, grave, severo ou macio, assim será oportuno invocar a nosso favor tudo o que o possa tornar cooperante, ou temperar o que o faz hostil*⁹.

De facto, como mais adiante frisa Quintiliano a propósito da *narratio*, o discurso só será eficaz, *credibilis*, se o autor nada disser contra a natureza das coisas, se a explicação das causas preceder a exposição dos acontecimentos, se as descrições de pessoas, tempos e lugares respeitarem as circunstâncias¹⁰.

Mais significativa, porém, do que a citação explícita da *Institutio*, se afigura a sua cabal adaptação à estrutura de um texto técnico que visa a utilidade. Na teoria do *exordium* do livro IV encontrou Oliveira a pedra angular para a sua composição; postergando os preceitos mais técnicos, com o asserto «que os oradores entendam as condições daquelles que ham de julgar seus dizeres» reelabora o autor aveirense o princípio erasmiano do *apte dicere*. É bem possível que a recepção de Quintiliano entre nós muito tenha ficado a dever à mediação do roterdamês e ao humanismo parisiense.

No *Quattrocento*, desde a redescoberta da versão integral da *Institutio* por Poggio em 1416, foi-se gerando um grande interesse por Quintiliano, nas

⁸ Cf. *Institutio Oratoria*, 4.1.5.

⁹ Cf. *Institutio Oratoria*, 4.1.17.

¹⁰ Cf. *Institutio Oratoria*, 4.2.52.

prelecções florentinas de Poliziano, nos comentários de Beroaldo, Barzizza ou Lorenzo Valla, entusiasmo que mais aumentou depois da *editio princeps* feita em Roma em 1470. Na viragem do século, pontificam ainda os críticos italianos, Valla, Pompónio Leto, Giorgio Merula e, sobretudo, Raffaele Regio, o quintilianista então mais vezes editado, mas, entrando o segundo quartel do séc. XVI, a situação altera-se por completo e o autor latino passa a ter os seus melhores comentadores em Paris e na Alemanha; entre os mais bem sucedidos não se encontra nenhum italiano, Camerarius (16 edições entre 1532-1567), Mosellanus (15 entre 1528-1567), Pierre Galland (8 entre 1538-1567), Guillaume Philandrier (8 entre 1536-1561), Johannes Sichard (7 entre 1536-1561), António Pinheiro (7 entre 1538-1569).

Que Quintiliano era mestre muito estudado pelos portugueses que por esses anos se formaram em Paris comprovam-no bem os apreciados *Commentarii* ao livro III da *Institutio Oratoria* compostos pelo futuro bispo de Leiria e Miranda na sequência do seu breve magistério no Colégio de Santa Bárbara¹¹. Não é de estranhar pois que a *Institutio Oratoria* figure no último ano do plano de estudos do Colégio de Guyenne e, caso André de Gouveia tenha aplicado o programa da *Schola Aquitanica* no Colégio das Artes, também Quintiliano culminaria os estudos retóricos ministrados em Coimbra no Colégio Real¹². Outros testemunhos há da relevância do calagurritano na instrução retórica dos bolseiros régios: Diogo de Teive acolhe largamente as doutrinas quintilianistas no seu tratado de formação de príncipes¹³; em carta a Gonçalo Fernandes, também antigo escolar de Paris, Jerónimo Cardoso glosa a alta concepção quintilianista da função dos mestres assimilada a uma espécie de paternidade espiritual¹⁴. O uso da *Institutio Oratoria* por estes anos está bem documentado entre nós: corria em primeira mão nas melhores edições – e não faltam exemplares profusamente anotados que o indicam, mas também circulava, indirectamente, através de manuais antológicos como a retórica de António de Nebrija¹⁵.

¹¹ M. Fabii Quintiliani, *Oratoris eloquentissimi, Institutionum Oratoriarum Libri XII (...). Additae sunt Petri Mosellani uiri eruditi Annotationes in septem libros priores, & Ioachimi Camerarii in Primum et Secundum. Quibus & accessit doctissimus Cōmentarius Antonii Pino Portodemaei in Tertium, nunc recens editus*, Paris, ex officina Michaelis Vascosani, 1538 (Bibl. Nacional de Lisboa, Res. 711 A). Vide Pereira (1998: III, 1241-1252).

¹² Vide Gouveia (1944: 247-282).

¹³ Vide Soares (1994: 220-221).

¹⁴ Em 1530-1531 Fernandes estava matriculado na universidade de Paris e aí conheceu João da Costa a quem veio a servir de testemunha no processo inquisitorial de 1550. Vide Reis (2006, I: 132-134; e II: 91).

¹⁵ *A Artis rhetoricae compendiosa cooptatio ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano*, Antonio

Não se estranha, pois, que humanistas próximos de Fernando Oliveira se valessem frequentemente da autoridade de Quintiliano, um é o já referido Jerónimo Cardoso, que nas epístolas, nas elegias e nas silvas se compraz muitas vezes com alusões ao autor latino, outro é João de Barros, que mormente nas obras pedagógicas, na *Cartinha pera aprender a ler* e na *Grammática da Língua Portuguesa*, não raro lança mão da paráfrase, da citação e até da tradução literal¹⁶. Assim se compreende que, numa das suas *epistolae*, Jerónimo Cardoso, para elogiar a acribia e a erudição de Fernando Oliveira, não tenha encontrado forma mais azada do que celebrar o seu saber quintilianista¹⁷.

A carta de Cardoso ao autor da *Arte da guerra do mar* é de circunstância, visa estabelecer alguma forma de *benevolentiae ac familiaritatis* entre os dois humanistas, mas tem como argumento central o louvor do magistério e dos estudos de Oliveira sobre Quintiliano: fala Cardoso do renome por ele alcançado recentemente in *Fabii Quintiliani elucidatione*, de como tirou do abandono e deu a conhecer o autor latino, da restituição de esquecidos *rhetorices praecepta* feita por um *peritissimus atque absolutissimus interpres*.

Desta epístola, que datará de finais do ano de 1554 ou inícios de 1555 – contemporânea, portanto, da publicação da *Arte da guerra do mar* –, «depreende-se que, por essa altura, Fernando Oliveira renovava, em Coimbra, o estudo da Retórica de Quintiliano». Se o tom, como bem observa Telmo dos Reis, é de facto ambíguo, a informação parece muito plausível pois os textos publicados em vida do autor aveirense confirmam a sua continuada atenção à *Institutio Oratoria*¹⁸.

Com efeito, na *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Fernando Oliveira cita, explicitamente, Quintiliano vinte e duas vezes¹⁹, mas mais interessantes se nos antolham as consequências dessa copiosa relação: geralmente hauridas no livro I, servem para vincar o escopo retórico-literário da aprendizagem gramatical, em consonância com a orientação que a renovação humanística

Nebrissensí concinnatore (Alcalá, Arnao Guillen de Brocar, 1515) figura no rol dos livros adquiridos para a livraria do Mosteiro de Santa Cruz em 1534 e 1535. Neste manual Quintiliano pontifica tanto na quantidade de citações, 52% do total, como nos conceitos básicos da arte. Vide Cabello Hernandez (1998, III: 1169-1179).

¹⁶ Vide Barros (1969) e Serrão (1988: 31-53). Como se sabe, Fernando Oliveira foi mestre dos filhos de João de Barros, de D. Antão de Almada e do barão do Alvito. Embora não se conheçam dados irrefutáveis, é muito provável que nesse escol de moços fidalgos se encontrasse também Aquiles Estaço, o humanista que depois foi secretário de papas e cardeais.

¹⁷ Vide Cardoso (1556: fols. 29-30).

¹⁸ A carta está traduzida em Reis (2006, I: 135-136; II: 93-94).

¹⁹ Vide Maruyama (2001: 375).

imprimira nas décadas anteriores ao ensino da gramática latina. Para adquirir a eloquência, já nas artes de João Vaz, Estêvão Cavaleiro e Cataldo importava mais o *usus* do que os *praecepta*. Na mesma linha, Oliveira, no quarto capítulo, define a gramática como «arte que ensina a bem ler e falar»: a *ars recte loquendi* dá lugar à *ars bene loquendi*. Será, pois, esta a perspectiva da primeira «notação em alghũas cousas do falar Portugues», desde a carta nuncupatória a D. Fernando de Almada que, à guisa de exórdio, pretende tornar o ouvinte atento, benévolo e dócil, «sua merçe ouça com muyta atenção e vontade porque nisso fauoreçera o partido de meu trabalho». Na verdade, algumas das questões que ao longo de Quinhentos surgem inevitavelmente nos debates retóricos, de forma mais ou menos clara, também aqui comparecem. E o recorte erasmiano de algumas delas não passa despercebido.

A clássica equação *res/uerba* surge reformulada pelo princípio do *apte dicere* nos primeiros capítulos, «as palauras são ymagem das obras (...) Cada hum fala como quem é: os bõs falam virtudes e os maliçiosos maldade: os religiosos pregão desprezos do mundo e os caualeiros blasonão suas façanhas: e esses sabem falar os que entendem as cousas: porque das cousas nacemento as palauras e não das palauras as cousas: diz (...) quintiliano no oitauo liuro õde também disse que falar é pronunciar o que entendemos». Por isso, como nas retóricas centradas no *ethos*, a diversidade é explicada pelas teorias médicas dos gregos: os temperamentos, a saúde, a fisiologia da voz resultam do equilíbrio dos humores, «como este orgão da lingua e boca he mais e melhor disposto assi cumpre melhor seu ofiço: bem ou mal disposto pode ser em calidades e feição: calidades como seco ou humedo: feição como dentes grandes ou desuiados». No entanto, o *aptum* realiza-se na atenção às *circumstantiae*, pois é «das calidades serem diuersas: nas quaes tem dominio as condições do ceo e terra em que viuem os homens». Pode parecer ideia típica de um espírito prático e experimentado, mas na verdade Oliveira busca sempre caução clássica para tais assertos, pois afinal ainda aqui interferirão conceitos retóricos como *kairos* e *prepon*. Assim, para entender as diferenças nas terminações das palavras alvitra-se que no Sul, nas terras do sol, ao contrário das línguas do Norte, as palavras não terminariam em letra muda, sugestão que estaria na fala da Dido virgiliana a Ilioneu²⁰.

Já a primazia do *usus*, autorizada por Quintiliano, conforma os capítulos sobre as letras na recusa do purismo etimológico, «mas nós somos tão grandes

²⁰ A teoria dos humores da antiga medicina grega teve larga repercussão na arte retórica e na ciência política. Jean Bodin, em 1566, virá a servir-se dessa tradição hipocrática para inquirir o carácter nacional e as diferenças entre os povos. Vide Arikha (2007).

bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessárias», procedendo ao invés do que recomenda Quintiliano «o qual diz no primeiro liuro assi: Olhe bem o grammatico diz se antre os latinos sobejão mais letras que a nota daspiração a qual se fosse necessaria também teríamos nota ou sinal de não aspiração» (Cap. XVI), ou ainda «e Quintiliano assi manda escreuer qualquer lingua como soa». Sobre ser sobeja a letra -k-tanto entre nós como entre os latinos, volta ao calagurritano, «Contra estes e muitos mais e milhores val so a autoridade de Quintiliano e muito mais a esperiência da nossa lingua» (cap. XVII). O *usus*, princípio basilar do ensino humanístico da gramática latina, deve pois ser a regra; na dúvida a ele se deve arrimar tanto o gramático como o falante, «e porem o costume val muito, sem o qual a escritura porventura ficaria duuidosa».

O *aptum* e o *usus* regulam de forma ainda mais impressiva e sistemática a composição da *Arte da guerra do mar*²¹. O prólogo *com exórdio e escusa do autor* recomenda, por meio de Quintiliano, «que nos conformemos com os costumes e affeyções das pessoas com que falamos», porque «defeyto bem importuno & sem sabor seraa, o que este auiso nam guardar, & falar impertinentes falas ou matereas ante pessoas a que nam conuem nem lhe pode dar gosto, nem por ventura ser per elles entendidas». A *utilitas* de um enunciado radica no decoro, na harmonia ente *res* e *uerba*, mas o *aptum* não só afecta as partes do discurso como reclama adequação social e uma ética individual: «O estilo seraa breue & claro, & conforme aos entendimentos dos caualleyros determinados e acelerados, que nem esperão longos preâmbulos: & na linguagem vulgar desta nossa terra pela que se possam delle aproueytar os nossos homens da guerra, dos quaes os menos entendem língua latina na qual me dizião algumas pessoas que o escreuesse mas não no fiz pollo dicto respeyto»²².

²¹ *Arte da Guerra do Mar* novamente escrita per Fernando Oliueyra, & dirigida ao muyto manífico senhor, o senhor dom Nuno da cunha capitão das galees do muyto poderoso rey de Portugal dom Iohão o terceyro. Vista & amitida pelos senhores deputados da sancta inquisiçam. EM COIMBRA. M.D.LV. Alguns dos dizeres desta portada, por contraste com a da *Grammatica*, mereceram agudas observações de H. Livermore. As diferentes datas do prólogo a D. Nuno da Cunha, 28 de Outubro de 1554, e do cólofon, 4 de Julho de 1555, conjugadas com a data de nomeação de Fernando Oliveira como revisor da imprensa da Universidade, 18 de Dezembro de 1554, sugerem uma mudança na situação do autor. Depois do processo inquisitorial e das penas cumpridas entre 1547-1551, Oliveira, apesar da ambígua actuação da Inquisição em 1555, aparece protegido ao mais alto nível, pelo Infante D. Henrique muito provavelmente; não só ganha a nomeação como revisor de livros, como passa a intitular-se licenciado e capelão régio, tem acesso a documentos reservados, e ainda obtém de D. Sebastião uma tença de 20 mil réis. Por tudo isto, conclui Livermore (2001: 22-41): «It is surely time to modify the picture of Oliveira as being permanently the victim of persecution by the Inquisition, as drawn by Lopes de Mendonça and Quirino da Fonseca».

²² Em termos muito semelhantes, em clave erasmiana e quintilianista, comenta também

Deste modo, dominará, ao longo do tratado, a isotopia do decoro, mediante a reiteração dos radicais de decência, conveniência, oportunidade, ocasião, adaptação, acomodação.

O *aptum* reforça-se com a autoridade de Santo Agostinho, «a ordem natural dos homens *acomodada* pera conseruação da paz, requer que soo os principes tenham autoridade pera fazer guerra. (...) Soo aos principes soberanos he licito fazer guerra» e «se a nam fazem *quando* he necessário, peccão» (cap. II). É, pois, da maior infracção ao decoro, do *dissidium linguae et cordis*, que se geram males que merecem veemente exprobação, a guerra que não é justa, o tráfico de escravos e, pior ainda, a escravatura que se justifica com a salvação da almas dos que são reduzidos à servidão, pois é essa incoerência que S. Paulo condena com a máxima ‘não se deve fazer mal para vir bem’ (cap. IV).

Mas o *aptum* na guerra significa resposta imediata às necessidades do momento, destreza e prontidão: que os almirantes sejam prudentes e diligentes no cuidado de prover as taracenas, armazéns e navios, que as funções do almirante-mor não se dividam por vários cargos, provocando burocracia, lentidão e desperdício, «posto que outra cousa digão [a sua alteza] os que gozão desses carregos» (cap. VI), «que nas taracenas haja navios feitos e *prestes*, que *em breve* possam acudir aos sobressaltos súbitos» (cap. VII).

É mister, portanto, que os meios – navios, madeiras, armas, vitualhas – sejam adequados: certa árvore, o lerez, em África dá resina ardente e madeira *leue e auta* pera nauios, já nos vales da região padana tem humor tão indigesto que «nem he *idónea* a madeyra delle naquellas terras pera nauios, nem pera queymar», é que as árvores «que en humas partes sam boas pera a fabrica de nauios, em outras o nam seram». Assim, conclui o autor, «pus aqui, per exemplo dalgumas madeyras as qualidades *idóneas*», «onde se nam acharem as especias das aruores que quaa conhecemos, ou se acharem essas mudadas, escolhermos de todas as mays *acomodaueis* pera nossa fabrica», «Hauendo na madeyra as qualidades *oportunas*, cumpre também que seja cortada em tempo deuido» (cap. VIII-IX). Que as armas se adaptem aos que delas usam e que sejam adequadas aos inimigos, «assim, segundo com quem pelejamos hauemos de vsar as armas, e ser destros nellas com elles» (cap. X). Que os cereais, o vinho e as carnes convenham à travessia dos oceanos, referência aos modos de conservar os mantimentos que permite notas de erudição como

António Pinheiro vários passos do livro III da *Institutio*. Não seria aconselhável falar de luxo aos velhos romanos nem de frugalidade e parcimónia aos Sibaritas, diz Quintiliano (3.7.23). Pinheiro a este propósito recomenda: «uide (...) Erasmus in prouerbio, Mensa Sybaritica» (*op. cit.*, fl. 24v).

a etimologia de biscoito. O princípio da adequação das pessoas e dos seus comportamentos às funções, por mais relevante, é vincado geralmente com máximas, «mal saberaa mandar a outrem quem não modera a sy mesmo», que podem também ser frisadas com uma *chria*: «Escreuesse de Scipião chamado africano, que algumas pessoas lhe diziam que não pelejava bem, e elle lhes respondia, que seu officio era mandar e nam pelejar» (cap. XIII).

Se a primeira parte da *Arte* se ocupa da preparação da guerra, a segunda trata das frotas armadas e das batalhas marítimas. Ora o sucesso da guerra no mar continua a depender do *aptum*. Assim, na costa da Guiné, «por respeyro das calmarias, seriam mays *idoneos* nauios de remos» (cap. I), pois de novo é crucial a adequação: linhas de remos, qualidades de velas e mastros, tipos e quantidade de armas devem ser escolhidos segundo o género de navio, galés, galeotas, fustas, bergantis, fragatas, caravelas, galeões, navios de porte (cap. III). Conforme a estação, o tempo, o clima, assim se pode ou não navegar, pelo que «no mar e na guerra cumpre ver e decernir» (cap. IV-VIII).

Se uma arte só se justifica quando alcança o seu escopo e finalidade, o fim da arte da guerra é a vitória, portanto procurem-se a ocasião e os meios, encontrem-se as pessoas eficazes no tempo oportuno. Embora se deva guardar direito e justiça na guerra, «todas as cousas *tem seu tempo e pessoas* applicadas pa se occuparem nellas, e os caualleiros não são applicados aa oraçam em especial no tempo do pelejar. Então *he tempo* d’s defender, em combater, e desbaratar os imigos per totalas vias, per industria e astucia, cuydando e fazendo tudo o que pera isso cumpir». Assim, como os bons capitães fazem a guerra mais por manhas que por força, todas as acções dependem da sua oportunidade, noção retórica de *kairos* que é ilustrada com vários *exempla* e *chriae*. Pela mesma ordem de razões deve a prudência, mais que tudo, caracterizar o bom comandante, pretexto para uma erudita alusão ao lema de Augusto, que figurava também entre os mais conhecidos *Adagia* erasmianos, *Festina lente* (2.1.1), «se o capitam ou gente sam belicosos e desejam pelejar que o nam devem fazer sem muyta consideraçam, mas devem esperar *tempo e lugar oportuno*», é que só «He tempo pera dar batalha, quando temos *oportunidade* pera isso, ou de auantagem nossa, ou de falta dos imigos» (caps. IX-X)²³.

²³ É possível entrever no desassombro de algumas críticas aceradas ao farisaísmo social e religioso, ao *dissidium linguae et cordis*, mais do que uma idiosincrasia do autor, de seu natural ‘inquietao’; tendo em conta a formação recebida, o meio humanístico em que evoluiu, as amizades que cultivava, parece legítimo notar a leitura de Erasmo e a adesão ao erasmismo – posição incómoda no ano de 1555 – em proposições como a que se encontra no cap. XV da segunda parte, «do exercicio dos soldados: Era tam castigada a gente da guerra dos Romanos, e gregos, que me atreueria dizer, qu eram mays mesurados e continentes do que agora sam alguns frades».

Por conseguinte, avulta, igualmente, como factor decisivo o espaço, a posição, o *lugar pera pelejar*. Como na oratória judicial importa definir o *status*, a posição estratégica, o sítio que se elege como o mais apropriado para defender ou atacar, o lugar onde se fixa o estandarte, «em lugar importuno padecem dous trabalhos hum do lugar e outro dos contrayros». Pelo que há que considerar o vento, o sol, o estado do mar, as correntes, as marés, para encontrar a oportunidade, «assy como huns lugares na terra conuem mays pera gente de cauallo e outros pera de pee, tambe assy no mar huma desposiçam he mays commoda pera nauios de vela, outra pera de remo» (cap. XI). Sem esta prudência «huma saluação fica aos vencidos, que he, nam esperar saluação» (cf. *Eneida* 2.354, cap. XIII).

A adequação às circunstâncias, no entanto, tem valor meramente instrumental, o seu fim é a *utilitas*, e se só o *usus* pode tornar a acção eficaz, o essencial da arte é a prática, a execução que põe à prova os preceitos, «porque deyx a filosofo de ser bom çapateyro. Não por falta dentendimento, senã de pratica e execução». Das três colunas em que assentava a pedagogia clássica, *natura, ars, exercitatio*, esta, como para os retores do Norte da Europa, sobrelavava as demais, «os soldados se não sabem das armas e guerra abasta que pera isso dispostos porque em breue aprendem o exercício dellas, o qual nã he mays que exercício sem mays outra meditação artificial» e mesmo o ofício de marinheiro, embora seja «de mays arte, requer muyto vso» (I parte, cap. XII). Se a exercitação e o uso podem tornar a técnica uma segunda natureza, as palavras de Oliveira, «o costume faz outra natureza», repercutem as teorias de Rodolfo Agrícola, e «se todas as artes consistem no exercício segundo o prouerbio que diz vsa e seraas mestre, esta [a arte da guerra do mar] mays que todas o require» (I parte, cap. XIV)²⁴.

Na verdade, só o exercitação e o uso podem responder eficazmente à infinita variedade das situações em permanente mudança. A prudência exercitar-se-á, portanto, na reconhecimento do que é múltiplo e diverso: convirá conhecer os vários tipos de barcos e qual a tripulação que lhes convém (I parte, cap. III), prover as taracenas com abundância de materiais – betume, sebo, breu, estopa, chumbo, para os calafates – e que a nossa gente, que «trata

²⁴ No *De inuentione dialectica* (III, cap. 16), Agrícola estabelecia íntima conexão entre *exercitatio* e *usus*; a proficiência retórica, como na pintura e na música, adquire-se através da repetição e do exercício até se tornar segunda natureza, *prope in naturam uerterit*, pois *nec ulla res efficacius recte nos docet facere, quam ut saepe faciamus*. Esta valorização do exercício vem a ser acolhida na pedagogia de Melanchthon, no ensino de Sturm e Latomus, e não estará ausente nos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loiola.

em terras apartadas destas, onde a natureza não cria as mesmas espécies de coisas como aqui, quando não acharem estas busquem outras semelhantes» (cap. VII). A madeira para os navios, por exemplo, será boa ou não «segundo a diuersidade das terras em que nasce», e se os portugueses andam por terras tão distantes como a Guiné, o Brasil ou a Índia, há que ter isso em conta, pois «não somente a diuersidade dos sítios varia as espécies das arvores, mas também em huma mesma especie muda as qualidades, e a faz aqui mays seca e acolaa mays humeda».

Recorre Oliveira, portanto, às antigas teorias médicas dos gregos, à doutrina dos humores que tinha larga tradição nos tratados de retórica e de ciência política. Nas terras frias as árvores crescem mais porque «aly nã tem o sol força pera gastar os humores das prantas»; a durabilidade e dureza da madeira dependem da quantidade de seiva ou *çumo* que na árvore correr; o Verão será, pois, o tempo mais inconveniente de todos para o abate das árvores, porque estas ou estão verdes e a sua seiva logo se converte em podridão, ou com fruto que logo mais fraca torna a madeira e, pela mesma razão, será de evitar o corte no Outono quando as árvores estão paridas e como que chupadas de virtude (cap. IX); donde se segue que «o mays certo tempo de sua firmeza he o inuerno, quando a natureza nellas estaa çarrada e os humores como dormindo, entam estã ellas em sua força inteyra e assentada, e nesse tempo se forem cortadas, a madeyra seraa sam e durauel».

Do *aptum* e da *utilitas*, da *exercitatio* e do *usus*, da teoria dos humores, tira proveito a *Arte da guerra do mar*. Mas a conformação retórica do manual vai muito para lá do mero recurso a tais conceitos e doutrinas. Se a *inuentio* incide sobre conhecimentos específicos da marinharia e da guerra naval, já a disposição dos pensamentos encontrados parece subordinar-se a um esquema típico da arte oratória. Basta percorrer os títulos dos capítulos que constituem as duas partes que tratam da preparação e da execução da guerra do mar, para se perceber a sua flagrante afinidade com a teoria tradicional dos *loci communes*. Se as diferenças entre os homens se geram da perversão que faz com que a guerra «pareça natural à sua natureza», e se por isso se afigura a guerra inevitável, importa saber *quis?*, quem a pode fazer, e tratar dos príncipes, dos homens do mar, dos soldados, dos capitães, do almirante, *cur?* porquê é necessário fazer a guerra, *quid?* que é a guerra justa? *quomodo?* de que maneira fazê-la, *quibus auxiliis?* com que meios, e tratar das taracenas e seu provimento, da madeira para as naus, dos armazéns e suas vitualhas, dos navios, *quando?* em que tempo cortar a madeira, quando é tempo de navegar, *ubi?*, onde, ou do lugar para pelejar. Os *loci*, «quis, quid, ubi, quibus auxiliis,

cur, quomodo, quando», indicados por Santo Agostinho e vulgarizados na *Ars versificatoria* de Matthieu de Vendôme, dispõem os capítulos da *Arte da guerra*, organizando quase sem falhas a primeira parte.

Por fim, se o tratado, seguindo a praxe retórica, abre com *prologo com exordio e escusa*, também no epílogo respeita a prática dos oradores. Com efeito, os dois últimos capítulos da Segunda parte, intitulados *dalgumas regras geraes da guerra e da conclusam da obra*, cumprem cabalmente as funções atribuídas à *peroratio* do discurso oratório.

O cap. XIV apresenta-se como uma óbvia *recapitulatio* que sumaria os princípios de forma lapidar, procedimento em que não será ilegítimo entrever uma intenção mnemotécnica. O didactismo da parenese e dos preceitos, que tinha nos *Erga* hesiódicos longínquos antecedentes, serve, por exemplo, para frisar de novo a eficácia da exercitação, «mays valentes faz o exercicio que a natureza», ou a primazia das contingências, «poucas vezes demos batalhas pubricas, nas quaes tem mays parte ocasiam que a valentia nem saber», «O lugar muytas vezes val mays que a força».

Fazendo apelo à *atrocitas* das imagens, suscitando os affectos mais veementes, o cap. XV realiza a *indignatio*: a utilidade do manual mais evidente se torna nas circunstâncias presentes, quando «vejo que se vem chegãdo a nos os turcos, que nestes tempos sam grandes cossayros do mar, e he medonha cousa velos como vem brauos coa soberba de suas vitorias. Parecem ser aquella besta infernal, de que fala são Johão, e diz que ha de sair do mar, e que o drago do inferno lhe daraa seu poder, com que faraa a guerra aos sanctos e os venceraa». Como prescrevia já a *Retórica* aristotélica, na *indignatio* jogam papel decisivo as imagens atrozes que se põem diante dos olhos para emocionar e impelir à acção. Por isso, na peroração, as provas devem relevar do *pathos*, e dessas emoções duas em especial, por mais pertinentes, deve o orador percutir, o medo e a esperança. Ora é precisamente assim, de modo tão retintamente oratório, que conclui Fernando Oliveira, «convem a saber aos Christãos, que sam sanctos, ao menos na eleyçam, e o devião ser nas obras. Mas porque as obras são peruersas permite Deos que aquelles preualeção, pera castigo dellas. Nam querem ver isto os que tem paz com suas riquezas, e sob titolo de pacificos fazem guerra contra Deos e suas virtudes per soberba naõ se conhecendo e per outro vicios que a ociosidade e paz mundana trazem. Tenho medo que o ham de ver a tempo que se não possam valer. (...)».

Podemos, pois, concluir subscrevendo inteiramente o que disse Harold Livermore em artigo já citado: «If we look at Oliveira as a whole, we discover (...)

a passionate character which had imbibed a strain of Dominican zeal like that of Las Casas, and combined it with a rhetorician's love of words and a marked taste for erudition: these he applied to the meticulous study of seamanship».

*Fernando Oliveira:
a guerra como o menor dos males
e a escravatura como o maior dos pecados*

MARIA MANUEL BAPTISTA
CLC — Universidade de Aveiro

«O homem é o lobo do homem».
Plauto, *Asinaria*, 495

«A perplexidade política e ética nasce a propósito da existência de novas terras e da utilização dos seus habitantes, mas não por causa deles. Tudo se passa como se eles fossem invisíveis e na verdade o eram como sujeitos de direitos políticos e éticos próprios».

Eduardo Lourenço, 1962

Fernando Oliveira é um daqueles vultos da Cultura Portuguesa do século XVI que, apesar de ter já sido alvo de diversos estudos (alguns de fôlego e profundidade assinaláveis, mas nenhum de conjunto), não tem ainda o lugar que merece ao lado dos grandes Humanistas portugueses da época. Um modo de, sinteticamente, o situarmos no seu tempo, sem nos perdermos na sua biografia¹, que, de tão aventurosa e interessante tem captado, talvez em demasia, a atenção dos seus estudiosos desviando-os do núcleo da obra, é retomar aqui a feliz descrição que dele fez Henrique Lopes Mendonça, o seu primeiro e maior biógrafo: «filólogo como João de Barros, aventureiro

¹ Alguns dos estudos biográficos de interesse podem ser encontrados em Albuquerque (1987), Domingues (1987), (1997), Domingues & Barker (1991), Fonseca (1969), Gaspar (1996), Mendonça (1898).

como Fernão Mendes Pinto, perseguido pela Inquisição como Damião de Góis, navegador como João de Castro» (Mendonça, 1898) e, acrescenta Luís Albuquerque, «historiador, talvez como Rui de Pina» (Albuquerque, 1987).

No presente estudo abordaremos apenas uma das dimensões da obra de Fernando Oliveira, que se prende com a temática da ‘guerra justa’ e, nela, da escravatura, assunto no qual o dominicano se revela particularmente original no que respeita às opções que faz em face das principais teses em discussão na época. Na verdade, trata-se de uma temática que, desde a Reforma Luterana, e sobretudo depois, com Erasmo, ganha uma importância assinalável na Cultura Europeia revestindo-se até de um carácter fracturante: o pacifismo é por diversas vezes apresentado por Erasmo como uma forma de crítica à Igreja Católica Romana, conquistadora e bélica, projecto no qual a Península Ibérica se insere de um modo particularmente empenhado.

Os próprios Descobrimentos peninsulares têm como um dos seus mais importantes motes a expansão da cristandade, libertando e trazendo à Revelação o gentio, árabes, negros e indianos. Em boa parte munidos de uma fé praticamente inabalável na bondade de tais propósitos de índole religiosa, foi possível à cristandade em geral e aos portugueses em particular sentirem-se perfeitamente justificados na prática de uma guerra contra o árabe ou na promoção de razias nas costas africanas, que se já não são consideradas ‘santas’ passam pelo menos a ser vistas como ‘justas’ e, portanto legitimadas aos olhos da Santa Madre Igreja, logo, de Deus.

Dilatar a Cristandade, converter hereges e gentio, bem como trazer à possibilidade da salvação as almas que permaneciam na ignorância e obscuridade, era, pois, quanto bastava para aquietar algum prurido ético ou moral de uma igreja medieval ainda imbuída do espírito das cruzadas e da ‘guerra santa’.

Contra este espírito se ergueu frequentes vezes Erasmo, abominando a guerra (qualquer que fosse o seu móbil), defendendo a paz, não só dentro da Europa cristã, como fora dela.

A influência de Erasmo, sobretudo durante a primeira parte do reinado de D. João III (mas mesmo depois), foi notória entre nós. Não admira, por isso, que autores como Gil Vicente (*Auto da Feira*), João de Barros (*Ropica Pnefma*), Sá de Miranda (*Carta a João Ruiz de Sá e Meneses*) ou André de Resende² (*Erasm*

² As relações entre Fernando Oliveira e André de Resende estão ainda por esclarecer. Talvez não seja nunca possível determinar com rigor o quanto o primeiro (discípulo no convento dominicano de Coimbra) é devedor da obra do segundo (mestre e humanista que teve uma

Encomium e Oratio Pro Rostris) veiculem precisamente as teses erasmistas no que à paz diz respeito, defendendo a via pacifista, não só na conversão do Outro não-cristão, mas sobretudo no bom entendimento entre Lutero e Roma, quer dizer, procurando a conciliação no interior da Cristandade.

O próprio Erasmo procurou empenhar-se pessoalmente na conciliação dos cristãos desavindos, tentando evitar a fractura no interior da Igreja Romana, o que se tornou de todo impraticável após o Concílio de Trento (1545-1563). Sintomaticamente, a partir desta altura, as teses pacifistas deixaram de ser vistas como teses conciliatórias e, revelando alguma neutralidade e equilíbrio entre reformistas e contra-reformistas, passam a ser recebidas como uma forma de crítica agressiva e violenta aos propósitos da Roma tridentina (o que também foi o caso em Portugal).

Assim, no momento em que os humanistas são expulsos da Universidade portuguesa os nossos erasmistas passam a ser objecto de suspeita de heresia por parte do Tribunal do Santo Ofício que, apesar de todas as reticências de Roma, acabou por se instalar em Portugal (1547). É neste contexto que a temática da paz passa igualmente a ser vista como tese suspeita porque demasiado próxima da agora 'heresia erasmista'.

Ora é precisamente no prolongamento das premissas criadas por este quadro cultural que Fernando Oliveira se vai pronunciar sobre esta temática, numa obra intitulada *A Arte da Guerra do Mar* (1555), a segunda e última publicadas em vida. Apesar de se tratar de um livro de índole eminentemente técnica, que procura registar de forma didáctica e sistemática os conhecimentos práticos adquiridos pelo autor nas suas diversas viagens e aventuras bélicas vividas no mar, os primeiros capítulos são dedicados a uma reflexão sobre a natureza própria da guerra, não só na sua dimensão política e estratégica, mas ainda na sua vertente ética e moral, ambas enraizadas numa fundamentação de índole metafísica.

Digamos desde já que a posição de Fernando de Oliveira não é fácil, pois encontra-se desde logo sob a suspeição que é inerente a um padre (entrou na Ordem de S. Domingos por volta de 1522 onde permaneceu até 1531 ou 1532) que «usa barba grande e com vestido curto e com um chapéu de feltro de seda na cabeça» (Mendonça, 1898) o qual, publicamente, havia já confessado a sua

importância decisiva na introdução do erasmismo em Portugal). De qualquer modo, sabe-se hoje que André de Resende ensinou gramática a Fernando Oliveira e esteve, pelo menos indirectamente, envolvido nas peripécias que conduziram à sua primeira prisão no cárcere da Inquisição. No entanto, há muitas dúvidas sobre o exacto papel que André de Resende terá desempenhado neste processo (Albuquerque, 1987a).

simpatia e admiração pessoal por Henrique VIII, de quem se dizia ‘criado’. Não apenas havia referido em público o seu entusiasmo pelo Rei inglês, já em rota de colisão com Roma, e em cuja corte deve ter permanecido durante o ano de 1546, como ainda a sua concordância com muitas das teses daquele monarca, entre as quais o não reconhecimento da santidade das imagens objecto de culto, a negação da supremacia papal, a extinção dos conventos, entre outras. No texto da sua abjuração pode ler-se:

Eu, Fernando Oliveira, perante vós, senhores inquisidores, juro aos Santos Evangelhos (...) que de minha própria e livre vontade renuncio e aparto de mim todos e quaisquer erros de heresia, em especial as conclusões que disse e afirmei que os ingleses eram bons cristãos e se podiam salvar ainda que negassem obediência ao Santo Padre (...); assim em dar escusas da destruição de mosteiros e religiosos do Reino da Inglaterra e da ofensa que fez ao bem aventurado São Tomás (...) As quais conclusões confesso e declaro heréticas, temerárias e escandalosas. (Albuquerque, 1987a: 134)

Na verdade, as teses reformistas, ou pelo menos erasmistas, estarão presentes frequentemente na reflexão do nosso dominicano, embora este não as tenha adoptado completamente, exercendo também sobre elas o seu espírito crítico e prático, próprio dos humanistas dos Descobrimentos. O modo como Fernando Oliveira tratará esta questão da guerra ‘justa’ é em nosso entender exemplo disso mesmo pois, embora não deixando de revelar uma mentalidade prática e realista, conhecedora das concretas condições, dificuldades e problemas, na convivência entre os povos, os quais podem justificar a guerra, não deixa de levantar a sua voz contra os abusos a que ela conduz, destacando aí, pela sua brutalidade e imoralidade, a escravatura de árabes, índios e negros.

Assim, a nossa reflexão procurará seguir o pensamento de Fernando Oliveira, distinguindo nele uma reflexão que, embora se distancie na aparência das teses pacifistas de Erasmo ao defender a absoluta necessidade e inevitabilidade da guerra (fosse porque a sua mentalidade era eminentemente prática e muito ligada à experiência e à diversidade dos homens e dos seus respectivos interesses, fosse porque teria necessidade absoluta de se distanciar da ‘heresia erasmica’, uma vez que sobre si já pesavam suspeitas que bastassem para chamar a atenção do Santo Ofício), não deixa de seguir, e aprofundar até, a crítica de Erasmo no que à dimensão ética e moral da guerra diz respeito (santa ou não, justa ou injusta). É ainda neste contexto que trata

muito especificamente, e com grande desassombro para a época, o tema da escravidão e do modo como na guerra os homens se podem desumanizar, deixando surgir em si a besta que também os habita.

Teses arrojadas que, naturalmente, pagará com a liberdade ao cair muito pouco tempo depois da publicação desta obra (logo em 1555), pela segunda vez, nas garras do Tribunal do Santo Ofício³.

I - A política da guerra ao serviço da paz

A Arte da Guerra do Mar é iniciada por Fernando de Oliveira com uma clara afirmação da necessidade da guerra, defendendo logo no primeiro título 'que é necessário fazer a guerra'.

Trata-se de uma primeira tese que parece resolver de forma imediata a famosa polémica que em torno desta questão mantinham erasmistas e não-erasmistas sobre a legitimidade, moralidade e justiça da guerra levada a cabo por Cristãos. Repare-se, no entanto, que em nenhum momento Fernando Oliveira diz que a guerra é boa ou eticamente louvável, mas apenas que é 'necessária'. E é necessária de dois modos: porque está na natureza humana de uma forma quase inata e porque é essencial se se quer defender a paz.

No primeiro caso, e como homem do Renascimento e Humanista irá convocar Platão e as leis de Creta, que «mandavam governar os homens como se estivessem em contínua guerra», pois, na verdade, «todas as cidades e nações das gentes naturalmente têm entre si guerra e diferenças, posto que as não declarem sempre por alguns respetos que lhes convêm» (Oliveira, 1969[1555]: 11).

Por outro lado, e usando uma linguagem eminentemente religiosa, recorrendo ao pecado original, Fernando Oliveira procura mostrar que a guerra é consubstancial à natureza humana desde o pecado original, que é essencialmente o da desobediência a Deus. A partir de então os homens recusaram a 'justiça divina' e «determinaram viver cada um à sua vontade, e apartar-se em bandos uns contra os outros» (Oliveira, 1969[1555]: 11).

A guerra seria então co-natural à espécie humana, consequência de um pecado original livremente escolhido pelo homem, que se afastou de um ponto de vista global e divino (a 'justiça original') para se colocar de um ponto de vista que, embora grupal e colectivo, é essencialmente particularista,

³ Fernando Oliveira já havia sido preso pela Inquisição em 1547.

reductor e egoísta. É, portanto, na história da criação do homem que a guerra é ‘naturalmente’ legitimada, a qual agora «parece ser natural aos homens porque nasce da pervertida natureza» (ibidem).

Repare-se como para o dominicano a guerra é um mal que tem origem num outro mal, o pecado original, fonte de todo o mal, que só poderá ter redenção depois do fim deste mundo e que, até lá, afirma de forma crua e muito realista, só terá tendência a piorar. Daí que seja necessário um permanente estado de alerta para evitar tais males, mesmo ainda antes de usar propriamente a força bélica. Os previdentes e diligentes no preparar da guerra poderão mesmo evitá-la por os seus esforços poderem atemorizar e dissuadir o inimigo.

Fernando Oliveira ilustra esta forma de compreender a guerra, como um caminho para a paz, usando um contra-exemplo (que tem igualmente a função de valorizar a importância da arte da guerra naval para as conquistas e negócios que os portugueses levavam a cabo por essa época):

A cidade de Ceuta em África era forte e poderosa, e não temia todo o mundo que viera junto sobre ela, mas o felicíssimo Rei D. João de Portugal a tomou sem trabalho nenhum, só com destreza sua e descuido dos que nela moravam, que estavam tão confiados, que os nossos escalavam a sua cidade e tomavam posse dela e eles jogavam o xadrez e não podiam crer que os lançavam fora de suas casas (Oliveira, 1969[1555]: 12).

Para além disso, não usar as capacidades e virtudes de previdência e prudência na defesa da paz, estando constantemente preparado para a guerra, é, segundo Fernando Oliveira, um acto de desafio e ofensa ao próprio Deus.

Evocando ora S. Tomás ora S. Agostinho, o dominicano conclui que ‘a boa guerra faz a boa paz’ e que a preguiça e o descuido podem transformar rapidamente a boa paz em má guerra. Vai ainda mais além considerando que aqueles que defendem a paz a qualquer preço e como um valor absoluto (tese pacifista, oriunda do erasmismo latente ainda nesta época na cultura portuguesa, tal como já referimos) revelam «[...] uma hipócrita covardia ou encovado medo e rebuçado sob o nome de paz» (Oliveira, 1969[1555]: 12).

A proposta de Fernando Oliveira é mesmo de uma modernidade surpreendente (Sousa, 1969) e passa pela constituição de uma força militar permanente que, mesmo em tempo de paz, esteja sempre disposta à guerra. Preconiza ainda que uma tal força, a ser sustentada pelos poderes públicos

de modo a que se possa dedicar exclusivamente a estas actividades, seja inteiramente nacional, pois que o sentimento de defesa da sua própria terra é fundamental para levar a bom termo a guerra e a paz.

Apesar de tudo isto, sublinhe-se o quanto o dominicano tem a noção dos males que a guerra também pode trazer, pois defende que nem «(...) toda a pessoa tem autoridade para fazer a guerra, e esses que a têm nem sempre a devem fazer, senão quando com justiça mais não poderem» (Oliveira, 1969[1555]: 13). Cabe, portanto ao Chefe do Estado declarar a guerra ou a paz⁴ e este deve apenas promovê-la se for justa, quer dizer se tiver apenas como objectivo «o suprimento de judicatura contra aqueles que não são submetidos» (Oliveira, 1969[1555]: 15). Uma guerra será então justa se se destinar a repor ou a reconduzir à justiça: «(...) a força deve ser justificada, porque doutra feição será tirânica» (Oliveira, 1969[1555]: 15).

Outros cuidados devem ainda ser tomados para que a guerra seja justa: não deve ela ser declarada senão entre 'semelhantes', de príncipe a príncipe e não de príncipe ao povo, pois que só os governantes têm poder para comandar o seu próprio povo na guerra. De resto, a possibilidade de declarar a guerra e a paz é vista por Fernando Oliveira como uma grande responsabilidade dos governantes e mesmo uma obrigação moral na defesa do seu povo, mas sobre a qual deverá ser vedado aos súbditos pronunciarem-se, pois que há razões difíceis de compreender pelo povo, que, para além do mais, é parte interessada num tal juízo: «Os negócios dos reis são mui intrincados, assim como os carregos são grandes (...)» (Oliveira, 1969[1555]: 16).

Mas ainda nesta breve incursão de Fernando de Oliveira pelos domínios da teoria política, a propósito da guerra justa, revela o autor o quanto se encontra ainda dividido entre um paradigma Medieval de referência teológica e patrística e uma percepção do mundo eivada de um experiencialismo próprio dos Descobrimientos dos nossos séculos XV e XVI que, a breve trecho, conduzirá à desconstrução dos modos de ser e pensar tradicionais, abrindo as vias do que será a Modernidade europeia (Barreto, 1983).

Assim, e ainda no contexto de uma concepção política claramente Medieval, defende Fernando Oliveira que a responsabilidade última dos príncipes será sempre face a Deus, a quem terão de prestar contas pelo que fizeram (ou não) em prol da defesa do seu povo. Deste modo, não deverão

⁴ «E porque nos próprios casos ninguém pode ser bom juiz, não se permite esta força senão aos protectores da prol comum, como são os príncipes que têm carregos de conservar e defender os seus súbditos» (Oliveira, 1969[1555]: 15).

ser alvo de murmúrios ou críticas, pois «Deus defende que não murmuremos dos reis que bem lhes basta seu trabalho, sem padecer achaques de néscios» (Oliveira, 1969[1555]: 17).

Mas, simultaneamente, corrobora esta posição política de não legitimidade do povo no pedir de contas ao seu soberano por razões de valorização quase absoluta da experiência, critério que também lhe servirá para analisar muitos outros domínios do conhecimento e acção do seu tempo:

Digo que as coisas que os reis tratam e ministram são de tal qualidade que os outros homens as não podem compreender, porque as não praticam porque é muito diferente a prática das cousas disso que chamam teórica delas, tanto que por mui claros entendimentos que tenham os homens, e doutrina muito expressa das cousas, nunca têm delas certeza senão depois que as experimentam pela prática e execução. A qual tem particularidades escondidas em seu retretes, tão escuras que aqueles que as trazem entre as mãos andam muitas vezes às apalpadelas e não as discernem. Isto em qualquer faculdade se pode exemplificar, como os juristas podem ver na sua, e os médicos na sua. E assim nas artes mecânicas é o mesmo. Dizei-me por que deixa o filósofo de ser bom sapateiro. Não por falta de entendimento, senão de prática e execução (Oliveira, 1969[1555]: 16).

Sublinhe-se o quanto esta crítica aos teóricos das diversas áreas do saber é repetidamente veiculada por Fernando Oliveira nos seus escritos, recordando que nada sabe quem apenas se limita à especulação teórica, mesmo quando se trata de matemáticos (a investigação nesta área tem-se inclinado a considerar que, neste particular, o dominicano se referia, frequentemente, a Pedro Nunes com quem mantinha divergências no respeitante a domínios técnicos da arte de navegar⁵).

II - Guerra justa e desumanidade

Mas a guerra só será justa e legítima se for, para além de posta ao serviço da paz e absolutamente controlada pelo poder político instituído, revestida e condicionada no seu próprio fazer, na sua prática concreta, por princípios

éticos que não são mais do que o respeito pela humanidade do Outro, mesmo quando é nosso inimigo e nosso prisioneiro.

⁵ Para um maior aprofundamento deste assunto cf. Barreto (1989) e Domingues (1985).

No capítulo III da obra que estamos analisar, Fernando Oliveira ao justificar a necessidade de fazer a guerra no mar afirma, em tom confessional, que lhe parece paradoxal o facto de grande parte dos homens que andam no mar, «filhos de Neptuno [...] gigantes bravos e desumanos» (Oliveira, 1969[1555]: 19), apesar de terem a vida sempre por um fio e verem constantemente a morte em frente a si, serem profundamente insensíveis às questões da dignidade humana e do respeito pelo Outro. Entre estes, o dominicano destaca os corsários, «ladrões do mar que não contentes de roubar e matar, vivos enterram os homens debaixo das águas, e os queimam vivos, [...] pelo que são havidos por inimigos comuns da geração humana» (Oliveira, 1969[1555]: 19).

Assim, mais do que por terra, chama o Padre a atenção da necessidade absoluta de defesa pelo mar, mesmo em tempo de paz, dadas as dificuldades que o mar oferece e a qualidade desumana da gente que o habita, a qual, frequentes vezes, se aventura até terra. Para além disso, o Rei português tem muitos negócios pelo mar, pois traz diversos navios na Índia onde procura trazer os infiéis à Cristandade e nas ilhas procurando afastar os ditos corsários. Andam, igualmente na costa do Algarve e no estreito de Gibraltar onde a frota portuguesa revelava a sua supremacia face aos mouros e turcos, embora não tanta quanto alguns gostariam, de modo a que tudo pudesse ser pilhado e o enriquecimento fosse fácil e rápido, como nota o dominicano. Mas, quanto a estes, Fernando Oliveira recorda que a guerra nem sempre é feita de vitórias, pois que ambos os contendores querem vencer e faz parte da natureza humana querer vingar-se de quem a espoliou.

Num passo extremamente vivo e eivado de uma invulgar perspectiva de compreensão do ponto de vista do Outro, mesmo quando ele é o infiel nosso inimigo, afirma:

Por tanto não têm razão os murmuradores de praguejar de el Rey e de seus capitães, dizendo que os não defendem, pois fazem o que podem. Que querem os infintos: Querem sempre ganhar e nunca perder. Não têm razão. Não sabem as condições da luta. É luta a guerra e quem nela trata, anda quando de baixo, quando de cima. [...] Pois que querem os mimosos. Que os roubemos e cativemos nós a eles, e eles não a nós. Está bem assim. Amigos, todos andamos a furtalho fato, e quem vai por lã às vezes deixa pele porque esta é a lei deste jogo, qual de mim tal de ti. Porque estranhais o mal que vos fazem, pois lhe vós fazeis pior. Não quereis que se defendam, e que se vinguem. Eles são do mundo, e o roubar, e cativar, e matar, e escalar, e fazer guerra desarrazoada é seu mais que nosso, e pois lhe fazemos mal, soframos o pago dele (Oliveira, 1969[1555]: 21).

Repare-se na capacidade de Fernando Oliveira em chamar sempre a atenção para o domínio do fazer concreto da guerra, a qual é vista, numa acepção espantosamente moderna, como um ‘jogo’ e, sobretudo o atribuir-nos a mesma ‘desumanidade’ que habita o Outro, num olhar sábio, justo e muito equilibrado relativamente ao que está em causa quando os homens se decidem pelo uso da violência uns sobre os outros.

III - A ética da guerra ao serviço da humanidade

Partindo embora de um juízo fundado na realidade, apresentando cristãos e não cristãos na sua igual condição de ‘necessária e inevitável desumanidade’ quando em situação de guerra, matando-se, roubando-se, ‘escalando-se’ e vingando-se, o certo é que Fernando Oliveira coloca a fasquia ética bem mais alta aos cristãos, para os quais determina a obrigação de apenas se envolverem na guerra quando ela é justa, sob pena de serem hipócritas e mentirosos:

Mal feito é fazer guerra sem justiça, e os cristãos a não podem fazer a nenhum homem que seja, de qualquer condição nem estado. Esta é comum doutrina de teólogos e canonistas, porque assim quer a razão que os discípulos e imitadores de Cristo, sejamos santos como ele é santo, porque doutra feição seria falso o nosso nome, e poder-nos-iam culpar de hipócritas, como aqueles de que Cristo diz. Dizem e não fazem. Os quais ele mesmo chama hipócritas, que quer dizer, falsos e mentirosos. (...) Digo que Deus permitirá que pela guerra que injustamente fazemos a outros nos sucedam e nasçam guerras de onde não cuidamos» (Oliveira, 1969[1555]: 23).

Trata-se, por fim, de determinar com rigor em que consiste a guerra ‘justa’. Para Fernando de Oliveira, evocando aqui a autoridade de S. Agostinho, trata-se de uma qualquer guerra que vise repor a justiça numa situação voluntariamente criada por alguém que deve, assim, ser castigado. Mais concretamente, são aceitáveis três tipos de guerra: contra a injustiça ‘tirando licença’ aos que fazem mal, guerra contra a agressão alheia e guerra contra a ofensa a Deus ou aos que ponham em causa a integridade dos praticantes da fé.

Se a primeira parece não trazer dificuldades de compreensão, pois visa tão-somente repor a justiça onde ela foi violentada (trata-se de um conceito teórico abarcável de forma abstracta pelo entendimento humano), e a segunda havia sido já suficientemente explicada pelo autor (enquanto obrigação

moral dos governantes em defender o seus súbditos posto que é da natureza humana, que o pecado original conformou, que os homens se oponham em 'bandos' entre si), a terceira dimensão da guerra justa vai merecer comentários de maior especificidade e aprofundamento por parte do nosso dominicano.

É que «nem a todos infiéis nem sempre podemos justamente fazer guerra [...]» (Oliveira, 1969[1555]: 23). A partir desta afirmação Fernando Oliveira abandonará, na reflexão que se segue, o seu sentido político e a sua intuição prática (não esqueçamos que já na época – 1555 - a ortodoxia de Roma era ferozmente defendida pelo Tribunal da Inquisição entre nós, como de resto o dominicano bem sabia por experiência própria) e usando a sua formação moral cristã, numa atitude de profunda liberdade de consciência, vai produzir um conjunto de afirmações que, à luz do seu tempo, não podem ter leitura sociológica, histórica, económica ou cultural imediatas, mas apenas podem ser compreendidas à luz de uma reflexão ética de profunda exigência teórica e prática para além de uma coragem e irreverência pessoais, constantemente sublinhadas pelos seus estudiosos⁶.

Assim, desassombradamente, o Padre Fernando Oliveira afirma que «não podemos fazer guerra justa aos infiéis que nunca foram Cristãos, como são mouros, e judeus, e gentios que connosco querem ter paz, e não tomaram nossas terras, nem por alguma via prejudicam a cristandade» (Oliveira, 1969[1555]: 23). Ora esta é a posição diametralmente oposta àquela que os seus confrades dominicanos praticam no Tribunal da Inquisição e que tinha passado a ser a política oficial de D. João III. E a justificação que se segue no texto do Padre remete para o valor da paz que devemos promover sempre que possível, como refere S. Paulo, pois de nós, cristãos, se espera 'exemplo de paz e paciência' (Oliveira, 1969[1555]: 23-24)

Para estes mouros, judeus e gentios que não nos ameaçam, mas apenas desconhecem a mensagem cristã, preconiza o dominicano que a persuasão à conversão se não faça pela força, guerra ou tirania, mas pelo exemplo de paz e justiça: «tomar as terras, impedir a franqueza delas, cativar as posses daqueles

que não blasfemam de Jesus Cristo, nem resistem à pregação de sua fé, quando com modéstia lha pregam, é manifesta tirania» (Oliveira, 1969[1555]: 24).

Abordando ainda a escravatura destes povos, Fernando Oliveira atribui fortes responsabilidades éticas aos portugueses na promoção desta

⁶ Cf. Albuquerque (1987), Barreto (1987), (1989), Domingues (1987), Fonseca (1969), Franco (2000), Gaspar (1996), Mendonça (1898), Teyssier (1959).

abominável actividade, recusando liminarmente o argumento de que também esses povos se vendem uns aos outros como escravos «[...] porque se não houvesse compradores não havia maus vendedores, nem os ladrões furtariam para vender» (Oliveira, 1969[1555]: 24). E, temendo não ter sido ainda suficientemente explícito, precisa:

Assim que nós lhes damos ocasião para se enganarem uns aos outros, e se roubarem, e forçarem e se venderem pois os imos comprar o que não fariam se lá não fôssemos a isso, nem jamais o fizeram, senão depois que nós a isso os induzimos (Oliveira, 1969[1555]: 24).

Pior ainda, acrescenta, «nós fomos os inventores de tão mau trato, nunca usado nem ouvido entre humanos» (ibidem).

Como é bem sabido, e foi já sublinhado (Domingues & Barker, 1991), não foram os portugueses os inventores da escravatura, apesar do muito que nela colaborámos (Fall, 1994, Miguel, 1971), mas neste contexto compreende-se que os objectivos do dominicano se prendam menos com o problema da verdade do que com a necessidade de responsabilizar moralmente, sem fuga ou alternativa possível, os traficantes portugueses pela desumanidade que praticavam⁷.

Na verdade, o escândalo ético da escravatura é particularmente ressentido pelo Padre que no-lo descreve do seguinte modo:

«Não se achará, nem razão humana consente, que jamais houvesse no mundo trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias, bois ou cavalos e semelhantes. Assim os tangem, assim os constroem, trazem e levam, e provam e escolhem com tanto desprezo e ímpeto, como faz o magarefe ao gado no curral. Não somente eles, mas também seus filhos, e toda a geração, depois de cá nascidos e Cristãos nunca têm remissão (Oliveira, 1969[1555]: 24).

De forma certa, recomenda aos cristãos, que os escravizavam em nome de Cristo, que pelo menos usem com estes homens da piedade cristã e os libertem após algum tempo de trabalho, o que até deveria ser estabelecido

⁷ O mesmo desinteresse pela questão da verdade objectiva encontra-se, como muito bem sublinhou José Eduardo Franco, na obra de Fernando Oliveira, *História de Portugal* (Franco, 2000). Sobre este mesmo assunto ver ainda Barreto (1986), Franco (2000b).

por lei. Chega mesmo a considerar que o argumento usado vulgarmente para a não ‘remissão’ destes escravos por se poderem vir a tornar ladrões, apenas encobre a verdadeira motivação dos seus donos: permanecerem eles próprios ladrões do trabalho alheio!

Reiterando o que tem de hipócrita a ‘cor piedosa’ com que se quer revestir a situação concreta destes escravos em Portugal, Fernando Oliveira sublinha que ela visa apenas esconder a verdade e desresponsabilizar-nos de algo absolutamente imoral que é a nossa culpa na situação de cativo desta gente: «Dizemos que os fazemos cristãos e trazemos ao estado de salvação, e as almas valem mais que o serviço e liberdade corporal, e pois lhe ministramos espiritualidades não é muito receber deles temporalidades» (Oliveira, 1969[1555]: 25). Mas, acrescenta,

que muitos não ensinam a seus escravos como conhecer nem servir a Deus, antes os constroem fazer mais o que lhe eles mandam, que a lei de Deus nem da sua Igreja, tanto que nem os deixam ir ouvir missa, nem evangelhos, nem sabem a porta da igreja para isso, nem guardam domingos nem festas. Então os mandam ao rio e à fonte e caminhar e fazer outros serviços. (...) Pois quais são as espiritualidades que lhe ministram? (Oliveira, 1969[1555]: 25).

Desarticulando e criticando o argumento de ‘cor piedosa’, que por certo circulava no Portugal seiscentista para justificar a escravatura praticada por uma nação que se dizia cristã, Fernando Oliveira remata lançando um grito de indignação ética que não deixará de pagar bem caro nas masmorras da Inquisição⁸:

e a mim me parece que seu cativo é bem desarrazoado quanto é da nossa parte, porque eles não nos ofendem, nem nos devem, nem temos justa causa para lhes fazer guerra, e sem justa guerra não nos podemos cativar, nem comprar a cujos não são. Pois da sua parte, se o eles merecem, nós não somos juizes disso, nem Deus nos fez verdugos da sua ira, mas manda que preguemos a sua fé com caridade e modéstia. De tão injusto cativo como este diz São João no Apocalipse: Quem cativar será ele também cativo (Oliveira, 1969[1555]: 25).

⁸ Ainda hoje não se sabe por quanto tempo esteve Fernando de Oliveira preso pela segunda vez nos cárceres da Inquisição, uma vez que o processo se perdeu (Albuquerque, 1987a). Sabemos até muito pouco do que se passou a partir de então na vida do Padre, havendo apenas notícia de que em 1564 terá recebido uma pensão de D. Sebastião, presumindo-se que nessa altura tivesse sido libertado.

IV - Para uma ética da guerra – um projecto humano

Por fim chama a atenção o Padre de que nem sempre as boas intenções se concretizam, pois muito há de incontrollável na guerra, mesmo na ‘justa’, pelo que o melhor é sempre preferir o entendimento e oferecer a paz ao adversário.

Por outro lado, e quando tal não é possível, aponta o dominicano alguns limites éticos à guerra: «[...] não matarás mulheres nem moços, nem alimárias, nem cortarás árvores de fruto, nem queimarás messses, nem estragarás as cousas de que se os homens costumam manter» (Oliveira, 1969[1555]: 29), recomendando ainda que não se use de crueldade ou cobiça. Para evitar as desordens e vícios que a guerra estimula recomenda que ‘toda a presa’ seja dividida por cada um dos elementos do exército, de modo a evitar os excessos individuais e sobretudo as ‘desumanidades’ – é este exactamente o termo usado pelo autor – contra os vencidos.

No seu estilo acutilante e vivíssimo termina Fernando de Oliveira estas páginas introdutórias a um tratado prático da guerra no mar recordando que todo o combate revela a natureza (boa ou má) de cada um:

Vilão ânimo é o do homem que mata mulher ou gente desarmada, eu não confiaria do tal que pelejasse contra quem lhe tivesse o rosto direito. O nobre e de grandes ânimos não quer mais que vitória. Mas de quê será senhor, ou de quem se gloriará o vilão que mata o vencido? Não quer o tal carniceiro mais que sua condição de besta selvagem e feroz (Oliveira, 1969[1555]: 29).

O que não pode deixar de nos recordar as preocupações de Erasmo, no registo irónico do *Elogio da Loucura*: «A nobre guerra é feita por parasitas, infames, ladrões, assassinos, imbecis, devedores, escroques, em suma pela escória da sociedade [...]» (Erasmo, 1973: 44-45).

Em última análise, aquilo de que nos fala Fernando Oliveira nas páginas introdutórias a este livro sobre a guerra é de uma outra Guerra, batalha bem mais decisiva e importante que a humanidade trava desde os seus primórdios e que é exactamente a da sua própria humanização, em permanente luta com a ‘besta selvagem e feroz’ que todos nós, indivíduos e povos de todos os tempos, também somos. E a esta aventura bem podemos atribuir diversos nomes, entre os quais o da Cultura não seria o menos apropriado deles, pelo

menos naquilo que ela tem de projecto de combate ao desumano e inumano que há em todo o Homem. Como Fernando Oliveira bem o sabia e, magistral e corajosamente, o afirma nas páginas iniciais da *Arte da Guerra do Mar*.

3.2

DA ARS NAUTICA

A enciclopédia do mar: o manuscrito da Ars Nautica e a sua história

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES
Centro de História — Universidade de Lisboa

A *Ars nautica* é a mais extensa, complexa e problemática obra de Fernando Oliveira. E é também a mais obscura, no sentido em que são pouco claras as motivações e objectivos que levaram o autor a redigi-la, o que sucedeu num dos períodos do seu trajecto biográfico que nos são menos bem conhecidos. Passado mais de século sobre o estudo de Henrique Lopes de Mendonça que colocou Oliveira da rota dos interesses e curiosidade da historiografia (Mendonça, 1898), é ainda, de entre todos os seus trabalhos de maior fôlego, o único que permanece inédito. Confluiu para isso um conjunto de circunstâncias diversificadas, e o facto da *Ars* ser seguramente o manuscrito mais difícil de publicar não será a menos importante de todas. Mas a história da sua (des) fortuna, que aqui se pretende contar, não é factor menos despiendo.

Uma obra desconhecida

Depois da malograda expedição de auxílio ao rei de Velez, sabemos que os anos seguintes ocupou-os Fernando Oliveira a escrever a que viria a ser a sua segunda e última obra impressa em vida, *A Arte da Guerra do Mar*, que Germão Galhardo faria sair dos prelos em 1555. Preso uma segunda vez pela Inquisição no decorrer dessa década, a libertação precipita-o num período de vida que nos permanece obscuro: o que é que fez, porquê, e onde se encontrava, são questões cuja resposta é quase sempre mais especulativa que fundada em conhecimento de facto (para uma visão geral da biografia de Oliveira v. Domingues, 2004: 35-106). Não obstante redigiria de seguida

os dois trabalhos que fecham a tríade das suas obras técnicas, a *Ars* e o *Livro da Fabrica das Naos*, simultaneamente aquelas que versam a arquitectura e a construção navais, e concluiria a sua produção com a *Hestorea de Portugal*, já mais tarde (c.1585?).

Oliveira terá sido professor de retórica em Coimbra na década de cinquenta e depois terá finalmente assumido a ligação à Igreja da qual se teria procurado separar nos anos de juventude, da qual aparentemente não mais se afastará: no início do manuscrito autógrafo da sua última obra intitula-se “capelão dos Reis de Portugal”; não deixa por isso de fazer algum sentido que entretanto tenha cursado Moral no convento de Palmela pelos anos sessenta. Convém porém não esquecer a ideia aventada há muito por Venâncio Deslandes, segundo a qual estaríamos perante dois homónimos (Deslandes, 1988: 83), apesar de não ser esta a hipótese mais provável.

Relevante para o nosso propósito é porém o facto de não ter perdido a ligação ao meio marítimo no seu período final de vida, como no-lo mostra a correspondência do embaixador de Castela em Lisboa, D. Hernando Carrillo de Mendoza, que foi revelada por Léon Bourdon (Bourdon, 1951). O diplomata relatou ao seu monarca as conversas que tinha tido com Oliveira, o qual lhe deu conta do empenho que os franceses tinham manifestado na sua contratação como piloto ao longo dos anos de 1566 e 1567, ao que o próprio teria acedido em princípio, não se vindo a concretizar o arrolamento por motivos que desconhecemos. Definido por seu turno o interesse de Castela no seu concurso, parece que, no fim, Fernando Oliveira se quedou por Portugal, a pretexto ou por motivo de doença.

Mas seja o que for que tiver acontecido, continua sempre por responder a pergunta essencial sobre todas: onde e quando aprendeu Fernando Oliveira a navegar?

Saído da Ordem dos Dominicanos onde viveu e estudou nas primeiras décadas de vida, sabemos-lo fugido para Espanha, retornado a Portugal para viver ensinando as primeiras letras a jovens nobres, seguindo-se-lhe um período algo obscuro de alguns anos, pelos inícios da década de quarenta, durante o qual viajou e, provavelmente, se tornou hábil na arte da pilotagem. Só assim se entende o seu alistamento na esquadra francesa como piloto de galés, quando a frota estacionada no Mediterrâneo toca Lisboa rumo ao Canal da Mancha, onde se iria juntar ao resto da esquadra francesa para iniciar as hostilidades com a Inglaterra. É por convite do barão de La Garde, pelo menos segundo diz, que é alistado em 1545 como piloto de uma dessas galés.

Não se trata de personagem de somenos importância: Antoine Escalins des Aymars, barão de La Garde, é uma das mais importantes figuras dos meios navais franceses por esses meados do século, e Oliveira denota ter chegado a ter alguma familiaridade com o homem que designa por “Capitão Paulino” (o nome pelo qual era conhecido), e a quem terá aconselhado aquando da preparação de uma galé que estava a ser preparada para levar Francisco I a um encontro com o Papa, conforme relata na *Arte da Guerra do Mar* (Oliveira, 1983[1555]: 71).

Poucos anos depois escreve a mais importante e completa das suas obras, tanto pelo volume, como pela extensão temática, como ainda pelo cuidado que o manuscrito evidencia, ilustrado por belas figuras de instrumentos náuticos e as duas únicas cartas que se conhecem de sua autoria (Cortês & Mota, 1987): referimo-nos à *Ars nautica*, manuscrito que se guarda na Biblioteca da Universidade de Leiden.

Embrenhado em suas múltiplas ocupações na terra e no mar, como disse o próprio na altura em que se disputou o seu concurso como piloto, Fernando Oliveira foi compondo o manuscrito no decurso ou pelo final dessa década de 1560: seria uma das tarefas que lhe tomavam o tempo? Seguro é, sobre a história da *Ars*, que na realidade nada se sabe sobre os motivos, a ocasião e a oportunidade que levaram à sua redacção.

A retoma de alguns dos assuntos versados na *Arte da Guerra*, o desenvolvimento dado às matérias, o carácter global dos temas – que praticamente tocam todos os aspectos técnicos da navegação – e, sobretudo o facto de ter sido escrita em latim, indiciam o propósito de chegar ao círculo específico dos eruditos. Tal nunca veio a acontecer: de todas as obras que escreveu esta foi indubitavelmente a menos visível, tanto no seu tempo como em qualquer momento até aos nossos dias.

Nada sabemos do que sucedeu ao manuscrito durante cerca de um século, e muito menos como saiu de Portugal. Não é impossível que isso tenha acontecido pela mão do próprio autor (se efectivamente respondeu a algum dos convites que lhe vieram de França e Espanha), como pode ter sido vendido ou cedido depois da sua morte para alguém interessado nos assuntos que nele se tratam. Em algum momento mais tarde chegou à posse de um homem que estava nestas condições e para quem foi seguramente de utilidade: referimo-nos a Isaac Vos, dito Vossius.

Neto de um teólogo distinto, sétimo filho de Gerard John Vos (1577-1649), famoso humanista tido como oráculo do saber clássico e professor de História na recentemente fundada Universidade de Amesterdão, Vossius nasceu em Leiden em 1618, tendo recusado suceder a seu pai em 1649, não obstante até lhe ter sido prometido um aumento de salário, preferindo uma vida de estudo e de viagens à estabilidade da cadeira universitária. Reputado humanista, considerado um grande sabedor de latim e grego, a sua reputação firmou-se sobretudo como editor e comentador de textos clássicos.

Depois de uma breve estadia na Suécia, ao serviço da rainha Cristina (1649-1650), de quem foi professor de grego e bibliotecário, segue-se um período de dez anos na Holanda, durante o qual produz a melhor e mais conhecida parte da sua obra (Deacon, 1993: 112). Feito membro da Royal Society em 1664, tido por Henry Oldenburg como um dos mais famosos filósofos do tempo¹, Vossius veio a fixar-se em Londres a partir de 1670, passando em Inglaterra o resto dos seus dias.

Embora se tivesse notabilizado sobretudo no domínio das letras, deixou dois trabalhos que aqui nos interessam particularmente. O *De motu marinum et ventorum*, 1663, com uma versão inglesa em 1677 (Adams e Waters, 1995: 594ss), tratou um tema que não mereceu muitas obras que lhe fossem especificamente dedicadas no século XVII; Vossius foi alvo de várias críticas – talvez também devidas ao seu anticartesianismo –, embora o livro revele informação sólida e conhecimento do meio marítimo (Deacon, 1993: 19). O outro tema que lhe interessou neste âmbito, popular entre os humanistas, foi o da propulsão rémica: numa colectânea publicada durante os seus últimos anos de vida incluía-se um opúsculo intitulado *De Triremium et Liburnicarum Construcione* (Vos, 1685). Foi conhecido (Hill, 1880: 222-223) embora não muito divulgado, escapando inclusivé à atenção de autores recentes².

Vossius foi ainda celebrado como um incansável colecionador de livros e manuscritos, para o que se deslocou a locais como Paris ou várias cidades em Itália. Dele foi dito que acumulara a melhor biblioteca privada do mundo, contando-se nela um total de 762 manuscritos.

¹ Secretário da Royal Society, e uma das suas personalidades mais marcantes, Henry Oldenburg foi o fundador das *Philosophical Transactions*, que viriam mais tarde a ser o órgão periódico científico daquela Sociedade, e porventura a mais importante publicação do género na Europa dos séculos XVII e XVIII.

² Não é referenciado por Adams & Waters (1995), e Pierre Valière (1976) cita-o indirectamente.

A *Ars nautica* de Fernando Oliveira contava-se entre eles, e uma de duas hipóteses poderá com alguma plausibilidade explicar as circunstâncias da sua aquisição.

A primeira, a eventual ida de Oliveira para França justamente na altura em que escrevia a sua obra, que bem poderia ter oferecido, vendido ou deixado aí (por exemplo: entregue a um impressor para uma edição que nunca se concretizaria). A ser assim Vossius poderia tê-la obtido numa das viagens que fez a Paris com o propósito declarado de comprar livros e manuscritos. Em rigor, nada nos diz que Oliveira escreveu a *Ars* em Portugal; pode muito bem tê-lo feito em França ou em outro lugar qualquer. O respectivo conteúdo mostra que não teria sido escrita como uma espécie de paga ou justificação para a contratação do piloto português, de quem se requeria a participação em viagens que não tinham muito a ver com o tipo de navegação a que se refere a *Ars*, cuja leitura indicia também que esta abertura interpretativa poderá ser algo forçada; as virulentas críticas a Pedro Nunes (Domingues, 2002) entendem-se melhor se pensarmos que o manuscrito se escrevia em Portugal e era para ser lido em primeiro lugar por homens ligados às actividades marítimas portuguesas; embora não seja de esquecer o enorme prestígio que Nunes granjeara já nos círculos eruditos europeus (Leitão, 2002b) – sobretudo depois da publicação em latim, na cidade de Basileia, dos seus trabalhos, no ano de 1566 – que permitiriam identificar com alguma facilidade o destinatário dos agrestes comentários do autor da *Ars*. A acintosa acrimónia de Fernando Oliveira contra o cosmógrafo do rei de Portugal, espelhada na *Ars*, pode aliás serde alguma forma consequência e reacção à publicação da *Opera noniana*.

Também por isso permanece a hipótese inicial: a ida de Fernando Oliveira para França, durante ou a partir dos finais da década de sessenta, levando consigo o manuscrito, que lá teria sido deixado por motivo desconhecido, e a sua posterior aquisição por Vossius no decurso de uma das suas viagens.

A segunda hipótese é, naturalmente, a compra em Inglaterra, depois de 1670. Fosse qual fosse o destino que mereceu durante esse século que medeia entre a redacção e o momento em que Vossius o adquiriu, não custa a crer que possa ter passado de mão em mão, quicá de país em país, entre especialistas ou simples interessados na vida marítima, cuja curiosidade tinha muito por onde se alimentar em páginas repletas de novidades e juízos polémicos.

Nesta altura devemos ter presente que Nicolaas Witsen copiou os desenhos da *Ars* em livro publicado em 1671³, o que, por seu turno, coloca outras interrogações: teria tido acesso ao manuscrito na Holanda, já na posse de Vossius? Teria sido ele o anterior proprietário? Ou tê-lo-ia conhecido, podendo manusear a obra antes de Vossius a ter adquirido em Inglaterra depois de 1670?

São muitas perguntas para as quais não há resposta. O certo é que em Setembro de 1710 a Universidade de Oxford propôs-se adquirir a biblioteca de Isaac Vossius por 3000 libras, mas no mês seguinte foi vendida por 36000 florins para a Universidade de Leiden, em cujo fundo de reservados permanece desde então a *Ars Nautica*⁴, dada por perdida durante muito tempo e revelada à historiografia portuguesa apenas em 1960.

Oliveira refere-se-lhe directamente e por duas vezes no Prólogo do *Livro da Fabrica das Naos*:

Da qual ninguém escreveu até agora em nossa língua, nem grega, nem latina, nem outra alguma, que eu saiba: nem há outra escritura que trate desta matéria, somente a segunda parte da minha arte da navegação, que escrevi em língua latina. (Oliveira, c.1580: 3)

Os homens sempre navegaram desde o começo do mundo, como provamos no prologo da primeira parte desta arte em latim. (Oliveira, c.1580: 7)

Lopes de Mendonça deu de imediato conta de que estava por apurar o paradeiro do trabalho anterior àquele que tratava então de publicar, uma obra de maior vulto onde Oliveira tratava da arquitectura naval, assumindo o insucesso das pesquisas empreendidas no sentido de a localizar:

Quanto ao manuscrito, se ainda existe, não logrei descobrir-lhe o paradeiro em nenhum dos catálogos de bibliotecas que me foi dado consultar. Talvez que um acaso providencial ainda o depare aos olhos de qualquer observador consciencioso. (Mendonça, 1898: 76)

³ Nicolaas Witsen foi um dos directores da Câmara de Amesterdão da Companhia das Índias Orientais neerlandesa, tendo escrito obras importantes sobre vários assuntos diferentes, que lhe garantiram um lugar na história intelectual dos Países Baixos no século XVII (Rietbergen, 1985), entre elas o primeiro tratado neerlandês de construção naval (Witsen, 1671).

⁴ A cota "cod. VOSS. LAT. F. 41", indica que se trata de um códice latino *in folio*, pertença de Vossius.

O alerta estava dado de forma inequívoca, mas não serviu de muito. O que acontece depois é deveras extraordinário: em dois anos sucessivos Marcus de Jong (1937) e o Visconde de Lagoa (1938) citam o códice onde se encontra o manuscrito, bem como o seu título. Em ambos os casos se tratava de estudos sobre a viagem de Magalhães; os dois extensos volumes deste último autor referiam o assunto exaustivamente, enquanto o opúsculo de Jong tratava apenas da primeira publicação de um relato até então desconhecido dessa viagem, cujo autor é ignorado. Contudo identifica-se a grafia do dominicano português, que o escreveu a partir do testemunho de um dos sobreviventes da viagem⁵.

Todos os dados relevantes estão na primeira das quatro escassas páginas de comentários com que Marcus de Jong antecedeu o documento:

A Viagem de Magalhães que hoje.... pela primeira vez publicamos, pertence à coleção de manuscritos reunida no século XVII pelos cuidados de Isaac Vossius, eruditíssimo bibliófilo holandês.

O Roteiro, anónimo, escrito provavelmente na segunda metade do século XVI, ocupa as fls. 239-254 (numeração moderna) dum códice (Cód. N.º 41 Cat. Voss. Lat. Fo. Bibl. Univ. Lugduno-Batavae.), onde se encontra também Fernandi Oliverii de Sancta Columba Ars Nautica (Jong, 1937: 5)

Nem Jong nem o Visconde de Lagoa se aperceberam do facto de terem entre mãos os dados que revelavam o paradeiro da *Ars nautica*, cuja importância resultava clara do livro de Lopes de Mendonça; nem tão pouco qualquer dos seus leitores o assinalou posteriormente.

A localização da obra só veio a ser conhecida da historiografia portuguesa por um artigo de Luís de Matos (1960), dando finalmente conta de ter sido localizada no decorrer dos trabalhos preparatórios da *Portogaliae Monumenta Cartographica*, onde se publicaram as duas únicas cartas geográficas conhecidas da autoria de Fernando Oliveira.

Um atraso notável, convenhamos. Passavam então 244 anos sobre o registo impresso da localização do manuscrito, exarado no Catálogo da Biblioteca da Universidade de Leiden logo a seguir à sua entrada no espólio desta instituição; a descrição, correcta e suficientemente extensa para permitir

⁵ Suponho que o relator da viagem que Fernando Oliveira passou à escrita tenha sido Gonzalo Gomez Espinoza, o capitão da “Trinidad” (Domingues, 1989).

identificar de imediato o interesse do códice em causa, vem nestes termos na rubrica “Bibliothecae Quondam Vossianae mss Latini...”:

Ferdinandi Oliverii de Sancta Columba ars nautica, distincta in tres partes. I de quibusdam instrumentis ad primam nautarum institutionem conducentibus. II de nauipedia, & ejus adminiculus. III de officio nautarum. Viagem de Fernão de Magalhães. In charta. (Catalogus, 1716: 372).

Os bibliófilos portugueses não tiveram de certeza acesso a qualquer exemplar do catálogo de Leiden, pois a detalhada notícia de Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dicionário Bibliográfico Português*, não faz menção a este manuscrito (Silva, 1973, II: 289-90, IX: 221, XV: 129), enquanto Ricardo Pinto de Mattos desconhece até a existência de exemplares da *Arte da Guerra* (Mattos, 1878).

O mesmo não aconteceu com a historiografia alemã. A reputação da Universidade de Leiden e a proximidade geográfica explicam que já no século XIX se tivesse dado conta da existência de uma versão da viagem de Fernão de Magalhães diferente das restantes, que foi o que chamou desde logo a atenção dos estudiosos, um dos quais, o reputado bibliófilo P. A. Tiele (1834-1889), deixou um apontamento manuscrito no códice (reproduzido por Jong, 1937: 5-6).

A partir de Tiele, os registos da Biblioteca mostram que o códice foi manuseado por um número crescente de utilizadores; Vogel (1911 e 1911a) e Schück (1913), no princípio do século, e Müller mais recentemente (1961) publicaram artigos a propósito da arte da navegação ou da viagem de Magalhães.

A espaços, entretanto, outros autores foram publicando estudos sobre aspectos parcelares da *Ars*. A parte de diz respeito aos navios concitou mais atenção (Barata, 1972; Domingues, 1985; Rieth, 1987, 1987a, 1988), e recentemente um outro trabalho debruçou-se sobre aspectos náuticos (Pereira, 2003). Tudo junto é todavia ainda muito pouco, faltando aprofundar todos estes aspectos já estudados e sobretudo os que ainda não foram objecto de atenção especial, da cartografia à logística das armadas, da teoria da guerra à lexicografia, entre tantos mais: por muito que Oliveira repita ou sumarie o que já deixara escrito em obras anteriores, haveria de compreender este manuscrito em todas as suas dimensões temáticas.

Problemas de datação

Aspecto menos bem conhecido é precisamente o que diz respeito à data da composição do manuscrito, e outrossim das razões que motivaram o seu autor.

As obras manuscritas de Fernando Oliveira colocam problemas sérios de datação, como é normal nestas circunstâncias: as referências dos textos não são suficientemente precisas para nos permitir apontar hipóteses sem grandes margens de erro, e a análise dos códices não é tão afirmativa quanto se desejaria, por via de regra.

A datação da *Ars nautica* nunca suscitou muitas dúvidas, depois de ter sido datada de 1570 por Luís de Matos, que teve ocasião de consultar directamente o manuscrito: «Fernando Oliveira declara na *Ars nautica* que este trabalho foi composto em 1570 (Desde aquele tempo até ao presente, isto é, o ano de 1570)» (Matos, 1960: 240).

A partir daqui 1570 tornou-se uma data geralmente aceite, aparecendo múltiplas vezes citada em trabalhos historiográficos; com duas excepções.

Sem qualquer alusão a esta data avançada por Luís de Matos, cujo artigo é todavia citado na bibliografia do seu livro, Pierre Valière localizou a redacção do “manuscrito de Leiden” entre 1542 e 1563, comentando desta forma uma referência ao Japão no texto da *Viagem de Magalhães*:

Cette dernière allusion au Japon nous permet de dater, du moins approximativement, le manuscrit de Leiden. Celui-ci aurait été écrit après 1542 et avant 1563 date de la parution du tome II de la Ásia de João de Barros. Car Fernando de Oliveyra, auteur du prologue de ce récit du Voyage de Magellan, et qui connaissait personnellement João de Barros, pour avoir servi, chez lui, en qualité de précepteur, n'aurait pas manqué de faire allusion à cette oeuvre (Valière, 1975: 149, n6)

Esta proposta de datação não se aplica apenas ao relato em apreço, como se nota de uma passagem da Introdução à edição do texto:

On sait que l'oeuvre dans son ensemble, l'Art Nautique et Le Voyage de Magellan, date du milieu du XVIe. siècle, soit une trentaine d'années après le retour de l'expédition (Valière, 1975: 4)

Em face do códice, é difícil aceitar que estas duas partes possam ser liminarmente datadas do mesmo período, sem justificação adequada. E o argumento evocado não convence por duas razões distintas: por que razão havia Fernando Oliveira de citar forçosamente João de Barros, em qualquer circunstância? Para mais, quando este já tinha omitido o seu nome na gramática que escreveu anos depois da sua?

Posteriormente, o cruzamento das constantes remissões que Fernando Oliveira faz entre os seus escritos mereceu particular atenção a Luís Filipe Barreto, permitindo discutir novamente as datas hipotéticas da tríade de obras de marinharia: a *Arte da Guerra*, a *Ars* e o *Livro da Fábrica das Naus*, entendidas como resultado da partição em três momentos distintos de um interesse global que se manifestou em diversas vertentes, mas todos confluentes no mesmo propósito (Barreto, 1987).

Já vimos atrás que tal prática não é exclusiva dos trabalhos de marinharia, não implicando forçosamente que o autor tenha de facto redigido as obras a que alude, ou que o tenha feito nos termos em que o afirma, pelo menos de acordo com o estado actual dos nossos conhecimentos: as repetidas remissões da *Grammatica* para obra similar mais desenvolvida são disso prova suficiente.

Antes da discussão dos novos argumentos que equacionam as datações tradicionais, julgamos fundamental ter presente uma outra ressalva: o *Livro da Antiguidade do Reino de Portugal* foi iniciado, e depois interrompido, para dar lugar a uma obra em tudo similar (nos conteúdos e nos propósitos), à *Hestorea de Portugal*, mais desenvolvida e estruturada. Uma obra, note-se, escrita de novo desde o princípio, e não uma reescrita ou aproveitamento parcial do que já tinha sido feito, não obstante — insista-se — se repitam conteúdos e objectivos.

Neste caso a “primeira versão”, que o é de facto, chegou até nós. Sem o podermos afirmar com segurança, nada nos impede também de avançar a hipótese de se ter verificado o mesmo com as obras de marinharia, pelo menos com a *Ars*, já que, se com o *Livro da Fabrica das Naos* o manuscrito evidencia por igual uma permanente intervenção do autor, bem visível no número de rasuras feitas, o todo é notoriamente mais uniforme.

As intertextualidades assinaladas por Luís Filipe Barreto (para o que releva no tocante à datação da *Ars*) dizem respeito a duas citações da *Arte da Guerra do Mar*: «como mays per extenso pratiquey na Arte de nauegar e fabrica

das naos. Porem sem embargo de jaa laa o ter dicto...» (Oliveira, 1983[1555]: 73); e mais à frente: «do que tudo na arte da navegação fiz comprida relação» (Oliveira, 1983[1555]: 97). Passagens que suscitaram o seguinte comentário ao autor em apreço:

O tipo de intertextualidades expressa já uma organização sistemática das duas obras manuscritas.... Na década de cinquenta, a Ars Nautica, em título português oscilante (Arte da Navegação e Arte de Navegar) e a Fábrica das Naos, já existem em forma organizada e são chamadas pelo seu autor a desempenhar um papel de textos de Marinharia mais desenvolvidos a propósito de questões problemáticas especializadas (Barreto, 1987: 617)

A nosso ver estão aqui presentes duas questões diferenciadas: o grau de elaboração das obras citadas antes de 1555, e a data em que terão sido compostas na forma que conhecemos. A separação destas interrogações permitir-nos-á porventura chegar a uma resposta única, possível para ambos os casos.

Não tendo sido antes notado que Oliveira tinha em 1555 pelo menos o esboço de um livro anterior (ou até dois), que retoma a propósito de um determinado assunto, não obstante «jaa laa o ter dicto»⁶, fica por se saber se podemos falar de livros organizados sistematicamente.

O que foi prática documentada a propósito das outras obras, o “título português oscilante”, como escreveu L. F. Barreto, e, sobretudo, o teor exacto do primeiro dos dois passos citados acima da *Arte da Guerra do Mar*, levam-nos a concluir que estaremos perante uma situação que poderá ser definida do seguinte modo:

- a) em algum momento antes de 1555, Fernando Oliveira encetou a redacção – muito provavelmente em português – de uma única obra que continha duas partes fundamentais, a saber, a arte da navegação e a fábrica das naus;
- b) essa obra não terá sido concluída, tendo-se-lhe sucedido a preparação da *Arte da Guerra do Mar*, impressa em 1555, na qual se retomam

⁶ No “Comentário Preliminar” à edição de 1937 da *Arte da Guerra*, Quirino da Fonseca escreveu a dado passo que a *Ars* se conhecia apenas de uma referência no Prólogo do *Livro da Fábrica das Naus*. Mais que fruto de uma desatenção, isso deverá querer apenas dizer que Quirino da Fonseca não considerou que os dois trechos que estão aqui em discussão remetessem efectivamente para essa *Arte de Navegar* então dada como perdida.

assuntos já tratados naquela, como sejam os relativos aos navios de propulsão rémica;

- c) posteriormente a 1555, Fernando Oliveira, tal como já poderia ter feito com a *Grammatica* e fez atestadamente com a *Hestorea de Portugal*, deixou de lado essa primeira versão em favor da redacção de uma obra mais extensa e completa e, sobretudo, destinada a um público erudito, escolhendo para isso o latim.

Assim se justificaria que às duas partes anunciadas se juntassem outras tantas, ou seja, aquela que é de facto a terceira parte da obra, “Nautarum Officia”, e o “Libellus de classe armata et bello nauali”, que conclui a *Ars* ao jeito de adenda ou opúsculo distinto do seu corpo principal. Duas componentes que obviamente não estavam previstas na versão inicial: a terceira parte retoma pontualmente aspectos apenas aludidos na *Arte da Guerra*, desenvolvendo-os extensa e autonomamente; enquanto o “Libellus...” é na realidade um texto que abreviadamente dá conta do que ficara escrito no tratado da guerra naval.

Na forma final, que hoje conhecemos, tudo aponta para que a *Ars* revele sobretudo o desejo de tratar sistemática e coerentemente um conjunto alargado de temas relativos à vida no mar, incompleta ou apenas parcialmente focados em trabalho anterior. Ao que se juntou o “Libellus...”, aproveitando a circunstância de a *Arte da Guerra* já ter sido impressa, para conferir à obra a feição pretendida.

Quando é que Fernando Oliveira escreveu o seu tratado enciclopédico, exactamente? É uma questão de resposta impossível. Estabelecido por Luís de Matos que pelo menos um passo data de 1570, será esta data válida para todo o manuscrito?

As citações dos autores contemporâneos, susceptíveis de nos oferecerem balizas de referência de acordo com as cronologias biobibliográficas, de tão raras acabam por pouco ou nada adiantar. O caso mais interessante reporta-se a uma situação que não é inédita na obra de Oliveira, ou seja, a reclamação da primazia dos seus inventos; ao contrário do que sucedeu com Pedro Nunes, frontalmente acusado de se ter apropriado de uma ideia sua relativa a um instrumento náutico (muito embora o nome do cosmógrafo nunca seja citado, é violentamente criticado em várias ocasiões, como se disse já), Oliveira demarca pela diferença um invento de Gema de Frísia similar ao seu⁷:

⁷ Gemma Reynierszoon nasceu a 8 de Dezembro de 1508, na localidade de Dokkum, na Frísia (daí o seu nome ter sido latinizado para Gemma Frisius) e faleceu a 25 de Maio de 1555.

*O presente invento, por modesto que seja, mas todavia não de desprezar, é nosso, não se confundindo com o que Gema da Frísia expôs na Segunda parte acerca do uso da esfera*⁸

Oliveira pôde sem dificuldade compulsar uma edição da *Cosmografia* de Pedro Apiano devida ao cosmógrafo frísio, editada pela primeira vez em 1529⁹, que alcançou grande reputação ao tempo: comprovam-no as dezoito edições feitas em vida do comentador, ou seja, até 1555 (Ortroy, 1966: 165-189).

O códice onde se insere a *Ars Nautica* parece abonar a ideia de um trabalho em permanente reelaboração, embora resultante de núcleos algo diferenciados (veja-se a descrição codicológica em Meyier, 1973: 87-89): o simples compulsar do manuscrito evidencia uma relativa uniformidade de escrita nas primeira e segunda partes (correspondentes aos fls. 1 a 174v), em tudo similares ao relato da viagem de Magalhães (fls. 238-255): a caligrafia é um pouco menos cuidada do que o habitual, a tinta está algo esvaída, mas o papel é basicamente da mesma dimensão (na realidade um pouco mais pequeno a partir do fl. 151). Outro tanto não sucede com a terceira parte (a que dizem respeito os fls. 175-237v), onde a caligrafia do autor é mais regular e “limpa”, por assim dizer, a tinta mais escura e o formato do papel diferente.

Mesmo em relação a esse primeiro conjunto de cadernos (até ao fl. 174) é possível distinguir algumas diferenças: verifica-se uma mudança de papel e de mancha a partir do fl. 117, menos acentuada que as restantes; a partir daqui o papel é ligeiramente mais encorpado e a caligrafia parece mais regular.

Sem dúvida alguma a *Ars* resultou de textos escritos em momentos diferentes, como o mostram ainda as constantes rasuras e alterações que apresenta, bastando um exemplo para se ver a constância do processo: entre

Teve uma notável actividade como matemático e cosmógrafo em Lovaina, e em 1529 publicou o seu primeiro livro, que nos importa aqui. A sua obra mais importante data do ano seguinte, e leva por título *De principis astronomiae & cosmographiae*. Notabilizou-se ainda como professor, tendo conhecido como alunos pelo menos duas figuras cuja reputação ultrapassaria a sua própria: o inglês John Dee e Gerard de Kremer, que o assistiu no desenho de um par de globos e se celebrizaria mais tarde com o nome latinizado de Gerardus Mercator (Davies, 1992).

⁸ “...nec esse idem quod Gemma frisius tradit in secunda parte de usu globi” (Oliveira, c.1570: fl. 75).

⁹ *Cosmographicos Liber Petri Apiani Mathematici, studiose correctus, ac erroribus vindicatus per Gemam Phrysium, Antuérpia, 1529*; citado a partir de Fernand Van Ortroy (Ortroy, 1966), pois só nos foi dado ver a edição de 1553: *Cosmographie Peter Apiani, per gemmam Frisium apud Louaniensis Medicum e Mathematicum insigneiam demum ab omnibus vindicata mendis, ac nonnullis quoque locis aucta, figurisque nouis illustrata. Additis eiusdem argumenti libellis ipsius Gemmae Frisii, Parisiis. Vaeneunt apud Viuantium Gautherot, via Iacobea: Sub intersignio D. Martini, 1553*.

os fólhos 12 e 13 foi intercalado um outro, onde se reescreveu o texto do fl. 12v, cujas últimas cinco linhas foram, por sua vez, reescritas posteriormente sobre um papel colado.

Por dezasseis vezes o autor intercalou novos fólhos ou colou-os por cima de outros, corrigindo e acrescentando textos e gravuras¹⁰. Curiosamente, as emendas parciais são menos frequentes. O expediente foi o de colar tiras de papel por cima do que se pretendia substituir, o que ocorre onze vezes¹¹.

A ideia de uma obra em constante reestruturação acentua-se pela análise das marcas de água, cuja variedade e grande intervalo cronológico (1525-1572, e ainda uma de 1590 num fólho relativo ao relato da viagem de Magalhães) acaba por não nos elucidar significativamente: vinte e nove ocorrências diferenciadas seguindo o catálogo de Briquet (Briquet, 1968)¹², ou com variantes muito próximas, não permitem realmente conclusões de grande realce, até porque é relativamente elevado o número daquelas para as quais se conhece apenas uma data.

Que conclusões se podem então tirar? Não havendo certificação segura por qualquer critério (análise interna do texto, codicológica, referências de autoridades e marcas de água), será de manter a datação avançada por Luís de Matos. Não como data firme, por tudo o que ficou dito atrás: logo, em vez de 1570, *circa* 1570. Uma datação plausível tanto mais que não é de pôr em dúvida que a *Ars Nautica*, na forma em que chegou até nós, foi escrita entre a impressão da *Arte da Guerra* e o *Livro da Fabrica das Naos* que, em nosso entender, deverá ser datado de *circa* 1580. Uma datação plausível - mas apenas isso.

A enciclopédia do mar

Uma obra enciclopédica, portanto, com uma tal abrangência temática que a simples apresentação obrigaria a tocar todos os aspectos fundamentais da navegação e do que com ela está relacionado. Não tendo paralelo na documentação técnica europeia do século XVI, a *Ars nautica* carece, tanto quanto da edição que tarda, de uma aproximação pluridisciplinar capaz de revelar a extrema complexidade e diversidade das matérias que versa.

¹⁰ Fls. 12v, 16v, 29v, 35v, 36v, 37v (?), 30, 53, 88, 96, entre os fls. 128 e 129, não numerado, 165, 171v, 172, 173 e 190.

¹¹ Fls. 12v, 15v, 32, 94, 96v, 123v, 152v, 154v, 156, 157v e 158v. No fl. 49A da numeração a lápis há uma gravura que nos parece também ter sido intercalada.

¹² A questão está tratada com mais detalhe em Domingues (2004: 76-78).

Das três partes que a constituem, a que se soma o opúsculo final, o autor dedicou o melhor da sua atenção à primeira, relativa à arte de navegar em geral, a qual ocupa mais de metade do códice. Nela trata longamente da arte da navegação, quer dizer, da náutica propriamente dita, mas ao contrário do que é vulgar encontrar nas obras da época, Oliveira detém-se na explicação do modo de construção das cartas e dos instrumentos náuticos. Trata-se de um aspecto que está por estudar, pois a obra chegou tardiamente ao conhecimento dos especialistas de náutica e cartografia, e assim carece de um enquadramento adequado em domínios técnicos onde os Portugueses pontificavam, à época.

Grande novidade não se encontra por igual na terceira parte e no opúsculo final, por retomarem assuntos sobre os quais Oliveira já escrevera desenvolvidamente e com escopo temático mais alargado. Mas outro tanto não se pode dizer da segunda parte, que ocupa os fólios 137 a 174v do manuscrito.

Esta segunda parte corresponde ao primeiro texto teórico escrito por um português sobre arquitectura naval, teórico aqui no sentido em que vai mais além da regra para a construção de navios. É um texto estruturado, completo, que trata de assunto inédito pelo tema. Só por isso tem uma importância especial que deve ser assinalada.

O que Fernando Oliveira escreveu e desenhou apresenta-se-nos como uma curiosa mistura de novo e antigo, estando a inovação mais nos desenhos do que na parte do texto propriamente dita. É excessivo considerar este “o primeiro tratado científico de construção naval”, mas Pimentel Barata tinha razão ao afirmar que contém novidades que tardaram a aparecer nos tratados teóricos da especialidade, «como seja a representação ao modo moderno das secções transversais do navio» (Barata, 1989: 134). Foi precisamente esse aspecto da obra, tão profundamente inovador, que levou Nicolaas Witsen a copiar as imagens quase exactamente um século mais tarde, embora através da adopção de um processo curioso: é de presumir que as imagens tenham sido copiadas à vista com a mesma orientação do original, legendadas e depois gravadas em chapa, resultando que na impressão saíram com colocação inversa do original.

Quanto ao texto propriamente dito, o que se encontra decorre dos propósitos de quem o escreveu e em atenção aos destinatários finais. Fernando Oliveira não escreveu uma obra “abstracta”, por assim dizer, com valimento universal independentemente do leitor que a ela pudesse vir a ter acesso. Apesar de os desenhos serem quase todos de navios redondos, o livro em

si dedica muito mais atenção aos navios a remos, às galés. E compreende-se bem que assim seja, não por ser expressão de um conhecimento mais apurado e prática recente, como à evidência sucede com a *Arte da Guerra*, mas porque a obra está escrita em latim a pensar no mundo dos humanistas, dos homens que poderiam ler com facilidade uma obra técnica em língua erudita. A galé é por natureza o navio dos humanistas, pois é a expressão naval dessa herança clássica que é a sua. Um século mais tarde, enquanto Witsen escreve sobre navios redondos no primeiro tratado holandês de arquitectura naval, o que é portanto bem conforme aos interesses e necessidades da Companhia que serve e da navegação de longo curso dos seus conterrâneos, Issac Vossius escreve sobre galés, correspondendo exactamente ao perfil de leitor para o qual Oliveira dirigiu a *Ars*; e por isso adquiriu ou obteve uma obra original que lhe seria preciosa¹³.

Assim se justifica o facto de Fernando Oliveira tratar em especial das galés e a forma como o faz. Ao leitor nosso contemporâneo pode assomar alguma perplexidade ao percorrer páginas e páginas que versam assuntos aparentemente fora da aplicação concreta que se dava aos meios navais mas, tendo em vista o público destinatário, compreende-se perfeitamente que Oliveira revele uma preocupação acentuada com o rigor terminológico de tudo o que tem a ver com as galés, procurando, mais do que descrever as coisas como eram e as conhecia, explicar como elas deveriam ser; é por isso que uma das suas preocupações fundamentais é a etimologia dos termos técnicos, bem no seguimento do que mostrara ser um dos seus domínios favoritos na *Grammatica*. Ora, Oliveira é mau etimologista. Se somarmos a isto a tentativa sistemática de propor novos termos em substituição dos consagrados para assegurar que as designações (por exemplo de peças ou partes do navio) correspondam melhor ao que o autor supõe que era o termo correcto em latim, compreender-se-á que esta segunda parte da *Ars* não prima também ela por ser um texto técnico de primeira importância. Ainda assim, o tratamento de alguns temas perde apenas em face do maior desenvolvimento que lhes foi dado no *Livro da Fabrica das Naos*.

A *Ars nautica* é uma obra capital, sobretudo pelo conjunto, muito mais que pelo valor individualizado das partes que a compõem. É o que lhe garante lugar sem paralelo no domínio europeu, à época. Obra alguma mostrou igual abrangência temática e profundidade no tratamento das questões, ainda que

¹³ Havia um outro motivo que suscitava a atenção dos humanistas em relação aos navios a remos: o seu meio de propulsão levava à discussão da *Mechanica* de Aristóteles (os remos são alavancas), a partir de duas das 35 questões colocadas a propósito pelo Estagirita (Leitão, 2002a).

outras a possam ultrapassar pontualmente. Mas não há sequer muitas mais que se lhe comparem, se excluirmos todos os livros ou manuscritos que tratam apenas de parte das matérias aqui versadas.

Na verdade só se lhe equiparam obras escritas ou publicadas na Península Ibérica, mais no plano formal que no tratamento de conteúdos. É precisamente o que separa a *Ars* das obras de Diego García de Palacio, os *Dialogos Militares* e a *Instrucion Navthica* (García de Palacio, 1944 e 1944a), que formam um todo, complementando-se temática e formalmente, tendo até sido publicadas no mesmo local e ano. Os dois livros de Palacio sobrelevam em importância a *Ars* por isso mesmo: são livros, foram impressos e conhecidos na época, enquanto o manuscrito de Oliveira não teve qualquer influência assinalável, se exceptuarmos os casos tardios - embora qualquer deles notável - de Vossius e Witsen. Comparando a *Instrucion* com a *Ars* ressalta tanto a ampla cobertura temática de ambas como a diferença de tratamentos. Palacio dividiu a sua obra em quatro partes, e, tal como Oliveira, dedicou a primeira e mais extensa à náutica, denotando maior ligação à prática que o português, mas sem que nada de particular haja a assinalar, como notou Julio Guillén no prólogo da edição moderna: dito de outra maneira, sem novidade de maior.

Nas partes (aliás livros) II e III continua o autor a tratar da náutica e da astrologia, incluindo também instruções para o fabrico de uma carta de marear. Mas é na parte IV que se ocupa da arquitectura e construção naval. Chamam a atenção os planos dos navios, os primeiros impressos que se conhecem em obras modernas, mas também a extrema brevidade com que o assunto é tratado, pois ocupa apenas os fls. 89 a 95v., e isto já incluindo algumas das gravuras. Palacio escreve sobre a traça de um navio redondo, mas com tal parcimónia que se queda pelo nível das meras generalidades. Todo o resto do Livro IV trata de outros aspectos igualmente importantes, como os homens de mar ou os preceitos de guerra (extremamente sucintos), para terminar com um extenso e útil “Vocabulario de los nombres que usa la gente de la mar”, também pioneiro em livro impresso, e agora sim com pormenores explicativos e extensão apreciáveis. Neste particular Palacio ultrapassa Oliveira, mas não no resto.

Uma grande diferença em relação à *Ars nautica*: a ausência de equivalente à parte III, relativa aos aspectos logísticos.

Também Alonso de Chaves não produziu obra paralela. Um dos mais celebrados técnicos de navegação ao serviço da Casa de la Contratación, em Sevilha, Chaves é o autor de um trabalho a que apôs um título que teve grande

fortuna: *Espelho de Navegantes* (Chaves, 1983). Haveria muito a dizer da sua biografia, da qual todavia não nos ocuparemos¹⁴, pois para o efeito basta notar que Alonso de Chaves é um técnico ao serviço de uma estrutura oficial de apoio à navegação e formação dos seus profissionais, o que por um lado lhe propiciaria o acesso à mais completa e actualizada informação então disponível em Sevilha e, por outro, sugeriria que a obra se ativesse ao plano prático da arte de navegar. Não foi bem assim: a parte I do Livro I versa a astrologia, e todo o resto, até ao fim do Livro III, trata então da náutica, nomeadamente de cosmografia e da agulha de marear, com excursos sobre assuntos laterais, como os naufrágios e modos de os evitar (no terceiro tratado do Livro III) ou a guerra no mar. O Livro IV é um verdadeiro roteiro da navegação para as Índias Ocidentais.

O manuscrito revela de imediato a intenção do autor em apresentar obra particularmente bem cuidada: trata-se de um volume de grande formato, escrito com apuro – caligrafia apurada e margens largas –, enfim, um trabalho que vale também pelo aspecto formal. Destinar-se-ia aos prelos, provavelmente, mas só foi publicado em 1983 (o original é de 1536-1537). É possível que a causa da não publicação tenha sido o conteúdo do Livro IV, pois sabe-se que o Consejo de Indias não permitia a publicação de livros que pudessem revelar aspectos mais importantes da navegação para as Índias Ocidentais (Castañeda Delgado et al. in Chaves, 1983: 37-38). Foi isso que comprovadamente aconteceu com o importante manuscrito de Escalante de Mendonza, em 1575, mas é possível que o caso aqui seja diferente: como exemplo do estado da arte o livro de Chaves deixa a desejar, e talvez não seja absurdo pensar que a sua publicação poria até em causa o prestígio dos meios navais espanhóis. Alonso de Chaves, com efeito, mais não faz que passar levemente pela maior parte dos assuntos, cujo tratamento fica ao nível da generalidade, como bem o exemplifica o que escreve relativamente aos navios e às obrigações dos tripulantes, a começar pelo piloto, e incluindo também um vocabulário: tudo cabe em dois fólios e meio (Chaves, 1536-1537: fls. 65v-67) limitando-se na parte dos navios a uma simples listagem de nomes. Longe ficou pois do seu contemporâneo português, cuja *Ars nautica*, repete-se, pode não ter primado pela grande novidade ou especial acerto das acepções defendidas, mas revela uma profundidade sem paralelo no tratamento das matérias.

¹⁴ Para o efeito, *vide* o estudo introdutório em Chaves (1983), e ainda Lamb (1969).

A extensão desta obra, o cuidado no desenvolvimento pormenorizado de muitas das questões aí tratadas, a insistência nas críticas aos teóricos que delas falavam, e ainda a ênfase com que Oliveira afirma a eficácia e validade das soluções por si propostas, mostram que a chave para algumas das dúvidas que se nos colocam a propósito deste livro e dos seus objectivos pode estar eventualmente ligada ao que ficou expresso no articulado de um trecho particular do Capítulo Primeiro.

Já no Prefácio da *Ars* Oliveira fora incisivo na crítica àqueles que escreviam sobre náutica sem conhecerem a arte de navegar por experiência própria:

Raras vezes, com efeito, se encontrará quem saiba ensinar o que pessoalmente não aprendeu. Agiria, aliás, com excessiva impertinência quem tentasse ensinar esta disciplina vastíssima sem dispor de longa experiência. Alguns há, todavia, tão estranhos à náutica que até enjoam em estaleiros secos e nem sequer distinguem numa nau a proa da popa; que, não obstante, emitem, por vezes, frivolidades ridículas sobre a arte da navegação.

O remoque é dirigido ao cosmógrafo-mor Pedro Nunes, o qual, por seu turno, estava perfeitamente ciente da animosidade que suscitava aos homens do mar, como o revela o passo de abertura do seu *Tratado em defensam da carta de marear*:

Eu fiz senhor tempo há um pequeno tratado sobre certas dúvidas que trouxe Martim Afonso de Sousa quando veio do Brasil. Para satisfação das quais me conveio trazer não somente coisas práticas da arte de navegar, mas ainda pontos de geometria e da parte teórica. E sou tão escrupuloso em misturar com regras vulgares desta arte termos e pontos de sciencia, de que os pilotos tanto se riem (Nunes, 2002: 120)

A questão é conhecida: Nunes, um dos maiores matemáticos do seu tempo, cuja obra suscitou a maior admiração entre os seus pares (Leitão, 2002a, 2007), deu um importante contributo para a teoria da arte de navegar. Mas as suas soluções surgiam aos olhos dos pilotos como processos demasiadamente complicados a quem procurava soluções expeditas para resolver problemas concretos no alto mar; nasceu daí um contencioso que deixou marcas nos escritos da época, com críticas de parte a parte. Teixeira da Mota terá até chegado à conclusão de que a intervenção do cosmógrafo-mor foi prejudicial

para o desenvolvimento da náutica, quer dizer, da náutica prática, a dos pilotos; e Luís de Albuquerque, não querendo subscrever opinião tão radical, afirmou todavia que Nunes não contribuiu positivamente para essa mesma prática (Albuquerque, 1989: 156).

Não podendo embora reclamar-se como homem do mar, Fernando Oliveira invocou essa condição para criticar acerbamente o cosmógrafo-mor (Domingues, 2002). A *Ars nautica* tem várias passagens de grande dureza para com este, que partem da convicção de que a experiência de mar é fundamental para a discussão da teoria da navegação, permitindo que essa experiência avalize ou não soluções concretas.

Desde o início nos propusemos, com efeito, a confiar na experiência, tanto mais que até os maiores filósofos nela se fundamentam, não apenas em assuntos naturais mas sobretudo nos da arte. A náutica é uma arte, e baseia-se principalmente na experiência, banindo e repudiando, muitas vezes e com razão, fantasias abstractas (...) Mas os matemáticos pretendem arrogar-se o conhecimento da ciência náutica, que é exercida principalmente na matéria. E homens que nem sequer podem aguentar os mais leves solavancos do mar, prometem explicá-la. São realmente temerários, porque desconhecendo a realidade, de modo algum poderão interpretá-la.

Os matemáticos, por conseguinte, que não viram o mar, não andaram embarcados nem praticaram a arte de navegação, terão mau conhecimento dos temas náuticos e podem sustentar pior interpretação deles [...] Não metam foice em seara alheia homens que, encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens.

Os matemáticos, porém, pretendendo alardear ciência com suas argúcias, apenas conseguem convencer-nos de que nada sabem. Nenhuma ciência, com efeito, parece estar no seu propósito, ao afirmarem que percursos das derrotas não podem efectuar-se pelos círculos menores, quando com evidência é sabido que as estrelas e até o próprio sol quotidianamente descrevem tais círculos na abóbada celeste. Não só pelos paralelos do mundo, mas por onde quer que se pretenda, existem tais círculos menores: quando se contornam ilhas e rochedos no mar, ou cidades e províncias em terra, é, sem dúvida, pelos círculos menores que se avança, e não pelos máximos.¹⁵

¹⁵ Todos estes trechos são tirados da Primeira Parte, Capítulo Primeiro, Parágrafo segundo do Artigo quarto da *Ars nautica*, na versão portuguesa (Oliveira, c.1570a).

Oliveira só poderia ter ganho alguma prática de mar (entenda-se: de navegação em mar alto) durante um dos períodos do seu percurso biográfico que permanecem obscuros — e valha a verdade que o à vontade revelado nos passos acima parece indicá-lo, embora esteja longe de ser por si só convincente. O contacto com os marinheiros experimentados nas viagens de longo curso, ou até a simples reflexão, permitiram afirmar a impraticabilidade da navegação pelos círculos máximos defendida por Nunes. Mas em nosso entender não é esta a questão.

Tudo os separa, do sucesso na carreira profissional ao reconhecimento dos pares, passando pela retribuição em benesses várias dos respectivos merecimentos. Nunes, com costela provável de cristão-novo, gozou do apoio permanente dos monarcas, sobretudo de D. João III. Oliveira, que não teria esse labéu, viu-se por duas vezes encarcerado pela Inquisição. Como não pensar que a *Ars nautica* possa ter sido composta pouco depois, e em jeito de resposta, como se aventou atrás, à publicação da *Opera* de Nunes, editada em Basileia em 1566, o livro que consagrou definitivamente o seu autor?

Ao escrever em latim Fernando Oliveira podia estar simplesmente à procura do mesmo público alvo, e perante este a apresentar provas de uma mais valia que não lhe era geralmente reconhecida. Ao criticar Nunes da forma como o fez, esgrimia uma proximidade com os meios navais que invocava em tom de legitimação dos juízos expendidos. Nas polémicas em que os homens se envolvem o combate das ideias fica amiúde em segundo plano. A mira de um desforço pessoal, a par da busca de um reconhecimento que não faltava ao seu “rival”, podem bem ter estado na origem da redacção da *Ars nautica*.

Se assim é, pelo menos em parte, explica-se por outra via a atenção dada aos navios a remos, embora não na vertente já estudada por Nunes, de cuja competência matemática Oliveira estava longe: ao escrever sobre as galés acentua os aspectos sobre quais se sente mais à vontade, como sejam os problemas práticos ou as questões filológicas, como que a marcar a sua esfera de competência específica. Um factor mais a sugerir a não coincidência na sucessão da escrita da *Ars nautica* à publicação da *Opera* de Nunes.

Os planos de edição

Ao longo da segunda metade da década de 1950 esteve em curso de preparação o maior projecto de investigação em História da Cartografia

que alguma vez teve lugar em Portugal, que resultaria na publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, sem dúvida a obra de referência nesta disciplina publicada até então¹⁶. Não são concordes os testemunhos quanto à paternidade da ideia (Valentim, 2007), mas é certo que Armando Cortesão se lhe dedicou exclusivamente a partir de 1955, e Teixeira da Mota desde 1957. Os meios estiveram à altura da ambição do projecto de identificar e reproduzir todos os exemplares sobreviventes da cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI, tendo sido visitados arquivos e bibliotecas de duas dezenas de países.

Cortesão de Teixeira da Mota não estiveram sozinhos nessa tarefa, que foi apoiada por colaboradores de cujo esforço resta aliás pouco (senão nenhum) traço. Um deles foi o Doutor Luís de Matos, que viria a localizar a *Ars nautica* na Biblioteca da Universidade de Leiden.

Entretanto, em 1958, fora criada a Secção de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar (actualmente Instituto de Investigação Científica Tropical), por iniciativa de Avelino Teixeira da Mota, com o fito de concentrar e organizar “toda a documentação cartográfica e geográfica ultramarina antiga, existente na Junta” (Valentim, 2008: 248-9). O facto do principal responsável pelos PMC se encontrar em Coimbra e de aí se terem concentrado muitos dos materiais recolhidos levou a que logo em 1960 houvesse lugar à criação de uma nova Secção nesta cidade, sob a direcção de Armando Cortesão. Em 1961 forma-se o Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, com estas duas secções, que foi subsequentemente designado Centro de Estudos e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

Ao distinto historiador da cartografia que trabalhava em Coimbra juntou-se-lhe um professor de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia

¹⁶ Foi aproximadamente nestes termos que se lhe referiu Sarah Tyacke na primeira das Sandars Lectures que proferiu na Biblioteca da Universidade de Cambridge em Fevereiro de 2007. Tal menção não aparece no texto escrito (Tyacke, 2007) onde em contrapartida a autora manteve a referência à obra como exemplo da utilização nacionalista da História da Cartografia, lendo passagens do texto introdutório de Cortesão e T. da Mota, com os elogios a Salazar e aos ministros do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros, em termos que provocaram risos na assistência. Uma atitude que comporta o seu quê de a-histórico, no sentido em que as condições de gestação de uma obra são tanto objecto da matéria de estudo de um historiador como aquilo de que trata a obra em si, cujos resultados não são obviamente independentes das condições em que foi elaborada, nomeadamente materiais, sobretudo no caso de um projecto com esta dimensão, que implicou um investimento vultuosíssimo para o que então se gastava na investigação histórica. Os elogios de Cortesão e Mota serão eventualmente algo exagerados, mas têm de ser lidos no contexto e nas circunstâncias em que foram produzidos — coisa a que Sarah Tyacke não fez qualquer referência, e seria eventualmente algo difícil de entender para uma assistência quase exclusivamente britânica, alheia aos condicionalismos impostos ao fazer da História por um regime com a natureza da do Estado Novo.

que já tinha nome enquanto autor de trabalhos de História: Luís de Albuquerque. Por essa altura já tinha sido publicada a primeira edição do seu primeiro grande livro, a *Introdução à História dos Descobrimentos*, que viera a lume em 1959 em separata da revista *Vértice*, compilando os artigos que tinham sido antes publicados sucessivamente debaixo daquele título genérico. A *Introdução* seria uma das peças fundamentais (e cronologicamente a primeira) da renovação dos estudos de História dos Descobrimentos portugueses que teve lugar a partir dos finais dos anos de cinquenta, iniciando-se em 1959 com esta publicação e com a do primeiro volume da *História dos Descobrimentos* de Duarte Leite Pereira da Silva, a colectânea de esparsos organizada por Vitorino Magalhães Godinho, com um segundo volume publicado em 1962 — exactamente o mesmo ano em que uma editora de Coimbra, a Atlântida, fazia aparecer uma segunda e excelente edição da *Introdução* de Albuquerque.

Seria como historiador da Náutica que Albuquerque se tornaria numa referência a nível internacional, não havendo paralelo, ainda hoje, para a publicação sistemática dos livros de marinharia (cujo conceito é em grande medida seu), precedidos de valiosos estudos prévios, para além de algumas dezenas de volumes e centenas de artigos científicos que elevaram a disciplina a um dos *core subjects* da História da Navegações, como disse William Randles (1998), vindo na esteira, mas sobrelevando notoriamente, nomes como Luciano Pereira da Silva, António Barbosa ou o já citado Duarte Leite.

Teixeira da Mota trabalhava sozinho em Lisboa, mas em Coimbra Cortesão, com a História da Cartografia, e Albuquerque, com a Náutica, completavam-se bem: ao menos tematicamente, já que muito separava historiograficamente os dois homens. É pois natural que seja por iniciativa dos três que o Agrupamento inicia a edição de duas séries de publicações que viriam a granjear enorme prestígio, pela excepcional qualidade da grande maioria dos trabalhos aí vindos a lume: as *Memórias*, volumes de grande formato destinadas sobretudo à edição crítica de fontes documentais, e as *Separatas* (conhecidas como *Separatas Verdes*, pela cor da capa), um formato inédito mas que se revelou muito bem sucedido, onde se reimprimiam com tiragens à parte de dimensão razoável artigos de revistas científicas.

Foi pois com naturalidade que o Agrupamento assumiu o projecto de publicar a *Ars nautica* na série de volumes de *Memórias*, em cujas badanas aparece desde 1965 a seguinte menção no meio de uma lista relativamente extensa de trabalhos em preparação. “A ‘Ars Nautica’ do Pe. Fernando Oliveira (1570). Texto latino com tradução portuguesa pelos Pes. Rodrigues Esteves e

Manuel Figueiredo e anotações náuticas por A. Teixeira da Mota e Pimentel Barata”.

A iniciativa desta publicação pertenceu a Teixeira da Mota, que agregou a ela o Dr. João da Gama Pimentel Barata, especialista de Arqueologia Naval, com o fito de anotar a segunda parte da obra. A tradução não deixará de ter alguns problemas, sobretudo no que toca à passagem de um texto vertido muito literalmente para uma versão mais inteligível, onde o emprego dos termos adequados no domínio da Náutica só está ao alcance dos especialistas. Foi exactamente essa a tarefa de que se ocupou Teixeira da Mota, que introduziu algumas alterações em toda a primeira parte, mas veio a falecer antes de poder concluir a tarefa. E tanto quanto nos é possível saber Pimentel Barata não iniciou sequer a sua parte, tal como Luís de Albuquerque – pela razão que já se dirá –, que a um determinado momento se lhes juntou para anotar a primeira parte, ficando Teixeira da Mota com a terceira e quartas.

Poucos anos volvidos, a Academia de Marinha, então sob a presidência do Alm. Rogério de Oliveira, dá início ao projecto de publicar todos os tratados de arquitectura naval portugueses de c. 1550 a c. 1650. Seguindo a filosofia de Pimentel Barata, que englobou sob esta classificação documentos os mais díspares – quanto a nós com manifesto desacerto (Domingues, 2004: 21-33) –, o primeiro texto da série seria precisamente a *Ars nautica*: que contém o que é seguramente o primeiro texto de um português a versar a teoria da arquitectura naval, como se disse acima, mas não um tratado desta especialidade. Não obstante, o presidente da Academia conseguiu interessar Luís de Albuquerque nesta edição - quando até aí o ilustre professor da Universidade de Coimbra não a considerava prioritária, em função da análise que fizera da primeira parte¹⁷; e a revisão dessa parte do texto relativa à náutica, mais profunda que a realizada por Teixeira da Mota, veio a ocupá-lo durante todo o Verão de 1990, isto é, imediatamente antes da doença que o atingiria logo depois e teria um desfecho fatal nos inícios do ano seguinte.

A publicação da *Ars* ficou então em suspenso; o assunto seria retomado mais uma vez no âmbito da Academia de Marinha, com a apresentação de um plano editorial por Francisco Contente Domingues e António Justino Ribeiro Guerra, a 13 de Maio de 1997. Ribeiro Guerra, professor de Paleografia na Faculdade de Letras de Lisboa, juntava várias qualidades únicas à sua mais que reconhecida competência no domínio da edição de textos: era um sólido

¹⁷ Uma opinião que nunca expressou por escrito, mas verbalizou junto de vários dos seus amigos e colaboradores, como o autor destas linhas.

latinista, conhecia extensamente a vida e obra de Fernando Oliveira¹⁸, e mesmo o facto de a sua especialização (os documentos dos séculos XII e XIII e o estudo técnico e cultural das suas condições de produção) estar muito longe da história da arquitectura naval não resultava senão de uma mudança de rumo, porque o seu primeiro interesse historiográfico (sobre o qual chegou a publicar) foi precisamente o estudo das embarcações. Quanto ao autor destas linhas, ultimava então uma tese de doutoramento em que a figura e a obra do autor da *Ars* ocupavam o espaço central. Quatro meses volvidos, porém, Ribeiro Guerra morria tão súbita quanto inesperadamente, na plena pujança da vida e do seu trabalho intelectual - e poucos dias apenas depois de o Conselho Académico da Academia ter dado o seu aval ao plano apresentado em Maio¹⁹

E assim a mais notável das obras portuguesas de marinharia (no sentido lato do termo) do século XVI permanece ainda hoje inédita.

¹⁸ O processo na Inquisição de Oliveira, que tinha totalmente transcrito, era por ele usado nas aulas práticas de Paleografia.

¹⁹ Na verdade e por ironia a concordância da Academia foi-me transmitida de viva voz, pelo seu Presidente, no exacto dia da defunção do meu colega e Amigo António Guerra.

O padre Fernando Oliveira, um marinheiro português do século XVI

JOSÉ MANUEL MALHÃO PEREIRA
Centro de História — Universidade de Lisboa

Introdução

O Padre Fernando Oliveira foi biografado essencialmente por Henrique Lopes de Mendonça, no seu conhecido trabalho *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica* (1898: 2), e por Contente Domingues, na sua tese de doutoramento, tendo este último historiador dado nova dimensão ao estudo desta personalidade multifacetada, percorrendo toda a sua vida e debruçando-se finalmente na sua faceta de “construtor naval” (2004).

Henrique Lopes de Mendonça (1898: 2) afirma, ao referir-se a Fernando Oliveira: «Foi clérigo e foi soldado, foi marinheiro e diplomata, esteve prisioneiro em mãos de ingleses e em mãos de turcos, gemeu nos cárceres do Santo-Ofício, teve relações com homens eminentes do seu século, como o barão La Garde, Eduardo VI de Inglaterra, o núncio Lippomano, André de Rezende, João de Barros...».

Quero contudo acentuar que foi piloto de galés francesas por mais de um período, foi aprisionado na Inglaterra onde serviu na corte e foi posteriormente desejado como piloto por franceses e espanhóis.

Teve portanto, e durante muitos anos, uma vida prática a bordo de navios, especialmente no Norte da Europa e Mediterrâneo, que lhe proporcionaram experimentar métodos e instrumentos, coisa que não acontecia com alguns famosos escritores da náutica da época.

Será essa faceta deste Padre aventureiro e irreverente que se abordará neste breve estudo.

São conhecidas e por demais comentadas as obras que publicou e as que ficaram manuscritas. Contudo, a sua *Ars Nautica*, que só muito recentemente foi resgatada do local onde se encontra, merece tratamento especial.

Além disso, é nesta obra que o Padre Oliveira mais divulga os conhecimentos que adquiriu no mar e nos contactos com os eruditos na matéria, na área da ciência náutica aplicada agora aos navios a navegar e não à sua construção.

Nesta obra, que abaixo será mais detalhadamente descrita e comentada, e que o autor dividiu em duas partes, o nosso dominicano refere no “exórdio à segunda parte”:

Depois de termos ensinado aos marinheiros na primeira parte os princípios da navegação, segue-se agora ensinar-lhes a construção dos navios, com os quais possam exercer a mesma arte, e as regras da carpintaria naval. Pois os navios são os instrumentos ou documentos efectivos ou práticos do exercício da arte, como os dados anteriormente eram instrumentos ou documentos teóricos. São eles instrumentos próximos da arte de navegar, pois são as muralhas dos marinheiros e como tectos moveções lembram-lhes as casas do mar.¹

Por aqui se vê nitidamente o objectivo da obra e o conteúdo e objectivos do texto da sua primeira parte, essencialmente dedicada à navegação.

Vejamos então um resumo da vida de navegante do Padre Fernando Oliveira, e analisemos as suas experiências de embarque e os seus contactos na Europa do seu tempo, que permitirão melhor compreender o valor do seu legado bibliográfico.

O marinheiro Fernando Oliveira

Com espanhóis, franceses e ingleses

Baseando-nos essencialmente nos trabalhos de Henrique Lopes de Mendonça e de Contente Domingues, vamos então analisar brevemente

¹ Tradução provisória da *Ars Nautica* existente na Academia de Marinha. Segunda Parte, p. 1.

a “vida de mar” do nosso Padre. As suas viagens marítimas e movimentos terrestres estão esquematicamente assinaladas na figura 1.

Depois do seu nascimento em Aveiro c. 1507, no seio de família de origem humilde e de ter passado os primeiros 10 anos de vida na Beira Alta, foi estudar para S. Domingos em Évora com cerca de 13 anos, aí permanecendo até aos vinte e cinco anos.

Terá em Évora adquirido sólida cultura humanista, considerando-se que terá sido aluno de André de Resende. O abandono da ordem de S. Domingos, não claramente justificado e conhecido, terá acontecido em 1532, data em que parte para Espanha. Lopes de Mendonça (1898: 4) considera que Oliveira “fugiu” da ordem, tendo-se expatriado para Castela. Mendonça diz ainda «que o conhecimento da *Grammatica sobre la lengua castellana* de Antonio de Lebrixa desenvolvesse as suas aptidões de philologo e lhe sugerisse a idéia de uma obra análoga sobre o idioma patrio».



Fig. 1. A vida aventurosa de Fernando Oliveira até à expedição a Velez

De facto, depois de passado algum tempo em Espanha, parte outra vez para Portugal, onde ensina as primeiras letras a filhos de gente nobre, nomeadamente aos filhos de João de Barros, do Barão do Alvito, de D. Antão, filho de D. Fernando de Almada, tendo finalmente em 1536 publicado a sua *Grammatica da Linguagem Portuguesa*.²

² Cf. *Grammatica de Linguagem Portuguesa por Fernão D’Oliveira*, segunda edição, conforme a de 1536 publicada por diligencia e trabalho do Visconde D’Azevedo e Tito de Noronha, Porto Imprensa Portuguesa, 1871. Esta edição será uma alternativa à consulta da edição original.

Aproxima-se agora a década mais nebulosa da vida de Fernando Oliveira.

Numa das suas declarações perante a Inquisição, afirma ter embarcado de Barcelona para Génova num navio que mais tarde foi apresado por galés francesas, tendo sido feito prisioneiro. Terá ido a Itália mais tarde e regressado a Portugal com o bispo de Modena, Lucio Lippomani (1543). A sua estadia em Itália poderia estar ligada a uma missão de espionagem junto da Santa Sé, ordenada pela coroa de Portugal. É pelo menos esta a opinião de Lopes de Mendonça.

Contudo, não parece haver dúvida de que os conhecimentos náuticos de Fernando Oliveira foram aproveitados pelos franceses, que o utilizaram como piloto.

Contente Domingues considera que a fase de emprego dos conhecimentos náuticos do nosso Padre terá sido a de 1535/1536 a 1540/1541. Quanto à fase de aprendizagem não há elementos que permitam fazer qualquer conjectura.

Em Lisboa, Oliveira passa por dificuldades económicas e, por esse motivo, terá embarcado em 1545 numa galé integrada numa força naval francesa de 24 navios redondos e 20 galés e mais 4 navios de aviso, sendo as galés comandadas pelo célebre barão de La Garde.

Essa força, vinda do Mediterrâneo, iria juntar-se ao resto da frota francesa do Havre, visto que Henrique VIII declarara guerra a Francisco I.

A galé onde embarca Fernando Oliveira é comandada por S. Blancard, que se admite poder ter convidado pessoalmente o nosso marinheiro para nela exercer as funções de piloto, por este já ser do seu conhecimento e confiança.

O barão de La Garde, Antoine Escalins des Aymars, conhecido também na altura por Capitão Paulino, é referido por Fernando Oliveira na sua *Arte da Guerra*, sendo considerado um dos mais célebres marinheiros franceses do século XVI. Lopes de Mendonça acentua o conceito muito favorável em que o barão de la Garde tinha Fernando Oliveira, parecendo que aos seus vastos conhecimentos técnicos dava muito crédito. Narra Mendonça (1898: 23-24) ainda o respeito e consideração que de La Garde nutria por Oliveira, ao nomeá-lo, por exemplo, como árbitro numa disputa entre os comandantes dos seus navios.

Em consequência dos confrontos no Canal da Mancha³ entre os navios franceses e Ingleses em 1546, acção em que participou Oliveira, a galé de Saint Blancard, onde tudo leva a crer navegava, é apresada. Fernando Oliveira é capturado pelos ingleses nessa altura, que terá sido entre 18 a 27 de Maio do ano referido.

O que parece não haver dúvida é que Oliveira caiu nas boas graças da corte inglesa, voltando a Portugal por fins do ano de 1547, portador de uma mensagem de Henrique VIII para o monarca português.

No entanto, em Lisboa é denunciado ao tribunal da inquirição, por declarações proferidas em público contra o Papa e a Igreja católica numa livraria que frequentava habitualmente. Dado ser útil para documentar o interesse de Oliveira pela náutica e pela ciência em geral, transcrevemos a seguinte passagem do estudo de Lopes de Mendonça (1898: 30-31):

Foi a 18 de Dezembro que se deu o conflito. Fernando Oliveira, que não abandonava o estudo, dedicando-se de preferência à náutica, para a qual a própria experiencia lhe dera valiosas contribuições, frequentava naturalmente as lojas dos mais conceituados livreiros que então se estadeavam plea Rua Nova, a mais notável de Lisboa, e considerada pelos contemporâneos talvez a mais rica e ostentosa de toda a Europa. N'uma d'essas livrarias, a de João Fernandes, dirigida n'essa ocasião por Francisco Fernandes, provavelmente irmão ou filho do proprietario, deixara Oliveira um livro para encadernar e encomendara o "Tratado da Esphera" de Pedro Nunes. Na tarde do dia citado, passando pela Rua Nova, entrou n'essa loja, onde lhe foi apresentado por Francisco Fernandes o livro que elle requisitara. Com a soffreguidão natural do estudioso, e como porventura houvesse luz dentro do estabelecimento, encostou-se ao limiar da porta para percorrer algumas páginas. Nesta ocasião estava André de Resende à porta de outra livraria próxima.

Passado algum tempo, depois de algum arrastamento do processo, é encarcerado. A sua estadia na prisão é polvilhada de várias e interessantes peripécias, em que Oliveira tenta comunicar com o exterior, tendo ainda recebido alguns apoios. Contudo terá de sofrer dois anos de cárcere, sendo finalmente transferido para o mosteiro de Belém por interferência do cardeal infante D. Henrique, o inquisidor geral.

A pena foi comutada em 3 de Setembro de 1550.

³ Lopes de Mendonça (1898: 13-22) tem uma longa e bem documentada descrição de todas as actividades na área.

A expedição a Velez

Segue-se o relativamente bem documentado episódio com o rei de Velez, que faz com que o nosso aventureiro embarque novamente e exerça a actividade que aparentemente é mais do seu agrado, que é a de sentir debaixo de si o convés de um navio a navegar e integrado num força naval combatente.

A seguir se descreve brevemente este interessante episódio, resumindo a desenvolvida reconstituição de Lopes de Mendonça (1898: 54-66)⁴.

As praças portuguesas do norte de Marrocos, Ceuta e Alcácer Seguer, estavam em perigo devido à acção de Muley Hamed, que, já senhor dos reinos de Marrocos e de Sus, se apoderara de Fez e ameaçava apoderar-se de tudo o resto.

O rei de Velez, aliado, primo e cunhado de Merine rei de Fez, ao qual Muley Hamed tinha conquistado essa praça, retirou-se para o Peñon de Velez, a fim de segurar o pouco que lhe restava.

Contudo, em face de um forte ataque de Muley Hamed, o monarca retirou-se da fortaleza e acolheu-se à protecção do presidio espanhol de Melilla. E o ambicioso Hamed ficou assim senhor de Fez, Marrocos, Sus e Velez.

Depois de várias diligencias, Muley Buhazon dirigiu-se a Málaga e pediu auxílio a D. João III que estava disposto ceder-lhe dois mil homens, admitindo que Carlos V lhe cedesse mil, tendo Buhazon ido a Bruxelas com esse objectivo.

Como não conseguisse convencer o Imperador, dirigiu-se à Flandres e depois a Lisboa, onde finalmente o nosso monarca preparou uma expedição constituída por duas caravelas armadas em Lisboa, um caravelão que transportava os cavalos do rei de Velez, estando planeada a incorporação de duas caravelas de armada que andavam no estreito. Numa das caravelas de Lisboa embarcou Fernando Oliveira, aparentemente na função de capelão, sendo a expedição comandada por Inácio Nunes, por alcunha o *Gato*.

⁴ O nosso historiador baseia-se não só nas breves descrições de Faria e Sousa e de Francisco de Andrade, como também e principalmente nos documentos, que transcreve, constantes num códice da Biblioteca Nacional de Lisboa (cód. F4-14) que transcreve na parte final do seu trabalho (1898: 129-145) e no relato de Oliveira na sua *Arte da Guerra no Mar*.

Fernando Oliveira critica asperamente a qualidade da expedição, sendo as suas informações posteriores extremamente corrosivas. A largada deu-se entre fins de Julho e princípios de Agosto.

Vamos fazer a nossa interpretação náutica dos movimentos da pequena frota, esquematizada na figura 2, de acordo com o que conhecemos das condições físicas da área e da época do ano em causa.

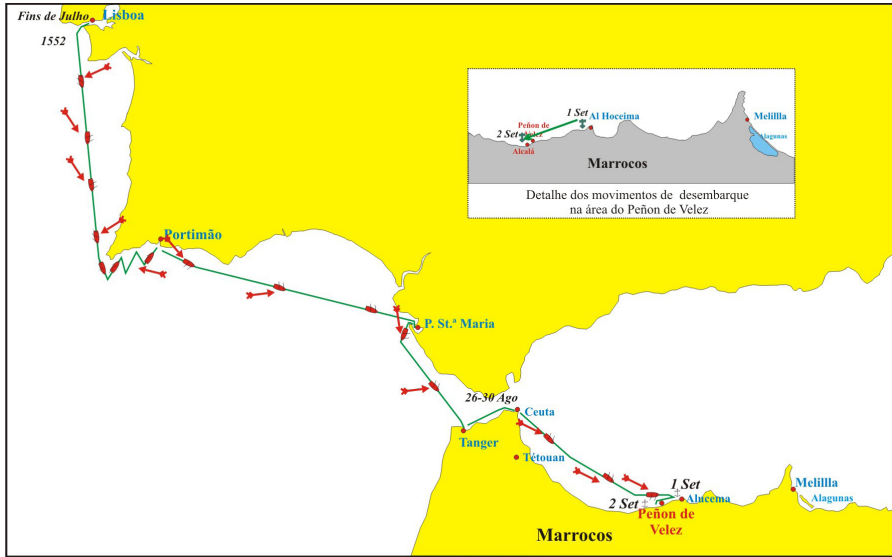


Fig. 2. Conjectura dos movimentos dos navios durante a expedição a Velez.

A largada de Lisboa ter-se-á feito com o vento nordeste ao início de uma manhã, típica de Verão, tendo-se em seguida navegado na costa, em demanda do Cabo S. Vicente com vento inicialmente de noroeste mas que terá rondado para nordeste na madrugada seguinte, visto que ao dobrar o Cabo já o “tempo” estava “contrário”, o que indicia a situação de levante, muito típica na área. Em consequência das condições de navegação, uma das caravelas abriu água e os navios arribaram a Portimão.

A informação de que seguiram para Porto de St.ª Maria, junto a Cádiz, sem qualquer problema, indicia que navegaram com ventos dos quadrantes de oeste até atingir esse porto. Seria ali que se encontrariam as caravelas de cruzeiro no Estreito, mas tal não aconteceu, pelo que, sendo informados que estavam em Tânger, para aí largaram também, tudo leva a crer, com ventos dos quadrantes de oeste, o que é perfeitamente normal na época.

Em Tânger, tiveram de esperar nove dias para atravessar o estreito, o que também acontece com frequência, visto naquela área haver alternadamente ventos de oeste e de leste, paralelos ao eixo do estreito e que impedem a navegação contra o vento dominante. De facto, a falta de espaço para bordejar e as fortes correntes na área fazem com que um veleiro apenas passe do Atlântico para o Mediterrâneo ou vice-versa, com vento favorável.

Já em Tânger, não foi possível impedir, apesar dos pedidos de Inácio Nunes ao capitão de Tânger para não deixar ninguém sair da cidade, que um mouro o fizesse e atingisse Tetuão onde informaram o inimigo da chegada da força naval.

A 26 de Agosto chegaram a Ceuta, visto ter rondado o vento para o poente. Contudo, tendo novamente virado o tempo para levante, tiveram mais 4 dias naquela cidade esperando a melhoria das condições.

Largaram a 30 de Agosto, levando um bergantim que tinha por missão rebocar as caravelas quando faltasse o vento, o que é perfeitamente normal na área. A viagem teve algumas dificuldades, com falta de vento, e finalmente passaram além do Peñol de Velez cerca de 6 léguas, fundeando numa baía aquém de Almuçema, como se poderá ver na figura.

Aqui desembarcaram a bagagem e os cavalos de Muley Buhazon e tiveram a recepção amigável de cerca de 500 habitantes da área que apoiavam o rei deposto.

Inácio Nunes, animado por esta acção, e apesar de não estar previsto na sua missão, perante a encorajadora recepção e o pedido de Buhazon para ser levado directamente à sua cidade, retrocedeu as seis léguas durante a sexta-feira dia 2 de Setembro e fundeou a oeste do Peñol de Velez numa baía frente ao castelo de Alcalá. A gravura inserta dá uma ideia destes últimos movimentos da frota.

Oliveira dá uma ideia muito negativa e depreciativa do castelo e de toda a localidade nas imediações do fundeadouro.

Diz também que «... a cidade de Belez será quando muito como Cezimbra, sem cerca nem fortaleza outra mais que o penhão, o qual está dentro no mar sobre a cidade, e sobre seu porto, por isso não aportámos na cidade porque o penhão estava pelo Xarife contrário do dito Rei, e aportámos abaixo onde disse ...» (Mendonça, 1898: 58)⁵.

⁵ Actualizámos a grafia.

Uma interessante imagem actual do rochedo adjacente a essa pequena cidade pode ver-se na figura 3.



Fig. 3. O Peñon de Velez visto do lado da cidade de Velez.

Tendo-se o Xerife inimigo recolhido ao forte de Velez e expedido cartas de socorro ao rei de Argel, o seu mensageiro encontrou os argelinos na baía das Alagunas, pouco a sueste de Melilla, com uma força naval 25 galés, bem artilhadas, que imediatamente se dirigiram para oeste para dar combate aos portugueses.

É então conhecido o desaire das nossas forças, dos relatórios contraditórios de Inácio Nunes e de Fernando Oliveira e da imprudência do comandante da frota ao ter prolongado a sua estadia na área, contrariamente às instruções que trazia.

Tudo acabou com cerca de 210 prisioneiros portugueses e com negociações árduas para que pelo menos alguns fossem libertados.

Para negociar o resgate foram escolhidos pelos cativos Gaspar Fernandes Tassallo e o padre Fernando Oliveira.

Em finais do ano de 1552, e depois de muitas peripécias passadas em terra, Oliveira e Gaspar Tassallo chegam a Lisboa e foram ultimados os procedimentos para efectuar o resgate, não tendo Fernando Oliveira participado na sua concretização (cf. Mendonça, 1898: 63).

Segue-se mais uma fase da vida de Fernando Oliveira em terra, onde mais infortúnios se repetem, nomeadamente as consequências da publicação da *Arte da Guerra no Mar* e do seu “subversivo” conteúdo, da escrita faseada da *Ars Nautica*, e dos conflitos permanentes com a hierarquia eclesiástica e não só.

A 26 de Outubro de 1555 vai novamente o nosso Padre ser encarcerado na sua já conhecida prisão, onde permanece por cerca de dois anos.

Desconhecem-se com rigor os detalhes da vida futura de Oliveira, sabendo-se, contudo, que pelo menos em 22 de Julho de 1565 já recuperara os favores régios, visto D. Sebastião lhe conceder nessa data vinte mil réis anuais de tença.

Henrique Lopes de Mendonça (1898: 75) considera que poderá também ter-se abrigado das investidas dos seus inimigos «... sob a égide poderosa dos jesuítas, antigos rivaes dos dominicanos no predomínio político, e então preponderantes pela influencia do Padre Luiz Gonçalves da Camara, mestre do rei infantil, ...».

Está fora do âmbito deste trabalho avançar mais sobre a biografia do nosso marinheiro, visto ser esta a sua faceta que pretendemos tratar.

Breves comentários à vida de embarque de Fernando Oliveira

Como vimos acima, Oliveira teve uma vida muito variada e activa, nunca ficando no mesmo lugar por muito tempo.

Mas houve uma constante da sua vida e que sobressai ao analisar globalmente as suas actividades. Perpassa na sua personalidade um desejo veemente de andar no mar, de exercer a bordo funções as mais variadas, das quais sobressai a condução da navegação e a táctica naval.

Este espírito arguto e irrequieto só poderia concretizar as suas acções no mar, isto é, só poderia conduzir navios, sugerir tácticas navais, dar conselhos sobre construção de navios, se para tal se tivesse previamente munido de uma bagagem teórica que adquiriu e que foi cimentando ao longo da vida.

Mas na realidade é muito difícil saber qual o período da vida em que exerceu essa aprendizagem, como aliás acentua, conforme dissemos, Contente Domingues no seu livro *Os Navios do Mar Oceano* (2004: 49).

Resta-nos admitir que durante toda a vida Fernando de Oliveira estudou, e não só a sua formação humanista foi cimentada em Évora durante o período em que veste o hábito dominicano. Também a sua curiosidade pela astronomia e navegação (demonstrada por exemplo no episódio da livraria) poderá ter sido incentivada pelo contacto que teve com outros clérigos dominicanos e de outras confissões, cujas missões ao ultramar os obrigavam a embarcar por largos meses. A elevada cultura destes clérigos, não só religiosa como também científica, espicaçava o seu interesse pela navegação.

Note-se que os dominicanos já estavam na Índia em 1503 e que em 1549 fundaram em Cochim um convento. Nestas condições, apenas o facto de pertencer a uma ordem religiosa cuja acção no Ultramar foi notória, já seria suficiente para dar a Oliveira a oportunidade de ter entre os seus professores padres que se interessavam pelas coisas da navegação.

Nas considerações que iremos efectuar mais adiante, vamos reforçar esta ideia e chamar a atenção para o contributo para o ensino da náutica no nosso país dado pelos religiosos das diversas congregações, pelo que deixaremos para mais tarde o aprofundar desta ideia.

Mas é sem sombra de dúvida evidente que a experiência náutica de Oliveira foi essencialmente um incentivo para aprofundar os seus conhecimentos teóricos e não a causa principal desses conhecimentos, visto as suas viagens por mar se terem limitado às águas costeiras do Atlântico Europeu e do Mediterrâneo ocidental. Oliveira não efectuou uma viagem transoceânica, experiência que inúmeros religiosos das diversas congregações tiveram no mesmo período cronológico.

Consideramos portanto que esta experiência de navegação costeira, que por si só não daria para aprofundar conhecimentos de navegação de alto-mar, foi complementada por uma valiosa troca de informação com as sedes europeias de conhecimento científico, que estavam a assimilar e a desenvolver a experiência náutica portuguesa, originando para fins do século XVI e por todo o século XVII uma enorme produção de textos científicos, dos quais terá sido a *Ars Nautica*, essa enciclopédia do mar, que tarda em ver a luz do dia, possivelmente a pioneira.

Adiante iremos então comentar brevemente esta obra, que foi por nós analisada com mais detalhe em trabalho apresentado na Academia de Marinha em 2002 (Pereira, 2003).

A parte náutica da *Ars Nautica*

A “história” da *Ars Nautica* tem nesta colectânea, por parte de Contente Domingues, um tratamento erudito, pelo que nos parece desnecessária qualquer referência a este aspecto.

A obra consta de três partes e de um opúsculo final com um total de 255 fólios, abrangendo a primeira parte, destinada à náutica, 136 fólios, a segunda parte, referente à construção naval, 37, a terceira parte, dedicada a aspectos de organização da vida a bordo, 62, e os restantes 18 fólios dedicados à guerra no mar.

Verifica-se portanto que a parte náutica abarca mais de metade da obra, sendo esta aquela que iremos analisar.

Esta parte, como aliás todas as outras, está cuidadosamente dividida em capítulos, por sua vez divididos em artigos e estes em parágrafos.

A seguir se mostram os títulos dos capítulos e dos correspondentes artigos. Apresenta-se à frente de cada capítulo o número de páginas da tradução portuguesa que lhe corresponde, para dar uma ideia da extensão relativa atribuída a cada assunto.

Capítulo Primeiro (40 pp.)

Definição da Arte Náutica e a sua Elaboração.

Art. 1.º- Definição da Arte de Navegação.

Art. 2.º- Medição do globo terrestre e a sua estrutura.

Art. 3.º- Os círculos do equador, do meridiano e do horizonte, e os seus pólos.

Art. 4.º- Os paralelos, os climas e os círculos “capilares”.

Capítulo Segundo (53 pp.)

Organização e uso do mapa marítimo e do quadrante viatório.

Art. 1.º- (Carta Plana)

Art. 2.º- Organização do mapa marítimo.

Art. 3.º- Delineação do litoral no mapa marítimo.

Art. 4.º- Correção do mapa quadrangular e representação da diminuição dos paralelos que no mesmo importa indicar.

Art. 5.º- Utilização da carta e cálculo das singraduras.

Capítulo Terceiro (37 pp.)

Construção e uso de alguns instrumentos astronómicos.

Art. 1.º- Construção e uso do astrolábio náutico.

Art. 2.º- Aditamento do astrolábio.

Art. 2.º- (sic)- Construção e uso do quadrante náutico.

Art. 3.º- Construção e uso da balestilha náutica.

Art. 4.º- Construção e uso da esfera náutica.

Capítulo Quarto (30 pp.)

Declinação do sol e das estrelas.

Art. 1.º- Observação da declinação do sol. (determinação da latitude pelo sol)

Art. 2.º- (Determinação da latitude pelas estrelas do norte e do sul)

Capítulo Quinto (20 pp.)

A agulha de marear e a investigação da linha meridiana.

Art. 1.º- O poder do magnete, útil para a Arte de Navegação.

Art. 2.º- Construção e uso da agulha de marear ou agulha magnética.

Art. 3.º- Arte de investigar o meridiano.

Capítulo Sexto (43 pp.)

Os ventos e as tempestades.

Art. 1.º- Natureza e utilidade dos ventos.

Art. 2.º- Divisão, designação, localização e classificação dos ventos.

Art. 3.º- Os ventos particulares.

Art. 4.º- Sinais e causas dos tempos.

Capítulo Sétimo (30 pp.)

A efervescência do mar e o cômputo da Lua.

Art. 1.º- A efervescência do mar e a sua causa.

Art. 2.º- O Cômputo da Lua e a relação das marés com ela.

Iremos apenas dar algumas notas críticas desta importante obra, situando-a na época, e faremos finalmente uma breve referência ao grande empenhamento que tiveram os religiosos de uma maneira geral na difusão do ensino náutico através de obras de referência, publicadas ou manuscritas durante os séculos XVI a XVIII.

De entre essas obras, faremos referência a algumas desconhecidas ou mal conhecidas que recentemente tivemos oportunidade de analisar e que demonstram, mais uma vez, como os séculos mais recentes da nossa história náutica são tão incompletamente conhecidos.

Breve nota crítica à *Ars Nautica*

Como se pode ver pela organização da obra, documentada pela sua descrição por capítulos, a *Ars Náutica* cobre todas as áreas necessárias à condução da navegação no mar.

Começa pelas matérias relacionadas com a esfera celeste e seus movimentos, dando as definições úteis para a compreensão da astronomia náutica de modo semelhante aliás a outros manuais coevos, não se limitando, no entanto, a apresentar uma tradução do tratado da esfera de Sacrobosco, apresentando sim as definições e conceitos já adaptados às necessidades da condução dos navios no mar.

Segue-se a carta de marear, o quadrante de redução e a condução da navegação na carta. O capítulo 3 trata não só de todos os instrumentos náuticos utilizados na época como também de outros menos vulgares, seguindo-se-lhe, no capítulo seguinte, as regras para o cálculo da latitude pelo sol e estrelas.

Os subseqüentes capítulos abarcam com muita profundidade a agulha magnética, os ventos, correntes e regras práticas de meteorologia, terminando com um completo estudo sobre marés.

Poderemos dizer que, no conceito actual, os dois primeiros capítulos e o último contêm principalmente assuntos de hidrografia, que o sexto trata de meteorologia e os restantes tratam da navegação propriamente dita.

Poderemos dizer também que Fernando Oliveira, denotando a sua formação clássica, faz constantes referências a Plínio, Veggecio, Euclides, Vitruvius, Alfragano, etc., etc. justificando muitas das suas ideias. Tem também a tendência, algo exagerada, para filosofar sobre os assuntos, tornando o seu tratamento desnecessariamente extenso em muitos casos.

Tratamento idêntico dá Martin Cortéz (1945) ao seu *Breve Compendio de la sphaera y del Arte de Navegar*, fazendo vastas referências aos clássicos em inúmeras notas marginais, utilizando também estilo idêntico ao de Fernando Oliveira na apresentação dos assuntos.

Para efeitos comparativos, apresentamos no quadro que se segue, as obras impressas ou manuscritas europeias mais importantes até cerca de 1570, data provável do acabamento da *Ars Nautica*. Nesse quadro e utilizando um critério de Jaime Cortesão, estão destacadas a negrito as obras que foram elaboradas pelos homens cultos, sendo as restantes provenientes dos práticos pilotos.⁶

A encarnado estão assinaladas as obras publicadas em Espanha estando ainda destacada a cor mais clara a *Cosmografia* do piloto português João Afonso, que ao serviço da França efectuou várias missões de embarque, tendo publicado, entre outras, esta obra.⁷

Verifica-se portanto que as obras mais antigas e as de maior número são portuguesas. De acordo com a opinião da maioria dos estudiosos da náutica e também da nossa observação concreta do assunto, poderemos concluir que:

— Os *Regimentos de Munique e Évora* foram os primeiros guias náuticos da náutica de alto mar europeia, tendo tido influência decisiva na difusão das regras básicas da navegação da época.

— Estes trabalhos influenciaram directamente a obra de Enciso. A sua *Summa de Geografia* e os referidos regimentos originaram o *Tratado del Esphera y del Arte de Marear* de Francisco Faleiro, publicado por este piloto em Sevilha, considerado por Jaime Cortesão o mais importante tratado de navegação até então aparecido.

— A obra de Faleiro e os trabalhos de Pedro Nunes, de D. João de Castro e os manuscritos conhecidos dos pilotos, foram inteiramente aproveitados por Pedro de Medina na sua *Arte de Navegar*, que foi a obra responsável pela rápida difusão da ciência náutica portuguesa pelo

⁶ Jaime Cortesão utilizou este critério no seu estudo sobre a difusão da ciência náutica, onde utiliza também o seu conceito de política de sigilo da coroa portuguesa, como justificação para a relativa pobreza dos escritos náuticos portugueses a partir de meados do século XVI, em comparação com o que se passava na vizinha Espanha, onde se sucediam as obras de valor publicadas pelos cosmógrafos, e que tanta repercussão teve na Europa. Cf. Cortesão (1979, III: 147-157).

⁷ Sobre este assunto, ver Albuquerque (1987c: 37-56) e Matos (1952).

resto da Europa, visto ter sido traduzida em Francês, Alemão, Italiano e Inglês.⁸

— Pelo mesmo processo a náutica inglesa foi influenciada pelo trabalho de Martin Cortéz, o *Breve Compendio del Esfera y del Arte de Navegar*, tendo William Bourne publicado em 1573 o seu *Regiment for the Sea*.

Obras impressas e manuscritas anteriores à Ars Nautica			
Autor	Título	Ano	Comentário
Duarte Pacheco Pereira	<i>Esmeraldo de Situ Orbis</i>	1505-1509	Manuscrito
	<i>Regimento de Munique</i>	1509	Impresso
Francisco Rodrigues	<i>O Livro de Francisco Rodrigues</i>	c. 1514	Manuscrito
João de Lisboa	<i>Tratado da Agulha de Marear - Livro de Marinharia</i>	1514-1530	Manuscrito
	<i>Regimento de Évora</i>	1516	Impresso
Valentim Fernandes	<i>Reportório dos Tempos</i>	1518	Impresso
Martin Fernández de Enciso	<i>Suma de Geographia</i>	1519	Impresso
André Pires	<i>Livro de Marinharia</i>	1500-1541	Manuscrito
Manuel Álvares	<i>Livro de Marinharia</i>	c. 1535	Manuscrito
Francisco Faleiro	<i>Tratado del Esphera y del Arte de Marear</i>	1535	Impresso
Pedro Nunes	<i>Tratado ... sobre certas dúvidas ..., e Tratado em Defensam da carta de marear</i>	1537	Impresso
João de Castro	<i>Tratado da Esfera</i>	1538	Manuscrito
Manuel Lindo	<i>Guia Náutico</i>	c. 1540	Manuscrito
Jean Fonteneau, dit Alfonse de Saintonge (João Afonso)	<i>La Cosmographie Avec l'Espère et Régime du Soleil et du Nord</i>	1545	Manuscrito
Pedro de Medina	<i>Arte de Navegar</i>	1545	Impresso
Alonso de Santa Cruz	<i>Libro de las Longitudines</i>	c. 1545	Manuscrito
Bernardo Fernandes	<i>Livro de Marinharia</i>	c. 1548	
Diogo de Sá	<i>De Navigatione</i>	1549	Impresso
Martin Cortés	<i>Breve Compendio de la Sphera y de la Arte de Navegar</i>	1551	Impresso
Bartolomeu Velho	<i>Cosmographia</i>	1568	Manuscrito
Fernando Oliveira	<i>Ars Nautica</i>	1570	Manuscrito

É portanto este o panorama das publicações náuticas europeias até à *Ars Nautica*, podendo desde já acentuar-se que, analisando o conteúdo de todas as obras mencionadas, as únicas que se poderão comparar ao trabalho de

⁸ Segundo Luciano Pereira da Silva (1946, III: 91-107), a obra foi traduzida por Nicolas de Nicolay para francês em 1554, para italiano por Fra Vicenze de Paletino da Corsula em 1555, para alemão por Michel Coignet em 1576, e para inglês por J. Frampton em 1581. O autor justifica claramente a origem portuguesa das obras de Medina.

Fernando Oliveira são as de Francisco Faleiro e Pedro de Medina, além da de Martin Cortéz.⁹

De facto, só estes trabalhos abarcam grande parte dos assuntos expostos por Fernando Oliveira e de uma maneira clara, prática e ordenada, o que não acontece com os outros. Isto não tira evidentemente o valor a todos os outros trabalhos, que foram afinal a fonte destes últimos.

O mérito dos trabalhos de Faleiro, Medina e Cortéz, aliás reconhecido por todos os estudiosos da náutica, está no modo como expõem os assuntos, que tornaram os manuais extremamente úteis, o que justificou a sua explosiva divulgação.

Não poderemos adiantar-nos muito mais em relação à crítica da parte náutica da *Ars Nautica*, limitando-nos em seguida a apresentar algumas das muitas gravuras que o autor apresenta neste belo manuscrito e que constituem o anexo I a este trabalho.

Como anteriormente se disse, o estudo publicado pela Academia de Marinha poderá ser facilmente consultado.

Contudo, na parte final desta pequena nota crítica exporemos as conclusões por nós expressas no mesmo, para a compreensão das quais a apresentação das figuras é importante.

Ainda antes disso, é de notar que a tradução do manuscrito em latim, existente na Academia de Marinha, foi feita por pessoas que não estão familiarizadas com a terminologia náutica, pelo que em muitos casos é muito difícil interpretar o texto.

Também perpassa por todo o texto o carácter rancoroso e pouco diplomático do seu autor, comportamento que tantos dissabores lhe provocaram ao longo da vida. É patente a sua animosidade relativamente a Pedro Nunes, apesar de a ele não se referir concretamente.

Façamos apenas dois excertos eloquentes do tipo de linguagem usado pelo autor quando se refere a essa pessoa que não identifica:

Na página 9 da tradução, a respeito das reais dificuldades de navegar:

⁹ No entanto, praticamente todas as matérias abordadas por Oliveira se contêm também no *Livro de Marinharia* de João de Lisboa e nos tratados de Pedro Nunes, mas nenhuma destas obras tem a organização requerida para corresponder a um texto didáctico e de carácter prático para a condução da navegação, pelo menos em comparação com os anteriormente mencionados.

Não devem ouvir-se os que, inexperientes da salsugem do mar, sonham em terra suaves navegações; por certo não mais do que aqueles que, embalados pelas delícias da paz, desenrolam formidáveis batalhas com larga eloquência.

Na página 42 da tradução, criticando os matemáticos:

Os matemáticos, por conseguinte, que não viram o mar, não andaram embarcados nem praticaram a arte de navegação, terão mau conhecimento dos temas náuticos e podem sustentar pior interpretação deles. Não prometam, portanto, dar o que não têm, confinando-se cada qual, a preceito, na arte que aprendeu, segundo o provérbio dos gregos, mencionado por Cícero. Não metam foice em seara alheia homens que, encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens.

E isto não é nada, porque mais à frente, a respeito da esfera náutica, há impropérios que não se adequam a serem transcritos neste trabalho.

Vejam-se então as conclusões do nosso estudo já referido:

— É a seguir ao trabalho de Faleiro, publicado em Sevilha em 1535, a primeira obra náutica portuguesa devidamente sistematizada e ordenada de modo a cobrir todas as matérias necessárias à condução da navegação, sendo incomparavelmente mais completa e erudita do que aquela.

— Muitas das matérias correspondem a inovações bastante adiantadas para a época, destacando-se entre muitas outras, a adopção de 20 léguas para o grau, a adaptação da medição das distâncias na carta plana à latitude navegada, a utilização de uma engenhosa tábua única para a declinação do Sol, a utilização do mesmo corpo de um quadrante para utilização em terra (quadrante erecto), ou no mar (quadrante deitado), mediante a incorporação de peças intermutáveis, a sugestão da carta globular, o tratamento dos assuntos de meteorologia, nunca antes expostos com este desenvolvimento.

— A exposição das matérias é acompanhada de elucidativas e bem elaboradas gravuras, tornando-as acessíveis ao leitor. Contudo, um excesso de transcrições dos clássicos (aliás vulgares na época – ver por exemplo o *Regimiento de Navegación* de Medina) e a repetição por vezes desnecessária de conceitos que tornam o texto longo, origina que a sua leitura seja algo pesada.

— A sua experiência de mar, aliada à sua cultura, tornou a obra ainda mais valiosa.

— As únicas obras anteriores que se podem aproximar à de Fernando Oliveira serão as de Medina e Cortéz, que no entanto não têm a profundidade e a erudição deste trabalho, sendo além disso entidades que, tudo leva a crer, nunca andaram no mar.¹⁰

— Só já em pleno século XVII as obras Manuel de Figueiredo (1614), de Simão de Oliveira (1606) — que praticamente copiou os apontamentos do padre Francisco da Costa —, e o valioso trabalho de António de Naiera (1628), se podem aproximar à de Fernando Oliveira.

— Se pensarmos agora no âmbito geral da *Ars Nautica*, como obra enciclopédica, a primeira que tem um conceito semelhante e que foi uma referência fundamental em toda a náutica europeia do século XVII, é a *Hidrographie* de Georges Fournier, editada em Paris em 1643, quase cem anos depois da *Ars Nautica*.

— Não consideramos portanto exagerada a opinião de Teixeira da Mota, que afirma que Fernando Oliveira foi «... o maior tratadista naval português de todos os tempos, genial pioneiro que nesse campo fez adiantar-se Portugal a todos os países da Europa, que só muito tarde tiveram quem escrevesse obras do mesmo tipo».

Nestas condições, consideramos que a publicação da *Ars Nautica* se justifica não só pela sua componente de construção naval, que mais tarde foi novamente tratada e ampliada no *Livro da Fábrica das Naus*, como também pelo inegável valor da sua componente náutica.

Conclusões

Fernando Oliveira terá sido um dos “esquecidos” autores do passado. As razões desse esquecimento poderão não ser apenas o seu carácter irrequieto e irreverente, a sua falta de sentido diplomático, o não ter papas na língua, etc., etc. Poderá também ter sido vítima do aparente ostracismo a que foram votados os autores religiosos do passado, e não só os da Companhia de Jesus.

¹⁰ A *Ars Nautica* será assim uma obra que contraria o conceito anteriormente corrente nos historiadores da náutica, nomeadamente Luís de Albuquerque, de que depois de Medina e Cortés só no início do século XVII os autores portugueses produziram obra semelhante. Veja-se por exemplo a opinião de Luís de Albuquerque (1989: 6).

Numa recente exposição, em boa hora levada a cabo pela Biblioteca Nacional, foram apresentados ao público e dadas claras referências de quase uma centena de manuscritos dos professores jesuítas do Colégio do Santo Antão, que foram incompletamente analisados ou a maioria completamente ignorada pelos historiadores da ciência no nosso país.

Tivemos oportunidade de analisar muitas dezenas dessas extensas e bem elaboradas obras que mostram o alto nível do ensino dado por aquela instituição, que por mais de 170 anos instruiu as elites do nosso país.

Tal como a *Ars Nautica*, muitos desses manuscritos estavam aparentemente esquecidos.

Talvez seja a altura, e acentuamo-lo mais uma vez, de publicar a *Ars Nautica*, prestando homenagem a um grande Português do século XVI que merece ser reabilitado.

Caxias, 30 de Abril de 2008

APÊNDICE

**Algumas das gravuras da *Ars Nautica*
com breves comentários**

Os graus de longitude nestas cartas referem-se apenas à equinocial, uma vez que os paralelos sofrem diminuição segundo as suas posições, como acima se exp^o.z. Em cada um dos paralelos, por conseguinte, o número de léguas ou milhas deve ser reduzido por cada um dos graus, como em lugar conveniente se indicou. É para tal redução com efeito, que levantamos as cartas marítimas na presente configuração global. Ou melhor ainda, não se numerem estes graus, uma vez que não servem para a Arte de Navegação.

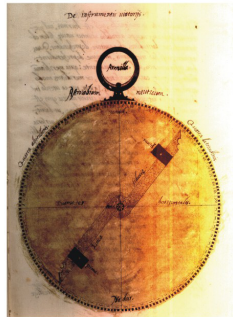
Tradução



Astrolábio náutico de Fernando Oliveira comparado com as soluções da época



Alexandre Zórzi, *Informatio*, 1517



Fernando Oliveira, *Ars Nautica*, c. 1570

alibada pouda dar a altura del astrolabio como parette en la puelle figura.



Martin Cortéz, *Breve Compendio*..., 1551



Pedro de Medina, *Regimiento de Navegación*, 1563

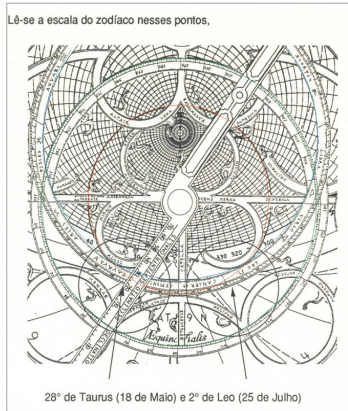


Georges Fournier, *Hydrographie*, 1643

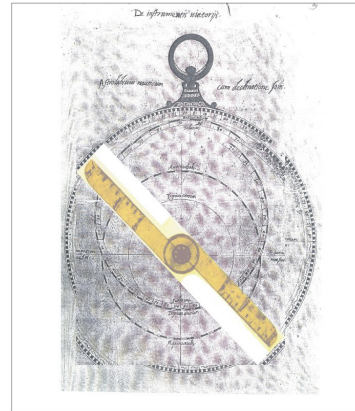


Diogo Ribeiro, *Planisfério*, 1527

Dorso do astrolábio náutico de Fernando Oliveir,a com o processo como o processo gráfico para de terminação da declinação do Sol, comparado com o dorso de um astrolábio palnisférico

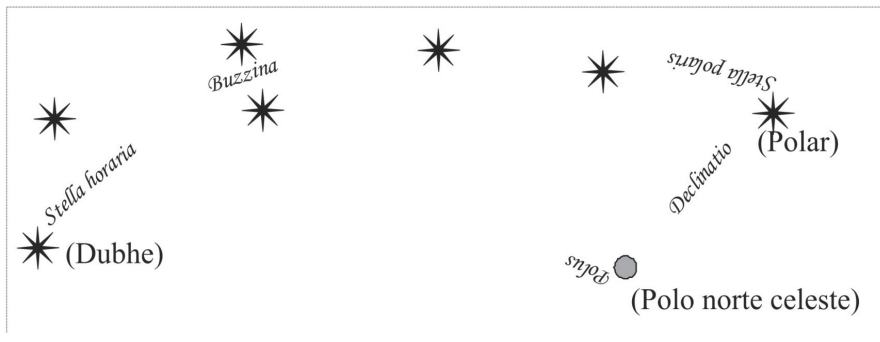


Gravura de *O Astrolábio*, de J. L. B. Mineiro, que acompanha a réplica do astrolábio planisférico

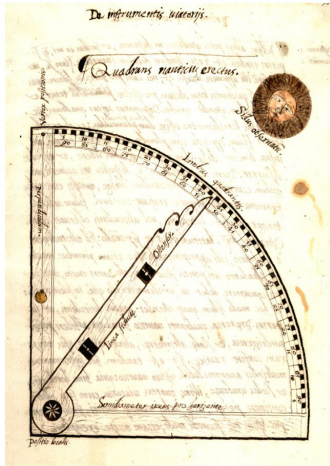


Gravura da *Ars Nautica* onde se justapóz a alidade que pertence a outra gravura

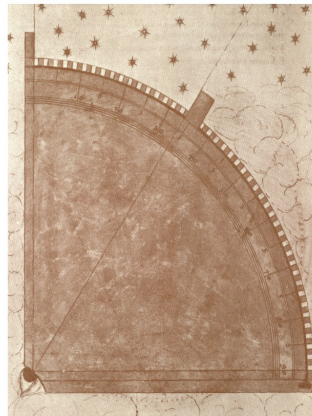
A buzina, auxiliar do Regimento do Norte, e a sua interpretação esquemática



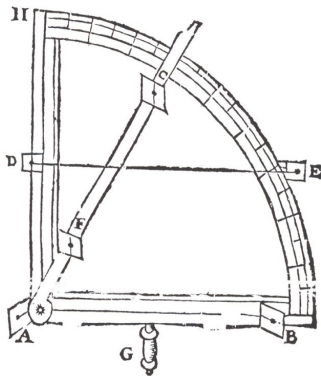
Comparação do quadrante erecto com os de outros autores da época



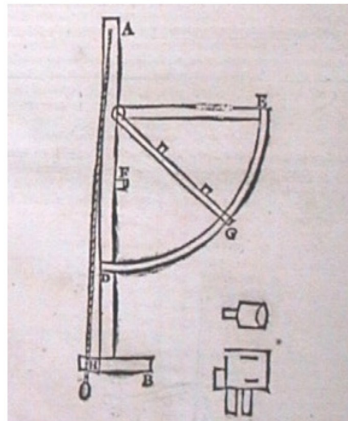
Fernando Oliveira, *Ars Nautica*, c. 1570.



Bartolomeu Velho, *Cosmographia* 1650.

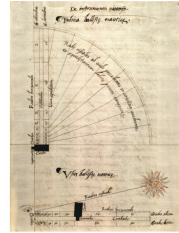


Georges Fournier, *Hidrographie*, 1643.



Dechalles, *L'Art de Naveiguer*, 1677.

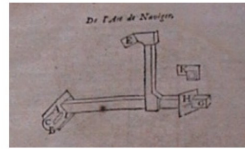
A roda das horas da noite e a balestilha de Fernando Oliveira.
Comparação desta balestilha com a de Deschalles e
conjectura da sua construção



Fernando Oliveira, *Ars Nautica*, c. 1570

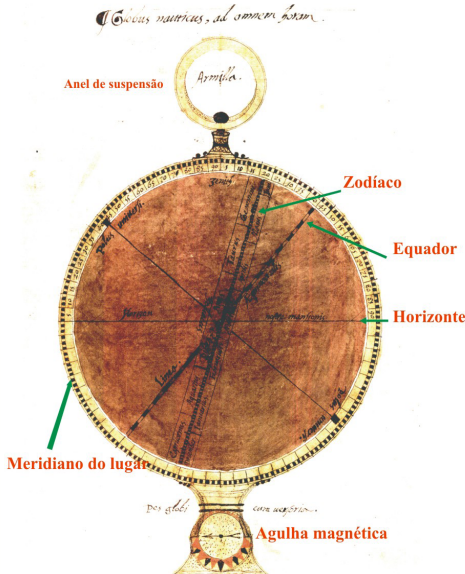


Interpretação da construção da balestilha de Fernando Oliveira.



Deschalles, *L'Art de Naviguer*, 1677

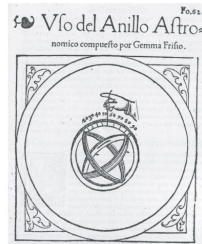
A esfera náutica, comparada com instrumentos semelhantes da época



Esfera Náutica de Fernando Oliveira, c. 1570.



Esfera Náutica de Martin Cortés, 1551.



Anillo astronomico Gemma Frisius

Aureo número para o calendário Juliano (antes de 1583), e tabela de marés de acordo com a idade da Lua

Tabula perpetua annuorum horarum lunari solis secundum aureum numerum.

Aureus numerus	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Januarii dies	18	7	26	18	4	23	15	2	20	9	28	17	28	14	3	22	11	30	
Februarii dies	17	6	25	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13	2	21	10	0
Marci dies	18	7	26	18	4	23	15	2	20	9	28	17	28	14	3	22	11	30	
Aprilis dies	17	6	25	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13	2	21	10	0
Mayi dies	16	5	24	13	2	21	10	20	18	7	26	15	4	23	12	1	20	9	28
Junii dies	16	5	24	13	2	21	10	20	18	7	26	15	4	23	12	1	20	9	28
Julii dies	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13	2	21	10	20	18	7	26
Augusti dies	13	2	21	10	20	18	7	26	15	4	23	12	1	20	9	28	17	6	25
Septembris dies	12	20	9	28	17	6	25	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13
Octobris dies	11	20	9	28	17	6	25	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13
Novembris dies	10	18	7	26	15	4	23	12	1	20	9	28	17	6	25	14	3	22	11
Decembris dies	9	17	6	25	14	3	22	11	0	19	8	27	16	5	24	13	2	21	10

Horae post mediam noctem.

Horae post mediam noctem	Horae post mediam noctem
1. tres horas lunares.	hora sexti.
2. plus 4. horas lunares.	hora sexti.
3. plus 5. horas lunares.	hora sexti.
4. plus 6. horas lunares.	hora sexti.
5. plus 7. horas lunares.	hora sexti.
6. plus 8. horas lunares.	hora sexti.
7. plus 9. horas lunares.	hora sexti.
8. plus 10. horas lunares.	hora sexti.
9. plus 11. horas lunares.	hora sexti.
10. plus 12. horas lunares.	hora sexti.
11. plus 1. horas lunares.	hora sexti.
12. plus 2. horas lunares.	hora sexti.
13. plus 3. horas lunares.	hora sexti.
14. plus 4. horas lunares.	hora sexti.
15. plus 5. horas lunares.	hora sexti.
16. plus 6. horas lunares.	hora sexti.
17. plus 7. horas lunares.	hora sexti.
18. plus 8. horas lunares.	hora sexti.
19. plus 9. horas lunares.	hora sexti.
20. plus 10. horas lunares.	hora sexti.
21. plus 11. horas lunares.	hora sexti.
22. plus 12. horas lunares.	hora sexti.
23. plus 1. horas lunares.	hora sexti.
24. plus 2. horas lunares.	hora sexti.
25. plus 3. horas lunares.	hora sexti.
26. plus 4. horas lunares.	hora sexti.
27. plus 5. horas lunares.	hora sexti.
28. plus 6. horas lunares.	hora sexti.
29. plus 7. horas lunares.	hora sexti.
30. plus 8. horas lunares.	hora sexti.
31. plus 9. horas lunares.	hora sexti.

Desenho da *rosa dos ventos* e esquema das designações dos ventos

De instrumentis nauticis.

Typus autem maris, cum beatitudine regionis horisontis, iuxta ventorum denominationes, et situs.

Horizonis regionibus, et nominibus ventorum.

3.3

DO LIVRO DA FÁBRICA DAS NAUS

O Livro da Fábrica das Naus no contexto da construção naval oceânica do século XVI

FILIPE VIEIRA DE CASTRO
*Ship Reconstruction Laboratory
Centre for Maritime Archaeology and Conservation
Department of Anthropology
Texas A&M University (USA)*

O padre Fernando Oliveira, figura incontornável do Renascimento em Portugal, escreveu dois tratados sobre construção naval cuja importância é ainda largamente desconhecida nos mundos da história e da arqueologia navais (Rieth, 1987; 1988a; 1988b; Barker, 1992; 2000; Domingues, 2000; 2005; Mendonça, 1898). Quinhentos anos após o seu nascimento, a *Ars náutica*, possivelmente a mais importante das suas obras relativas à náutica continua ciosamente guardada na Biblioteca da Universidade de Leiden e ainda não se encontra publicada.¹

Nascido poucos anos após a descoberta do caminho marítimo para a Índia – provavelmente menos de uma década – Fernando Oliveira foi um observador erudito das coisas náuticas ao longo do século XVI e os seus escritos constituem uma contribuição extraordinária para a nossa compreensão da história da construção naval naquele período.

O manuscrito do *Livro da fábrica das naus* (Oliveira, c. 1580) foi provavelmente escrito cerca de 1580, embora o navio nele descrito, uma nau da Índia de três cobertas e 600 tonéis, possa ser típico dos meados do século XVI, o que explicaria certas diferenças de concepção relativamente às naus

¹ A Biblioteca da Universidade de Leiden recusou há poucos anos a autorização pedida pela Texas A&M University para adquirir e colocar um fac-símile na internet, no âmbito do projecto Nautical Archaeology Digital Library (<http://nabl.tamu.edu/>).

descritas por Sebastião Themudo, Gonçalo Ruiz, João Baptista Lavanha e Manoel Fernandez, entre 1598 e 1616. Antes de detalhar as diferenças entre os modelos dos diferentes autores atrás mencionados julgo que é relevante situar esta obra no contexto Europeu.

A falta de informação quase total em relação à concepção e construção dos navios oceânicos no século XVI – uma escassez comum a toda a Europa – faz com que este tratado seja um documento precioso para o estudo da construção naval daquele século. Embora existam mais textos sobre construção naval neste período, dois dos quais inclusivamente impressos – um em 1587 no México (Palacio, 1587) e outro em 1601 em Itália, embora tratando sobretudo de galés (Crescenzo, 1601) – o *Livro da fabrica das naus* é uma obra ímpar pela sua clareza, detalhe e sofisticação técnica.

Os escritos de Fernando Oliveira inserem-se aliás num contexto cultural de proliferação de tratados e cadernos de notas pessoais que parece reflectir o espírito da renascença, sobretudo no que se relaciona com o desenvolvimento do individualismo e a democratização do saber. Uma série de factores parece ter influenciado esta relativa abundância de tratados, muitos dos quais escritos em forma de diálogo, na tradição dos escritos clássicos. Se no século XV parecem ter proliferado os cadernos de notas – de que são exemplos excepcionais os dos venezianos Michele da Rhodi (McGee, 2008) e Zorzi Nicolai da Modon (McManamon, 2001; Baroncini, 2002) – o ambiente social e cultural da segunda metade do século XVI encorajou a produção de tratados, dos quais um importante número se refere à construção naval (Quadro II).

Embora manuscritos, muitos destes tratados parecem ter sido escritos com o intuito de serem publicados. A redução do preço dos livros decorrente do aperfeiçoamento e divulgação da imprensa, o aumento da procura de livros em muitas cortes e círculos culturais e o prestígio pessoal aliado à erudição, parecem ter convidado muitos autores a consignar ao papel os seus conhecimentos sobre os mais variados assuntos (Eisenstein, 1979).

Redigido em português e portanto dirigido a um público muito menos restrito que o da *Ars nautica* dez anos antes, o *Livro da fábrica das naus* explica com uma clareza ímpar o processo de concepção da forma do casco de uma nau da Índia (Quadro I).

Quadro I

A nau de Fernando Oliveira

Quilha	<ul style="list-style-type: none"> • 1 unidade = Q • deve ter secção rectangular, um pouco maior que o liame • de sobro, se possível um pau inteiro
Boca	<ul style="list-style-type: none"> • suponho que seja a boca pela face exterior das balizas • de $1/3$ até $1/2$ Q, i.e. $1/3 \times [Q + (Roda = Q/3)]$ $1/3 \times 1.33$ Q = 0.44 Q
Pontal	<ul style="list-style-type: none"> • suponho que seja o pontal da face superior da quilha à face superior do convés • $1/3$ Q = 0.33 Q (sempre um pouco menos que a largura)
Roda	<ul style="list-style-type: none"> • da mesma madeira que a quilha e da mesma secção • $1/4$ de círculo c/ $R=Q/3$ + altura p/ escovém (na vertical)
Cadaste	<ul style="list-style-type: none"> • lançamento: <ul style="list-style-type: none"> a) $1/7$ do arc. c/ $R=Q/3 \Rightarrow 0.224 R \rightarrow 0.075 Q$ b) $1/4.5 = 0.222 R \rightarrow 0.074 Q$ c) $1/4 = 0.250 R \rightarrow 0.083 Q$ • da mesma madeira que a quilha e da mesma secção
Painel da Popa	<ul style="list-style-type: none"> • não é referido
Gio	<ul style="list-style-type: none"> • da mesma madeira que a quilha e mais grosso que o cadaste • $1/2$ da largura máx.
Coral da roda	<ul style="list-style-type: none"> • grossa e forte, da mesma maneira & madeira que a quilha
Coral do cadaste	<ul style="list-style-type: none"> • grossa e forte, da mesma maneira & madeira que a quilha
Sobrequilha	<ul style="list-style-type: none"> • por cima das cavernas, também para as ligar, para que não se despreguem da quilha. • grossa e forte, da mesma maneira & madeira que a quilha
Fundo	<ul style="list-style-type: none"> • tem tantas cvs de cada lado como rumos tem a quilha toda • é o espaço entre as almogamas

<p>Cavernas mestras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • posição: <ul style="list-style-type: none"> a) navios pequenos → a meio da quilha; b) navios grandes → até 1/8 da quilha p/ vante • comentários: <ul style="list-style-type: none"> a) quanto maior é o delgado, melhor governa o navio; b) as que estão no plão são as mestras e não alevantam nem dobram; • número: <ul style="list-style-type: none"> a) ≤ 15 rumos $\Rightarrow 1$ b) 15 a 18 rumos $\Rightarrow 2$ c) ≥ 18 rumos $\Rightarrow 3$ • secção Y c/ 1 palmo de goa de lado: <ul style="list-style-type: none"> a) nos navios de 100 a 300 tonéis basta um palmo comum b) nos navios de 60 a 100, um palmo comum menos 1 polegada ou 2 dedos • traçado: <ul style="list-style-type: none"> a) Base: horizontal, c/ largura de 1/3 a 1/2 da Boca b) Braços: circulares c/ centro num eixo long. horizontal, a 1/3 abaixo da altura do convés, subindo até 1/4 abaixo da altura do convés c) Hastes: rectilíneas (últimos 25% da altura, até ao convés), ligando o arco de círculo ao topo do convés
<p>Almogamas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • são as cv dos topos do fundo
<p>Par</p>	<ul style="list-style-type: none"> • é a medida de 1 cv + 1 vão
<p>Compartida, alturas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • é o valor da subida total dos graminhos • os graminhos de popa e proa são diferentes: o da popa sobe mais <ul style="list-style-type: none"> a) popa → sobe 1/12 do comprimento, i.e. 1.5 pares p/ 18 cv b) proa → sobe 1/12 - 1/2 ou 1/3, ou seja, sobe ± 1 par p/ 18 cv
<p>Graminhos, alturas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • calculam-se segundo um de três métodos: <ol style="list-style-type: none"> 1.º - “besta”, que corresponde ao $\text{sen } 90^\circ / n.$º rumos da quilha x compartida; 2.º - “rabo de espada”, é um método gráfico de tentativa e erro 3.º - “brusca”, só para navios pequenos, é uma série linear: 1, 2, 3, ... • as cv mestras <u>não têm número</u>

Regel	<ul style="list-style-type: none"> • linha recta entre a cabeça do graminho (na almogama de popa) e $1/3$ ou $1/2$ da altura do cadaste • é o delgado da popa
Enchimento da proa	<ul style="list-style-type: none"> • arco entre a cabeça do graminho, i. e., a face superior (na almogama de proa) e $1/3$ do comprimento da roda • deve ser pouco expressivo
Compartida, fundo	<ul style="list-style-type: none"> • recolhem o mesmo à proa e à popa, i. e., as compartidas são iguais • desenha-se da mesma forma que o das alturas <ul style="list-style-type: none"> a) no plão o fundo deve ter de $1/3$ a $1/2$ da boca b) até às almogamas deve recolher $1/3$ nos navios grande (um pouco mais nos pequenos)
Graminhos, fundo	<ul style="list-style-type: none"> • por um dos três métodos
Espalhamento	<ul style="list-style-type: none"> • não é referido
Graminhos, convés	<ul style="list-style-type: none"> • desenha-se da mesma forma que o das alturas • recolhe $\pm 1/8$ da maior largura, metade de cada lado (estib. e bomb.) • entre almogamas a compartida é o dobro da do levantamento, i.e., o convés recolhe de cada lado o mesmo que a caverna levanta
Graminhos, Proa	<ul style="list-style-type: none"> • desenha-se da mesma forma que o das alturas • recolhe os $7/8$ que faltam • “alguns mestres costumam fazer a esmo segundo as suas estimativas, encostando o liame sobre as armaduras” • na proa as hastes são em baixo e os braços em cima • as primeiras cavernas da proa, logo a seguir à almogama, devem ter chão • contudo, a partir do 2.º par, devem começar a fazer um ângulo agudo com o eixo da quilha • serrando os cantos contra o enchimento as cvs da proa de verão ter os pés maciços até à roda • no primeiro terço de altura as cvs devem ser pouco arqueadas

Popa	<ul style="list-style-type: none"> • da almogama para a popa recolherá o convés $\frac{3}{8}$ da largura máxima, metade de cada lado • ficando o gio com $\frac{1}{2}$ de toda a largura • na popa os braços são em baixo e as hastes em cima • as cvs devem fazer uma transição suave até aos Revesados
Latas (ou Vaus)	<ul style="list-style-type: none"> • podem ligar todos os braços • basta de 2 em 2 braços, sendo que de 3 em 3 vaus, se põe um mais forte
Cobertas	<ul style="list-style-type: none"> • pé-direito mínimo = 7 palmos de goa <ul style="list-style-type: none"> a) 36 a 42 palmos de altura total → 3 cobertas: 15p + 8 a 9p + 8 a 9p + mareagem b) 36 p → 3 cobertas: 14p + 7p + 7p c) 30 a 36p → 3 cobertas: 13p + 6p + 6p d) até 30p → 2 cobertas e) até 24p → 2 cobertas f) até 15p → 2 abertos (estroncados) – quando muito c/ $\frac{1}{2}$ coberta à popa • as cobertas não devem passar de 3
Grade (ou Ponte)	<ul style="list-style-type: none"> • os navios grandes armam sobre o convés uma grade sem tábuas, quase igual a uma alcáçova • sobre esta grade se lança uma rede de corda (ou coros de vaca crus, nos navios de guerra, como protecção contra fogo lançado pelo inimigo) • não deve ser mais alta que o bordo da mareagem
Pregadura	<ul style="list-style-type: none"> • deve ser tão longa que atravesse quase toda a madeira, e em algumas partes passe além
Costado	<ul style="list-style-type: none"> • os que hão-de servir na guerra ou fazer viagens grandes de vem ter tabuado grosso: <ul style="list-style-type: none"> a) se for pinho ou cedro ou lerez, ≥ 4 dedos b) se for angelim ou outra madeira rija, > 3 • nos navios de cerca de 300 tonéis, deve ter um pouco menos • nos de menos de 200 t, > 2 dedos
Sobrecostado	<ul style="list-style-type: none"> • nas naus da Índia já se usa um costado duplo, sobre a galagala • tb deve ser pregado e breado e, se não for calafetado, que seja bem junto e cerrado

Cintas	<ul style="list-style-type: none"> • devem ter pelo menos mais 2 dedos que as tábuas e secção mais quadrada que rectangular • ficam portanto salientes e correm ao longo do casco • a 1.^a põe-se ligeiramente abaixo da 1.^a coberta, ou ao nível do dormite desta • as restantes, quantas couberem, até ao convés, de 3 em 3 palmos
Escoas e Dragas	<ul style="list-style-type: none"> • no costado do porão não se costumam pôr cintas por fora, mas lançam-se por dentro tábuas grossas, as escoas e dragas
Calafetagem	<ul style="list-style-type: none"> • “estoparão uma vez, e duas, e quantas for necessário até as fendas não poderem mais levar, entupindo-as à força de maço, com estopa limpa e não podre” • “também atentarão com escopro as tábuas, se são podres ou eivadas: e farão tirar as ruins e pôr em seu lugar outras boas” • “até nos buracos dos pregos cumpre que atentem, se ficam todos tapados com seus pregos” • depois chamosca-se a superfície, para o breu agarrar nas tábuas lisas • dá-se uma demão com breu “como quando caíam as paredes das casas” • volta-se a verificar as estopas com maço e escopro, a ver se o chamosco não queimou a estopa • dá-se 2.^a demão com breu • sobre o breu pregam-se então chapas de chumbo (nos navios que fazem viagens longas) • “em algumas não bream mais que as fendas sobre as estopas” quando a madeira não se corrompe, como o anjelim (ou quando têm pouco breu) • nos navios a remos dá-se sebo
Obras mortas	<ul style="list-style-type: none"> • sobre a marcação edificam-se os castelos
Castelo da popa	<ul style="list-style-type: none"> • o castelo da popa (nos navios de carrega) tem dois sobrados: o 1.^o chama-se tolda (7 ou 8 palmos) e o 2.^o alcáçova (1/2 da tolda) • os sobrados têm borda de madeira (sejam grades, paveses ou tábuas) com uma goa de altura, para resguardo • a tolda pode entrar do gio p/ dentro ½ do convés, lançando para a ré 1/5 da tolda • tem a largura do convés • nos navios latinos não se lança tanto o c. popa p/ caber o carro

<p>Castelo da proa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • o vão debaixo dele chama-se habita • avança para dentro $\frac{1}{2}$ da altura do convés • tem em altura $\frac{1}{3}$ da altura do convés • para fora da roda pode-se lançar alguma coisa, ao critério do mestre, acabando em ângulo agudo, por forma a ficar triangular • nos navios latinos não costuma haver c. proa para se poder mudar a vela (passar o “caro”) • a menos q este caiba, como nas galeassas e outros navios longos
<p>Governalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • os navios devem ter o tampão (?) largo, o regel alto e o delgado longo • “em algumas partes o fazem dobradiço de 2 peças encaixadas à maneira dos ossos do cotovelo, (...) e das peças uma chamam cana, que é a que está pegada com o leme e a outra em que anda a mão do marinheiro, se chama pinção” • “porém mais certo é o inteiriço porque afirma o movimento da mão e faz ir o governalho seguro para onde o mandam” • há dois tipos: <ul style="list-style-type: none"> a) leme de pá: é como um remo, o seu ligar é na ilharga b1) leme de roda, com cadaste direito (q são todos os de caravela para cima): <ul style="list-style-type: none"> • preso com macho/fêmeas; de toda a altura do cadaste • em baixo a largura deve ser tanta como o lançamento do cadaste • em cima deve ter $\frac{1}{2}$ dessa largura • deve ser feito de várias peças pregadas e vale mais estar sobredimensionado • todos os machos no leme e todas as fêmeas no cadaste • devem ser feitos entalhes (“encarnas”) no leme (no cadaste enfraqueciam a estrutura) • os braços dos machos devem abraçar todo o leme • devem-se travar os machos com cavilhas rebitadas, sob as fêmeas • na base do cadaste deve ser lançada uma unha com 1 palmo chamada polegar, que guarda o leme dos empecilhos • a base do leme pode ser arredondada b2) leme de roda, com popa curva: <ul style="list-style-type: none"> • todos os machos no cadaste e fêmeas no leme • o mais baixo dos machos deve ser $\geq \frac{1}{2}$ da altura do leme
<p>Obs.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • nos navios de guerra o liame deve ser mais poderoso que nos de carga

Sabemos que este processo de concepção não era gráfico, pelo menos até meados do século XVII, à maneira dos navios construídos no Mediterrâneo a partir do final da Idade Média (Rieth, 1996). Por outras palavras, estes navios eram construídos com moldes e escalas directamente aplicados nas madeiras a serem cortadas para a sua estrutura portante, sem que fosse necessário elaborar desenhos prévios.

A estrutura organizacional dos estaleiros navais portugueses não está suficientemente documentada para nos permitir estabelecer comparações com as de outros estaleiros estatais como, por exemplo, o Arsenal de Veneza (Lane, 1934). No entanto parece lícito supor que quando a coroa – ou um armador privado – pedia uma nau de uma determinada tonelagem (por exemplo 600 tonéis), o mestre carpinteiro começava por definir o comprimento de quilha e calculava as restantes medidas proporcionalmente, a partir deste valor. Tal como várias outras receitas para a construção de navios no Mediterrâneo, o texto de Fernando Oliveira define um número importante de medidas a partir de relações aritméticas simples com o valor do comprimento da quilha, evidenciando a origem mediterrânica (italiana) deste método de concepção (McGee, 2008).

Os navios mediterrânicos eram pensados como um esqueleto sobre o qual se estendia o tabuado. Este tipo de construção, em que as balizas desempenham o papel mais importante na determinação da forma e na resistência do casco, designa-se por construção “cavernas-primeiro.”

A tradição construtiva em “cavernas-primeiro” remonta pelo menos ao século XI, e consistia basicamente na erecção de um certo número de cavernas sobre o troço central da quilha, sobre as quais eram depois estendidas ripas de madeira (as armadoras), que ligavam a roda de proa à roda de popa e definiam a forma básica do casco, que era corrigida e afinada de acordo com o gosto do construtor. A forma das restantes cavernas era obtida a partir das armadoras e o tabuado era pregado às cavernas e não entre si, como se fazia no norte da Europa, na construção de tipo “casco primeiro” designada no norte por construção em casco trincado.

Pensa-se que este processo de construção se desenvolveu no Mediterrâneo oriental no final da baixa Idade Média, em parte como consequência da falta de mão-de-obra qualificada que ocorreu após a queda do Império Romano do Ocidente. A arqueologia mostra-nos que este método construtivo se desenvolveu a partir da tradição de construção romana, por fases sucessivas, algures entre os séculos VII e X. O navio mais antigo que se conhece construído segundo o método “cavernas-primeiro”, era justamente um navio mercante bizantino, armando quase de certeza dois mastros com velas latinas, que se perdeu em Serçe Limanı, na Turquia, por volta do ano 1000, e que foi escavado

pelo Prof. Dr. George Bass do Institute of Nautical Archaeology em meados dos anos setenta do século passado (Bass et al., 2006)

Concebidas de acordo com esta tradição Mediterrânica, cada uma das naus da Índia era pensada fundamentalmente como uma caixa destinada a carregar mercadorias, à qual se acoplava uma popa e uma proa, sem as quais seria impossível manobrar no mar. A forma desta caixa central, de forma mais ou menos cilíndrica, era definida na sua secção maior pela caverna ou cavernas mestras, constituídas por um fundo plano ou quase (o plão), e dois arcos de círculo ou de elipse que determinavam a forma dos costados. A compatibilização das formas das cavernas mestras com as da popa e da proa (os delgados) era facilitada pelo levantamento e recolhimento graduais do fundo das cavernas, à medida que estas eram colocadas sobre a quilha, preenchendo os espaços entre a caverna mestra e os delgados.

Estas cavernas centrais eram ligadas – por cavilhas e escarvas – aos primeiros braços antes de serem colocadas sobre a quilha, formando as balizas centrais (baliza sendo o conjunto de uma caverna e dois braços que prolongam a caverna de um e outro lado). Como este processo implicava um controlo absoluto da forma das balizas assim obtidas, estas eram desenhadas a partir de um conjunto de moldes e escalas e designavam-se por balizas gabaritadas ou graminhadas, uma vez que as escalas que determinavam o valor dos incrementos do recolhimento e do levantamento dos fundos se designavam por graminhos (Barata, 1989; Castro, 2007).

As últimas balizas graminhadas, à proa e à popa, chamavam-se almogamas, um nome árabe que deixa adivinhar uma influência ainda mal conhecida daquela cultura na construção naval portuguesa.

A construção de uma nau para a Carreira da Índia processava-se por fases. Na primeira fase assentavam-se a quilha e os postes, roda e cadaste, ligados à quilha por uma peça de transição (o couce). Juntamente com a roda assentava-se a contra roda e com o cadaste toda a estrutura do painel de popa. A segunda fase consistia no assentamento das balizas mestras e balizas graminhadas, a vante e à ré das mestras. Em número variável, as balizas graminhadas eram desenhadas e cortadas com recurso aos moldes e escalas acima referidos, e compostas por uma caverna e dois braços, a bombordo e estibordo, solidamente ligados à caverna por uma escarva simples ou dupla, que podia ser rectangular ou em rabo de minhoto, e pregadura de ferro.

Na terceira fase definia-se a forma final do casco e faziam-se os últimos ajustes nos delgados, assentando-se as armadoras sobre as balizas graminhadas e afinando a forma do casco junto aos postes. Armadoras eram ripas longitudinais que corriam a alturas predeterminadas, de poste a poste, definindo a forma das obras vivas do casco; a partir das armadoras tirava-se

as formas das restantes cavernas (os enchimentos), que preenchiam o resto das obras vivas, entre as almogamas de proa e de popa e as rodas de proa e popa. Os enchimentos assentavam provavelmente em madeiras longitudinais montadas sobre a quilha e couces e não há a certeza de que não seriam ligados aos primeiros braços da mesma forma que nas balizas graminhadas, ou de conta, como também eram referidas. Pelo menos João Baptista Lavanha, por volta de 1600, recomenda que os braços dos enchimentos “vão embaraçados ... como vão os outros nas cavernas de conta” (Lavanha, c. 1600: 62 e 76). Havia dois tipos de enchimentos: em forma de “v”, os enchimentos propriamente ditos, ou em forma de “y”, passando a designar-se picas.

Na quarta fase colocavam-se as cintas e os dormentes onde se apoiava a coberta inferior, que cobria o porão; seguia-se a construção do pavimento da coberta, com vaus, cordas e pés de carneiro, entre outras madeiras acessórias.

Na quinta fase erigia-se a primeira fiada contínua de braços, que fazia o casco ao nível da coberta inferior e montavam-se as cintas e dormentes da segunda coberta. A construção continuava assim por fases, um pavimento de cada vez. É possível que no fundo do porão se construísse uma fiada de vaus equidistantes para suportar os paióis da pimenta e mantê-los a uma certa distância do fundo e do lastro, sempre húmidos por definição.

A colocação do tabuado exterior do casco era independente deste processo. A análise do tabuado do forro da nau de SJB2 sugere que se deixava as tábuas empenar e tomar uma forma natural e depois se aplicavam sobre o cavername, sem a preocupação de seguir fiadas regulares. As juntas entre tábuas na nau de SJB2 apresentavam-se extremamente bem talhadas e eram irregulares, com sotamentos diferentes, formando ângulos entre si que impediam o seu deslocamento longitudinal e reforçavam o casco em relação aos deslocamentos de torção (Castro, 2003; 2005a).

O *Livro da fábrica das naus* ficou inacabado, pelo menos na versão que chegou até nós. Apesar das promessas feitas no prólogo Oliveira é omissivo em relação aos diversos equipamentos que integravam um navio deste porte: abita, cabrestantes, estrinca, pinção, bombas, cana do leme, pés dos mastros, escadas de acesso entre cobertas, fornos, paióis de pimenta, munições, sobressalentes e vitualhas, armamento, âncoras e embarcações de apoio, lemes e remos. O tratado acaba aliás antes de Oliveira começar a tratar do aparelho do navio.

O calafete é tratado em duas secções do manuscrito, mas sem nos ajudar relativamente a um pormenor interessante observado nos restos de madeira encontrados em São Julião da Barra nos anos noventa do século passado. Designada por Pepper Wreck em virtude da grande quantidade de pimenta que se encontrou no local, crê-se que estes vestígios sejam os restos da nau *Nossa Senhora dos Mártires* ali naufragada em 1606.

Há poucas referências ao calafete de navios nos século XVI e a solução encontrada nos restos da nau de São Julião da Barra, com duas fiadas de estopa inseridas a partir da face exterior e apertadas contra um fio de chumbo, provavelmente colocado na altura em que se pregavam as tábuas do casco ao cavername, só foi observada em outros dois navios: o pequeno navio de Molasses Reef, com cerca de 20 m de comprimento, naufragado nas Ilhas Turks and Caicos durante os primeiros anos do século XVI e a nau da Índia *Santo Antonio*, naufragada em 1589 nas Ilhas Seychelles (Keith, 1987; Blake and Green, 1986).

A análise do lastro do navio de Molasses Reef demonstrou que este havia sido maioritariamente carregado em Lisboa, colocando a hipótese de este navio ser português e abrindo a possibilidade de que esta técnica de calafetagem possa ter sido exclusivamente portuguesa e portanto constituir uma característica única dos nossos navios, excepcionalmente fácil de identificar em sítios arqueológicos devido à durabilidade do chumbo. Cordões de chumbo similares foram encontrados na zona de deposição de sedimentos das dragagens da Foz do Rio Arade. No entanto para já é impossível afirmar em definitivo se esta seria uma técnica de calafete portuguesa, com base em três casos particulares, sobretudo considerando que Oliveira não faz a menor referência a esta prática.

A parte mais interessante do texto de Fernando Oliveira diz respeito à concepção do fundo das naus da Índia. Como se disse atrás, a partir da caverna mestra – por definição a mais larga de todas as cavernas do navio – o fundo levantava e estreitava para vante e para a ré. A forma como o fundo estreitava e levantava era definida a partir de um molde com a forma da caverna mestra, e umas escalas de madeira que se designavam por graminhos. Este método evitava o difícil processo de passar as formas das cavernas dos desenhos à escala para os moldes em tamanho natural. A largura do fundo de cada caverna era medida entre dois pontos (os côvados) que eram marcados em cada caverna com o auxílio do molde e graminho respectivo.

Um pequeno conjunto de marcas de côvado preservadas nas madeiras do casco da nau descoberta em São Julião da Barra permitiram a elaboração de uma reconstrução hipotética daquele navio e serviram para testar a plausibilidade da receita contida no *Livro* de Oliveira (Castro, 2003, 2005a, 2005b, 2008; Castro e Fonseca, 2006; Santos, Fonseca e Castro, 2007).

Os valores medidos nos restos da nau de São Julião da Barra foram testados contra os valores obtidos a partir dos receituários que sobreviveram até hoje (Quadro II) e coincidiram com os de Oliveira dentro de intervalos de confiança muito precisos.

QUADRO II

Textos sobre construção naval do final do século XVI e do início do século XVII

Data	Autor e Título	Bibliografia
c. 1570	Fernando Oliveira, <i>Ars nautica</i>	Ms. Voss. LAT. F. 41, Leiden University Library, Leiden, Holanda. Inédito.
c. 1570	Matthew Baker, <i>Fragments of Ancient English Shipwriquiry</i>	Ms. in the Pepysian Library of the Magdalenean College, Cambridge University.
1575	Juan Escalante de Mendoza, <i>Ytinerario de navegación de los mares y tierras occidentales</i>	Códice na Sec. Ms., Biblioteca Nacional, Madrid, Espanha. Reproduzido em fac-simile num CDRom editado pela Fundación Histórica Tavera. Publicado em Cesáreo Fernández Duro, <i>Disquisiciones náuticas</i> (1880), 5 Vols., Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, 1996, 5:413-515.
c.1575-1625	Anonimous, <i>Livro náutico and Memorial das varias coisas importantes</i>	Ms. F.464; F. 889; F. 7241, Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal. Publicado em Francisco Contente Domingues, <i>Os navios do mar oceano</i> . Lisboa: Centro de História dos Descobrimentos, 2005.

c. 1580	Fernando Oliveira, <i>Livro da fabrica das naus</i>	<p>Ms. 3702, Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal.</p> <p>Publicado:</p> <p><i>O Liuro da fabrica das naos</i>. Facsimile, transcrição e tradução para Inglês. Lisboa: Academia de Marinha, 1991.</p> <p><i>O Liuro da fabrica das naos</i>. Facsimile, transcrição e tradução para Inglês e Chinês, Macau: Museu Marítimo de Macau, 1995.</p>
1587	Palacio, Diego García de, <i>Instrucción nauthica para el buen uso y regimiento de las naos, su traza y gobierno</i> , Mexico: Pedro de Ocharte, 1587.	<p>Reproduzido em fac-simile num CDRom editado by the Fundación Histórica Tavera.</p> <p>Parcialmente reproduzido em Duro, Cesário Fernandez, <i>Disquisiciones nauticas</i> (1880), 5 Vols., Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, 1996, Vol.5:5-36.</p>
c. 1600	Phineas Pett? Scott Manuscript	<p>Colecção privada.</p> <p>Inédito.</p>
c. 1600	Newton Manuscript	<p>Ms. na Cambridge University Library, with the reference MSS. Add. 4005 Part 12</p>

c.1600	João Baptista Lavanha, <i>Livro primeiro de arquitectura naval</i>	Cod. 63; Fls. 41-78, Col. Salazar, Biblioteca da Real Academia de Historia, Madrid, Espanha. Publicado: <i>Livro Primeiro de Architectura Naval</i> , Fac-simile, transcrição e tradução para Inglês, Lisboa: Academia de Marinha, 1996.
1601	Crescenzio Romano, Bartolomeo, <i>Nautica Mediterranea</i> , Roma: Ed. Bartolomeo Bonfadino, 1607.	Ed. on-line em http://nadm.tamu.edu/ .
1607	<i>Ordenanzas</i>	Manuscrito reproduzido em Martín Fernandez de Navarrete, <i>Coleccion de documentos y manuscritos compilados por Fernandez de Navarrete</i> . Nendeld, Liechtenstein: Kraus Thomson Organization Ltd., 1971. 23: 575-592.
1611	Tomé Cano, <i>Arte para fabricar, aparejar naos de guerra y merchante</i>	Tomé Cano, <i>Arte para fabricar, aparejar naos de guerra y merchante</i> . Sevilha: Luís Estupiñan, 1611. Reproduzido em Cesário Fernandez Duro, <i>Disquisiciones nauticas</i> , 5 Vols., (1880), Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, 1996, 5:36-97.
1613	<i>Ordenanzas</i>	Archivo General de Indias, Seville, Indiferente, 2595. Reproduzidas em Fernando Serrano Mangas, <i>Función y evolución del galleón en la carrera de Indias</i> , Madrid: Ed. Mapfre, 1992, 211-39.

1616	Manoel Fernandez, <i>Livro de traças de carpintaria</i>	<p>Cod. Manoel Fernandez, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.</p> <p>Publicado:</p> <p>Fernandez, Manoel, <i>Livro de Traças de Carpintaria</i>, 1616, <i>Facsimile</i>, Lisboa: Academia de Marinha, 1989.</p> <p>Fernandez, Manoel, <i>Livro de Traças de Carpintaria, transcription and translation into English</i>, Lisboa: Academia de Marinha, 1995.</p>
1618	<i>Ordenanzas</i>	<p><i>Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias</i> (1680). 3 vols. Editado em 1943. Madrid: Gráficas Ultra.</p> <p>Reproduzido em José Luis Rubio Serrano, <i>Arquitectura de las Naos y Galeones de las Flotas de Indias</i>, 2 Vols., Malaga: Ediciones Seyer, 1991.</p>

Esta coincidência, tão mais implausível quanto o modelo de Oliveira parece ser bastante antiquado para se aplicar a uma nau construída por volta de 1605 em Lisboa, permitiu elaborar um modelo virtual da nau de Fernando Oliveira baseado no valor do plão medido em São Julião da Barra (Wells, 2008). De qualquer forma, comparados os dados arqueológicos com as receitas documentadas para gerar as formas dos cascos descritos por Fernando Oliveira, João Baptista Lavanha, Gonçalo Roiz, Sebastião Themudo e Manoel Fernandez, os valores que melhor explicaram as curvas obtidas no terreno foram os de Fernando Oliveira, e foi com base neles que se propôs a reconstrução da nau aqui mencionada.

QUADRO III
Dimensões da nau de São Julião da Barra
reconstruída segundo a traça de Fernando Oliveira

Elemento	Relação de proporção	Valor (m)
A. Quilha	18 rumos para 600 tonéis	27,72
B. Lançamento da roda de proa	1/3 de A	9,24
C. Altura da roda de proa	1/3 de A	9,24
D. Inclinação do cadaste	1/4 de A/3	2,31
E. Altura do cadaste	1/3 de A	9,24
F. Boca	1/3 a 1/2 de A	9,24 a 13,86
G. Plão	1/3 a 1/2 de F	3,08 a 6,93
H. Par	1 palmo de goa + 1 palmo de vara	0,48
I. Levantamento do fundo	À vante: H; à ré: 1.5 H	0,48 / 0,72
J. Recolhimento do fundo	1/6 de G	0,68
K. Altura dos delgados no cadaste	Começa a 1/3 de E	3,08
L. Largura do gio	1/2 de F	6,16
M. Máxima boca no convés	F - (\approx 1+1 palmos de goa)	11,81
N. Altura do porão	14 palmos de goa	3,59
O. Altura da Segunda coberta	9 palmos de goa	2,31
P. Altura da primeira coberta	9 palmos de goa	2,31
Q. Comprimento do castelo de popa	1/2 do comprimento do convés (D+A+B)	20,46
R. Altura da tolda	8 palmos de goa	2,05
S. Comprimento do chapitéu	1/2 de Q	13,86
T. Altura do chapitéu	7 palmos de goa	1,80
U. Comprimento do castelo da proa	1/2 de M	5,90
W. Altura do castelo da proa	1/3 de M	3,94

V. Altura da mareagem no convés	1 rumo	1,54
X. Altura da mareagem nos castelos	3 palmos de goa	0,77
Y. Comprimento entre perpendiculares	A+B+D	39,27

A plausibilidade deste modelo virtual está ainda a ser testada por uma equipa da Secção Autónoma de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico, sob a direcção do Prof. Nuno Fonseca, mas permitiu enunciar uma série de questões importantes para a caracterização do texto de Oliveira no contexto da construção naval europeia do final do século XVI.

As fontes documentais e a rivalidade entre nações

A importância do *Livro da fábrica das naus* no contexto da construção naval europeia do final do século XVI e início do século XVII é inversamente proporcional ao conhecimento que temos sobre os navios que sulcaram as rotas do Mediterrâneo e o Atlântico Norte nos finais do século XVI, ou dos navios das carreiras das Índias, ocidentais e orientais.

O episódio da chamada Felicíssima Armada – que deu origem a uma bibliografia vasta, embora nem sempre baseada em factos – demonstra acima de tudo o enorme desconhecimento que temos dos mais de 300 navios que nele participaram: as naus ibéricas, as urcas do norte e as carracas do sul da Europa, os galeões de ambos os lados, ou as galés e as galeassas que tomaram parte neste evento, juntamente com embarcações de menor porte, são-nos largamente desconhecidos. Nem os textos técnicos, nem a iconografia, nem a informação arqueológica nos permitem formar uma ideia concreta sobre as dimensões e formas dos navios envolvidos.

Fernando Oliveira diz-nos que a ribeira de Lisboa precedia em qualidade todas as que ele tinha visto nas suas viagens por muitos portos de mar, em Espanha, França, Itália, Inglaterra «e alguns das terras dos mouros». Embora não descreva diferenças particulares entre os navios portugueses e espanhóis, as naus, e os do Mediterrâneo ou do norte da Europa: «Na Espanha se chamam naus as que na Itália se chamam carracas e na Alemanha urcas» (Oliveira, c. 1580: 56 e 76), é certo que haveria diferenças. Sabemos que as perdas da

armada espanhola de 1588 se deveram quase exclusivamente ao mau tempo que os navios sofreram no norte das Ilhas Britânicas e que a maioria dos navios perdidos tinha sido construída no Mediterrâneo (Casado Soto, 1988).

Não há muita informação sobre as diferenças entre os navios dos ingleses, portugueses, holandeses, ou franceses. Escalante de Mendoza (1575: 45) concorda que os navios portugueses eram dos melhores da Europa e duas décadas mais tarde Richard Hawkins queixa-se de que as naus inglesas não conseguem tomar as portuguesas devido à altura dos castelos (Hawkins, 1622: 138).

De qualquer forma, mesmo que as naus portuguesas fossem os melhores navios construídos na Europa nesta altura – e é verdade que as viagens da Carreira da Índia eram das mais longas percorridas naquele tempo e requeriam por isso navios excepcionalmente «fortes, veleiros e de bom porte» (Oliveira, c. 1580: 83) – é improvável que os autores ingleses ou holandeses nos deixassem relatos objectivos sobre a qualidade dos navios ibéricos, considerando o contexto amargo das guerras religiosas que assolavam a Europa neste período.

Pelo contrário, a literatura anglo-saxónica tem feito frequentemente eco de opiniões contrárias a esta, continuando a tradição panfletária da literatura protestante do século XVII, repetindo as opiniões e os exageros dos textos pessimistas que caracterizaram os anos da Contra-Reforma como se fossem verdades jornalísticas. Em 1955, Duffy escrevia que todos os navios portugueses metiam água, como se isso fosse uma característica única das embarcações daquele país, e que a nau *Cirne*, de Afonso de Albuquerque, fazia tanta água que numa dada altura se podiam ver peixes no porão (Duffy, 1955: 58).

Nestas circunstâncias e considerando a ausência quase completa de documentação técnica objectiva relativa à construção naval deste período, o texto de Fernando Oliveira é particularmente importante pelas possibilidades que apresenta de desenvolver uma primeira hipótese virtual de uma nau da Carreira da Índia portuguesa que poderá servir se modelo a outros exemplos a seguir e permitir fazer estudos comparados dos navios sobre os quais temos informações suficientes.

As vantagens de se construir um modelo são evidentes. Em primeiro lugar porque o espaço interior de um navio oceânico deste período é complexo demais para poder ser compreendido apenas a partir de desenhos bidimensionais e descrições escritas. A quantidade de factores que entram na

composição e divisão do espaço interior de uma nau da Índia só pode ser apreendida através de um processo iterativo de construção e teste de cada hipótese contra a informação – escassa e muitas vezes imprecisa – contida nos textos e iconografia que sobreviveram até aos nossos dias. Em segundo lugar é muito mais fácil raciocinar sobre um modelo tridimensional, tão completo quanto possível, do que discutir pormenores de construção em abstracto e este modelo é um veículo ideal para o estabelecimento de uma discussão crítica que possa permitir melhorá-lo à medida que apareçam mais dados.



Figura 1 – Nau virtual de Fernando Oliveira: reconstrução da nau de São Julião da Barra, ou Pepper Wreck (Audrey Wells, 2008)

As unidades e a ideia de rigor nos estaleiros navais portugueses do final do século XVI

O estudo da construção naval do século XVI implica o manuseamento de intervalos e ordens de valores, muito mais do que de valores rigorosos. A ideia de rigor dos engenheiros navais nos nossos dias não tem qualquer relação com a ideia de rigor dos construtores navais do século XVI. Fernando

Oliveira afirma que dois navios construídos ao lado um do outro pelo mesmo carpinteiro naval «com as medidas e do mesmo tamanho» podem sair bastante diferentes: «um muito bom e outro muito ruim» (Oliveira, c. 1580: 78). Mas os modelos com os quais trabalhamos são desenhados com valores exactos, mesmo se estes valores definem intervalos de confiança.

Uma questão importante que tem suscitado alguma discussão é a dos valores das unidades utilizadas nestes tratados. Como mencionámos em trabalhos anteriores (Castro, 2005a; 2005b; 2006; 2008), na reconstrução da nau de São Julião da Barra todas as medidas foram indicadas em *rumos* (154 cm), *braças* (176 cm), *goas* (77 cm), *palmos de goa* (25.67 cm), *palmos de vara* (22 cm), e *dedos* (1.83 cm). A capacidade foi indicada em *tonéis*, uma medida que correspondia ao espaço necessário para arrumar um tonel com um *rumo* de altura e quatro *palmos de goa* de diâmetro.

Os valores indicados em metros e centímetros, correspondendo às unidades referidas nos documentos, são indicados com duas casas decimais por pura comodidade dos autores, não contendo esta notação qualquer intenção implícita de rigor centimétrico das estimativas apresentadas.

Como já escrevemos noutro lado, vários autores, entre os quais Jorge Semedo de Matos e Francisco Contente Domingues, têm levantado repetidamente a questão pertinente de esta notação, com casas decimais, poder transmitir aos leitores menos avisados uma ideia implícita de rigor que não tem qualquer fundamento nem nas fontes históricas, nem arqueológicas, nem iconográficas. De facto, como Francisco Contente Domingues já explicou (Domingues, 2006), um *palmo de goa* era mais ou menos o comprimento de um palmo vulgar somado a mais ou menos o comprimento de um polegar, e um *rumo* era seis vezes este comprimento. É portanto de esperar que o valor de um *rumo* (tal como o de um *palmo de goa*) tenha variado de carpinteiro para carpinteiro, de estaleiro naval para estaleiro naval e de década para década, não fazendo muito sentido indicar um valor preciso de 1.54 m, quando se supõe que esta medida deve ter equivalido a mais ou menos 1.5 m.

Pesem embora estes argumentos, neste estudo foram adoptados os valores indicados acima, com casas decimais no caso dos valores expressos por dízimas infinitas, por duas razões fundamentais. A primeira é que, esclarecida a questão do rigor destas estimativas, não faz grande diferença, do ponto de vista metodológico, fixar o valor médio do *rumo* em 154 cm em vez de 150 cm. O valor de 1.54 m foi proposto por Pimentel Barata e corresponde a 7 *palmos de vara* de 22 cm, estimados a partir do valor da *vara* (equivalente a 5 *palmos*

de vara) dada à cidade de Tomar por D. Sebastião, e que tem exactamente 110 cm (Barata, 1989). A segunda razão é que as casas decimais, na prática, não complicam nem simplificam os cálculos, uma vez que as calculadoras digitais e as folhas de cálculo informáticas trabalham com casas decimais de qualquer maneira.

Por outro lado, outros autores não menos competentes, como Richard Barker, têm chamado a atenção de arqueólogos e historiadores para a importância de não se confundir a prática dos construtores navais, cujo rigor pode ser discutível, com a prática dos oficiais do reino encarregues de estabelecer normas e padrões de unidades, cujo rigor está bem atestado, quer histórica, quer arqueologicamente.

Textos sobre construção naval no final do século XVI

Cerca de duas décadas depois da elaboração do *Livro da fabrica das naus* por Fernando Oliveira, por volta de 1600, João Baptista Lavanha, um matemático e geógrafo que trabalhava na corte de Filipe II de Portugal, iniciou o esboço de outro importante tratado de construção naval, cujo título, *Livro Primeiro de Architectura Naval*, também não concluído na versão que chegou até nos. Especialmente importante porque introduz o conceito de arquitecto naval, diferenciado do construtor naval, este texto contém uma receita para a construção de uma nau da Índia ligeiramente diferente. A nau proposta por Lavanha tem quatro cobertas e 26.95 m (17 ½ rumos) de quilha, isto é, uma quilha ligeiramente mais curta que a de Oliveira e um pontal bastante maior (Lavanha, c. 1600).

O estilo de Lavanha é bastante diferente do de Oliveira e enfatiza princípios geométricos relativamente mais complexos, provavelmente também importados de Itália, que sugerem que este texto é mais a proposição de um modelo teórico do que um relatório dos métodos praticados nos estaleiros portugueses. As duas primeiras décadas do século XVII caracterizam-se por um esforço normativo extraordinário das coroas ibéricas – reunidas na pessoa de Filipe III de Espanha e II de Portugal – que promoveram uma série de discussões técnicas ao mais alto nível e emitiram uma série de regulamentos – as *Ordenanzas* de 1607, 1613 e 1618 – orientados no sentido de conseguir um consenso entre os interesses da coroa e da classe mercantil.

O método de definir curvas – como a da caverna mestra, por exemplo – a partir de três pontos está documentado em duas traças copiadas por Lavanha

e atribuídas a dois construtores navais conhecidos: Sebastião Themudo e Gonçalo Roiz.

Quando comparado com outros textos coevos sobre construção naval da mesma época Lavanha aparece inesperadamente inovador no sentido em que estabelece a primazia do projecto escrito – mais propriamente desenhado – sobre os princípios da prática e da tradição. Os primeiros desenhos técnicos de navios que chegaram até nós sob a forma de planos geométricos datam do primeiro quartel do século XVII (Lemée, 2006: 48-53).

Um terceiro tratado de construção português merece referência neste trabalho. Trata-se do *Livro de Traças de Carpintaria* de Manoel Fernandez, datado de 1616 e cujas ilustrações e quadros de medidas são fundamentais para a reconstrução hipotética de uma nau da Índia do período em análise (Fernandez, 1616).

A lista dos textos mais importantes com regras e dimensões de naus da Índia fica completa com a consulta de um outro códice, datado do final do século XVI e designado por *Livro náutico*. Uma lista das madeiras necessárias para a construção de uma nau da Índia contida neste códice constitui uma contribuição preciosa para a compreensão da estrutura destes navios (Hazlett, 2007).

Quando comparado com os textos espanhóis do mesmo período o *Livro* é de uma clareza incomparável no que diz respeito à construção naval.

O tratado de Juan Escalante de Mendoza, contemporâneo do de Oliveira, intitula-se *Ytinerario de Navegación de los mares y tierras occidentales* e esta dividido em três partes, das quais apenas a primeira é dedicada à construção naval. Nascido por volta de 1530 em Valle de Riva de Deva, próximo de Santander, Mendoza serviu na *Carrera de Indias* desde tenra idade e chegou à posição de *capitán general de la flota de la Nueva España* em 1595, um ano antes da sua morte. Apesar de não conter informação pormenorizada sobre a traça de navios, a publicação deste manuscrito nunca foi autorizada, certamente porque contém uma grande quantidade de informação pertinente sobre a orgânica da Carrera. Escrito sobre a forma de um diálogo havido no convés de uma nau de 500 toneladas, não adianta muita informação do ponto de vista da construção naval, sendo impossível reconstruir um navio a partir deste texto isolado (Mendoza, 1575).

O tratado de Diego García de Palacio foi publicado no México em 1587 pelo editor Pedro de Ocharte, sob o título *Instrucción nauthica para el buen uso*

y regimiento de las naos, su traza y gobierno. Tal como o tratado de Escalante de Mendoza, é um tratado geral sobre navegação que inclui uma secção sobre construção naval, desta feita composto por um burocrata. Também foi redigido sob a forma de diálogo e dividido em partes, neste caso quatro. A quarta parte é dedicada à construção naval e contem as dimensões de uma nau de 16 *codos* de manga (9.20 m). Embora uma vez mais não seja possível determinar a forma dos fundos a partir deste texto, as dimensões que indica são bastante detalhadas e combinadas com outros documentos extremamente úteis para a reconstrução hipotética de uma destas naus (Palacio, 1587).

O último dos tratados espanhóis deste período é também um diálogo, intitula-se *Arte para fabricar, aparejar naos de guerra y merchante* e foi escrito por volta de 1608 por Tomé Cano, um mercador nascido nas Ilhas Canárias, e publicado em Sevilha, em 1611. Menciona uma ‘nova fábrica’ de navios seguida em Portugal desde 1597 e descreve uma nau de 12 *codos* de manga (6.90 m) no ‘segundo diálogo’ com relativo detalhe. No ‘quarto diálogo’ apresenta elementos relativos ao traçado do fundo, embora os mesmos ainda não tenham sido ensaiados – este trabalho está agendado como uma prioridade no âmbito dos trabalhos de investigação a decorrerem no Ship Reconstruction Laboratory (ShipLab) do Departamento de Antropologia da Texas A&M University (Cano, 1611).

Os textos ingleses não se podem designar por tratados, porquanto o livro de apontamentos de Matthew Baker (1570-1613), o mais interessante e rico de todos, é numa miscelânea de notas e elementos de construção naval recolhida ao longo de vários anos e continuada por John Wells, aprendiz e protegido do autor. Contendo desenhos preciosos e cerca de três dezenas de secções de cavernas mestras perfeitamente definidas do ponto de vista geométrico, esta obra, designada *Fragments of Ancient English Shipwrightry* é extraordinariamente importante e merece um estudo aprofundado e conjunto com os receituários contidos nos dois outros textos indicados no Quadro 2, o chamado Scott Manuscript e o manuscrito de cerca de 1600 que chegou até nós através de uma cópia de Isaac Newton (Barker, 1986; 1988; 1994; Coates, 1981).

Os textos italianos são porventura a colecção mais rica de informações sobre construção naval, sobretudo no que diz respeito à concepção das formas dos cascos, mas a maioria é relativamente mais antiga ou trata maioritariamente de navios de remo.

A contribuição da iconografia

Há muito poucas pinturas de navios deste período que se podem considerar fidedignas. Os críticos de arte chamam frequentemente a atenção dos leigos para o facto de que ao longo dos tempos os pintores olham com mais interesse para as pinturas uns dos outros do que para a natureza (Russel, 1983).

A existência de desenhos que eram usados em diversas pinturas, muitas vezes copiados de outras pinturas, esta documentada (Casado Soto, 2001) e é difícil determinar a origem e o rigor das representações de navios na maioria dos casos. Em qualquer dos casos, copiadas ou tiradas directamente da paisagem, as imagens de navios não abundam nos finais do século XVI. Embora tenha sido justamente nas últimas décadas deste século que o conhecido pintor holandês Hendrick Cornelisz. Vroom (1563-1640) começou a pintar os navios e as cenas marítimas que lhe garantiram a fama de ser o inventor deste género de pintura na Europa, a maioria dos seus quadros que sobreviveram representam navios holandeses do início do século XVII, bastante diferentes dos navios da segunda metade do século XVI que lhes deram origem.

Para o período a que se referem os textos de Fernando Oliveira as melhores representações são provavelmente as gravuras de Frans Huys (1522-1562) feitas a partir de desenhos de Pieter Brueghel the Elder (c. 1525-1569) (Gun-Graham 1998), o quadro tradicionalmente atribuído a Brueghel denominado “Paisagem com a queda de Ícaro” e uma série de frescos nas paredes e tectos dos palácios espanhóis do Escorial e Viso del Marques.²

De qualquer forma, as únicas representações de navios portugueses consideradas hoje fidedignas – o quadro “Carracks on a Rocky Coast” actualmente no National Maritime Museum de Greenwich, Inglaterra, e o retábulo de Santa Auta actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga – referem-se a navios anteriores às naus descritas por Fernando Oliveira.

A contribuição da arqueologia

Embora o número de navios da segunda metade do século XVI e inícios do século XVII cujos restos arqueológicos foram encontrados seja de varias

² Devo ao meu amigo Cte. Augusto Salgado o acesso às magníficas fotografias dos frescos com navios destes dois palácios.

dezenas, a maioria foi destruída por caçadores de tesouros ou escavada por arqueólogos que nunca se deram ao trabalho de os publicar. Neste contexto, a contribuição da arqueologia náutica para o conhecimento dos navios da segunda metade do século XVI é pouco importante e frequentemente consiste mais em rumores transmitidos oralmente do que em documentos científicos publicados em revistas arbitradas.

Não parece lícito supor que a atitude dos arqueólogos venha a mudar no diminuto mundo da arqueologia subaquática europeia, onde a maioria dos arqueólogos são funcionários públicos e não estão sujeitos a qualquer incentivo para que publiquem as suas escavações.

Assim, os melhores exemplos arqueológicos de navios deste período encontram-se por publicar, com algumas exceções dignas de nota: o navio basco *San Juan*, perdido em Red Bay, no Canadá no Inverno de 1565, escavado durante a década de oitenta do século passado e cuja publicação acaba de sair em cinco magníficos volumes (Gernier, Bernier e Stevens, 2008); o navio inglês *Mary Rose*, perdido em 1545 e escavado durante a década de oitenta do século passado, cuja publicação do casco parece estar quase concluída; e os navios B&W1, 2, 3, 4, 6 e 7, encontrados em Copenhaga nos anos noventa do século passado e magnificamente publicados por Christian Lemée (2006).

A esta curta lista de publicações deve-se juntar a suposta *Nossa Senhora dos Mártires*, cuja desconstrução hipotética, baseada no *Livro da fábrica das naus*, se apresenta na figura 1, mas cuja exiguidade dos restos arqueológicos não permite incluir na lista dos navios com restos arqueológicos importantes.

Outros navios supostamente deste período aguardam publicação, nos casos em que há notas de escavação (Quadro IV).

QUADRO IV

Navios da segunda metade do século XVI e início do século XVII com restos substanciais do casco preservados

Navio	Data	Localização
Emanuel Point	1559	Florida, EUA
Pensacola Bay 2	1559	Florida, EUA
<i>San Juan</i>	1565	Canada

IDM-002	1565?	Moçambique
Cais do Sodré	Segunda metade do séc. XVI?	Portugal
Basque galleon 1	Segunda metade do séc. XVI	Canadá
Basque galleon 2	Segunda metade do séc. XVI	Canadá
Basque galleon 3	Segunda metade do séc. XVI	Canadá
<i>Elefanten</i>	Segunda metade do séc. XVI	Suécia
<i>Angra D</i>	Segunda metade do séc. XVI	Açores
Yassida Ottoman Wreck	Segunda metade do séc. XVI	Turquia
Arade 1	Final do séc. XVI	Portugal
Western Ledge Reef	Final do séc. XVI	Bermudas
Scheurak SO 1	Final do séc. XVI	Holanda
Calvi 1	Final do séc. XVI	França
<i>San Diego</i>	1600	Filipinas
Pepper Wreck (<i>N.S.Mártires</i>)	1606	Portugal
IDM-003	1608?	Moçambique
Fuxa	Início do séc. XVII	Cuba

A esta lista poder-se-ia juntar uma segunda, muito mais longa, englobando os navios cujos restos arqueológicos contém vestígios de um casco susceptíveis de contribuir para o nosso conhecimento da construção naval do período em apreço, talvez começando com os navios do último quartel do século XV.

Durante o século XX a contribuição da arqueologia náutica para o conhecimento da construção naval foi extraordinariamente importante se considerarmos o trabalho realizado sobre os restos de embarcações desde a Idade do Bronze até ao século XI, quer no Mediterrâneo, quer na Europa do norte. Embora a contribuição de alguns países da Europa do sul – a Grécia é um caso paradigmático – tenha sido diminuta, as escavações arqueológicas realizadas no Egipto, Israel, Turquia e França permitiram avançar extraordi-

nariamente o conhecimento da história das navegações durante os mais de vinte séculos que vão desde o naufrágio do navio de Uluburun, cerca de 1300 BC até ao naufrágio do navio de Serçe Limanı, cerca de AD 1025.

Paradoxalmente, os navios dos séculos XII a XVI são-nos quase desconhecidos.

A contribuição da engenharia

Considerando a escassez de informação documental, iconográfica e arqueológica, a inércia das organizações burocráticas que lhes deram origem, as rivalidades entre profissionais e a ausência de interesse de políticos e populações por esta vertente da história da tecnologia, parece sensato apontar noutra direcção, se quisermos desenvolver o nosso conhecimento sobre a construção naval europeia no período em análise.

Como se referiu acima, combinado com a informação arqueológica retirada dos restos do casco da suposta *Nossa Senhora dos Mártires*, o conteúdo do *Livro da fábrica das naus* permitiu desenvolver um modelo – incompleto e forçosamente imperfeito – de uma nau da Carreira da Índia (Castro e Fonseca, 2006). Uma vez terminado, este modelo irá ser testado em relação a um número de parâmetros cujo conhecimento nos vai ajudar a avaliar a sua plausibilidade e definir as áreas do conhecimento que necessitam de mais investigação.

A publicitação deste modelo, através de publicações e da internet (<http://nautarch.tamu.eu/shiplab/>) e deverá encorajar e facilitar o influxo de críticas e informações. Se a nossa experiência dos últimos dois anos não permite avançar um grande optimismo em relação às críticas construtivas dos arqueólogos, a resposta dos caçadores de tesouros gerou um influxo de informação extraordinário e inesperado, em termos de fotografias, croquis e mesmo medidas de madeiras e de desenhos mais ou menos rigorosos.

Considerando que a caça aos tesouros é legal em muitos países do mundo – incluindo os Estados Unidos da América e o Reino Unido – e é a actividade responsável pela destruição da maioria dos restos arqueológicos dos navios deste período, esta resposta afigura-se-nos extremamente encorajante e pode vir a ser um complemento importantíssimo do processo investigativo que nos propomos seguir, na medida em que colmata a falta de informação decorrente do secretismo, desinteresse e cinismo que infelizmente caracterizam a arqueologia náutica na Europa.

Conclusões

Quando se comemoram os 500 anos do nascimento de Fernando Oliveira, o *Livro da fábrica das naus* aparece como um texto fundamental na história da tecnologia europeia. Na última década, a sua contribuição para o conhecimento das técnicas, métodos e filosofias da construção naval na segunda metade do século XVI permite-nos olhar para a próxima década de investigação arqueológica com um optimismo baseado em expectativas realistas para o avanço do nosso conhecimento.

O estudo comparativo da nau de Fernando Oliveira vai-nos permitir equacionar pela primeira vez um número de factores tecnológicos e económicos, avaliar a plausibilidade das sucessivas reconstruções e afinar as dúvidas e certezas que formos construindo.

A reconstrução do plano geométrico servirá de modelo à reconstrução dos planos geométricos das naus de Lavanha, Fernandez, Themudo e Gonçalo Roiz, mas também aos navios definidos por Matthew Baker, Escalante de Mendoza, Garcia de Palacio e Tomé cano.

A reconstrução da estrutura servirá de modelo para as reconstruções de outras estruturas de outras naus navios e permitirá comparar o peso da madeira com a capacidade dos navios, a tonelagem de registo com o deslocamento, a capacidade de carga com o número de tripulantes necessário para as viagens de cada uma das rotas, o número de árvores necessário para construir os diferentes tamanhos e a incorporação de madeiras curvas – mais raras e caras do que as direitas – em cada modelo.

A simulação das características náuticas de cada uma destas soluções em tanques de ensaio e túneis de vento vai permitir uma melhor aproximação às questões relacionadas com a percepção da qualidade e as afirmações contidas nos textos técnicos ibéricos do início do século XVII.

Mas acima de tudo acreditamos que a reconstrução da nau de Oliveira poderá ajudar a divulgar o trabalho dos arqueólogos náuticos e a mudar a atitude da população e mesmo das instituições públicas e encorajar um olhar mais descontraído sobre o saber, diminuir o secretismo e a solenidade que frequentemente rodeiam os relatórios de escavação arqueológica, as dissertações e teses universitárias, ou as transcrições e as traduções de manuscritos inéditos, como o da *Ars nautica*.

A Arte da Fábrica das Naus

TIAGO FRAGA
ANTÓNIO TEIXEIRA
ADOLFO SILVEIRA MARTINS

CIDMAR
Centro de Investigação e de Desenvolvimento do Mar
Instituto de Investigação Pluridisciplinar da
Universidade Autónoma de Lisboa

Portugal nos finais do século XV, meados do séc. XVI, respondeu ao estímulo da descoberta de novos mundos. Protagonizou a empresa do conhecimento da navegação oceânica e da construção naval que subsequentemente decorre e evolui numa corrente de alta tecnologia que colmata sucessivamente as necessidades criadas pelo movimento da expansão ultramarina.

Mestres construtores, que se perderam na escuridão do tempo, alguns referenciados por Sousa Viterbo (1890), souberam delegar de geração em geração, a arte da *Fábrica das Naus*. Fernando de Oliveira foi o primeiro teorizador desse *saber da experiência feito*, ao compilar e delegar esse conhecimento, que hoje inquirimos na perspectiva de melhor entendermos os processos de construção naval antiga.

A vida de Oliveira teria sido uma das mais atribuladas do seu tempo. Foi filólogo, clérigo, cronista, professor, piloto, soldado e sobretudo um grande aventureiro. O cariz da personalidade de Oliveira, reflecte-se aqui pela expressão de D. Pedro que lhe chama um «homem muito desassossegado». Como tratadista em construção naval, escreveu a *Ars Náutica*, seguida do Livro da Fábrica das Naus. A *Ars Nautica*, editada em latim c. 1570, encontra-

-se hoje depositada na Biblioteca de Leiden, na Holanda. Trata-se de uma obra de difícil leitura, confusa, no entanto de excelente qualidade, não só pela informação compilada, até então dispersa por alguns elementares regimentos para uso exclusivo dos mestres de construção, como pelos desenhos técnicos que apresenta.

O Padre Fernando de Oliveira na obra *Livro da Fábrica das Naus*, elaborado entre os anos de 1570 e 1580 e editado apenas em 1898, por Henrique Lopes de Mendonça (1898), pretendeu atingir a exaustão do conhecimento da arte de construção naval do seu tempo, não só referindo-se à arquitectura dimensionada do navio, como salientando toda a problemática complementar. Propõe-se então Oliveira

(...) tratar premeyro das madeyras accõmodadas para a fabrica naual, e de suas qualidades: & do tempo em que deuem ser colhidas, & per que modo. Despoys trata dos achegos [...] Despoys das medidas, & symetria das naos[...] & de seus aparelhos[...] & do modo, & engenhos de uarar, & lançar as naos(...).
(p. 57, l. 12)¹

O *Livro da Fábrica das Naus*, recolhido na Biblioteca Nacional de Lisboa, compõe-se de um Prólogo e nove capítulos sobretudo dedicados à arte da construção naval. No prólogo, o autor justifica a sua obra acentuando que «[...] os nauios são necessários pera a arte da nauegação, & a nauegação pera a gente desta terra de Portugal» (p. 55, l. 8). O segundo e o terceiro capítulos tratam exclusivamente do tipo de madeiras, a sua melhor aplicação às diferentes partes do navio e do tempo, em que as árvores devem ser cortadas, para que reúnam as melhores características para a construção. Fala-nos do sobreiro, cuja madeira é forte e dura para o cavername e do pinheiro para o tabuado. O azinho e o carrasco para o substituir, como também do abeto, do cedro, do cipreste para outras finalidades. O quarto capítulo trata dos pregos, estopa, breu, alcatrão, sebo, resina, da sua qualidade e aplicação. No quinto, distingue os diferentes tipos de navios, salientando a nau, a galé, o galeão e a caravela. A proporção dos navios de carga é tratada no oitavo capítulo, caracterizando-os pela necessidade de serem «[...] fortes, ueleiras, & de bom porte» (p. 83, l. 18). Na construção do navio, dever-se-á exigir boa simetria e

¹ No interesse da clareza de leitura, as citações referentes ao *Livro da Fábrica das Naus* indicam o número da página e a linha de início correspondente. As mesmas referem-se à transcrição do texto da edição fac-similada da Academia de Marinha (Oliveira, 1991[c. 1580])

proporcionalidade. Segundo nos dita Oliveira, é da implantação da quilha que dependem estas características, porque com ela estão correlacionadas todas as outras partes do navio, como as proporções da largura, altura, fundo, graminhos, lançamentos e boca. O Padre Fernando de Oliveira tratou da traça da quilha, sobrequilha, lançamento de proa e popa, roda de proa, cadaste, mestras, graminhos, almogamas, côvado, e de todas as outras componentes de um navio redondo, matéria que aqui comentamos.

Consustanciando a análise sobre os estudos científicos já elaborados, sobre a informação registada na *Fábrica das Naus*, surpreende-nos que os respectivos resultados nunca tenham levado à materialização de um navio, sustentado em exclusividade na obra de Oliveira, criando assim a dúvida, se será possível a sua concretização. Foi este o principal objecto do nosso estudo, quando fundamentados exclusivamente no registo da Fábrica das Naus, desenvolvemos o projecto de reconstrução virtual da nau de Oliveira, que demonstramos.

O sistema de medidas

Necessário foi prioritariamente, definir a correlação entre o sistema internacional de medidas e o sistema de medição do século XVI. Oliveira (c. 1580) define a construção da nau em rumos e em palmos de goa, quando escreve o seguinte:

[Rumo] *significa espaço de seys palmos, tomados ao longo da nao, que he espaço em que se pode alojar hum tonel [...] os palmos não são todos yguaes, quero tambem dizer, quantas maneyras ha de palmos, & qual delles serue nesta fabrica. As mays acostumadas são tres: hũa da geometria [...] Outra he o palmo comũ, a q algũs chamão redõdo, que he quãto alcança toda a mão do homẽ estendida, desda pôta do dedo mays pequeno, atee a cabeça do polegar. A terceira he mayor, por que alem de estender toda a mão, como dixee, tem mays, que uira o dedo polegar de costas atee a premeyra junta. Este se chama palmo de goa, & por elle se medẽ os rumos, & goas, & toda esta nossa fabrica.»* (p. 88, l. 1).

A dificuldade surge ao determinar os valores actuais para este sistema de medidas. Vários autores apresentam valores diferentes para o rumo e para os diversos palmos, dependente das fontes consultadas, das experiências feitas ou da interpretação que fazem dos textos coevos; porém, Martins (2001: 110) e

Castro (2001: 219, 222) apresentam, por razões diferentes, um valor de 1.536m para o rumo. Adoptamos assim, nesta reconstrução, o rumo igual a 1.536m, o palmo de goa (um sexto de um rumo) igual a 0.256m e a polegada (um sexagésimo de um rumo) igual 0.0256m.²

Gramática construtiva e proporções

A gramática construtiva deste navio, entendida como a ordem pelo qual são colocadas as peças e as suas inter-relações, determina que o tipo de construção adoptado na *Fábrica das Naus* pertence ao processo de construção “esqueleto primeiro”, isto é, são definidos, como elementos estruturais e activos a ossatura do navio (Tabela 1).

Tabela 1 - Lista das diversas peças mencionadas.

N.º	Peça	Pág.
1	Quilha	90
2	Lançamento da Proa (Roda de Proa)	90-1
3	Cadaste	91
4	Gio	92
5	Coraes e sobrequilha	93
6	Fundo/Plão/ Cavernas Mestras	94
7	Almogamas	95
8	Regel / Delgado e enchimentos	100
9	Braços	106
10	Hastes	107
11	Buçardas	111
12	Reversados	112
13	Latas	113

² Abrevia-se no restante corpo de texto palmo de goa (pg), rumo (r)

14	Rede	115
15	Antrecostos	117
16	Costado	117
17	Sobrecostado	117
18	Cintas	118
19	Escoas	118
20	Dragas	118

A partir das medidas da primeira peça, a quilha, dimensionam-se quase todas as restantes peças da nau. Oliveira justifica o método pelo seguinte:

(...) cada membro ha de responder aa sua certa parte em boa & cõueniente proporção, & todas ellas hão de concertar hũas com outras. Esta certa parte na fabrica das naos de carrega, he a quilha. A esta se referem a largura, & altura da nao, & o fũdo, & graminhos, & lançamentos, & boca, & outras partes principaes de que todas as mays pendem. Per esta se comprende camanha, & de que porte ha de ser a nao: por que sabida a longura da quilha, sabese quão larga, & quão alta alta ha de ser, & quão ha de lançar pera proa, & pera popa, & o que pode levar pouco mays ou menos (...) (p. 86, l. 20).

Processo de construção

O processo de construção baseia-se numa nau de seiscentos tonéis definida por uma quilha de dezoito rumos. Colocada a quilha, Oliveira inicia a descrição de como posicionar as rodas de proa e popa, principiando pelos lançamentos.

Alem da quilha, pera mays fremosura, & proueyto, se estendem os nauios pera a proa, & popa algũa cousa pouca (...) A estes acrecentamētos chamão os nosso carpēteyros lançamētos. (p. 90, l. 19)

Para a proa, determinada por uma curva, Oliveira estabelece o lançamento do seguinte modo:

Sobre a cabeça da quilha aleuantão hũa linha dereyta, & perpendicular, de feyção que faz esquadria dereyta co a quilha [...]. Esta linha assy leuantada estaraa queda & fixa: & na sua cabeça em cima atarão outra tão longa comeella, com hũa das pontas solta, pera que possão andar co ella derredor como compasso: & chamão. rol.. a esta que anda. Co este rol andão da cabeça da quilha parauante sobindo em roda atee chegar ao liuel da cabeça da perpendicular, onde acaba de fazer hum quadrante de circulo. O qual quadrante faz a melhor forma de proa (p. 90, l. 31)

Regista assim que, para um navio de dezoito rumos de quilha, a perpendicular onde se baseia o lançamento é de 36pg (9.22m), sendo contudo o lançamento da roda da proa de acordo com a função ou intenção do construtor. Oliveira desenha como proposta três lançamentos de proa com um rumo (1.54m) de intervalo, o que coloca o lançamento da proa entre os 33pg (8.45m) e 39pg (9.98m), pelo que optámos pelo valor do «meo» ou 9.22 m (fig.1).

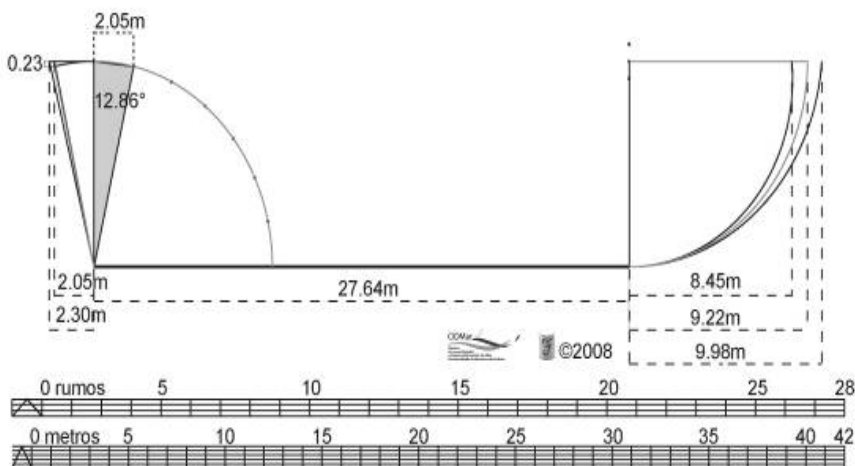


Fig. 1: Lançamentos

Quanto à popa, o seu lançamento diverge deste. Oliveira descreve que os lançamentos mais usados são perto de um quinto da altura do cadaste; todavia, alguns autores apontam para um quarto da sua altura, (altura igual a um terço da quilha), respectivamente valores entre 2.048m e 2.304m. Contudo, na sua perspectiva, afirma que o melhor resultado é o obtido pelo processo

geométrico, do qual resulta um ângulo de inclinação igual a 102.55° e num lançamento do cadaste de 2.058m para uma quilha de dezoito rumos.

Notamos curiosamente, que Oliveira coloca a altura do cadaste ligeiramente inferior a um terço do comprimento da quilha para que, com a colocação do gio, o conjunto fique ao nível do convés, exactamente à altura de um terço do comprimento da quilha.³ Oliveira nestes três passos, quilha, roda de proa e cadaste determina a estrutura longitudinal do navio, a primeira a estabelecer.

Segue-se a definição da forma transversal.

Começa-se pelo gio, elemento estruturante da popa do navio, que define a largura e a forma do painel de popa e conseqüentemente, nesse espaço toda a linha, da querena. Para o autor da *Fábrica das Naus*, o gio tem a largura de metade da boca, 24pg (6.144m). A sua espessura obtém-se pela diferença entre o extremo do cadaste e a linha do convés, neste caso, cerca de um palmo (0.23m).

No processo de construção e após o posicionamento do gio, segue-se a colocação das cavernas mestras. Para o navio de 18 rumos. Oliveira sugere que sejam em número de três⁴. A localização longitudinal da caverna mestra central será a um oitavo do comprimento da quilha, avante do seu meio, o que equivale a dois rumos e um palmo e meio (345.6 cm). Curiosamente, coloca a caverna mestra cerca 1/2 pg (12cm) a ré do ponto médio do comprimento roda a roda.⁵ Ora, se alinharmos esta caverna pela face anterior e não pelo seu centro como é usual, encontramos a sua linha média exactamente a meio do comprimento roda a roda. Demasiada coincidência para não ser essa a intenção do autor. Foi essa a nossa opção.

Oliveira, determina ainda, para além das mestras, o número de cavernas de conta (cavernas cuja forma é determinada através de um algoritmo), estabelecendo que o número de cavernas a ré e a vante das mestras é igual ao número de rumos da quilha (18 rumos), «(...) & não mays, mas antes menos (...)». (p. 95, l. 26) Daí resultam 18 cavernas a ré, três mestras e 18 a vante, num total de 39.

Se seguirmos a primitiva versão do texto, sob folio colado, verifica-se que Oliveira diz que, «...entrarão neste número as almogamas e mais as mestras,

³ Oliveira (p. 91, l. 28), diz-nos que «(...) por que o gio que estaa sobrelle, ha de ficar igual do conues, & abaixo da roda (...)»

⁴ O que se verifica no caso da presumível Nossa Senhora das Mártires (Castro, 2001: 345)

⁵ Tomas Vacas ([s.d.]) no seu relatório diz que a posição da caverna mestra acaba exactamente no mesmo local que a meia nau.

as que forem mais que hũa.» (Domingues, 2004: 160-161), o que implicaria remover uma caverna de conta, por cada mestra não central. Daria um total de $17 + 3 + 17 = 37$.

No desenho do levantamento do navio, vemos uma só caverna mestra e 18 cavernas a vante e a ré, estas graminhadas, pois apresentam levantamento, num total de $18 + 1 + 18 = 37$ cavernas. Já o desenho do recolhimento tem três cavernas mestras (sem recolhimento) e 18 cavernas graminhadas a vante e a ré o que perfaz $18 + 3 + 18 = 39$ cavernas.

Desta situação concluímos que existe alguma divergência entre o que está escrito e o que está desenhado e mesmo entre os desenhos. A opção tomada, por nos parecer que é a que melhor se identifica com a coerência estrutural do navio, foi a de considerar três mestras e 18 graminhadas a vante e a ré.

A evolução da forma do navio nestas cavernas é dada por algoritmo traduzido por um método geométrico intitulado graminho, que determina o levantamento e recolhimento dos pontos do côvado e o recolhimento das extremidade das hastes, acompanhado do ajustamento dos raios dos arcos dos braços.

Graminho

Para calcular o recolhimento e o levantamento das cavernas de conta o Padre Oliveira utiliza um tipo de graminho, o graminho de *besta* ou de *mezaluna*. É preciso notar que Oliveira descreve três tipos de graminho, mas diz só confiar no de *mezaluna*. Os trabalhos de Castro (2007) demonstram que os resultados dos graminhos diferem entre cada tipo, mesmo partindo de medidas de base iguais.

O graminho de Oliveira é aplicado dividindo a compartida pelo número de cavernas de conta, dado pelo número de rumos do comprimento da quilha. Resulta em 18 fracções. O comprimento do graminho em si é definido pelo valor do par, cabendo ao par a espessura de uma caverna mais o seu vão. O par de Oliveira é de dois palmos como ele indica «(...) *que hũ uão com sua costa, ou madeyra, tenham ambos juntamẽte dous palmos de goa; por que por tanto se chama hum par (...)*». (p. 117, l. 13) Oliveira define para os graminhos de levantamento que o da popa é igual a um duodécimo da *longura* e o da proa tem deste, menos um terço.

É interessante notar que este valor para o par de uma nau destas dimensões, não seria a única opção dos construtores. A única fonte arqueológica, até hoje

conhecida para o par, é a de uma nau presumivelmente das mesmas dimensões que a descrita por Oliveira, a Nossa Senhora dos Mártires (Castro, 2001). Este navio tinha em média um par de 47cm (25cm para as cavernas e 22cm para o vão). Curiosamente, Castro (2001: 208) baseado nestes valores apresenta uma compartida de um par e meio para o levantamento da popa (69.2cm) e um levantamento de um par (46.2cm) para a proa. A única reconstrução virtual efectuada, foi baseada nesta jazida. Aqui o graminho foi baseado num par de 47.667cm (Vacas, s.d.: 7).

No decorrer deste processo e definido o par, iniciámos o levantamento do fundo das cavernas graminhadas (fig. 2)

Sabendo que as mestras não levantam e que as restantes até a almogama seguem o graminho, a da popa levanta um par e meio (76.8cm) e a da proa levanta um par (51.2cm).

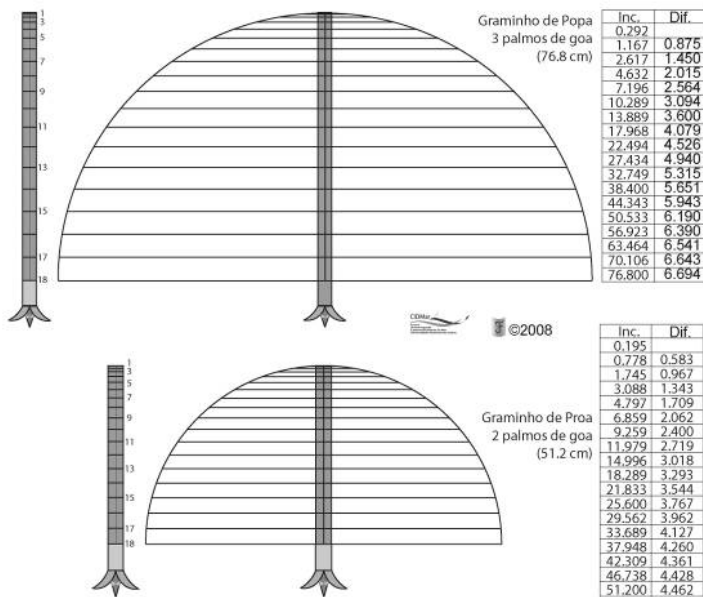


Fig. 2: Graminhos levantamento de proa e popa

Oliveira define o fundo como o espaço entre as almogamas, de côvado a côvado e por plão como o fundo das cavernas mestras. É no plão que o fundo atinge a sua maior dimensão, de um terço a um meio da boca do navio. Neste caso o plão tem 18pg (um terço da boca) e nas almogamas o fundo é 12pg, decorrendo um recolhimento de 3pg por banda, equivalente a um terço do fundo.

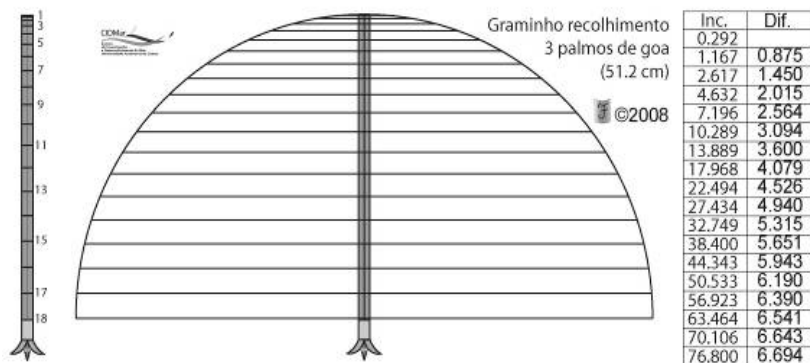


Fig. 3: Graminho recolhimento

Sobre a forma a dar às cavernas, Oliveira define o seguinte método:

Chamão couado onde a cauerna começa a fazer uolta para cima. A qual uolta ha de fazer em redondo, & não em canto dereyto: digo dereyto, de linhas dereytas posto que seja obtuso, ou rombo, quanto quer que seja. Por que ainda que assy possa seruir, não faz tão boa obra, nem serue tão bem, como redondo: por mūtas rezões. O redondo he mays capaz, & mays espedido, e parece milhor. Do couado para cima chamão braço. Este também ha de uoltar em redondo, pellas mesmas rezões: & do seu couado há de começar a fazer a sua uolta, de maneyra, que a uolta dambos seja hũa mesma, feyta com hum rol, & sobre hum mesmo centro: de tal modo, que desdo couado uaa o braço tendo forma circular. A qual teraa, atee o liuel das três quartas da altura: & da hy sobiraa mays dereyto, atee o convés, a quarta parte que lhe fica. Digo, qu por quanto os arcos dos braços não deuem chegar atee o conues na forma. & curso da circunferẽ que trazẽ de bayxo, he necessário, que subão aquella quarta mays dereytos,, para abrirem a boca do nauio em toda a largura que lhe acostumão dar. Por que se correrem atee o cõues na forma do circolo que trazem, meterão munto pera dentro, & farão a boca estreyyta. Os centro dos circolos de que se hão de fazer os braços das cauernas, hão de estar a bayxo do conues hum terço da sua altura. [...] & a terça parte são doze palmos, & tantos abayxo do conues hão de estar os centros dos braços, sobre os quaes se ha de lançar o rol desdo couado atee as tres quartas de altura. (p. 106, l. 5)

Método este, que permite determinar as curvas, como se regista na figura seguinte.

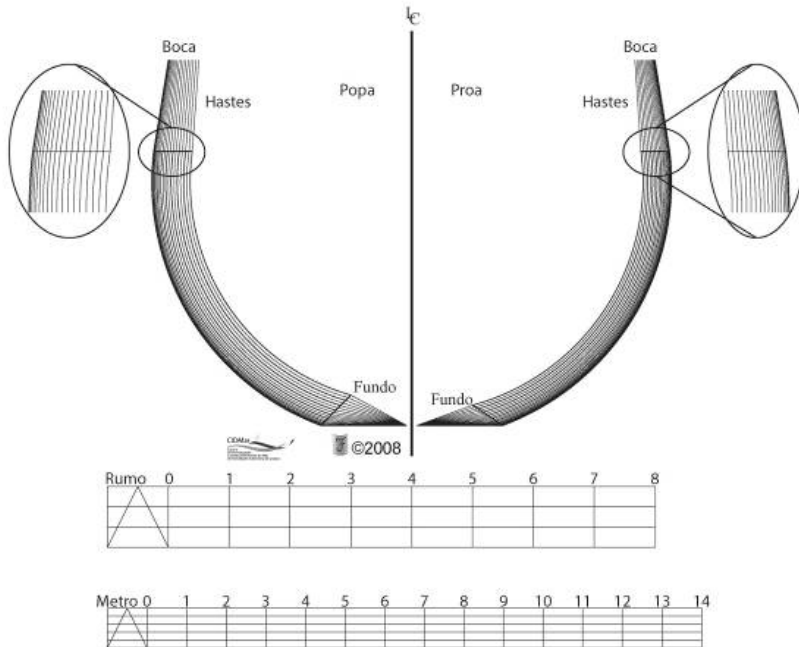


Fig.4: Curvas com fundo e hastes

Vejamos agora a construção das hastes que descreve no seguinte modo.

E da hy, como fica dicto, sobirão os braços atee o conues algum pouco mayrs dereyts, não a prumo, mas encostados tamalaues, quãto uão buscar a largura da boca (p. 106, l. 26)

Porém, no cômputo dos três processos para a obtenção do fundo, braços e hastes, o resultado obtido não resulta em secções uniformes ou aceitáveis para a sua materialização. Uma deformação pronunciada, não desejável, é assinalada nos pontos de união das linhas do fundo, com as curvas dos braços e destas com as hastes. O porquê desta resolução deve-se a que Oliveira, ao contrário de outros tratadistas, não explica como criar o fundo de modo a resolver o seu ajustamento. Também na descrição das hastes, Oliveira é bastante vago e contraditório. Diz-nos que estas «[...] sobem hum pouco dereyts [...]» (p. 106, l. 30), mas desenha-as curvas. Quando tentamos expandir as curvas dos braços ajustando-as ao ponto em cada secção onde se determina o seu fim, resultam linhas que efectivamente se adaptam aos contornos das curvas dos braços,

mas promovem as hastes em contracurva. Não desejável, nesta zona do casco, nem tão pouco o é indicado por Oliveira. Se seguirmos objectivamente o que Oliveira dita, ou seja, colocarmos linhas direitas, obtemos essa diferença na junção entre as curvas dos braços e as hastes, imperceptível e não relevante no desenho, mas sem dúvida de dificuldade acrescida, para qualquer mestre de ribeira.

Mantivemos inalterado o fundo com curvas não directamente ajustáveis às curvas dos corpos das balizas, já que este tipo de navio aparenta ter por raiz a construção de fundo chato (fig. 4). Sabemos, contudo por outros autores, que existiam métodos de ajustamento do fundo às curvaturas e estranhámos a sua ausência em Oliveira.

Outro dos problemas decorrentes da leitura interpretativa do *Livro da Fabrica das Naus*, respeita ao processo de construção das extremidades do navio, isto é, a construção das cavernas que preenchem o espaço entre a almogama de vante e a roda de proa, intituladas buçardas e o espaço entre almogama de ré e o cadaste, intituladas reversados. Oliveira fornece-nos algumas pistas de como as fazer. Começa por se referir ao levantamento do fundo das cavernas de enchimento definido na popa, pelo regel (linha recta que parte do fundo da última almogama até um terço da altura do cadaste), onde se encontra o coral de popa. Na proa determina que o levantamento não se dá por linha recta, mas em arco, à feição da roda e do coral de proa, que termina também a um terço da altura da roda (fig. 5).

Das almogamas para fora, assy para a proa como para popa, não sobe o porão do nauio pella regra dos grãminhos: mas na parte da popa sobe per hũa linha, q uay dereyta da cabeça do gramminho atee a terça parte, ou ametade da altura do codaste, a que chamão regel.[...] Da parte da proa sobe per cima do enchimêto, não per linha dereyta como na popa, mas em arco aa feyção da roda (p. 100, l. 12).

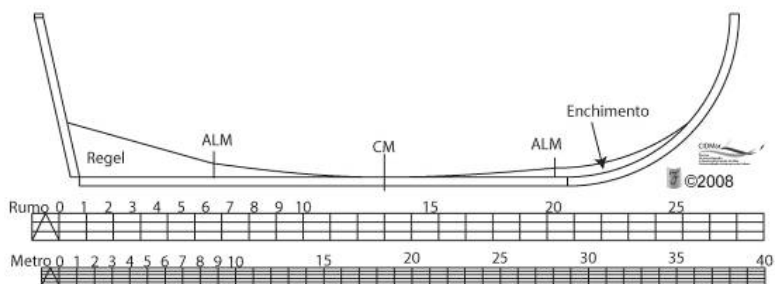


Fig. 5: Regel e enchimentos proa

Na boca, da almogama de ré até à popa, o recolhimento será de 3r (4,6m), resultado obtido recolhendo três oitavos da boca do navio (Boca – um oitavo da boca – Gio) «[...] E da hi pêra popa recolheraa três oytauas que são três rumos, ametade de cada parte [...]» (p. 113, l. 12). Da proa recolhe 7r (10.75m), que corresponde à parte restante do recolhimento da respectiva almogama. «[...] Da parte da proa, da almogama atee a roda tem pera recolher todo o resto que fica do recolhimento da almogama, que são sete oytauas [...]» (p. 113, l. 15)

Oliveira, diz-nos ainda que alguns mestres utilizam armaduras para traçar estes recolhimentos, aconselhando contudo a utilização de graminhos, em particular à proa «[...] Mas o meu parecer he, que todos se fação gramminhados, em especial este de proa [...]» (p. 113, l. 21).

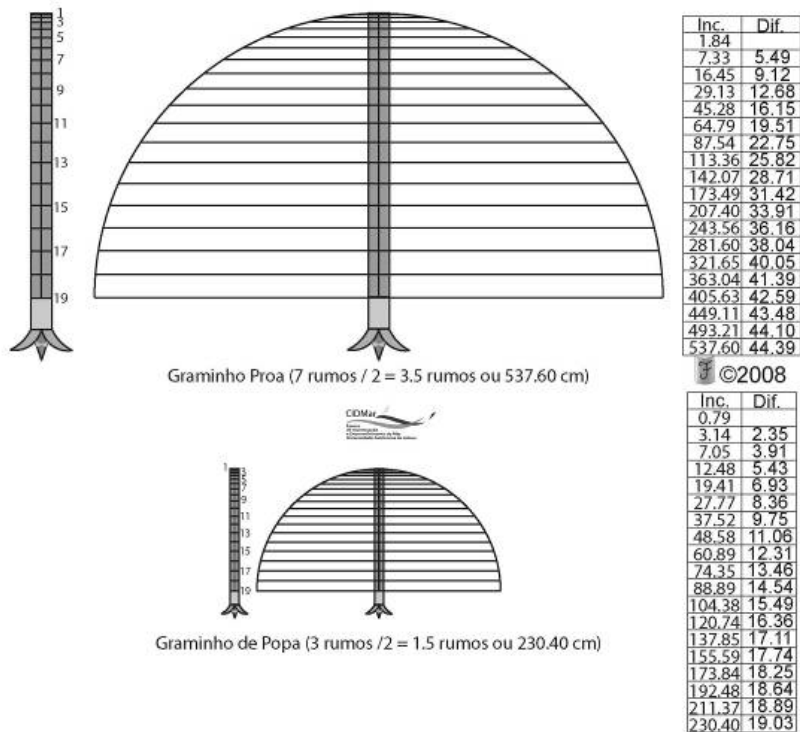


Fig. 6: Graminhos boca dos enchimentos

Segue-se a informação de que as cavernas de enchimento até um terço de altura da roda são em “cantos agudos”. Na altura restante, assumem

forma ovalada. Ao desenharmos, verificamos que estas instruções não são suficientes para a obtenção de curvas que se ajustem às cavernas graminhadas. Ao combinarmos os resultados das três, obtemos extremidades que não seria possível materializar em cavernas e em tabuado. Perante esta indefinição e insuficiência da descrição, a opção foi seguir um método que permitisse uma ligeira correcção nestas zonas do navio. Para a popa, optámos por desenhar uma linha de água a um terço da altura e outra à altura da boca; duas secções que representam, respectivamente, a caverna a seguir à almogama e a última caverna de enchimento, conforme instruções de Oliveira. A partir destas secções e linhas de água, criámos mais três linhas adicionais (Passo 2, fig. 7). Da combinação das secções e das linhas de água surgiram as restantes secções (fig. 7).

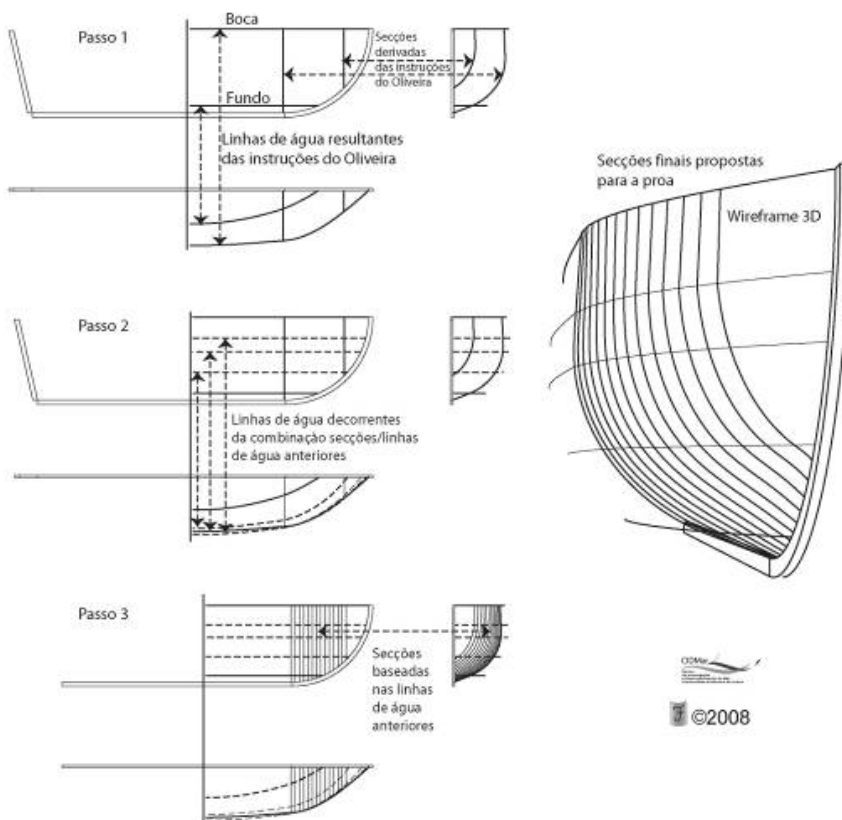


Fig. 7: figura dos passos 1-2-3-4

Ao estudar a popa, sente-se com nitidez a dificuldade em materializar tanto em desenho, como em madeira uma nau da Índia, segundo as instruções de Oliveira, nomeadamente porque define o regel como uma linha recta e demonstra-o no plano do levantamento, mas não nos diz como essa curva vai proceder na vista de topo. A nossa única opção foi aplicar a curva do fundo das graminhadas ao regel, de onde se obteve a seguinte curva (fig. 8).

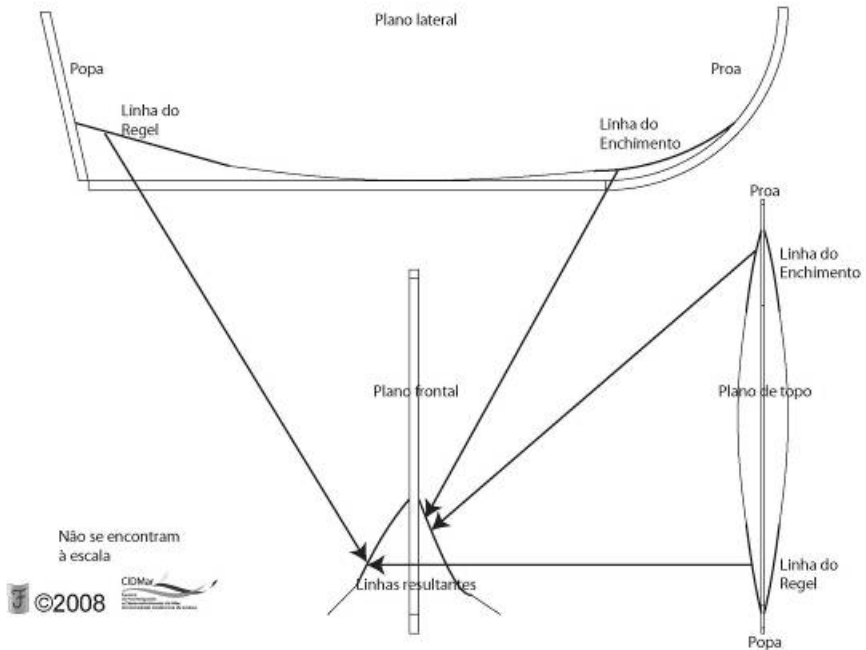


Fig. 8: figura da curva do regel

Oliveira informa-nos, que até um terço da altura do convés, as buçardas e reversados são “em cantos agudos” o que nos dá um segundo ponto por onde as curvas, que representam as cavernas de enchimento, tem obrigatoriamente que passar. Um terceiro ponto encontra-se definido nas instruções do graminho da boca da popa. Porém estes três pontos são insuficientes para determinar uma curvatura que alinhe com o conjunto das cavernas graminhadas. Noutra sentido, três pontos apenas, geram possibilidades infinitas de variação de curvas, e se as sujeitarmos ao critério da resistência das madeiras, obtêm-se modelos improváveis de navegabilidade (fig. 9).

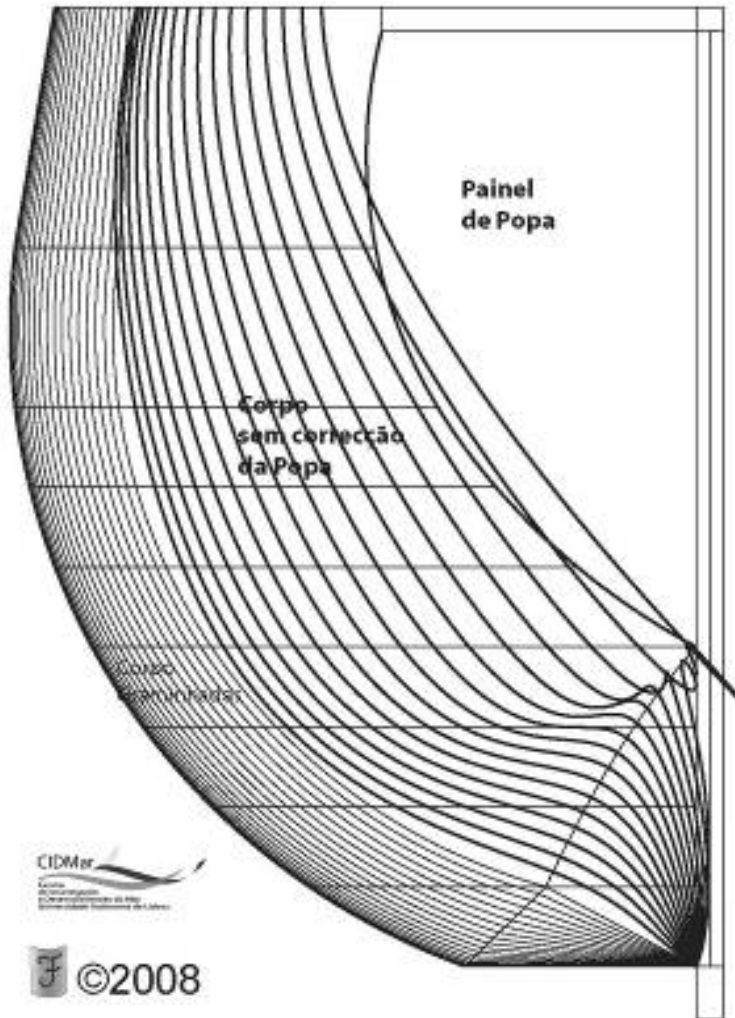


Fig. 9: Curvas não corrigidas

Pelas mesmas razões, também os mestres da ribeira durante a construção, teriam necessariamente constatado a impossibilidade de colocar tábuas do forro entre a algomaga e a primeira caverna de enchimento. A utilização das armadoras, seria a opção dos mestres da ribeira, para encontrar a solução para estes problemas? (fig. 10)

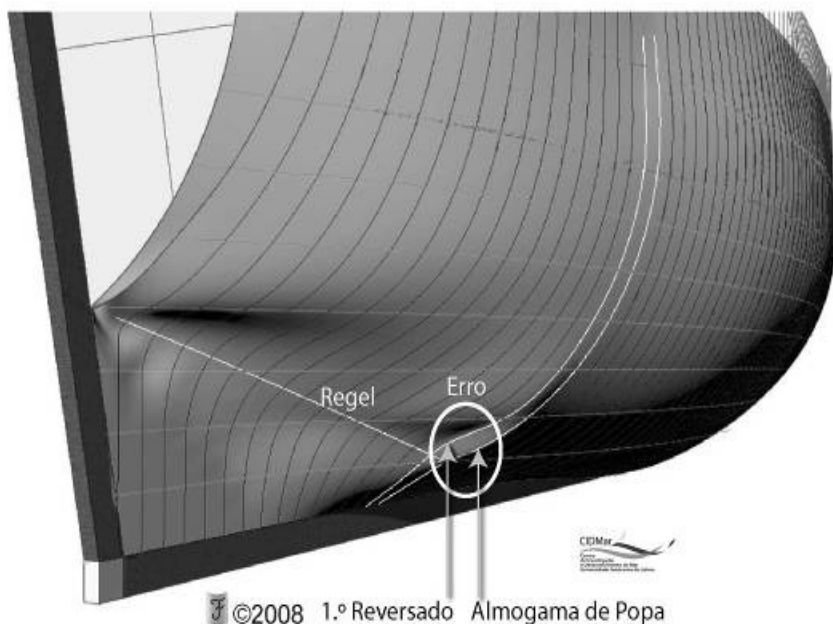


Fig. 10: figura do erro desta zona.

Definida a ossatura, prossegue Oliveira com a caracterização dos pavimentos, não sem antes referir as latas, sobre as quais se apoiarão as cobertas, indicando as suas dimensões e distribuição.

[...] que atrauessão dhũs braços pêra os outros, sobre as quaes se lanção as cubertas. [...] Não soomête mays grossas, & fortes serão as latas dos nauios que requerem fortaleza, mas também serão mays bastas, & se for necessário, tantas quantos são os braços, ainda que não sejam tão grossas hũas como outras: por que abastaraa de duas em duas, & de três em três hũa mays grossa [...] (p. 113, l. 29)

Sobre as cobertas diz que estas fortificam a estrutura do navio, não devendo, contudo ser em número excessivo:

[...] não deuem ser tâtas, que pegem o nauio & estoruem a seruentia delle [...] (p. 114, l. 12)

Novamente impera o sentido prático, apontando para uma altura mínima de 7pg. e máxima de 10pg.

[...] O menos que deue hauer de espaço antre hũa & outra, são sete palmos de goa: no qual espaço pode caber hum homem de meãa estatura: & o mays, são dez dos mesmos palmos [...] (p. 114, l. 13).

Seguidamente, indica as alturas mínimas e máximas para os diferentes pavimentos:

	Mínima	Máxima
Porão	13 pg	16 pg
1ª coberta	7 pg	10 pg
2ª coberta	7 pg	10pg
Mareagem	6 pg	7 pg

Fernando Oliveira, estabelece para uma nau de 3 cobertas uma altura compreendida entre 36pg e 42pg (6 e 7r).

[...] Por esta ordem os mayores nauios uem a ter tres cubertas: q he o mais acostumado: por que a mayor altura dhũa nao, he de seys atee sete rumos, que são de trinta & seys atee corenta & dous palmos [...] (p. 114, l. 21)

Dentro destes limites e seguindo uma distribuição pelos diferentes pavimentos sugerida pelo autor, adoptou-se a que consta na tabela (fig. 11):

Pavimento	Altura
Porão	16 pg
1.ª coberta	9 pg
2.ª coberta	9 pg
Madeiras (3)	2 pg
Mareagem	6 pg
Total	42 pg

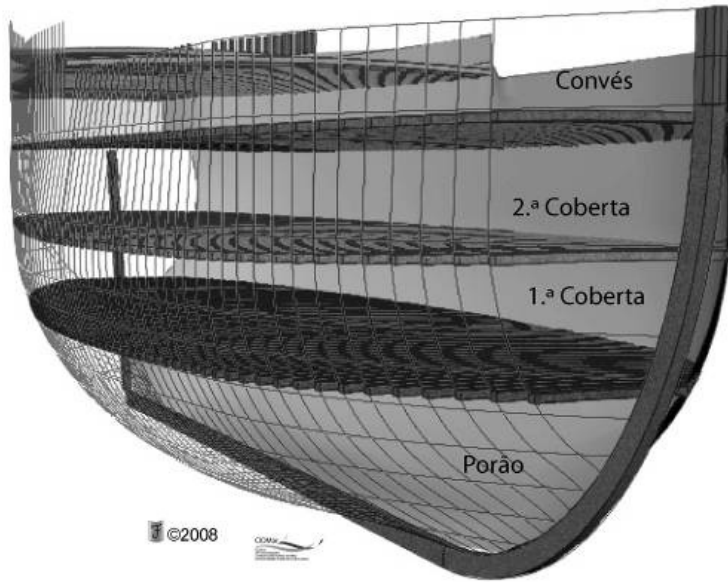


Fig. 11: Pavimentos

Seguem-se os castelos de popa e de proa, a que Fernando Oliveira chama de «*obras mortas*» (p. 120, l. 7) (fig. 12).

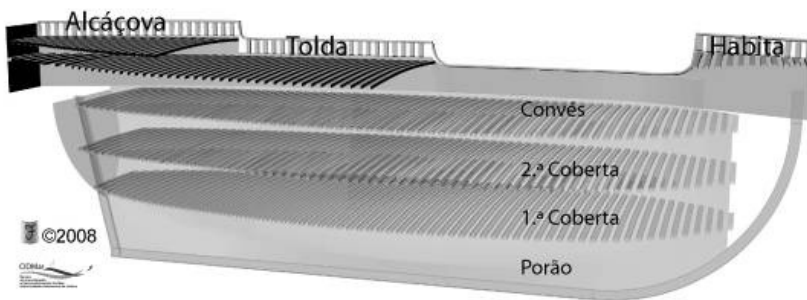


Fig. 12: Castelos

Para o castelo de popa, aponta um constituído por dois pavimentos, a tolda e a alcáçova. Para a tolda indica um comprimento até metade do comprimento

do convés, lançando para ré do gio a quinta parte deste comprimento 15 pg (3.84m). A altura é entre sete a oito pg (1.79m a 2.05m). Por sua vez a alcáçova deverá ser mais «(...) *mays baixa, & mays pequena que a tolda a metade, pouco mays ou menos.*» (p.120, l. 19), resultando numa alcáçova com cerca de 44.5 pg (11.39m) de comprimento e 4pg (1.02m) de altura.

Ambos os pavimentos do castelo da popa foram guarnecidos com uma borda de 1 goa de altura, como Fernando Oliveira diz «(...) *ambas, terão borda de madeyra, hora seja de grades, hora de tauoas, ou paveses, aleuantado em altura de hũa goa pello menos, para emparo da gente, & guarda do fato (...)*» (p. 120, l. 20). No castelo de proa, Fernando Oliveira não é tão exaustivo ao indicar apenas para a habita os limites das suas dimensões: para o comprimento, metade da altura do convés 18pg (4.16m), e para a altura um terço da altura do convés 12pg (3.07m). Tudo o resto ficaria ao critério do mestre, respeitando contudo a forma triangular.

O último ponto a salientar é a xareta, ou cobertura em rede da tolda e convés que servia de zona de passagem entre a alcáçova e o castelo de proa, para desocupar o convés para serviço do navio. Tratar-se-ia de uma regra, o convés estar desocupado de mercadoria e passageiros, suportando a xareta, os fardos e mercadorias que não coubessem nas cobertas? Neste sentido é nossa proposta também a construção de uma xareta, que normalmente passa despercebida nos trabalhos de investigação (fig. 13).

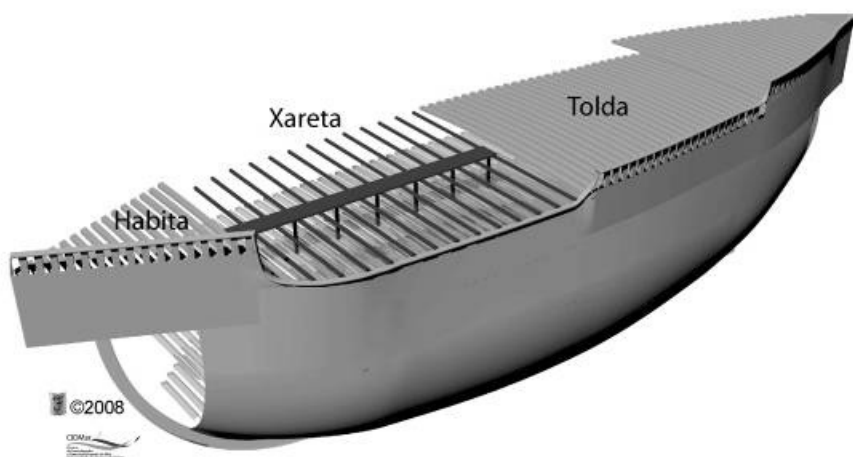


Fig. 13: Xareta

Oliveira, refere no seu livro mais componentes estruturantes, nomeadamente cintas, escoas e dragas. Todavia entendemos que informação desta natureza, por não interferir na forma do navio ou na sua *performance* construtiva, não deva ser incorporada neste estudo. Necessário seria, para construção de um plano de madeiras ou de um modelo virtual para teste.

A partir dos dados que retiramos do Livro da Fábrica das Naus propomos o seguinte plano de linhas (fig. 14 a 16).

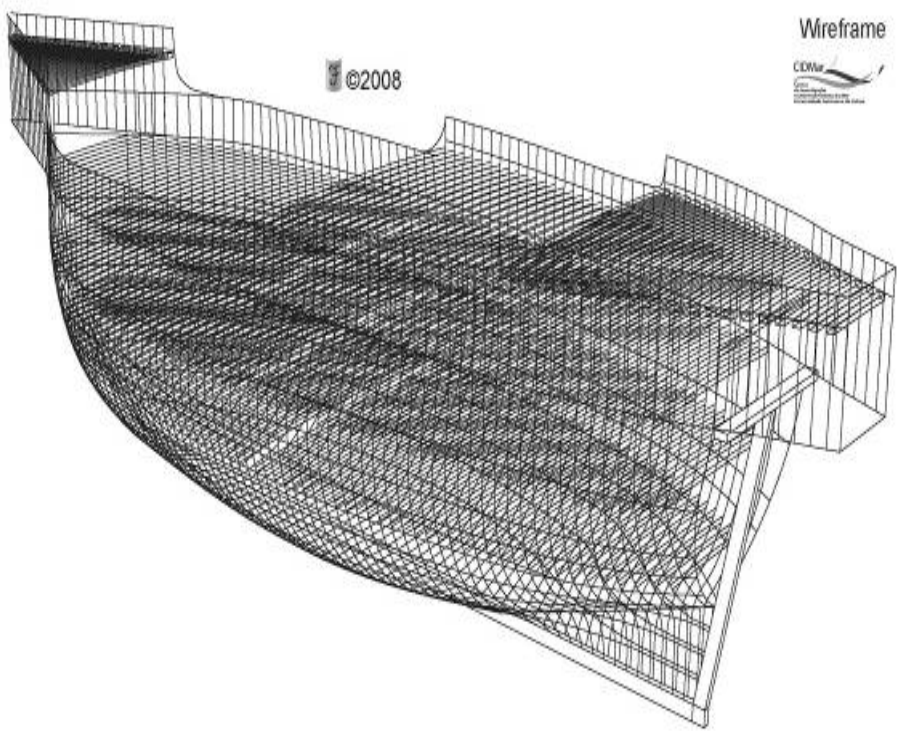


Fig. 14: Plano de Linhas (Wireframe)

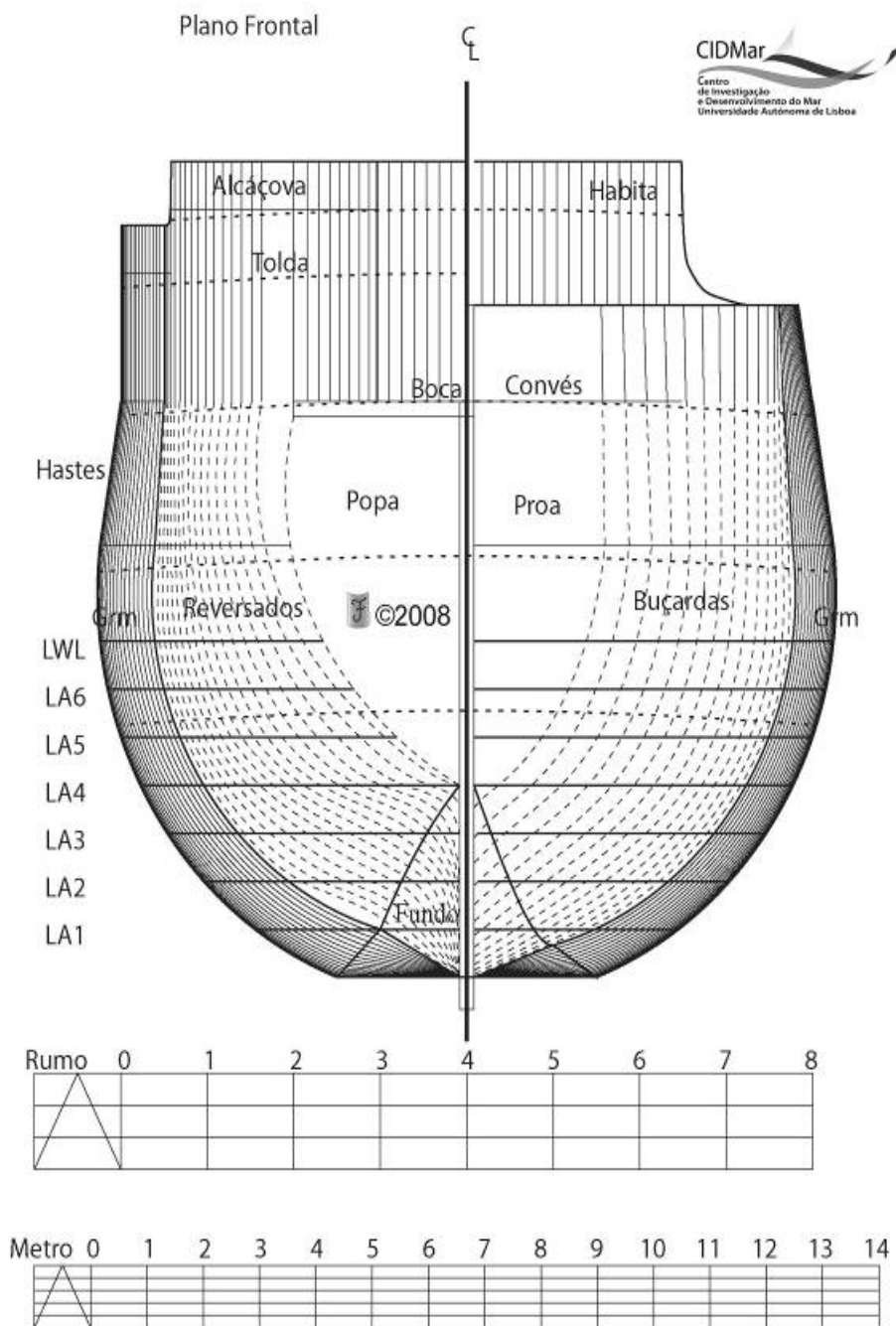


Fig. 15: Plano de Linhas (Frontal)

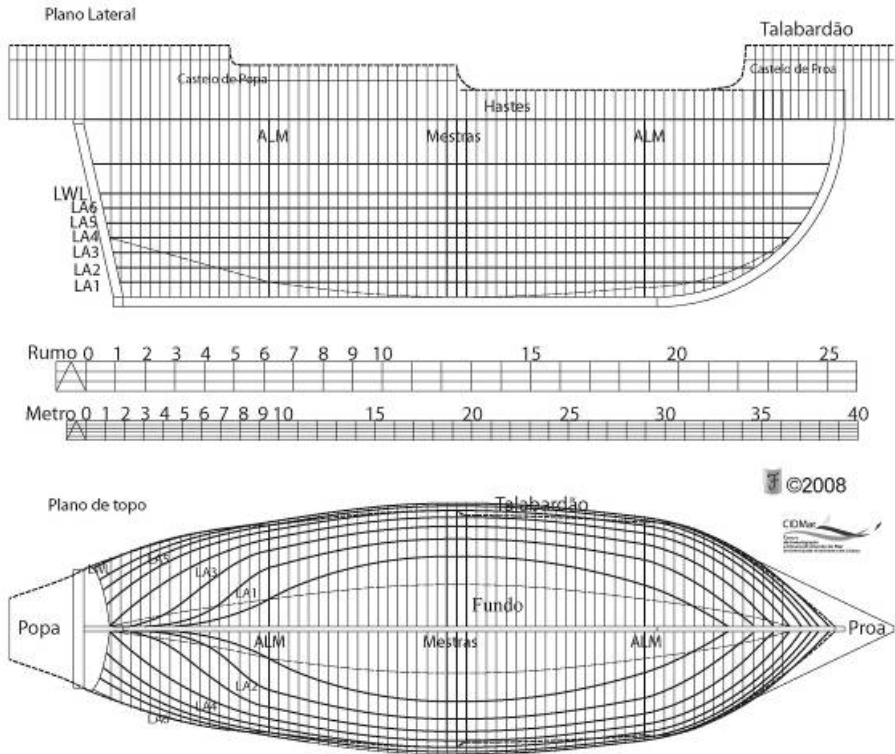


Fig. 16: Plano de Linhas (Topo e lateral)

Terminado o processo de reconstituição virtual, concluímos pela leitura interpretativa que efectuamos ao Livro da Fábrica das Naus, de Fernando de Oliveira, que são omissas descrições de forma e ordenamento de estruturas, com função sobre conteúdo estrutural. Sobre a causa não nos compete aqui formular uma análise aprofundada, todavia devemos salientar algumas questões que nos parecem oportunas. Sabemos que a Arte da construção naval e todo o saber, foi transmitido de modo pessoal de mestre para aprendiz, ao longo de gerações de especialistas das ribeiras na costa portuguesa. Sabemos do sigilo ao tempo, sobre conhecimento destas matérias. Sabemos da ignorância à escrita dos homens da ribeira. Sabemos do mérito de Oliveira no registo da informação, mas também que este não foi um homem das ribeiras, mas um eminente sabedor das letras, da ciência e experimentado homem do mar. Nesta linha de reflexão interrogamo-nos se transmissão do conhecimento que levou Oliveira ao registo escrito, teria sido integralmente alcançada?

Se o registo desse conhecimento teria sido objectivamente elaborado? Se os elementos estruturais ausentes de descrição no texto, nomeadamente a curva do fundo, o processo e forma dos enchimentos para a proa e popa a partir das almogamas, se obtinham por procedimentos deixados ao critério do mestre, por intuição, experiência ou funcionalidade pretendida para o navio a construir? A obtenção do modelo virtual fez-se contudo por critérios rigorosos, baseado no que nos descreve Oliveira e naturalmente, sujeito à interpretação que fizemos desse registo. Não deixámos contudo, perante a ausência de procedimento de construção para os elementos já citados, de formular a nossa proposta, que aqui deixamos (fig. 17).

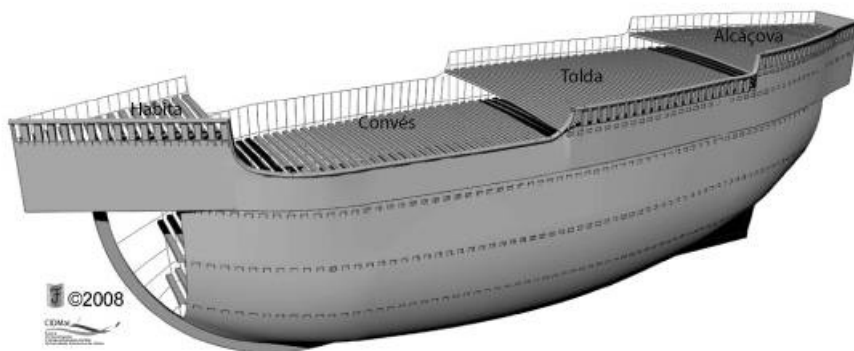


Fig. 17: Reconstrução virtual da nau de Oliveira

O legado de Fernando de Oliveira, é pois princípio e caminho para o conhecimento da construção naval. Foi ele que deu fala, a gerações de mestres construtores navais portugueses.

3.4

DA VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Sobre o relato da Viagem de Fernão de Magalhães

MARIA FERNANDA BRASETE
CLC – Universidade de Aveiro

Entre a obra multimoda do polígrafo quinhentista Fernando Oliveira, avulta um documento autógrafo, inserto no mesmo manuscrito latino que contém a *Ars Nautica*, proveniente da colecção do humanista holandês Isaac Vossius. Trata-se de um autógrafo original, escrito em língua vernácula, que figura sob o título «VIAGE DE FERNAO DE MAGALHAES, ESCRIPTA/ P. HU HOME Q FOY NA COMPANHIA», aparecendo numerado a seguir à primeira obra, num códice (Voss. Lat.F. 41) da Universidade de Leiden, registado com a rubrica «Fernandi Oliverii de Sancta Columba *Ars Nautica*, distinta in tres partes»¹.

Até ao início do século passado, este singular relato anónimo da expedição dirigida por Fernão de Magalhães à região das Molucas foi praticamente ignorado. Se bem que, nos finais do século XIX, o manuscrito tivesse sido estudado pelo historiador holandês P. A. Tiele, que deixou registadas as suas «impressões» num verbete anexo ao códice, a primeira edição do texto escrito pela mão do autor da *Ars Nautica*, ficaria a dever-se a Marcus de Jong (1937). Depois dessa *editio princeps*, o valor histórico do documento oliveiriano foi judiciosamente realçado pelo estudioso francês Pièrre Valière (1976), que transcreveu, traduziu para o francês e comentou o texto manuscrito anónimo, naquela que seria a sua primeira edição crítica. Nas últimas décadas, foram publicadas em Portugal várias transcrições actualizadas, geralmente insertas em obras dedicadas a Fernão de Magalhães.

¹ Os Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro possuem um microfilme deste manuscrito, registado sob a cota AV/RS-143.

Tomando por base a edição *princeps* de Marcus de Jong (1937), Neves Águas incluiu o texto oliveiriano numa compilação que prefaciou e anotou, e que foi editada sob o título *Introdução e Selecção de Fernando de Magalhães: a Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada pelos Que Nela Participaram* (1987: 165-185).

Dois anos mais tarde, num volume da «Biblioteca da Expansão Portuguesa», dirigido por Luís de Albuquerque (1989a), Francisco Contente Domingues publica uma versão «modernizada» do texto, sob o título “Relato da Viagem de Fernão de Magalhães”, seguida de um «Comentário final» (pp. 99-126). Mais recentemente, uma transcrição crítica e actualizada desse texto quinhentista, que poderemos incluir no heterogéneo *corpus* da habitualmente denominada «literatura de viagens»², foi publicada no amplo estudo documental do historiador José Manuel Garcia, intitulado *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses* (2007: 196-223)³.

Ainda que o nome de Fernando Oliveira figure no registo do códice de Leiden («Fernandi Oliverii de Sancta Columba *Ars Nautica*, distinta in tres partes»), as questões de autoria e de autenticidade do manuscrito anónimo inquietaram os estudiosos que dele se ocuparam. Tendo salientado o seu valor documental e a sua originalidade, Valière (1976: 4-8)⁴ certificaria, todavia, a autografia do texto manuscrito, através de um rigoroso exame paleográfico. Podemos hoje afirmar com alguma segurança que o texto foi escrito, rasurado e corrigido pela mão de Fernando Oliveira, na segunda metade do século

² Se bem que não isenta de ambiguidade, esta cómoda designação genológica, que tem sido utilizada por muitos estudiosos para catalogar a heteróclita produção textual directa ou indirectamente relacionada com as actividades de expansão e de descobrimento da época do Renascimento, deverá, na conceituada opinião de Fernando Cristóvão, ser entendida como um subgénero literário «que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter composito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra ou ar) temas, motivos e formas» (1999: 35). De acordo com a tipologia proposta por este autor, poderíamos incluir a narrativa de Fernando Oliveira na rubrica «Viagens de expansão» (1999: 43). Note-se que esta designação é também aceite e seguida por Garcia (1987: 22-24).

³ Pretendendo colmatar a pouca atenção concedida à investigação de uma das figuras mais proeminentes das nossas navegações quinhentistas, o autor propôs-se, como declara na “Introdução”, «aprofundar, clarificar e difundir, com novas abordagens e novos documentos, assuntos e textos sobre a História dos Descobrimentos e da Expansão que se centram em tópicos e fontes relacionadas directa ou indirectamente com o processo relativo ao empreendimento de Fernão de Magalhães e às suas actividades em conexão com os Portugueses» (2007: 13). As citações do texto de Fernando Oliveira terão por base a versão crítica e actualizada, inserta na publicação de Garcia (2007: 196-209).

⁴ Cf. Domingues & Barker (1991: 13).

XVI, cerca de trinta anos após o regresso da expedição (1522), provavelmente algures entre as décadas de cinquenta e de setenta.⁵

Mas um outro aspecto relacionado com a questão da autoria se apresentou como de mais difícil solução, senão mesmo irresolúvel. Trata-se da identificação da *fonte* desta narrativa mencionada por Fernando Oliveira, que, como o título explicita, se baseia no relato «escrito» de «um homem que foi na sua companhia», ou seja, por alguém que terá acompanhado Fernão de Magalhães na sua viagem «em demanda da Maluco» (1519-1522).

O teor enigmático e surpreendente do enunciado que o autor antepôs como título da sua narrativa suscitou inevitavelmente uma controvérsia acrescida em torno da questão da autoria. Convirá antes de mais recordar que, à época da expedição, o humanista aveirense seria um jovem dominicano a iniciar os seus estudos no Convento de São Domingos em Évora, onde foi discípulo de André de Resende⁶. Além disso, há que ter também em conta que o autógrafa em apreço se encontra apenso à *Ars Nautica*, cuja datação, apesar de incerta, se situa por volta de 1570. Quase meio século permeia, portanto, a data do dos acontecimentos relatados e a produção escrita do texto oliveiriano, que se inclui entre as suas derradeiras obras.

Dada a escassez de provas documentais, as inquirições sobre a *fonte* (ou *fontes*) deste manuscrito não assinado que relata, em tempo *real* e em “segunda mão”, o roteiro e as vicissitudes da primeira viagem de circum-navegação protagonizada por Fernão de Magalhães, têm-se inevitavelmente apoiado numa série de conjecturas que se foram impondo pela sua plausibilidade.

A «impressão» deixada pelo historiador holandês P. A. Tiele, em nota apenas ao códice de Leiden⁷, de que a composição tardia do texto admitia a hipótese de o autor se ter baseado no relato oral (e não escrito) de um dos companheiros de Magalhães, foi justamente recusada por P. Valière (1976: 7-8)⁸ que, com grande oportunidade e acuidade, pressentiu ainda

⁵ Sobre a cronologia provável do manuscrito, *vide* Valière (1976: 4 e n. 6, 9-10); Domingues (1989a: 124-125); e García (2007: 19, 195).

⁶ Entre os estudiosos que, mais recentemente, fizeram resenhas biográficas de Fernando Oliveira, destacamos o nome de Francisco Contente Domingues, autor do sítio *web* das “Navegações Portugueses” do *Instituto Camões*, (<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c16.html>; Domingues, 2002a) e do texto introdutório a *O Livro da Fábrica das Naus*, apresentado sob o título “O Autor e a sua Obra” (Domingues & Barker, 1991: 11-21).

⁷ *Apud* Valière (1976: 3-4).

⁸ Citamos os dois argumentos aduzidos: «faute de preuves suffisantes (...) aucune raison de suspecter de qu’écrit Fernando OLIVEYRA» (Valière, 1976: 8).

a impossibilidade de se distinguir «o contributo pessoal do autor da *Ars Nautica*» da do enigmático tripulante da expedição⁹. Percebia-se assim quão difícil seria responder a muitas das interrogações suscitadas pelas imprecisões históricas, pela organização compositiva e pelo próprio estilo discursivo que enformam este insólito texto oliveiriano, cujas características genológicas o incluem na produção histórico-literária ligada à gesta das descobertas e da expansão nacional que marcou os séculos XV e XVI.

É evidente que não podemos hoje certificar a autoria do testemunho escrito a que Fernando Oliveira alude de forma deliberadamente imprecisa. Afigura-se, contudo, aceitável a convicção de que se referiria a um relato da viagem de Fernão de Magalhães, escrito por um dos tripulantes da sua frota, com maior probabilidade da nau *Trinidad*, já que a ela é concedida um destaque maior na narrativa¹⁰. Ao capitão dessa nau, Gonçalo Gomes de Espinosa, atribuiu, vagamente, João de Barros, na *3ª Década da Ásia*, um «livro feito por ele de toda aquela viagem», que terá tido em seu poder, entre «muitos outros papéis»¹¹. Muito provavelmente também nele se terá baseado, quando escreveu a sua obra maior *Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, publicada no ano de 1563. Bastante credível se afigura, portanto, a hipótese de que o extraviado «livro» de Gomes de Espinosa possa ter sido o testemunho escrito utilizado por Fernando Oliveira, que, em meados da década de 1530, convivera com João de Barros, como mestre dos seus filhos¹².

Apesar de carecerem de provas documentais, estas inferências tendem a preencher hoje algumas lacunas deixadas pela impossibilidade de se identificar o «relato escrito» que a instância autoral do manuscrito inscreve no próprio

9 Cf. Valière (1976). Ao invés de Domingues (1989: 124) que concebe Fernando Oliveira como um «compilador», Garcia (2007: 196) reconhece-o como o autor daquela narrativa atribuída a outrem, porque «procedeu a intervenções importantes no texto, as quais terão feito desaparecer características pessoais da narrativa que estariam no original». Depois de ter efectuado uma análise detalhada das correcções e rasuras do manuscrito (os «erros de cópia», as «correcções estilísticas» e as «rectificações históricas»), Valière (1976: 4-7) rejeita a ideia de que o manuscrito seja «uma simples cópia», porque na transcrição do relato, Fernando Oliveira «comporta-se não como um copista, mas como um homem de letras e um historiador».

10 Cf. Domingues (1989a: 125). Considera ainda este autor que o facto de não ser esta a nomeação da nau adoptada por Oliveira (chama-lhe *Boa Ventura*), isso não determina que se ponha em causa o valor ou a autenticidade do manuscrito, já que a *Trinidad* podia ser então conhecida por *Boa Ventura*, entre os que se lhe referiam, como uma espécie de augúrio para a sorte da difícil viagem a empreender» (1989a: 126).

11 Cf. Garcia (2007: 195 e 232-233).

12 Garcia (2007: 196) considera esta hipótese «a mais forte» porque «contra ela não se encontram argumentos que impeçam de o considerarmos responsável pela redacção original do trabalho sobre o qual trabalhou Fernando Oliveira...».

título. Mas poder-se-á perceber na ambiguidade subjacente a esse enunciado titular a dupla intencionalidade de um escritor-historiador preocupado em garantir a veracidade dos *facta* textualizados e também a forma de representar, num processo de escrita diferida, o seu papel na narração dos acontecimentos. Enquanto autor literário de uma narrativa sobre um acontecimento histórico, utiliza uma retórica de comunicação adequada à natureza e à finalidade do texto. A veracidade do relato é caucionada pela menção, no próprio título, a um *autor* empírico, uma testemunha presencial – aquele-outro anónimo que escreveu um relato da expedição que testemunhou e/ou em que participou – e que, por isso, merece ser mencionado como fonte *autorizada* da narrativa da viagem. Através de uma subtil estratégia discursiva, construída literariamente sob o artifício do ‘fingimento’, pretendia-se reforçar o efeito de veracidade pretendida para um modelo de enunciação que se apresentava como uma reprodução literal do relato/reportagem factual de um outro *autor-testemunha*. Tratava-se de uma convencionalidade que construía um contrato de verdade, em que a instância receptora era também comprometida, porque endereçada colectivamente, no final do Prólogo, através da forma verbal «ouvireis». Só que, neste caso, a pressuposição de uma comunicação oral vinha criar um efeito retórico supletivo que se propunha reforçar a distinção entre o autor das palavras prologais e o da narrativa factual subsequentemente. É claro que a configuração retórica desta duplicidade enunciativa/autorial se reveste de um significado particularmente relevante, se considerarmos que o discurso historiográfico se consigna numa narrativa *factual*, apoiada em testemunhos pessoais ou dados documentais, que procedem de uma realidade exterior ao texto, como também lhe será exterior o receptor. Assim como a história serve a escrita, também a Literatura poderia servir a Historiografia. E é na linha de confluência destes dois domínios, que se organiza um trabalho de escrita em que duas instâncias enunciativas, a da história e a do discurso, se articulam na construção de uma estrutura narrativa que cauciona os factos relatados sob um testemunho presumivelmente verídico.

Como sabemos, aparecem catalogadas sob o título de Literatura de Viagem práticas narrativas e descritivas muito diversificadas (como é o caso de, por exemplo, diários de bordo, roteiros, guias náuticos, relatos de viagem e de naufrágios) e, mais recentemente, o estudo destes textos não se tem circunscrito ao seu valor documental ou historiográfico. Outros «protocolos de leitura»¹³, de cariz mais literários ou interdisciplinares, se têm aplicado à leitura

¹³ Ao demonstrar que o «idílio» e o «treno» foram duas formas retóricas específicas que influenciaram os modos narrativos e enunciativos dos textos renascentistas e barrocos da litera-

deste género de textos. O facto de se lhes reconhecer um valor historiográfico primacial, não fomentou o prosternamento de outras perspectivas de análise¹⁴ que relacionassem as referências histórico-culturais com a estrutura narrativa, os sentidos temáticos investidos no discurso e, é claro, com as suas implicações pragmáticas. Tratando-se de uma *praxis* de escrita que emerge de uma época em que as viagens de descobertas desvendaram também novos caminhos a uma produção discursiva que aliava a História e a Literatura, entende-se hoje como legítima a pretensão de se usarem outras perspectivas de abordagem a esses tipos de textos quinhentistas que concomitantemente documentam uma época e se assumem como uma forma muito peculiar de produção estético-comunicativa, mesmo que alienadas das formas canónicas da literatura coeva.

Não sendo este o momento para discutir os meandros teóricos desta problemática muito complexa, importará, no entanto, sublinhar o facto de que os relatos-roteiros das viagens de descobertas, independentemente da sua diversidade tipológica, se apresentam, muitas vezes, como uma prática de escrita documental – relato de um testemunho – em que a organização narrativa é produto de uma enunciação codificada e de uma intencionalidade textual mais ou menos explícita. O rigor e a experiência assumem-se como os pilares basilares deste modelo de discurso, que em sintonia com o ideário humanista e renascentista não dispensa a *auctoritas* para validar a objectividade de um conhecimento empírico, fundado na experiência e/ou na documentação. Paradigmático sob este aspecto se afigura o texto de Fernando Oliveira, em cuja lógica organizacional se insinua uma intencionalidade compositiva consentânea com o ideário de um historiador empenhado em convencer o receptor da veracidade e da objectividade dos factos relatados. A anteposição de um Prólogo explicativo, reconhecidamente da autoria de Fernando Oliveira, permitiu-lhe um enquadramento histórico e ideológico do audacioso empreendimento do experimentado navegador português. E, como neste seu trabalho de escrita, a intenção primeira era *fazer* História, o autor considerou inerente ao acto de historiografar a contextualização dos factos e o rigor da apresentação. Assim, depois de explicar as razões que

tura portuguesa de viagens, Seixo (1998: 51) conclui: «parece [...] haver, na produção literária dos séculos XVI e XVII, uma proposta de protocolos de leitura literalmente novos, mas assimilados aos modelos narrativo-descritivos da literatura canónica».

¹⁴ Refira-se, a título meramente exemplificativo, os ensaios dedicados à análise literária de um conjunto de textos da *História Trágico-Marítima* que compõem a publicação organizada por Seixo & Carvalho (1996) ou ainda a investigação realizada por Seixo (1998) sobre relatos de naufrágios, o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* ou a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*.

levaram Fernão de Magalhães a «pedir licença a el-rei para ir viver a outro reino» e a apresentar o seu projecto «da conquista de Moluco» a Carlos V de Castela, termina dizendo que do Imperador o navegador português recebeu «cinco navios bem equipados» e com eles «fez a viagem que daqui por diante ouvireis, segundo escreveu um homem que foi em sua companhia». Estas palavras repetem-se no enunciado que é apresentado de seguida como título da segunda parte do manuscrito e que compreende a narrativa propriamente dita, organizada cronologicamente e segundo os modelos diegéticos canónicos da época. A forma de escrita evidenciará, todavia, o labor de um escritor-historiador que não foi certamente um simples transcritor ou tradutor¹⁵ de um texto anterior, apesar da sua insistência em atribuir a «autoria» do relato a um participante da audaciosa expedição transatlântica empreendida por Fernão de Magalhães rumo às Ilhas Molucas, pela via ocidental. A viagem de circun-navegação cumpriria o esforçado intento do afamado navegador português, tragicamente detido, nas Filipinas, por uma morte traiçoeira, no ano de 1512.

¹⁵ Creditando-se a hipótese de o humanista ter utilizado o livro de Gomes de Espinosa.

IV
O HISTORIADOR

Fernando Oliveira: uma voz da História de Portugal

TERESA MARGARIDA JORGE

Doutoranda em Estudos Portugueses – Crítica Textual

Todas cousas têm seu tempo: e os ociosos o perdem.

Fernão de Oliveira, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536).

Qualquer texto «esconde», nas suas páginas, aquele que lhe deu vida, o seu Autor. Cada palavra, intencionalmente escolhida, reflecte a personalidade daquele que a escreveu, influenciada pelos diversos contextos que respirou e viveu. Por isso, em Fernando Oliveira, «vida e obra interligam-se em nós de forma singular: uma recebe continuamente a outra, em relação a ideias e a factos. Em Fernão de Oliveira isso evidenciou-se sobremaneira» (Gaspar, 1996: 219). Esta «personagem multimoda e fascinante» (Albuquerque, 1987: 129), um «astro de primeira grandeza no firmamento constelado pelas brilhantes estrelas do pensar do século XVI português» (Albuquerque, 1987: 128)¹, é exemplificativa da influência desse contexto, o que pode tornar-se ingrato para os que assumem uma atitude crítica em relação às várias vertentes desse mesmo meio.

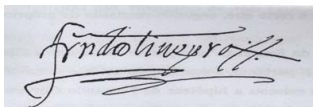
¹ A reconstituição da vida e obra de Fernando Oliveira só foi possível graças às informações contidas na sua bibliografia e no seu *Processo Inquisitorial*, mas a consulta deste *Processo* levanta dúvidas, pois as respostas deste clérigo aos interrogatórios que lhe são feitos estão recheadas de contradições, o que põe constantemente em causa as declarações prestadas. Cf. *Processo Inquisitorial* de Fernando Oliveira (1547-1551): *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 12099, no Arquivo Nacional / Torre do Tombo.

Senhor de uma existência recheada de peripécias², Fernando Oliveira³ (c.1507-c.1581) «soube viver a sua vida, conquistando a cada passo o seu

² Para além do estudo realizado por Henrique Lopes de Mendonça, em 1898, sobre Fernando Oliveira, só, em meados do século XX, é que a obra desta figura do século XVI, começou a despertar algum interesse nos investigadores, ainda que um interesse «restrito», porque, exceptuando a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, que tem sido objecto de uma maior atenção, a obra deste Autor começou, a pouco e pouco, a ser estudada por especialistas como Éric Rieth, Francisco Contente Domingues, Léon Bourdon, Luís Filipe Barreto, Luís de Albuquerque, Maria Leonor Carvalho Buescu, Paul Teyssier, Richard Barker, por exemplo, que escreveram vários artigos nos quais comentavam, contestavam ou parafraseavam algumas das informações contidas no estudo daquele capitão-tenente da Armada, à luz de uma nova reeleitura das fontes e outros documentos que, entretanto, foram descobertos. É o caso, por exemplo, do manuscrito da *Ars Nautica*, encontrado na Biblioteca da Universidade de Leiden, na Holanda, por Luís de Matos, em 1960, e alguma correspondência de personalidades estrangeiras, que fazia referências a Fernando Oliveira, encontrada no Arquivo de Simancas (Espanha), por Léon Bourdon.

³ O convívio de formas antigas com formas modernas de ortografar o mesmo onomástico, Fernão de Oliveira (ou Fernão Oliveira), Fernando Oliveira (ou Fernando de Oliveira), tem levantado a questão se se trata da mesma pessoa ou de duas figuras distintas com nome semelhante: «alguns escriptores dão lhe diversos nomes, o que faz crêr na existencia de individuos diversos, posto que esses nomes se refiram ao mesmo» (Oudinot, s.d.: 5).

No século XVI, parece que era vulgar «a confusão entre os dois onomasticos, e a facilidade de tomar como particula a ultima syllaba do nome, tanto mais que [...] o escriptor costumava ligar a letra final do seu nome á inicial do apellido. No mesmo processo inquisitorial se encontram a cada passo variantes na fórma de o designar, contrastando com a uniformidade das assignaturas do reu» (Mendonça, 1898: 2).



Assinatura de Fernão de Oliveira ou Fernando Oliveira

Diogo Barbosa Machado referiu que Fernando de Oliveira (é assim que este bibliógrafo o designa) era um «presbitero muito douto assim em a lição da História Sagrada e profana, como na intelligencia dos Poetas e Oradores, explicando o mais celebre de todos, qual foy Quintiliano em a Universidade de Coimbra» (Machado, 1966: 47).

Innocencio Francisco da Silva designou-o por P. Fernão de Oliveira, «presbytero secular, natural de Pedrogão, na provincia da Beira. Foi Professor de Rhetórica em Coimbra» (Silva, 1859: 289). De facto, foi este o nome que surgiu na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Na *Arte da Guerra do Mar*, apresentou-se como Fernando Oliveira, concordando assim com a sua assinatura que surge no *Processo Inquisitorial* e nos manuscritos da *Ars Nautica*, *Livro da Fabrica das Naus*, *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade*.

Henrique Lopes de Mendonça afirmou que se trata de Fernando Oliveira (1898: 2). Paul Teyssier partilhou da mesma opinião: «Fernando Oliveira, et non Fernão de Oliveira comme on l'écrit parfois: dans le manuscrit [*Hestórea de Portugal*] le nom de l'auteur apparaît plusieurs fois, sous la forme *fernãdooliveyra*» (Teyssier, 1959 : 359n¹).

Se analisarmos atentamente a assinatura deste humanista do século XVI (por exemplo, no *Processo Inquisitorial* e na *Hestórea de Portugal*), e tendo em consideração o que ele defendeu no capítulo VIII da sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, acerca da distinção do timbre vocálico das «vogaes grandes e pequenas» (neste caso o *o* e *ω*), verifica-se que o seu nome deveria ser Fernã (Fernão) d'oliveyra (d' Oliveira) e não Fernando Oliveira. Além disso, nos vários manuscritos que lhe são atribuídos (e mesmo no *Processo Inquisitorial*), a sua assinatura é bastante uniforme, o que parece comprovar esta nossa interpretação. No entanto, sempre que nos referirmos a esta

direito de ser livre e de pensar em liberdade, no mais digno sentido que essa palavra tem» (Albuquerque, 1987: 142). Esta filosofia de vida, assumida com uma sagesa e sem perda de tempo, fê-lo desenvolver um temperamento irrequieto e arrebatado que desencadeou alguns conflitos e inimizades que o levaram, mais do que uma vez, ao tribunal do Santo Ofício.

Fernando Oliveira foi um homem ávido de conhecimento, possuidor de uma curiosidade insaciável, que viu a cultura clássica como uma referência e se concentrou no estudo da Gramática, da Retórica e da Teologia. Verdadeiro precursor em algumas ideias (por exemplo, o ataque violento que faz em relação à escravatura e ao tráfico de escravos), conseguiu aliar o pensamento e a acção, os dois pólos considerados, na sua época, como essenciais da actividade humana.

Ele parece ter seguido a divisa pertencente a um emblema quinhentista que foi usado como marca tipográfica: «Flectimur sed non frangimur», isto é, «Flecte mas não quebra» (Anselmo, 1997: contracapa). Um homem que viveu, ao mesmo tempo, em vários mundos de actuação, numa verdadeira encruzilhada de vidas, um

dominicano temporário e depois clérigo secular, soldado e diplomata, marinheiro e escritor louvado de arquitectura naval, prisioneiro da Inquisição e mestre da nobreza, humanista, professor de retórica, filósofo e gramático, - Fernão de Oliveira, cavaleiro andante que antes de mais ninguém terçou armas por amor dessa dama de romana estirpe e presença transcontinental que é a Língua Portuguesa. (Torres, 1992: 300)

Deste modo, a biobibliografia de Fernando Oliveira continua a prolongar a tradição do *topos*⁴ as *armas* e as *letras*, um tópico que se apresenta «como expressão de um ideal de vida» (cf. Curtius, 1957: 174-189) e com uma origem bem antiga. A articulação unívoca do exercício das armas e o cultivo das letras abre as portas para a imortalidade de todos aqueles que as defendem de corpo e alma. Camões conseguiu sintetizar perfeitamente esta ideia no verso mais do que conhecido: «Nũa mão sempre a espada e noutra a pena» (*Os Lusíadas*,

personalidade, utilizaremos o nome de Fernando Oliveira, pois consideramos, tal como outros estudiosos, que é a forma mais correcta de transcrição da sua assinatura.

⁴ Na Ciência Literária, foi Ernst Robert Curtius que introduziu a noção de *topos* (cf. Lausberg, 1982: 110) que pode definir-se como «um esquema temático e do discurso, ou fórmula condensada e polarizadora do pensamento e da sensibilidade, transmissível de literatura em literatura e de geração em geração» (Rebello, 1977: 426).

VII, 79). De facto, «as letras consultam e mandam: as armas executam. Só por isso julgam alguns as armas mais dignas do que as letras» (Rebelo, 1977: 448). Esta relação entre as armas e as letras «continua a tender para um ideal de equilíbrio estável em que as primeiras se submetem e se deixam guiar pelas segundas» (Rebelo, 1977: 452)⁵.

Os Descobrimentos, o maior contributo dos Portugueses para o Renascimento, Humanismo e Classicismo, marcaram decisivamente a literatura portuguesa quinhentista. O Homem era o valor máximo, o pólo central do mundo terrestre, o protagonista da História e do progresso. Os consequentes encontros de povos e culturas originaram «uma profunda desestabilização dos paradigmas tradicionais do saber ocidental» (Barreto, 1983: 187). A cartografia, a ciência náutica e, especialmente, a arquitectura naval, foram os pilares nos quais assentaram as Descobertas e ajudaram a espalhar o nome de Portugal pelo mundo.

É neste contexto, marcado pelo desenvolvimento das cidades, do comércio, especialmente o marítimo, da actividade industrial e da descoberta de novos mundos (cf. Domingues, 1985: 6-7), que vai surgir a obra de Fernando Oliveira, reflectindo esta nova concepção do Homem e do Mundo e onde coexistem as formas e as ideias medievais e renascentistas.

A bibliografia atribuída a Fernando Oliveira agrupa uma variedade temática e abarca campos totalmente diferenciados: a gramática, com a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536); a estratégia militar, com a *Arte da Guerra do Mar* (1555); a cartografia e a náutica, com a *Ars Nautica* (c. 1570); a construção naval, com o *Livro da Fábrica das Naus* (c. 1580); a História, com a *Hestórea de Portugal recolhida de escriptores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernando Oliveira* e o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Immunidade do reino de Portugal* (posteriores a 1581)⁶:

a diferença é bem mais estreita e a dispersão bem mais aparente que real se pensarmos historicamente, isto é, no reino da diferença da arquitectura classificativa do Renascimento situando estas cinco emergências discursivas

⁵ Cf. também Rebelo (1965: 67).

⁶ A partir deste momento, sempre que nos referirmos a estes dois últimos manuscritos de Fernando Oliveira, usaremos o título abreviado de *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade*.

Foi-lhe ainda atribuído o relato de *A Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi em sua companhia*, que se encontra apenso à *Ars Nautica*, assim como o *de Re Rustica*, de Lucio Iunio Moderato Columella (Tradução), e a *Arte de Grammatica de Lengua Castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta* (Cópia).

no quadro e código da sua epocalidade, na raiz epistémica que produziu a sua geração lógica e recepção. (Barreto, 1987: 614)

Antevendo alguma observação em relação à sua escrita polifacetada, Fernando Oliveira, no prólogo da *Arte da Guerra do Mar*, justifica essa variedade temática: «E por ser eu sacerdote, não pareça a materea incompetente a minha pessoa, porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar dela». É uma obra que reúne «elementos de permanência e de ruptura, de continuidade e de descontinuidade. Ou não fora filho de um século que, se resolveu muitas das dúvidas que se pôs, soube, quis colocar e viu-se confrontado com tantas mais» (Domingues, 1985: 363) Além disso, revela a formação humanístico-renascentista do Autor:

Era extraordinário êste padre! Com não menor competência versava outras matérias bem estranhas ao seu ministério: em 1555 fazia publicar em Coimbra uma Arte da guerra do mar, que a autoridade de Henrique Lopes de Mendonça não hesitou em apontar como uma das obras mais perfeitas sôbre assuntos bélicos que nos legou o século XVI. E não só na arte da guerra marítima: o Livro da fab[r]ica das naos, que deixou manuscrito, documenta a sua sabença, igualmente, no campo da construção naval. (Vasconcelos, 1933: 2)

Uma obra que testemunha, perfeitamente, que a História e a Filologia andam de mãos dadas e são os pilares de qualquer outra ciência: «Gramática e História são, então, pontos do mesmo ou, no máximo, línguas irmãs no quadro do saber humanista» (Barreto, 1986: 19). E Fernando Oliveira parece ter tido consciência disso. Não é por acaso que a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* é o seu primeiro texto conhecido e o *Livro da Antiguidade* e a *Hestórea de Portugal*, os últimos textos a serem produzidos, cerca de cinquenta anos depois: «A primeira e a última obra de Fernando Oliveira formam assim uma unidade de conhecimento e sentido, uma mesma investigação em torno da metodologia filológica em que é possível encontrar nacionalismo histórico na ordem da Gramática [...] e filologia histórica na ordem da História» (Barreto, 1989: 51).

A *Hestórea de Portugal* parece constituir, assim, «a coroação da obra de Oliveira, fechando o ciclo iniciado em 1536, com a “primeira anotação” gramatical da Língua Portuguesa» (Franco, 1999: 53). Já na *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, o Autor «além de proceder a averiguações etimológicas ao serviço da História, esboça teses importantes, de carácter patriótico, que vão ser desenvolvidas na *História de Portugal*» (Franco, 1999: 53).

Como pedagogo e autor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Fernando Oliveira aludiu, no capítulo L, ao facto de ter sido o primeiro a tentar sistematizar o falar português no século XVI («escrevi sem ter outro exemplo antes de mi»), «a mais antiga obra do género para a nossa língua» (Albuquerque, 1987: 130). O seu objectivo era tornar acessíveis temáticas que, à partida, se poderiam tornar aborrecidas devido à sua complexidade, porque «o Pe. Fernando Oliveira tem um excelente sentido didáctico da exposição das matérias e preocupa-se constantemente em definir os termos e explicar as razões das suas regras [...]. A sua intenção didáctica manifesta-se particularmente no que ele próprio executou demonstrando bom domínio desta técnica» (Barata, 1972: 191). Por isso, ele pretendia que o seu processo de escrita fosse simples, directo, rigoroso e a sua linguagem elegante e objectiva, tal como refere no prólogo da *Arte da Guerra do Mar*:

O estilo será breve e claro, e conforme aos entendimentos dos cavaleiros determinados e acelerados, que não esperam longos preâmbulos: e na linguagem vulgar desta nossa terra pela que se possam dele aproveitar os nossos homens da guerra, dos quaes os menos entendem língua latina na qual me diziam algũas pessoas que o escrevesse mas não no fiz polo dicto respeito.

Esta sua preocupação volta a ser referida em *Livro da Fábrica das Naus*:

Todalas artes têm seus vocábulos próprios, postos ou por necessidade, porque o requer assi a mesma arte, ou à vontade dos oficiais dela. E porque os outros homens os não têm em costume, é-lhe dificultoso entendê-los se lhos não declaram, ao menos alguns deles. Por tanto, para que esta leitura seja a todos fácil, quero aqui declarar algũas palavras [...], que me parece que tem disso necessidade, e o mesmo farei pela obra adiante onde for necessário. (Oliveira, 1991[c. 1580]: 87).

Os manuscritos *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade*, mesmo incompletos, possuem valor historiográfico, pois são a expressão de uma mentalidade do final do século XVI, a chave para entender alguns dos acontecimentos que ocorreram durante a crise sucessória de 1580, «um acervo historiográfico que oferece uma visão singular da história do reino» (Franco, 1999: 12)⁷. A leitura destes textos revela o drama de um patriota convicto que

⁷ Para sustentar o seu projecto historiográfico, Fernando Oliveira citou e referiu, por exemplo, autores e fontes de vária índole, nomeadamente os livros bíblicos (em especial o dos Macabeus), os autores clássicos (Estrabão ocupa o topo das referências), os autores medievais (Afonso X é o mais citado), os padres da Igreja (como Agostinho de Hipona), os autores modernos

vê as rédeas do seu país a passarem para as mãos de um monarca espanhol, Filipe II, e que escreve uma obra que exprime o nacionalismo português sob o olhar perspicaz de um homem «experimentado»: «En écrivant dans son extrême vieillesse son *História de Portugal* Fernando Oliveira é um precursor» (Teyssier, 1959: 379).

Segundo as informações disponíveis, os textos *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade* começaram por fazer parte da colecção da então Biblioteca Real, depois Biblioteca Nacional de Paris e, hoje, Biblioteca Nacional de França, no Departamento dos Manuscritos, no ano de 1668, oriundos da biblioteca do Cardeal Mazarino (1602-1661). Desconhecemos como terão ido parar estes textos à biblioteca daquele político francês de origem italiana. A sua proveniência é-nos dada pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, responsável pela transcrição da tradução de *Re Rustica*, de Lucio Junio Moderato Columella, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*: «[o manuscrito] deve achar-se na Bibliotheca Imperial de Paris [...] he autographo, como indicão as emendas e notas todas da mesma letra» (Brito, 1819: 11).

L. Delisle, administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, em carta datada de 12 de Novembro de 1896, dirigida a Henrique Lopes de Mendonça (que tinha pedido esclarecimentos sobre a autenticidade do manuscrito autógrafo), escreveu:

Le manuscrit de la Bibliothèque Nationale qui contient des écrits du P. Fernando Oliveira est un exemplaire qui parait avoir été préparé en vue d'une impression et qui porte la trace de remaniements importants exécutés soit par l'auteur soit par un collaborateur. Tout ce que nous savons sur les origines de ce manuscrit, c'est qu'il est entré en 1668 dans nos collections, et qu'il avait précédemment fait partie de la bibliothèque du cardinal Mazarin. (Mendonça, 1898: 79)

Diogo Barbosa Machado afirmou que esses manuscritos eram «uma cópia (pelo menos no que respeita à *História de Portugal* unica apontada pelo douto

(destaca-se Antonino de Florença) e outras fontes (como bulas pontifícias, provérbios populares, doações, forais e privilégios, etc.). Cf. Franco (1999: 164-165).

Se os manuscritos *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade* são importantes do ponto de vista histórico, também o são no âmbito filológico devido às características que apresentam. Por isso, já foram objecto de estudo na área da Crítica Textual, onde o texto é analisado no que diz respeito à sua produção material, tendo em conta a sua génese (processo de produção) e a sua tradição (processo de transmissão). Cf. Jorge, 2000.

abbade de Sever, seguindo Mont-Faucon⁸) do original existente na bibliotheca do marquez de Valença» (1966: 47). Este argumento acaba por ser excluído pelos dois testemunhos anteriores.

Os redactores do *Contemporaneo Politico e Litterario*⁹ consideraram que o possível exemplar existente na biblioteca do Marquês de Valença teria desaparecido quando aquele espaço ardeu, após o terramoto, ocorrido em Lisboa, em um de Novembro de 1755 (Cf. 1820, II: 210; Mendonça, 1898: 86). Além disso, levantaram a hipótese de Barbosa Machado ter feito aquela afirmação sem ter consultado *de visu* o manuscrito existente na Biblioteca Nacional de França.

Além da *Hestórea de Portugal* e do *Livro da Antiguidade*, este manuscrito inclui ainda a tradução portuguesa do texto latino de *Re Rustica*¹⁰, de Lucio Junio Moderato Columella, e a cópia incompleta da *Arte de Grammatica de Lengua Castelhana*¹¹, de António de Nebrija. Inicialmente, estes manuscritos eram independentes, mas foram reunidos por serem atribuídos a Fernando Oliveira. A justificá-lo está o facto de possuir dois tipos de foliação: uma feita pela mão do Autor do manuscrito e a outra por um punho diferente, colocada posteriormente quando se reuniram os quatro textos¹². Daí que o manuscrito possua um total de 339 fólios.

Em 1892, Alfred Morel-Fatio organizou um catálogo dos manuscritos portugueses existentes na Biblioteca Nacional de Paris¹³. Nesta obra, o manuscrito *Hestórea de Portugal* está registado com o n.º 5. Em 1860, foi classificado

⁸ Cf. Montfaucon (1739, I: 678; II: 891, col. 1).

⁹ O *Contemporaneo Politico e Litterario* foi uma revista portuguesa editada em Paris «por um dos círculos da emigração liberal portuguesa» (Domingues, 1989: 209).

¹⁰ A tradução do *de Re Rustica* (fls. 177- 272) é constituída por um prólogo (fls. 177-182); o primeiro livro (fls. 183-209); o segundo livro (fls. 211-254); o terceiro livro até ao início do capítulo nono (fls. 255-272).

A cópia da tradução integral deste texto foi realizada por Francisco José Maria de Brito e publicada em os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, por huma sociedade de Portuguezes residentes em Paris (ts. IV-XII), Paris, impresso por A. Bobée, Imprensa da Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris, 1818-1822, sob a direcção de José Diogo Mascarenhas Neto. Segundo Paul Teyssier, «La traduction de Columelle intéresse l'histoire de la langue, en raison de l'abondant vocabulaire agricole qu'elle comporte» (1959: 362).

¹¹ A cópia incompleta do texto deste gramático espanhol do século XV é o último fragmento que constitui o volume *Hestória de Portugal*, de Fernando Oliveira, existente na Biblioteca Nacional da capital francesa e ocupa os fls. 273-339. É constituída por um prólogo (fls. 273v-275); o primeiro livro (fls. 275-295v.); o segundo livro (fls. 296-308); o terceiro livro (fls. 308v-327) e o quarto livro até ao início do capítulo décimo (fls. 328-339v). É uma cópia escrita por várias mãos e, segundo Paul Teyssier, «ne présente aucun intérêt particulier» (1959: 361).

¹² Desconhecemos a data em que os quatro textos foram reunidos.

¹³ Morel-Fatio (1892: 248-249).

com o n.º 12. No antigo fundo, da Biblioteca Real de Paris, já na época de Mont-Faucon, estava catalogado com o n.º 10022.

Relativamente à sua estrutura interna, o manuscrito *Hestórea de Portugal* está dividido em quatro livros, compreendendo cada um deles um determinado número de capítulos¹⁴.

¹⁴ Apesar da enumeração destes capítulos ser extensa, permite-nos perceber melhor o projecto historiográfico de Fernando Oliveira. O critério adoptado na transcrição dos títulos dos capítulos foi o de manter, tanto quanto possível, a fisionomia do manuscrito (mantivemos a foliação autógrafa, que se encontra no canto superior externo do recto), procurando respeitar as estruturas portadoras de valor linguístico e estilístico. Por isso, limitámo-nos a uniformizar ou regularizar os casos em que não havia implicações de carácter fonético ou fonológico. Por exemplo, Fernando Oliveira dispensou quaisquer acentos. Por isso, regularizámos e modernizámos a acentuação de acordo com o sistema actual, sempre que necessário e após se ter conservado o paradigma grafemático proposto pelo Autor na sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* e usado nos manuscritos da *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade*.

Livro I. Começa a hestórea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernando Oliveira, capelão dos reis de Portugal do seu tempo. | **Fo.1** | Capítolo premeiro do premeiro livro, no qual diz, quem foram os premeiros povoadores de Portugal: dos quais ele tomou o nome, que ainda agora tem. | **Fo.1** | Capítolo segundo, d'algúias cidades, que antigamente foram povoadas nesta terra. | **6v** | Capítolo terceiro, dos reis antigos de Portugal, e dos limites deste reino. | **Fo.15** | Capítolo quarto, do estado das cousas de Portugal antes dos Romanos. | **20 v** | Capítolo quinto, do estado das cousas de Portugal no tempo dos Romanos. | **22v** | Capítolo seisto do estado de Portugal, no tempo que os Godos que viveram na Hespanha. | **29v** | Capítolo séptimo, do estado de Portugal no tempo que os Mouros foram senhores da Hespanha, e a conquistaram. | **Fo.36** | Capítolo oitavo, do estado de Portugal, no tempo dos Leoneses, e rei Dom Paio. | **39v** | Capítolo nove, do estado de Portugal, no tempo de Castela, e seu reino. | **46v** | **Livro II.** Começa o segundo livro da crónica de Portugal per Fernando Oliveira: no qual conta a vida do conde Dom Anrique, e princípio da restauração deste reino. | **Fo. 54** | Capítolo premeiro, em que diz donde era natural o conde Dom Anrique, e como veio ter a Portugal. | **Fo. 54** | Capítolo segundo, de Dona Tareija: e de seu casamento, e dote. | **Fo. 56** | Capítolo terceiro, do que fez o conde Dom Anrique na Hespanha, vindo a ela. | **Fo. 61** | Capítolo quarto, de Dona Tareija viúva, e de como não casou depois da morte do conde Dom Anrique seu único marido. | **65v** | Capítolo quinto, do falecimento do conde Dom Anrique, de suas condições, e de quantos filhos teve, e em que estado deixou Portugal. | **Fo. 68** | **Livro III.** Começa o terceiro livro da crónica de Portugal, em que se escrevem a vida e feitos heróicos d'El-rei Dom Afonso Anriquez. | **Fo.1** | Capítolo premeiro da vida d'El-rei Dom Afonso Anriquez: no qual conta o seu nascimento, aleijão, e saúde milagrosa. | **Fo.1** | Capítolo segundo, da idade em que o iffante Dom Afonso Anriquez começou ser capitão dos Portugueses, e ter carrego da guerra, e defensão da terra. | **3v** | Capítolo terceiro, da paz e concórdia em que viveram Dom Afonso Anriquez e sua mãe, enquanto ela foi viva. | **6v** | Capítolo quarto, em que diz, que fez o iffante Dom Afonso Anriquez depois da morte de sua mãe. | **12v** | Capítolo quinto, da famosa batalha, e utilíssima victória do Campo d' Ourique. | **13v** | Capítolo sexto, de como os Portugueses fizeram Dom Afonso Anriquez seu rei, e porque o fizeram rei. | **19v** | Capítolo séptimo, de como El-rei Dom Afonso Anriquez entendeo na guarnição das fronteiras e provimento das fortalezas e se veio para Coimbra. | **Fo. 23** | Capítolo oitavo, de como os Portugueses pediram a El-rei Dom Afonso Anriquez, que casasse, e com quem casou, e quantos filhos teve legítimos, e bastardos. | **24v** | Capítolo nove, de como El-rei Dom Afonso Anriquez tomou aos Mouros Sanctarém, Lisboa, e outros muitos lugares. | **27v** | Capítolo dez, de como El-rei Dom Afonso Anriquez passou às terras d' Alentejo, e tomou alguns lugares daquelas comarcas, e outros aqui. | **Fo. 33.** | Capítolo onze, da prisão d' El-rei Dom Afonso Anriquez, do tempo em que foi preso, e como foi preso, e logo solto. | **Fo.39** | Capítolo doze, da guerra que El-rei Dom Afonso Anriquez

O *Livro da Antiguidade Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* surge a seguir ao da *Hestórea de Portugal*. Este título foi extraído do colófon que se encontra no final do capítulo doze: «Acabou-se a primeira parte do livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal» | 175v |.

Desconhecemos o que terá acontecido aos sete primeiros capítulos¹⁵, pois apenas chegaram às nossas mãos os capítulos 8-12¹⁶. Além disso, o último parece sintetizar o conteúdo dos capítulos que se perderam: «repete o que fica atrás, que diz para mais claramente constar» (Oliveira, fl. 174).

Enquanto na *Hestórea de Portugal*, Fernando Oliveira organizou a sua obra em livros, no *Livro da Antiguidade* optou por apresentá-la em partes:

Os nove capítulos do I livro da História de Portugal constituem o decalque (desenvolvido) dos capítulos da primeira parte da primeira obra. Excepto para os três últimos cujos temas são incluídos esparsamente nos dois livros seguintes, estruturados biograficamente em função da descrição das biografias de D. Henrique, de D. Teresa e D. Afonso Henriques. O que seria, logicamente, o quarto livro – que não é apresentado como tal, mas como «história de D. Sancho» – estava apontado no projecto do Livro da Antiguidade, quando o autor anunciou

teve, e batalhas que pelejou depois da sua prisão. | 50v |; Capítulo treze, da idade que El-rei Dom Afonso Anriquez tinha no tempo deste rescripto, e de seu falecimento. | Fo. 53 |; Capítulo quatorze, de alguns ilustres cavaleiros, que houve em Portugal, em tempo d' El-rei Dom Afonso Anriquez. | 56v |. **Livro IV.** Começa a hestória da vida, e feitos d' El-rei Dom Sancho filho d' El-rei Dom Afonso Anriquez. | 61v |. Capítulo premeiro, do nascimento, e primeira idade deste rei Dom Sancho o premeiro, e do que fez sendo mancebo. | 61v |; Capítulo segundo, de como o iffante Dom Sancho per morte de seu pai herdou o reino de Portugal: e houve a posse dele pacificamente sem contradicção algũa. | 63v |; Capítulo terceiro, da guerra que os Mouros fizeram a El-rei Dom Sancho pela perda de Silves. | 65v |.

¹⁵ Pierre Valière considerou que é possível obter os títulos dos sete primeiros capítulos através das informações extraídas do capítulo 12. Eis a sua proposta:

«As terras de Portugal forão as que premeyro povoarão assi os Gallos, como os Gallesees progenitores da Hespanha.

Os successores de Gargores e Habis seu neto reynarão nesta terra atee o tempo dos romanos: e conservarão nella o reyno e liberdade.

No tempo dos romanos o convento braccarense ficou livre de Bruto.

Despoyos dos romanos, em tempo dos Godos esta terra não foy sobjeyta.

Em tempo dos mouros esta terra não foy sobjeyta». (1975: 1)

¹⁶ Eis os seus títulos: Capítulo oitavo, no qual se prova, que os Portugueses não perderam sua liberdade, reino, com os Leoneses. | 157 |; Capítulo nove, em que se mostra, como Portugal não deve cousa algũa a Castela, nem há rezão para isso. | 159 |; Capítulo dez, que o reino de Portugal nunca foi condado. | 164v. |; Capítulo onze, no qual diz como o povo português fez Dom Afonso Anriquez rei de Portugal, e com que solenidades foi feito. | 166v. |; Capítulo doze, em que repete o que fica atrás, que diz. Para mais claramente constar, e etc.. | 174v. |.

a pretensão de escrever as biografias dos reis de Portugal até ao seu tempo.
(Franco, 1999: 103-104)

O fragmento *Hestórea de Portugal* surge em primeiro lugar e o *Livro da Antiguidade em segundo*, mas o filólogo francês Paul Teyssier considerou que «ces deux œuvres doivent être étudiées dans l'ordre inverse de celui qu'elles ont dans le manuscrit» (1959: 362). O seu argumento assentou, essencialmente, em razões históricas, mas também filológicas. Ao analisar as variantes das passagens dos capítulos oito e nove do *Livro da Antiguidade*, Teyssier defendeu que estas foram incorporadas na *Hestórea de Portugal*. Eis apenas dois exemplos:

<i>Livro da Antiguidade</i>	<i>Hestórea de Portugal</i>
«E assentarão perto (<i>dali</i>) della sua estancia» (f ^o 157r)	«E assentarão sua estancia perto <i>della</i> » (f ^o 40r)
«Este nome teve aquella povoação atee hum rey dos <i>suevos</i> chamado Leonegildo» (f ^o 157r)	«Este nome teve aquella colonia atee hum rey dos (<i>suevos</i>) <i>godos</i> chamado Leonegildo» (f ^o 40r) ¹⁷

Estes trechos parecem testemunhar que a *Hestórea de Portugal* poderá ser um texto passado a limpo, já com as devidas correcções, a partir do manuscrito. Além disso, existe uma outra pista que poderá ajudar a comprovar esta posição. Inicialmente, o Autor escreveu o título «Começa a hestórea da antiguidade e liberdade do reino de Portugal» (1.º Livro, fl. 1); mas depois riscou «da antiguidade e liberdade do reino» e escreveu «Começa a hestórea de Portugal», que testemunha a sua última vontade.

Pierre Valière, autor da edição de 1975 destes manuscritos, foi da mesma opinião. Este estudioso francês fez a transcrição do manuscrito colocando, em primeiro lugar, o *Livro da Antiguidade* e só depois a *Hestórea de Portugal*: «Le premier de ces ouvrages étant comme le prologue du seconde : “L’une des finalités ou des intentions de ce livre est de démontrer que le royaume de Portugal est ancien, qu’il a toujours été libre et qu’il n’a jamais été le vassal d’une autre nation (Livro da Antiguidade, ch. 12, Fl 174 v^o)”» (Valière, 1975: V). A frase sintetiza, admiravelmente, as intenções do Autor do manuscrito e, deste modo, o *Livro da Antiguidade* teria funcionado para Fernando Oliveira como uma primeira versão, um esboço do desafio que ele pretendia concretizar: contar «as vidas dos reis portugueses até os do meu tempo» (fl. 176).

Não há qualquer indicação da data da feitura do manuscrito. Segundo Francisco José Maria de Brito (1819: 12), tanto a *Hestórea de Portugal* como o *Livro da Antiguidade*

forão começadas na velhice do Autor, por quanto a vida de D. Affonso Henriques foi acabada o mais cedo em 1581, quando já Philippe II tinha invadido Portugal, visto que o Autor declarou no fim do II livro da Historia que ele tinha sido capellão dos Reis do seu tempo; a saber: de D. João III, de D. Sebastião I, de D. Henriques I e de Dom... Por esta reticência nos designou a pessoa que não tinha querido nomear, e provou ao mesmo tempo a lealdade dos seus sentimentos.

Partindo de algumas informações, que surgem no manuscrito, poder-se-á apontar para a data da sua feitura a década de 1580, pois Fernando Oliveira faz referência à aclamação e confirmação, em Abril de 1581, de Filipe II no trono português, pelas Cortes de Tomar, onde o rei espanhol prometia, principalmente, a autonomia de Portugal, um país que tinha tido sempre (e continuaria a ter) a protecção divina desde a sua formação: «Porém Deos sempre a conservou, e conservará, como em nossos dias a confirmou El-rei Dom Filipe, que viva muitos anos. Amen» (Oliveira, *Hestórea de Portugal*, 2.º livro, cap. V, fl. 70v.). Paul Teyssier considerou que estas palavras foram redigidas entre 1581 e 1598, ano da morte de Filipe II (1959: 370-371). Os ataques subtis à presença real espanhola em Portugal revelaram «la passion anti-espagnole de Fernando Oliveira» (1959: 359).

Ele traçou uma imagem bastante negativa dos Castelhanos na sua relação com os Portugueses. A sua obra historiográfica, ao apresentar a «sinopse histórica das relações entre os dois povos, constitui um dos vectores ideológicos nucleares da obra, transformando-a num autêntico parecer, num manifesto anti-espanhol, no quadro da resolução da crise espanhola de 1580» (Franco, 1999: 344).

Se o *Livro da Antiguidade* pode ser considerado como um esboço da *Hestórea de Portugal*, este texto terá sido escrito, provavelmente, quando se colocou a questão dinástica, resultante do desaparecimento do rei D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, em 1578.

Para Francisco José Maria de Brito, a escrita deste projecto historiográfico «não tinha outro objecto, senão combatter a opinião dos Hespanhoes sobre a pretendida submissão de Portugal á coroa de Leão de que foi desmembrado» (1819: 12) e defendeu o carácter fragmentário da obra *Hestórea de Portugal*:

«este manuscrito não comprehende senão fragmentos de huma historia de Portugal» (Brito, 1819: 11). Acrescenta ainda que «o Autor queria acabar; occupa-se mais depressa em amontoar factos e argumentos para apoiar a sua opinião, do que em narrar estes factos com hum estylo claro e simples. Comtudo, estes fragmentos tem merecimento, como notas historicas e polemicas» (Brito, 1819: 12).

Henrique Lopes de Mendonça partilhou da mesma opinião: «contem uns fragmentos historicos do governo do conde D. Henrique e dos reis D. Affonso Henriques a D. Sancho I» (1898: 77).

Não partilhamos totalmente a opinião destes dois estudiosos, pois, após uma análise minuciosa do manuscrito, parece-nos que os três livros que o constituem são fragmentos ordenados e com sentido. Mesmo os três capítulos do texto «Começa a hestórea da vida e feitos d' El-rei Dom Sancho [...]» apresentam uma sequência lógica, só que a sua continuação foi bruscamente interrompida por motivos desconhecidos. Terá sido a sua morte ou qualquer outra adversidade?

Ao nível da tradição impressa, o campo bibliográfico¹⁷ da obra historiográfica de Fernando Oliveira (composto pela *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade*) é constituído, até ao momento, por uma edição parcelar (a que saiu no periódico *Contemporano Politico e Litterario*, em 1820, e no qual só surgem os três primeiros capítulos, do 1.º livro) e três edições completas: a edição de 1975, a de 1999 e a de 2000, no que diz respeito à *Hestórea de Portugal*. Relativamente ao *Livro da Antiguidade*, apenas existem três edições completas: a edição de 1975, de 1999 e de 2000.

O manuscrito autógrafo *História de Portugal de Fernando Oliveira* foi copiado entre vinte e cinco de Maio de 1831 e dois de Julho de 1833, pelo jurista António Nunes de Carvalho (1786-1867). Este apógrafo faz parte de um volume com outras cópias manuscritas¹⁸, cujo título *Manuscriptos Collecção NC* (iniciais de Nunes Carvalho) está inscrito na lombada de cor verde. Este volume¹⁹ faz parte do Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho, oferecido, em Janeiro de 1988, à Biblioteca Universitária João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa.

¹⁷ No âmbito da Crítica Textual, a noção de campo bibliográfico «é a designação que propomos para um conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizadas em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto» (Castro e Ramos, 1986: 112).

¹⁸ Por não terem qualquer relação com o nosso estudo não são aqui mencionados os títulos dessas cópias.

¹⁹ A cota original deste volume era M. E. IX, n.º 9112 e a cota actual é MC-9972.

A primeira data, 25 de Maio de 1831, é-nos dada na última página desta cópia manuscrita²⁰.

Além de dar o título do primeiro livro, «Começa a hestórea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernão d’Oliveira, capelão dos reis de Portugal de seu tempo» e indicar o fólho onde termina o manuscrito *Hestórea de Portugal* «Acaba a f. 176», o autor considerou que «Esta historia he muito importante pelos factos e documentos que contem; e ainda que o estilo he pouco apurado, merece imprimir-se, ao menos em huma collecção de Documentos para a Historia de Portugal». Por isso, ele apresentou «a taboada dos capitulos formada por mim dos summarios que se achão á frente de cada hum delles, com a sua ortographia propria».

O *Livro da Antiguidade* não se encontra copiado no manuscrito do Fundo Memorial Fernando Martins de Carvalho.

Após a cópia do fragmento «Começa a hestórea da vida e feitos d’El-rei Dom Sancho filho d’El-rei Dom Afonso Anriquez», existem quatro folhas em branco e o autor da cópia, limitou-se a dar, em nota, o título do oitavo capítulo e acrescentou:

Este capitolo, e os capitulos 9, 10, 11, 12, que se lhe seguem, occupão no m.s. autografo 19 folhas e meia: e o capitolo doze acaba assim: «Ao menos este de Portugal não ouue rey algũ neste reyno que o pagasse, como na segunda parte deste tratado mostrarey, contando as uidas dos Reys portugueses, atee os do meu tempo.» E depois tem: = “Acabouse a premeyra parte do liuro da antiguidade, nobreza, liberdade, e immundade do reyno de Portugal”. Nunes (fl. 6v.)

Na opinião do autor desta cópia, António Nunes de Carvalho, tanto a *Hestórea de Portugal* como a primeira parte do *Livro da Antiguidade* são «duas obras, apesar de se acharem por acabar, e por limar são muito importantes pelos factos particulares, e exquiritos que nellas se achão, e documentos que contem copiados pelo Author dos originaes». Além disso, não deixou de registar alguns desses «factos particulares»:

²⁰ No fim desta cópia, o autor, em quatro páginas sem qualquer paginação, teceu algumas considerações sobre o manuscrito autógrafo que copiou: «Codice 10022. Fernão de Oliveira. Historia de Portugal. Columella traduzido=Arte da lingua castelhana/em castelhano por Antonio de Nebrija / fol. de 339 folhas. – Encadernado em pergaminho. Os dois manuscritos de Fernão de Oliveira são os originaes do Author com muitas emendas feitas por elle».

No cap. 1.º do L.º 1.º; nos §§. eemque. Trata da origem dos nomes de Gallecia, e de Portugal, e da Lusitania, merece ler-se com atenção. No cap. 2.º. refere a origem de Lisboa, Braga, Coimbra, e Evora: e falando desta diz por ocasião a respeito do Me. Andre de Rezende: [...].

O autor continuou o seu texto citando o que o manuscrito de Fernando Oliveira referiu acerca do intelectual evorense. E acrescentou: «No cap. 3.º. do L.º 2.º. fol. 63. diz: [...]», continuando a citar o referido manuscrito. Desta vez, transcreveu a fala do conde D. Henrique a seu filho D. Afonso Henriques quando aquele estava quase a morrer em Astorga. E, no final desta citação, disse, em nota, que este trecho era fácil de encontrar «na cronica antiga de Hespanha; e no Nobiliario de D. Pedro, da edição de J.B. Lavanha».

A segunda data, vinte e seis de Maio de 1831, registada em Paris, surge quando o Autor referiu que, no mesmo volume, onde se encontra a *Hestórea de Portugal* e o *Livro da Antiguidade*, «Segue-se [...] huma traducção em linguagem de huma parte da obra de Columella, de Re Rustica, aqual sahio á luz em Paris nos Novos Annaes das Sciencias, tomo 4.º. e segg. com huma noticia do Autor, por Candido Xavier aonde se pode ver». Sobre esta tradução diz ainda:

Esta traducção de Columella comprehende somente até ao fim do primeyro periodo do cap. 9. do livro 3.º. de Re Rustica, e tem algumas addições feitas pelo traslador como elle alli se chama. Acaba este MS. de Fernão d’Oliveira a f. 272. Dahi ate ao fim do volume he a copia da gramatica da lingoa castelhana, por Antonio de Nebrija.

Este comentário foi escrito em vinte e cinco de Maio de 1831, tal como consta da data existente nessa cópia.

A cópia do primeiro livro da *Hestórea de Portugal* compreende os fls. 1-30²¹. Encontra-se incompleta, pois apenas os seis primeiros capítulos do primeiro livro estão completos. O sétimo ficou interrompido em «[...] chamavam-se Medos».

Em 1820, o general Pamplona, depois conde de Suberra, director da revista portuguesa *Contemporaneo Politico e Litterario*²², publicou, em Paris,

²¹ Capítulo 1: fls. 1-5; capítulo 2: fls. 5-11v; capítulo 3: fls. 11v-15v.; capítulo 4: fls. 15v.-18; capítulo 5: fls.18-24; capítulo 6: fls. 24-30 (incompleto); capítulo 7: fl. 30 – (incompleto). Os capítulos 8 e 9 não foram copiados.

²² Tal como vem referido numa pequena introdução, um dos objectivos daquela

na oficina de P.N. Rougeron, Rue de l'Hirondelle, n.º 22, os três primeiros capítulos da *Hestórea de Portugal*, de Fernando Oliveira, com o título «Começa a hestórea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernando Oliveira, capelão dos reis de Portugal de seu tempo» | **Fo. 1** |.

O «Capítulo premeiro do premeiro livro, no qual diz quem foram os premeiros povoadores de Portugal, dos quaes ele tomou o nome que ainda agora têm» | **Fo. 1** | e o «Capítulo segundo, d'algũas cidades que antigamente foram povoadas nesta terra» | **6v** | foram publicados no t. II, em Julho e Agosto de 1820, da referida revista, nas pp. 212-223 e pp. 321-338, respectivamente. O «Capítulo terceiro, dos reis antigos de Portugal, e dos limites deste reino» | **Fo. 15** | foi publicado no t. III (caderno IX, Setembro, 1820, pp. 1-13).

Ao publicar, pela primeira vez, a *Hestórea de Portugal*, de Fernando Oliveira, a direcção do *Contemporaneo Politico e Litterario* pretendia

que apparecesse como sahio da penna do Autor; e por isso nos esmeramos em conservar escrupulosamente sua orthografia, sua pontuação e suas divisões, de maneira que a obra impressa, seja para assim dizer, como a copia de hum quadro original [...].O Correspondente, que nos fez este estimavel presente, não

publicação periódica era «fazer hum serviço agradável a nossos compatriotas, dando pela primeira vez á luz este Manuscrito [*Hestórea de Portugal*] encantado há 200 annos em huma salla da Bibliotheca Real de Paris, e perdido para a Literatura Nacional, servindo-nos para o dar a conhecer da via deste jornal, aonde o iremos copiando até á sua inteira publicação. Sua materia não pode ser mais interessante para os Portugueses, por quanto comprehende Historia do berço da Monarquia, e remonta aos povos, que habitarão em diversas epochas o territorio, que depois teve o nome de Portugal, nome illustrado sobre todos os mais antigos desta região, pelos heroicos feitos de seus habitantes» (1820, II: 210).

Esta intenção acabou por não se concretizar na totalidade, pois esta revista portuguesa teve uma existência breve: o primeiro número é de Janeiro de 1820 e o último é de Setembro do mesmo ano.

Paul Teyssier afirmou que a publicação dos três capítulos do primeiro livro da *Hestórea de Portugal*, de Fernando Oliveira, surgiu no *Contemporaneo Politico e Litterario*, nos tomos I, II e 9.º caderno (Cf. Teyssier, 1959: 362). Esta informação não corresponde totalmente à verdade, pois a publicação desses fragmentos da *Hestórea de Portugal* encontram-se apenas nos tomos II e III (9.º caderno) e não no tomo I, que não fornece quaisquer dados sobre a obra de Fernando Oliveira. A referência ao tomo I pode ter duas origens: ou é uma gralha de impressão, ou o Index do tomo II, p. 443, induziu aquele linguista em erro quando afirma: «Hestorea de Portugal, recolhida de Escriutores antigos, etc. (Continuação) 212».

Durante a pesquisa e apesar de todos os nossos esforços, não encontramos os tomos II e III do *Contemporaneo Politico e Litterario*, nem na Biblioteca Nacional de Portugal (apesar de na PORBASE vir referida a existência do tomo II), nem na Biblioteca Pública Municipal do Porto, que tem apenas acessível o tomo I. Só conseguimos ter acesso a essa publicação periódica na Biblioteca Nacional de França (secção François Miterrand-Tolbiac). Estes três volumes têm as cotas Z-32455 (I), 32456 (II), 32457 (III).

só tomou o trabalho improprio de copiar o M.S. com todo o vagar, letra por letra, mas tambem se encarregou de rever as provas, comparando-as com o proprio M.S. da Bibliotheca Real: tudo isto nos affiança que a nossa Publicação he em tudo conforme ao original. (II: 210-211)

Apesar de terem sido feitas todas as diligências para publicar o texto de acordo com o manuscrito autógrafo, o *Contemporaneo Politico e Litterario* apresentou algumas modificações significativas (cf. Jorge, 2000: 114-117).

A edição da *Hestórea de Portugal*, estabelecida e apresentada por Pierre Valière²³, foi editada, em Janeiro de 1975, pela Universidade de Nantes (França)²⁴. Segundo este autor, esta obra é posterior ao *Livro da Antiguidade* e a sua provável data de composição é após 1581 (Valière, 1975: 316).

A edição de 1975 é a primeira tentativa de transcrição e anotação da obra historiográfica de Fernando Oliveira, embora seja uma edição de cariz quase artesanal, especialmente devido ao seu aspecto gráfico (o texto parece ter sido reproduzido do original dactilografado sem qualquer tratamento tipográfico), e de divulgação muito restrita (provavelmente só no meio universitário).

A edição de 1999, de José Eduardo Franco, é o volume II (Anexos) da sua dissertação de Mestrado em História Moderna²⁵. É uma transcrição actualizada (com alguma anotação crítica) dos manuscritos *Hestórea de Portugal* e *Livro da Antiguidade* e serve como suplemento ao trabalho propriamente dito, a que corresponde o volume I. Foi respeitada a ordem de apresentação do texto, tal como surge no volume existente na Biblioteca Nacional de França: em primeiro lugar, a *Hestórea de Portugal* e depois o *Livro da Antiguidade*.

Para José Eduardo Franco, a redacção do manuscrito terá ocorrido, provavelmente, durante a crise sucessória de 1579/1580 e «coincide com a discussão jurídica da legitimidade e dos direitos sucessórios dos diferentes candidatos citados em sede judicial (1579-1580)» (1999: 9). Com a sua escrita, Fernando Oliveira tentou mostrar a sua tomada de posição

²³ Foi Mestre Assistente da Universidade de Nantes e realizou este trabalho sob orientação de Paul Teyssier, então Reitor da referida Universidade.

²⁴ Esta edição faz parte do espólio da Bibliothèque Universitaire Nantes-Lettres-Droit, Universidade de Nantes, e tem a cota 869.8 OLI. Cf. Jorge (2000: 117-118). Cf. também Franco (2000: 73).

²⁵ Esta dissertação foi publicada, mas com um título diferente. Cf. Franco (2000).

projectada no terreno da história, sobre os medos possíveis de solução da crise dinástica. A primeira obra historiográfica de Fernando Oliveira estrutura-se em forma de história parecer, no sentido de fundamentar historicamente a tese electiva. Esta advogava que, perante a anunciada vagância do trono, o futuro rei de Portugal deveria ser escolhido mediante a eleição do povo. (Franco, 1999: 309)

Para Fernando Oliveira, o *Livro da Antiguidade* parece ter funcionado, numa primeira fase, como um esboço, um rascunho de um projecto que, mais tarde, ele designaria por *Hestórea de Portugal*. Nesta obra, corrigiu e aumentou determinadas informações historiográficas e reviu «a configuração de certos conceitos e teses», imprimindo «um cunho de carácter geral, capaz de merecer o título ambicioso de *História de Portugal*» (Franco, 1999: 95). É curioso verificar a sua posição «numa etapa importante do pleito sucessório, assim como para observar a evolução da visão historiográfica de Oliveira ao sabor das vicissitudes da evolução dos acontecimentos políticos no decurso da escrita destas obras» (Franco, 1999: 95).

A edição do *Livro da Antiguidade*, estabelecida e apresentada por Pierre Valière, foi editada, em Janeiro de 1975, pela Universidade de Nantes. Ocupa trinta e duas páginas. Este autor colocou o texto, em primeiro lugar, pois considerou que foi a partir deste que a *Hestórea de Portugal* foi concebida.

A nossa edição crítica (cf. Jorge, 2000) também respeitou a ordem de apresentação do texto, tal como surge no volume existente na Biblioteca Nacional de França, e pretendeu «restaurá-lo» criticamente, de modo a aproximá-lo, o mais possível, do texto original sem, no entanto, o afastar demasiado, no que diz respeito a aspectos acessórios como as grafias, do leitor contemporâneo. Daí a necessidade de apresentá-lo através de uma edição crítica que fosse moderadamente regularizadora e mantivesse as características fonéticas e morfossintácticas da língua portuguesa no século XVI.

Cerca de 1581, Fernando Oliveira escreve primeiro o *Livro da Antiguidade*, que antecede a *Hestórea de Portugal*, e é considerado o rascunho do segundo, com o seguinte objectivo: «uma parte da proposição ou tenção deste livro é mostrar como o Reino de Portugal é antigo e foi sempre livre, e nunca foi vassalo de outra alguma nação» (Teyssier, 1959: 363-364).

Se Fernando Oliveira é mencionado especialmente como um exímio humanista, autor de obras no campo da filologia e da ciência náutica, é

praticamente esquecido como historiógrafo²⁶. Paul Teyssier considerou que a sua obra historiográfica deveria ser verdadeiramente estudada, tendo em conta certas questões que levanta: «C'est comme œuvres polémiques, comme œuvres de combat, que le *Livro da Antiguidade e História de Portugal* doivent être lus et appréciés» (1959: 371). O seu principal interesse «c'est donc qu'on aperçoit à la lecture de ce livre tout le drame vécu par un patriote portugais après l'accession de Philipppe II au trône de son pays» (Teyssier, 1959: 378). Por isso, para este filólogo francês, a leitura da *Hestórea de Portugal* «est encore intéressante, et souvent même émouvante» (Teyssier, 1959: 379).

No último capítulo da sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, que pode considerar-se o posfácio da obra, Fernando Oliveira parecia ter a consciência das críticas a que estaria sujeito²⁷:

«que me não quero queixar antes de ser ofendido. E mais quem pode dizer mal de mi que bo seja pois aos mãos não posso fugir; mas por qualquer parte sempre me hão-de maltratar». Acrescentou ainda: «eu confesso que o não escrevi com malícia; e pode-se emendar. Antes peço a quem conhecer meus erros que os emende. E todavia não murmurando em sua casa, porque desfaz em si». (Gramática, Cap. L)

A *Hestórea de Portugal*, de Fernando Oliveira, «é a primeira História de Portugal conhecida, escrita em Língua Portuguesa que conhecemos [...] em que está patente, não um mero relato típico da cronicologia tradicional, mas uma acentuada interpretação ideológico-nacionalizante do passado de cada reino visando retirar daí consequências políticas» (Franco, 1999: 108). A sua obra historiográfica é, de facto, «a primeira tentativa de construir uma história de Portugal, propriamente dita, distanciando-se da tradicional crónica-relato. Assim, esta pode ser vista como uma arqui-história de Portugal, sucedendo-lhe depois uma série de outras com este nome, até à actualidade» (Franco, 1999: 109).

²⁶ No cânone historiográfico, não encontramos qualquer referência à obra historiográfica de Fernando Oliveira. Por exemplo, cf. Marques, s/d., I; Serrão (1972); Godinho (1971).

²⁷ Se Fernando Oliveira foi alvo de muitas críticas, também não as poupou aos humanistas do seu tempo. Eis um dos trechos extraído da *Ars Nautica*: «os matemáticos que não viram o mar, não andaram embarcados nem praticaram a arte de navegação, mau conhecimento terão de temas náuticos... não metam foice em seara alheia homens que encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens» (cit. por Barreto, 1986: 418). Pedro Nunes, um dos matemáticos mais conceituados do século XVI, parece também não ter escapado a esta crítica.

Através da palavra escrita, Fernando Oliveira «giganta-se à medida do mundo e do tempo. O mundo e o tempo oprimem-no ainda. São pequenos para ele. Estreitos. Escassos. E a escassez da parte do mundo e do tempo implica a ideia de uma imensidade da parte do sujeito. Se este carácter excepcional é lamentado como uma desgraça [...] não deixa também de ser assumido com orgulho, pois está na base duma obra excepcional e justifica-a» (Matos, 1987: 47). Por isso, a sua voz, perpetuada através da escrita, soube assinalar uma série de acontecimentos cruciais da História de Portugal, num estilo muito próprio, e, a par de outras figuras reconhecidas do seu tempo, é um dos vultos da cultura quinhentista portuguesa.

Fernando Oliveira, ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa¹

JOSÉ EDUARDO FRANCO

*Instituto Europeu de Ciências da Cultura P. Manuel Antunes
Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

Muitas vezes os povos para se libertarem da primazia de outros que lhes estão mais próximos, tanto no espaço como no tempo, apelaram à maior dignidade dos tempos antigos com os quais estabeleceram relações de continuidade e mesmo de dependência fundadora. No renascimento, a antiguidade greco-romana foi utilizada nestes termos pelos humanistas contra a considerada insanidade dos estudos escolásticos da chamada Idade Média. Mas, antes deles, também o cristianismo primitivo apelou à maior antiguidade de Moisés sobre Homero, afirmando, contra os gregos, a superioridade do cristianismo, por radicar em tempos mais antigos.

(Calafate, 2000: 314-315)

1. Considerações teóricas preliminares

A mitificação das origens primeiras de um povo, de uma nação ou mesmo de uma instituição resulta de um fito de engrandecimento e de legitimação da realidade fenoménica que se descreve num processo de construção de memória histórica.

¹ Texto composto tendo por base o trabalho elaborado para as nossas obras intituladas *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Prefácio de Francisco Contento Domingues, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey e Roma Editora, 2000; e a *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo, (Em co-autoria com José Augusto Mourão), Prefácio de Luís Machado de Abreu, Lisboa, Roma Editora, 2004.

É especialmente a partir do século XVI que se desenvolve uma espécie de *mercado europeu* dos imaginários nacionais ou das mitologias nacionais. A partir desta literatura histórica pode-se escarpelizar e distinguir uma tipologia dos mitos das origens das nações que, nessa época foram delineados com grande envergadura nos círculos culturais da maioria dos países europeus, de que se conhece exemplos comparativamente interessantes, particularmente na Espanha, na França, na Alemanha, nos Países Baixos, na Hungria e na Rússia, entre outros. Os estados e os reinos recentes ganham, no dealbar da modernidade, a consciência e a convicção de que têm uma origem muito antiga, inscrita nos primórdios da humanidade. Assim sendo, configuram uma idade de ouro que distingue em excelência a primeira idade das nações. Neste processo estabeleceu-se uma dicotomia entre esse passado fulgurante e a história actual. Essa dicotomia é demarcada pelo optimismo que caracteriza a visão das origens e o pessimismo em face da avaliação das condições do presente. E em todas essas obras historiográficas dos diversos países a exploração do tema das origens é orientado para fins políticos mais ou menos imediatos (Bruhns e Burguère, 2000).

No entanto, este processo de construção mítica é indissociável da relação directa com a actualidade histórico-política. Neste sentido, Claude-Gilbert Dubois, escrevendo sobre a problemática dos mitos das origens considera que «a génese do mito não pode ser dissociada do terreno histórico sobre o qual ele se apoia. Estas crenças assumem o aspecto de alegorias, cujo sentido é determinado pela conjuntura histórica; é uma maneira de exprimir reivindicações que pertencem a um tempo preciso e a aspirações em relação directa com a actualidade histórica» (Dubois, 1972:18).

A apreciação dramática da fragilidade das condições presentes em termos de identidade e de salvaguarda da integridade da nação, no fundo o pressentir ou mesmo o verificar o perigo iminente da decadência ou da ruína suscitam este processo de mitificação de um passado genesiaco. E por essa via procura-se intervir de algum modo no presente e mesmo condicionar a destinação histórica futura. A propósito da eficácia presente que se procura nas construções do passado, Lucien Febvre afirma nos seus *Combates pela História*: «Organizar o passado em função do presente: é aquilo a que poderíamos chamar a função social da história» (Febvre, 1989: 258). À luz deste escopo, o historiador adapta a verdade histórica de forma a forjar uma espécie de história-parecer, uma história de combate, de tomada de posição projectada no terreno do passado. Tudo isto é feito geralmente de forma implícita. A implícitude pode ser lida nas entrelinhas, na forma como a narrativa é organizada e nas

escolhas feitas em termos de etapas temporais e configurações geográficas, de acontecimentos, de factos, de figuras e das apreciações do historiador integradoras de todos esses elementos numa totalidade de sentido orientada ideologicamente para inculcar uma determinada visão do passado.

Estas histórias empreendem a construção do passado dos reinos até ao momento presente para sustentar uma ideia de pátria, de povo, de reino e de realeza que colocava disciplinas como a Teologia e o Direito ao serviço da História, e a História ao serviço da política. O seu ideal nobilitante do passado nacional funcionalizava a história na disputa ideológico-nacionalizante da primazia desses reinos em relação aos outros pares do macro-espaço continental europeu.

Pela escrita da história remota, e através de uma hermenêutica inteligentemente orientada, o historiador formula as suas críticas em relação ao presente e adverte os contemporâneos, quase em tom profético, em relação aos riscos do futuro. Mas esta nostalgia não se fecha em si própria. Transforma-se em instrumento de combate, de crítica, abrindo para o sentido da esperança no que respeita ao futuro.

O historiador não só funcionaliza a história para criticar as ínvios derivas da conjuntura presente, como também a utiliza para exprimir a sua expectativa futura em relação à sua nação, estado ou instituição, expectativa constituída ideologicamente em utopia. É aqui que melhor se revela a artesanaria do historiador como um autêntico manipulador do passado, ficcionando-o e modelando-o ao serviço dos seus interesses ideológico-políticos em relação ao presente e ao futuro. Como escreve Jacques Le Goff, glosando a filosofia da história heideggeriana: «A História seria não só a projecção que o homem faz do presente no passado, mas a projecção da parte mais imaginária do seu presente, a projecção no passado do futuro que ele escolheu, uma história ficção, uma história desejo às avessas» (Le Goff, 1997: 165-166) . Além de uma história-parecer, uma história-posição, a escrita da História de Portugal torna-se em Fernando Oliveira uma história-desejo e uma história-profecia, cimentada num ideal nacionalizante bem definido.

A obra do humanista pioneiro Fernando Oliveira, particularmente a sua historiografia e a sua gramática, insere-se no mar imenso da literatura produzida, com mais intensidade desde o século XVI, para pensar e repensar a identidade portuguesa, através de um processo quadridimensional de mitificação: mitificação das origens do Reino de Portugal, engrandecimento das suas gestas bélicas e das suas viagens marítimas de descobrimento e

expansão configurando uma história épica, glorificação da idade de ouro e da nova era da humanidade criada (a era da proto-globalização); e a idealização de um destino grandioso, apoteótico que cumpriria em plenitude a missão atribuída divinamente a Portugal, missão esta sempre sentida como estando inconclusa (Rodrigues e Devezas, 2007).

Homens de letras e de ciências, entre os quais se contam historiadores, poetas, cientistas e matemáticos, engenheiros navais, geógrafos, gramáticos, teólogos e pregadores formaram a elite pensante que fez a tecelagem cultural de uma ideia de Portugal como “nação superior” (Real, 2008: 81). Esta nação estaria destinada, desde as suas origens divinamente estabelecidas para, guiada providencialmente pelos céus, realizar uma missão única no mundo.

O carácter distinto, em termos identitários, atribuído a Portugal entre as nações da Cristandade europeia decorre de uma interpretação superlativa das realizações inéditas operadas no decurso da empresa política, económica e religiosa da expansão portuguesa para além das fronteiras europeias. Portugal é entendido, neste processo de mitificação, como luz das nações, farol-vanguarda da Europa cristã, luz do mundo.

O Reino de Portugal pensa-se a si próprio, de facto, como um país perfilado distintamente pela erudição dos pensadores da identidade portuguesa como Reino Único da História, como a estrela maior das nações da Europa para iluminar o mundo (Barreto: 1989).

Os poetas engrandecem-lhe o império marítimo como o primeiro império da modernidade e o maior de toda a história, superando todos os impérios antigos em dimensão, ciência e diversidade de povos e culturas abrangidas na sua alçada de reunião política. Era o primeiro império verdadeiramente global de sempre, pois abraçava o Oriente e o Ocidente ligando todo o orbe terrestre, império «onde o sol nunca se punha» (Buescu: 1984).

Os historiadores, como Fernando Oliveira e depois mormente os historiógrafos alcobacences ampliam-lhe a antiguidade e longevidade histórica, fazendo remontar a sua historiogénese e sociogénese aos tempos primordiais dos patriarcas da Bíblia (Oliveira, 1975). Esses tecelões da história procuravam fazer coincidir a história de Portugal com a proto-história genesiaca dos povos e das nações, conferindo-lhe fundação em direito divino (Marques: 2000).

Os humanistas, sábios teórico-práticos, fazem da ciência portuguesa a mais avançada, aproveitando do saber de experiência feito que lhes permitiram rever a ciência antiga.

Os filólogos afinam a Língua Portuguesa e defendem as suas possibilidades de ocupar o estatuto que o Latim desempenhava enquanto língua imperial e tornar-se um dos instrumentos fundamentais da tecelagem cultural e comunicacional do império que viesse a garantir a sua perenidade histórica. Os teólogos, pregadores e profetas em casamento íntimo com os historiadores, concentrando muitas vezes estas funções numa mesma pessoa, acentuam o percurso místico da história portuguesa e apontam-lhe um destino utópico, de plenificação da sua missão considerada não concluída (Calafate: 2001).

2. Reino e Reinismo, Nação e Nacionalidade: metamorfismo da identidade portuguesa

Naturalmente que a análise e o significado da obra de Fernando Oliveira neste contexto, como artífice ideológico de uma ideia de Portugal no contexto do século XVI levanta a questão dilemática de saber se estamos num momento em que se pode falar da elaboração de uma ideologia nacional, nacionalista ou nacionalizante. Esta é uma questão controvertida que ocupou longamente diversos filósofos e historiadores ao longo do século XX.

Ensaçando uma definição para a pergunta “O que é uma nação?”, Ernest Renan reflecte significativamente: «A nação, como o indivíduo, é a consequência de um largo passado de esforços, de sacrifícios e de desvelos (...). Um passado heróico, grandes homens, a glória (...), está aqui o capital sobre o qual se assenta uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; haver feito grandes coisas juntos, querer fazê-las todavia, estão aqui as condições essenciais para ser povo» (Renan, 1987: 59).

Martim de Albuquerque na sua tese de doutoramento intitulada *A Consciência Nacional Portuguesa*, que veio a tornar-se clássica para o estudo desta matéria, apresenta a evolução do conceito de nação e da emergência do nacionalismo, mediante o confronto teórico das teses de vários autores, entre os quais J. Huizinga, Dorothy Kirkland, Carlton J. Hayes, Menéndez y Pelayo, José Antonio Maravall, passando por Fernand Braudel. Aí avança os tópicos definidores do nacionalismo que consistem sinteticamente no «amor comum a um solo ou a outra qualquer realidade (uma língua, uma civilização), desejo de independência política; devoção mística pela nação ou pelo povo; princípio de que a nação é um fim em si mesmo a que o indivíduo se deve votar exclusivamente; a ideia da nação como nação suprema» (Albuquerque, 1974: 18).

Na obra historiográfica de Fernando Oliveira já estão presentes alguns destes vectores ideológicos de forma bem vincada, nomeadamente a ideia de Portugal como nação suprema, o amor ao povo e ao território nacional, o combate pela autodeterminação através do exercício do poder monárquico por um rei natural, a exaltação da dedicação e do amor à pátria, que se compagina com o amor à religião cristã. Confusão entre pátria e religião que pode ser compreendida, se tivermos em conta que a visão da história e da essência da pátria é lida à luz de uma instituição sacral e de uma missão religiosa para a qual foi constituída. Com efeito, como entende Martim de Albuquerque: «Surgiu primeiro um vago sentimento de grei, afinidade de sangue, às vezes robustecido pelo elemento religioso na luta contra os inimigos da Cristandade» (Albuquerque, 1974: 19).

É certo que não seria justo falar já da existência de nacionalismo puro na obra de Oliveira, pois além do ideal nacionalizante estar mesclado com um ideal religioso supranacional e ao serviço deste — embora a sua prossecução apareça como um elemento valorizador da nação —, não estamos diante de um nacionalismo doutrinalmente elaborado e culturalmente exacerbado tal como veio a desenvolver-se a partir do século XVIII. De qualquer modo, as raízes deste nacionalismo que se afirmariam de forma acabada com o Iluminismo e o despotismo esclarecido, devem ser estudadas numa óptica mais recuada, como defende Roberto Lopez: «Renunciar, por isso, a explorar as formas conscientes ou instintivas do espírito e do sentimento nacional equivaleria a fechar os olhos sobre um dos mais interessantes aspectos da vida do século III» (Lopez, 1965: 344).

Marc Bloch — criticando certos historiadores contemporâneos que se distanciavam criticamente da historiografia nacionalizante dos românticos, os quais recusavam à Idade Média não só uma consciência étnica de grupo, mas também uma consciência nacional —, conclui que, a partir do período por ele estudado (séculos IX-XIII), começaram a constituir-se as bases estatutárias das nações e, além disso, embora ainda num estado embrionário, emergiram e confirmaram-se as pátrias (Bloch, 1968: 596).

Aqui convém recordar as afirmações pertinentes de Claude-Gilbert Dubois que unificam tudo o que foi dito: «A nação é em primeiro lugar uma emoção”. E depois quanto à concepção de nação, salienta que “a ideia de nação é em primeiro lugar uma ideia» (Dubois, 1995: 19-20).

Estudando o caso concreto de Portugal, António Borges Coelho apresenta, como factor determinante para o incremento da ideia de nação,

o «desenvolvimento da Burguesia comercial». Esta ideia tem como pólo centrípeto o reforço do aparelho do Estado nas suas diferentes formas. Todavia, outros factores adjuvantes foram também contribuindo historicamente para este reforço e para imprimir eficácia mobilizadora à consciência nacional. Nesta, «só quando o Estado é submetido às fortes crises de 1383, 1580, 1640, a nacionalidade se denuncia e estremece. Com o correr dos tempos, a unidade política, a unidade linguística, os laços de mercado, os acontecimentos colectivos vividos em comum - a História -, haviam forjado a consciência da unidade nacional nos habitantes deste corpo vertical e erecto voltado para as ilhas atlânticas» (Coelho, 1983: 223).

Na linha do que temos teorizado em termos dos grandes vectores de mitificação que permitem constituir uma ideia cultural de nação completa, consideramos que uma unidade psicológica agregadora de um dado povo em torno de referentes ou fidelidades a determinadas circunscrições geográficas, políticas, míticas, linguísticos, culturais podem categorizar-se gradativamente até atingir o estágio da ideia de nacionalidade desenvolvida e estabelecida, mais tarde, como militância na “ideologia total” do nacionalismo.

O processo de desenvolvimento de fidelidades que funcionam como referentes psicológicos agregadores de conjuntos humanos tem num patamar mais primordial, numa afectação mais sanguínea, o *familiarismo*, isto é, a fidelidade à família como referente comunitário fundante, agregador, formador e mobilizador. Num segundo grau de afectação agregador, aparece o *tribalismo*, entendido como uma organização comunitarista mais complexizada e que constitui um desenvolvimento maior resultante da reunião de diversas células familiares tendo por referente a fidelidade a um chefe que ordena toda a vida, garante supremo do poder, dos rituais sociais e da protecção. O feudalismo medieval, por exemplo, não é mais de que uma forma mais sofisticada de tribalismo que conviveu e foi dando lugar à emergência de uma realidade sociológica com um grau de agregação maior, aquilo que chamamos o *reinismo*. O reinismo trata-se da afirmação dos reinos para quem são progressivamente transferidas competências, poderes delegados e depois mesmo usurpados dos diversos senhores feudais, de uma organização social assente na divisão dos poderes entre muitos senhores num dado território.

Em nosso entender, o reinismo, que sobressai na documentação histórica, literária e jurídica recorrentemente, salvo excepções, é um conceito que tem como base o sentimento agregador que tem por referente emocional, psicológica e simbólico o rei, e não ainda a nação ou o estado, mas sim ao reino. O reinismo

é um conceito operatório que permite torná-lo numa categoria que antecede, que está na base, que estabelece a ponte para o nascimento da concepção moderna de nação e depois de nacionalismo.

Com efeito, a afectação psicológica agregadora do reinismo tem por referente central não tanto um território, não tanto uma língua ou uma cultura bem determinada, mas a pessoa do rei e do seu reino que, este sim, faz-se corresponder a um dado geográfica e afirma-se como um agregador antropológico com um dado nome, cujo sentido é ser governado por um dado Rei inscrito numa linha hereditária familiar historicamente legitimada.

No reinismo os estádios anteriores de agregação, familiarismo, tribismo, ainda estão de algum modo bem patentes, sendo o reinismo assente na ideia de família superior que governa um povo formado por um conjunto de agregados familiares, de feudos e de comunidades locais que lhe são reconhecidos e atribuídos poderes próprios de gestão, mormente configurados na forma jurídica do municipalismo.

No dealbar da modernidade, assiste-se paulatinamente ao processo de transição desta fase intermedial que chamamos reinismo para a elaboração da ideia de nação que vai dar origem ao nacionalismo. O pensamento oliveiriano situa-se neste momento de metamorfose, de criação de uma ideografia nova que marcará a transição do reinismo português para a consciência de nação. Por isso, entendemos ser mais rigoroso caracterizar a obra de Oliveira como nacionalizante e o seu ideário como proto-nacionalista. A sua obra, de facto, marca a fase do proto-nacionalismo português que se vai desenvolver plenamente com o iluminismo e depois fortemente durante o liberalismo oitocentista.

Entretanto, o nacionalismo como ideologia e projecto de agregação humana tem sido sucedido por outros graus e níveis de referências agregadoras, a saber, o bloquismo, recortado por motivos ideológico-políticos durante a chamada Guerra Fria (bloco comunista e bloco capitalista ocidental), continentismo de que é exemplo o actual projecto federador da União Europeia, e que já o era de certo modo o Estados Unidos da América, que mais que uma nacionalidade é uma continentalidade (de que bem revelador o facto de referirmo-nos mais aos Estados Unidos simplesmente como América, ou América do Norte). Nesta hierarquia gradativa de sentimento de pertença a uma comunidade humana mais ou menos vasta temos a seguir o planetarismo ou globalismo que tem por referente a totalidade da comunidade humana que vive no planeta terra. E por fim situa-se verdadeiramente no topo desta gra-

dação o universalismo, conceito mais abstrato, que é o sentimento de pertença a comunidade humana na sua unidade e diversidade antropológica, mas sem estar condicionada a uma habitação geográfica delimitada ou a qualquer tipo de exclusão, a casa da humanidade passa a ser aqui todo o universo.

No século XVI, século em que a obra de Fernando Oliveira é escrita, a ideia de nação desenvolve-se na esteira da valorização da língua nacional, das gestas de um passado heróico, bem como na sacralização do rei e do reino (Chabod, 1958: 19 e ss). Nesta óptica, o historiador situa-se no chamado proto-nacionalismo. Isto é, aquele cuja ideologia, aspectos filosóficos e polémicos anunciam o nacionalismo que emergirá teoricamente estruturado dois séculos mais tarde. E na sua valorização do povo enquanto depositário e garante da continuidade ôntica da essência da nação, o autor anuncia o que os alemães denominam como sendo o “*Volkgeist*”, uma espécie de espírito nacional de carácter popular.

A historiografia de Oliveira é nacionalizante devido a dois aspectos estruturantes do sentimento nacional: o princípio político da unidade política nacional e da autodeterminação e por aquele estado de espírito que Ernest Gellner atribui ao sentimento patriótico, «o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização» (Gellner, 1993: 11).

Neste aspecto, que atinge níveis de exacerbatamento ímpares para a época de Oliveira, podemos vislumbrar um sentimento nacional exaltado *avant la lettre*, provocado pela ameaça da sucessão da monarquia portuguesa pela via filipina. Não obstante esta exaltação polémica contra os inimigos de Portugal, quer ideológicos, quer políticos, a ideia de nação interliga-se intrinsecamente com a ideia de pátria. Embora o autor não ensaie qualquer reflexão conceptualizante acerca destas noções, depreendemos, quer através da sua apologia do reino de Portugal e pela valorização do amor ao reino e à república, quer da sua defesa apaixonada da sucessão dinástica através da aclamação de um rei natural, ao lado da sua xenofobia radical em relação a tudo o que é estrangeiro, a afirmação de uma ideia de nação intimamente ligada à noção etimológica de *natio*. Esta noção exprime a ideia de comunidade ou de grupo de origem e terra de nascimento. Donde emerge a ideia de povo, de gente nascida no mesmo território circunscrito, que pela língua, pela cultura e pelas crenças comuns forma a pátria original e originária que está na base da configuração da ideia de nação. Povo e nação, articulado por uma condição política comum.

Esta condição política implica o exercício do poder, exercício máximo que deve ser expressão dessa mesma nação, logo deverá ser desempenhado patrioticamente por um indivíduo natural. Daqui a defesa, por parte de Fernando Oliveira, da imprescindibilidade, para a prosperidade e perenidade da pátria, da sua governação por um rei oriundo do país, pois segundo advoga: «Ser natural da terra e criado nela são duas coisas que dão muita causa aos homens terem amor à pátria e à república dela» (Oliveira, 2000: 19 v)².

Aqui estão patentes dois conceitos ideológicos importantes que sedimentam o patriotismo do historiador. O conceito de amor e dedicação à pátria, ou seja, à terra dos antepassados, dos patriarcas, portanto, à terra progenitora e aos progenitores em que se filia, alargando aqui o conceito de progenitoriedade ao povo, à gente do território de quem o rei nasce e de quem bebeu os rudimentos da educação e a cultura. Por seu lado, o conceito de amizade à república, no sentido greco-romano de *polis*, da cidade, do estado, da coisa pública em que se estrutura politicamente a nação.

O sentimento nacional subleva-se nesta obra historiográfica em estudo, na crítica às experiências alegadamente negativas dos casos da confiança do governo do reino a estados estrangeiros, particularmente a Leão e Castela, tendo arrastado Portugal para uma decadência crescente e para o risco de extinção enquanto reino. Daí, conclui necessariamente o autor, que só os naturais podem devotar um verdadeiro amor à pátria. Aliás, condição de carácter patriótico essencial para que a ascensão à realeza se revista de autenticidade e de legitimidade. O tópico da filosofia política está bem patente na evocação laudatória da ascensão e desempenho real de Afonso I. A sua grandeza, dignidade e prestígio, enquanto rei, justifica-se pelo «amor que ele tinha à pátria» (Oliveira, 2000: 169). E é esta devoção, que se reveste de um carácter de misticismo patriótico, que é tida como critério crucial para a escolha de D. Afonso Henriques pelos Portugueses, como se pode inferir do discurso que é colocado na boca do povo, solicitando a D. Afonso a aceitação da realeza (Oliveira, 2000: 169v-170).

Com efeito, a biografia real de D. Afonso Henriques é apresentada como um verdadeiro protótipo do patriotismo oliveiriano. A sua ascensão ao poder e o seu desempenho constituíram um dos mais relevantes arquétipos deste patriotismo. Este patriotismo impregna-se de uma importância que

² Na identificação das passagens da obra historiográfica de Fernando Oliveira (Oliveira, 2000) publicada por nós (Franco, 2000) fazemos referência aos fólios do manuscrito original e não às páginas da edição.

podemos qualificar de religiosa, não só pelo carácter místico e sacral em que o reino é envolvido, mas também porque a entrega da vida ao serviço da pátria é entendida como uma das obras existenciais que merecem a garantia da imortalidade, neste caso, da recompensa religiosa *post-mortem*. Como se depreende do trecho encomiástico final à vida de D. Afonso I, elaborado em forma de encomendação litúrgica: «Viva ele no reino dos Céus para sempre, como vivem os que defendem sua pátria e a liberdade da república. Amen» (Oliveira, 2000: 145).

A ideia filosófica de pátria e de nação configura-se, mormente em Oliveira, em torno do conceito operatório de reino, sendo este de carácter político. Ao reino é conferida, em determinadas formulações, uma espécie de personalidade colectiva: “o povo português”, “os Portugueses” ou “Portugal”. Personalidade colectiva que é revestida por uma mística singular não só pelo carácter sagrado que lhe é adscrito, como também pela vontade que lhe é conferida – a vontade nacional. Vontade nacional que transporta a herança primacial e constitutiva do reino. Esta herança encarna um poder, a prerrogativa de instituir reis e depor tiranos (Oliveira, 2000: 166v e 172v), de modo a assegurar a liberdade que é essencial à sobrevivência da nação. Liberdade que não é um mero direito de carácter complementar, mas é antes um elemento constitutivo da identidade fundamental do reino. O “povo livre” é o depositário e o guardião da autonomia e da perenidade essencial do reino, resistindo, ainda que num resto, a todas as tentativas de usurpação. Povo português que detém uma faculdade interpretativa sobre o tempo e a história do reino. É, portanto, capaz de discernir o que está bem e o que está mal, e escolher o melhor destino para a pátria. Esta competência do povo manifesta-se em questões muito concretas, como é exemplo a determinação do casamento de D. Afonso Henriques, porque a efectivação deste era exigido em função do bem do reino: «Doze anos depois da vitória do Campo de Ourique e de sua coroação neste reino de Portugal, estando ele em Coimbra, os Portugueses, considerando a necessidade que havia dele casar, porquanto era entrado em idade e receavam ficar sem herdeiro e padecer os detrimentos que tinham padecidos nos tempos passados, ajuntaram-se os principais da corte e pediram-lhe que quisesse casar, havendo respeito a como este reino dos Galaicos lusitanos antigos, que agora é Portugal, por falta de sucessão dos reis naturais, veio ter a termos de perder sua coroa e esquecer-se a memória da sua antiga nobreza» (Oliveira, 2000: 95v).

São estes, em nosso entender, os vectores ideológicos medulares da ideia de nação em Fernando Oliveira, ideia modelada com contornos mitológicos.

Esta mitificação envolve não só uma concepção de uma historiogénesis antiquíssima, uma ou duas idades de ouro nacionais, mas também é delineada na tessitura de um drama histórico que postula uma regeneração e oferece uma determinada salvação. Na linha do que teoriza Anthony Smith, podemos afirmar que Fernando Oliveira e a sua obra historiográfica são nacionalistas: «A nação encontra-se no centro de um dos mais populares e omnipresentes mitos dos tempos modernos: o do nacionalismo. No centro deste mito está a ideia de que as nações existem desde tempos imemoriais e que os nacionalistas devem despertá-los do seu lugar de sono, para que ocupem o seu lugar no mundo das nações. O poder da nação está em parte (...) na promessa do próprio drama da salvação nacionalista. Mas este poder é com frequência incomensuravelmente aumentado pela presença viva de tradições que encarnam memórias, símbolos, mitos e valores de épocas muito remotas da vida da população, comunidade ou zona» (Smith, 1986: 82).

Oliveira trabalhou apaixonadamente na construção de uma memória nacional que se constitui naquilo a que os latinos denominam por *exempla*, com o objectivo patriótico de salvar a nação num momento dramático em que a sua existência histórica como reino independente estava em condições de ser ameaçada gravemente. O autor tentou, com a sua *História*, esculpir a alma da nação para além da nebulosa realidade presente, de modo a deixar bem claro que aqueles que queriam vender e talhar o seu corpo, nunca conseguiriam vender ou talhar a sua alma. Pois, em última análise, como acaba por definir E. Renan: «Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que, a dizer a verdade, não são mais que uma, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consentimento actual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar fazendo valer a herança que se recebeu indivisa» (Renan, 1987: 82).

3. A obra e a ideografia nacionalizante de Fernando Oliveira

A obra gramatical de Fernando Oliveira e até mesmo as suas obras de ciência náutica são transcorridas por uma atmosfera que podemos caracterizar de triunfalista de pendor nacionalizante. No seu manual gramaticológico, congregate filologia e história, bem ao gosto humanista, para num tom claramente apologético aprofundar a antiguidade do Portugal no tempo e perscrutar e inscrever as raízes da sua língua vernácula num tempo quase imemorial e mítico. Tudo isto de modo a conceder uma originalidade e autonomizar a

Língua Portuguesa da derivação absoluta do Latim, ao mesmo tempo que procura dar-lhe capacidade de ascender ao patamar de língua de eleição da modernidade, a mais perfeita e a substituta do velho Latim por excelência, com perfil suficiente para ser universalizada e servir de base à consolidação cultural e política de um império português de dimensão planetária.

Nas obras dedicadas à náutica, este humanista exprime bem a euforia portuguesa em torno da exaltação da grandeza dos feitos realizados no quadro das viagens marítimas pelo processo de comparação sistemática das realizações operadas no presente com as dos greco-romanos. Em tudo Portugal teria superado os antigos, na dimensão das gestas e no avanço das ciências. Por isso é defendido para Portugal o direito ao *podium* das nações mais excelentes dos tempos modernos. Podemos dizer que toda a actividade científica e intelectual deste humanista é atravessada por um sentido nacionalizante de defender para Portugal a vanguarda das nações.

Mas de maior interesse filosófico, para uma filosofia da ideia de Portugal, é a obra historiográfica de Fernando Oliveira escrita no epílogo da sua vida profícuca de cerca 75 anos. Esta obra é concebida no contexto conturbado do pleito sucessório aberto na sequência do desaparecimento do Rei D. Sebastião em Alcácer Quibir que derramou sobre a consciência portuguesa um estado de crise que obrigou a repensar a identidade do reino (aliás, como é próprio dos momentos de crise ou de grande exultação como tinha acontecido na história triunfalista recente das gestas do Descobrimentos agora traumáticamente interrompida com a iminência da absorção espanhola).

O historiador dá voz a essa preocupação, a esse sentir colectivo, de repensar a condição portuguesa com a redacção daquela que consideramos ser a primeira História de Portugal escrita entre 1580 e 1582. Além de ser a primeira *História de Portugal* assim nomeada que se conhece, esta obra comporta o primeiro projecto historiográfico architectado para fazer uma história geral do reino, a qual foi precedida pela escrita, por volta de 1579, de um texto anterior, que catalogamos como um esboço da história global do reino propriamente dita, intitulado *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*. Este livro e a *História de Portugal* permaneceram até há bem pouco tempo inéditos na sua quase totalidade no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de França. Assim, estas duas obras de historiografia encarnam não apenas um mero programa de relato da história portuguesa, mas muito mais do que isso encerram um programa de intervenção ideológica no quadro político da crise dinástica, propondo uma releitura do destino

histórico-temporal da nação portuguesa e da natureza do seu reino numa perspectiva que assume contornos de configuração mítica e utópica.

É significativo notar que, naquela que é elaborada como a primeira História de Portugal assim nomeada, Portugal é apresentado titularmente apenas como Portugal (Portugal como entidade com personalidade própria independentemente do regime político), e não já, portanto, como Reino de Portugal. Portugal, pois, é afirmado abstratamente como entidade com personalidade histórica autónoma.

É, por isso, uma escrita da história portuguesa original que antecipa e inaugura aquela produção histórico-literária que se veio a denominar *Literatura Autonomista* do período filipino, que teve como produções mais emblemática a historiografia nacionalístico-mitificante dos historiógrafos de Alcobaça consignada nos densos volumes da *Monarquia Lusitana*.

4. A capitalização do passado ao serviço da afirmação da singularidade portuguesa

A acção e a obra deixada por Fernando Oliveira é fundadora do processo de mitificação de Portugal e dos seus fundamentos primeiros e destinos últimos. É também uma das obras fundadoras da valorização daquilo que chamamos o capital-passado para mobilizar Portugal no presente e investir no futuro. Trata-se de uma passado vivido e mais ainda imaginado, ficcionado mesmo, no dizer de Eduardo Lourenço, «como justificação transcendente do presente e caução do futuro» (Lourenço, 2004: 67).

O caso da mitificação das origens da identidade e soberania portuguesas é um caso bem paradigmático no âmbito da produção cultural europeia dos chamados mitos das origens das nacionalidades. Esse processo de engrandecimento dos primórdios da nação portuguesa é despoletado pela releitura da história do reino no tempo exuberante das Descobertas Portuguesas e acentuado com a consciência de fragilidade, de ruína e de incumprimento dos desígnios providencialistas de Portugal consubstanciada na perda da independência em favor de Castela no período da chamada União Dual.

Mitógrafos, cronistas, historiadores, filósofos, romancistas, teólogos operam uma releitura reconstitutiva do passado do reino, recortando-lhe uma idade de ouro primordial e exaltando uma idade de ouro intermédia, a da gesta das viagens marítimas portuguesas, que seriam prelúdio de uma

glorificação maior do reino realizada teleologicamente na concretização utópica do Quinto Império do Mundo. André de Resende, João de Barros, Amador Arrais, Luís de Camões, Fernando Oliveira, Frei Bernardo de Brito, D. João de Castro, Gabriel Pereira de Castro, Sousa de Macedo, Frei Sebatião de Paiva, Padre António Vieira, entre outros, procuraram reler a história passada aprofundando-lhe e dignificando-lhes as origens de forma a cimentar a identidade portuguesa em alicerces prestigiantes (Franco, 2008). Uns fizeram remontar o reino de Portugal ao tempo dos patriarcas bíblicos, outros ao tempo do navegador grego, Ulisses, outros ainda à brava tribo dos Lusitanos, opositora poderosa da expansão romana na Península Ibérica. Este esforço de valorização das raízes primeiras orienta-se em vista da disputa de uma determinada primazia portuguesa, ora em vista de uma reprojecção do futuro para a superação da decadência presente.

A ideia das origens e da evolução da identidade portuguesas está, pois, expressa nestas obras de Oliveira escritas no quadro da crise dinástica de 1580 que conduziu à Perda da Independência Portuguesa em favor de Espanha durante 60 anos. Os seus vectores ideológicos estruturantes são a sacralidade e nobreza fundacional do reino, a singularização de que foi revestido em virtude dessa fundação por mandato divino, a liberdade, imunidade e imarcescibilidade que lhe era intrínseca, e subsequente perenidade protegida e conduzida divinamente para o cumprimento de uma missão sagrada que justifica em si própria o sentido último da nação. Ideografia caracterizada por um portugalocentrismo, inédito na história da historiografia portuguesa.

O carácter apolgal da historiogénese de Portugal, postulado e construído em função do deslumbre perante a idade de ouro nacional da história recente do reino e a fim de intervir crítica e mobilizadamente no drama nacional da história presente, produz, no nosso país, uma nova forma de fazer historiografia, a qual transforma a visão histórica tradicional do reino. Esta nova ideografia é decalcada e adaptada de uma tese histórico-mitográfica que se tinha desenvolvido ao longo do século XVI, para a qual concorrem historiadores castelhanos, franceses e italianos. Nesta historiografia, como explica Américo Castro analisando o caso espanhol, se surpreende uma concatenação «do gosto pela magnificência imperial, com modos de sentir e de pensar, fabulosos uns, e arcaicos outros» (Castro, 1959: 17), de modo a espanholizar a herança imperial romana e delinear, exuberantemente, um passado gloriosíssimo para a Espanha. Esse processo de iberização da glória imperial era feito em contraposição com as obras exaltacionistas da antiguidade italiana da pena dos humanistas da Renascença.

Na esteira da demanda de uma primazia e de um prestígio nacionalizante no quadro da Península Ibérica, realizada pela retro tracção mitificante da antiguidade, Fernando Oliveira disputa para Portugal essa dianteira como forma de reacção à hegemonia avassaladora de Castela, no plano político, mas que também tinha vindo a ser sustentada culturalmente pela historiografia do reino vizinho.

Nesse combate intelectual, o autor procura refundar miticamente as bases históricas da identidade portuguesa, de forma a torná-la capaz de concorrer culturalmente com as identidades do reino vizinho. Utilizando, sem rebuscos, uma doutrina teológica da história de inspiração agostiniana, congraçada com uma filosofia política de filiação aristotélica e uma moral sócio-estatal de pendor cicero-titoliviana, o historiador recorta um Portugal fundado ontologicamente em direito teológico. Este reino teria gozado de uma idade de ouro primigénia, e, depois, resistindo, imune e essencialmente livre, a todas as tentativas de usurpação estrangeira, as quais teriam sido impelidas cobiçosamente por uma enigmática ambição de dominar esta terra abençoada.

Destarte, as diferentes etapas da história de Portugal, descritas do modo a provar a sucessão imputescível da herança do reino, são unificadas, desde a sua historiogénese, na reformulação e resolução das aporias e hiatus inexplicáveis, à luz de um tempo mítico que virtualiza e ilude a realidade, ao serviço da apresentação de um panorama global que cumpra a visão do reino que se quer pertinazmente edificar. Tempo mítico que é, de facto, o segredo deste processo de reestruturação fabulosa da história nacional. Como explica Ricoeur: «(...) o tempo mítico mergulha o pensamento em brumas, nas quais todas as vacas seriam pardas, e instaura uma escansão única e global do tempo, ordenando, uns em relação aos outros, os ciclos de duração diferente, os grandes ciclos celestes, as recorrências biológicas e os ritmos da vida social» (Ricoeur, 1985: 191).

Em vez de sustentar uma hermenêutica do nascimento de Portugal a partir «duma evolução interna a que andou associado o espírito de independência dos barões portugalenses, transmitido e engrandecido de geração em geração» (Peres, s.d.: 74), em relação à qual historiografia contemporânea é mais ou menos concordante, Oliveira procura, na perspectiva de uma história mítico-providencialista, identificar um acto fundacional originário. Deste acto de pendor sacral teria dimanado uma evolução unilateral, sem rupturas, de uma nação singular. Prosseguindo a pretensão de aquilatar positivamente aquilo

que Portugal significa aos olhos dos Portugueses e dos outros povos, veicula dogmaticamente uma ideia sagrada, canonizante de Portugal e dos Portugueses. Nesta óptica, como refere Eduardo Lourenço, se «a autoconsciência nacional surge em João de Barros e é elevada à sua potência última por Camões» (Lourenço, 1978: 148), não será demasiado afirmarmos que ela transborda em Fernando Oliveira, armada ferulamente por uma apologética que anuncia uma ideia “religiosamente” devota da nação portuguesa.

Nesta asserção, podemos diagnosticar *avant la lettre* uma grande dose de “paixão nacional” neste humanista, fiel ao Portugal promissor dos Descobrimientos, que relê a história à luz de uma convicção patriótica, reconstruindo-a como “Mito”. Como escreve o mesmo autor noutra obra mais recente, «toda a leitura do nosso passado como digno de memória está suspensa do ‘facto’ das Descobertas. E com essa leitura é uma trama densa de textos em que esse ‘facto’ se comentou, glosou, cantou, analisou, mais raramente se discutiu, nela e com ela se constitui o mito português, por excelência de povo descobridor» (Lourenço, 2005: 35).

O mito da nação da nação é assim esculpido, vitralizando a sua história, tornando-a espelho brilhante para o presente, como meio de constituir um instrumento de resistência crítica, através da exploração da força psico-nacional desta história mítica, à iminência da derrocada do reino na história presente. Neste sentido, o mito é elevado ao mais alto nível de possibilidade, a capacidade criadora e poética da história, na perspectiva do que teoriza Paul Ricoeur: «Ora, a história revela (...) a sua capacidade criadora de refiguração do tempo pela invenção e uso de certos *instrumentos de pensamento*, tais quais o calendário, a ideia da sucessão das gerações e aquela, conexas, do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, enfim, e sobretudo pelo recurso aos arquivos, aos documentos e aos vestígios. Estes instrumentos de pensamento (...) desempenham a função de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal. Neste caso, eles atestam a função poética da história e trabalham para a solução das aporias do tempo» (Ricoeur, 1985: 189).

Este tipo de produção historiográfica insere-se, tendo em conta a teoria da história que lhe subjaz, na tradição cultural que se configura num determinado modo de pensar, de entender e de sonhar Portugal, bem como a história do Homem (Krzysztof, 1984: 27). Esse processo de releitura é feito à luz de uma visão especial e invulgar das suas origens, de um entendimento da sua visão histórica no mundo e do epílogo glorioso a que supostamente estaria vocacionado (Franco e Fernandes, 1999). A conservação e glorificação histórica

de Portugal que a obra de Oliveira reclama e, em grande medida, opera, assentam numa visão idealizante do passado de Portugal. O que confirma o diagnóstico de Eduardo Lourenço acerca de muita da nossa historiografia: «Se a História, no sentido restrito do “conhecimento do historiável”, é o horizonte próprio onde melhor se apercebe o que é ou não é realidade nacional, a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmo» (Lourenço, 1978: 17).

5. A mitificação das origens do Reino de Portugal

Aquilo que podemos designar histórico-filosoficamente como a ontologia mítica de Portugal, configura-se entre dois pontos nodais que estruturam ideologicamente esta ideia de Portugal: o mito tubaliano e a teofania de Ourique.

A fundação, pela mediação do patriarca Tubal, do reino em direito teológico, aquando da pós-diluviana «povoação da terra que lhe por Deus era encomendada» (Oliveira, 2000: 1v), constitui-se como o mito fundador da nacionalidade em Fernando Oliveira. Assim, neste processo de legitimação da nacionalidade, pelo estabelecimento de uma origem divina, em que se funda o reino, o autor retrotrai profundamente a mitificação da historiogénese – tradicionalmente assente no milagre de Ourique verificado num tempo mais recente -, para apresentá-la como «modelo de explicação das origens» (Maurício, 1990: 24).

Pegando no legado cultural do imaginário oferecido pelos modelos de construção judeo-cristã da história, em que a Bíblia emerge como a fonte angular, o historiador constrói uma autêntica teologia da história do reino de Portugal, num diâmetro cultural miticamente retrotraído até à segunda idade do mundo. Em Tubal é constituída ontologicamente a nação com um território, um povo, uma organização política de tipo monárquico, um nome e uma missão histórica intrínseca. Reino que vai ser alvo, na sua evolução também ela mítica, de todas as tentativas de espoliação por diversos povos estrangeiros, mas cuja herança será salvaguardada, essencialmente, num resto de território e de povo, herdeiro biológico, cultural e político do progenitor bíblico.

Com Dom Afonso Henriques, Portugal restaura-se das fortes tentativas de aniquilação por parte dos reinos vizinhos e começa a recuperar o fulgor da primeira idade de ouro. Restauração que se efectua no cumprimento da missão que dá sentido à fundação transcendente do reino: a dilatação da fé cristã.

A própria etapa da restauração de Portugal é também ela apresentada como sendo fruto de uma disposição divina providencial. O próprio restaurador, qual messias, foi também objecto de escolha divina, como afirma Fernando Oliveira falando de D. Afonso Henriques: «Foi restaurador deste reino, escolhido por Deus em sua vida» (Oliveira, 2000: 140).

O carácter histórico-providencial, mediado por Tubal, da fundação do reino, manifesta-se no carácter messiânico-providencial da sua restauração em que se afirma a predilecção divina e a sua constituição para uma missão sagrada, através da figura de D. Afonso Henriques: «Criava o Dom Egas Moniz, mui extremado cavaleiro e temente a Deus, qual cumpria à criação de príncipe em que Deus punha o fundamento de um reino tão nobre, como o consistório divino ordenava fazer este de Portugal, assim no temporal como no espiritual» (Oliveira, 2000: 73).

Aliás a sua entronização real e a sua acção político-militar será analogicamente colocada em paralelo com grandes figuras régias e heróicas da Sagrada Escritura, a saber, David, Salomão, Judas Macabeu e Josué. A hierofania de Ourique (Milagre de Ourique) apresenta-se como um símbolo mítico da confirmação do acto fundador da nacionalidade e da dispensação celeste em relação ao reino, representado na pessoa de D. Afonso Henriques (Oliveira, 2000: 87). Esta teofania marca o sinal distintivo, o timbre singular que o eleva de forma *sui generis* entre os outros reinos. Peculiaridade que é expressa nas armas de Portugal, inspirada na revelação de Ourique e da qual Oliveira tira hermeneuticamente trunfos ideológicos. Escreve o historiador que do acontecimento de Ourique o novo rei «tomou as insígnias deste reino que são das mais insignes que têm os reis cristãos». E acrescenta explicativamente: «Insígnia quer dizer sinal de nobreza, em especial aquele que é sinal dalgum feito bom e notável» (Oliveira, 2000: 93v). Seguidamente remata o capítulo VI do III livro dedicado à batalha de Ourique, fazendo a interpretação do significado dos elementos simbólicos escolhidos por D. Afonso I para representarem as armas de Portugal: «A pintura daquela vitória são cinco escudos de cinco reis mouros que ele ali venceu. E porque os venceu com ajuda de Jesus Cristo crucificado, que lhe a ele aparece, mandou pintar aqueles cinco escudos sobre uma cruz azul, a qual dizem que era a insígnia antiga deste reino. Mandou mais pintar em cada um daqueles escudos cinco pontos que fazem número de vinte e cinco, e com os cinco escudos fazem trinta. Estes números quis ele que significassem os cinco escudos cinco chagas principais de Jesus Cristo, e o número de trinta significasse os trinta dinheiros por que ele foi vendido» (Oliveira, 2000: 87). E, conclui o autor, sublinhando

a dimensão teológico-sacral desta aparelhagem simbólica e vendo nesta a garantia indelével da perenidade do reino, sinalizada divinamente: «São estas armas fundadas sobre a cruz de Cristo e mistérios da nossa redenção e são as melhor fundadas e mais seguras e honradas que podem ser outras. Estas duram em Portugal até agora» (Oliveira, 2000: 174-174v).

Faz-se consistir, assim, a historicidade da confirmação de Portugal, enquanto reino restaurado, numa teofania, «na qual – como reflecte Paulo Borges – o compromisso de Portugal com a figura do Deus redentor e crucificado desde logo se manifesta no triunfo guerreiro sobre os inimigos comuns. É o símbolo nacional, construído à imagem dos preceitos divinos e objectivando a relação originária da nação com a Redenção do mundo, é o *texto*, memorial e prospectivo, pelo qual as suas gerações históricas se saberão privilegiadas cooperantes de uma empresa supra-humana» (Borges, 1995: 216).

O maravilhoso de que foi revestida a vitória de Ourique ganhou foros de símbolo; símbolo que, hermeneuticamente instrumentalizado, se transforma em mito. Nesta asserção, o reino assume, em certo sentido, um carácter teândrico, isto é, profano e ao mesmo tempo sagrado, obra de Deus, e concomitantemente obra humana, o que lhe confere uma garantia especial de continuidade ontologicamente indemne na história. Assim, o milagre de Ourique manifesta a indefectibilidade da predilecção divina e da *dispensatio coelestis* em relação a Portugal. Comenta Ana I. C. Buescu que «a defesa da tradição de Ourique, a um tempo sinónimo de patriotismo e de fé, traduz uma concepção particular da pátria e da história, em suma, de um passado que, potenciando o futuro, nele se projecta, o explica e o promete» (Buescu, 1987: 174-175).

Este *locus* simbólico confirmante da origem divina da nacionalidade, é legitimado teológico-juridicamente através do documento pontifício denominado *Manifestis Probatum*, o qual reconfirma sacramentalmente, pela mediação da autoridade eclesiástica, o reino de Portugal e o poder régio de D. Afonso Henriques. Em coerência ideológica com a sua construção mitificante da história de Portugal, Oliveira recusa liminarmente a tese clássica de que por este documento jurídico-eclesiástico foi realizada uma “nova erecção” de um novo reino e de uma realeza nova. Isto «porque – como reitera o autor – na primeira parte deste livro fica provado que Portugal tem título de reino muito antigo» (Oliveira, 2000: 135v).

O reino não se fundou, mas restaurou-se mediante as prerrogativas do direito de cruzada, readquirindo-se o que «já era seu dele e nunca foi

deles» (Oliveira, 2000: 135v), enquanto herança antiga dos Portugueses. Daí que o documento papal seja visto como a confirmação jurídica, por meio da autoridade eclesiástica, dos territórios conquistados ou a conquistar aos “sarracenos”, bem como a declaração de ilegitimidade de qualquer tipo de anexação por parte dos reinos cristãos vizinhos. Esta bula é, assim, uma garantia jurídica de protecção sagrada, pois além de proibir a usurpação pelos reinos cristãos, oferece uma regalia espiritual, declarando objecto de maldição divina e castigo celeste quem infringir esta norma.

Seguindo uma lógica hermenêutica de tipo filosófico-política, apresenta juridicamente este documento como uma “constituição”, isto é, com poder para confirmar o carácter sagrado do reino e o poder divino do rei. Tendo por paralelo analógico o modelo da realeza bíblica – o paradigma teocrático que subjaz à nação israelita: o povo eleito do Antigo Testamento, da Antiga Aliança –, vê neste documento uma instituição ritual visível da prévia escolha divina do rei e do reino. Decalca, no fundo, a doutrina do direito divino do poder dos reis, alegando uma reconhecida autoridade moderna sobre o assunto, o canonista Azpilcueta, o qual reafirma de forma vigorosa a mediação vicarial do pontífice enquanto confirmante qualificado.

Portanto, na linha da teoria tradicional eclesiástica acerca do poder, atribui-se uma supremacia ao poder espiritual enquanto instituinte do poder temporal; mais: enquanto conferente de uma onticidade do poder régio, na perspectiva de uma visão teocrática de fundo judeo-cristã e de inspiração medieval (Pacaut, 1989). Seguindo uma teologia sacramental essencialista, em que as formas rituais exteriores instituintes ou conferentes dos dons divinos são classificadas como sendo do foro accidental, sublinha o conteúdo fundamental da teoria política assente no apotegma Paulino (Rm 13, 1) “Non est potest nisi a Deo” (*não há poder que não venha de Deus*). Este tinha sido desenvolvido filosoficamente por Santo Agostinho: «De facto, assim como [Deus] é o criador de todas as naturezas, assim é também o dispensador de todos os poderes» (Agostinho, 1993: 9) – enunciado teológico que inspira a estruturação medieval e a codificação moderna do direito divino dos reis.

A bula de Alexandre III concedida ao reino de Portugal é uma aplicação prática da filosofia do poder consignada juridicamente na Idade Média e reinterpretada e recodificada, ao serviço do reforço do poder régio, na modernidade (Albuquerque, 1968: 23).

De facto, o papa não avoca o direito feudal, nem o seu poder temporal eclesiástico, mas tão-só a autoridade teológica suprema, legada em função do

seu vicariato pontifício, que, de acordo com a teoria da mediação petrina, lhe autoriza conceder e confirmar reis e reinos (Wilks, 1964: 24). A teoria sacro-política emergente da obra historiográfica oliveiriana, na sua hermenêutica orientada apologeticamente, no seu quadro programático, visa reforçar a sustentação da ideia mitificante do reino e do reinismo, sacralizando a sua concepção ôntica e a própria forma de exercício do poder que lhe é afecta. Tal é defendido à luz de uma visão providencialista da história do reino que o explica na sua essência e na sua plasmação no tempo e na evolução histórica. Daí que como expressão adveniente desta asserção ideológico-explicativa da ideia de Portugal, Oliveira recorde que «os reis deste reino protestam reinar, dizendo no seu título: Dom N. por graça de Deus, rei de Portugal, conforme ao que a sabedoria divina nos *Provérbios* diz: “Por mim, diz ela, reinam os reis e os príncipes por mim mandam e discernem a justiça os poderosos”» (Oliveira, 2000: 174).

Portugal é, assim, fruto de uma dispensação divina especial. É um reino predilecto de Deus, à semelhança - analogia plena de significado - do povo eleito do Antigo Testamento, pois, criado para desempenhar um papel especial no plano da economia da salvação da humanidade. Neste sentido, o povo eleito de Israel apresentado na Bíblia é, implicitamente, entendido como a prefiguração, o arquétipo daquilo que é agora a nação portuguesa, qual povo eleito da Nova Aliança, do Cristianismo. Nesta óptica, não são de somenos importância as frequentes avocações dos exemplos tirados da história bíblica. Israel e os seus feitos são colocados em paralelo com as acções heróicas do reino de Portugal, em que a dimensão providencialista é um tópico estruturante e iluminador de ambas as histórias.

Assim sendo, Fernando Oliveira, inspirando-se no modelo da teologia da história bíblica e cristã de pendor agostiniana, constrói uma história mítica de Portugal. Aqui a dispensação predilecta da transcendência configura uma ideia sagrada, intocável e imarcescível deste reino, na medida em que é apresentado como uma fortaleza protegida à prova de maldição divina.

Nesta história, a elaboração do mito das origens, que filia o reino de Portugal e o povo português na genealogia patriarcal bíblica, é novamente potenciada pela maravilhosa revelação teofânica de Ourique à figura do rei-messias, D. Afonso Henriques. Este é apresentado como o restaurador deste reino antigo, reino que foi alvo de várias tentativas de espoliação pelos povos estrangeiros. Esta manifestação divina, no plano concreto, é confirmada não só na vitória de Ourique e consequente aclamação popular do rei, como também é formalizada jurídico-ecclesiologicamente pelo papa através da bula constituinte.

Dos elementos estruturantes da história mítica de Portugal, é indissociável uma imagem de rei (Buescu, 1989: 69), elaborada no âmbito da construção de uma imagiologia do rei natural, restaurador-salvador e regenerador da nação decaída. Donde todo o esforço de coonestar a figura de D. Afonso Henriques e das outras figuras da realeza de Portugal, depurando moralmente as suas biografias e colocando-as acima de toda a suspeita, num claro processo hagiografizante de canonização da legitimidade transcendente do seu poder, da nobreza dos seus feitos e da santidade da sua vida. Uma existência vista como predestinada e dedicada ao ideal pátrio, cujo objectivo inerente e justificante era eminentemente religioso – o proselitismo cristão.

Neste sentido mítico-sacralizante do rei e do reino, Ourique aparece como o epicentro desta história, isto é, como o milagre que faltava para atestar a dispensação celeste concedida providencialmente a este reino desde a sua fundação.

6. A essência de Portugal e a sua perenidade inviolável

A identidade essencial da nação portuguesa e da constituição ontológica do reino perdura independentemente da continuidade ou ruptura das linhas dinásticas. Com efeito, as formas históricas de exercício do poder, como a monarquia hereditária ou eleita, não fazem parte da dimensão ôntica do reino. Não são essenciais, mas são do domínio do accidental. O que é essencial é a ordem inicial, de carácter sagrado da sua constituição configurada num território basilar, e encarnada num povo que transporta de geração em geração esse legado nacional, a vontade nacional, que é, em suma, um poder jurídico-político totalizante com capacidade para defender, ordenar e governar a nação com base num discernimento especial, consoante as circunstâncias históricas.

Junta-se à nobreza do povo e ao território configurados primigénicamente, a nomeação do reino que identifica esta onticidade desde as origens. A antiguidade do nome é testemunho da perenidade da existência da gente portuguesa e da sua autonomia e inviolabilidade da soberania da sua terra (Oliveira, 2000: 167).

O que define o reino é uma determinada concepção de soberania (liberdade) do território e da capacidade do povo autodeterminar-se e garantir um governo justo, discernindo e intervindo em conformidade com as circunstâncias históricas, independentemente das formas políticas: «Ainda

que não haja rei na terra, se a gente é livre e governa-se por suas próprias leis, não se deixa de chamar reino, como se não deixou de chamar reino dos romanos a terra que eles governavam, posto que não tinham reis, porque reino diz que é governação livre e justa» (Oliveira, 2000: 167).

Na perspectiva da defesa de uma ideia de Portugal para além das aporias e hiatos da sistematização lógica da história, o autor advoga que a perenidade da herança ontológica do reino de Portugal continuou incindível. Esta teria resistido a todas as tentativas de dominação e subsistindo sempre num resto essencial (matricial) de território e/ou num resto de Portugueses, que mesmo ocupados e sob a administração de outro reino, permanecem livres, como se depreende desta passagem de sabor jurídico: «E se alguns eram mortos, não era morta a nação e república portuguesa, a que principalmente o direito e senhorio delas pertencia» (Oliveira, 2000: 158).

Em última análise, professa uma ideia de nação suprema com contornos míticos, sublinhando que enquanto existirem Portugueses e o território originário onde se formou o reino, existe Portugal. Pois, entende que todas as formas de dominação e usurpação do reino por parte das potências estrangeiras, sem a legitimação da vontade outorgatória do povo livre, são consideradas espécimes de tirania, portanto, um senhorio ilegítimo, como estatui o historiador: «Reino é governação espontânea e não constringida por alguma via. E se por força, ou engano, ou suborno alguém senhoreia, o tal senhorio é tirania» (Oliveira, 2000: 92v).

O autor desenterra e edifica miticamente, de entre todos os escombros da história e vicissitudes e descontinuidades do tempo, um Portugal antigo, sediado na matriz bíblica da tábua das nações, donde brota a nova humanidade pós-diluviana, investido como reino por encomendação divina, e feito povo a partir de um radical da geração de Noé. Povo que é destinado a uma missão universalizante de carácter religioso e, neste sentido, predestinado para gozar de uma glória que o superioriza perante as outras nações da terra, tendo sido protegido para uma invulnerabilidade à prova de maldição divina.

Nesta linha de ideias, um dos dados históricos adquiridos, sedimentados na cronicologia tradicional espanhola – mas também portuguesa – que se torna imprescindível refutar para sustentar esta nova visão histórica em que Portugal aparece como um reino antiquíssimo, é o de que D. Afonso Henriques foi o primeiro rei de Portugal e com ele se inaugurou o reino por desmembramento do reino de Leão. Contra esta tese clássica, o historiador vai contrapor, surpreendendo as contradições sistemáticas consignadas nas historiografias hostis.

Na óptica da filosofia da história patente nesta obra, o privilégio da fundação primigénia do reino, perfilha-o como reino eleito. A dignidade do fundador e progenitor do reino (Tubal) e a autoridade divina de que estava investido, com poder para inaugurar reinos e multiplicar povos, vai configurar a matriz essencial de Portugal, que funda em primeira instância. Este reino fica marcado matricialmente com o selo sagrado que lhe garante uma perenidade protegida contra todas as pretensões de dominação.

Com base na teologia da história judeo-cristã que está implícita nesta visão da historiogénese e da evolução da história de Portugal, a intocabilidade do reino de Portugal também se explica pelo «princípio da potencialidade dinâmica e expressiva do acto primeiro» (Macedo, 1981: 20), neste caso, o acto da fundação do reino, realizado divinamente, através da figura da mediação do patriarca bíblico. Este princípio, geralmente aplicado numa perspectiva antropológica da criação divina, é aqui aplicado numa perspectiva etnonímica, com dimensão política. Explica J. Borges de Macedo, ainda que numa óptica antropocêntrica, acerca do princípio da potencialidade dinâmica: «Este é essencial para a compreensão do homem porque exprime a efectivação de uma viabilidade concreta e exprime um processo de repetição, uma vez que as forças que se desenham no homem e o definem nunca se alteram: acto primeiro manifesta uma viabilidade eterna» (1981: 20). *Mutatis Mutandis*, verifica-se um decalque do princípio criacional e instituidor de uma dita realidade, neste caso, o reino de Portugal. Com o selo divino esta realidade teria sido viabilizada *ad eternum*, isto é, perenemente, sem que nenhuma potência humana possa expungar, ou cindir o fio da continuidade para que foi determinada *ab initio*.

Nesta medida, avulta ao longo da obra, a pretensão polémica de provar uma das constantes ideológicas estruturantes que se agrega ao lado da antiguidade e da nobreza da sua fundação – a sua liberdade e imunidade essencial que torna o reino invulnerável na sua onticidade.

Para cumprir esta mítica tarefa de provar o improvável, o historiador vai defender a existência de partes essenciais do território não dominadas pelos diferentes povos que invadiram e dominaram a Península Ibérica. Para tal, o historiador alega, por vezes, a existência de figuras político-jurídicas especiais que teriam garantido esta liberdade essencial do reino, como é o caso do direito da municipalidade no tempo dos Romanos. No tempo dos Godos, mobiliza um autor que se torna fundamental para a economia ideológica da sua tese – Santo Antonino de Florença. Baseando-se numa passagem da obra

histórica deste autor (já citada por nós), prova «que os Godos não puderam subjugar o reino» (Oliveira, 2000: 33), precisamente na medida em que eram os Portugueses — aí designados Galacienses — fiéis à defesa da ortodoxia da fé cristã, posta em causa, no resto da Península, pelos invasores bárbaros.

Por seu lado, a liberdade essencial de Portugal também não foi posta medularmente em causa com a suspensão ou extinção das instituições políticas visíveis. Fernando Oliveira entende que o povo tinha o poder de se governar por si ou de delegar tal governação num poder estrangeiro, como afirma ter-se verificado no “tempo dos Mouros”. Altura em que faz a apologia da delegação de poderes de governação e reconquista a Leão e Castela, sob a figura de confederação e do protectorado. E mesmo aqui o historiador só aceita que os espanhóis tivessem tido à sua conta aquelas partes que conquistaram do território português aos Mouros e não o resto. Entende ainda que esta governação vigorou sob uma condição de provisoriedade, como resultado do cumprimento de um dever de auxílio a Portugal por estar carente de estruturas políticas organizadas devido às vicissitudes da sua história.

Insiste-se, pois, no tópico da separabilidade do rei de Portugal em relação aos outros reinos da Península – condição garantida, aliás, ao nível teórico, na celebração da monarquia dual –, como um sinal da singularidade e da soberania essencial deste reino, cujo garante e guardião último era a “vontade do povo”.

A construção filosófica de uma ideia de Portugal como um reino especial, no quadro da Cristandade ibérica, reino eleito e predilecto de Deus, detentor de uma nobreza superior e antiga, não se restringe a uma etérea abstracção de carácter especulativo, mas procura uma consistência com maior aparência de realidade. Aparência de realidade também ela construída sob uma argumentação acomodatória de carácter histórico-jurídico. Nesta medida, o autor defende obstinadamente a liberdade essencial e sempre incólume de Portugal e nunca senhoreado por qualquer poder soberano superior. Assim reafirma a sua tese de que as terras de Portugal sempre foram «terras de reino livre, sem obrigação de vassalagem alguma, nem reconhecimento de superioridade» (Oliveira, 2000: 60). Isto porque os Portugueses, “povo livre”, eram detentores daquela liberdade ôntica original e detinham uma primazia selada divinamente, não podendo ser sujeita a qualquer outra entidade soberana (Oliveira, 2000: 60v).

A esta liberdade fundamental e intocável do reino, é-lhe concedido um carácter protegido contra a venalidade por parte dos responsáveis políticos

do reino: «A terra de Portugal digo que é livre, e é do povo natural dela, e os reis não são senhores dela, nem a podem vender, nem trocar, nem obrigar sem vontade do povo» (Oliveira, 2000: 172v). Noutro ângulo, mesmo que a sucessão dos reis tivesse sido quebrada, como de facto acontece, segundo o autor, na “primeira antiguidade”, a liberdade do reino não foi posta em causa, pois as formas exteriores e instituídas de governo do reino são do domínio do accidental, não afectando a sua suspensão ou desaparecimento, portanto, o carácter ôntico do reino.

Quanto àqueles hiatos históricos em que o autor não pode deixar de admitir que o território português foi expugnado e senhoreado por potências estrangeira e soberanas, Fernando Oliveira dirime a dificuldade, considerando que tal denominação tinha “figura de tirania”, imposta pela força contra a vontade do “povo livre”, logo foi ilegítima. E assim, nestas fases históricas, os Portugueses não perderam a legitimidade de pátria livre, nem da herança do reino, porque este género de «senhorio traz consigo força e não é reino» (Oliveira, 2000: 62). Pois, de acordo com a filosofia política de matriz aristotélica que o autor segue, a soberania externa está corroida de ilicitude, bem como as usurpações tirânicas e o exercício de dominação dos reinos alheios. Neste sentido, Portugal nunca teria perdido juridicamente o direito e a liberdade do reino durante o tempo da vigência de tal senhorio.

A liberdade e a imunidade são também outros dois tópicos estruturantes da ideia oliveiriana de Portugal. Estes tópicos são, na sua obra, mitificados, recorrendo a elementos ideológicos de base teológica e filosófica, que depois são enformados e comentados juridicamente. Este esforço de argumentação é orientado no sentido de cumprir um ideário político no presente histórico, perspectivando o futuro, que, a exemplo do passado, deverá gozar da garantia desta liberdade intrínseca, proclamando, assim, que Portugal nunca poderia vir a ser efectivamente dominado.

7. Mito das origens e a utopia do futuro glorioso

A história é para a sociedade como o que a memória é para o indivíduo: se este perde a memória, perde a consciência da sua identidade, o sentido do presente e a capacidade de idealização do futuro, porque não possui o suporte gnoseológico (experiencial, intelectual, afectivo,...) que lhe permita encadear o tempo e a história e os seus mananciais de sabedoria, aspiralmente constituída, de modo a ler e a recriar a sua situação existencial. Assim, a

história é para a sociedade esta mais-valia fundamental, cuja hermenêutica não é indiferente, mas antes mobilizadora da dinâmica do presente e é perspectivadora das expectativas expressas em relação ao futuro. Aliás, como reflecte Umberto Eco no quadro do seu livro recente *A passo de caranguejo*, os políticos costumam falhar tragicamente quando não consultam os homens de cultura e concretamente os cientistas sociais, como aconteceu com o presidente Georges W. Bush e a sua decisão de intervir militarmente no Iraque (Eco, 2007).

A funcionalização hermenêutica da história ao serviço de uma mobilização que se pretende que seja produtora de eficácia decisória no presente e perspectivadora do futuro está bem patente neste processo de mitificação. O passado apresenta-se como uma reserva moral, como uma lição, logo como lugar também privilegiado de tomada de posição em relação ao presente, no plano da interpretação e da explicação. Ora, se o passado encerra uma reserva pedagógico-moral, neste caso, no plano político, transporta consigo uma capacidade, um poder, que permite discernir ou entreabrir o futuro, a partir de uma lógica de *lectio*, de tipo causa/efeito.

À obra historiográfica em análise subjaz a noção de que a reunião das mesmas condições sócio-políticas em planos temporais diversos produzem na história nacional os mesmos efeitos, as mesmas consequências, a mesma reacção e o mesmo modo de resolução por parte dos Portugueses. Esta epopeia em prosa do passado nacional, tendo na sua base uma utensilagem mental cristã, insere-se naquele tipo de obras historiográficas que vão sustentar e alicerçar as grandes teleologias acerca do destino histórico de Portugal, as quais vão ser elaboradas no quadro da cultura portuguesa.

No âmbito do drama em que radica o nascimento desta obra histórica, a conjuntura em que se verificou a ascensão ao trono português de Filipe II de Castela e o conseqüente apagamento do brilho glorioso da história recente de Portugal no plano internacional, enquanto nação independente, Fernando Oliveira reconstrói a história do país de modo a produzir um esteio crítico e fornecer uma lição para o presente e para o futuro. Neste contexto, uma boa parte da reconstrução histórica das relações entre esse Portugal mítico e os reinos de Leão e Castela é edificada como prefiguração da situação presente. Por exemplo, D. Afonso VI, reinava sobre Portugal, não enquanto rei de Leão e Castela, mas como rei de Portugal. Aqui se pode observar uma imagem prefigurada, transposta virtualmente, do regime monárquico dual, liderado no presente por Filipe II.

Seguindo este fio hermenêutico da construção prefigurativa do passado, assente numa translucidez fornecida pelo conhecimento da *história futura*, podemos aventar que o historiador anuncia implicitamente uma “certeza”, que no presente histórico da obra assume a dimensão do valor mobilizador da esperança. É a certeza de que – se assentirmos nesta perspectiva mimética da história – a permanência de um rei espanhol no trono português, como era o caso presente de D. Filipe I, provocaria a vinda de um novo “restaurador”, à semelhança de D. Afonso Henriques que «foi restaurador deste reino» (Oliveira, 2000: 140), escolhido por «consistório divino» (Oliveira, 2000: 72v). Isto tendo em vista a reposição no trono de “Tubal” de um rei que seja natural, pois a falta de “amor à terra” dos reis estrangeiros conduziu Portugal à decadência, obrigando o “povo livre” a vindicar para o trono um rei nascido na terra, na fidelidade ao ideal nacional que este povo tinha a missão de preservar. Esta é com efeito a grande lição do passado. Mas isto acontecerá quando o reino atingir um estado de degradação intolerável, pois nesta obra está implícita a lógica (de fundo teológico judeo-cristão) de que Deus manda o redentor quando se atinge um grau extremo de degradação. João Medina, falando sobre esta lógica da degradação/redenção, coloca em contraste as expectativas dos movimentos messiânicos e a lógica teológica de fundo da concepção doutrinal judaica do ritmo da história: «O que é sobretudo verdade no tocante aos movimentos de activismo messiânico em que se pretende “apressar a vinda” do Messias, não obstante a advertência que, no salmo 45, 3, dava o Midrash Tehillim: “Israel disse a Deus: quando nos virás resgatar? E Deus respondeu: quando tiveres caído no mais baixo, então te virei resgatar!” Ou como se advertia no livro de Esdras (IV, 34): “Não sejas mais apressado que o teu Criador”...» (Medina, 1991: 270-271).

Mas a esta experiência passada que se pretende erigir como palpável e indesmentível, na linha dogmatizante da apologia histórica de Fernando Oliveira, subjaz uma ideia filosófica de Portugal mais profunda, que brota de uma visão global da sua obra. Esta ideia consiste, em nosso entender, naquilo que podemos designar de utopia da perenidade histórica do reino de Portugal. Reino constituído em direito divino, cujo segredo da sua providencial perenidade é explicado em função do seu destino histórico - a dilatação da fé. Esta obra faz eco de formulações míticas anteriores e anuncia, assim, as utopias vindouras do destino histórico de Portugal, isto é, da «renovada destinação da comunidade portuguesa a um missionário domínio universal», que, no dizer de Paulo Borges, foi para tal missão «directamente investida pela verdade divina e religiosa, central a toda a história do mundo» (Borges,

1995: 216). Esta destinação utópica vai encontrar a sua apoteótica e fantástica elaboração no século seguinte, no mito do Quinto Império do Padre António Vieira (Muraro, 2003).

Assim sendo, a obra historiográfica anuncia e prepara o lastro, em certa medida, das grandes utopias messiânicas da história de Portugal que se vão desenvolver no século seguinte, logo a seguir à Restauração da independência em 1640 (Franco, 1999). Emblemáticas destas obras utópicas são os livros proféticos de António Veira (particularmente, a *História do Futuro* e a *Clavis Prophetarum*) e o *Tratado da Quinta Monarquia* de Frei Sebastião de Paiva (Paiva, 2006).

Embora Oliveira não se mostre, na sua obra, exageradamente um messianista (nem declaradamente sebastianista), ele delinea um trajeto histórico de Portugal que permite alicerçar um certo messianismo nacional. Isto mesmo se pode verificar na sua insistência no tópico de que D. Afonso Henriques não foi o primeiro rei de Portugal, mas sim o restaurador de Portugal, aquele que o povo desejava para atalhar a perda que o reino sofria na sua união a Leão e Castela. Nesta dinâmica histórica de perda e restauração, o autor pretende oferecer uma lição histórica que abre para uma certa dimensão profética e aponta, de facto, para a messianeidade e para aquilo que virá a ser o sebastianismo e o mito do rei restaurador.

Assim sendo, a obra historiográfica de Oliveira encerra a enunciação subjacente, na sua leitura do passado, de duas utopias que se implicam mutuamente: a utopia da restauração de Portugal – que se desenvolverá mais tarde nas chamadas obras da “literatura autonomista” – e a utopia da expansão universal do reino de Portugal e dos Portugueses, para quem «conquistar todo o mundo lhe parece pouco» (Oliveira, 2000: 34v), a fim de dilatar o conhecimento mundial da fé cristã. Estas duas utopias (uma de cariz político e outra de feição religiosa) são subsidiárias de uma única utopia filosófica, relativa à ideografia de Portugal – a utopia da sua perenidade inexpugnável no tempo, perenidade que é sustentada divinamente. Esta utopia pauta-se pelo carácter incólume da liberdade e imunidade que é apanágio ontológico do reino. Esta herança matricial transmitida de geração em geração pelo povo português, o qual é, em última instância, o guardião e o continuador desta identidade originária e original de Portugal. Deste modo, esta obra historiográfica transporta uma utopia que brota de uma profissão de fé histórica nesta perenidade, cujo processo de construção utópica emana da convicção de incumprimento do destino de Portugal, em função do qual esta perenidade é garantida e encontra o seu sentido último.

A utopia da perenidade do reino alicerça-se no mito de um Portugal visto como um reino eleito para uma missão especial, de carácter sagrado, no panorama planetário. Mito este que se desenvolve como consequência do deslumbramento nacional perante as navegações extraordinárias dos Descobrimentos, a partir das quais se assiste a um descerrar de uma nova mundividência verdadeiramente universal. É a partir da poesia e da historiografia que são cantadas e “memorizadas” as gestas desta etapa da história de Portugal, vista como uma fulgurante idade de ouro, na qual se reforçam as bases míticas da portugalidade.

A interrupção *ex abrupto* deste decurso histórico esplendoroso – em que um dos tópicos ideológicos exaltacionistas do orgulho patriótico era o contributo decisivo dado no sentido da aceleração da universalização efectiva da dilatação da fé cristã – com a crise dinástica e a consequente perda da independência, derramou entre os Portugueses, encantados com este passado jubiloso, uma sensação de inacabamento da missão histórica que alegadamente se tinha começado a revelar como grandiosa, porque, efectivamente, globalizante. Salaria Coelho Maurício que «a missão evangélica dos Portugueses no mundo era um tópico político central de Quinhentos» (Maurício, 1990: 12). E acrescenta que aí se desenvolveu imediatamente «a demonstração de que o reino fora criado por Cristo, em pessoa, e exclusivamente para seu serviço. Se esta maneira de conceber o presente abria o caminho à acomodação, nem por isso esta se tornava inteiramente aproblemática. É que do facto do reino de Portugal ter sido criado por Cristo e para Cristo podia ser inferido que ele não devia ser violentado pelos homens» (Maurício, 1990: 12). É esta inferência que vai marcar a ideia da perenidade do reino em Oliveira. A constituição do reino em direito divino tornou-o inexpugnável desde a sua origem, e é vista naquela constituição uma garantia de perenidade que se pretende demonstrar historicamente a toda a prova.

A obra historiográfica oliveiriana constitui, de facto, a primeira tentativa de superar o drama deste desmoronamento da independência do reino, consumado com a união à monarquia de Castela. Assim sendo, esta utopia da perenidade histórica de Portugal concebida em vista da realização de uma missão transcendente que assenta na mitificação do passado de Portugal, apresenta-se como uma utopia fortemente crítica do processo e da união efectiva da coroa portuguesa à coroa Castelhana. Esta utopia avulta como o primeiro sinal conhecido de inconformismo e de resistência ao novo *statu quo* político, consignada na reescrita desta história de Portugal.

O *Livro da Antiguidade* e a *História de Portugal* encerram uma epopeia mitificante em prosa do passado de Portugal, escrita e explicada “pedagogicamente”. Esta epopeia exprime o inconformismo contundente de um intelectual (que representa um grupo mais vasto de patriotas descontentes) perante as soluções impostas para resolver a crise política do presente. Este inconformismo desdobra-se concomitantemente em resistência e em esperança, que se configura na edificação do passado como lição para o presente e para o futuro: a proclamação do carácter imarcescível do reino de Portugal, imunizado divinamente contra tudo e contra todos. Esperança que nos remete para uma utopia que estrutura ideologicamente o patriotismo do autor: a perpetuidade do reino de Portugal no tempo.

Esta elaboração mítica com abertura teleológica faz, pois, parte do processo paradigmático de configuração das chamadas culturas nacionais propriamente ditas. De facto, uma cultura nacional para o ser de facto tem que englobar um processo de mitificação/idealização pelo menos quadridimensional. Ou seja, uma cultura para aspirar ao estatuto de ser nacional tem que compreender um processo de mitificação em quatro andamentos: primeiro das suas origens primeiras; segundo, a configuração e exaltação de uma idade de ouro, terceiro, o cantar de uma epopeia que normalmente está na base dessa referida idade de ouro mitificada; e em quarto lugar a projecção de uma destinação utópica assente numa determinada ideia de missão colectiva da nação enquanto comunidade humana inscrita no tempo e na história da humanidade.

Mito e utopia, sentimento e discurso, desejo e sonho, são elementos que tecem a história do imaginário de um povo, dando-lhe consistência em termos identitários nacionalizantes, e permitem mapizar a sua trajectória no espaço e no tempo. São, no fundo, elementos de sobrecompensação, os suplementos de alma, que acrescentam a mais-valia decisiva do sentido. O sentido e a finalidade da existência de um povo como povo.

Conclusões

Fernando Oliveira, enquanto percursor dos mitógrafos da identidade portuguesa, estabelece aquilo que podemos chamar as bases fundamentais do mito da nacionalidade portuguesa. À semelhança do que era prática em muita historiografia das emergentes nações europeias do tempo, Oliveira faz retrotrair as raízes de Portugal aos Patriarcas bíblicos da idade pós-diluviana do repovoamento universal da Terra. Define o carácter ontológico original

do reino de Portugal a partir da sua historiogénese e da sua sociogénese que teria decorrido do mandato divino conferido a Noé para repovoar a Terra após o castigo diluviano. Teria sido encarregado de povoar a parte mais ocidental da Europa, que viria a ser o pólo por excelência da Cristandade, Tubal neto de Noé. Este teria começado o povoamento (Oliveira reivindica esta versão contra a historiografia castelhana da mesma índole), precisamente pelo território português e não pelo espanhol, como queriam os historiadores do reino vizinho, onde funda reino e reinado (Oliveira, 2000).

O escopo deste discurso mitificante é defender para Portugal uma antiguidade maior e conferir-lhe, através desta primazia e da patriarcalização das suas origens, uma nobreza, uma superioridade étnica, que o elevasse ao estatuto de primeiro reino da cristandade, à frente de Espanha que reivindicava o mesmo para si. Desta primazia fundacional transcendentalizada pela sua natureza sacral ao ser-lhe adscrito na base um mandato divino, o autor retira-lhe implicações ontológicas e teleológicas que tenta demonstrar através da narração do percurso histórico do reino até ao tempo presente como, de facto, pretendia. O reino de Portugal é apresentado como um reino de fundação divina, portanto, um reino eleito matricialmente e protegido, imunizado, no seu transcurso temporal pelos céus contra os inimigos exógenos e endógenos. A especificidade matricial da sua natureza política enquanto reino e da sua natureza sociogénica enquanto povo, a quem foram conferidas prerrogativas de liberdade ontológicas, torna Portugal (desde os tempos primigénios assim chamados, advoga o autor contra a tese da precedência da Lusitânia) um reino-sempre-livre.

Esta imunidade a qualquer projecto de dominação estrangeira é garantida pela vontade dos portugueses assistida divinamente, capaz de eleger e depor reis e manter-se detentor da continuidade da essência do reino mesmo quando condicionada temporária e parcialmente por poderes externos. Estes poderes na realidade nunca chegam a dominar e exaurir a totalidade da “liberdade portuguesa” que se mantém sempre intacta num resto de território nacional e num resto de povo inviolados. Estas prerrogativas fazem de Portugal um reino muito especial, perene e imune contra todas as tentativas de dominação e extinção plena da herança matricial do reino consubstanciada numa dada porção de território, num dado povo e num projecto político-religioso de amplitude universal.

A dimensão transcendentalizada da histórica é plenamente compreendida em função da missão que lhe teria sido providencialmente destinada pelos céus:

a missão de universalizar o cristianismo, missão prefigurada primigeniamente e, mais tarde, revelada profeticamente a D. Afonso Henriques (que não é visto como o primeiro rei, mas sim como o primeiro rei restaurador) e começada a concretizar-se no tempo dos descobrimentos e da missão planetária, mas ameaçada de ser interrompida abruptamente com o desfecho da crise sucessória. Esta missão que é, acima de tudo, de natureza religiosa confere a Portugal o estatuto de povo eleito da Nova Aliança prefigurado no povo hebreu, povo eleito do Antigo Testamento.

No entanto, à previsível interrupção da plena concretização da destinação portuguesa não lhe é dado carácter de irreversibilidade, mas é interpretada como mais uma prova, de pendor recorrente e já ocorrida analogicamente nos ciclos anteriores da história portuguesa, marcada pelos ciclos triádicos da idade de ouro/quebrantamento (dominação estrangeira)/restauração, restauração que será operada por um rei restaurador enviado por Deus, cujo protótipo foi D. Afonso Henriques. Por meio de uma hermenêutica analógica e pelo estabelecimento de tipologias homológicas, esta obra de Fernando Oliveira comporta uma subliminar mensagem profético-teleológica que faz dela ao mesmo tempo um escritor proto-nacionalista e proto-sebastianista. Ao defender a perenidade da história da autonomia do reino de Portugal, ao advogar a impossibilidade da sua dominação efectiva por potências estrangeiras e ao subentender a legitimidade da esperança num rei restaurador sempre que o reino sofre uma experiência de tentativa subjogação externa, a *História de Portugal* de Oliveira delinea a matriz ideológica da corrente messiânico-nacionalista do sebastianismo e configura-se como a precursora da filosofia sebastianista.

A peculiar filosofia que faz de Oliveira um autor proto-nacionalista é a filosofia do portugalismo, da ideia fundamental de uma onticidade portuguesa ímpar que se afirmou na temporalidade como legado divino concebido a par e em função da proclamação utópica da missão de Portugal na liderança do processo de universalização da doutrina de Cristo e da reordenação do mundo à luz desta mensagem. Este pendor mítico-utopista faz de deste autor precursor das obras utópico-proféticas dos séculos seguintes e das doutrinas quinto-imperialistas a elas inerentes que procuraram definir e redefinir o papel de Portugal no mundo.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ACINHEIRO, Cristovam Rodrigues (1926). *Coronyqua dos Reis de Portugal. Collecção de Inéditos de Historia Portugueza*, t. V. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- ADAMS, Thomas R. and WATERS, David W. (1995). *English Maritime Books Printed Before 1801 Relating to Ships, Their Construction and Their Operation at Sea*. Providence, Rhode Island / Greenwich: The John Carter Brown Library / The National Maritime Museum.
- AGOSTINHO, Santo (1993). *A Cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 9.
- ÁGUAS, Neves (1987). *Introdução e Selecção de Fernando de Magalhães: a Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada pelos Que Nela Participaram*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- AGUILAR PIÑAL, Francisco (1987). *Un escritor ilustrado: Cándido María Trigueros*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1984). «Science et Humanisme dans la Renaissance Portugaise». In *L'Humanisme Portugais et l'Europe Actes du XI^e Colloque International d'Etudes Humanistes*. Paris: F. C. Gulbenkian / Centre Culturel Portugais.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1987a). «Fernando Oliveira: um português genial aventureiro e insubmisso». In *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses: Séculos XV e XVI*. Lisboa: Círculo de Leitores, II: 128-142.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1987b). *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses nos Séculos XV e XVI*. Lisboa, Ed. Caminho.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1987c). *As Navegações e a Sua Projecção na Ciência e na Cultura*. Lisboa: Gradiva.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1989). «Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo». In *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*. Lisboa: Gradiva. Reed in *Oceanos*, 49, 143-147.

- ALBUQUERQUE, Luís de (1989a). *Grandes Viagens Marítimas*. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1989). *Duas Obras Inéditas do Padre Francisco da Costa*. Macau: Fundação Oriente — Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1968). *O poder político no renascimento português*. Lisboa: Inst. Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Sep. de: Estudos Políticos e Sociais, v. 4 e 5).
- ALBUQUERQUE, Martim de (1972a). *Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da origem popular do poder*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian (Sep. Arquivos Centro Cultural Português, 5).
- ALBUQUERQUE, Martim de (1972b). «D. Jerónimo Osório criticou Maquiavel sem o ler?». Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (Sep. *Estudos Políticos e Sociais*, 7).
- ALBUQUERQUE, Martim de (1974a). *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*. Lisboa: Tip. Guerra (Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- ALBUQUERQUE, Martim de (1974b). *A sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Inst. Histórico.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1978). *Jean Bodin na Península Ibérica: ensaio de história das ideias políticas e de direito público*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português.
- ALMEIDA, A. A. Marques de (1994). *A Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2 vols.
- ALMEIDA, Justino Mendes de (1965). «Introdução a Jerónimo Cardoso». In *Oração de Sapiência Proferida em Louvor de todas as Disciplinas*, reprodução fac-similada da edição de 1550 (trad. De Miguel Pinto de Meneses e introd. de Justino Mendes de Almeida). Lisboa: Instituto de Alta Cultura — Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras de Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1953). *Columela e a Economia Agrícola*. Lisboa: Academia das Ciências — Biblioteca de Altos Estudos.
- ANDRADA, Francisco de (1976). *Crónica de D. João III* (ed. M. Lopes de Almeida). Coimbra: Lello.
- ANDRADE, António Manuel L. (2002). «A poesia didáctica no século I d. C.: manifestações de um género literário». In Aires A. Nascimento (coord.).

- De Augusto a Adriano. Actas de Colóquio de Literatura Latina (Lisboa, 2000. Novembro. 29-30).* Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 25-32.
- ANSELMO, Artur (1997). *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editora.
- ARIKHA, N. (2007). *Passions and Tempers: A History of the Humors*. New York: Harper.
- ARISTÓTELES (1969). *Arte Poética e Arte Retórica* (trad. de António P. Carvalho). Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica.
- ARONOFF, Mark (1976). *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts: MIT.
- ASENSIO, Eugenio, ed. (1951). *Jorge Ferreira de Vasconcelos. Comedia eufrosina*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- ASENSIO, Eugenio (1960). «La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y en Portugal». *Revista de Filología Española* 43, 399-413.
- ASSUNÇÃO, Carlos (1997a): «Ponto de situação da gramática no nascimento da primeira gramática portuguesa». *Revista de Letras, Anais*, 1, 35-47.
- ASSUNÇÃO, Carlos (1997b): *Para uma Gramatologia Portuguesa*. Vila Real: UTAD.
- ASSUNÇÃO, Carlos (2000). *A Arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- AULETE, Francisco Júlio Caldas (1874). *Grammatica nacional*, 8ª edição. Lisboa: A. M. Pereira.
- AUROUX, S., DELASALLE, S. & JULIEN, J. (1992). «L'adjectif dans les grammaires générales et les grammaires françaises des XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles». *Archives et Documents de la SHESL, Seconde Série n.º 6 avril*, 75-108.
- AZPICUELTA NAVARRO, Martín (1552). *Manual de Confessores e Penitentes*. In inclyta Conimbrica: Joannes Barrerius et Joannes Alvarez excudebat.
- AZPICUELTA NAVARRO, Martín (1560). *Manual de Confessores e Penitentes*. Coimbra: Joam Barreira.
- BAHNER, Werner (1966). *La lingüística española del Siglo de Oro: aportaciones a la conciencia lingüística en la España de los Siglos XVI y XVII*. Madrid: Ciencia Nueva.
- BAIÃO, António (1936). *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*. Vol. I., 2ª ed. Lisboa: Seara Nova.

- BAILLY, M. A. (¹⁶1950). *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette.
- BARATA, J. da Gama Pimentel (1972). «A *Ars Nautica* do Pe. Fernando Oliveira. Enciclopédia de conhecimentos marítimos e primeiro tratado científico de construção naval (1570)». In *Memórias*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 183-197.
- BARATA, J. da Gama Pimentel (1989). *Estudos de Arqueologia Naval*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2 Vols.
- BARBOLANI, Cristina (³1987). «Introducción» ao *Diálogo de la lengua* de Juan de Valdés. Madrid: Cátedra, 11-113.
- BARBOSA, J. Soares (1807). *As Duas Linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- BARBOSA, J. Soares (1862 [1822]). *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, terceira edição. Lisboa: Typographia da Academia.
- BARBOSA, Jorge Morais (1994). *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BARBOSA, Pedro Gomes (1992). «O Domínio e o Senhorio no Couto de Alcobaça». In *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 99-115.
- BARKER, Richard (1986). «Fragments from the Pepysian Library». *Revista da Universidade de Coimbra* 32, 161-178.
- BARKER, Richard (1988). «'Many may peruse us': Ribbands, Moulds and Models in the Dockyards». *Revista da Universidade de Coimbra* 34, 539-559.
- BARKER, Richard (1992). *Fernando Oliveira, The English Episode, 1545-47*. Lisboa: Academia de Marinha.
- BARKER, Richard (1994). «A Manuscript on Shipbuilding, circa 1600, copied by Newton». *Mariner's Mirror* 80.1, 16-29.
- BARKER, Richard (2000). «What Fernando Oliveira did not say about cork-oak». In *Proceedings of the IX International Reunion for Nautical Science & Hydrography*. Aveiro/ Cascais: Patrimónia.
- BARONCINI, Rodolfo (2002). «Zorzi Trombetta and the Band of Piffari and Trombones of the Serenissima: New Documentary Evidence». *Historic Brass Society Journal* 14, 59-82.
- BARRETO, João Franco (1671). *Ortografia da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Joam da Costa.

- BARRETO, Luís Filipe (1983). *Descobrimentos e Renascimento — Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BARRETO, Luís Filipe (1986). *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BARRETO, Luís Filipe (1986). «Teoria Da História. Trilogia De Elucidações Problemáticas». *Prelo*, 13: 62-80.
- BARRETO, Luís Filipe (1987). «Introdução ao pensamento técnico de Fernando Oliveira: em torno do ‘Livro da Fábrica das Naus’». *Cultura. História e Filosofia* 6, 613-626.
- BARRETO, Luís Filipe (1989). *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Quetzal.
- BARROS, João de (1552-1615). [*Décadas*]. *Asia de Joam de Barros [...]*, Lisboa, G. Galharde, 1552; *Terceira decada da Asia [...]*, Lisboa, J. de Barreira, 1563; *Quarta decada da Asia [...]*. Madrid: Imprensa Real, 1615.
- BARROS, João de (1969). *Textos pedagógicos e gramaticais* (ed. de M. L. Buescu). Lisboa: Verbo.
- BARROS, João de (1971 [1540]). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. (Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhao Buescu). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (edição original: *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu, 1540).
- BARROS, João de (1983[1532]). *Ropica Pnefma* (Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah). Lisboa: INIC, 2 vols.
- BARROS, João de (2005 [1540]). *Gramática da Língua Portuguesa*. Corpus Internacional da Língua Portuguesa, São Paulo. <http://www.estacaodaluz.org.br>.
- BARROSO, Henrique (1999). *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BASS, George F., MATTHEWS, Sheila, STEFFY, J. Richard, and VAN DOORNINCK, Jr. (2006). *Serçe Limanı An Eleventh-Century Shipwreck*. College Station: Texas A&M University Press.
- BEARD, Mary (1998). «Imaginary horti: or up the garden path». In Maddalena Cima ed Eugenio La Rocca (eds.). *Horti Romani. Atti del Convegno Internazionale* (Roma, 4-6 maggio 1995). Roma: ‘L’erma’ di Bretschneider, 23-32.

- BEMBO, Pietro (1927). *Prose della volgar lingua*. Milano: Sonzogno.
- BINOTTI, Lucia (1995). *La teoría del «Castellano Primitivo». Nacionalismo y reflexión lingüística en el Renacimiento español*. Münster: Nodus Publikationen.
- BLACK, Max (1988). «More About Metaphor». In Andrew Ortony (coord.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 19-43.
- BLAKE, Warren & GREEN, Jeremy (1986). «A mid-XVI century Portuguese wreck found in the Seychelles». *International Journal of Nautical Archaeology* 15.1, 1-23.
- BLOCH, Marc (1968). *La Société Féodale*. Paris: Albin Michel.
- BLUTEAU, R. (1712-1728). *Vocabulário Português e Latino: Corpus Lexicográfico do Português* (<http://clp.dlc.ua.pt>).
- BLUTEAU, Rafael (1712-1728). *Vocabulário português e latino [...]*. Tomos I e II: Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712; tomos III e IV: Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713; tomo V: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716; tomos VI e VII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720; tomo VIII: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1721; suplemento I: Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727; suplemento II: Lisboa, Na Patriarcal Officina da Musica, 1728.
- BLUTEAU, Rafael (1727-1728). *Prosas portuguesas recitadas em diferentes congressos academicos [...]*. 2 partes em 1 vol. Lisboa Occidental: Joseph Antonio da Sylva.
- BOCK, Gisela, SKINNER, Quentin, VIROLI, Maurizio (1990). *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1947). «Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século XIX». *Biblos* 23, 607-691.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1960). «O estudo dos falares portugueses, antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua» In *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa [s.n.], vol. II: 1-11.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1974). *Estudos de linguística portuguesa e românica*, (vol. I, *Dialectologia e história da língua*). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BOOIJ, Geert (2007). *The grammar of words*. Oxford: Oxford University Press.
- BORGES, Paulo Alexandre E. (1995). *A Plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a Ideia de Quinto Império na Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- BOURDON, Léon (1951). «Épisodes inconnues de la vie de Fernando Oliveira». *Revista Portuguesa de História* 5, 440-453.

- BRIQUET, Charles-Moïse (1968). *Les Filigranes. Dictionnaire Historique des Marques du Papier Dès leur Apparition vers 1282 jusqu'en 1600* (A facsimile of the 1907 edition with supplementary material contributed by a number of scholars, Edited by Allan Stevenson). Amesterdão: The Paper Publication Society.
- BRITO, Francisco José Maria de (1819-1821). «Sobre a Tradução dos Livros de *Re Rustica* de Columella, por Fernão de Oliveira». In *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris: Impresso por A. Bobée, Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris, vols. IV-XII.
- BRITO, Francisco José Maria de (1819). «Noticia». In *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris: Impresso por A. Bobée, Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris, IV, Parte Segunda: 11-13.
- BRUHNS, Hinnerk & BURGUÈRE, André (2000). *Historiographies et représentations nationales en Europe* (Table Ronde Internationale, 19 de Junho de 2000). Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales (Textos Policopiados).
- BUESCU, Ana Isabel (1987). *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*. Lisboa: INIC.
- BUESCU, Ana Isabel (1989). «Um Mito das Origens da Nacionalidade: o Milagre de Ourique». In Francisco Bettencourt & D. Ramada Curto (orgs.). *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1971). *João de Barros. Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha. Gramática. Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha* (reprod. facsimilada, leitura, introd. e anotações por ...). Lisboa: Faculdade de Letras.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1975). *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira* (introdução, leitura actualizada e notas por ...). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa (Col. Biblioteca Breve – Série Pensamento e Ciência, 18).
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984). *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.

- BYNON, Theodora (1981). *Lingüística histórica* (versión española de José L. Melena). Madrid: Editorial Gredos.
- CABELLO HERNANDORENA, I. (1998). «La presencia de Quintiliano en la *Retórica* de Nebrija». In T. Albaladejo (ed.). *Quintiliano: História y actualidad de la retórica*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, vol. III: 1169-1179.
- CALAFATE, Pedro (Org.) (2000). *Portugal como problema*. Lisboa: Público/FLAD.
- CALAFATE, Pedro (dir.) (2001). *História do pensamento filosófico em Portugal*. Lisboa: Caminho.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1998). *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais.
- CAMÕES, Luís de (1980). *Os Lusíadas*. (Edição de Emanuel Paulo Ramos). Porto: Porto Editora.
- CANO, Tomé (1996 [1611]). *Arte para fabricar, fortificar y apareiar naos de guerra merchante, con las reglas de arquearlas reduzido a toda cuenta y medida, y en grande utilidad de la navegación* (Transcrito em Cesário Fernandez Duro, *Disquisiciones nauticas*, 1880 5 Vols.). Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, vol. 5: 36-97.
- CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- CARDOSO, Jerónimo (1556). *Epistolarium Familiarium Libellum*. Olysi pone: apud Ioannem Barrerium.
- CARDOSO, Jerónimo (1561). *De monetis tam Graecis quam Latinis. Item de ponderibus et mensuris ad praesentem usum redactis, anacephalaeosis*. Conimbricae: apud Ioannem Aluarum Typographum Regium.
- CARDOSO, Jerónimo (1965 [1550]). *Oração de Sapiência Proferida em Louvor de todas as Disciplinas* (reprodução fac-similada da edição de 1550, trad. de Miguel Pinto de Meneses e introd. de Justino Mendes de Almeida). Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras de Lisboa.
- CARDOSO, José Luís (1990). *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e as suas Conquistas*. Lisboa: Banco de Portugal, 5 vols.
- CARVALHO, António Nunes de (1831-1833). *História de Portugal de Fernando Oliveira*. Cópia realizada entre 25.05.1831 e 02.07.1833. Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho, oferecido, em Janeiro

- de 1988, à Biblioteca Universitária João Paulo II – Universidade Católica Portuguesa.
- CARVALHO, Carlota A. de (1953). *Glossário das Poesias de Sá de Miranda*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- CARVALHO, José G. Herculano de (1973). *Teoria da linguagem*, tomo I [3.^a tiragem]. Coimbra: Atlântida Editora.
- CASADO SOTO, José Luís (1988). «Atlantic Shipping in Sixteenth-Century Spain and the 1588 Armada». In M. J. Rodriguez-Salgado and Simon Adams (eds.). *England, Spain and the Gran Armada 1585-1604*. London and Madrid: Barnes and Noble Imports.
- CASADO SOTO, José Luís (2001). «The Spanish Ships of the Oceanic Expansion. Documentation, Archaeology, and Iconography from the 15th and 16th Centuries». In Francisco Alves (ed.). *Proceedings of the International Symposium "Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition"*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 131-162.
- CASTRO, Américo (1959). «Sobre la Historiografía Española». In *Miscelânea de Estudos em Honra de Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, I: 16-19.
- CASTRO, Ivo de & RAMOS, Maria Ana. «Estratégia e tática da transcrição». In *Critique Textuelle Portugaise: Actes du Colloque* (Paris, 20-24.10.1981). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 99-122.
- CASTRO, Luis Filipe M. V. (2001). *The Pepper Wreck: A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*. College Station. Texas A&M University (Ph.D. Dissertation).
- CASTRO, Filipe (2003). «The Pepper Wreck». *International Journal of Nautical Archaeology* 32.1, 6-23.
- CASTRO, Filipe (2005a). *The Pepper Wreck*. College Station: Texas A&M University Press.
- CASTRO, Filipe (2005b). «Rigging the Pepper Wreck. Part I: Masts and Yards». *International Journal of Nautical Archaeology* 34.1, 112-124.
- CASTRO, Filipe e FONSECA, Nuno (2006). «Sailing the Pepper Wreck: A Proposed Methodology to Understand an Early 17th-Century Portuguese Indiamen», *International Journal of Nautical Archaeology* 35.1, 97-103.
- CASTRO, Filipe (2007). «Rising and Narrowing: 16th-Century Geometric Algorithms used to Design the Bottom of Ships in Portugal», *International Journal of Nautical Archaeology* 36.1, 148-154.

- CASTRO, Filipe (2009). «Rigging the Pepper Wreck. Part II: Sails», *International Journal of Nautical Archaeology* 38.1, 105-115.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1947). *Clenardo e a sociedade portuguesa do seu tempo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CERNÝ, Jirí (1998). *Historia de la Lingüística*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- CHABOD, Frederic (1958). «Ya-t-il un État de la Renaissance? ». In *Actes du Colloque sur la Renaissance*. Paris: Vrin.
- CHAVES, Alonso de (1983). *Quatri partitu enn cosmografia práctica, y por otro nombre Espejo de Navegantes* (transcripción, estudio y notas de Paulino Castañeda Delgado, Mariano Cuesta Domingo y Pilar Hernández Aparicio). Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval.
- CICÉRON, Marcus Tullius (1964). *L'Orateur. Du Meilleur Genre d'Orateurs* (trad. Albert Yon). Paris: Belles Lettres.
- COATES, John (1981). «The Authorship of a Manuscript on Shipbuilding c. 1600-1620». *Mariner's Mirror* 67, 285-6.
- COELHO, António Borges (1983). *Questionar a História. Ensaios sobre História de Portugal*. Lisboa: Caminho.
- COELHO, Francisco Adolpho (1891). *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos e C.^a, Tip. de Arthur José de Sousa & Irmão.
- COLOMBAT, B., JULIEN, J. & ROSIER, I. (1992a). «L"adjectif dans la tradition latine: La grammaire latine antique». *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n° 6 avril, 13-22.
- COLOMBAT, B., JULIEN, J. & ROSIER, I. (1992b). «L"adjectif dans la tradition latine: La grammaire latine humaniste». *Archives et Documents de la SHESL*, Seconde Série n°6 avril, 41-60.
- CORTÉS, Martín (1945). *Breve Compendio de la Sphera y de la Arte de Navegar*. Saragoça: Institución Fernando el Católico.
- CORTESÃO, Armando & MOTA, Avelino Teixeira da (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique.
- CORTESÃO, Armando & MOTA, Avelino Teixeira da (1987). «Fernando Oliveira, duas cartas na 'Ars Nautica'». In *Portugaliae Monumenta Cartographica* (reprodução fac-símile da edição de 1960). Lisboa: IN-CM, V: 9-10.
- CORTESÃO, Jaime (1979). *História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- COSERIU, Eugenio (1975). «Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira»
In *The History of Linguistics*. Lisse/Netherlands: Peter de Ridder Press.
- COSERIU, Eugenio (1981). «La Socio- y la Etnolingüística: sus fundamentos y sus tareas». *Anuario de Letras* 19, 5-30.
- COSERIU, Eugenio (1991). *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira* (Tradução do original alemão por Maria Christina da Motta Maia). Rio de Janeiro e Niterói: Presença Edições e EDUFF.
- COSERIU, Eugenio (2000). «Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira».
In TORRES, Amadeu & ASSUNÇÃO, Carlos (2000). *Fernão de Oliveira, Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 29-60.
- CRESCENZIO, Bartolomeo (1601). *Nautica mediterranea*, Roma: Bartolomeo Bonfadino.
- CRISTÓVÃO, Fernando (1999). *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- CUNHA, A. Geraldo da (2^a1980). *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Presença Edições.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1997). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (2^a ed. revista e acrescida de um suplemento). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso (2003). «Presença de Antenor Nascentes». In Antenor Nascentes, *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- CURTIUS, Ernst Robert (1957). *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- DAMIÃO DE GÓIS (1945). *Opúsculos Históricos* (trad. Dias de Carvalho). Porto: Livraria Civilização.
- DAMIÃO DE GÓIS (2002). *Elogio da Cidade de Lisboa* (edição e tradução de Aires A. Nascimento). Lisboa: Guimarães Editora.
- DAVIES, C. A. (1992). «Introduction». In Gemma Frisius, *De principis astronomiae & cosmographiae (1553)* (A Facsimile Reproduction With an Introduction by...). N.Y.: Delmar, 7-12.
- DEACON, Margaret (1993). «Introduction». In Isaak Vossius, *A treatise concerning the motion of the seas and winds (1677)*. *De motu marinum et ventorum (1663)* (facsimile reproductions). N.Y.: Delmar.
- DELESALLE, S. (1992). «Les grammaires du français à l'âge classique: "adjectif" et l'adjectif». *HEL* 14/1, 141-158.

- DESLANDES, Venâncio (1881). *Documentos Para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII* (com Introdução de Artur Anselmo). Lisboa: IN-CM [Reimp. 1988].
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1881). *Grammatica portugueza elementar*, 4.^a edição, revista. Porto: Magalhães & Moniz Editores.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1884). *Grammatica portugueza elementar*, 6.^a edição, revista. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a Editores.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1899). *Grammatica portugueza elementar*, 8.^a edição, revista. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a Editores.
- DIOGO BERNARDES (1946). *Obras completas* (Prefácio e notas de Marques Braga). Lisboa: Sá da Costa.
- DÍSCOLO, Apolónio (1883). *Grammatici Graeci*, Vol II. 2 (ed. Uhlig). Leipzig: Teubner.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1978). «Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: Os Tratados de Fernando de Oliveira» (Separata nº 172 da *Revista da Universidade de Coimbra*, IV). Lisboa: Editorial Verbo.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1985). «Experiência e Conhecimento na Construção Naval Portuguesa do Século XVI: Os Tratados de Fernando Oliveira». *Revista da Universidade de Coimbra* 33, 339-364.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1987). «Fernando Oliveira, Um Homem Universal». *Descobrimientos, História E Cultura*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 43-47.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1989a). «Relato da viagem de Fernão de Magalhães» (texto modernizado e comentário por...). In Luís de Albuquerque (dir.). *Biblioteca da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Alfa, vol I: 99-126.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1989b). «A obra técnica do Pe. Fernando Oliveira (alguns aspectos)». *Arquivo Histórico Dominicano Português, Actas do III Encontro sobre História de Dominicanos* 4.2, 209-217.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1991). *Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Academia da Marinha.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1997) «Português, Aventureiro, Genial e Insubmisso”, *Atlantis* 17.1, 44-47.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2000). *Os navios da expansão*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de doutoramento em Historia da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

- DOMINGUES, Francisco Contente (2002). «Fernando Oliveira crítico de Pedro Nunes». *Oceanos* 49, 86-94.
- DOMINGUES, F. Contente (2002a). *Navegações Portuguesas. Fernando Oliveira*. Lisboa: Instituto Camões (<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c16.html>).
- DOMINGUES, Francisco Contente (2004). *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2006). «El rigor de la medida: unidades de medida linear y de arqueo en la construcción naval ibérica en los inicios del siglo XVII», in M. I. Vicente Maroto y M. Esteban Piñero. *La ciencia y la mar. Actas de la 12.ª Reunión Internacional de Historia de la Náutica y de la Hidrografía* (Medina del Campo: Comissão Internacional de História da Náutica e da Hidrografía). Valladolid: Universidad de Valladolid, 371-381.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2008). *Navios e Viagens – A Experiência Portuguesa nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Tribuna da História.
- DUBOIS, Claude-Gilbert (1972). *Celtes et Gaulois au XVI^e siècle. Le développement littéraire d'un mythe nationaliste, avec l'édition critique d'un traité inédit de Guillaume Postel de ce qui est premier pour reformer le monde*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- DUBOIS, Claude-Gilbert (1991). «Qu'est-ce qu'une Nation? Conscience d'identité et respect de l'altérité». in *L'Imaginaire de la Nation (1792-1992) - Colloque européen de Bordeaux*. Bordeaux: PUB, 19-31.
- DUBY, Georges (1977). *Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval*. Paris: Flammarion.
- DUBY, Georges (1979). *Saint Bernard et l'Art Cistercien*. Paris: Flammarion.
- DUBY, Georges (1988). *Seigneurs et Paysans*. Paris: Flammarion.
- DUFFY, James (1955). *Shipwreck and Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- DUIT, Reinders, ROTH, Wolff-Michael, KOMOREK, Michael and WILBERS, Jens (2001). «Fostering conceptual change by analogies – between Scylla and Charybdis». *Learning and Instruction* 11, 283-303.
- EARLE, Thomas F. (1980). *Tema e imagem na poesia de Sá de Miranda*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- ECO, Umberto (2007). *A Passo de Caranguejo*. Lisboa: Difel.
- EISENSTEIN, Elizabeth (1979). *The Printing Press as an Agent of Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ERASMO, D. (1973). *O Elogio Da Loucura*. Lisboa: Pub. Europa-América.

- ESCALANTE DE MENDONZA, Jhoan (1575). «Itinerario de Navigacion de los Mares y Tierras Occidentales». In Cesáreo Fernandez Duro (1880). *A La Mar Madera. Libro Quinto de las Disquisiciones Náuticas*. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Ariban & C.^a, 413-515.
- ETXEBARRÍA, Maitena (1999). «La tradición apologista y su incidencia en la configuración de la historiografía lingüística vasca». In Mauro Fernández Rodríguez *et al.* (eds.). *Actas del I Congreso de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Madrid: Arco/Libros, 257-270.
- FALL, Yoro, “Escravidão” (1994). In Luís de Albuquerque (dir.). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 367-384.
- FARIA, Manuel Severim de (1999[1624]). *Discursos vários políticos* (Introdução, atualização e notas de Maria Leonor Vieira). Lisboa: IN-CM (edição original: *Discursos varios politicos [...]*. Évora: Manoel Carvalho, 1624).
- FAUCONNIER, Gilles e TURNER, Mark (1994). «Conceptual Projection and Middle Spaces». UCSD: Department of Cognitive Science Technical Report 94/01 (disponível em <http://cogsci.ucsd.edu>).
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996). *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp.
- FEBVRE, Lucien (1968 [1942]). *Le Problème de l'Incroyance au XVI^e Siècle. La Religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel.
- FEBVRE, Lucien (1989). *Combates pela História*. Lisboa: Presença.
- FEIO, Mariano (1991). *Clima e Agricultura, Exigências Climáticas das principais Culturas e Potencialidades Agrícolas do nosso Clima*. Lisboa: Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação.
- FERNANDES, Maria de Lurdes C. (1995). «Do manual de confessores ao guia de penitentes. Orientações e caminhos da confissão no Portugal pós-Trento». *Via Spiritus* 2, 47-65.
- FERNANDEZ, Manoel (1989[1616]). *Livro de Traças de Carpintaria (Fac-simile)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- FERNANDEZ, Manoel (1995[1616]). *Livro de Traças de Carpintaria (transcription and translation into English)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- FERREIRA, F. Leitão (1909-1914). «Notícias da vida de André de Resende» (Anotadas por Braamcamp Freire). *Arquivo Historico Portuguez* 7 (1909) 393-417; 8 (1910) 62-69, 161-184, 338-366; e vol. 9 (1914) 177-285.
- FIGUEIREDO, Manuel de (1614). *Hidrografia, Exame de Pilotos, no qual se contem as regras que todo Piloto deve guardar em suas navegações, asi no Sol, variação*

- dagulha, como no cartear, com algumas regras de navegação de Leste, Oeste, com mais o Aureo numero, Epactas, Marès, & altura da Estrella Pollar. Com os Roteiros de Portugal pera o Brasil, Rio da Prata, Guiné, Sam Thomé, Angola, & Indias de Portugal, & Castella.* Lisboa: Vicente Alvarez.
- FONSECA, Quirino da (1969). «Comentário Preliminar». In Fernando OLIVEIRA. *A Arte Da Guerra Do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, XI-XXXVII.
- FONTÁN, Antonio (1997). «Escritores hispanos en el siglo de Columela». In José María Maestre Maestre – Luis Charlo Brea – Antonio Serrano Cueto (eds.). *Estudios sobre Columela*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 15-34.
- FONTANIER, Pierre (1968). *Les Figures du Discours*. Paris: Flammarion.
- FRANCA, Leonel (1952). *O Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora.
- FRANCO, José Eduardo & FERNANDES, José Manuel Correia (1999). *O mito do milénio*. Lisboa: Paulinas.
- FRANCO, José Eduardo (1999a). «Teologia e Utopia em António Vieira». *Lusitânia Sacra*. 2ª série, 11: 153-245.
- FRANCO, José Eduardo (1999b). «A Primeira História de Portugal: Algumas pistas hermenêuticas sobre a obra historiográfica de Fernando Oliveira». *Brotéria* 149, 29-45.
- FRANCO, José Eduardo (1999c). *A Ideia de Portugal em Fernando Oliveira. Posicionamentos em torno da Crise Sucessória de 1580*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Texto policopiado, 2 vols.).
- FRANCO, José Eduardo (2000). *O Mito de Portugal – A primeira história de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora.
- FRANCO, José Eduardo (2000a). «A História de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a História do Futuro do Padre António Vieira: Duas Utopias em Confronto». *Ler História* 38, 87-109.
- FRANCO, José Eduardo & MOURÃO, José Augusto (2004). *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo* (Prefácio de Luís Machado de Abreu). Lisboa: Roma Editora.
- FRANCO, José Eduardo (2005). «A filologia ao serviço da história: a ideia de Portugal e de Europa na obra historiográfica de Fernando Oliveira». In Miguel Gonçalves et al. (eds.). *Gramática e Humanismo: actas do Colóquio de*

- Homenagem a Amadeu Torres*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, II: 379-393.
- FRANCO, José Eduardo (ed.) (2006). *Fernando Oliveira. História de Portugal*. Lisboa: Roma Editora.
- FRANCO, José Eduardo (Coord.) (2008). *Padre António Vieira (1608-1697): Imperador da Língua Portuguesa*. Lisboa: Correio da Manhã.
- FRANCO, José Eduardo (2008). «A noção de Ciência e a ideia de Portugal na obra de Fernando Oliveira». *Prelo* 8, 44-79.
- FREIRE DE OLIVEIRA, Eduardo (1882-85). *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. I. Lisboa: Typografia Universal.
- GAFFIOT, Félix (2000). *Le Grand Gaffiot: Dictionnaire Latin – Français*. Paris: Hachette.
- GARCIA, José Manuel (1987). «Algumas observações sobre a literatura Portuguesa da Expansão». *ICALP - Revista* 7-8, 22-24.
- GARCIA, José Manuel (2007). *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*. Lisboa: Editorial Presença, 196-223.
- GARCÍA ARMENDÁRIZ, José Ignacio (1995). *Agronomía y tradición clásica. Columela en España*. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- GARCÍA DE PALACIO, Diego (1944a). *Dialogos Militares* (ed. facsímile com Prologo de Julio F. Guillen). Madrid: Ediciones Cultura Hispanica.
- GARCÍA DE PALACIO, Diego (1944b). *Instrucción Nauthica* (ed. facsímile com Prologo de Julio F. Guillen). Madrid: Ediciones Cultura Hispanica.
- GASKELL, Philip (1972). *A New Introduction to Bibliography*. Oxford: At the Clarendon Press.
- GASPAR, João Gonçalves (1996). «Fernão de Oliveira e a sua obra náutica». In *Ciência e os Descobrimentos*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 217-256.
- GELLNER, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- GENTNER, Dedre (1982). «Are Scientific analogies metaphors?». In David S. MIALL (coord.). *Metaphor: Problems and Perspectives*. Brighton: Harvester Press, 106-132.
- GEORG VON EHINGEN (1600). *Itinerarium, das ist historische Beschreibung...* Augsburg: ed. R. Fugger.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1947). *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra-Editora.

- GODINHO, Vitorino Magalhães (1959). «Le Problème du Pain dans l'Economie portugaise. XV-XVI siècles. Blé d'Europe et Blé des Ilês». *Revista de Economia* 12.3, n.º 47: 87-113.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971). *Ensaio III: sobre a Teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1984). «Innovation et changement au XV^e et au XVI^e siècles». In *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes (Tours, 1978)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 347-375.
- GOMES, Saul António (1994). «O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Professorado de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1538-1552)». In *Actas do IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires — Congresso Internacional*. Fátima: Movimento Bartolomeano.
- GOUVEIA, André de (1944). *Schola Aquitanica*. Coimbra: Casa Tipográfica Alves & Mourão.
- GRENIER, R., BERNIER, M. A & STEVENS, Willis (2008). *The Underwater Archaeology of Red Bay*. Ottawa: Parks Canada, 5 vols.
- GRIMAL, Pierre (1969). *Les jardins romains*. Paris: PUF.
- GUNN-GRAHAM, T.I. (1998). «The Marine Engravings of Peter Brueghel the Elder», *American Neptune* 58.4, 329-341.
- HAUSMANN, Franz Josef (1980a). *Louis Meigret: Le traité de la grammaire française (1550)*. Tübingen: Narr.
- HAUSMANN, Franz Josef (1980b). *Louis Meigret, humaniste et linguiste*. Tübingen: Narr.
- HAWKINS, Richard (1970). *The Observations of Sir Richard Hawkins (1622)* (Edited by James A. Williamson D.Lit.). New York: Amsterdam and Da Capo Press.
- HAZLETT, Alexander (2007). *The 'Nao' of the 'Livro Nautico': Reconstructing a Sixteenth-Century Indiaman from Texts*. Texas A&M University, Department of Anthropology, College Station, Texas, USA (Ph.D. Dissertation).
- HILL, James Smith of Jordan (1880). *The Voyage and Shipwreck of St. Paul with Dissertations on the Life and Writings of St. Luke, and the Ships and Navigation of the Ancients* (Fourth edition, revised and corrected by Walter E. Smith). London: Longmans, Green, and Co.
- HINOJO ANDRÉS, Gregorio (1991). «Reminiscencias de Columela en Nebrija». *Excerpta Philologica* 1, 333-342.

- HIRSCH, Elisabeth Feist (1967). *Damião de Góis: The life and Thought of a Portuguese Humanist (1502-1574)*. Haia: Martinus Nijhoff.
- HOUAISS, António (2004). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- HOUAISS, A. & SALLES, Mauro de (2007). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de leitores.
- ILDEFONSE, F. (1997). *La Naissance de la Grammaire dans l'Antiquité Grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- INFANTE D. PEDRO (1948). *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual torno em linguagem o Ifante D. Pedro, Duque de Coimbra* (ed. J. Piel). Coimbra: por ordem da Universidade.
- INOCÊNCIO Francisco Silva; ver SILVA, Inocência Francisco.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999). *Handbook of the International Phonetic Association: A guide to the use of the International Phonetic Alphabet*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JACKENDOFF, Ray (2002). *Foundations of Language. Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- JONG, Marcus de (1937). *Um roteiro inédito da circunnavegação de Fernão de Magalhães*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- JORGE, Teresa Margarida (2000). *A Obra Historiográfica de Fernando Oliveira: Hestória de Portugal e Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*. Edição Crítica. Lisboa: Texto policopiado. (Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses-Literatura Portuguesa Moderna. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa).
- KEITH, Donald (1987). *The Molasses Reef wreck*. College Station: Texas A&M University, Department of Anthropology (Ph.D. Dissertation).
- KRZYSZTOF, Pomian (1999). *L'Ordre du Temps*. Paris: Gallimard.
- KUKENHEIM, Louis (1932). *Contributions à l'Histoire de la Grammaire italienne espagnole et française à l'époque de la Renaissance*. Amsterdão: N. V. Noord-Hollandsche Uitgevers-Maatschappij [Reimpressão: 1974, Utrecht: H&S Publishers].
- LABOV, William (¹⁰1984). *Sociolinguistics Patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, William (2001). *Principles of Linguistic Change. Vol. II: Social Factors*. Oxford: Blackwell.

- LAGOA, Visconde de Lagoa (1938). *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua viagem)*. Lisboa: Seara Nova, 2 vols
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press.
- LAKOFF, George (1990). *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- LALLOT, J. (1989). *La grammaire de Denys le Thrace*. Paris: Editions du CNRS.
- LALLOT, J. (1994). «Les parties du discours chez les grammairiens Grecs». In L. Basset et M. Perennec (ed.). *Les Classes de Mots, Traditions et perspectives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 67-71.
- LAMB, Ursula (1969). *The Quarti Partitu en Cosmographia by Alonso de Chaves. An interpretation*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar.
- LANE, Frederic (1934). *Venetian Ships and Shipbuilders of the Renaissance*. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- LAUSBERG, Heinrich (1982). *Elementos de Retórica Literária* (Tradução, Prefácio e Aditamentos de R. M. Rosado Fernandes). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAVANHA, João Baptista (1996). *Livro Primeiro de Architectura Naval* (Fac-simile c. 1600, transcrição e tradução para Inglês). Lisboa: Academia de Marinha.
- LAW, Vivien (2003). *The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LE GOFF, Jacques (1997). «História», in *Einaud*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I: 165-166.
- LEAL, Ernesto Castro (1999). *Nação e nacionalismos. A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576). *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: João de Barreira.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1606). *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- LEÃO, Duarte Nunes de (2002). *Descrição do reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LEITÃO, Henrique (2002a). *O Comentário de Pedro Nunes à Navegação a Remos In Problema machanicum Aristotelis de Motu nauijij ex remis*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

- LEITÃO, Henrique (2002b). «Sobre a difusão europeia da obra de Pedro Nunes». *Oceanos* 49, 110-128.
- LEITÃO, Henrique (2007). «Maritime discoveries and the discovery of Science: Pedro Nunes and Early Modern Science». In Victor Navarro Brotóns & William Eamon (eds.). *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica. Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universitat de València, C.S.I.C., 89-10.
- LEMÉE, Christian (2006). *The Renaissance Shipwrecks from Chrstianshavn* (Ships and Boats of the North, Volume 6). Roskilde: The Viking Ship Museum.
- LEON, Pierre, SCHOGT, Henry & BURSTYNSKY, Edward (1977). *La Phonologie* (1. les écoles et les théories). Paris: Éditions Klincksieck.
- LEWIS, C. T. & SHORT, CH. (1984). *A Latin Dictionary*. Oxford: At the Clarendon Press.
- LIMA, L. Caetano de (1736). *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidro da Fonseca.
- LINDLEY CINTRA, Luís F. (1983). *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- LIVERMORE, Harold (2001). «Padre Oliveira's outburst». *Portuguese Studies* 17, 22-41.
- LOPES, A. Luís Seabra (2003). «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI». *Portugalia* (Nova Série) 24, 113-164.
- LOPES, A. Luís Seabra (2005). «A Cultura da Medição em Portugal ao longo da História». *Educação e Matemática* 84, 42-48.
- LÓPEZ MORALES (1993). *Sociolingüística*, 2.^a edición. Madrid: Editorial Gredos.
- LOPEZ, Roberto (1965). *Nascimento da Europa*. Lisboa/Rio de Janeiro: Cosmos.
- LOURENÇO, Eduardo (1962). «A Política de Aristóteles e a Questão da Inferioridade Humana dos Índios do Novo Mundo». *Revista de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis* (Brasil) 3, 33 (Publicado sob o nome de Eduardo Lourenço de Faria).
- LOURENÇO, Eduardo (1978). *Labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo (2004). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

- LOURENÇO, Eduardo (2005). *A morte de Colombo. Metamorfose e fim do Ocidente como Mito*. Lisboa: Gradiva.
- LUQUE MORENO, Jesús (1997). «Columela, poeta y científico: el libro X del tratado de agricultura». In José María Maestre Maestre – Luis Charlo Brea – Antonio Serrano Cueto (eds.). *Estudios sobre Columela*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 109-127.
- MACEDO, Jorge Borges de (1981). «Diagnóstico da Mentalidade Camoniana - A Filosofia da História». In *Estudos sobre Camões. Páginas do Diário de Notícias Dedicadas ao Poeta no 4º Centenário de sua Morte*. [Lisboa]: INCM/ Diário de Notícias.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1965-67). «Fernando Oliveira». In *Bibliotheca Lusitana, historica, critica e cronologica, na qual se compreende a noticia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até ao tempo presente*, 4 ts. [Edição diplomática feita sobre a 1.ª ed., de 1741-1759]. Coimbra: Atlântida, II: 47; IV (suplemento): 120.
- MACHADO, J. Pedro (1984). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- MACHADO, J. Pedro (1990). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MACK, P. (1993). *Renaissance Argument: Valla and Agricola in the Traditions of Rhetoric and Dialectic*. Leiden: E. J. Brill.
- MAESTRE MAESTRE, José María (1997). «Columela y los Humanistas». In José María Maestre Maestre – Luis Charlo Brea – Antonio Serrano Cueto (eds.). *Estudios sobre Columela*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 263-322.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: INIC.
- MARQUES, António H. de Oliveira (s.d.). *Antologia da Historiografia Portuguesa. Das Origens a Herculano*. Mem Martins: Publicações Europa-América, I.
- MARQUES, João Francisco (2000). «A utopia do Quinto Império nos pregadores da Restauração». In Pierangelo Catalano (ed.). *'Quinto Impero' attualità del pensiero di Antonio Vieira, sj*. Sassari: ASSLA, 163-198.
- MARQUILHAS, Rita (1996). «Mudança linguística». In Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte & Carlos A. M. Gouveia (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 563-588.

- MARTÍN BUTRAGUEÑO, Pedro (1994). «Hacia una tipología de la variación gramatical en sociolingüística del español». *Nueva Revista de Filología Hispánica* 42.1, 29-75.
- MARTINHO, F. (2007). *Semântica e sintaxe dos adjectivos graduáveis em Português*. Aveiro: Universidade de Aveiro (dissertação de doutoramento).
- MARTINS, Adolfo Silveira (2001). *A Arqueologia Portuguesa (Séculos XIII – XVI). Uma aproximação ao seu estudo ibérico*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- MARTINS, Mário (1983). *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa: ed. Brotéria.
- MARUYAMA, T. (2001). *Keyword in Context Index of the Grammatica da Língua Portuguesa (1536) by Fernando Oliveira*. Nagoya: Nanzan University.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MATOS, Luís de (1952). *Les Portugais en France au XVI Siècle*. Coimbra: Actas da Universidade.
- MATOS, Luís de (1960). «Ars Nautica de Fernando Oliveira». *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 1, 239-251.
- MATOS, Luís de (1991). «L’Utopia de Thomas More et l’Expansion Portugaise». In *L’Expansion Portugaise dans la Littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 383-422.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1987). *Ler e Escrever*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MATTOS, Ricardo Pinto de (1878). *Manual Bibliographico Portuguez de Livros Raros, Classicos e Curiosos*. Porto: Livraria Portuense.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho (1990). «Entre o Silêncio e Ouro – Sondando o Milagre de Ourique na Cultura Portuguesa». *Ler História* 20, 3-37.
- MAURO, Frédéric (1984). «L’économie Portugaise au temps de l’Humanisme, 1500-1580». In *L’Humanisme Portugais et l’Europe* (XXI Colóquio Internacional de Estudos Humanísticos, Tours, 1978). Paris: Calouste Gulbenkian, 377-395.
- MCGEE, David (2008). «The Shipbuilding Text of Michael of Rhodes». In Horst Nowacki & Wolfgang Lefèvre. *Creating Shapes in Civil and Naval Architecture*. Berlin: Max Plank Institut für Wissenschaftsgeschichte.
- MCMANAMON, John (2001). «The “Archaeology” of Fifteenth-Century Manuscripts on Shipbuilding». *INA Quarterly* 28.4, 17-26.

- MEDINA, João (1991). «O Sebastianismo – Exame Crítico dum Mito Português». In João MEDINA (dir). *História de Portugal*, III. Amadora: Clube Internacional do Livro.
- MEIGRET, Louis (1542). *Le tiers & quatriesme liures de Lucius Moderatus Columella, touchant le labour, traduictz de langue latine en francoyse par Loys Megret*. Paris: Denis Ianot.
- MEIGRET, Louis (1550). *Le tretté de la grammere françoetze*. Paris: Chés Chrestian Wechel.
- MELO, João Crisóstomo do Couto e (1818). *Gramática filosófica da linguagem portuguêsza*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias* (1788). Lisboa: Academia Real das Sciencias, 2 vols..
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1898). «O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra nautica. Memoria, comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inedito *Livro da Fabrica das Naos*». In *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova Série. Lisboa: Typographia da Academia, VII, parte II: 1-221.
- MENDOZA, Juan Escalante de (1575). *Ytinerario de navegación de los mares y tierras occidentales* (parcialmente transcrito em Cesáreo Fernández Duro, *Disquisiciones náuticas* (1880), 5 Vols.). Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, vol 5: 413-515.
- MEYER, K. A. (1973). *Codices Vossiani Latini, descripsit...: Pars I. Codices in Folio*. Leiden: Universitaire Pers Leiden.
- MIGUEL, Carlos (1971). «Escravidão». In Joel SERRÃO (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 77-84.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999). *Historia social da lingua galega*. Vigo: Editorial Galaxia.
- MONTEIRO, José Lemos (1998). «As ideias linguísticas de Fernão de Oliveira». *Confluência* 15, 98-116.
- MONT-FAUCON, Bernard de (1739). *Bibliotheca Bibliothecarum Manuscriptorum Noua: Ubi, quae innumeris pene Manuscriptorum Bibliothecis continentur, ad quodvis literaturae genus spectantia & notatu digna describuntur & indicantur*. Parisiis: Apud Briasson, via Jacobea, ad Insigne Scientiae, I (2340-Fernandi Oliverii ars Nautica): 678; II (*Historia de Portugal*): 891, col. 1.
- MORAIS SILVA, António de (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

- MORAIS SILVA, Antonio de (1806). *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- MOREL-FATIO, Alfred (1892). «Manuscrits Portugais». In *Catalogue des Manuscrits Espanhols et des Manuscrits Portugais*. Paris: Bibliothèque Nationale, Imprimerie Nationale, 248-249.
- MOUNIER, Emmanuel (1950). «Court traité du catholicisme ondoyant». In E. Mounier, *Feu la Chrétienté*. Paris: Éd du Semil, 27-64.
- MÜLLER, I. (1961). «Die Schiffshygiene in einem lateinischen Manuskript des 16. Jahrhunderts über Schiffahrtskunde (Ars nautica)». *Forschung-Praxis-Fortbildung* 7, 234-240.
- MURARO, Valmir (2003). *Padre Antônio Vieira. Retórica e Utopia*. Florianópolis: Insular (Diss. de doutoramento em História apresentada na Universidade de São Paulo).
- NAIERA, António de (1628). *Navegacion Especulativa y Pratica, Reformadas sus Reglas*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- NASCIMENTO, Aires A. (2006). «Ulisses em Lisboa: mito e memória», Lisboa: Academia das Ciências.
- NEBRIJA, Elio Antonio de (1946[1492]), *Gramática Castellana* (Texto establecido sobre la ed. *princeps* de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luís Ortiz Muñoz, con una introducción, notas y facsimil). Madrid: Edición da la Junta del Centenario.
- NEBRIJA, Elio Antonio de (1989 [1492]). *Gramática de la lengua castellana* (ed. de Antonio Quilis). Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- NEBRIJA, Elio Antonio de (1981[1510]). *Repetición sexta sobre las medidas* (Introducción, traducción y notas de Jenaro Costas Rodríguez). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- NEBRIJA, Elio Antonio de (1992[1492]). *Gramática Castellana*. (Introducción y notas: Miguel Ángel Esparza, Ramón Sarmiento). Madrid: Fundación Antonio de Nebrija.
- NETO, José Antônio (1992). *A comparative study of the Spanish grammar by Antonio de Nebrija and the first two Portuguese grammars by Fernão de Oliveira and João de Barros*. Ann Arbor: UMI Dissertation Services.
- NETO, Serafim da Silva (1986). *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- NETO, Serafim da Silva (1992). *História da Língua Portuguesa*, 6ª edição. Rio de Janeiro e Lisboa: Presença/DinaLivro.

- NICOLÁS, Gaspar (1530). *Tratado de Prática d'Arismética*. Lisboa: Gusmão Galharde.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (1933). «Prefácio». In OLIVEIRA, Fernão de (1933). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Beleza.
- NUNES, E. Borges (1981). *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. Lisboa: Faculdade de letras.
- NUNES, Fátima (1987). «Notas para o estudo do periodismo científico em Portugal. In "Annaes das Sciencias das Artes e das Letras" (1818-1822)». *Cultura, História e Filosofia* 6, 661-682.
- NUNES, J. Joaquim (1956). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Ed.
- NUNES, Pedro (2002). «Tratado que ho doutor Pedro nunez Cosmographo del Rey nosso senhor fez em defensam da carta de marear». In *Obras*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- O'DONOGHUE, Diarmuid (2004). *Finding Novel Analogies*. Dublin: Department of Computer Science, UCD (PhD thesis).
- OLIVEIRA, Aurélio de (2006). «Clima e colheitas em Portugal (1500-1850)». In M. Fátima Reis (Coord.). *Rumos e escrita da História: estudos em homenagem de A. A. Marques de Almeida*. Lisboa: Colibri, 107-140.
- OLIVEIRA, Bento José de (1904). *Nova Gramática Portuguesa*, 26ª edição (6ª ed. póstuma, emendada e acrescentada por A. A. Cortesão). Coimbra: Francisco França Amado.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germam Galharde.
- OLIVEIRA, Fernão de (1871[1536]). *Grammatica de lingoagem portugueza por Fernão d'Oliveira*. Segunda edição, conforme a de 1536. Publicada por diligencias e trabalho do Visconde d'Azevedo e Tito de Noronha. Porto: Imprensa Portugueza.
- OLIVEIRA, Fernão de (1933[1536]). *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. 3ª edição feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direcção de Rodrigo de Sá NOGUEIRA, seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques. Lisboa: Tipografia Beleza.
- OLIVEIRA, Fernão de (1936 [1536]). *Grammatica da lingoagem portuguesa* (3ª edição feita de harmonia com a primeira, sob a direcção de Rodrigo de Sá Nogueira, seguida de estudo e glossário de Aníbal Ferreira Henriques). Lisboa: José Fernandes Júnior.

- OLIVEIRA, Fernão de (1975[1536]). *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd. e Notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, Fernão de (1981[1536]) *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- OLIVEIRA, Fernão de (1988[1536]). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências.
- OLIVEIRA, Fernão d' (2002 [1536]). *Grammatica da lingoagem portuguesa* (pré-edição elaborada em função do tratamento informático). In M. Helena P. N. PAIVA (2002). Porto: Faculdade de Letras do Porto; vol II: *Pré-edições*, 1-50.
- OLIVEIRA, Fernando (1969 [1555]). *Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha.
- OLIVEIRA, Fernando (1983 [1555]), *Arte da Guerra do mar* (fac-símile da ed. de Coimbra, 1555). Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- OLIVEIRA, Fernão de (c. 1570). *Ars Nautica*. Holanda: Biblioteca da Universidade de Leiden, cod. VOSS. LAT. F. 41, fls.1-283v.
- OLIVEIRA, Fernando (c. 1570a). *Ars nautica* (trad. port. de Rodrigo Esteves e Manuel de Figueiredo). Original dactilografado.
- OLIVEIRA, Fernão de (c. 1570) *A Viagem de Fernão de Magalhães escripta por um homem que foi na sua companhia* apensa à *Ars Nautica*. Holanda: Biblioteca da Universidade de Leiden, Ms. Voss. Lat. F.41, fls. 239-254.
- OLIVEIRA, Fernando (1976). *Viagẽ de fernão de magalhães, escripta p. hũ homẽ q. foy na cõpanhia*. Fac-símile e edição diplomática de Pierre VALIÈRE. *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie* (Édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par Fernando Oliveyra). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian–Centro Cultural Português.
- OLIVEIRA, Fernando (c.1580). *Livro da Fabrica das Naos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, reservados, cod. 3702.
- OLIVEIRA, Fernando (1898 [c. 1580]). *Livro da Fabrica das Naos* (edição diplomática). In Henrique Lopes de Mendonça (1898). «O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra nautica. Memoria, comprehendendo um estudo

- biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito *Livro da Fabrica das Naos*». In *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova Série. Lisboa: Typographia da Academia, VII, parte II: 149-221.
- OLIVEIRA, Fernando (1898). «Cartas. Incluídas no “Processo Inquisitorial de Fernando Oliveira (1547-1551)”» (edição diplomática). In Henrique Lopes de Mendonça (1898). «O Padre Fernando de Oliveira e a sua obra nautica. Memoria, compreendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito *Livro da Fabrica das Naos*». In *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova Série. Lisboa: Typographia da Academia, VII, parte II: 107.
- OLIVEIRA, Fernando (1991[c. 1580]). *Livro da Fábrica das Naus* (Introdução de Francisco Contente Domingues e de R. A. Barker). Lisboa: Academia da Marinha.
- OLIVEIRA, Fernando (c. 1581). *Hestórea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e crónicas aprovadas, pelo licenciado Fernando Oliveira e Livro de Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Immunidade do Reino de Portugal*. Paris: Biblioteca Nacional, «Fonds Portugais»: Ms. 12, fls. 1-176.
- OLIVEIRA, Fernando (2000). *História de Portugal e Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*. In FRANCO, José Eduardo (ed.). *O mito de Portugal: A primeira História de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora.
- OLIVEIRA, Fernando (2006). *História de Portugal*. (Coordenação, introdução e fixação do texto de José Eduardo Franco). Lisboa: Roma Editora.
- OLIVEIRA, Fernando, *Arte de Grammatica de Lengua Castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. Paris, Biblioteca Nacional, «Fonds Portugais»: Ms. 12, fls. 273-339.
- OLIVEIRA, Fernando, *De Re Rustica* (tradução de parte do tratado latino de Lúcio Júnio Moderato Columela). Paris: Biblioteca Nacional, «Fonds Portugais»: Ms. 12, fls. 177-272.
- OLIVEIRA, Simão de (1606). *Arte de Navegar*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1959). *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: s.n.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1968). *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Cosmos.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1985). *Uma descrição de Portugal em 1578-80*. Lisboa: s.n. (Sep. *Nova história-Século XVI*, nº 1, pp. 83-143).
- ORTROY, Fernand Van (1966). *Biobibliographie de Gemma Frisius Fondateur de l'École Belge de Géographie de son fils Corneille et de ses neveux les Arsenius*. Amesterdão: Meridian Publishing.
- LOUDINOT, José Reinaldo Rangel de Quadros (s.d.). «Padre Fernão de Oliveira». In *Aveirenses Notáveis*, Biografias de I a LIV. Aveiro: Biblioteca Municipal de Aveiro (fundo local), fol. 5-11. Ver QUADROS (2000).
- PACAUT, Marcel (1989). *La Théocratie*. [Paris]: Desclée.
- PAIVA, Frei Sebastião (2006). *Tratado da Quinta Monarquia* (Edição coordenada por José Eduardo Franco. Introdução de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PAIVA, M. Helena P. N. (2002). *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Porto (Tese de doutoramento, inédita, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 4 vols.).
- PAIVA, M. Helena (2004). «Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas». In *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa, Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva (5-6 de Novembro de 2003)*. Porto: FLUP, 275-300.
- PAIVA, M. Helena (2007). «Norma patente e norma latente nos gramáticos portugueses quinhentistas». In P. Cano López (coord.) *Actas del VI Congreso de Lingüística General (Santiago de Compostela, 3-7 mayo de 2004)*, Madrid: Arco Libros, 2961-2974.
- PALACIO, Diego García de (1587). *Instrucion Nautica para el buen uso de las Naos, su traça, y gobierno conforme à la altura de Mexico*. Mexico: Ed. Pedro Ocharte (Parcialmente transcrito em Cesário Fernandez Duro. *Disquisiciones Nauticas* (1880)). Madrid: Ed. Instituto de Historia y Cultura Naval, Vol. V: 1996.
- PARKER, G. (1996). *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PARKER, G., ed. (2005). *The Cambridge History of Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PASSOS, Teresa Ferrer (1994). *Fernão de Oliveira – 1º Gramático de Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Gazeta de Poesia.
- PEDRO, Infante D. (1948). ver Infante.

- PERCIVAL, K. W. (1975). «The Grammatical Tradition and the Rise of Vernaculars». In *Current Trends in Linguistics. Historiography of Linguistics*. The Hague: T. A. Sebeok, 231-275.
- PEREIRA, António dos Santos (2003). *Portugal, o império urgente (1475-1525). Os espaços, os homens e os produtos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes (1998). «António Pinheiro y sus In tertium M. Fabii Quintiliani librum Commentarii». In T. Albaladejo (ed.), *Quintiliano: História y actualidad de la retórica*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, vol. III: 1241-1252.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes (2004). «A edição conimbricense da *Rhetorica* de Joachim Ringelberg». *Península* 1, 201-213.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes (2005). *Retórica e Eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Coimbra (dissertação de doutoramento).
- PEREIRA, Bento (1666). *Regras gerays, breves e comprehensivas da melhor Orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza. Para se ajuntar â Prosodia. [...]*. Lisboa: Domingos Carneyro.
- PEREIRA, Bento (1697). *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta [...] Septima editio auctior, et locupletior [...]*. [Inclui: *Thesouro da lingua portugueza*] Eborae: ex Typographia Academiae.
- PEREIRA, José Manuel Malhão (2003). *A Náutica a Hidrografia e a Meteorologia na "Ars Nautica" de Fernando Oliveira*. Lisboa: Academia de Marinha.
- PEREIRA, Virgínia Soares (1983). *André de Resende. Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Instituto Nacional de Investigação Científica.
- PEREIRA FILHO, E. (1961). «As Regras de Orthographia de Pero de Magalhães de Gândavo». *Revista Brasileira de Filologia* 6, 3-31.
- PERES, Damião (s.d.). *Como Nasceu Portugal*. 8ª ed. Porto: Vertente.
- PICOCHÉ, J. (1995). «Combien y a-t-il de Coeur(s) en Français?». *Langue Française* 105, 120-125.
- PIEL, Joseph-Maria (1989 [1976]). «Origens e estruturação histórica do léxico português». In *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 9-22.
- PINA MARTINS, José V. de (1973). *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI. Estudo e Textos*. Paris: Fundação C. Gulbenkian / Centro Cultural Português.

- PINA MARTINS, José V. (2006). «Estudo Introdutório». In Thomas Morus, *Utopia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 9-121.
- POCOCK, J. G. A. (1975). *The Machiavellian Moment: Florentine Political Theory and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2006). «Notas sobre la presencia de la gramática y de los gramáticos españoles en la gramaticografía portuguesa (siglos XVI-XVIII)». *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 12.2, 147-165.
- PRADO COELHO, Jacinto do (1967). «Rec. a Carvalho, José G. Herculano, *Teoria da Linguagem – Natureza do Fenómeno Linguístico e a Análise das Línguas*, Tomo I. Coimbra: Ed. Atlântida, 1967, XV + 381». In *Colóquio. Revista de Artes e Letras* 46 (Dezembro de 1967), 66-68.
- Processo Inquisitorial de Fernando Oliveira (1547-1551)*. *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 12099, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- QUADROS, José Reinaldo Rangel de (2000). *Aveirenses Notáveis. Apontamentos Históricos*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- QUILIS, Antonio (1989). «Estudio», in *Gramática de la lengua castellana* de Antonio de Nebrija. 3ª edição. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 9-104.
- QUILIS, Antonio (1992). *Gramática de la Lengua Castellana*. Estudio y edición crítica. [Madrid, Editora Nacional]: Fond. Ramón Areces/Ediciones de Cult. Hispánica, Instituto de Coop. Iberoamericana.
- RAMALHO, Américo da Costa (1985). *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra: JNICT.
- RANGLES, W. G. L. (1998). «Luís de Albuquerque and the History of Nautical Science in Portugal». In *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência*. Lisboa: Chaves Ferreira, 135-142.
- REAL, Miguel (1997). *Portugal: Ser e Representação*. Lisboa: Difel.
- REAL, Miguel (2008). *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- REBELO, Luís de Sousa (1965). «Armas (As) e as Letras». In *Dicionário de Literatura*. Dir. de Jacinto do Prado Coelho. Porto: Figueirinhas, I: 67.
- REBELO, Luís de Sousa (1977). «Armas e Letras». In João José COCHFEL (dir.). *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e da Teoria Literária*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, I: 426-453.
- REIS, Telmo Corujo dos (2006). *Contributo para a História do Humanismo em Portugal. Poesia, Epistolografia e Oratória de Jerónimo Cardoso*. Funchal: Universidade da Madeira (dissertação de doutoramento).

- REIS, Telmo Corujo dos (2009). *Jerónimo Cardoso. Obra Literária*. Tomo I: Prosa Latina. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (*Portugaliae Monumenta Neolatina*, vol. VII).
- RENAN, Ernest (1987). *Qué es una Nación? Cartas a Strauss*. Madrid: Alianza Editorial.
- RESENDE, André (1534). *Oratio pro rostris pronunciata*. Lisboa: Germão Galharde.
- RESENDE, André de (1570). *Da sancta vida & religiosa conuersaçam de Frey Pedro, Porteiro do Mõesteiro de Sanct Domingos de Évora*. Évora, 1570 (escrito antes de 1535). Nova edição em *Obras Portuguesas* (1963), com prefácio e notas de José Pereira TAVARES. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 133-185.
- RESENDE, André (1956). *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*. Tradução de M. Pinto de Meneses, introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa: Instituto da Alta Cultura.
- RESENDE, André de (1963). *Obras portuguesas*. Lisboa: Sá da Costa.
- RESENDE, André de (1981 [1545]). *Vicentius Leuita et Martyr* (Reproduction en fac-similé de l'édition de Luís Rodrigues, Lisbonne, 1545. Introduction par J. V. de Pina Martins). Braga: Barbosa & Xavier.
- RESENDE, André de (1983). *Carta a Bartolomeu de Quevedo* (Introdução, texto latino, versão e notas de Virgínia Soares Pereira). Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Instituto Nacional de Investigação Científica.
- RESENDE, Garcia de (1545 / 1994). *Livro das Obras de Garcia de Resende* (edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, Orlando (1941). «Cultura do milho, economia agrária e povoamento». *Biblos* 17, 645-663.
- RICHARDS, I. A. (1978). *Practical Criticism: A Study of Literary Judgement*. London/Henley: Routledge & Kegan Paul.
- RICOEUR, Paul (1985). *Temps et Récit*. 3. *Le Temps Raconté*. Paris: Seuil.
- RIEMEN, Bob (2007). «Prefácio» a G. Steiner, *A ideia da Europa*. Lisboa: Gradiva.
- RIETBERGEN, P. J. A. N. (1985). «Witsen's World: Nicolaas Witsen (1641-1717) between the Dutch East India Company and the Republic of Letters». *Itinerario* 9.2, 121-134.
- RIETH, Eric (1987). «Les écrits de Fernando Oliveira». *Neptunia* 165, 18-25.

- RIETH, Eric (1987a). «Un système de conception des carènes de la seconde moitié du XVIe. Siècle». *Neptunia* 166, 16-31.
- RIETH, Eric (1988). «Remarques sur une série de illustrations de l’*Ars Nautica* (1570) de Fernando Oliveira». *Neptunia* 169, 36-43.
- RIETH, Eric (1996). *Le Maître-gabarit, la Tablette et le Trebuchet. Essai sur la conception non graphique des carènes du Moyen-Âge au XX^e siècle*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.
- RINGELBERG, J. (1550). *Rhetorica*. Conimbricæ: apud Ioannem Barrerium.
- RIO-TORTO, Graça (1999). «Configurações sufixais e z-sufixais em português». *Revista Portuguesa de Filologia* 23, 151-182.
- RIO-TORTO, Graça (2002). «Flexão e derivação: simetrias e assimetrias». *Revista Portuguesa de Filologia* 24, 253-289.
- RIO-TORTO, Graça (2006). «Estrutura categorial e formatação derivacional». *Revista Portuguesa de Filologia* (in memoriam José Gonçalo Herculano de Carvalho) 25, tomo I: 393-414.
- ROBOREDO, Amaro de (1619). *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.
- RODRIGUES, Alexandra Soares (2008). *Formação de Substantivos Deverbais Sufixados em Português*. München: LINCOM (LINCOM Studies in Romance Linguistics 57).
- RODRIGUES, Jorge Nascimento & DEVEZAS, Tessaleno (2007). *Portugal Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.
- RODRÍGUEZ, José Luis (2005). «Visões do outro: o castelhano na óptica dos linguistas portugueses de quinhentos». In Miguel Gonçalves *et al.* (eds.). *Gramática e Humanismo: actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, I: 591-614.
- ROLO, Fr. Raul de Almeida (1977). *Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano.
- ROMAINE, Suzanne (1984). «On the Problem of Syntactic Variation and Pragmatic Meaning in Sociolinguistic Theory». *Folia Linguistica Historica* 18, 409-437.
- ROSADO FERNANDES, Raúl Miguel (2006a). «Um Político ao Serviço do Império, Damião de Góis». In *Em Busca das Raízes do Ocidente*. Lisboa: Almedina, I: 259-294.
- ROSADO FERNANDES, Raúl Miguel (2006b). «Ulisses em Lisboa». In *Em Busca das Raízes do Ocidente*. Lisboa: Almedina, I: 421-443.

- ROSADO FERNANDES, Raúl Miguel (2006c). «La Rupture entre le Portugal et l'Europe». In *Em Busca das Raízes do Ocidente*. Lisboa: Almedina, I: 317-334.
- ROSADO FERNANDES, Raúl Miguel (2006d). «Raízes do Nacionalismo Português em André de Resende». In *Em Busca das Raízes do Ocidente*. Lisboa: Almedina, I: 295-315.
- ROSÁRIO, Fr. António do (1991). *Dominicanos em Portugal. Repertório do Século XVI*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português – Instituto Histórico Dominicano.
- RUI FERNANDES (1926). *Descriçam do Terreno em roda da cidade de Lamego duas legoas (1531-32)*. Collecção de Ineditos de Historia portugueza, vol. V. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- RUSSELL, M. (1983). *Visions of the Sea. Hendrick C. Vroom and the Origins of Dutch Marine Painting*. Leiden: Leiden University Press.
- SÁ, Artur Moreira de (1960). «A próxima edição de três traduções portuguesas inéditas do século XV». *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 1, 563-585.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco (1994). *As obras do celebrado Lusitano, o doutor Francisco de Sá de Miranda collegidas por Manoel de Lyra. Dirigidas ão muito illustre Senhor dom Ieronymo de Castro* (ed. fac-similada de la ed. de 159, com est. intr. V. Aguiar e Silva). Braga: Univ. do Minho.
- SALAZAR, António Oliveira (1916). *Questão cerealífera. O Trigo. Estudos de Economia Nacional*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SALVIATI, Leonardo (1809). *Degli Avvertimenti della Lingua sopra'l Decamerone*. Milano: Società Tipografica de Classici Italiani.
- SANCTIUS, Franciscus (1982 [1587]). *Minerua, seu de causis linguae Latinae* (trad. G. Clérico). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- SANTARÉM, Vizconde de (1863). *Notícia dos manuscriptos pertencentes ao Direito Público Externo Diplomático de Portugal é à História e Literatura do mesmo País que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital e nos Archivos de França*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- SANTOS, Tiago, FONSECA, Nuno & CASTRO, Filipe (2007). «Naval Architecture Applied to the Reconstruction of an Early XVII Century Portuguese Nau». *Marine Technology* 44.4, 254-267.
- SAUVAGE, Odette (1971). *L'Itinéraire d'André de Resende (1500 -1573)*. Paris: Fundação C. Gulbenkian / Centro Cultural Português.

- SCHÄFER-PRIESS, Barbara (2000). *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1450 bis 1822*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1994). «*Letra, figura und força* bei Fernão de Oliveira». In *De orbis Hispani linguis, historia, moribus. Festschrift für Dietrich Briesemeister zum 60. Geburtstag*. Frankfurt/Main: Domus Editoria Europaea, 17-28.
- SCHÜCK, A. (1913). «Zur Entwicklung des 'Jakobsstabes'». *Mitteilungen der Geograph. Gesellschaft in München* 8, 2-7.
- SEBASTIÃO MUNSTER (1540). *Geographia universalis uetus et nona complectens Caludii Ptolomaei Alexandrini enarrationis libros VIII*. Basileia: H. Petrus.
- SEIXO, Maria Alzira & CARVALHO, Alberto de (1996). *A História Trágico-Marítima (Análises e Perspectivas)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SEIXO, Maria Alzira (1998). *Poéticas da Viagem na Literatura*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SÉRGIO, António (1941). *Em torno da designação de Monarquia Agrária dada à primeira época da nossa história*. Lisboa: Portugália.
- SÉRGIO, António (1974a). «A conquista de Ceuta. Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara». In *Ensaios*. Lisboa: Sá da Costa, I: 253-273.
- SÉRGIO, António (1974b). «Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal». In *Ensaios*. Lisboa: Sá da Costa, IV: 203-241.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1972). *Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Editorial Verbo, I.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1988). «João de Barros entre Erasmo e o Império». In *O Humanismo Português 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 31-53.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1991). *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (1996). *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- SILVA, A. Pereira da (1975). «A primeira suma portuguesa de teologia moral e a sua relação com o «Manual» de Navarro». *Didaskalia* 5, 355-403.
- SILVA, António de Moraes (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.

- SILVA, Cândido Xavier Dias da (1820). «Resenha Analytica – *Georgicas Portuguezas* por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque». In *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris: Impresso por A. Bobée, Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris, vol. IX, 3-25.
- SILVA, F. Ribeiro da (1986). «A alfabetização no antigo regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)». *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. III: 101-163.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1858-1923). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1973). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: IN-CM, reimpr.
- SILVA, José Veríssimo Álvares da (1815). *Memória Historica sobre a Agricultura Portuguesa considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente in Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e as suas Conquistas*. Lisboa: Academia das Sciencias, tomo 5: 194-256.
- SILVA, Luciano Pereira da (1946). «O “Regimiento de Navegacion” de Pedro de Medina». In *Obras Completas de Luciano Pereira da Silva*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, vol. III: 91-107.
- SILVA, Maurício (2006). «A Questão Ortográfica na Gramática da Linguagem Portuguesa (1536), de Fernão de Oliveira: Uma Introdução». *Alfa* 50 (1), 23-38.
- SILVA, Rosa V. Mattos e (1989). *Estruturas Trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- SILVA CORVALÁN, Carmen (1997). «Variación sintáctica en el discurso oral: problemas metodológicos». In Francisco Moreno Fernández (ed.). *Trabajos de sociolingüística hispánica*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones -Universidad de Alcalá, 115-135.
- SILVA DIAS, José Sebastião da (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SMITH, Anthony (1986). *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SMITH, Anthony D. (2004). *The Antiquity of Nations*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- SOARES, Nair de Castro (1994). *O príncipe ideal no século XVI*. Coimbra: INIC.
- SOARESDA SILVA, Augusto (1993). «Sobre a Unidade da Palavra Polissémica». In *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 477-487.

- SOARES DA SILVA, Augusto (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Edições Almedina.
- SOUSA, António Caetano de (1949). *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro III. Coimbra: Atlântida.
- SOUSA, Botelho de (1937). «Comentário à ‘Arte da Guerra do Mar’ do Padre Fernando Oliveira». In Fernando Oliveira. *A Arte da Guerra Do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, XXXIX-LIII (na edição de 1969: XXI-XLI).
- SOUSA, Frei Luís de (1951-54). *Anais de D. João III*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa.
- SOUSA, Frei Luís de (1977). *História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal por Fr. Luis Cacegas da mesma Ordem & Província & Cronista della, Reformada em Estilo & Ordem & Ampliada em Successos & Particularidades por Fr. Luis de Sousa, Filho do Convento de Bemfica*. I parte, Lisboa, 1623, livro V, cap. XI; II parte, Lisboa, 1628, livro V, caps. II-X. Nova edição em “Tesouros da Literatura Portuguesa”. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977 (Vol. I).
- SWIGGERS, Pierre (1986). «La conception du changement linguistique chez Antoine Meillet». *Folia Linguistica Historica* 7.1, 21-30.
- TARRÍO, Ana Maria S. (2007-2008). «Construcción naval y ‘materia rústica’. La traducción de Columela de Fernando Oliveira (BnF, Fond Portugais, n.º 12, fols. 147-272)». *Cuadernos de Estudios Borjanos* 50-51, 171-195.
- TARRÍO, Ana Maria S. (2008). «La sombra protectora del cardenal Mazarino. Sobre la fortuna manuscrita de la traducción de Columela de Fernando Oliveira». In Maria das Graças Moreira de Sá, Isabel Almeida & Cristina Sobral (coords.). *Magnum Miraculum est Homo. José Vitorino de Pina Martins e o Humanismo*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 83-93.
- TARRÍO, Ana María S. (2009). *Paisagem e Erudição no Humanismo Português. João Rodrigues de Sá de Menezes, De Platano (1527-1537)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TEYSSIER, Paul (1959). «L’*História de Portugal* de Fernando Oliveira d’après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris». In *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I: 359-379.
- TEYSSIER, Paul (1966). «La prononciation des voyelles portugaises au XVI.^{ème} siècle d’après le système orthographique de João de Barros». In *Annali dell’ Istituto Universitario Orientale, Sezione Romanza*, 127-198.

- TEYSSIER, Paul (1982). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Ed.
- THOMAS MORUS (2006). *Utopia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES, Amadeu (1982). *Noese e crise na epistolografia latina goisiana, II – Damião de Góis na mundividência do Renascimento*, análise ideológica, estético-linguística e apêndice diplomático. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- TORRES, Amadeu (1988-1989). «Dos códices gramaticais medievos à Gramática de Fernão de Oliveira». *Diacrítica* 3-4, 157-172.
- TORRES, Amadeu (1989). «Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da lusofonia». *Boletim da Comissão Nacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: CNALP, 47-54.
- TORRES, Amadeu (1991). «Fernão de Oliveira e a próxima edição crítica da sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*». *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV/1, tomo I, 195-201.
- TORRES, Amadeu (1992). «A propósito de uma nova edição da *Gramática* de Fernão de Oliveira». *Revista da Universidade de Coimbra* 37, 291-302.
- TORRES, Amadeu (1998). *Gramática e Linguística*. Braga: Univ. Católica Portuguesa.
- TORRES, Amadeu (2004). Jerónimo Soares Barbosa, *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Lisboa: Academia das Ciências.
- TORRES, Amadeu & ASSUNÇÃO Carlos (2000). «Abordagem pontual e situacional». In «Introdução» à *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 5-26.
- TRABALZA, Ciro (1963[1908]). *Storia della Grammatica italiana*. Bolonha: Arnaldo Forni.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs & ROMAINE, Suzanne (1985). «Some Questions for the Definition of “Style” in Socio-Historical Linguistics». *Folia Linguistica Historica* 6.1, 7-39.
- TRAUNMÜLLER, Hartmut (em curso). *The International Vocabulary*. Resumo disponível em <http://www.ling.su.se/staff/hartmut/intervok.htm>.
- TROUBETZKOY, Nicolas Sergueevitch (1986). *Principes de Phonologie*. Paris: Éditions Klincksieck.
- TURNER, Mark & FAUCONNIER, Gilles (1995). «Conceptual Integration and Formal Expression». *Journal of Metaphor and Symbolic Activity* 10/3: 183-203.
- TYACKE, Sarah (2007). *Sandars Lectures 2007: Conversations with Maps. Lecture 1: ‘Then and Now’ - Recent Views of Mapping in the Early Modern Period*.

- http://www.lib.cam.ac.uk/sandars/Sandars_Lectures_2007.htm[2009-5-1]
- ULLMANN, Walter (1980). *Radici del rinascimento*. Bari: Laterza.
- VACAS, T. [s.d.]. Relatório: «Reconstrução Virtual duma Nau Quinhentista» (Original disponível). Lisboa: FCT.
- VALDÉS, Juan de (³1987). *Diálogo de la lengua* (ed. Cristina Barbolani). Madrid: Cátedra.
- VALENTIM, Carlos Manuel (2007). *O trabalho de uma vida. Biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- VALENTIM, Carlos Manuel (2008). «A Primeira Reunião Internacional de História da Náutica (23-26 de Outubro de 1968) e a Historiografia Marítima». *Anais do Clube Militar Naval* 138, 247-270.
- VALIÈRE, Pierre (1975). *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reyno de Portugal, Hestórea de Portugal, recolhida de escriptores antigos pello licenciado Fernando Oliveyra* (Texte établie et présenté par...). Nantes : Bibliothèque Universitaire Nantes-Lettres-Droit.
- VALIÈRE, Pierre (1976). *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie* (Édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par Fernando Oliveyra). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian–Centro Cultural Português.
- VARRÓN, Marco Terencio (1990). *De lingua latina* (Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Edición bilingüe). Barcelona: Anthropos & Madrid: Ministério de Educación y Ciencia.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis (s/d). *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Dinalivro.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira (1951). *Comedia eufrosina* (edição de Eugenio Asensio). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- VASCONCELOS, José Frazão de (1933). «Ortografistas Portugueses dos séculos XVI a XVIII». In Separata de *A Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Beleza, III, fascículo VIII, 3.
- VASCONCELOS, José Leite de (1929). *Opúsculos, vol. IV: Filologia (Parte II)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELOS, José Leite de (²1970). *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- VASOLI, C. (1968). *La dialettica e la retorica dell'Umanesimo*. Milano: Feltrinelli.

- VERA, A. Ferreira (1631). *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez.
- VERA, Álvaro Ferreira de (1631). *Breves lovvores da lingua portogvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*. Lisboa: Mathias Rodriguez.
- VERDELHO, Telmo (1987). «Latinização na história da língua portuguesa». *Arquivos do Centro Cultural Português* 23, 157-187.
- VERDELHO, Telmo (1995). *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesa*. Aveiro: INIC.
- VERDELHO, Telmo (1998). «Terminologias na língua portuguesa. Perspectiva diacrónica». http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Terminologias_lingua_portuguesa.pdf.
- VERDELHO, Telmo (2001). «Um remoto convívio linguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesa». In *Caminhos do português*. Lisboa: BNL, 74-102.
- VERDELHO, Telmo (2002). «Dicionários portugueses, breve história». http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf
- VICENTE, Gil (2002). *Obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VILELA, Mário (2002). *Metáforas do Nosso Tempo*. Coimbra: Almedina.
- VITERBO, Sousa (1890). *Trabalhos náuticos dos portuguezes nos seculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VOGEL, Walther (1911). «Ein neuentdecktes Lehrbuch der Navigation und des Schiffbaues aus der Mitte des 16. Jahrhunderts». *Hansische Geschichtsblätter* 17, 370-374.
- VOGEL, Walther (1911a). «Ein unbekannter Bericht von Magelhães' Weltumsegelung». *Marine-Rundschau*, 454.
- VOS, Issac (1685). *De Triremium et Liburnicarum Construcione*. In *Variorum Observationum Liber*. Londini: Prostant apud Robertum Scott Bibliopolam, 95-139.
- WALLACE-HADRILL, Andrew (1998). «Horti and hellenization», in Maddalena Cima ed Eugenio La Rocca (eds). *Horti Romani. Atti del Convegno Internazionale* (Roma, 4-6 maggio 1995). *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma. Supplementi* 6, Roma: 'L'erma' di Bretschneider, 1-12.

- WELLS, Audrey (2008). *Virtual Reconstruction of a Seventeenth Century Portuguese Nau* (Master Thesis). Texas A&M University: Department of Visualization Sciences, College Station, Texas.
- WILKS, Michael (1964). *The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages. The Papal Monarchy with Augustinus Triumphus and the Publicists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WILLIAMS, E. B. (1975). *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- WILLIAMS, Raymond (1990). *O campo e a cidade na história e na literatura* (trad. Paulo Henrique Britto). São Paulo: Companhia das Letras.
- WITSEN, Nicolaas (1671). *Aeloude en hedengaegsche scheeps-bouw en bestier...* Amesterdão: Casparus Commelijn, Broer en Jan Appelaer.
- WOLL, Dieter (2000). «Gramática da Linguagem Portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira (recensão)». *Letras & Letras* (<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/recen065.htm>).
- ZURARA, Gomes Eanes de (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por El-rei D. João I* (ed. Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia Real das Sciencias.

